

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ELAINE CRISTINA ROSSI PAVANI

**O CONTROLE DA “LEPRA” E O PAPEL DOS PREVENTÓRIOS:
EXCLUSÃO SOCIAL E INTERAÇÕES SOCIOESPACIAIS DOS
EGRESSOS DO EDUCANDÁRIO ALZIRA BLEY NO ESPÍRITO
SANTO**



VITÓRIA

2019

A obra que ilustra a capa é uma pintura a Bico de Pena (traçado preto e branco) da fachada do Educandário Alzira Bley pintada pelo artista plástico **Genildo Ronchi**. A obra faz parte do projeto “Patrimônios de Cariacica em Artes” e esteve em exposição no Faça Fácil de Cariacica no período de 04/06/2018 a 30/06/2018. Agradeço a autorização do artista para utilização da sua obra na capa desta Tese.

ELAINE CRISTINA ROSSI PAVANI

**O CONTROLE DA “LEPRA” E O PAPEL DOS PREVENTÓRIOS:
EXCLUSÃO SOCIAL E INTERAÇÕES SOCIOESPACIAIS DOS
EGRESSOS DO EDUCANDÁRIO ALZIRA BLEY NO ESPÍRITO
SANTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia, na área de concentração Estudos Urbanos e Regionais.
Orientadora: Dra. Aurélia Hermínia Castiglioni

VITÓRIA
2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

P337c Pavani, Elaine Cristina Rossi, 1981-
O controle da lepra e o papel dos preventórios : exclusão social e interações socioespaciais dos egressos do Educandário Alzira Bley no Espírito Santo. / Elaine Cristina Rossi Pavani. - 2019.
2 v. f. : il.

Orientadora: Aurélia Hermínia Castiglioni.
Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Interações sócio espaciais.. 2. Educandário Alzira Bley.. 3. Internação compulsória.. 4. Estigma.. 5. Instituição total.. 6. Lepra..
I. Castiglioni, Aurélia Hermínia. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

**“O CONTROLE DA ‘LEPRA’ E O PAPEL DOS
PREVENTÓRIOS: EXCLUSÃO SOCIAL E
INTERAÇÕES SOCIOESPACIAIS DOS
EGRESSOS DO EDUCANDÁRIO ALZIRA
BLEY NO ESPÍRITO SANTO”**

ELAINE CRISTINA ROSSI PAVANI


Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo
como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

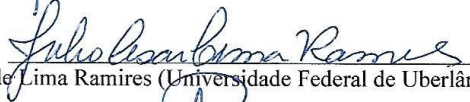
Aprovada em 26 de março de 2019.

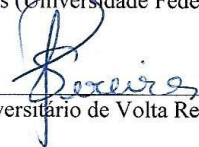


Dr.^a Aurélia Hermínia Castiglioni (Orientadora)


Dr. Eduardo Augusto Moscon Oliveira (Centro de Educação – UFES)


Dr. Sebastião Pimentel Franco (Programa de Pós-Graduação em História Social - UFES)


Dr. Júlio Cesar de Lima Ramires (Universidade Federal de Uberlândia)


Dr.^a Syrléa Marques Pereira (Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA)

A todas as famílias que foram isoladas compulsoriamente no Espírito Santo em virtude da Lepra.

À minha família que sempre me apoiou em todas as fases desta pesquisa de forma direta e indireta.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pois sem Ele nada é possível, por meio da fé Ele me sustenta, me dá forças e sabedoria para seguir os Seus desígnios.

Ao meu esposo João Luiz e a minha filha Julia por todo a incondicional amor, ajuda, dedicação, sacrifícios e paciência.

A minha amada mãe, exemplo de vida e de perseverança e ao meu pai Jasemir (02/03/1941 – 07/01/2018) que partiu para junto do Pai Celestial e deixou uma imensa saudade em nossas vidas. Aos meus sogros Edna e José que são como pais para mim.

Aos meus irmãos Eliana e Ederson, cunhados (as) Eliemar e Andressa e sobrinhos: Isabela, Thiago, Valentina, Rafaela, Isac, Angélica, Laura e Letícia por fazerem parte da minha vida. Ao meu afilhado Isac que amo como um filho, obrigada pelo apoio na pesquisa documental.

A minha querida professora Aurélia, por acreditar em mim e na minha pesquisa, por ser muito mais que uma orientadora, por ser amiga, por me ensinar a caminhar na pesquisa e estar ao meu lado, fazendo parte da minha vida desde 2000.

Aos membros da banca de qualificação: Júlio César de Lima Ramires, Maria Cristina Dadalto e Eduardo Augusto de Oliveira Moscon pelas excelentes contribuições que deram corpo e robustez à pesquisa.

Aos doutores Syrléa Marques Pereira e Sebastião Pimentel Franco que aceitaram o convite para compor esta banca e contribuir com esta pesquisa.

A minha querida Equipe de Implantação da Escola Viva, que vive intensamente o seu trabalho na luta por uma causa: a juventude capixaba. Somos mais que uma equipe, somos uma família, obrigada Elizabeth, Bernadete, Claudete, Mariana Araujo, Joanassara, Adriele, Mariana Luz, Cláudio e Patrick.

Aos meus professores do PPGG pela amizade e por me guiarem no caminho da busca pela sabedoria. A Isadora e aos amigos que adquiri no doutorado. Obrigada por suas contribuições nos seminários e pesquisas, risadas e angústias.

Aos funcionários e egressos do Educandário Alzira Bley: Tia Lina, Jandira e Luiz Carlos que apoiaram a realização desta pesquisa e forneceram os elementos necessários ao desenvolvimento da mesma.

As famílias das Pedras Preciosas e das Flores por narrarem suas histórias de vida nesta pesquisa. Aos membros da Associação dos Ex-internos do Educandário Alzira Bley por preencherem os questionários e me receberem com tanto carinho nas reuniões, eventos, festas e confraternizações dos ex-internos.

Ao Senhor Heraldo Pereira, presidente da Associação dos Ex-internos do Educandário por ser o elo de ligação entre essa tese e seus “irmãos” egressos. Por ser fonte de dados e inspiração para pesquisa.

Aos amigos e padrinhos Ângela e Jorge que sempre nos abençoam.

Aos amigos, irmãos, Claudia e Adilson por revisarem as transcrições das histórias de vida. A Ruth e Conceição pelo apoio na pesquisa junto ao INSS. A Mariana Araujo Azevedo pelas artes e revisões. Ana Paula pelo apoio com as referências. Ao Hélio Carreço pela produção dos mapas.

Ao Secretário Municipal de Cultura de Cariacica Erildo Denadai pelo apoio e parceria.

...eu moro dentro do Educandário Alzira Bley, eu não chamava de orfanato, não era orfanato, nós não éramos órfãos. Nós éramos arrastados à força né. Chamo de: colocados para sermos esquecidos, mas não fomos graças a Deus.

(Jacinto, 11/08/2018)

RESUMO

A lepra sempre foi vista pela sociedade como uma ameaça e, por muito tempo, a única solução para o problema era o isolamento compulsório. No Brasil, Getúlio Vargas (1934) lança o “Plano Nacional de Combate à Lepra” que previa a construção de leprosários em todos os estados brasileiros. Tal plano se alicerçava no tripé: leprosários (para os infectados), dispensários (para os comunicantes) e preventórios (para os filhos indenes). No Espírito Santo foram construídos o Hospital Colônia Pedro Fontes, também conhecido como Colônia de Itanhenga e o Educandário Alzira Bley, localizados em Cariacica. O Educandário foi inaugurado em 11 de abril de 1937 com a finalidade de acolher os filhos indenes encaminhados para lá por meio de medidas regulamentares que estabeleciam a segregação imediata dos filhos dos leprosos logo após o nascimento nos hospitais-colônia. O isolamento compulsório das pessoas atingidas pela lepra e de seus filhos nos preventórios baseou-se em teorias científicas (sanitarismo/higienismo/eugenismo) que o legitimavam, e em um contexto de maior controle estatal sobre os assuntos nacionais. A partir de 1980, o uso da Poliquimioterapia (PQT) foi aconselhado para o tratamento de todas as pessoas com hanseníase no mundo, chegando ao fim o isolamento dos leprosos. Dentro deste contexto houve também o fim do isolamento compulsório dos filhos indenes que habitavam os educandários. Estes, por sua vez, foram (re) introduzidos na sociedade. O relatório preliminar da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (25/09/2012), sobre os filhos segregados de pais portadores de lepra submetidos à política de isolamento compulsório, mais de 33.689 crianças foram isoladas ao longo de 59 anos, período que durou o isolamento dos filhos. No Espírito Santo são mais de mil crianças. A hipótese que norteia este estudo é que a implantação de uma política pública de segregação pelo Estado transformou de maneira profunda e irreversível a vida social e violou os direitos de muitas crianças e adolescentes internados compulsoriamente no Educandário Alzira Bley. O objetivo deste trabalho foi demonstrar as estratégias políticas e espaciais utilizadas para a segregação social da população leprosa e sua prole sadia no Espírito Santo; apresentar aspectos da vida dos internos dentro das instituições preventórias, caracterizar a população dos egressos na atualidade e as consequências da segregação na vida deles. A metodologia empregada para o

desenvolvimento da pesquisa envolve as pesquisas bibliográfica, documental e pesquisa empírica com aplicação de questionários e os relatos das histórias de vida dos ex-internos do Educandário Alzira Bley. A partir destas informações pudemos traçar o perfil desta população que foi (re) introduzida na sociedade após o fim da internação compulsória: são pessoas com baixo grau de escolaridade; dispostas a ocupar subempregos ou empregos com baixa remuneração; que se estabeleceram majoritariamente em bairros próximos ao Educandário ou na RMGV, apresentando baixa autoestima e dificuldades para manter os relacionamentos familiares.

Palavras-chave: Interações Sócio Espaciais. Educandário Alzira Bley. Internação Compulsória. Estigma. Instituições totais.

ABSTRACT

The “leprosy” has always been seen as a threat by society and, for a long time, the only solution to the problem was compulsory isolation. In Brazil, Getúlio Vargas (1934) launches the “National Plan to Combat Leprosy,” which provided for the construction of leprosy asylums in all Brazilian states. Such a plan was based upon the tripod: leprosy asylums (for the infected), dispensaries (for the able to speak) and preventorium (for the indigent children). In Espírito Santo, the Pedro Fontes Colony Hospital, also known as Itanhenga Colony and the Alzira Bley Boarding home were built on Cariacica-ES. The Boarding home was inaugurated on April 11, 1937 with the purpose of welcoming the children who were sent there by means of regulatory measures, which established the immediate segregation of the children of leprosy people shortly after birth in colony hospitals. The affected people compulsory isolation of due to leprosy and their children in the preventoriums was based on scientific theories (sanitarianism / hygiene / eugenics) that legitimized, and in a context of greater state control over national affairs, through old authoritarian mechanisms and the strength of the State apparatus. As of 1980, the use of Polychemotherapy (MDT) has been advised for the treatment of all people with leprosy in the world. Within this context, there was also the end of the compulsory isolation of the indigent children who inhabited the boarding homes. These, in turn, were (re) introduced into society. The preliminary report of the Secretariat of Human Rights of the Presidency of the Republic (09/25/2012), on the segregated children of "leprosy" parents submitted to the policy of compulsory isolation, that more than 33,689 children were isolated throughout 59 years, a period that lasted the isolation of the children. In Espírito Santo there are more than a thousand children. The hypothesis that guides this study is that the implementation of a public policy of segregation by the State deeply and irreversibly impacted the social life and violated the rights of many children and adolescents admitted compulsorily in the Alzira Bley Boarding home. The objective of this work was to demonstrate the political and spatial strategies used to the social segregation of the leprosy population and their healthy offspring in the State of Espírito Santo; to present aspects of the inmates' life within the preventorial institutions, to characterize the egress population currently and the consequences of segregation on their lives. The methodology employed for the development of the research involves the research bibliographical, documental and

empirical research with the application of questionnaires and the life stories reports of the former inmates of the Alzira Bley Boarding home. From this information we were able to trace this population profile, which was (re) introduced in the society after the end of involuntary admission: they are people with low level of education; ready to occupy underemployed jobs or low paying jobs; who settled mostly in neighborhoods close to the Boarding home or in RMGV, presenting a low self-esteem and difficulties to maintain the family relationships.

Keywords: Socio-Spatial Interactions. Alzira Bley boarding home. Compulsory admission. Stigma. Total Institutions.

Résumé

La "lèpre" a été toujours considérée par la société comme une menace et la seule solution à ce problème a été, pendant longtemps, l'isolement obligatoire. Au Brésil, Getúlio Vargas (1934) a lancé le "Plan national de lutte contre la lèpre", qui prévoyait la construction de léproseries dans tous les États brésiliens. Ce plan était basé sur le trépied: léproseries (pour les infectés), dispensaires (pour les communicateurs) et préventorium (pour les enfants sains). L'hôpital Colonia Pedro Fontes, aussi connu sous le nom de Colônia de Itanhenga, et le Educandário Alzira Bley ont été construits à Cariacica, dans l'État de Espírito Santo. L'institution de prévention a été inauguré le 11 avril 1937 avec le projet d'accueillir les enfants sains qui y étaient envoyés au moyen de mesures réglementaires qui ont établi la ségrégation immédiate des enfants des lépreux, peu après la naissance dans les hôpitaux des infectés. L'isolement obligatoire des personnes touchées par la lèpre dans le léproserie et de ses enfants dans le préventorium était fondé sur des théories scientifiques (sanitarisme / hygiénisme / eugénisme) qui le légitimaient et dans un contexte de contrôle accru de l'État sur des affaires nationales. Depuis 1980, l'utilisation de la polychimiothérapie (PCT) a été conseillée pour le traitement de toutes les personnes atteintes de la lèpre dans le monde, mettant ainsi fin à l'isolement des lépreux. Dans ce contexte, l'isolement obligatoire des enfants sains qui habitaient les institutions de prévention a également pris fin. Ceux-ci, à leur tour, ont été (ré) introduits dans la société. Selon le rapport préliminaire du Secrétariat aux droits de l'homme de la Présidence de la République (25/09/2012) sur les enfants séparés de parents atteints de la "lèpre", soumis à la politique d'isolement obligatoire, plus de 33.689 enfants ont été isolés pendant 59 ans, la durée de la période d'isolement des enfants. Dans l'État de Espírito Santo, ce sont plus de mille enfants. L'hypothèse qui guide cette étude est que la mise en œuvre d'une politique publique de ségrégation par l'État a profondément et irréversiblement transformée la vie sociale et a violé les droits de nombreux enfants et adolescents internés obligatoirement à l'Educandário Alzira Bley. L'objectif de ce travail était de démontrer les stratégies politiques et spatiales utilisées pour la ségrégation sociale des lépreux et leur descendance saine à Espírito Santo; présenter des aspects de la vie des internes dans les institutions de prévention, caractériser actuellement la population

des ex-internés et les conséquences de la ségrégation sur leur vie. La méthodologie utilisée pour le développement de la recherche comprend les recherches bibliographique et documentaire et la recherche empirique avec l'application de questionnaires et les rapports sur la vie des ex-internes de l' Educandário Alzira Bley. A partir de ces informations, nous avons pu retracer le profil de cette population qui a été (ré) introduite dans la société après la fin du séjour forcé: il s'agit de personnes peu scolarisées; disposées à occuper des emplois peu rémunérés; qui se sont installés principalement dans les quartiers proches de l'Educandário ou de la Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV, présentant une faible estime de soi et des difficultés à maintenir des relations familiales.

Mots-clés: Interactions sociospatiales. Educandário Alzira Bley. Séjour forcé. Stigmatisation. Total des institutions.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Piso dos quartos e corredores do Hospital Oswaldo Monteiro (ILHA DA PÓLVORA).....	36
Foto 2 – Fachada lateral do Educandário Alzira Bley – Março de 2015.....	40
Foto 3 – Piso das rampas e passarelas do Hospital Oswaldo Monteiro (ILHA DA PÓLVORA).....	49
Foto 4 – Piso do corredor do Educandário Alzira Bley.....	79
Foto 5 – Piso da Caixa Beneficente da Colônia de Itanhenga.....	100
Foto 6 – Piso da parte administrativa do Educandário Alzira Bley.....	156
Foto 7 – Hospital Oswaldo Monteiro – Ilha da Pólvora – Setembro de 2018.....	186
Foto 8 – Casa do médico-diretor responsável pela Colônia de Itanhenga – 2018.....	198
Foto 9 – Casa do administrador da Colônia de Itanhenga – 2018.....	199
Foto 10 – Entrada da área de contágio ou leprosário propriamente dito – 1937.....	200
Foto 11 – Garagem da Colônia de Itanhenga – 2018.....	201
Foto 12 – Oficina onde eram produzidos os caixões das pessoas que faleciam dentro da Colônia.....	201
Foto 13 – Prédio Administrativo – 2018.....	203
Foto 14 – Posto de Vigilância – 2018.....	204
Foto 15 – Casa de Força – 2018.....	205

Foto 16 – Prédio de Observação dos Suspeitos – 2015.....	207
Foto 17 – Pavilhão de Observação dos Suspeitos demolido em 2016.....	207
Foto 18 – Em A, a Escola e seus alunos e em B, professores no período da internação compulsória (1937-1979).....	208
Foto 19 – Escola dentro da Colônia 2018.....	209
Foto 20 – Lideranças entre os leprosos internos da Colônia de Itanhenga, da esquerda para direita temos: o delegado (Joaquim Soares), o prefeito (José Mariano), o interno (Pedro Marcondes), o padre (Mathias) e o interno (Joaquim Zac).....	210
Foto 21 – Farmácia e laboratório – 2018.....	211
Foto 22 – Vista da Avenida Central com 5 pavilhões de casa lado – 2012.....	212
Foto 23 – Em A, a frente e em B, o verso do marco inaugural da Colônia de Itanhenga – 2018.....	213
Foto 24 – Casas Geminadas – 2018.....	216
Foto 25 – Vista do refeitório – 1937.....	217
Foto 26 – Fogão Bertha na cozinha da Colônia.....	218
Foto 27 – Prédio da Policlínica em 1940.....	223
Foto 28 – Prédio da Policlínica em 2018.....	225
Fotos 29 – Em A, time e em B, mulheres e crianças na torcida organizada do Ypiranga Futebol Clube.....	226

Foto 30 – Campo de Futebol do Bairro Pedro Fontes – 2018.....	226
Foto 31 – Capela São Francisco de Assis no interior da Colônia.....	228
Foto 32 – Padre Mathias em frente à Igreja com os internos da Colônia.....	229
Foto 33 – Casamento coletivo no interior da Colônia de Itanhenga.....	229
Foto 34 – Capela de São Francisco de Assis em 2018.....	230
Foto 35 – Igreja São Francisco de Assis – 2018.....	231
Foto 36 – Em A e B, Cemitério da Ex-Colônia de Itanhenga.....	232
Foto 37 – Curral em 2018.....	233
Foto 38 – Piso das varandas do Educandário Alzira Bley.....	240
Foto 39 – Educandário Alzira Bley na década de 1940.....	247
Foto 40 - Irmã da Ordem de São Vivente de Paula de Paris.....	249
Foto 41 – Escola de 1º Grau “Dr. Souza Araújo” (década de 1940).....	252
Foto 42 – Em A e B, imagens do gabinete médico do Educandário Alzira Bley.....	253
Foto 43 – Aos fundos o prédio da lavanderia em 1980.....	255
Foto 44 – Prédio da lavanderia em 2010.....	255
Foto 45 – Em A, primeira comunhão em setembro de 1948 e em B, Casamento em 1965.....	256
Foto 46 – Missa em maio de 1980.....	257
Foto 47 – Granja Eunice Weaver na década de 1940.....	260

Foto 48 – Granja Eunice Weaver (1979).....	260
Foto 49 – Imagens da granja Eunice Weaver (1990).....	261
Foto 50 – Granja Eunice Weaver (2016).....	261
Foto 51 – Foto da ex-Presidente do Educandário “Leonor Miguel Feu Rosa” e placa.....	268
Foto 52 – Em A e em B, dia de visita das crianças do Educandário aos pais na Colônia de Itanhenga.....	270
Foto 53 – Apresentações sobre a Páscoa (1975).....	280
Foto 54 – Crianças usando máscaras de coelhinhos na Páscoa de 1975.....	281
Foto 55 – Crianças do Educandário com vestidos de um mesmo corte de tecido.....	282
Foto 56 – Laura Dias Chiabai e o repórter alemão (1977).....	283
Foto 57 – Visita de um padrinho da Alemanha, convênio Kindernotilfe (1977).....	284
Foto 58 – Kombi doada pela Unidade Comunitária de Integração Social (1980).....	297
Foto 59 – Piso da parte administrativa do Educandário Alzira Bley.....	313
Foto 60 – Fachada da entrada principal do Educandário Alzira Bley.....	345
Foto 61 – Vista interna da entrada principal do Educandário Alzira Bley.....	346
Foto 62 – Porta de acesso ao pátio interno do Educandário Alzira Bley.....	347
Foto 63 – Piso da parte administrativa do Hospital Oswaldo Monteiro	377

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Áreas especiais de intervenção urbana de Cariacica. Em destaque área 2 com a foto da fachada da EEEF Dr. Souza Araújo.....	38
Imagem 2 – Resolvendo o problema da superprodução de café, ES-1937.....	109
Imagem 3 – Mosaico de fotos da década de 1940 da Estrada de Ferro Vitória/Minas.....	167
Imagem 4 – Notícia do jornal AGazeta - 1986.....	175
Imagem 5 – Notícia do jornal Correio Popular - 1998.....	178
Imagem 6 – Notícia do jornal A Gazeta - 1986.....	180
Imagem 7 – Obras que descrevem a Colônia de Itanhenga, em A, Inauguração do Hospital Colônia de Itanhenga (Diário da Manhã, 1937) e em B, A Lepra no Espírito Santo e sua prophyxia.....	194
Imagem 8 – Planta do Pavilhão da Policlínica.....	224
Imagem 9 – Homenagem póstuma à Eunice Weaver – 1969.....	246
Imagem 10 – Relação das famílias auxiliadas pela Sociedade Espírito Santense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra (1948).....	250
Imagem 11 – Gratificação dos internos que auxiliaram nos serviços do Educandário Alzira Bley em março de 1949.....	264
Imagem 12 – Relação de passeios de 1949.....	272
Imagem 13 – Relação de passeios de 1950.....	272
Imagem 14 – Impressões das professoras do Grupo Escolar Padre Anchieta (1949).....	273
Imagem 15 – Impressões das professoras do Grupo Escolar Padre Anchieta (1949).....	274
Imagem 16 – Impressão do Bispo Luiz (1949).....	275

Imagem 17 – Impressão de 25/05/1950.....	275
Imagem 18 – Programação da Festa Junina do Educandário Alzira Bley (1950).....	276
Imagem 19 – Fichas de internamento de crianças em vulnerabilidade social.....	278
Imagem 20 – Lista de internos com 16 anos ou mais que tinham/não tinham com quem residir (1979).....	303
Imagem 21 – Lista de internas com 16 anos ou mais que tinham/não tinham com quem residir (1979).....	304
Imagem 22 – Lista de internos menores de 15 anos que tinham/não tinham com quem residir (1979).....	305
Imagem 23 – Continuação da lista de internos menores de 15 anos que tinham/não tinham com quem residir (1979).....	306
Imagem 24 – Continuação da lista de internos menores de 15 anos que tinham/não tinham com quem residir (1979).....	307
Imagem 25 – Lista de internas menores de 15 anos que tinham/não tinham com quem residir (1979)	308
Imagem 26 – Continuação da lista de internas menores de 15 anos que tinham/não tinham com quem residir (1979).....	309
Imagem 27 – Continuação da lista de internos menores de 15 anos que tinham/não tinham com quem residir (1979).....	310
Imagem 28 – Método da quebra natural (Jenks).....	316
Imagem 29 - Diagrama da Família das Pedras Preciosas.....	339
Imagem 30 – Diagrama da origem da Família das Flores.....	342
Imagem 31 – Diagrama da Família das Flores.....	343

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – A Lepra na Bíblia.....	56
Quadro 2 – Sínteses de trabalhos acadêmicos analisados.....	58
Quadro 3 – Localização dos dispensários no Brasil na década de 1960.....	136
Quadro 4 – Preventórios do Brasil por cidade e data de inauguração - 1927/1952.....	144
Quadro 5 – Pesquisas publicadas recentemente sobre os Educandários.....	148
Quadro 6 – Legislações sobre o controle da lepra no Brasil.....	150
Quadro 7 – Processo do fichamento de leprosos, suspeitos e comunicantes – 1932/1937.....	161
Quadro 8 – Distribuição das construções pelas zonas na Colônia de Itanhenga – 1937.....	195
Quadro 9 – Presidentes do Educandário Alzira Bley 1949-2019.....	267
Quadro 10 – Quadro Síntese dos Relatórios do Educandário Alzira Bley de 1949 a 1975.....	286
Quadro 11 – Quadro Síntese dos Relatórios do Educandário Alzira Bley de 1976 a 1985.....	290
Quadro 12 – Finanças do Educandário Alzira Bley no período de 1949/1985....	299
Quadro 13 – Família Pedras Preciosas.....	340
Quadro 14 – Família Flores.....	344
Quadro 15 – Principais dificuldades enfrentadas apontadas, pelos egressos, após a saída do Educandário Alzira Bley.....	370

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de pensionistas, por município capixaba, referente a Lei N.11.520/2007.....	129
Tabela 2 – Indicadores epidemiológicos e operacionais de hanseníase no Brasil (2001 – 2016).....	130
Tabela 3 – Indicadores de hanseníase para o Brasil, a região sudeste e o Espírito Santo (2016).....	132
Tabela 4 – Edifícios da Colônia de Itanhenga – 1942.....	196
Tabela 5 – Profissões dos egressos pesquisados (2017/2018).....	333

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização geográfica dos Leprosários e Preventórios no Brasil de 1937 a 1979.....	125
Mapa 2 – Colônias da Região Norte do Brasil.....	127
Mapa 3 – Dispensários no Brasil – 1960.....	135
Mapa 4 – População presente total no Brasil em 1940.....	146
Mapa 5 – Cartograma dos Leprosos no Espírito Santo até 31/12/1936.....	160
Mapa 6 – Instituições da Profilaxia da Lepra no Espírito Santo em 1937.....	163
Mapa 7 – Aspectos relevantes da ocupação espacial de Cariacica/ES.....	174
Mapa 8 – Localização da Ilha da Pólvora.....	187
Mapa 9 – Disposição dos terrenos da Colônia de Itanhenga – Espírito Santo.....	189
Mapa 10 - Disposição dos terrenos da “Colônia de Itanhenga” em 2017.....	190
Mapa 11 – Situação Fundiária de Itanhenga – Cariacica/ES em 2016.....	192
Mapa 12 – Dispensários, Leprosário e Preventório no Espírito Santo (1960).....	237
Mapa 13 – Localização do Educandário Alzira Bley (2019).....	244
Mapa 14 – Origem dos Internos do Educandário Alzira Bley.....	327
Mapa 15 – Fluxos de saída dos Egressos do Educandário Alzira Bley.....	365

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da população de Cariacica para o período de 1920 a 2010.....	169
Gráfico 2 – Composição do PIB de Cariacica por setor da Economia em 2016.....	171
Gráfico 3 – Distribuição dos egressos pesquisados por sexo (2017/2018).....	329
Gráfico 4 – Idade dos egressos pesquisados em 2017/2018.....	330
Gráfico 5 – Grau de escolaridade dos egressos pesquisados em 2017/2018.....	331
Gráfico 6 – Renda dos egressos pesquisados em 2017/2018.....	334
Gráfico 7 – Estado civil dos egressos em 2017/2018.....	335
Gráfico 8 – Prole dos egressos em 2017/2018.....	336
Gráfico 9 – Tempo de permanência dos membros da família das Pedras Preciosas no Educandário Alzira Bley.....	353
Gráfico 10 – Tempo de permanência dos membros da família das Flores no Educandário Alzira Bley.....	353
Gráfico 11 – Ano em que os egressos pesquisados deixaram o Educandário....	364
Gráfico 12 – Motivos pelos quais os egressos saíram do Educandário Alzira Bley.....	366

LISTA DE BOX

Box 1 – O problema de Guaiamum.....	181
Box 2 – Discurso do Dr. Jones dos Santos Neves Filho (1937).....	258
Box 3 – Roteiro.....	321

LISTA DE SIGLAS

AC – Antes de Cristo

AM – Amazonas

Amencar – Amparo ao Menor Carente

APHJ – Arquivo Público e Histórico de Jacareí

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BR – Brasil

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCHN – Centro de Ciências Humanas e Naturais

CCS – Centro de Ciências Sociais

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

Cesan – Companhia Espírito Santense de Saneamento

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNC – Conselho Nacional do Café

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Coahb – A Companhia de Habitação e Urbanização do Espírito Santo

Cofai - Cooperativa dos Agricultores Familiares de Novo Itacolomi

Cofavi – Companhia Ferro e Aço de Vitória

CSE – Centro Socioeducativo de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei

DM – Diário a Manhã

DNC – Departamento Nacional do Café

DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte

DPL – Departamento de Profilaxia de Lepra

EEEEF – Escola Estadual de Ensino Fundamental

ES – Espírito Santo

Escelsa – Companhia de energia elétrica do Espírito Santo

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

Fama – Fraternidade de Assistência a Menores Aprendizizes

Fesbem – Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor

FSDCL – Federação das Sociedades de Defesa Contra a Lepra

GO – Goiás

Heac - Hospital Estadual de Atenção Clínica

HO – História Oral

HV – História de Vida

Iases - Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Idaf – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo

Iesbem – Instituto Espírito Santense de Bem Estar do Menor

Ifes – Instituto Federal do Espírito Santo

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves

IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano

JK – Juscelino Kubitschek de Oliveira

LBA – Legião Brasileira de Assistência

MB – Multibacilar

MG – Minas Gerais

Morhan – Movimento de Reintegração das pessoas atingidas pela Hanseníase

MS – Ministério da Saúde

N. – Número

ONGs – Organizações Não Governamentais

PB – Paucibacilar

PDM – Plano Diretor Municipal

PIB – Produto Interno Bruto

PNB – Produto Nacional Bruto

PT – Partido dos Trabalhadores

QGIS - é um software livre com código-fonte aberto, multiplataforma de sistema de informação geográfica que permite a visualização, edição e análise de dados georreferenciados.

Reame – Recanto de Atendimento ao Menor

RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória

RN – Rio Grande do Norte

S/A – Sociedade Anônima

Sinan – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SP – São Paulo

SVS – Secretaria de Vigilância em Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Terca – Empresa de Armazenagem no Brasil

Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

Unipi - Unidade de Internação Provisória

USP – Universidade Federal de São Paulo

VV – Vila Velha

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	35
2 ESTUDOS SOBRE LEPROSA	48
2.1 BREVE HISTÓRICO	51
2.2 A LEPROSA NA BÍBLIA	54
2.3 A LEPROSA E SEUS ESTUDOS ACADÊMICOS.....	57
3 CONCEITOS E CATEGORIAS PARA UMA LEITURA GEOGRÁFICA DA LEPROSA	78
3.1. A GEOGRAFIA.....	81
3.2. O ESPAÇO.....	82
3.3. AS INTERAÇÕES ESPACIAIS	85
3.4. O LUGAR	87
3.5. AS INSTITUIÇÕES TOTAIS.....	89
3.6. AS MIGRAÇÕES FORÇADAS	93
3.7. SEGREGAÇÃO ESPACIAL	96
4 O TRIPÉ DA PROFILAXIA NO CONTROLE DA LEPROSA NO BRASIL EXCLUSÃO, SEGREGAÇÃO E CONSTRUÇÃO SÓCIO ESPACIAL	99
4.1 A HISTÓRIA DA LEPROSA NO BRASIL	103
4.2. OS LEPROSÁRIOS	120

4.3. A HANSENÍASE NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO NA ÚLTIMA DÉCADA	130
4.4. OS DISPENSÁRIOS	133
4.5 OS PREVENTÓRIOS.....	138
4.5.1 A legislação que separou os filhos indenes dos genitores	149
5 O TRIPÉ DA PROFILAXIA NO ESPÍRITO SANTO	155
5.1. HISTÓRICO DA LEPROSA NO ESPÍRITO SANTO	158
5.2 POR QUE CARIACICA?	164
5.2.1 Breve evolução histórica do Município	164
5.2.2. A problemática espacial de Cariacica	173
5.3 O HOSPITAL COLÔNIA DE ITANHENGA.....	186
5.4. OS DISPENSÁRIOS	235
6 O EDUCANDÁRIO ALZIRA BLEY E A GRANJA EUNICE WEAVER	239
6.1 O EDUCANDÁRIO ALZIRA BLEY	244
6.2. A GRANJA EUNICE WEAVER	257
6.3. OS RELATÓRIOS	265
7 OS FILHOS SEPARADOS	312
7.1 PERFIL DOS EGRESSOS DO EDUCANDÁRIO ALZIRA BLEY.....	325
7.2 MEMÓRIAS DOS FILHOS SEPARADOS PELA “LEPROSA” NO ESPÍRITO SANTO	336

7.3 A (RE) INSERÇÃO NA SOCIEDADE	362
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	376
REFERÊNCIAS	386
APÊNDICE A - Relação dos Leprosários, Educandários e Dispensários Existentes no Brasil	416
APÊNDICE B – Composição das Equipes Administrativas do Educandário Alzira Bley 1949/1985.....	420
APÊNDICE C – Questionário Aos Ex-Internos do Educandário Alzira Bley.....	424
APÊNDICE D – Diários de Bordo.....	425
APÊNDICE E – Família das Pedras Preciosas	486
APÊNDICE F - Família das Flores.....	542
ANEXO A - Parecer Consubstanciado do CEP	629
ANEXO B - Decreto Nº 968, de 7 de maio de 1962.....	633
ANEXO C – Mapas.....	637
ANEXO D – História do lases.....	649
ANEXO E – Lei Nº. 10.477	651
ANEXO F – Estatuto da Federação das Sociedades Eunice Weaver	653
ANEXO G - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	664

1. INTRODUÇÃO

Foto 1 – Piso dos quartos e corredores do Hospital Oswaldo Monteiro (ILHA DA PÓLVORA)



Fonte: Pavani (2018).

A “lepra”, atualmente denominada de hanseníase pela Lei N. 9.010¹ (de 29 de março de 1995) é uma doença infecciosa crônica que causa lesões de pele e danos aos nervos. Existe em diversos países do mundo e apresenta surtos endêmicos em países tropicais, populosos e em desenvolvimento.

É uma doença muito antiga, sobre a qual registros bíblicos informam a existência há milhares de anos. É causada por uma bactéria (*Mycobacterium leprae*) e transmitida por gotículas no ar (tosse ou espirro). Os sintomas incluem manchas claras ou vermelhas na pele com diminuição da sensibilidade, dormência e fraqueza nos pés e nas mãos. A doença afeta principalmente a pele, os olhos, o nariz e os nervos periféricos.

Cerca de 200 mil novos casos de hanseníase são registrados por ano no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde². No Brasil esse quantitativo ficou em 25.216 novos casos no ano de 2016 (SINAN/SVS-MS. Dados disponíveis em 09/06/2017).

Mas porque abordarmos uma doença curável e de tratamento domiciliar com acompanhamento nos postos de Saúde? Porque nem sempre foi assim, e por se tratar de uma das poucas doenças do mundo moderno que isolou compulsoriamente os doentes de lepra em Hospitais Colônias separando-os de seus familiares e deixando marcas para além da doença que são perceptíveis até os dias atuais.

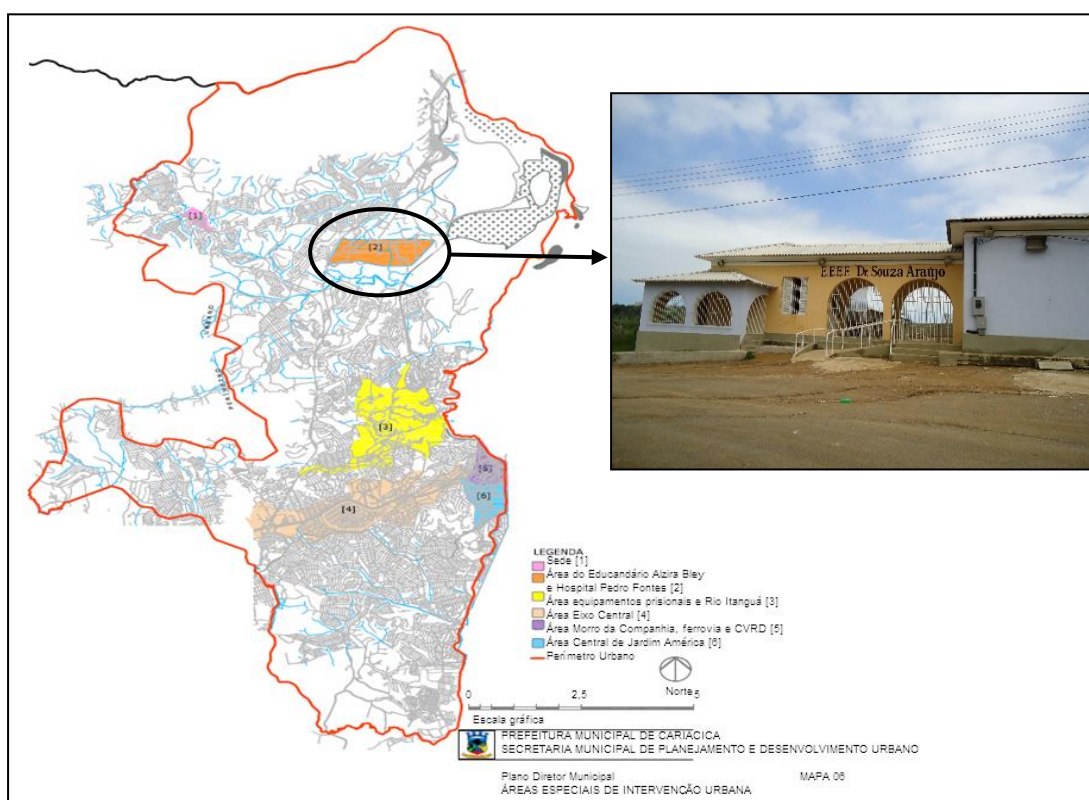
Os laços familiares que se perderam, o medo, a vergonha e o estigma marcaram as vidas de milhares de pessoas leprosas ou não que foram isoladas em Hospitais Colônias e Preventórios/Educandários ao redor do mundo e no Brasil. No território nacional são 104 instituições, sendo 62 leprosários e 42 preventórios (Apêndice A).

¹ O termo “lepra”, “leproso” e seus derivados foram proscritos e substituídos pelos termos “hanseníase” e “hanseniano” e seus derivados conforme a Portaria N. 165/BSB de 14 de maio de 1976, visando a reintegração social do doente e seu tratamento. Anos depois a Lei N. 9.010 de 29 de março de 1995 altera o nome da doença para hanseníase e dá outras providências. Neste trabalho utilizamos o termo lepra para o período anterior a 1995 e hanseníase para o período posterior a publicação da Lei N. 9.010/1995.

² Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/1234180-teste-rapido-detecta-infeccao-por-hanseniase.shtml>> Acesso em: 23 dez. 2018.

A Região Sudeste do Brasil é a que concentra o maior número de instituições, e o Espírito Santo possui um Hospital Colônia e um Educandário. A história destas instituições e das pessoas que passaram por elas é desconhecida por muitos capixabas, nossa descoberta sobre elas aconteceu nos últimos dias do mês de novembro de 2009 quando a então Superintendente Regional de Educação de Cariacica-ES, Ângela Merícia Cavatti, me convidou para assumir a direção de uma escola da rede estadual de ensino na localidade de Itanhenga, município de Cariacica. Não conhecia o lugar, nem a escola, mas aceitei e fui apresentada à Escola Estadual de Ensino Fundamental (EEEF) Doutor Souza Araújo no dia 04 de janeiro de 2010. Lugar ermo, pouco habitado, aonde os alunos só chegam por meio do transporte escolar. Prédio antigo, construído com características da arquitetura jesuítica formando um pátio interno comum à escola e ao Educandário Alzira Bley, tombados como patrimônio histórico e arquitetônico da cidade de Cariacica, fazem parte do setor dois das áreas especiais de intervenção urbana (PDM-Cariacica, 2007), conforme a Imagem 1.

Imagem 1 – Áreas especiais de intervenção urbana de Cariacica. Em destaque área 2 com a foto da fachada da EEEF Dr. Souza Araújo.



Fonte: Prefeitura Municipal de Cariacica (2007).

Nota: Dados adaptados pela autora.

Certo dia, o então presidente do Educandário Alzira Bley, Geraldo Majela Malta Varejão (mandatos de 2005 a 2019), mandou cortar todas as árvores do entorno, que atraíam pessoas de vários bairros vizinhos para colher os frutos dessas árvores, além dos saguis. Nas primeiras chuvas de verão os fortes ventos que varriam o topo do morro levaram embora o já envelhecido telhado da escola. As chuvas inundaram a escola e, para garantir o ano letivo, pedimos ajuda aos vizinhos (únicos) mais próximos. Solicitamos à coordenadora do Educandário o empréstimo de quatro salas aula para os alunos estudarem, enquanto a Secretaria Estadual de Educação reformava a escola. Solicitamos a Tia Lina, como é conhecida a senhora Balduino Rodrigues de Souza Farias, nos emprestou as salas de aula e as demais dependências do Educandário.

A relação que começou com o corte das árvores nos fez conhecer um fato social praticamente desconhecido pela maior parte da sociedade capixaba. Com o apoio da Tia Lina e dos demais funcionários do Educandário, tivemos acesso a fatos históricos, geográficos, políticos e sociais que não são contados em livros, revistas e noticiários locais, regionais ou nacionais.

Em agosto de 2010 ingressei no programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo e orientada pela professora Aurélia Hermínia Castiglioni defendi, em 29 de outubro de 2013, a dissertação de mestrado intitulada: O isolamento no Hospital Colônia Pedro Fontes – Itanhenga/ES e a caracterização da população do Educandário Alzira Bley no período de 1937 a 1979. Esse trabalho apresenta o contexto histórico do isolamento dos leprosos no Brasil e no Espírito Santo, no cenário político, econômico e epidemiológico da doença para o período em questão e os reatamentos nos destinos dos filhos dos doentes. Para além do isolamento compulsório dos doentes em hospitais colônias, existe uma rede preventorial de instituições (creches, preventórios, educandários) que abrange praticamente todos os estados da federação, que recebiam os filhos indenes dos leprosos.

Tais crianças, adolescentes e jovens eram mantidos internos até completarem a maioria (18 anos para os meninos e 21 para as meninas) quando tinham que deixar tais instituições.

No ano de 2015 ingressei no doutorado do Programa de Pós-Graduação da Ufes, e busquei, por meio do projeto de pesquisa, continuar os estudos a respeito da temática desenvolvida no mestrado porque havia questões que precisavam ser aprofundadas. Durante o espaço temporal do mestrado foi possível analisar as características da população que viveu no Educandário Alzira Bley no período de 1937 a 1979 por meio da construção de um banco de dados que permitiu a construção de gráficos e tabelas sobre as principais características demográficas, analisadas e ilustradas com trechos das entrevistas com três funcionários que atuam no Educandário há décadas, dois deles ex-internos da instituição, e fotografias dos momentos que compõem a história das pessoas que passaram pelo Educandário Alzira Bley (Foto 2).

Foto 2 – Fachada lateral do Educandário Alzira Bley – Março de 2015



Fonte: Pavani (2010).

Todas as análises realizadas na dissertação nos levam a conclusão de que essas situações são o resultado de uma política de saúde pública, com uma ação do Estado no sentido de separar as crianças sadias, mantendo-as sob sua vigilância, para “impedir” a propagação da lepra. Mas, se faz necessário refletir sob a ótica dos novos parâmetros políticos, sociais, econômicos e democráticos, o prejuízo que foi causado aos filhos, pois houve violações aos direitos desses cidadãos e impactos diretos e indiretos sobre suas vidas.

A criação de uma rede de contatos por meio da Associação dos Ex-internos do Educandário Alzira Bley encaminhou a pesquisa a tratar de questões que ficaram em aberto na dissertação, como: Onde estão estas pessoas atualmente? Qual seu grau de escolaridade? Ocupam quais setores das atividades econômicas? Para onde iam esses jovens quando deixavam o Educandário Alzira Bley? Estavam preparados para viver em sociedade? Quais as possibilidades de moradia, emprego e relações familiares que os esperavam ao deixarem os muros da instituição? Os medos? Os estigmas? Qual é a sua capacidade de resiliência? Poderiam essas pessoas se apresentar como egressas do Educandário Alzira Bley? Como vivem? Quais são suas memórias? Suas histórias de vida.

Nesta tese, os atores principais são os filhos indenes dos leprosos que ficaram internos no Educandário Alzira Bley no período de 1937 a 1979. Apesar de a temática apresentar uma relação direta com a criação dos leprosários e hospitais colônias, não se trata da mesma coisa. As crianças não apresentavam sintomas da doença, não tinham “liberdade” e nem opção de escolha. Sofreram alienação parental por parte do Estado e das instituições que lhes resguardavam. Além dos relatos de maus tratos e violência sofridos no interior das instituições.

Contar que os internos das colônias “fugiam” é uma ação compreensível, para adultos isolados contra a própria vontade, que conheciam a vida extramuros das colônias. Mas o que esperar de um recém-nascido que não pôde nem ser amamentado pela sua genitora e que o único mundo que ele conhece está restrito às dependências do educandário?

O modelo asilar de isolamento dos leprosos e a rede preventorial para os filhos indenes constituem-se em fenômenos socioespaciais e políticas institucionalizadas e legitimadas pelo Estado como forma de resguardar a coletividade da sociedade “sadia” por todo o território nacional.

O objetivo deste trabalho é compreender as estratégias políticas e espaciais utilizadas para a segregação da população leprosa e sua prole sadia no Espírito Santo e demonstrar os reflexos da segregação e da reintegração dos filhos desses leprosos na sociedade. Para tanto, são noções norteadoras desta tese as categorias: espaço, tempo, lugar, interações espaciais, instituição total, exclusão social, migração forçada, segregação espacial, estigma, identidade e memória que também contribuem com o embasamento teórico.

Os objetivos específicos são: 1) entender o contexto histórico geográfico da construção da Colônia de Itanhenga³ (1937) e do Educandário Alzira Bley (1940), no município de Cariacica-ES. 2) Compreender a organização espacial do município de Cariacica como um espaço de exclusão utilizado para a instalação das instituições/aparelhos públicos e privados com a finalidade de segregação social. 3) Caracterizar a população do Educandário que foi (re) introduzida na sociedade após o fim da internação compulsória. 4) Identificar os principais destinos dos ex-internos e resgatar aspectos históricos e consequências decorrentes de políticas públicas de segregação dos filhos indenes dos leprosos.

De acordo com o relatório da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2012) sobre os filhos segregados de pais portadores de Hanseníase submetidos à política de isolamento compulsório, mais de 33.689 crianças foram isoladas ao longo de 59 anos, período que durou o isolamento dos filhos.

O que vários autores apontam é a necessidade de uma maior averiguação das condições de vida oferecidas às crianças nesses ambientes, pois, além do crime de alienação parental, cometido ao privar os filhos da convivência com seus pais e

³ A Colônia de Itanhenga, também chamado de leprosário de Itanhenga, foi posteriormente denominada de Hospital Pedro Fontes. Neste trabalho utilizaremos de forma indistinta as referências à Colônia.

outros familiares, existem relatos de outros abusos cometidos no interior das instituições preventoriais como a violência física, psicológica e sexual (SILVEIRA, 2013; OLIVEIRA, 2013; GOMIDE, 1991).

Das 33.689 crianças que foram isoladas, 1.072 (mil e setenta e duas) foram internas do Educandário Alzira Bley em Cariacica-ES. Atualmente, estas pessoas convivem em nossa sociedade, ou à margem dela, fruto de um processo pelo qual elas necessariamente não precisariam ter passado. Mas, em virtude da falta de conhecimento médico-científico da época, das políticas públicas e medidas profiláticas adotadas pelo governo brasileiro, foram imputadas a elas a segregação e o estigma.

A hipótese que norteia este estudo é que a implantação de uma política pública de segregação pelo Estado transformou de maneira profunda e irreversível a vida social e violou os direitos de milhares de crianças e adolescentes internados compulsoriamente no Educandário Alzira Bley.

Após a defesa da dissertação de mestrado em 2013, cujo título é “O isolamento no Hospital Colônia Pedro Fontes – Itanhenga/ES e a caracterização da população do Educandário Alzira Bley no período de 1937 a 1979” voltamos a analisar o banco de dados onde estão cadastradas as 1.547 crianças/adolescentes que foram internas do Educandário neste período.

Revisto, revisado⁴ e retirados os 110 óbitos passou-se então ao montante de 1.072 pessoas. Essa é a população com a qual trabalhamos nesta pesquisa. Continuamos com a investigação sobre os egressos do Educandário Alzira Bley baseada no banco de dados e na perspectiva de contato com os egressos na sociedade atual.

Este trabalho consiste em uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa com abordagem qualitativa. Para a concretização do trabalho foram utilizados diversos procedimentos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, trabalhos de campo,

⁴ Nos anos de 1973, 1975 e 1978, todas as crianças que estavam internadas foram recenseadas, isto é, tiveram seus dados reinseridos no livro de registros, mesmo não tendo ingressado naquele ano. Conferindo todas as informações referentes a filiação, data de nascimento e demais dados presentes no livro de registros foram excluídos 365 nomes repetidos.

aplicação de questionários, história oral de vida, fotografias dos egressos, produção de mapas, gráficos, tabelas e quadros.

A metodologia empregada para o desenvolvimento da parte empírica da pesquisa compreende a utilização das informações do banco de dados dos internos construído a partir de fontes primárias durante o mestrado e o estabelecimento de redes com os ex-internos por meio da Associação dos Ex-internos do Educandário Alzira Bley e criação de um banco de informações sobre o segmento, aplicação de um questionário geral aos egressos localizados e a história oral de vida de duas famílias selecionadas.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/CCS/Ufes) e aprovado sob o parecer nº 2.182.188 (Anexo A).

Neste trabalho utilizamos o termo lepra para o período anterior a 1995 e hanseníase para o período posterior a publicação da Lei N. 9.010/1995. Pois o termo lepra e seus derivados possuem o sentido do preconceito, do estigma, da exclusão, do policiamento e da segregação, aspectos que permeiam o período da história em que os fatos descritos neste trabalho começaram a marcar milhares de vidas. “Apesar dos esforços dos especialistas e dos órgãos especiais, o estigma da doença permaneceu. Lepra continua a ser a expressão popular, que denomina a doença e que denota todo sentido social do preconceito e da rejeição” (GOMIDE, 1991, p.13).

De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos o isolamento compulsório dos acometidos pela lepra desencadeou uma série de danos psicossociais e econômicos para os doentes e seus familiares. O Governo Brasileiro da década de 1930, apesar de signatário da Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU, e das recomendações internacionais das entidades científicas, que lutavam pelo fim das medidas segregacionistas e da separação de filhos, optou por manter a política vigente, e desta forma aumentou o número de pessoas atingidas pela discriminação e os abusos cometidos contra esses cidadãos e seus filhos.

A política em questão possuía um caráter sanitarista, e por isso, segregou crianças e adolescentes sadios, sendo recorrente a narrativa de casos de delinquência,

demência, abusos dos mais variados, alimentação inadequada, maus tratos, desaparecimentos de crianças, adoções ilegais, entre outras.

A estrutura desta pesquisa está organizada da seguinte forma: os primeiros capítulos tratam da base da pesquisa e os outros três do produto da pesquisa.

O primeiro capítulo é a introdução que apresenta esta pesquisa. O segundo capítulo traz um breve histórico sobre a doença e sua origem. Como a lepra é uma das poucas doenças sobre a qual existem capítulos inteiros no livro de Levítico e inúmeras outras passagens na Bíblia, discutimos algumas destas passagens e seus desdobramentos na estigmatização dos doentes ao longo dos séculos. Mas a lepra, enquanto objeto de pesquisa, é muito discutida no campo médico e também nas pesquisas sociais, como apontam os trabalhos acadêmicos analisados. No Estado da Arte fizemos o levantamento e análise de alguns trabalhos recentes que foram apresentados em seminários, congressos, resumos e em forma de artigos, que evocam a temática em diferentes áreas de conhecimento (Geografia, História e Enfermagem) sobre o isolamento dos leprosos em hospitais colônias e de seus filhos sadios em instituições preventoriais.

No terceiro capítulo “Conceitos e categorias para uma leitura geográfica da lepra” identificamos a temática da pesquisa dentro do arcabouço geográfico, fazendo referências às formas como compreendemos o espaço, o tempo, o lugar, as migrações forçadas e as interações espaciais. É notório também considerar outras categorias que permeiam livremente as ciências sociais para compreensão do processo de segregação social dos filhos indenes dentro de instituições totais, que levaram à ruptura parental e a uma vida coletiva nas instituições preventoriais que não favoreciam a constituição de uma identidade por parte dos internos.

O quarto capítulo sobre o tripé da profilaxia no controle da lepra no Brasil expõe o cenário político e econômico brasileiro nas décadas em que ocorreram as medidas de isolamento compulsório dos leprosos e seus filhos indenes. Descrevemos as teorias higienistas, sanitaristas e eugênicas que serviram de embasamento para as medidas isolacionistas do modelo profilático adotado pelo Brasil para o controle da epidemia de lepra. Discutimos os indicadores de hanseníase para o Brasil e o

Espírito Santo na última década a fim de demonstrar como o diagnóstico precoce e tratamento poliquimioterápico contribuíram para a redução da incidência da doença. Produzimos uma estrutura com três subitens descrevendo cada uma das instituições que compunham o tripé da profilaxia no território nacional: os leprosários, os dispensários e os preventórios/educandários.

O quinto capítulo trata do tripé da profilaxia no Espírito Santo. Neste capítulo apresentamos um breve histórico da lepra no Espírito Santo e passamos a analisar os fatores que contribuíram para a evolução histórica do município de Cariacica como um espaço de exclusão social. Em seguida passamos a descrever duas das categorias de instituições que compunham o tripé da profilaxia no Espírito Santo: a Colônia de Itanhenga e os dispensários, pois o Educandário Alzira e a Granja Eunice Weaver que abrigavam os filhos indenes, focos principais desta pesquisa compõem o capítulo seguinte.

O sexto capítulo “O Educandário Alzira Bley e a Granja Eunice Weaver” tem início com a localização e o histórico de construção/instalação do Educandário Alzira Bley e da Granja Eunice Weaver. Contribuíram para a reconstituição deste período da história do Educandário Alzira Bley os relatórios anuais que a instituição entregava para a Federação das Sociedades de Defesa Contra a Lepra, as histórias de vida dos egressos e as fotografias cedidas pelas famílias dos narradores. A análise dos relatórios anuais do Educandário Alzira Bley para o período de 1949 a 1985 permitiram traçar um panorama das atividades que eram realizadas no interior da instituição e dos mantenedores da mesma.

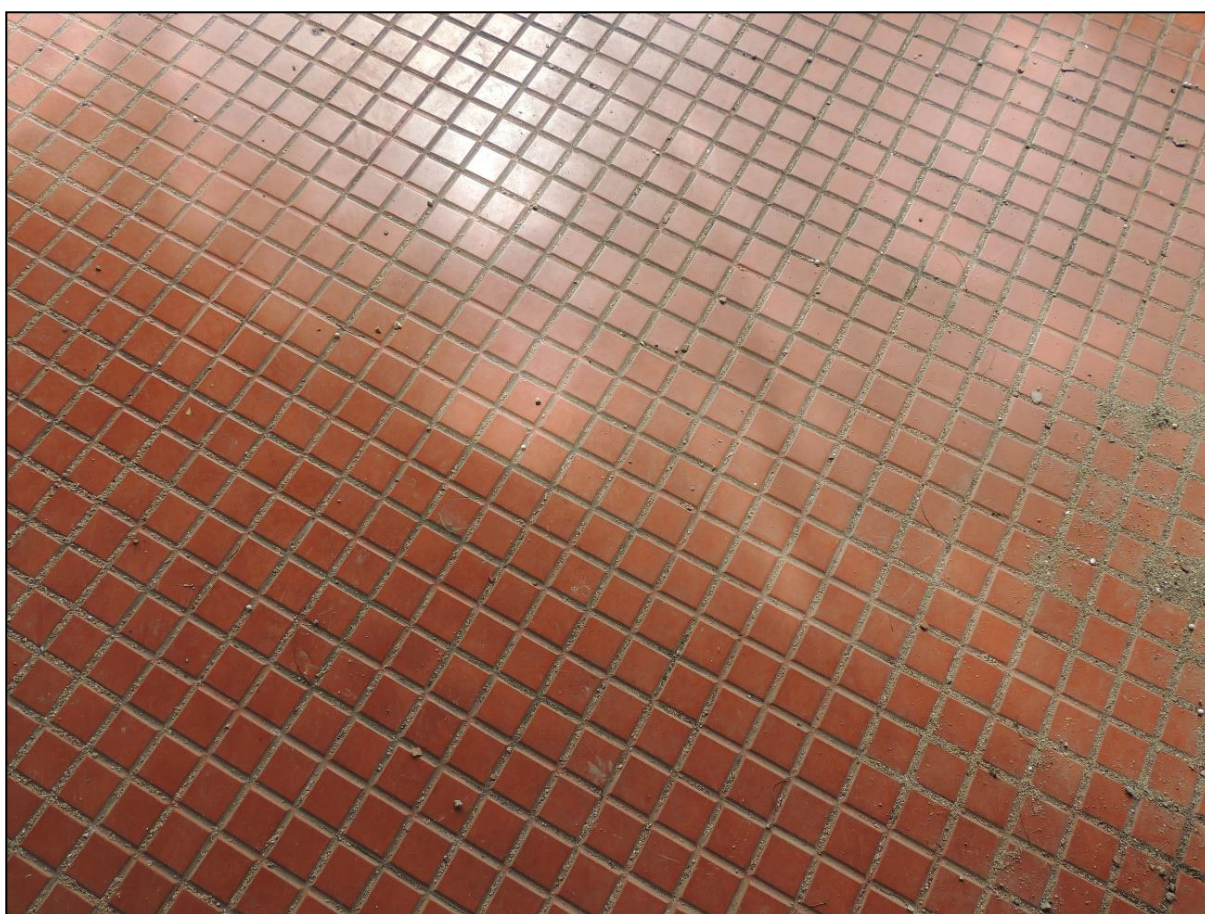
O sétimo capítulo “Os filhos separados” apresenta primeiramente as informações contidas nos questionários, por meio das quais traçamos o perfil dos egressos do Educandário Alzira Bley quanto às características sócio demográficas: distribuição por sexo, idade, escolaridade, profissões, renda, estado civil e quantidade de filhos. Na sequência, utilizamos as histórias de vida dos egressos para descrever as condições de vida dentro do Educandário e na reintrodução destes na sociedade. Auxiliados pelas memórias individuais e coletivas, os narradores descreveram fatos e contribuíram com fotos que revelaram riquezas de detalhes que não poderiam ser deixados de fora deste trabalho, por isso as histórias de vida de todos os 18

narradores pertencentes a duas famílias encontram-se transcritos na íntegra nos Apêndices E e F.

As considerações finais apresentam os principais pontos e resultados do trabalho relativos à vida dos filhos sadios dos leprosos internados compulsoriamente no Educandário Alzira Bley e na Granja Eunice Weaver nos períodos de vida intramuros e após a reintrodução dos mesmos na sociedade.

2. ESTUDOS SOBRE LEPRO

Foto 3 – Piso das rampas e passarelas do Hospital Oswaldo Monteiro (ILHA DA PÓLVORA)



Fonte: Pavani (2018).

O que é a lepra, onde ela surgiu e quais são os trabalhos acadêmicos da atualidade que tratam do assunto são alguns dos temas tratados neste capítulo, cujo objetivo é apresentar a doença e o contexto histórico geográfico de sua disseminação, bem como analisar a produção acadêmica recente sobre o assunto.

Neste segundo capítulo apresentamos um breve histórico sobre a lepra e as suas possíveis formas de disseminação entre as populações. Por se tratar de uma doença muito antiga e haver registros sobre a sua existência na Bíblia, apresentamos algumas passagens e como a visão religiosa contribuiu para a segregação e o estigma dos doentes que eram “amaldiçoados” ou “punidos” com a enfermidade. No terceiro subitem analisamos algumas produções acadêmicas: 10 dissertações e 5 teses que focalizam seus estudos sobre a lepra e seus desdobramentos históricos, políticos, sociais, econômicos, etc.

Para compor este capítulo a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica que teve início com a consulta à Bíblia e às obras clássicas do estudo da Lepra no Brasil, como as produções de Heráclides César de Souza-Araújo, Ernani Agrícola, Flávio Maurano, Yara Nogueira Monteiro e Leila Regina Scalia Gomide, dentre outros. Em nível local o livro *“Hospital Dr. Pedro Fontes antiga Colônia de Itanhenga”* das autoras Dora Martins Cypreste e Alda Vieira também foi muito importante.

No campo das pesquisas acadêmicas foram consultadas as dissertações e teses que versam sobre questões relacionadas à lepra, mas principalmente, no que tange ao tema dos filhos sadios que eram levados para os preventórios/educandários. Neste caso pesquisadores como: Maria de Nazaré de Souza Ribeiro, Ana Michele de Farias Cabral, Claudia Cristina dos Santos, Luciano Marcos Curi, Kalyna Ynanhiá Silva de Faria, Vânia Regina Miranda Postigo, Marcia Mattos Dorneles, Bruna Alves Silveira, Laurinda Rosa Maciel e Lecy Francisca da Silva foram alguns dos autores apresentados no quadro referente a síntese de trabalhos acadêmicos e analisados em seguida.

Contribuíram para a construção teórica as publicações do grupo de pesquisa em História das Doenças da Universidade Federal do Espírito Santo coordenadas pelo professor Dr. Sebastião Pimentel do Laboratório de História, Poder e Linguagens.

Quanto às pesquisas em bases de dados, utilizamos o portal de periódicos da CAPES. Foram identificados menos de 10 documentos na área, no entanto, somente 1 documento foi utilizado segundo a relação direta com a temática dos filhos separados dos pais portadores de lepra.

2.1 BREVE HISTÓRICO

Uma doença de pele que pode atingir os nervos periféricos e causar deformidades nos membros. Lepra, morfeia, mal de Lázaro, doença de Hansen ou hanseníase, como é oficialmente conhecida desde a década de 1970⁵, de acordo com o Ministério da Saúde (2010) é uma doença crônica granulomatosa, proveniente de infecção causada pelo bacilo *Mycobacterium leprae*, que causa lesões na pele e atinge os nervos, provocando danos severos ao doente. O bacilo foi descoberto em 1873 pelo médico Amaneur Hansen, na Noruega. Em homenagem ao seu descobridor, o bacilo é chamado de Bacilo de Hansen.

A lepra surgiu na África Oriental ou no Oriente Médio. Textos antigos narram a presença da lepra na China, na Índia e no Egito há 2.600 anos, sendo uma das mais antigas doenças da humanidade. Pesquisadores franceses do Instituto Pasteur de Paris afirmam que a doença parece ter tido sua origem na África Oriental ou no Oriente Médio, sendo propagada pelas sucessivas correntes de migração humana ao longo da história. A conclusão foi possível com a análise do genoma de 175 diferentes cepas da microbactéria *Mycobacterium leprae*, responsáveis pela lepra em 21 países representativos dos cinco continentes. Os resultados da pesquisa foram publicados na revista americana Science (WASHINGTON, 2005).

A doença, praticamente erradicada nos países desenvolvidos, ainda afeta milhares de pessoas nos países em desenvolvimento, principalmente na China e Índia. Caracteriza-se por ser uma doença endêmica em países com altas taxas de pobreza

⁵ O termo hanseníase só será empregado de forma oficial, no Brasil, a partir da lei nº 9.010 de 29 de março de 1995. O recorte histórico/temporal da pesquisa em questão vai de 1937 a 1979. Utilizaremos o termo lepra e seus derivados para fazer referência a todas as pessoas acometidas pela doença no período do recorte temporal de 1937-1979. Apesar dos esforços dos especialistas e órgãos oficiais, o estigma da doença permaneceu. Lepra continua a ser a expressão popular, eu denomina a doença e que denota todo sentimento social do preconceito e da rejeição (GOMIDE, 1991).

e carentes de políticas públicas. A maioria dos casos se concentra na faixa tropical do globo (MAGALHÃES e ROJAS, 2007). A falta de conhecimentos clínico-imunológicos ensejou, antes da descoberta do bacilo causador da doença, hipóteses que apontavam o caráter hereditário da lepra, outros relacionavam a doença com a pobreza e a falta de higiene.

Para Sournia e Ruffie (1986), em texto indiano escrito por volta do ano 600 AC, a descrição clínica ali apresentada corresponderia com segurança à lepra, como hoje a concebemos. Os movimentos migratórios, as Cruzadas, as atividades de comércio e as guerras são apontados como os principais fatores que contribuíram para a disseminação das doenças infectocontagiosas na antiguidade. Com as pessoas, circulavam também diferentes culturas, múltiplas formas de pensar e agir, além é claro, de doenças infectocontagiosas como a lepra.

As Cruzadas eram movimentos militares de inspiração cristã que partiam da Europa Ocidental em direção à Terra Santa e à cidade de Jerusalém com o intuito de conquistá-las, ocupá-las e mantê-las sob o domínio cristão. O papel das Cruzadas na disseminação da doença para os continentes além-mar é ressaltado por Maciel (2007) que cita as considerações de Mirko Grmek.

De acordo com Mirko Grmek, várias escavações arqueológicas confirmaram a existência de crânios com sinais da doença no século VI da nossa Era, mas não se pode afirmar ainda, tratar-se da lepra de maneira endêmica. Este autor concorda com outros que afirmam que muito do horror que se formou acerca da doença, foi construído com a cultura judaico-cristã; horror este que foi ampliado pelas Cruzadas que, muito provavelmente, contribuíram para espalhar a doença. Mirko afirma que de acordo com a documentação escrita, tudo o que se sabe sobre a lepra na Idade Média provém deste período, por volta do século VI. E é nesse momento também que se criam as primeiras casas de leprosos na França, com Gregório de Tours (MACIEL, 2007, p.30).

As migrações enquanto movimento populacional de indivíduos ou grupos também ajudaram na disseminação das doenças. As migrações são motivadas por fatores de atração e repulsão populacionais e podem se processar de diferentes maneiras: migração interna, internacional, êxodo rural, migração pendular, sazonal, transumância, nomadismo, diáspora, perseguições políticas e/ou religiosas, dentre outras. Em virtude disso seu arcabouço epistemológico é tão abrangente e o

assunto permeia várias ciências, motivando pesquisas de autores de vários campos de conhecimento.

As rotas comerciais que interligavam os continentes, inicialmente Europa e Ásia em busca das especiarias, e posteriormente Europa, África e América à procura das riquezas além-mar (diamantes, ouro, escravos, colônias, etc.) movimentaram grandes contingentes populacionais por terra e pelo mar. Para além das atividades comerciais e de exploração de riquezas, existiam os contatos entre os povos, as conjunções carnais e as relações humanas que permitiam a transmissão de vários tipos de doenças de um país para o outro, de um continente para o outro. O mesmo acontecia com os soldados nas frentes de batalha, nas guerras, nas invasões a outros reinos e países a fim de conquistar territórios.

Assim, a lepra, enquanto uma doença infectocontagiosa de transmissão por meio de bacilos expelidos pelas vias aéreas superiores (boca e nariz) se espalhou rapidamente pela Europa e demais continentes. Como a cura para a doença era desconhecida, bem como a forma de contágio, a medida isolacionista era a única solução possível para proteger os sãos. Alguns autores afirmam ter existido cerca de 19 mil leprosários na Europa em toda a época medieval até o início da era moderna (MACIEL, 2007). Por volta do século VI, surgiram as primeiras casas de leprosos na França, com o passar do tempo, as formas excludentes e estigmatizantes de lidar com os leprosos foram se corporificando de outras maneiras. Alguns países optaram pelo isolamento insular dos doentes, que ficavam abandonados à própria sorte sem nenhum tipo de assistência. Outros eram enviados para leprosários ou excluídos da sociedade, onde os doentes não podiam entrar em igrejas, tinham que usar luvas e roupas especiais que os identificassem como portadores da doença, carregar sinetas ou matracas que anunciassem sua presença e, para pedir esmolas, precisavam colocar um saco amarrado na ponta de uma longa vara, pois não podiam chegar perto dos sãos.

Após a identificação dos leprosos, os mesmos eram excluídos do convívio social, expulsos das vilas e cidades e viviam de mendicância ou eram isolados em leprosários.

As raízes desse processo de exclusão social e segregação espacial dos leprosos são bíblicas. Das fontes históricas do mundo antigo, no que se refere ao campo da saúde/doença, a Bíblia é uma das mais importantes, sendo que seu terceiro livro, o Levítico, é apontado como o primeiro “manual” de saúde pública de que se tem notícia (MONTEIRO, 1995).

2.2 A LEPRA NA BÍBLIA

A lepra e seus vários desdobramentos, sobretudo os que se referem ao seu marcante apelo social e estigmatizante, aponta para uma representação que vê no leproso o objeto de exclusão e, ao mesmo tempo, de piedade, está ligada à tradução da Bíblia da língua hebraica para o grego e, conseqüentemente, à herança judaico-cristã recebida pelo Ocidente. De modo geral, a lepra bíblica está normalmente associada à impureza e profanação; aquele que sofria da doença, segundo a Bíblia, era alguém que foi objeto da ira divina, desagradou a Deus e obteve, assim, o castigo através da doença que mutila e desfigura. Sendo assim, a Igreja Católica, organizava alguns rituais de passagem para exilar os doentes das vilas e cidades a partir dos séculos XIII e XIV. Como apresenta Maciel, após as cerimônias de separação dos leprosos da comunidade, seus bens materiais passavam a ser gerenciados pela igreja Católica.

Os leprosos podiam ser denunciados e deveriam comparecer perante um júri que os sentenciaria para a condição de ‘culpado’. Assim, este doente se vê ‘morto’ civilmente e seus bens materiais interditados, passando a ser controlados e gerenciados pela Igreja Católica ou pelo poder real. Por volta de 1.430, em regiões da França e Inglaterra, estas cerimônias eram acompanhadas por toda a população da vila que lembravam a separação do leproso com a comunidade:

Esquemáticamente ela consiste em levar o doente à igreja em procissão, ao canto do Libera me como para um morto, na celebração de uma missa que o infeliz escuta dissimulado sob um cadafalso, sendo depois acompanhado à sua nova morada. (...) o padre deve pegar terra do cemitério e pô-la na testa do leproso, dizendo o seguinte: ‘Meu amigo, é sinal de que estás morto para o mundo (...), a leitura das proibições (entrar nos moinhos, tocar nos alimentos etc.) acompanha a entrega e benção das luvas, da matraca e da caixa de esmolos. (...) A Reforma Católica e a desapareição da lepra, depois de 1.580, acabaram com esta liturgia (MACIEL, 2007, p.30-31).

Algumas reflexões sobre a prática dos “mortos em vida” podem sugerir que a apropriação dos bens dos leprosos pela Igreja Católica ou pela Coroa era favorável para aqueles que tinham o poder (o Clero/ o Rei) enquanto a família e o doente

passavam dificuldades, privações e humilhações. As leis, os rituais de passagem tendiam ao favorecimento de uns em detrimento de outros.

De acordo com Curi (2002), a lepra, no entanto, foi a única doença digna de menção específica por parte da Bíblia. “No Levítico, os capítulos treze e quatorze legislam especificamente sobre ela, instruindo o sacerdote a proceder à purificação, expulsão e possível reintegração do doente na comunidade, caso obtivesse a cura” (CURI, 2002, p. 5). Noutra passagem bíblica, em que aparecem esses processos de exclusão social e segregação espacial descrita em Números, o Capítulo 5, versículos de 1 a 4 relatam:

“Disse o Senhor a Moisés: Ordena aos filhos de Israel que **lancem para fora do arraial todo leproso**, todo o que padece fluxo e todo imundo por ter tocado em algum morto; tanto homem como mulher os lançareis; para fora do arraial os lançareis, para que não contaminem o arraial, no meio do qual eu habito. Os filhos de Israel fizeram assim e os lançaram para fora do arraial; como o Senhor falara a Moisés, assim fizeram os filhos de Israel” (Números 5:1-4, Bíblia Sagrada, 1999, p.129, grifo da autora).

Os filhos de Israel lançaram para fora do arraial o leproso e a sociedade reproduziu essa ação pelos séculos seguintes. “Com relação à lepra, a Bíblia torna-se leitura obrigatória, visto ter sido responsável pela construção de uma postura estigmatizante que se espalhou pelo ocidente, perpetuando-se até nossos dias” (MONTEIRO, 1995, p. 8). Encontramos na Bíblia diversas passagens sobre a sua ocorrência e as maneiras pelas quais os enfermos eram tratados (segregação, estigma, isolamento, punição, dentre outras), conforme relação apresentada no Quadro 1.

Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Jó, Reis, Crônicas, Isaias, Mateus, Marcos e Lucas, onze livros da Bíblia relatam que a lepra é uma doença presente em seu tempo, descrevendo as leis acerca do leproso e o isolamento pela segregação a que eram submetidos os acometidos pela doença, uma vez que estes eram vistos como impuros e pecadores. Mas, também apontam a cura de vários leprosos como Naamã.

Quadro 1 – A Lepra na Bíblia

Livros da Bíblia	
Êxodo 4: 6-7; 9: 8-11	4. 6 “eis que a mão estava leprosa, branca como a neve”. 9. Sexta praga: úlceras
Levítico 13: 47-59; 14: 33-47; 14:57	13. As leis a cerca da Lepra. 14. A lei acerca do leproso depois de sarado. A lei a cerca da lepra numa casa.
Números 5: 1-4; 12: 9-11	5. O leproso e o inundo são lançados fora do arraial. 12. “pela ira do Senhor Miriã achou-se leprosa”.
Deuteronômio 24: 8-9; 28: 27-28	24. “Guarda-te da praga da lepra”. 28. “O Senhor te ferirá com as úlceras do Egito”
Jó 2: 7-9	2. “Então, saiu Satanás da presença do Senhor e feriu a Jó com tumores malignos”.
2 Reis 5: 1-16; 20: 27	5. Naamã é curado de lepra. Geazi é atacado de lepra.
2 Crônicas 26: 16-23	26. Uzias é atacado de lepra.
Isaías 38: 9-21	38. A doença de Ezequias e a sua cura maravilhosa.
Mateus 8: 1-4; 10:8; 11: 2-5	8. A cura de um leproso. 10. “Curai enfermos, ressuscitai mortos, purificai leprosos, expeli demônios; de graça recebestes, de graça dai”. 11. “os leprosos são purificados”.
Marcos 1: 40-42	1. A cura de um leproso.
Lucas 4: 27; 5:12-16; 7: 22-23; 13: 10-17; 16: 19-31; 17: 11-19	4. “Havia também muitos leprosos em Israel nos dias do profeta Eliseu, e nenhum deles foi purificado, sendo Naamã, o siro”. 5. A cura de um leproso. 7. “os leprosos são purificados”. 13. A cura de uma enferma. 16. “Lázaro com o corpo coberto de chagas”. 17. A cura de dez leprosos.

Fonte: Bíblia Sagrada (1999).

A forma de representação do leproso foi pautada pela igreja que impôs sua ideologia no processo de colonização da América Latina. O projeto colonial desenvolvido pelos estados ibéricos preservou grande parte das crenças, mitos e tabus que permearam as práticas de exclusão, segregação compulsória, investigação da vida particular, estigmas e rejeições que foram cometidas século após séculos contra o portador de lepra e seus familiares. Assim como na Bíblia, o leproso era um morto para a vida.

2.3 A LEPRA E SEUS ESTUDOS ACADÊMICOS

Existem diversos temas que compõem o arcabouço cultural da sociedade, ou a história da humanidade, que não ficam circunscritos a uma única área do conhecimento científico. A sua abrangência e relevância são tão grandes que perpassam diversas áreas do saber. Por isso, pesquisadores de diferentes campos se debruçam em busca de informações mais explícitas de acordo com suas especificidades sobre o objeto de pesquisa.

Estamos diante de um desses temas abrangentes, que envolvem diferentes áreas de conhecimento, quando nos debruçamos sobre os estudos referentes às populações que foram isoladas nos 36 preventórios/educandários distribuídos por todos os estados da federação brasileira no período compreendido entre 1937-1979. Silva (2013) em sua tese de doutorado em história pela Universidade Federal de Goiás, intitulada “Eternos órfãos da saúde: Medicina, política e construção da lepra em Goiás (1830-1962)” já apontava que

desde o início do século XX, o tema tem atraído o interesse de historiadores, médicos, memorialistas, geógrafos, sociólogos etc., caracterizando-se por seu caráter de interdisciplinaridade e pela variação temática (SILVA, 2013, p. 15).

Em trabalho contemporâneo, Pavani (2013) compartilha do mesmo pensamento.

Por se tratar de um assunto que carece de obras de síntese (inexiste, por exemplo, uma publicação com envergadura/perspectiva mais generalista sobre o assunto na literatura geográfica brasileira), um traço “comum” aos estudos disponíveis sobre o tema revela uma pluralidade de abordagens, mesclando perspectivas teóricas diversas, sendo comum, também, a existência de pesquisas que, sob o ponto de vista das distinções formais, se situam nas intersecções entre disciplinas das ciências sociais e “médicas” mais diretamente associadas ao fenômeno, dentre os quais se poderiam destacar a Medicina, Psicologia Social, Sociologia, Antropologia, Enfermagem, História e também, a Geografia, notadamente a Geografia da Saúde (PAVANI, 2013, p. 21).

Apresentamos a seguir o Quadro 2 com algumas produções científico/acadêmicas, publicadas nas últimas décadas a respeito do estudo da lepra e das populações internadas em preventórios/educandários por diferentes áreas de conhecimento. Em virtude da interdisciplinaridade do tema e suas múltiplas possibilidades de análise,

os trabalhos estão organizados por área de conhecimento e ordem cronológica de publicação. Este estudo não tem a pretensão de aprofundar e/ou esgotar as abordagens, cuja amplitude vai além do escopo deste trabalho.

Quadro 2 – Sínteses de trabalhos acadêmicos analisados

Área de Conhecimento: Geografia		
Nº 1	Dissertação de Mestrado	A hanseníase e a política de saúde em Uberlândia
Autor		Márcia Mattos Dornelles
Orientador		Júlio César de Lima Ramires
Instituição		Universidade Federal de Uberlândia.
Ano		2005
Objetivo		Analisar os índices de prevalência e detecção da hanseníase que fazem de Minas Gerais um espaço de reprodução dessa doença, em áreas com expressivo desenvolvimento econômico como Uberlândia. Analisar a construção e os estigmas criados em torno da hanseníase em uma perspectiva histórica, assim como a produção e a reprodução social da doença em MG enquanto problema de saúde pública; identificar os impasses e as perspectivas de eliminação da hanseníase em Uberlândia.
Procedimentos Metodológicos		Levantamento de dados junto à Secretaria Municipal de Saúde, às Secretarias Estaduais de Saúde, ao Banco de Dados do DATASUS, Organização Pan-americana de Saúde; leitura de documentos relativos à Política da Eliminação da Hanseníase Brasil/MG/Uberlândia. Entrevistas com a Coordenadora do Programa de Hanseníase do município, com a Assistente Social da Unidade Básica do bairro Lagoinha e moradores do mesmo bairro.
Escala de Análise		Local
Categorias e Conceitos		Produção e reprodução social, estigma, políticas públicas de saúde.
<hr/>		
Nº 2	Dissertação de Mestrado	Espaços vigiados: um estudo do isolamento compulsório dos portadores de hanseníase no Asilo Colônia Santo Ângelo (1890/1960)
Autor		Vânia Regina Miranda Postigo
Orientador		Júlio César Suzuki
Instituição		USP – Universidade Federal de São Paulo
Ano		2008
Objetivo		Analisar o isolamento compulsório dos portadores de hanseníase no Asilo Colônia Santo Ângelo localizado em Mogi das Cruzes, SP, tendo como ponto de partida os anos 1890, época em que as primeiras medidas de controle da hanseníase e de outras doenças foram adotadas pelo poder público paulista.
Procedimentos Metodológicos		Análise da produção escrita acerca da saúde pública adotada em São Paulo (teses, dissertações, livros, jornais da época, além de material iconográfico). Trabalho de campo, 5 entrevistas com senhoras sobreviventes do período de internação compulsória.
Escala de Análise		Estadual e local.
Categorias e Conceitos		Espaço urbano, saúde pública, sanitarismo, segregação e isolamento compulsório.
<hr/>		

Nº 3	Dissertação de Mestrado	Do Hospital ao Bairro: desativação do “hospital-colônia” e criação do bairro Colônia Antônio Aleixo em Manaus - AM
Autor		Juliana Araújo Alves
Orientador		José Aldemir de Oliveira
Instituição		Universidade Federal do Amazonas
Ano		2011
Objetivo		Compreender o movimento de passagem de hospital a bairro do hospital-colônia Antônio Aleixo.
Procedimentos Metodológicos		Pesquisa de campo, levantamento de fontes documentais, produção cartográfica e história de vida.
Escala de Análise		Local.
Categorias e Conceitos		Geografia, tempo, espaço e paisagem.
Nº 4		
	Tese de Doutorado	De leprosário a bairro: reprodução social em espaços de segregação na colônia Antônio Aleixo (Manaus/AM)
Autor		Maria de Nazaré de Souza Ribeiro
Orientador		Júlio César Suzuki
Instituição		USP – Universidade Federal de São Paulo
Ano		2011
Objetivo		Analisar a reprodução social (relação trabalho e vida) de moradores do bairro Colônia Antônio Aleixo em Manaus (AM), ex-colônia de hansenianos, a partir da segregação ocorrida em 1942.
Procedimentos Metodológicos		Pesquisa quali-quantitativa, de natureza transversal descritivo-analítico, com abordagem baseada na concepção materialista e dialética da história, tendo sido privilegiados levantamentos de campo, com entrevistas, aplicação de questionários, mapeamentos e séries fotográficas, bem como levantamentos em fontes secundárias, em órgãos governamentais e núcleos de pesquisa, além de revisão bibliográfica. Método da História de Vida, relato oral de 13 pessoas segregadas. Pesquisa quantitativa envolvendo 378 indivíduos, por meio de entrevistas.
Escala de Análise		Local.
Categorias e Conceitos		Segregação, redes sociais e hanseníase.
Nº 5		
	Dissertação de Mestrado	O isolamento no Hospital Colônia Pedro Fontes – Itanhenga/ES e a caracterização da população do Educandário Alzira Bley no período de 1937 a 1979
Autor		Elaine Cristina Rossi Pavani
Orientador		Aurélia Hermínia Castiglioni
Instituição		Universidade Federal do Espírito Santo
Ano		2013
Objetivo		Analisar a população do Educandário, com as informações provenientes de uma fonte de dados documental e histórica contida nos dois livros de registros do Educandário e seus arquivos fotográficos.
Procedimentos Metodológicos		Construção de um banco de dados no programa computacional Access sobre as 3.432 pessoas que foram internas do Educandário Alzira Bley, localizado na BR 101 - km 9 no bairro de Itanhenga - Cariacica/ES. Registros fotográficos. No estudo foram realizadas 3 entrevistas semiestruturadas com funcionários e ex-internos do Educandário. Este trabalho contém análises dos gráficos e tabelas elaborados a partir do banco de dados.
Escala de Análise		Local
Categorias e Conceitos		Transição demográfica, transição epidemiológica, migrações forçadas, redes migratórias, Geografia da população, caracterização da população (sexo, idade, cor, origem e suas variações), Geografia histórica.

Área de Conhecimento: História		
Nº 6	Dissertação de Mestrado	Órfãos de pais vivos: a lepra e as instituições preventoriais no Brasil – estigmas, preconceitos e segregação.
Autor		Leila Regina Scalia Gomide
Orientador		Raquel Glezer
Instituição		USP – Universidade Federal de São Paulo
Ano		1991
Objetivo		Retratar o interior da instituição preventorial, relatar sua constituição física, seus objetivos, seu funcionamento, sua política educativa e disciplinarizadora, assim como a relação estabelecida entre criança/família e entre criança/sociedade.
Procedimentos Metodológicos		Pesquisa histórica, bibliográfica. Pesquisa documental. História Oral de Vida.
Escala de Análise		Local (Triângulo Mineiro)
Categorias e Conceitos		Estigmas, preconceito, segregação social, sanitarismo, higienismo, eugenismo, rede preventorial.
<hr/>		
Nº 7	Dissertação de Mestrado	Da maldição divina à exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo
Autor		Yara Nogueira Monteiro
Orientador		Anita Waingort Novinsky
Instituição		USP – Universidade de São Paulo
Ano		1995
Objetivo		Reconstituir o mundo do hanseniano e mostrar seus vínculos com uma tradição milenar preservada nas sociedades contemporâneas; verificar como a hanseníase se introduziu no Brasil e como aqui se reproduziram padrões de comportamentos semelhantes aos da Europa.
Procedimentos Metodológicos		Pesquisa histórica, bibliográfica. Pesquisa em fontes primárias: arquivo médico de hanseníase do Estado de SP, documentação do Departamento de Profilaxia da Lepra, regulamentos e estatutos, leis e decretos federais, portarias federais, leis e decretos estaduais, portarias, processos judiciais. Entrevistas com doentes, preventórios, médicos e pessoas pertencentes à “sociedade sadia”. Pesquisa em Jornais.
Escala de Análise		Local (SP)
Categorias e Conceitos		Estigma, exclusão social, lepra e religião, a endemia da lepra em São Paulo, a postura internacional frente à lepra, eugenia.
<hr/>		
Nº 8	Dissertação de Mestrado	Defender os sãos e consolar os lázaros: Lepra e isolamento no Brasil 1935/1976.
Autor		Luciano Marcos Curi
Orientador		Vera Lúcia Puga de Sousa
Instituição		Universidade Federal de Uberlândia
Ano		2002
Objetivo		Recuperar a história do isolamento dos leprosos no Brasil do século XX com ênfase nos discursos sociais que implementaram tal prática e no drama vivido pelos acometidos de lepra ao serem integrados ou colocados dentro da rede institucional criada para eles com o objetivo de erradicar a endemia leprótica que assolava o país.
Procedimentos Metodológicos		Análise histórica e documental.
Escala de Análise		Nacional
Categorias e Conceitos		Estigma, filantropia, medicina, Estado, tríade isolacionista.
<hr/>		
Nº 9	Dissertação de Mestrado	“Em proveito dos sãos, perde o lázaro a liberdade”: uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941/1962)

Autor		Laurinda Rosa Maciel
Orientador		André Luiz Vieira de Campos
Instituição		Universidade Federal Fluminense
Ano		2007
Objetivo		Tecer uma trama com vários componentes, tais como, por exemplo, o conhecimento médico, os avanços da ciência, as especificidades de cada período histórico e as políticas sanitárias, dentre outras variáveis. O que se propõe é uma análise que rompa com uma história de heróis e de sucessos, e considere os impactos sociais trazidos com as doenças e as políticas para seu controle, que não a qualifiquem puramente como um 'evento biológico', conforme apontou Charles Rosenberg.
Procedimentos Metodológicos		Fontes documentais diferenciadas, principalmente os artigos dos vários periódicos científicos, sobretudo os do Boletim do Serviço Nacional de Lepra, Revista Brasileira de Leprologia e Arquivos Mineiros de Leprologia, criados no Brasil após 1935. Documentos da Fundação Oswaldo Cruz, Centro Internacional de Leprologia, Arquivo Pessoal de Carlos Chagas Filho DAD/COC e CPDoc. Filmes educativos elaborados pelo Ministério da Educação e Saúde na década de 1940. As entrevistas do projeto de pesquisa "História e memória da hanseníase no Brasil através de seus depoentes (1960-2000)".
Escala de Análise		Nacional
Categorias e Conceitos		Estigma, Serviço Nacional de Lepra (SNL), os congressos de lepra e o isolamento, políticas públicas do governo federal.
Nº 10	Tese de Doutorado	Crianças Indesejadas: Estigma e exclusão dos filhos sadios de portadores de hanseníase internados no Preventório Santa Terezinha 1930-1967.
Autor		Cláudia Cristina dos Santos
Orientador		Maria Luiza Tucci Carneiro
Instituição		USP – Universidade Federal de São Paulo
Ano		2009
Objetivo		Reconstruir a história dos filhos de pais portadores de hanseníase, internados compulsoriamente no Preventório Santa Terezinha, localizado na cidade de Carapicuíba-SP, entre os anos de 1930-1967.
Procedimentos Metodológicos		Por meio da técnica da história oral, procura ressaltar os anseios, sentimentos e reações das crianças (hoje egressos), com relação à instituição, assim como avaliar o processo de aceitação/resistência, integração/rejeição social. Tal abordagem se faz imprescindível para a reconstituição do cotidiano dos filhos sadios dos hansenianos dentro do Preventório Santa Terezinha. Análise dos prontuários dos internos, correspondências, depoimentos dos egressos, álbuns fotográficos e recortes de jornais e revistas. Uma história oral.
Escala de Análise		Local.
Categorias e Conceitos		Hanseníase, eugenismo, exclusão e estigma.
Nº 11	Tese de Doutorado	Excluir, isolar e conviver: um estudo sobre a lepra e a hanseníase no Brasil
Autor		Luciano Marcos Curi
Orientador		Betânia Gonçalves Figueiredo
Instituição		Universidade Federal de Minas Gerais
Ano		2010
Objetivo		Demonstrar que a hanseníase é uma doença nova e não um novo nome para a velha lepra. Examinadas retrospectivamente, esquivando-se dos anacronismos rotineiros, o advento da

		hanseníase evidenciou-se a partir da gênese e emergência de um saber científico específico que passou a definir essa doença.
Procedimentos Metodológicos		Análise histórico-cultural empreendida sob inspiração da teorização de Ludwik Fleck.
Escala de Análise		Nacional
Categorias e Conceitos		Lepra, hanseníase (mal de Hansen), história da lepra, história da hanseníase, doença, saúde pública, história da medicina.
Nº 12	Tese de Doutorado	Práticas sociais, memórias e vivências no combate à lepra: isolamento compulsório em asilos – colônias e preventórios brasileiros – 1935 a 1986
Autor		Bruna Alves Silveira
Orientador		Sergio Paulo Morais
Instituição		Universidade Federal de Uberlândia
Ano		2013
Objetivo		Discutir acerca das práticas sociais que instituíram o isolamento compulsório em asilos-colônias e preventórios, das pessoas acometidas pela lepra e seus filhos indenes. Prática que foi considerada a principal medida de combate à doença, adotada pelo governo brasileiro de meados de 1930 a 1986, período compreendido pela pesquisa.
Procedimentos Metodológicos		Fontes orais (entrevistas), percurso historiográfico, documentários (fontes filmográficas), uso de imagens fotográficas (fontes iconográficas), uso de poesias (literatura).
Escala de Análise		Nacional
Categorias e Conceitos		Práticas sociais, memórias, isolamento compulsório.
Nº 13	Tese de Doutorado	Eternos órfãos da saúde: medicina, política e construção da lepra em Goiás (1830-1962)
Autor		Leicy Francisca da Silva
Orientador		Marlon Jeison Salomon
Instituição		Universidade Federal de Goiás
Ano		2013
Objetivo		Analisa o processo de construção da lepra em Goiás.
Procedimentos Metodológicos		Analisa os discursos médicos e políticos produzidos no período entre 1830 a 1962; observa as transformações referentes ao modo de pensar e expressar o problema e os elementos relativos ao poder e ao saber que constroem a doença como problema médico-político. Os principais documentos utilizados nessa análise são os relatórios de médicos-viajantes, revistas médicas goianas, relatórios dos governos provinciais/estaduais e jornais locais.
Escala de Análise		Local.
Categorias e Conceitos		Política, discurso médico e isolamento.
Nº 14	Dissertação de Mestrado	Da dignificação dos filhos de lázaros: um estudo sobre o Preventório Afrânio de Azevedo. Goiânia 1942/1950.
Autor		Kalya Ynanhiá Silva de Faria
Orientador		Cristina de Cássia Pereira Moraes
Instituição		Universidade Federal de Goiás
Ano		2014
Objetivo		Problematizar o Preventório Educandário Afrânio de Azevedo como uma instituição de combate a lepra em Goiás bem como seu caráter higienista, assistencialista e filantrópico. Analisar as políticas públicas de saúde e assistência para o desenvolvimento da infância dos internos no preventório. Analisar a relação entre sociedade-sãos-doentes no que se refere a lepra/hanseníase.
Procedimentos		Visitas a Colônia. Reportagens de jornais e revistas da época

Metodológicos	(1940/1950). Pesquisa bibliográfica e uso de registros iconográficos.
Escala de Análise	Local.
Categorias e Conceitos	Políticas públicas de saúde, estigma, história política, história das doenças, tripé da profilaxia, eugenismo e higienismo.
Área de Conhecimento: Enfermagem	
Nº 15	Dissertação de Mestrado
Vivências compartilhadas de filhos separados pela hanseníase no RN a luz da história oral de vida	
Autor	
Ana Michele Faria Cabral	
Orientador	
Célia Albino Simpson	
Instituição	
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	
Ano	
2013	
Objetivo	
Resgatar a história oral de vida dos filhos de portadores de hanseníase que foram internos no preventório/educandário Osvaldo Cruz, Natal-RN; elaborar uma análise contextual sobre os filhos de portadores nos preventórios; conhecer a trajetória de vida dos filhos de doentes de hanseníase institucionalizados em preventórios/educandários; elaborar um documentário sobre a história de vida dos filhos separados da hanseníase; formar o MORHAN Potiguar; e implementar o I Encontro Estadual do MORHAN Potiguar.	
Procedimentos Metodológicos	
Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva com uma abordagem qualitativa. Utilizou-se das contribuições do método e técnica da história oral de vida como referencial metodológico. Foram entrevistados 10 egressos do preventório /educandário Osvaldo Cruz em Natal/RN, filhos de ex-doentes comprovadamente, residentes na capital potiguar, de ambos os sexos, maiores de idade, com condições cognitivas, intelectuais e emocionais preservadas. A análise das histórias obtidas dos colaboradores foi realizada à luz da Análise de Conteúdo Temático.	
Escala de Análise	
Local (Natal –RN)	
Categorias e Conceitos	
Políticas públicas no campo da hanseníase, trajetória de vida dos egressos do educandário/preventório Osvaldo Cruz, resiliência.	

Fonte: Pavani (2018).

O Quadro 2 traz uma breve apresentação de 10 dissertações de mestrado e 5 teses de doutoramento com foco nos estudos da lepra e seus desdobramentos históricos, políticos, sociais, econômicos, etc.

Em dissertação de mestrado em Geografia defendida na Universidade Federal de Uberlândia (MG) sob a orientação do professor doutor Júlio César de Lima Ramires, Márcia Mattos Dornelles analisa os índices de prevalência e detecção da hanseníase que fazem de Minas Gerais um espaço de reprodução dessa doença, principalmente em uma área com expressivo desenvolvimento econômico como Uberlândia. A autora analisa a construção e os estigmas criados em torno da hanseníase em uma perspectiva histórica, assim como a produção e a reprodução

social da doença em Minas Gerais enquanto problema de saúde pública e identifica os impasses e as perspectivas de eliminação da hanseníase em Uberlândia.

Dornelles (2005) aborda a questão da Geografia da Saúde ou Médica que teve seu início em 1952, com a criação da Comissão Médica de Saúde e Doença da União Geográfica Internacional. Aponta os papéis da Geografia na desmistificação de pré-conceitos, na organização e participação no planejamento das cidades.

A autora conclui que de todas as formas, e depois de todas as leituras e entrevistas, a única certeza alcançada é que não se pode deixar que o sentimento de impotência prevalecesse, devendo ser assumida a obrigação de unir esforços com todas as formas de pensamento, com todas as filosofias e com todas as ciências, a fim de que se imunizem os males que atingem com força o ser humano. É necessário repensar o próprio significado de doença, resgatando o ser total, destinando o espaço (espaço geográfico, lugar, dignidade, cidadania) a todos que se sintam vulneráveis e a todos os denominados 'doentes'.

Outro trabalho da área da Geografia, orientado pelo professor doutor Júlio César Suzuki, do departamento de Geografia Humana da USP em 2008, foi apresentado por Vânia Regina Miranda Postigo que defendeu a dissertação intitulada "Espaços Vigeados: um estudo do isolamento compulsório dos portadores de hanseníase no Asilo Colônia Santo Ângelo/Mogi das Cruzes-SP" (1890/1960). A dissertação contém a análise do isolamento compulsório dos portadores de hanseníase no Asilo Colônia Santo Ângelo localizado em Mogi das Cruzes, SP, tendo como ponto de partida os anos 1890, época em que as primeiras medidas de controle da hanseníase e de outras doenças foram adotadas pelo poder público paulista.

A autora analisa a produção escrita acerca da saúde pública adotada em São Paulo por meio de teses, dissertações, livros, jornais da época, além de material iconográfico. Realiza trabalho de campo e cinco entrevistas com senhoras sobreviventes do período de internação compulsória. Ressalta que a ideia de confinar os leprosos em instituições fechadas na década de 1920 foi muito debatida em congressos, envolvendo, além dos médicos higienistas a imprensa e a sociedade, representada por sociedades assistencialistas, sendo o confinamento

considerado o único meio capaz de resolver a endemia da lepra no estado de São Paulo, já que a cura da doença ainda não era conhecida. Neste sentido, as formas de tratamento desumanas prestadas aos doentes podem ser apontadas como o outro lado da história da profilaxia da lepra em São Paulo, na qual o isolamento era utilizado em sua forma mais perversa.

Alves (2011) em dissertação de mestrado defendida na UFAM trata de um bairro originário do encerramento das atividades do “Hospital-Colônia” Antônio Aleixo, situado na zona Leste da cidade de Manaus. Durante anos o bairro foi estigmatizado, em virtude da lepra. O que corroborou para a desintegração geográfica do bairro, afastado cerca de 15 km do centro urbano de Manaus. Suas atividades iniciais remetem a década de 1940, quando paulatinamente são transferidos os internos da Colônia Belizário Penna, em Paricatuba, e se encerraram, oficialmente, em 1978 quando o Hospital é desativado e a Colônia torna-se bairro de Manaus, declarada aberta e de livre circulação.

A autora teve como objeto de pesquisa a compreensão do momento de passagem de Hospital a bairro, a espacialidade e o cotidiano desse espaço. Primeiramente, tratou o bairro tal como ele é constituído hoje, depois os temas pertinentes aos portadores de hanseníase, a pensão especial, a indenização aos filhos separados e o passado do bairro.

No mesmo ano, Maria de Nazaré de Souza Ribeiro (2011) defendeu a tese “De leprosário a bairro: reprodução social em espaços de segregação na Colônia Antônio Aleixo (Manaus/AM)”, onde analisa a reprodução social (relação trabalho e vida) de moradores do bairro Colônia Antônio Aleixo em Manaus (AM), ex-colônia de hansenianos, a partir da segregação ocorrida em 1942. Seus objetivos são de resgatar a história de quem vivenciou a segregação por conta da hanseníase, analisando a construção social e os estigmas criados em torno da doença; identificando como os ex-internos transferidos para a colônia perceberam sua segregação e como percebem hoje sua inclusão/exclusão social; discutindo as transformações sociais do bairro ao longo do tempo, analisando a importância da formação das redes sociais que ajudaram o bairro no seu processo de desenvolvimento, as formas de reprodução social dos moradores do bairro e suas

perspectivas de futuro. Nessas análises, Ribeiro identifica novas formas de segregação existentes hoje neste espaço, oriundas da segregação do passado. Para isso, utiliza como categorias de análise a segregação, as redes sociais e a hanseníase.

A autora defende que a instituição da política de segregação dos doentes de hanseníase no Brasil e no Amazonas só foi possível por estar amparada em teorias científicas (sanitarismo, higienismo e eugenismo) que a legitimavam, e em um contexto de maior controle estatal sobre os assuntos nacionais, por meio de velhos mecanismos autoritários e da força do aparelho de Estado. Inúmeros processos locais ligados ao cotidiano das comunidades e à dinâmica das políticas públicas influenciam e diferenciam os lugares, como no caso do bairro Colônia Antônio Aleixo, onde o próprio espaço representa um conjunto de constrangimentos, principalmente pelo estigma da hanseníase. Os indivíduos em condições sociais distintas têm acesso diferenciado a bens e serviços públicos e a elementos geradores de mobilidade social (como o emprego), assim como tendem a ser submetidos de forma diferente a agravos de diversas naturezas. Enquanto a segregação gera isolamento, as redes sociais podem ajudar a integrar socialmente, construindo padrões de contiguidade social.

As obras de Alves (2011) e Ribeiro (2011) tratam da construção do bairro Antônio Aleixo, uma ex-Colônia que dista 15 Km da Capital do Amazonas, as relações que existiam na Colônia, as histórias de vida das pessoas que foram internadas e os desdobramentos políticos, sociais e econômicos que se processaram neste espaço geográfico após o fim do isolamento compulsório no final de década de 1970.

Nos trabalhos de Ribeiro (2011) e Postigo (2008) o isolamento compulsório dos leprosos é visto sob a óptica das práticas higienistas e do uso do poder público para confinar os doentes em instituições fechadas. O aprofundamento dos estudos se dá por meio da Colônia Antônio Aleixo em Manaus (AM) e da Colônia Santo Ângelo (SP).

Pavani (2013) analisa a população de internos do Educandário Alzira Bley em Cariacica/ES no período de 1937/1979, como uma das consequências da política de

isolamento compulsório dos pais leprosos na Colônia de Itanhenga. Os filhos indenes eram separados dos pais e internados no Educandário, onde residiam, estudavam, trabalhavam, brincavam e desenvolviam seus laços afetivos com os “irmãos” de internato. Os 1.072 internos foram caracterizados quanto à idade ao ingressar na instituição, sexo, cor, local de origem e filiação, dentre outras informações contidas nos livros de registro do Educandário Alzira Bley.

Na área da Geografia a maioria das pesquisas focaliza as Colônias de isolamento dos leprosos, as políticas de isolamento (sanitarismo, higienismo e eugenismo) e a organização/localização espacial destas áreas. Por ocasião dos processos que constituíam o tripé da profilaxia no Brasil, leprosário, dispensário e preventório/educandário, os filhos sadios dos leprosos são citados em vários trabalhos, mas não constituíam o objeto principal de nenhum deles.

Para contribuir com as pesquisas mais recentes, duas obras precursoras servem de referência sobre esse assunto: a dissertação de Mestrado em História: Órfãos de pais vivos: a lepra e as instituições preventoriais no Brasil – estigmas, preconceito e segregação, de Leila Regina Scalia Gomide (1991) e a Tese de Doutorado em História: Da maldição divina à exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo, realizado em 1995 por Yara Nogueira Monteiro, que analisou o forte estigma da lepra desde os tempos coloniais e o isolamento compulsório adotado pelo governo paulista durante o século XX. Através de vasta documentação textual, iconográfica e de entrevistas realizadas com médicos e antigos pacientes, Yara Monteiro mostra como o estado de São Paulo implementou o mais rígido controle sobre os leprosos adotado no Brasil.

As contribuições dessas precursoras são inúmeras e valiosas e permeiam a maior parte dos trabalhos aqui analisados. Suas pesquisas fornecem embasamento em diversos assuntos abordados nesta pesquisa e estão citados direta e indiretamente ao longo de todo trabalho.

Monteiro (1995) esclarece que, quando o Brasil começou a isolar compulsoriamente os doentes de lepra, essa prática já havia sido abolida em vários países como a Noruega, França, Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Nova Zelândia e Japão,

dentre outros. Mas no Brasil, mantinham-se as discussões entre aqueles médicos, sanitaristas e políticos que eram contrários ao isolamento compulsório e a favor de formas humanitárias de tratamento como Emílio Ribas, Eduardo Rabello, Carlos Chagas, Otávio Felix Pedroso, Oscar Silva Araújo, José Vieira Filho e José Maria Gomes e aqueles que se posicionavam a favor do isolamento compulsório como Belisário Penna e Adelardo Caiuby. Havia também uma corrente mais radical que defendia o isolamento compulsório insular, dentre eles Oswaldo Cruz, Arthur Neiva e Heráclito César de Souza-Araújo. Prevaleceu em todo território nacional o isolamento compulsório e para isso foram construídas e/ou reformadas instituições asilares.

No mestrado em História, Luciano Marcos Curi apresentou a dissertação intitulada “Defender os sãos e consolar os lázaros: lepra e isolamento no Brasil 1935/1976” na Universidade Federal de Uberlândia (2002). Baseando-se fortemente no modelo teórico de Michel Foucault, inclui-se entre os trabalhos que veem o estigma como justificativa para as políticas de combate à lepra. O período estudado por esse autor vai do plano nacional contra a doença, adotado pelo Ministério da Educação e Saúde Pública nos anos 1930, até o final da prática do isolamento compulsório na década de 1970. Curi investigou outras formas de controle dos leprosos – os dispensários e leprosários, mas dedicou especial atenção ao papel da filantropia na administração dos preventórios, especificamente das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra e de suas principais lideranças.

Na obra “Em proveito dos sãos, perde o lázaro a liberdade”: uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962), Maciel (2007) tece uma trama com vários componentes, tais como: o conhecimento médico, os avanços da ciência, as especificidades de cada período histórico e as políticas sanitárias, dentre outras temáticas. Em síntese, o que ela propõe é uma análise que rompa com uma história de heróis e de sucessos, e considere os impactos sociais trazidos com as doenças e as políticas para seu controle, que não a qualifiquem puramente como um ‘evento biológico’.

Cláudia Cristina dos Santos (2009) na dissertação intitulada “Crianças Indesejadas: Estigma e exclusão dos filhos sadios de portadores de hanseníase internados no

Preventório Santa Terezinha 1930/1967” teve como orientadora Maria Luiza Tucci Carneiro e como Coorientadora Yara Nogueira Monteiro. Seu trabalho reconstruiu a história dos filhos de pais portadores de hanseníase, internados compulsoriamente no Preventório Santa Terezinha, localizado na cidade de Carapicuíba-SP, entre os anos de 1930/1967. A autora analisa a estrutura organizacional dessa instituição, procurando identificar os mecanismos de disciplinarização, vigilância, assim como o conjunto de regras, punições, privilégios e obrigações que norteavam a vida dos internos. A partir de fontes inéditas, analisa/identifica os estigmas empregados para qualificar a prole dos “leprosos” internos no Preventório, as relações estabelecidas com os familiares e a sociedade durante o período de internação.

Santos (2009) utiliza como fontes primárias os prontuários dos internos, as correspondências, os depoimentos dos egressos, álbuns fotográficos e recortes de jornais e revistas. Emprega a técnica da história oral, onde ressalta os anseios, sentimentos e reações das crianças (hoje egressos), com relação à instituição, assim como, avalia o processo de aceitação/resistência, integração/rejeição social. Tal abordagem se faz imprescindível para a reconstituição do cotidiano dos filhos sadios dos hansenianos dentro do Preventório Santa Terezinha.

“O preventório de Santa Terezinha foi a primeira instituição com tal delineamento fundada no Brasil, em 1927 em São Paulo, patrocinado pelo jornal O Estado de São Paulo e que abrigava, nessa época 233 filhos de lázaros” (MONTEIRO, 1995, p.117). No ano de 1941 passou a chamar-se Educandário e em 1967, com o fim do isolamento compulsório, foi renomeado de Associação Santa Terezinha, passando a atender crianças em risco social.

Ao analisar o cotidiano dos menores internos no Preventório Santa Terezinha, Santos (2009) discute a prática de afastamento entre consanguíneos que persistia durante toda vida institucional dos internos. A separação das crianças por gênero e idade segregava grupos de irmãos que mesmo tendo sido internados juntos, eram proibidos de coabitar os mesmos espaços. A transferência dos internos do sexo masculino após os 10 anos de idade para o Preventório Jacareí, ou para o leprosário, caso manifestassem a doença, indica que a política profilática em relação à hanseníase implantada a partir de 1930 não se preocupava em preservar a

convivência familiar entre seus internos. A dissertação apresenta ainda as práticas arbitrárias dessa instituição, que em desacordo com o Regulamento Geral dos Preventórios, privava os pais de notícias e fotografias dos filhos e torturava crianças por meio de severos castigos.

Santos (2009) conclui que a opção das autoridades sanitárias por isolar os portadores de hanseníase, trouxe consequências para todo o núcleo familiar destes enfermos. As crianças foram bastante afetadas, uma vez que não lhes restavam muitas opções além da internação em um preventório. Institucionalizar a prole sadia dos portadores de hanseníase isolados era antes de tudo uma forma de proteger a sociedade do perigo de contaminação que estas crianças poderiam representar, quando haviam convivido com os pais doentes. Ao recolher as crianças desamparadas após o isolamento dos pais, estes estabelecimentos objetivavam prevenir que os menores figurassem no cenário brasileiro como futuros infratores e delinquentes.

Uma das áreas de conhecimento das ciências humanas e naturais cujos pesquisadores mais se debruçaram sobre a temática da hanseníase no contexto de isolamento compulsório dos doentes e de seus filhos é a História. As duas dissertações de mestrado que se assemelham ao estudo que realizamos no Espírito Santo, apresentam as “crianças indesejadas” e “da dignificação dos filhos dos lázaros”, respectivamente em São Paulo e Goiás.

Na tese “Excluir, isolar e conviver: um estudo sobre a lepra e a hanseníase no Brasil”, Curi (2010) tenta esclarecer que existe uma distinção entre lepra e hanseníase (mal de Hansen). As duas não se correspondem e não se equivalem. Hanseníase não é um novo nome para a velha lepra. Cada uma delas pertence a contextos díspares e a épocas diferentes. Cada uma tem a sua história porque se liga a momentos históricos distintos.

Ao longo da tese o autor aborda as diferenças históricas e conceituais dessas posturas que foram tão recorrentes e que as historiografias sobre o tema geralmente utilizam dentro de uma ampla sinonímia que não confere com a observação atenta do que se passou na história da lepra. O termo conviver aplica-se apenas aos

hansenianos. Tal categoria era impensável para o leproso e tornou-se o sinal distintivo da hanseníase.

Curi (2010) evidencia a construção social da exclusão dos leprosos e as mudanças históricas que esta sofreu durante diferentes períodos da história. O texto explora documentos de época e procura repor adequadamente uma compreensão historiográfica mais adequada dos períodos. O autor procurou demarcar as diferenças históricas entre lepra e hanseníase e suas peculiaridades, pois é fundamental salientar que as palavras têm história. O mesmo vale para seus significados.

A lepra na antiguidade clássica não era uma doença. Passou a ser uma no período medieval. A percepção social da lepra mudou muito no decorrer do medievo. No período moderno a medicina já encampava a lepra, mas o legado judaico-cristão ainda pesava sobre o leproso. No século XIX, a forma de compreensão da lepra muda consideravelmente com o advento da teoria microbiana das doenças. No final do século XX outra mudança drástica imprimiu alterações significativas que comparadas com o passado pareciam mesmo outra coisa. E realmente o era. Era hanseníase.

Se o leproso foi excluído e depois isolado é porque em cada um desses momentos era um tipo diferente de lepra que guiava a postura social. Todas essas constatações reafirmam a importância de um personagem brasileiro chamado Abraão Rotberg. Este lutou para estabelecer uma nova realidade para a hanseníase, se empenhando pela alteração da nomenclatura de lepra para hanseníase. Segundo ele, o termo lepra é um desserviço. Seu objetivo era promover a correta educação sanitária. E não apenas estabelecer um nome politicamente correto.

Dando prosseguimento à análise da temática em sua diversidade epistemológica, apresentamos a dissertação de mestrado em história social de Bruna Alves Silveira sob a orientação do professor doutor Sergio Paulo Morais da Universidade Federal de Uberlândia, em 2013. A dissertação “Práticas sociais, memórias e vivências no combate à lepra: isolamento compulsório em asilos – colônias e preventórios

brasileiros – 1935 a 1986” apresenta uma discussão acerca das práticas sociais que instituíram o isolamento compulsório em asilos-colônias e preventórios, das pessoas acometidas pela lepra e seus filhos indenes. Prática que foi considerada a principal medida de combate à doença, adotada pelo governo brasileiro neste período.

A pesquisadora utilizou fontes orais (entrevistas), percurso historiográfico, documentários (fontes filmográficas), imagens fotográficas (fontes iconográficas) e poesias (literatura).

Silveira (2013) argumenta que realizar essa pesquisa, em uma perspectiva mais ampliada de abordagens e de fontes, representa uma forma de posicionamento político de comprometimento com a realidade social, o que condiz com sua formação.

Na tese “Eternos Órfãos da Saúde: Medicina, Política e Construção da Lepra em Goiás (1830-1962)” Silva (2013) analisa o processo de construção da lepra em Goiás por meio das análises dos discursos médicos e políticos produzidos no período entre 1830 a 1962, observa as transformações referentes ao modo de pensar e expressar o problema e os elementos relativos ao poder e ao saber que constroem a doença como problema médico-político. Os principais documentos utilizados nessa análise são os relatórios de médicos-viajantes, revistas médicas goianas, relatórios dos governos provinciais/estaduais e jornais locais.

A hipótese defendida por Silva (2013) é que ocorre em Goiás, na década de 1920, uma transformação na forma de conceber a doença. A morfeia, que no século XIX era vista como possivelmente curável e cujos doentes conviviam nos espaços urbanos com os sadios, dá lugar à lepra, uma doença contagiosa, que se expandia pelos espaços pobres e “sem civilização”, e que exigia ações do Estado para sua contenção. Esta transformação se faz contextualizada no aumento do interesse pelo espaço do interior do Brasil e na disputa discursiva com respeito à mudança da capital federal para Goiás. Os discursos construídos em torno desta questão apresentam um espaço e uma população caracterizados pela doença e pela ausência do poder público.

Nas décadas anteriores a 1920 o quadro assistencialista aos lázaros fica a cargo das instituições filantrópicas, sendo que no final da década de 1930 e na década de 1940 ele é apropriado pelo Estado, que centraliza a política de profilaxia e a relaciona fortemente com o projeto de construção da nova capital estadual. Para os médicos, a luta pela hegemonia sobre o problema serve como lema para o fortalecimento da classe e para sua projeção no campo da política, na defesa do progresso regional.

A dissertação de Kalyna Ynanhiá Silva de Faria (2014), intitulada “Da Dignificação dos Filhos de Lázaros: Um estudo sobre o Preventório Afrânio de Azevedo. Goiânia 1942-1950” problematiza o Preventório/Educandário Afrânio de Azevedo como uma instituição de combate a lepra em Goiás, bem como seu caráter higienista, assistencialista e filantrópico. Para tal efeito, analisa as políticas públicas de saúde e assistência para o desenvolvimento da infância dos internos no preventório. Analisa também a relação entre sociedade-sãos-doentes no que se refere à lepra/hanseníase.

Faria (2014) afirma que teve conhecimento de Livros de Atas de Entrada e Saída das crianças do Educandário Afrânio de Azevedo, no entanto não teve acesso à documentação. Passou então a fazer visitas a Colônia e a analisar reportagens de jornais e revistas da época (1940/1950). Completou o trabalho com pesquisas bibliográficas e registros iconográficos.

Um fato histórico, recorrente em várias instituições preventoriais é a queima ou sumiço da documentação referente aos internos, como relatam Faria (2014) e Pavani (2013). A primeira autora descreve o desaparecimento, sumiço e incêndio que pôs fim a maior parte dos registros/documentos das crianças que foram institucionalizadas no Educandário Afrânio de Azevedo. Os poucos documentos que restaram foram encaminhados para a Fraternidade e Assistência a Menores Aprendizes (Fama), mantida pela Loja Maçônica Liberdade e União, e o acesso à documentação foi permitido com restrição, mas possibilitou estabelecer relações entre a Fama e o Preventório Afrânio de Azevedo (GO).

Na dissertação de Pavani (2013) sobre o Educandário Alzira Bley (ES), a coordenadora da instituição também relata que, em determinada gestão, foi realizada a queima de várias caixas e livros de documentação referentes aos internos. Observamos também a ausência de páginas no livro de registros, referente ao período de 1937 a 1979, constatou-se que as páginas de 53 a 59 e a 84 estavam em branco e que faltavam as páginas 69, 70, 71, 82, 83, 89, 94 e 95. Atualmente, são as traças e o abandono que danificam o que ainda resta desta documentação.

Faria (2014) ressalta que o acolhimento e a profissionalização das crianças e jovens abandonados contemplavam os discursos industriais, eugênicos, higienistas do corpo para melhor aproveitamento. A educação, assim como a formação profissional desses jovens preventoriais era uma alternativa para enquadrá-los na sociedade e para utilizar sua força de trabalho para a industrialização e crescimento do país. Para isso se fez necessário o ingresso dessas crianças e jovens em instituições de aperfeiçoamento, no caso dos internos do preventório Educandário Afrânio de Azevedo, mesmo com a Escola de Aprendizes e Artífices de Goiânia, a instituição que os recebeu e os formou foi a Fundação de Abrigo a Menores Abandonados, ambas situadas na capital do Estado.

A autora destaca ainda, que apesar das falhas na assistência preventorial, que não justificam os abusos, os internos tiveram a oportunidade de estabelecer relações, aprender um ofício profissional, que possibilitou a integração desses na sociedade goianiense que estava sendo constituída. A autora ressalta ainda que,

se não fossem essas instituições, não saberíamos ao certo o que teria havido com tantos desvalidos, enjeitados e excluídos pelo *confinamento dos doentes de Hansen* na Colônia Santa Marta. Quantos lares desfeitos, quantas crianças que não foram abandonadas por seus pais, mas, colocadas à margem da sociedade numa época em que a lepra-hanseníase já poderia ser controlada com medicamentos e não pela exclusão (FARIA, 2014, p.99).

Aprofundando os estudos sobre a lepra e os seus desdobramentos sociais em nível de doutorado em história, as teses são mais voltadas para o isolamento dos hansenianos e as políticas públicas que sustentaram tais ações. A diversidade de instituições/estados onde as pesquisas se realizam também exemplificam a importância/relevância do tema para a comunidade científica. Os trabalhos de

Laurinda Rosa Maciel (2007) na Universidade Federal Fluminense, Luciano Marcos Curi (2010) na Universidade Federal de Minas Gerais e Lecy Francisca da Silva (2013) na Universidade Federal de Goiás, enquadram-se neste contexto.

Os trabalhos analisados na área da geografia tratam de forma mais abrangente estudos realizados em hospitais colônias, fazendo referência aos preventórios e educandários de forma resumida, em um capítulo ou apenas alguns parágrafos. Como a área de estudo desta pesquisa é a população que foi interna no Educandário Alzira Bley (Cariacica-ES) acreditamos que o trabalho que mais se aproxima do foco e da metodologia do nosso trabalho é a dissertação de mestrado em enfermagem de Ana Michele Faria Cabral da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, defendida em 2013, sob a orientação da professora doutora Célia Albino Simpson.

Na dissertação “Vivências compartilhadas de filhos separados pela hanseníase no RN a luz da história oral de vida” Cabral resgata a história dos filhos de portadores de hanseníase que foram internados no preventório/educandário Osvaldo Cruz, Natal-RN. A autora elabora uma análise contextual delineando a trajetória de vida dos filhos de doentes de hanseníase institucionalizados em preventórios/educandários; elabora um documentário sobre a história de vida dos filhos separados da hanseníase e forma o Morhan⁶ Potiguar.

Dentre as contribuições da pesquisa de Cabral estão a fundação do MORHAN, cuja importância política busca a reintrodução dos hansenianos na sociedade, a indenização dos leprosos asilados e a busca do reparo social para os filhos separados. O estudo do comportamento dos ex-internos, a equidade e a busca da cidadania, que do ponto de vista social busca a cidadania e a inclusão.

⁶ Morhan – Movimento de Reintegração das pessoas Atingidas pela Hanseníase. Entidade fundada em maio de 1981, por Francisco Augusto Vieira Nunes, mais conhecido como Bacurau, acreano, egresso da Colônia Souza Araújo (estado do Acre) e professor de 1º grau. Idealizou uma instituição de cunho político-popular espalhando núcleos pelo Brasil, constituída por pacientes e pessoas da comunidade na luta contra medidas dos Governos Federais e Estaduais, em razão da precipitada desativação dos Hospitais Colônias de todo país, resultando nas altas compulsórias de todos os doentes que no passado tinham sido internados também de forma obrigatória. Com sua primeira sede em São Bernardo do Campo este movimento ficou conhecido nacionalmente chegando à conquista de uma cadeira no Conselho Nacional de Saúde, onde permanece até a atualidade (OLIVEIRA, 2013, p.12-13).

Cabral (2013) utilizou as contribuições do método/técnica da história oral de vida como referencial metodológico. No preventório/educandário Oswaldo Cruz em Natal/RN, foram ouvidos 10 egressos. A análise das histórias obtidas dos colaboradores foi realizada à luz da análise de conteúdo temática. A questão desencadeadora das histórias orais foi: “Até que ponto o afastamento dos pais influenciou na história de vida dos filhos dos portadores de hanseníase no aspecto psicológico, social e familiar?” (CABRAL, 2013, p.109).

A autora traz algumas reflexões iniciais sobre o crescimento das ideias eugênicas e resgata a história da hanseníase no mundo e no Brasil. Descreve o modelo isolacionista baseado no tripé da profilaxia (leprosário, preventório e dispensário). Em sua essência o trabalho é desenvolvido à luz das histórias de vida dos ex-internos do preventório. As entrevistas utilizaram as seguintes questões de corte: Como foi sua vida no preventório/educandário? Como foi sua vida após o preventório/educandário?

Algumas obras servem de referência para todos os pesquisadores, de todas as áreas de conhecimento, dentre elas encontram-se os trabalho publicado pelo leprologista e diretor do leprosário paulista de Cocais, Flávio Maurano, em *Tratado de leprologia: História da lepra no Brasil e sua distribuição geográfica*, onde descreve diversas regiões do país e faz comparações entre elas, e a obra escrita pelo médico Heraclides César de Souza-Araujo, que foi chefe de três importantes órgãos do Instituto Oswaldo Cruz: o Laboratório de Leprologia, a Seção de Bacteriologia e a Divisão de Microbiologia e Imunologia: *História da lepra no Brasil*.

Souza-Araújo foi professor de leprologia na Universidade do Rio de Janeiro, nos cursos do Departamento Nacional de Saúde e no Instituto Oswaldo Cruz e influenciou consideravelmente o campo político sanitário do país. Sua principal obra foi organizada em três volumes. No primeiro volume de *História da Lepra no Brasil*, o autor abarca colônia e império; no segundo e terceiro volumes, o período republicano, até o início da década de 1950, inventariando exaustivamente os estudos e documentos produzidos até então sobre a Lepra.

Um grande volume de produções na área da lepra e seus desdobramentos quanto à forma de isolamento e tratamento contribuem para compreensão do cenário segregacionista do Serviço Nacional de Profilaxia da Lepra das décadas de 1930 a 1970, mas o desafio que se apresenta para a sociedade é encontrar dados seguros e que possibilitem a construção de estatística confiável do número de filhos atingidos pela política. Nessa direção o relatório da Secretaria de Direitos Humanos (2012) estima que o número seja aproximadamente de 33.689 crianças isoladas.

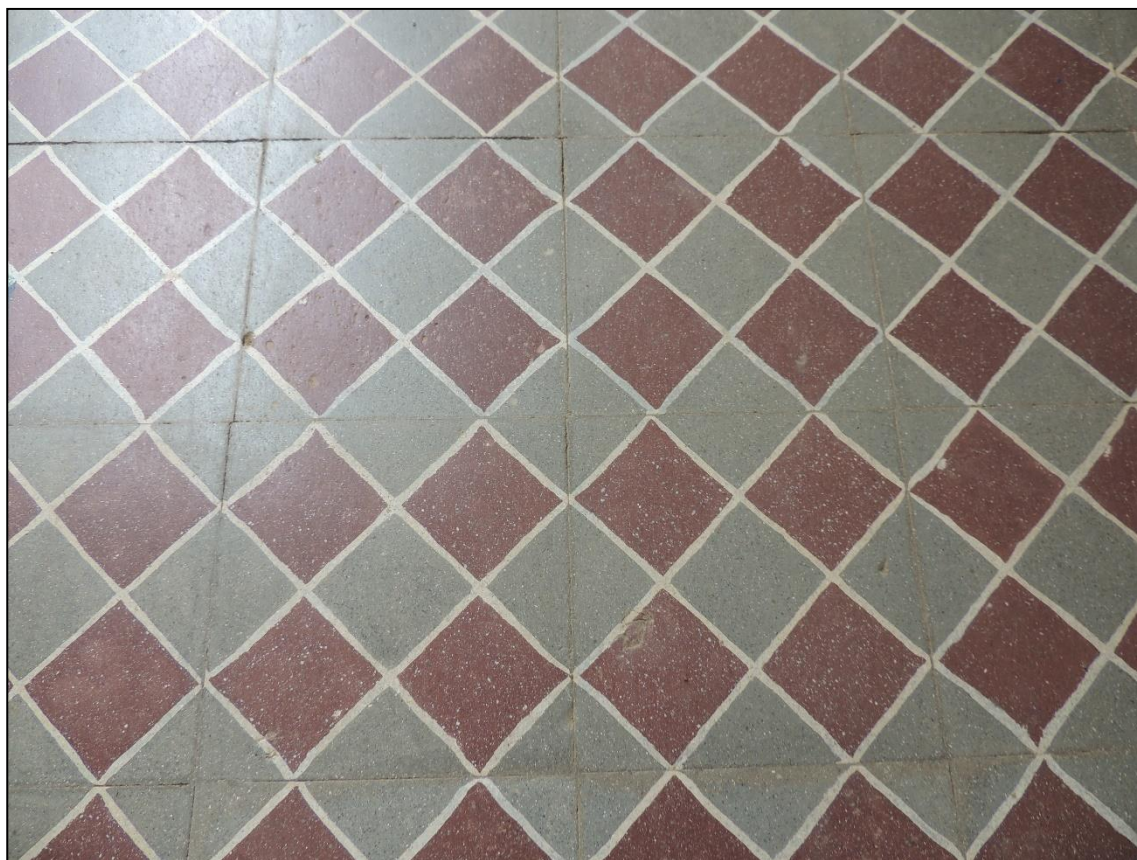
Através desta pesquisa bibliográfica foi possível perceber que a literatura pouco retrata sobre o assunto dos filhos separados dos pais em virtude da lepra. Assim, tendo em vista a grande importância de se conhecer acerca do tema, faz-se necessário que os estudos busquem mais informações em fontes primárias e em campo para compor trabalhos consistentes sobre a temática.

As pesquisas de mestrado e doutorado abordadas deram contribuição relevante para a tessitura dos conhecimentos relacionados às colônias de isolamento dos leprosos e aos preventórios/educandários para os filhos sadios. Dentro do escopo da Geografia e demais Ciências Sociais existem conceitos e categorias que corroboram nesta construção. No Capítulo 3 focalizamos algumas destas abordagens, especialmente nas categorias de espaço, interações espaciais, lugar, instituições totais, migrações forçadas e segregação espacial.



**3. CONCEITOS E CATEGORIAS PARA UMA LEITURA GEOGRÁFICA DA
LEPRA**

Foto 4 – Piso do corredor do Educandário Alzira Bley



Fonte: Pavani (2018).

Este capítulo contém itens relativos ao embasamento teórico que permeia esta pesquisa. Sua estrutura está organizada de forma a apresentar a Geografia como uma ciência social e humana, cujo objeto principal é a sociedade e a organização espacial.

Como as pessoas se relacionam com o lugar, desenvolvem laços e se apegam de tal maneira a determinados espaços, também conceituamos o lugar e mais especificamente as instituições totais, uma vez que os atores principais que são os filhos indenes dos leprosos foram internados compulsoriamente no Educandário Alzira Bley, uma instituição total. Mas eles não foram para esta instituição por livre e espontânea vontade, foram levados por meio de um processo de migração forçada decorrente de legislação específica que instituía o afastamento de seus genitores. O que consiste numa prática de segregação social.

O objetivo deste capítulo é dar sustentação teórica para a compreensão nos capítulos seguintes do desencadeamento geográfico, histórico e social que o isolamento dos leprosos e seus filhos indenes ocasionou para este segmento no Brasil e principalmente no Espírito Santo e suas consequências. Com este objetivo, discutiremos a seguir, sobre áreas teóricas subjacentes ao presente trabalho.

As contribuições metodológicas para a construção deste capítulo vieram de várias fontes a saber, 1) das aulas da disciplina de Teoria e Método no primeiro semestre do doutorado (2015/1); 2) Os seminários de tese do segundo semestre de 2015 com a participação dos professores: Aurélia Hermínia Castiglioni, Júlio Bentivoglio, Dieter Muehe, José Borzacchiello da Silva, Rodrigo Dutra, Letícia Pádua e Jorge Viesenteiner; 3) Apresentação deste projeto de pesquisa no V Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Ufes (2016); 4) Participação no 4º Colóquio de História das Doenças na Ufes; 5) Apresentação deste trabalho no ENANPEGE⁷ (Porto Alegre-RS, 2017); 6) Participação em todos os seminários de pesquisa semestrais promovidos pela orientadora e demais orientados de sua linha de pesquisa que contribuíram significativamente para esta

⁷ ENANPEGE – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia.

construção. Além é claro de pesquisas bibliográficas em livros, artigos e periódicos sobre os conceitos em questão.

3.1. A GEOGRAFIA

A geografia é uma área de conhecimento muito abrangente, que possui muitos ramos, e para cada um deles há um vasto campo de pesquisa. Corrêa salienta que “o objeto da geografia é a sociedade, e a geografia viabiliza o seu estudo pela sua organização espacial. Em outras palavras, a geografia representa um modo particular de estudar a sociedade” (CORRÊA, 2002, p.53). A partir das palavras de Corrêa orientamos a pesquisa deste trabalho para o estudo da sociedade, de uma parcela específica da sociedade e sua distribuição espacial em diferentes momentos da história.

A geografia humana é uma área desta ciência que se consagra ao estudo e à descrição da interação entre a sociedade e o espaço. Parte da consideração que o ser humano se integra a grandes grupos sociais, os quais, por sua vez criaram um ambiente social e físico por meio de processos de transformação.

Para Sorre (2003) a geografia humana é a parte da geografia geral que trata dos homens e suas obras do ponto de vista de sua distribuição na superfície terrestre. “Deste modo, estabelecidos os laços originais e indissolúveis da Geografia Humana com todos os ramos da Geografia, nos damos conta de suas correspondências com o grupo das ciências do homem” (SORRE, 2003, p. 138).

E como ciência do homem, este estudo se debruça sobre os motivos pelos quais milhares de homens, mulheres, jovens e crianças foram internados compulsoriamente no Brasil em virtude da endemia da lepra e suas consequências.

A geografia humana possui interações com várias áreas, dentre elas a geografia social que aponta o lugar da geografia dentro das ciências sociais. “Uma das principais aquisições da reflexão teórica e conceitual da geografia social

corresponde, em nossa opinião, a uma tentativa de esclarecer a maneira de falar e de articular o espaço e a sociedade” (ALDHUY et al., 2009, p. 4).

O objeto da geografia é a sociedade e as interações socioespaciais. Enquanto ciência humana e social a geografia se debruça sobre a temática dos filhos separados pela lepra para apontar o quanto o espaço e a sociedade foram segregacionistas e excludentes.

3.2. O ESPAÇO

A dimensão social da pesquisa geográfica reitera que o conceito de espaço não se restringe ao espaço físico, material, terrestre, mas como assinala Lefebvre (2006), o conceito de espaço reúne o mental, o cultural, o social e o histórico. Portanto, se é como produção social, é constituído por representações sociais. Nesse sentido Lefebvre (2006) reafirma que o espaço é uma produção social, no sentido de refutar a ideia de que algo do espaço seria “natural” e exterior à sociedade.

Para Ledrut (1976),

o espaço é aquilo através do qual existimos, quer dizer que somos relacionados. [...] Pode-se dizer que o espaço é produzido na medida em que as relações que são estabelecidas criam o espaço e determinam a estrutura [...]. O espaço nunca é um receptáculo vazio, alheio e separável das relações (LEDROUT, 1976, p. 12).

Para o geógrafo Paul Claval. o espaço jamais aparece como um suporte neutro na vida dos indivíduos e dos grupos,

ele resulta da ação humana que mudou a realidade natural e criou paisagens humanas e humanizadas. Os lugares e as paisagens fazem parte da memória coletiva. A lembrança do que aconteceu no passado dá forte valor sentimental a certos lugares (CLAVAL, 2002, p. 24).

No percurso histórico e geográfico do fazer científico, as ciências foram especializando-se cada vez mais em seus objetos de estudo, fragmentando o conhecimento.

Mas, a temática dos filhos separados pela lepra aparece como algo que perpassa variadas esferas, circunstâncias e sentidos, assemelhando-se a um rizoma⁸, pois, o modelo compartimentalizado não comporta mais as múltiplas facetas de um objeto de estudo que é, ao mesmo tempo social, antrópico, cultural, político, econômico, etc.

Na superfície irregular do “espaço” ora habitado, ora modificado, esboçam-se diferentes cenários para construção do fazer geográfico. O “espaço”, objeto e superfície do fazer geográfico, é fluído, contínuo, múltiplo, relacional e produzido socialmente. O que significa que ele não se fecha sobre si, é aberto para experimentações, é sempre permeado por linhas de intensidade que o atravessam. Como mudam as fronteiras de um mapa, o foco dos estudos regionais simplesmente muda: não se dá mais na escala regional e sim na escala local.

Sendo assim, o estudo da população dos ex-internos do Educandário Alzira Bley compõe o objeto desta pesquisa geográfica e estabelece pontos de contato com outras disciplinas, mas que, essencialmente abarca o espaço, o tempo e a vida que os preenche. Não se deve entender estas dimensões (tempo e espaço) como armações pré-existentes à sociedade, mas como construções sociais (VESCHAMBRE, 2006).

Nesta ótica, Milton Santos ressalta que o espaço deve ser considerado como

um conjunto indissociável, de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento (SANTOS, 2012, p.30-31).

Corroboram para a concepção de espaço como uma construção social outros autores apontados por Zanotelli (2014) na obra *Geofilosofia e Geopolítica em Mil*

⁸ Porque não há motivos para seguir uma linha reta, um método cartesiano. As linhas tortas se ligam, se confundem, se espalham, alastram. As conexões se multiplicam, logo, a intensidade também. Aí sim temos a chance de criar novos sentidos, micro-conexões se difundindo, se diluindo, se confundindo, se disseminando. “*A questão é produzir inconsciente e, com ele, novos enunciados, outros desejos: o rizoma é esta produção de inconsciente mesmo*” (Deleuze & Guattari, Mil Platôs I).

Platôs, que compõem uma vasta literatura crítica em Geografia e áreas afins, em que sobressaem David Harvey, Henry Lefebvre e Milton Santos. Estes autores,

abordam o espaço no sentido da experiência vivida, do ponto de vista social, temporal. Não viam o espaço como o continente, o fixo, mas associado dialeticamente ao tempo se inscrevendo contra a “tradição” descritiva e as perspectivas do espaço com o morto, o passivo. Mas surge, ao mesmo tempo, outro problema que é a semelhança e equivalência geral do espaço com a sociedade e vice-versa, de forma tautológica⁹ (ZANOTELLI, 2014, p. 25, grifo nosso).

Os autores supracitados ressaltam que o espaço é o resultado da ação antrópica sobre o próprio espaço, intermediado pelos objetos naturais e artificiais que o compõem, e é movimentado pela sociedade. A organização espacial é a expressão material do homem e o resultado de seu trabalho social.

A população que viveu internada compulsoriamente nas colônias para leprosos e nos preventórios/educandários brasileiros ocupou um espaço geográfico produzido socialmente por um conjunto de ações políticas e econômicas, em um determinado período de tempo, cujas experiências vividas pela segregação socioespacial marcaram o espaço e a sociedade. “Ancoradas na sociedade e em seu movimento de transformação, as interações espaciais e sua dinâmica somente são inteligíveis quando consideradas como parte da história do homem e de sua mutável geografia” (CORRÊA, 1997, p. 280). Nesse sentido, Harvey, numa perspectiva materialista, aponta que

podemos afirmar que as concepções de tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social. [...] Em suma, cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos de tempo e espaço (HARVEY, 2009, p. 189, grifo nosso).

Para Harvey (2009) a objetividade do tempo e do espaço acontece por meio de práticas materiais de reprodução social, e, na medida em que essas podem variar geográfica e historicamente, verifica-se que o tempo social e o espaço social são construídos diferentemente. O espaço é lócus da sociedade, onde necessariamente ocorrem as interações espaciais, tratadas no subitem a seguir.

⁹ Tautologia – Gramática: uso de palavras diferentes para expressar uma mesma ideia; redundância. Lógica: proposição analítica que permanece sempre verdadeira, uma vez que o atributo é uma repetição do sujeito (p.ex. *o sal é salgado*).

3.3. AS INTERAÇÕES ESPACIAIS

O termo interações espaciais foi cunhado em 1954 pelo geógrafo estadunidense Edward Ullman. O principal geógrafo brasileiro a trabalhar a temática é Roberto Lobato Corrêa que assim o faz no sentido sociológico as interações espaciais que passaram a ser definidas como configurações espaciais dos contatos sociais (CATÃO; REOLON; MIYAZAKI, 2010). Nesta pesquisa utilizaremos a forma mais simples de interpretação das interações espaciais que é a análise da sociedade como um produto de interação dos indivíduos sobre o espaço.

De acordo com Corrêa (1997, 2016) as interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Elas podem ocorrer com diferentes intensidades, frequências de ocorrência, distância e direção.

Além disso as interações espaciais caracterizam-se por diversos propósitos e realizam-se através de diversos meios e velocidades (CORRÊA, 1997). Em artigo publicado mais recentemente Corrêa reafirma que “as interações espaciais constituem os meios pelos quais as formas espaciais articulam-se entre si, realizando funções que os processos espaciais lhe atribuíram” (CORRÊA, 2016, p. 132).

O estudo das interações espaciais tem maior afinidade com a Geografia da População e a Geografia Cultural, sendo que

as interações espaciais criam também sua própria forma espacial. A rede geográfica é uma particularidade da rede em geral, objeto da topologia, e se manifesta em redes elétricas, fluviais, de parentesco e as **denominadas redes sociais**. A rede geográfica distingue-se das demais por apresentar dois atributos: **ser social e exibir a sua própria espacialidade**, efetivamente reconhecida como distintiva dos outros tipos de redes que, embora dotadas de espacialidade, não são reconhecidas e analisadas nesta perspectiva (CORRÊA, 2016, p. 132, grifo nosso).

Há uma tipologia de redes geográficas que denota as complexas relações entre processos e formas. Entre os diversos tipos de redes consideramos: rede solar,

christalleriana, dentrítica e de múltiplos circuitos, cada um com suas próprias funcionalidades no âmbito do sistema social em que está inscrito (CORRÊA, 2016).

As instituições asilares e preventoriais de isolamento dos leprosos e seus filhos indenes se inscrevem na rede do tipo solar, caracterizada pela magnitude e força centralizadora de seu foco principal, seja ele uma cidade, uma empresa ou instituição.

As interações espaciais refletem as diferenças de lugares face às necessidades historicamente identificadas, isso reflete à reprodução social. Todo esse conjunto de relações, de conceitos, exige um aprofundamento das noções de produção e reprodução, de produto e meio pelo qual eles se reproduzem. O espaço não é passivo ou vazio,

ele é produto e enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais (LEFEBVRE, 2006, p. 7).

O espaço para Lefebvre (2006) é produto e produtor das relações sociais e econômicas, assim ele concentra em si as relações de produção e as forças produtivas. Quando as relações de poder mudam, os espaços são alterados ou se transformam como salienta Côrrea (1997)

No que concerne às transformações, as interações espaciais, caracterizam-se por uma assimetria, isso é, por relações que favorecem um lugar em detrimento de outro, ampliando as diferenças já existentes e transformando os lugares (CORRÊA, 1997, p. 280).

Essa assimetria é representada pela instalação dos aparelhos públicos do Estado e empresas da iniciativa privada, cujas atividades fins favorecem determinados lugares em detrimentos de outros. Contribuem também para essa assimetria o modo diferencial da apropriação dos lugares da vida, que constitui a segregação como racionalidade que se projeta pela separação dos sujeitos no espaço. “A segregação – como a forma da desigualdade espaço-temporal – realiza-se como a negação do

urbano e da vida urbana através da separação dos lugares da vida enquanto elementos autônomos” (CARLOS, 2017, p. 35).

3.4. O LUGAR

Para compreendermos o lugar buscamos as contribuições dos autores Carlos (2004), Souza (2010) e Santos (2012). Carlos (2004) fala na rua, na praça, no bairro enquanto espaços palpáveis, lugares de relações de vizinhança, onde as pessoas desenvolvem suas atividades, lugares que tem relação com seu cantinho e seu modo de vida. E estes lugares revelam o espaço-tempo da vida, “as transformações nas formas da cidade impõem transformações nos tempos de vida e nos modos de apropriação dos lugares através de mudanças nos usos” (CARLOS, 2004, p. 53).

Para Souza (2010), o lugar é “uma localização e a produção no lugar materializado pela paisagem torna-o próprio, com marcas do habitante, pois cada lugar possui uma paisagem própria que o explica e o dota de significado” (SOUZA, 2010, p. 33).

Santos (2012) pontua que:

o lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam – ruas, casas, etc.-, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem (SANTOS, 2012, p. 59).

O que os autores supracitados corroboram sobre o lugar é que este é um conjunto de elementos palpáveis (casa, bairro, praça, etc.) sobre os quais as pessoas desenvolvem suas atividades e estabelecem relações, à medida que ocorrem transformações no espaço, o lugar muda de usos e de significados.

Uma situação geográfica, ou seja, o que um lugar é, num determinado momento, sempre constitui o resultado de ações de diversos elementos, que se dão em diferentes níveis. Esses elementos são variáveis, pois mudam de significação através do tempo (SANTOS, 2012, p. 103).

De acordo com Santos (2012), cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja novo ou tudo seja velho. O que se apresenta atualmente é uma combinação de elementos com idades diferentes. O arranjo de um lugar, pela aceitação ou rejeição do novo, vai depender da ação dos fatores de

organização existentes nesse lugar, quais sejam, o espaço, a política, a economia, o social e o cultural (SANTOS, 2012).

Nesse sentido, a escala do lugar e o plano do cotidiano se revelam, fundamentalmente, pela construção real e ativa de uma identidade forjada na prática. Logo, a memória social construída é produto da relação que liga o tempo da ação ao seu lugar, o uso ao ritmo. Espaço e tempo, uso e ritmo se revelam em sua indissociabilidade através da ação produtora da identidade que sustenta a memória (CARLOS, 2017, p. 40).

Carlos estabelece as ligações necessárias entre o espaço e o tempo, o uso e o ritmo que produzem a identidade e sustentam as memórias dos lugares onde a vida real acontece, na mesma direção Claval (2002) afirma que

falar de lugares e de territórios é falar da significação do espaço para cada indivíduo e da maneira de construir objetos sociais a partir das experiências pessoais. Daí a atenção dada ao corpo como fonte de todas as experiências espaciais dos indivíduos. Daí o interesse dado ao papel da imaginação - da imaginação geográfica - na construção das categorias sociais e territoriais (CLAVAL, 2002, p.23).

Por meio do corpo e de todos os sentidos, o indivíduo utiliza os lugares necessários à efetivação da vida em suas relações como indivíduo e como membro da sociedade através de relações sociais que englobam: as relações familiares, o lugar de moradia, as relações de vizinhança, de trocas comerciais e de serviços, a circulação no bairro e na cidade, os encontros, as reuniões, os jogos, etc.

Carlos (2017) aborda um conjunto de atos e de situações que ocorrem num espaço e num tempo de apropriação marcados pelos usos e percursos reconhecidos de uma prática vivida e construída concretamente nas pequenas situações corriqueiras e, aparentemente, sem sentido, que se constituem, criando laços profundos entre as pessoas e destas com os lugares.

Os laços que são estabelecidos entre as pessoas e destas com os lugares ocorrem em virtude da convivência, das trocas diárias que podem se dar em diferentes locais: em casa com a família, nos locais de trabalho, nos asilos, orfanatos, dentre outros. Neste trabalho, os laços foram estabelecidos entre as crianças internas no educandário que se tratam por “irmãos” ainda hoje e nutrem um carinho muito

grande pela instituição que os acolheu e cuidou na primeira fase de suas vidas, mesmo esta sendo uma instituição total.

3.5. AS INSTITUIÇÕES TOTAIS

“Em proveito dos sãos perde o lázaro a liberdade”, assim explica Maciel (2007) como seria a forma de tratamento a ser empregada contra a lepra no início do século XX no Brasil. E como afirma Foucault (1996) a política de isolamento compulsório das vítimas do mal de Hansen não respeitaria direitos civis nem laços familiares ao expulsar os enfermos do espaço urbano e segregá-los em leprosários (FOUCAULT, 1996).

Mas, não apenas os “lázaros”, os “leprosos” foram privados de sua liberdade em proveito das pessoas sadias, mas toda sua prole. “Os preconceitos acerca de quem ou do que merece ser excluído se mostram dinâmicos, sofrendo alterações no tempo e no espaço, evoluindo, desaparecendo ou até mesmo reaparecendo” (MONTEIRO, 1995, p. 27). Os filhos sadios, vítimas do preconceito e dos estigmas da doença, eram internados em preventórios/educandários que correspondem ao que Goffman (2015) denomina de “Instituição Total”:

é um híbrido social, parcialmente comunidade e residencial, parcialmente organização formal; aí reside seu especial interesse sociológico. Há também outros motivos que suscitam nosso interesse por esses estabelecimentos. Em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu (GOFFMAN, 2015, p. 22).

O autor descreve os vários tipos de instituições fechadas como “locais estabelecidos para cuidar de pessoas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional; sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários” (GOFFMAN, 2015, p. 16-17).

No caso dos preventórios e/ou educandários, segundo Gomide (1991), o saber médico se impunha na instituição, distribuindo as crianças que ali eram segregadas, isolando-as, individualizando-as, vigiando-as uma a uma, constatando seu estado de

saúde, controlando o espaço com um olhar permanente e vigilante, com um registro completo de tudo que ali ocorria. (GOMIDE, 1991).

Um arranjo básico da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes coparticipantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. Goffman (2015) destaca que as instituições totais se caracterizam pela ruptura entre os limites que circundam essas três esferas da vida. O autor destaca as características dessa transformação:

Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada em companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são religiosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas de um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição (GOFFMAN, 2015, p. 17-18).

Consideramos que os preventórios/educandários podem ser classificados como “Instituições Totais”, pois, os internos vivenciavam num espaço intramuros todas as esferas da vida: dormiam, estudavam, brincavam e trabalhavam. Eram regidos por uma mesma autoridade e vigiados o tempo todo. “De modo geral, evidentemente, o internado nunca está inteiramente sozinho; está sempre em posição em que possa ser visto e muitas vezes ouvido por alguém, ainda que apenas pelos colegas de internamento” (GOFFMAN, 2015, p. 32).

Os preventórios/educandários eram construídos em áreas sadias próximas aos leprosários e atendiam crianças de diversas idades. Goffman (2015) argumenta que é característico dos internos que cheguem à instituição com uma “cultura aparente”, oriunda de um “mundo de família”, possuir uma forma de vida e um conjunto de atividades aceitas sem discussão até o momento de admissão na instituição. E que, em virtude disso,

existem razões para excluir os orfanatos e casa de crianças enjeitadas da lista de instituições totais, a não ser na medida em que os órfãos possam ser socializados no mundo externo, por algum processo de osmose cultural, mesmo que esse mundo que seja sistematicamente negado (GOFFMAN, 2015, p. 23).

Estas razões não se aplicam aos preventórios e educandários porque eles não podem, nem devem ser classificados como orfanatos ou casa de crianças enjeitadas, pois sua finalidade primeira é receber os filhos de doentes de lepra que se encontram em tratamento, como relata Jacinto¹⁰, ex-interno do Educandário:

Eu falei assim, eu moro dentro do Educandário Alzira Bley, eu não chamava de orfanato, não era orfanato, nós não éramos órfãos. Nós éramos arrastados a força né. Chamo de: **colocados para sermos esquecidos**, mas não fomos graças a Deus (informação verbal, grifo nosso).

Qualquer que fosse a idade dos internos ao ingressar nos preventórios e/ou educandários, deve ficar claro que eles não eram órfãos nem enjeitados, seus pais estavam vivos e sob a égide do Estado, isolados compulsoriamente, assim como eles. Apesar de serem algumas vezes classificados como órfãos de pais vivos (GOMIDE, 1991), eles mantinham um mínimo de contato com seus genitores, por meio de visitas anuais no Dia das Mães, Dia dos Pais e Natal. Excetuando-se os recém-nascidos, os demais internos traziam consigo um conjunto de experiências que confirmava uma concepção tolerável do eu e permitia um conjunto de formas de defesas, exercidas de acordo com sua vontade, para enfrentar conflitos, dúvidas e fracassos. Goffman (2015), ressalta aspectos da experiência vivenciada pelas pessoas na chegada à instituição

o novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas das nossas mais antigas instituições totais começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, modificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua *carreira normal*, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que tem a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele (GOFFMAN, 2015, p. 24).

Assim, a vida nas instituições totais passa a colocar barreiras entre o internado e o mundo externo, caracterizando a primeira mutilação do eu. Na vida em sociedade, os horários e os papéis do indivíduo, tanto no ciclo vital quanto nas repetidas rotinas diárias, asseguram que o papel que desempenha não impeça sua realização e suas

¹⁰ Making of 06

ligações em outro. Nas instituições totais, ocorre ao contrário, a participação automática em atividades repetitivas e em grupo separa ainda mais o internado e o mundo externo. Por isso ocorre o despojamento do papel. “Em muitas instituições totais, inicialmente se proíbem as visitas vindas de fora e a saída do estabelecimento, o que assegura uma ruptura inicial profunda com os papéis anteriores e uma avaliação da perda do papel” (GOFFMAN, 2015, p. 24). Cada indivíduo desempenha variados papéis sociais: mãe, filho, esposa, advogada, administrador, etc. Mas, a internação compulsória pode retirar permanentemente alguns desses papéis dos egressos como afirma Goffman (2015):

Embora alguns dos papéis possam ser estabelecidos pelo internado, se e quando ele voltar para o mundo, é claro que outras perdas são irreversíveis e podem ser dolorosamente sentidas como tais. Pode não ser possível recuperar, em fase posterior do ciclo vital, o tempo não empregado no processo educacional ou profissional, no namoro, na criação dos filhos (GOFFMAN, 2015, p. 25).

Como uma instituição total lida com muitos aspectos da vida dos internados, uma das dificuldades iniciais é a necessidade de conseguir a cooperação inicial do novato. De fato, a capacidade do novato para se adaptar ao mundo preventorial e aceitar o papel de internado obediente rotineiramente é um exercício de subordinação e a condução deste momento pela equipe dirigente pode ser estruturada de tal forma que leve o internado a ser um revoltado permanente ou a obedecer sempre (GOFFMAN, 2015).

A partir do momento que os internos passavam a vida numa instituição preventorial, eles eram moldados de acordo com as regras de convivência, a vida coletiva, a distribuição de tarefas e pouca ou nenhuma individualidade, faltava a esses internos um conjunto de bens individuais para cuidar de si mesmos, como aponta Goffman (2015):

A pessoa geralmente espera ter certo controle da maneira de apresentar-se diante dos outros. Para isso precisa de cosméticos e roupas, instrumentos para usá-los, ou consertá-los, bem como de um local seguro para guardar esses objetos e instrumentos – em resumo, o indivíduo precisa de um “estojo de identidade” para o controle de sua aparência pessoal (GOFFMAN, 2015, p. 28).

A forma como a pessoa se apresenta, a maneira de se comportar, a educação, os costumes e a identidade são forjados na convivência diária e na orientação que recebem as crianças e jovens que ingressam nas instituições preventórias. Tendo como efeito a constituição de uma identidade, a hipótese de Foucault é de que um indivíduo não é o ente sobre o qual se exerce e se abate o poder. “O indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre os corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças” (FOUCAULT, 2015, p. 257).

O exercício do poder vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, e muito mais ambíguos, porque cada um de nós é, no fundo, titular de certo poder e, por isso, veicula o poder. As redes da dominação e os circuitos da exploração se recobrem, se apoiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem (FOUCAULT, 2015). As relações de poder configuram o espaço por meio das políticas públicas, direcionando e regularizando os fluxos, centralizando, valorizando e desvalorizando os lugares da vida, e aprofundando as desigualdades sociais.

3.6. AS MIGRAÇÕES FORÇADAS

A lepra é apontada como uma das doenças mais antigas da humanidade e estabelecer sua trajetória geográfica tem representado um problema para os pesquisadores. Os movimentos migratórios, juntamente com as guerras e as relações comerciais, são apontados como importantes fatores da difusão histórico-geográfica de doenças infectocontagiosas.

De acordo com Castiglioni a migração é um processo complexo em suas características, mensuração, causas e efeitos. A autora ressalta ainda que

o estudo da migração é relevante não só para a compreensão dos seus determinantes políticos, sociais e econômicos, como também para o conhecimento dos efeitos que ocorrem em várias esferas: o processo afeta a vida e o comportamento dos migrantes, suas famílias e suas redes parentais e comunitárias, e, em termos da estrutura da sociedade, por seu caráter bilateral, a migração provoca modificações na distribuição, na dinâmica e na composição da população, interferindo na vida econômica, política e social das comunidades de partida e de chegada dos migrantes. O estudo da migração representa um grande desafio, e somente pesquisas

específicas permitem apreender esse componente em uma dimensão mais ampla (CASTIGLIONI, 2009, p. 39).

A relevância do tema apontado por Castiglioni (2009) deve-se às modificações que este componente do crescimento demográfico produz no tamanho, na distribuição, na dinâmica e composição da população. A migração possui efeitos múltiplos e complexos para as pessoas e contextos envolvidos no movimento.

Quanto aos efeitos para os migrantes, muitos podem ser os desdobramentos verificados, numa escala que vai do sofrimento, da penúria, do isolamento e do fracasso para uns, à concretização das aspirações que motivaram a migração, para outros (CASTIGLIONI, 2009, p. 52).

Com relação a este estudo, a migração forçada, envolvendo majoritariamente redes familiares, produziu efeitos que ocorreram em várias escalas. Os efeitos da migração sobre a vida e o comportamento dos filhos dos “leprosos”, os mais importantes neste tipo de mobilidade, se fizeram sentir não somente a curto e médio prazo, no contexto de internação, mas deixaram marcas profundas que os acompanham ao longo de toda vida.

Segundo Sayad (1998) a migração é um tema multifacetado e multidisciplinar, um “fato social completo”. Ao estudar a migração, suas causas e consequências, o autor, traça um itinerário epistemológico que se dá

de certa forma, no cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas, história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia e psicologia social e até mesmo das ciências cognitivas, antropologia em suas diversas formas (social, cultural, política, econômica, jurídica, etc.), linguística e sociolinguística, ciência política, econômica, jurídica, etc. (SAYAD, 1998, p. 15).

Para Becker (1997) os deslocamentos de populações em contextos variados e envolvendo ao longo do tempo diferentes escalas espaciais conferem grande complexidade ao conceito de mobilidade como expressão de organizações sociais, situações conjunturais e relações de trabalho. Contemporâneo de Becker (1997), Corrêa (1997) afirma que as interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informações sobre o espaço geográfico.

Sayad (1998), Becker (1997) e Corrêa (1997) contribuem para o entendimento de que o deslocamento das pessoas sobre o espaço geográfico é intencional e fruto de uma série de conjunturas sociais, culturais, políticas, econômicas e jurídicas, dentre outras. Cada migração, livre ou forçada, deve ser analisada à luz das ciências sociais como um “fato social completo”, como fruto de uma organização social que necessita de uma abordagem multidisciplinar para sua compreensão. Os estudos sobre a lepra e seus desdobramentos sócio espaciais são apresentados como o escopo desta tessitura de interações e mobilidade.

No presente estudo as migrações forçadas representam a mudança de um determinado grupo de indivíduos, de forma não espontânea, inserindo-se na categoria de transferências autoritárias. Segundo Trewartha (1974) a migração forçada ocorre quando os migrantes não têm escolha quanto ao lugar para onde ir ou onde permanecer.

Ao lado dos movimentos que, por mais controlados e arregimentados que sejam, ainda são espontâneos, o mundo tem presenciado deslocamentos de espécies diferentes, compulsórios, forçados sobre um grupo de pessoas por outro, como por exemplo: o tráfico de escravos africanos para a América; a captura de mulheres, crianças e eunucos na África Oriental, destinados aos haréns do Oriente Médio; as guerras e os desacordos internacionais que produz milhares de refugiados e as perseguições a minorias étnicas raciais (BEAUJEU-GARNIER, 1980).

A grande maioria das migrações forçadas é resultante das decisões político-governamentais tomadas em virtude de uma dada configuração social, política e econômica de um momento histórico. Cada sociedade é regida pelos conhecimentos científicos de seu tempo. No período das Grandes Navegações e conquistas de novas terras as migrações forçadas retiraram do continente africano milhares de escravos; nas Grandes Guerras Mundiais foram os refugiados que buscaram asilo em outros países e nos tempos de pestes (febre negra, peste bubônica, lepra, tuberculose, entre outras) o isolamento dos doentes era uma das soluções mais viáveis para os governantes da época, uma vez que, as doenças eram contagiosas e o tratamento e a cura ainda desconhecidos. Merlin (1997) afirma que as migrações forçadas sempre existiram.

Des mouvements forcés de population, en vue, pour les États puissants ou vainqueurs des guerres, de se constituer une main-d'oeuvre servile, ont existé de tout temps, sans qu'on soit capable de les évaluer avec précision (MERLIN, 1997, p. 197).¹¹

Dentre as possíveis causas do deslocamento forçado de contingentes populacionais pelo espaço geográfico podemos elencar diversos motivos: interesses políticos e econômicos, guerras, perseguições religiosas, instalação de grandes empreendimentos, planejamentos e zoneamentos de áreas públicas e particulares, construção de barragens e represas, medidas higienistas e sanitárias, dentre outras, como aponta Zelinsky (1974) “a localização de campus universitários, hospitais, penitenciárias e outras instituições de população numerosa também pode sujeitar-se ao capricho político ou particular” (ZELINSKY, 1974, p. 83).

Os processos estudados neste trabalho têm em seu início, como evento deflagrador, a migração forçada do doente e seus familiares, com todas as consequências que esta ruptura ocasiona nas diversas esferas da vida e da sociedade. “As decisões políticas e sociais têm um impacto muito diversificado sobre o mapa de população e são perceptíveis em qualquer escala territorial, desde o menor rincão habitado até o planeta inteiro” (ZELINSKY, 1974, p. 85).

3.7. SEGREGAÇÃO ESPACIAL

A segregação espacial, segundo Dorneles (2005), está diretamente ligada a regras de condutas sociais como o evitamento, a discriminação e o estabelecimento de limites espaciais que produzem o isolamento de um grupo de indivíduos. É do interesse da Geografia perceber como se dá a criação desse espaço peculiar que se configura de acordo com os interesses sociais, ou como reforça Lefebvre, “o espaço é criação. Quem cria o espaço cria o que o preenche” (LEFEBVRE, 1999, p.146).

Claval (2002) considera que:

¹¹ Movimentos forçados de população, com o propósito de constituir mão de obra servil para os estados poderosos ou vencedores das guerras sempre existiram, sem que seja possível avaliá-los com precisão (MERLIN, 1997, p.197).

A exclusão social e a segregação espacial aparecem como formas simétricas e complementares na construção de grupos diferenciados e conscientes de suas especificidades (Gregory, 1994). Tal construção resulta da capacidade imaginativa dos indivíduos e das culturas. (CLAVAL, 2002, p. 23).

No campo das ciências sociais e humanas, a segregação espacial consiste na separação de grupos sociais ou étnicos dentro de um determinado espaço. Caldeira (2000) explica que:

A segregação – tanto social quanto espacial – é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam culturalmente e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade (CALDEIRA, 2000, p. 211).

As operações urbanas, realizadas no plano do Estado, se desdobram em políticas de distribuição de recursos no espaço de forma desigual. Assim algumas áreas recebem infraestrutura e instrumentos capazes de gerar ou atrair investimentos que valorizam o lugar, enquanto outros não são aparelhados pelo estado. Existem ainda aqueles espaços periféricos destinados aos excluídos sociais, cuja segregação vai acontecendo de forma natural ou forçada pelas situações políticas, econômicas, sociais, históricas, etc. Assim explica Carlos (2017):

A lógica da acumulação, ao se realizar, culmina no mundo moderno com a reprodução contínua do espaço urbano cujo movimento contraditório é marcado pelo signo da segregação que se manifesta concretamente pela concentração da riqueza, do poder e da propriedade, orientadas pela ação do Estado (CARLOS, 2017, p. 38).

As construções espaciais que são produzidas e se reproduzem sobre o espaço, são influenciadas e influenciam os processos produtivos, políticos, econômicos, sociais e de poder. Em virtude disso, nos debruçaremos sobre outros campos que contribuem para a compreensão do fato social/político/econômico e de poder que foi o isolamento compulsório dos filhos sadios dos leprosos. Nessa escala, o espaço urbano torna-se um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante que, através das políticas públicas, direciona e regulariza os fluxos, centralizando, valorizando e desvalorizando os lugares da vida, e aprofundando as desigualdades (CARLOS, 2017).

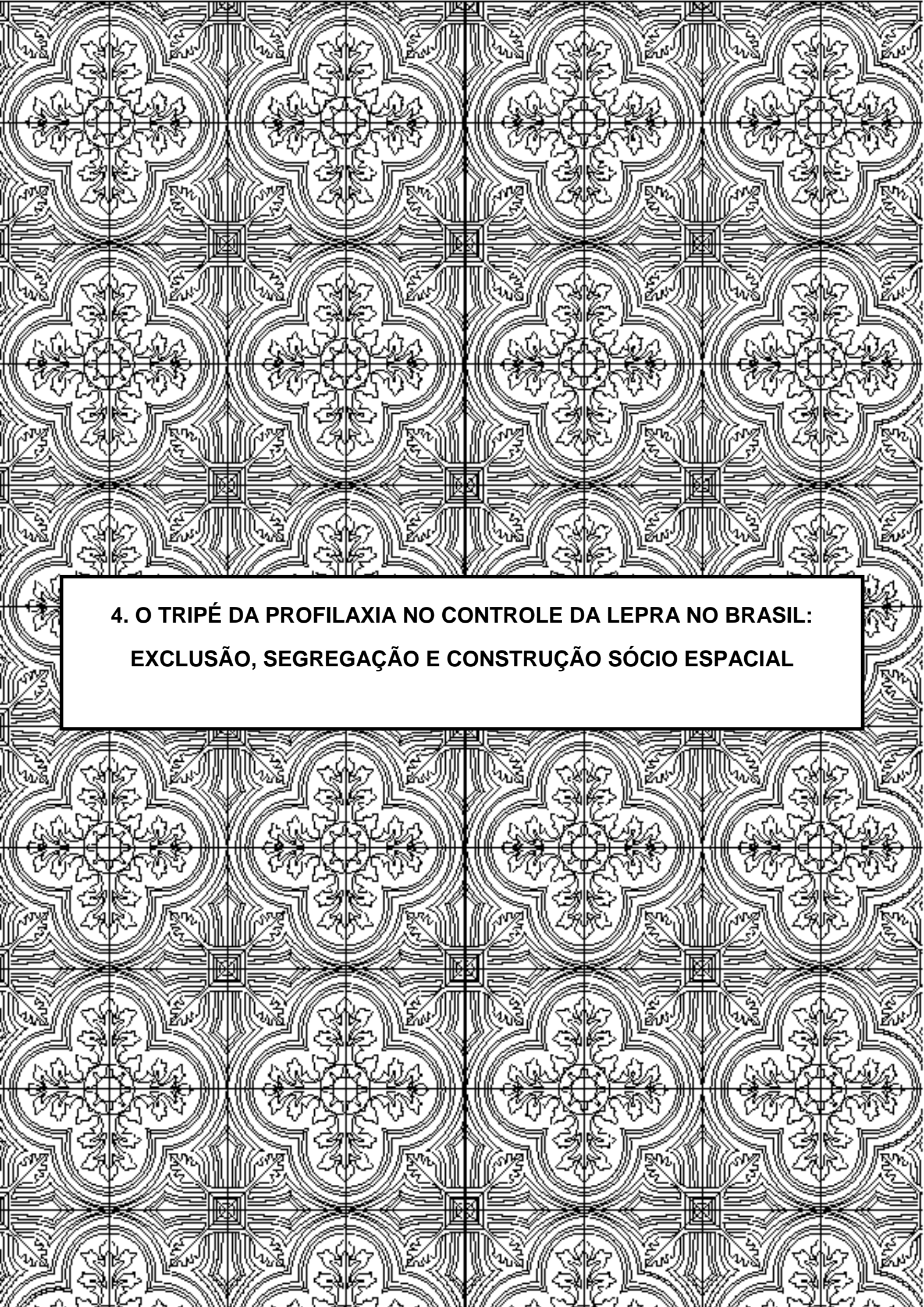
A história do confinamento dos leprosos e de seus filhos tem início com as políticas públicas que direcionavam e regularizavam os fluxos populacionais com uma “migração forçada” dos leprosos e sua prole sadia de suas localidades de origem para os leprosários e educandários. O objeto de estudo deste trabalho, os filhos dos leprosos, apresenta características particulares: são crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social submetidos a um confinamento compulsório. O término da fase de internação é marcada por outro deslocamento, para vários deles também forçado, de volta à sociedade,

numa luta constante pela sobrevivência, o cidadão se confronta com o outro do humano – a deterioração das condições de vida, a ausência do direito, as situações de exclusão, o aprofundamento da realidade mercantil que molda comportamentos, a abstração completa do mundo da mercadoria e suas formas arbitrárias (CARLOS, 2017, p. 42).

Para Carlos (2017) o espaço é o lugar de expressão dos conflitos, afrontamentos e confrontações. Nesse nível estão as práticas socioespaciais que evidenciam as formas de controle realizadas através e pelo espaço (de sua apropriação). Assim se descobre a injustiça, posto que ela é vivida. Evidencia-se o questionamento sobre o modo como o direito à propriedade de poucos e se torna instrumento de privilégio e fonte de penalização para os excluídos sociais (CARLOS, 2017).

Após o fim da internação compulsória dos leprosos e dos filhos indenes por meio de legislação própria, muitos deles se estabeleceram nas imediações das instituições de segregação espacial (Colônia e o Educandário), uma vez que essas áreas tinham um baixo valor comercial em virtude da sua “desvalorização, por seu caráter ideológico, pelo fato de que essas áreas se encontram cheias de vida e ocupadas por uma população de baixo poder aquisitivo, portanto, sem importância para a acumulação e sem poder político” (CARLOS, 2017, p. 37).

O Capítulo 4 focaliza os desdobramentos da estruturação do processo de segregação dos leprosos e de seus filhos no Brasil.



**4. O TRIPÉ DA PROFILAXIA NO CONTROLE DA LEPROA NO BRASIL:
EXCLUSÃO, SEGREGAÇÃO E CONSTRUÇÃO SÓCIO ESPACIAL**

Foto 5 – Piso da Caixa Beneficente da Colônia de Itanhenga



Fonte: Pavani (2018).

O conteúdo desenvolvido neste capítulo possui uma abrangência nacional e traz inicialmente uma breve introdução de como a lepra enquanto uma doença infectocontagiosa, que não existia entre os povos primitivos do continente americano, foi introduzida pelas correntes migratórias e as primeiras providências que foram tomadas para conter a expansão da doença. O objetivo deste capítulo é apresentar um panorama geral sobre o tripé da profilaxia Brasil.

O primeiro subitem apresenta a contextualização histórica do cenário político, social e econômico do país no recorte temporal de que trata a pesquisa (1930-1980), bem como a explicação das políticas de profilaxia fundamentadas fortemente no higienismo, sanitarismo e eugenismo. Nos subitens seguintes são apresentados cada um dos elementos que compõem o tripé da profilaxia da lepra no Brasil: os leprosários, os dispensários e os preventórios.

Para esta parte foram utilizados dados e informações das pesquisas bibliográfica e documental que forneceram as informações necessárias à organização de mapas, tabelas e quadros que subsidiaram as análises.

Os documentos estão normalmente disponíveis como textos (de forma impressa ou manuscrita), podendo também estar na forma de um arquivo eletrônico (por exemplo, um banco de dados), nas fotografias, documentos pessoais e oficiais, arquivos, vídeos, dentre outros. Segundo Wolf (2004)

Documentos são artefatos padronizados na medida em que ocorrem tipicamente em determinados formatos como: notas, relatórios de casos, contratos, rascunhos, certidões de óbito, anotações, diários, estatísticas, certidões, sentenças, cartas ou pareceres de especialistas (WOLFF, 2004, p. 284 *apud* FLICK, 2009, p. 231).

Os documentos incorporados nesta tese de forma direta ou indireta foram adquiridos por meio do trabalho de campo que consiste na busca pelo objeto da pesquisa em seu lugar de origem no qual as informações estão contidas, compreende desde as estruturas físicas das instituições, aos documentos e a memória das pessoas. Nas pesquisas sobre a lepra no Brasil, de forma mais ampla, aparecem com mais evidência os hospitais colônias onde ficavam isolados os portadores da doença. Os

dispensários¹² e preventórios¹³ e/ou educandários ficam relegados a segundo plano, ou até mesmo, não aparecem em algumas pesquisas. Por isso, chamamos a atenção para o fato de que a pesquisa com os preventórios/educandários, apesar de se relacionar diretamente com o isolamento dos leprosos em Hospitais Colônias, não trata da mesma instituição e nem do mesmo público alvo.

Outras categorias que contribuem para apresentar essa realidade são fotografias, filmes e filmagens cada vez mais utilizados como formas genuínas e como fontes de dados e informações. A fotografia, particularmente, tem uma longa tradição na antropologia e na etnografia. “Os métodos de dados visuais possibilitam novas formas de documentação do aspecto visual dos ambientes e das práticas sociais, bem como a integração destes como parte da pesquisa” (FLICK, 2009, p. 229).

As fotos podem captar fatos e processos que transcendem os limites de tempo e espaço. Outra vantagem das fotografias é a sua disponibilidade para outras pessoas poderem analisá-las. “De modo geral, as fotografias têm alta qualidade icônica, o que pode auxiliar a ativar as lembranças das pessoas ou a estimulá-las/encorajá-las a elaborarem enunciados sobre situações e processos complexos” (FLICK, 2009, p.222).

Por seu turno os mapas constituem representações gráficas de uma realidade existente. Nesse sentido, as informações espaciais pertinentes a esta pesquisa receberam tratamento cartográfico por meio do sistema de informações geográficas QGIS. Este trabalho possui diversos mapas que apresentam características diferentes: mapas de fluxo, de quantidade, ilustrativos, de localização, dentre outros. Cada um deles possui a função de informar e recontar um pouco da história da lepra no Brasil e no Espírito Santo.

¹² “Os dispensários eram responsáveis pelo diagnóstico precoce da doença e pelo acompanhamento sistemático dos comunicantes visto que estes poderiam vir a desenvolver a doença constituindo os futuros focos de contaminação” (MONTEIRO, 1998, p. 7-8).

¹³ “Os preventórios desempenhariam papel preventivo, pois acreditava-se que a criança, por já ter tido contato com um foco da doença, ou simplesmente por ser filho de um genitor doente, teria mais condições de vir a desenvolver a doença e que, portanto, deveria ir para um local especialmente criado para recebê-la, onde seria examinada periodicamente” (MONTEIRO, 1998, p. 7-8).

Existem muitas formas de documentação (textual, gráfica, linguagem, imagens, fotografias, etc.) e cada uma delas precisa de uma organização específica dos dados apresentados. Todas elas apresentam transcrições de realidades sociais e estão sujeitas a condições e a limitações técnicas. A documentação destaca os eventos, acompanha os processos e a sua transitoriedade. Cada pesquisador possui um estilo pessoal de anotar as coisas, de fazer um trabalho de campo, de estabelecer redes de pesquisa, de selecionar a documentação que fará parte de sua pesquisa ou não. O grau de detalhamento dos documentos é que dá o tom da pesquisa.

4.1 A HISTÓRIA DA LEPROLOGIA NO BRASIL

Ao se estudar o aparecimento da lepra no Brasil, verifica-se que ele coincide com a colonização do território pelos Portugueses, uma vez que não havia registros de doenças similares entre os indígenas do continente americano. Sabe-se que essa epidemia há muito se alastrava em Portugal, e que na época do descobrimento do Brasil era também encontrada nas ilhas africanas (MONTEIRO, 1987).

No Tratado de Leprologia, Maurano (1950) apresentava os argumentos lógicos que nos levam a acreditar que a lepra era desconhecida pelos habitantes primitivos do país, e que tenha sido introduzida pelos colonizadores, seguindo seus passos, onde quer que se locomovessem ou fixassem. Pode ser que a lepra tenha se introduzido no país por vários pontos. Essa hipótese é a mais provável, pois, existiam vários focos endêmicos registrados no país entre os séculos XVII e XVIII. Esses focos, muito distantes uns dos outros, correspondiam às cidades mais importantes, política ou economicamente na época. Toda a Colônia experimentava então notável progresso. A agricultura e o comércio floresciam no país. Pernambuco era o mais importante centro açucareiro do mundo; a Bahia se destacava por ter aí situada a capital da Colônia; e o Rio de Janeiro, por tal forma progredia, e tão grande era a sua importância, que se tornaria a sede do Governo. São Paulo iniciava o desenvolvimento de sua agricultura; Minas Gerais e Goiás acabavam de transpor uma fase de excepcional importância que lhes dera a exploração do ouro e dos diamantes (MAURANO, 1950).

Nas principais capitais do país, o crescimento da endemia e a circulação dos doentes pelas ruas e avenidas passaram a ser vistos como uma ameaça à saúde pública, tornando-se foco de cuidado e preocupação das autoridades. As primeiras providências com relação à lepra foram tomadas em Recife (1714), com a fundação de um asilo para doentes de lepra, o responsável por tal feito foi o padre Antônio Manoel, precursor da campanha no Brasil. Esse asilo deu origem ao Hospital de Lázaros em 1789 que funcionou até 1941 sob a administração da Santa Casa (AGRICOLA, 1960).

O Estado foi obrigado a adotar medidas efetivas e regulares na tentativa de deter o avanço da enfermidade. “Entretanto, na análise das medidas adotadas verifica-se que o principal objetivo da atuação do governo continuava a ser a proteção da sociedade sadia” (MONTEIRO, 1987, p. 5). Uma vez associada à pobreza e à falta de higiene, o medo do contágio e o repúdio pela aparência dos doentes, faziam com que os médicos e sanitaristas utilizassem medidas excludentes e segregacionistas para “limpar” as cidades da presença dos “leprosos”. Monteiro (1987) ressalta que a grande preocupação governamental não era cuidar dos doentes, pois os mesmos eram aglutinados em um único local sem o devido tratamento. As medidas encaminhavam para a defesa da população sadia que não podia ser exposta aos riscos de uma possível contaminação. Monteiro (1987) ressalta que:

Por outro lado, torna-se evidente que o objetivo primordial centrava-se na proteção à população sadia, uma vez que se julgava que esta seria beneficiada com qualquer tipo de exclusão do doente posto que isto acarretaria a diminuição das probabilidades de contágio, ideia esta que se fez presente nos círculos médicos paulistas e que frutificaria na década de vinte (MONTEIRO, 1987, p. 4).

Não só no Brasil, mas em diferentes países do mundo a lepra foi levada de um ponto ao outro pelas correntes migratórias. A introdução de imigrantes e escravos africanos contribuiu para a difusão da lepra no país. Na sua obra histórica sobre a Lepra no Brasil, desde 1944, Flavio Maurano afirma que a doença se espalhou acompanhando a marcha da colonização. Entretanto, por um, ou por outro meio, o fato é que a lepra se alastrou por todo o país, atingindo toda a sua extensão. Alguns

Estados foram mais castigados do que outros, como Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo e Paraná (MAURANO, 1950).

Os primeiros censos de leprosos no Brasil mostraram um crescimento alarmante no número de casos em todos os estados. Entre 1923 a 1936, os números oficiais de doentes saltaram de 7.224 para 48.440, um crescimento de 670% em apenas 13 anos. Em alguns lugares, a situação era ainda mais crítica: no Amazonas o número de infectados aumentou 11 vezes no período, de 272 para 3.000 casos; em Minas Gerais eles eram 601 em 1923, e 14.000, em 1936, um incremento de 2.330%. Os números, coletados por Heráclides César de Souza-Araújo em seu livro, *A Lepra e as Organizações Anti-Leprosas do Brasil*, desde 1936, no que pese a precariedade de levantamentos como esse em um país de dimensões continentais, são as fontes mais seguras de que dispomos (COELHO; ROTTA, 2013).

Gomide (1991) ressalta que até meados do século XIX, predominava o espírito de caridade cristã nas obras de assistência aos “desafortunados”: pobres, viúvas, órfãos, doentes e leprosos, uma vez que o Estado não prestava nenhum tipo de assistência.

No Brasil, durante séculos, a atenção aos portadores de lepra era realizada por instituições religiosas ou filantrópicas que tinham por objetivo recolher e dar assistência aos leprosos e proteger a sociedade sadia dos doentes. O alto custo para o diagnóstico e o tratamento fazia da lepra uma questão de saúde pública, diante da qual o Estado deveria organizar uma política de prevenção e tratamento. Mas, como aponta Monteiro (1987), até o início do século XX o governo ainda não havia se posicionado com medidas profiláticas em relação à endemia.

Durante todo o século XIX e começo do XX, apesar do aumento da endemia, verificamos não ter existido uma atuação definida do Estado em relação a esses doentes que, de uma forma geral, quando tratados o eram por iniciativa de particulares ou por entidades filantrópicas, sem que, no entanto, recebessem uma assistência regular do poder constituído (MONTEIRO, 1987, p. 4).

Como o Estado não tinha nenhuma política voltada para o diagnóstico e tratamento dos leprosos neste período, as associações filantrópicas e/ou religiosas assumiram

o papel do Estado moderno e passaram a recolher e controlar os leprosos. A solução universalmente aceita na época foi a criação de um espaço intermediário entre a vida e a morte, com a construção de um conjunto de casas, onde os leprosos viveriam de forma autossuficiente. Ou seja, a segregação pela segregação, uma vez que na medida adotada não existia nenhuma forma de tratamento ou acompanhamento médico (GOMIDE, 1991).

Para compreender a Lepra como uma doença endêmica e que se espalhava rapidamente pelo território nacional, sendo as instituições filantrópicas incapazes de atender à demanda crescente, foi necessária a intervenção do Estado para controlar o fenômeno.

Para avançar nos estudos referentes a essa endemia é necessário conhecer o cenário político, econômico e social em que o Brasil estava inserido no contexto nacional e regional, como aponta Santos (2012):

Num estudo regional deve se tentar detalhar sua composição como organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional, levando em conta o preexistente e o novo, para captar o elenco de causas e consequências do fenômeno (SANTOS, 2012, p. 54).

Tendo em vista a necessidade de compreensão do todo detalhada por Santos na citação anterior, o cenário começou a mudar quando em meio a uma crise mundial instaurou-se no Brasil um regime ditatorial comandado por Getúlio Vargas que deu novos rumos para a economia, a política, educação e saúde pública no país.

A crise de 1929 (Crash da Bolsa de Nova York) atingiu em cheio a economia brasileira. O preço do café, principal produto de exportação do país, despencou no mercado internacional, causando queda na entrada de recursos. Aliado a isso, a saída de capitais propiciada pela tentativa do governo Washington Luís de manter a política de estabilidade (calcada na Caixa de Estabilização) abriu um profundo desequilíbrio nas contas externas, que acabou se refletindo no conjunto da economia (CORSI, 2000).

As consequências desta crise econômica se refletiram na década seguinte com uma produção agrícola sem mercado, a ruína de muitos fazendeiros, a queda do Produto Nacional Bruto (PNB), a redução de atividades econômicas, o aumento do desemprego e o fechamento de muitas fábricas.

Neste cenário econômico ascende ao poder em outubro de 1930, Getúlio Vargas¹⁴, que nele permaneceu por 15 anos, sucessivamente. Em sua primeira fase, a do governo provisório, que se estendeu de 1930 a 1934, Vargas projeta-se com líder de uma revolução vitoriosa, a qual, a despeito de sua heterogeneidade ideológica e política, tinha uma bandeira reformista. A segunda fase, que se desenrola de 1934-1937, corresponde ao governo constitucional, eleito presidente por via indireta. Nesse período Getúlio realiza um governo comprometido com um projeto liberal-democrático, respaldado pela Constituição de 1934, que, apesar de conter um capítulo de teor claramente intervencionista sobre a ordem econômica e social, consagrava os princípios liberais impingidos no movimento de 1930. No período de 1937-1945 caracteriza-se por um governo autoritário (DINIZ, 1999).

O Estado Novo no Brasil, como ficou conhecido o período entre 1937-1945, deve ser considerado no contexto mundial, onde foram instauradas várias ditaduras: Hitler na Alemanha, Stalin na URSS, Franco na Espanha, Salazar em Portugal, dentre outros.

Em novembro de 1930, Vargas dá início às medidas centralizadoras de seu governo: dissolve o Congresso Nacional, os legislativos estaduais e municipais; demite todos os governadores estaduais, com exceção do estado de Minas Gerais, e em seus lugares nomeia interventores federais¹⁵ e cria o Conselho Nacional do Café (CNC) que em 1933 foi extinto e substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC) (FAUSTO, 1995, p. 333).

¹⁴ Getúlio Vargas provinha de uma família de estanceiros de São Borja, na região gaúcha da campanha (RS). Seu pai – líder local do PRR – envolveu-se nas lutas contra os federalistas. Getúlio fez até 1930 uma campanha tradicional, nos quadros do PRR, sob a proteção de Borges de Medeiros. Foi promotor público, deputado estadual, líder da bancada gaúcha na Câmara Federal, Ministro da Fazenda de Washington Luís e governador do Rio Grande do Sul. Em 1930, saltou para a presidência da República, personificando uma linha de ação muito diversa da política oligárquica (FAUSTO, 1995, p. 331).

¹⁵ Interventor Federal era denominado o governador nomeado pelo Presidente da República. Emilio Garrastazu Médiçi, Floriano Peixoto e Getúlio Vargas nomearam interventores. Em Agosto de 1931, o chamado Código de Interventores estabeleceu as normas de subordinação destes ao poder central. Limitava-se também a área de ação dos Estados, que ficavam proibidos de contrair empréstimos externos, sem a autorização do governo federal; gastar mais de 10% da despesa ordinária com os serviços da polícia militar; dotar as polícias estaduais de artilharia e aviação ou armá-las em proporção superior ao Exército (FAUSTO, 1995, p. 333).

Para Vargas e outros contemporâneos a causa da crise residia na superprodução de café. Com medidas centralizadoras também no plano econômico e financeiro, Vargas, por meio de um decreto de fevereiro de 1931 estabeleceu a compra de todos os estoques de café existentes no país em 30 de junho de 1931. O governo determinou a queima da produção excedente e o corte dos cafezais mais antigos (lavouras com mais de 10 anos). Tratava-se assim de reduzir a oferta e sustentar os preços. A destruição do café só terminou em julho de 1944. O esquema brasileiro teve longa duração (13 anos) e alguns de seus aspectos foram alterados no decorrer de vários dos anos. A Revista “Vida Capichaba” (Imagem 2) ilustra a queima do café no Espírito Santo e enfatiza na reportagem a quota de sacrifício empreendida pelo Estado para a medida adotada pelo Governo da União para possibilitar o equilíbrio do produto.

O valor da produção destruída era muito inferior ao montante da renda criada. Essa providência era necessária para sustentar o emprego, a renda e o consumo. A produção prosseguiu graças aos subsídios à agricultura, patrocinado pelo Conselho Nacional do Café, conhecidos como “socialização dos prejuízos¹⁶”. O Estado do Espírito Santo foi governado nesse período pelos interventores federais: João Punaro Bley (1930-1943), Jones dos Santos Neves (1943-1945) e José Rodrigues Sette (1945) que seguiam as ordens diretas do Presidente Getúlio Vargas.

Milhões de sacas de café foram queimadas em todo Brasil. Além das medidas para a recuperação da economia cafeeira, no plano econômico Getúlio Vargas incluiu a diversificação da produção agrícola, o desenvolvimento da indústria nacional, a reorganização do comércio exterior e a adoção de políticas mais consistentes. A intenção era combater a crise a partir da diversificação da economia e do fortalecimento do mercado interno, estimulando tanto a agricultura quanto a indústria (CORSI, 2000).

¹⁶ Na tentativa desesperada de compensar os cafeicultores, o governo Vargas aumentou as compras dos excedentes de café durante praticamente toda a década de 1930, segundo afirma o brasileiro Thomas Skidmore, no clássico *Brasil: de Getúlio a Castelo*, lançado em 1975. Para Skidmore, mesmo com os esforços do governo e a adoção de uma política de “socialização dos prejuízos” dos cafeicultores, era impossível deter o declínio das receitas cambiais brasileiras (*História do café à industrialização*. Fonte: <<http://revistacafeicultura.com.br/?mat=18840>> Acesso em 08 Abril de 2019).

Imagem 2 – Resolvendo o problema da superprodução de café, ES-1937



Fonte: Revista Capichaba (1937).

A centralização do Estado não significa que ele se descolou da sociedade. A representação dos diversos interesses sociais mudou de forma, mas não deixou de existir. Sob o governo de Getúlio Vargas foi promulgada a Constituição de 1934, foram criados o Departamento de Imprensa e Propaganda para controlar rádios e jornais, a Justiça do Trabalho (1939), o salário mínimo, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT-1943), os direitos trabalhistas (carteira assinada, a jornada de trabalho semanal de 48 horas e férias remuneradas), a Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Vale do Rio Doce (1942), a Hidrelétrica do Vale do Rio São Francisco (1945), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1938), dentre outras medidas.

Na esfera educacional a gestão do Ministro Gustavo Capanema (1934-1945) reuniu nomes ilustres nos campos da educação, da cultura e das artes para a formulação das políticas culturais e educacionais: Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Candido Portinari, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Rodrigo Mello Franco, Alceu Amoroso Lima (mais tarde Tristão de Ataíde) e até Vila Lobos, Jorge de Lima, Manoel Bandeira, dentre outros. Foi o ministério dos modernistas, dos Pioneiros da Escola Nova, de músicos e poetas. Mas foi também, como afirma Bomeny (1999),

O Ministério que perseguiu os comunistas, que fechou a Universidade do Distrito Federal (UDF), de vida ativa e curta, expressão dos setores liberais da intelectualidade do Rio de Janeiro (1935-1939). Foi ainda o Ministério que apoiou a política nacionalizante de repressão às escolas dos núcleos estrangeiros existentes no Brasil (BOMENY, 1999, p. 197).

Os ideais de formação da nação proclamaram uma relação entre educação e consciência nacional. Desde a Revolução Francesa o nacionalismo foi insuflado pelo Estado, principalmente nas escolas, onde eram exaltados o patriotismo e o sentimento nacional por meio da crença na existência de uma vida comum nacional que se baseava na comunidade de língua, de cultura, num passado histórico e até na raça. São os mesmos elementos formadores da comunidade étnica, embora a conformação dos grupos étnicos (e mesmo suas ideologias) dentro dos estados nacionais tomem caminhos diversos, sobretudo porque não constituem unidades políticas. “Nos anos de 1930 e 1940 os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade – herdados da República Francesa – foram substituídos pela disciplina do corpo e do espírito, pelo culto à força e à raça eugênica” (CARNEIRO, 2014, p. 24). Isso se deu por meio do aparelho estatal, como aponta Seyferth (1999).

As medidas efetivadas entre 1937 e 1945 vinham sendo preconizadas desde o século XIX, mas só um Estado autoritário poderia criar uma legislação impositiva da assimilação e do caldeamento e propor, por decreto, estudos científicos que dessem diretrizes eugênicas (raciais), sociais e culturais para erradicar as diferenças étnicas que faziam dos imigrantes cidadãos incompatíveis com a nação (SEYFERTH, 1999, p. 225).

As ações realizadas no país entre 1937 e 1945 estavam de acordo com o princípio do nacionalismo que movia a nação. Assimilação e caldeamento¹⁷ eram considerados como parte da tradição histórica de formação da nação brasileira. De acordo com esse princípio, o Estado Novo precisava da homogeneidade nacional, buscada, em primeiro lugar, na escola (imposição do espírito nacional pela supressão dos idiomas estrangeiros e pelo ensino do civismo), em segundo lugar, pela ação prática e simbólica do Exército, da polícia e dos brasileiros legítimos, fazendo valer o sentido da formação nacional, isto é, uma “tradição histórica” de miscigenação e assimilação (SANTOS, 2006).

¹⁷ Caldeamento: miscigenação, mistura de etnias ou raças.

O Ministério da Educação e Saúde, sob o comando de Capanema, preocupava-se não apenas com a educação, mas, principalmente, com a formação desse novo homem que se pretendia moldar: “O Ministério da Educação e Saúde se destina a preparar, a compor, a afeiçoar o homem do Brasil. Ele é verdadeiramente o Ministério do Homem” (Carta do Ministro Gustavo Capanema ao Presidente Getúlio Vargas, 14-6-1937. Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC. *In*: CAVALCANTI, 1999, p. 180).

Um dos primeiros problemas em relação ao novo homem que se pretendia moldar era relativo às enfermidades que assolavam o país. Os efeitos negativos das condições sanitárias para a economia passaram a fazer parte das discussões das classes dirigentes. As doenças que afetavam os segmentos menos favorecidos alcançavam toda a sociedade, todas as regiões e as relações com mundo exterior, isso precisava fazer parte da consciência social e permear os debates em todas as esferas governamentais, onde se concentra o poder, mas, como ressalta Santos (2006),

essa consciência social não foi construída rapidamente, nem com facilidade, mas contribuiu para o delinear de uma comunidade nacional, para a construção do Estado-nação e a solidificação da autoridade do poder público. A ação estatal foi fundamental para a definição da autoridade sanitária. As interpretações que identificavam as “más condições sanitárias das cidades brasileiras (como) um obstáculo para a modernização, acabou contribuindo para o progresso do movimento de saúde pública”. A participação de setores da elite e de intelectuais no debate médico e higienista demonstra a amplitude que os temas vinculados à saúde pública tinham adquirido na agenda social e política. O movimento destacava a urgência de ações afirmativas do governo em regiões sem assistência, pois a presença das enfermidades estaria vinculada à ausência da ação estatal. As classes dominantes teriam de se conscientizar sobre os riscos, os custos sociais e políticos da situação sanitária do país (SANTOS, 2006, p. 27).

A partir da promulgação da Constituição de 1934, os grupos ligados às questões da “eugenização” do país encontraram no fórum das discussões constituintes um espaço ansiosamente pleiteado, sem muito sucesso, desde os anos 1920. O movimento de 1930 manifestou-se mais receptivo às demandas e perspectivas destes grupos, e foi encarado pela corporação médica como a representação estatal da racionalidade e do progresso (GOMIDE, 1991).

As práticas de isolamento do modelo profilático adotado no Brasil, em meados da década de 1930 e início da década de 1940, se alicerçavam na tríade sanitarianismo, higienismo e eugenismo. Nesta perspectiva, o meio social, principalmente o urbano, precisava ser higienizado. O isolamento dos leprosos e dos seus filhos indenes resulta do “mundo paranoico da sociedade brasileira, produzindo discursos históricos do medo, que servem à causa da manutenção de uma ordem dominante que protege seus “doutores”, suas elites delirantes” (ZANOTELLI, 2014, p. 69).

O “higienismo” surgiu entre os séculos XIX e XX, quando médicos e sanitaristas refletiam sobre as contínuas ocorrências de surtos epidêmicos de algumas doenças como, por exemplo: lepra, febre amarela, tifo, varíola e tuberculose, as quais aumentavam as estatísticas de mortes entre populações urbanas. Tais acontecimentos chamaram a atenção sobre as razões de sua ocorrência, originando uma linha de pensamento denominada de higienismo.

Na concepção das autoridades sanitárias, eliminar as impurezas era uma ação necessária para proteger a população sadia, ou seja, sanear o meio para impedir a propagação de doenças. As atitudes sanitarianas muito se aproximam do pensamento eugênico, em que a higiene social tinha o intuito de purificar a sociedade dos elementos indesejados, das camadas supostamente responsáveis pela degenerescência do corpo social. Sob a prática do sanitarianismo, percebemos o quanto a discriminação estava institucionalizada (RIBEIRO, 2011).

Os higienistas defendiam a adoção de padrões sociais de comportamento em nome da saúde. Quando essa visão dos médicos e sanitaristas se expande sobre a urbe (áreas mais arborizadas, ruas mais largas e pavimentadas, rede de água encanada e coleta de esgoto) acontecem as primeiras intervenções sobre a cidade e seus habitantes. Em diversos países, inclusive o Brasil, foram propostas políticas de “higiene e profilaxia social” com o objetivo de impedir a reprodução de pessoas que possuíam alguns tipos de doenças, a esse melhoramento genético da população foi denominado eugenismo.

Em seu trabalho, Silva (2009) discute a perseverança de uma mentalidade estigmatizante acerca do “leproso” que persistiu durante séculos em diferentes

sociedades. Com base na documentação consultada e na historiografia que trata desta questão, a autora analisa os ideais eugênicos propagados no Brasil entre os anos 1920 a 1940 como sustentáculos das medidas profiláticas contra a hanseníase no Brasil. Nesta perspectiva, o meio social, principalmente o urbano, precisava ser higienizado, pois,

não resta dúvida, que o desenvolvimento agrícola, industrial e a mineração, determinaram circunstâncias favoráveis ao progresso das endemias. “Estas circunstâncias provocariam a maior condensação humana, sua maior fixidez, e portanto, menor mobilidade, assim, maior promiscuidade entre doentes e sãos, cujo contágio seria favorecido pela precariedade da higiene da época” (MAURANO, 1950, p. 23).

O Estado, diante dos surtos epidêmicos, identificou por meio do “saber médico competente” que

as causas das doenças que afloraram, principalmente, no meio urbano, nas condições naturais, clima, ar, água, chuvas, e, também, nas condições não naturais, ou seja, na ação do homem sobre as cidades, tipos de construção, direção de algumas ruas, estagnação das águas. Isto conduziu à elaboração de planejamento urbano que se estendeu as principais cidades da época (GOMIDE, 1991, p. 41).

Monteiro (1995) corrobora com as contribuições de Maurano e Gomide apontando que o saneamento era visto, entre as elites médicas, com capacidade para resolver os problemas que iam desde a mortalidade infantil até a insalubridade.

A ação médica estendeu-se sobre as cidades e a população, incidindo sobre a alimentação, hábitos higiênicos, sexuais, moradia e até sobre os aspectos morais, identificando todos esses elementos como causas das doenças. Para elite médica da época “sanear é eugenzar” (MONTEIRO, 1995; GOMIDE, 1991).

O projeto saneador-higienista da cidade e da sociedade, visava a criação e a disseminação de “hábitos sadios e revigorantes” de ajustamento social para a formação de uma população sadia, dócil e disciplinada (GOMIDE, 1991).

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a ter um movimento eugênico organizado. De acordo com Monteiro (1995) as discussões sobre “melhoramento da raça” e “formação da raça forte” eram travadas em diferentes campos do saber, e

em especial na área médica e jurídica. O movimento eugenista procurava “melhorar a raça”, sanando a sociedade de pessoas que apresentassem determinadas enfermidades ou características consideradas “indesejáveis”, promovendo determinadas práticas para acabar com essas características nas gerações futuras.

Os ideais eugênicos são encontrados permeando debates, congressos e conferências durante as primeiras décadas do século XIX. Médicos, políticos e demais representantes das sociedades organizadas defendiam esses ideais como aponta Gomide.

Pode-se detectar nos discursos e na ação desenvolvida pela Sociedade de Assistência aos Lázaros de Defesa Contra a Lepra, um comprometimento com os preceitos científicos divulgados então e que se baseavam na teoria e nas práticas eugênicas, bem de acordo com as propostas da Liga Eugênica da América do Sul, fundada em 1917, em São Paulo, pelo médico Renato Kehl (GOMIDE, 1991, p. 75).

O poder médico, as influências dos sanitaristas e as sociedades civis organizadas foram impondo o modelo médico-eugenista a fim de solucionar os problemas que o Estado brasileiro enfrentava em relação à falta de saneamento básico, as más condições de trabalho, alimentação e moradia precárias, e às doenças decorrentes das condições de higiene e salubridade tanto nos locais de moradia, no trabalho e na urbe.

Aliado ao discurso eugênico perpassava também a ideia de higienização das cidades com a retirada de todos os “leprosos” dos espaços urbanos (ruas, asilos, etc.). Uma vez fixado o princípio do isolamento, passou-se à construção de leprosários, sob a forma de “Colônias Agrícolas”. As colônias, construídas em todos os estados da Federação, seguiram um projeto relativamente uniforme e baseavam-se na autosustentabilidade por meio do trabalho daqueles que não eram tão comprometidos em virtude das deformidades causadas pela forma mais grave da doença. Gomide (1991) descreve como isso acontecia.

Uma vez localizado o doente de lepra, a sociedade que se higienizava tornava-o um pária. Isolado e segregado em leprosários que eram verdadeiros tugúrios amontoados de doentes, totalmente desprovidos de qualquer tratamento efetivo de combate ao mal que portavam, sofriam o abandono da própria família, e lhes eram fechadas as portas para qualquer contato social. Todos os direitos lhes eram retirados _ trabalho, lazer, amor,

matrimônio, procriação_ e transformando-o em um morto em vida, mais uma vez (GOMIDE, 1991, p. 48).

O primeiro hospital nesses moldes foi fundado em 1741 no Rio de Janeiro. O termo “Hospital” talvez seja um exagero para nomear o conjunto de humildes choupanas localizado no bairro de São Cristóvão, no qual foram instalados 52 doentes, quase todos abandonados por suas famílias. Nenhum médico passava por lá. Eram cuidados por frades franciscanos e escravos acusados por crimes graves, segundo escreveu Heráclides César de Souza Araújo em 1946, em seu livro História da Lepra no Brasil: períodos Colonial e Monárquico (1500-1889) (COELHO; ROTTA, 2013).

Para proteger os sãos, a coletividade, da possibilidade de contágio por meio do convívio com os “leprosos”, o Estado praticava medidas sanitaristas e isolacionistas. “Desta forma, qualquer ação que se opusesse ou pudesse retardar a luta ‘sanitária’ era vista como um empecilho a ser removido. O direito individual deveria se curvar ante a necessidade de defesa de um bem maior: a coletividade” (MONTEIRO, 1995, p. 153). Durante o Estado Novo foi permitida a centralização do poder e o autoritarismo como elementos essenciais para o exercício de funções de comando na tarefa profilática. Desta forma,

sob o slogan do “nascimento de uma nova nação” e com o auxílio das Forças Armadas, Vargas instaurou a ditadura colocando fim à nossa breve e turbulenta experiência democrática de 1934-1937, traindo assim os ideais da “revolução” de 1930. Caíram por terra os princípios democráticos e liberais consagrados na Constituição brasileira, de forma a oferecer um “governo do povo para o povo”. Inaugurou-se um programa político inspirado nos paradigmas do fascismo europeu, oprimindo a população, que perdeu sua representação política (CARNEIRO, 2014, p. 25).

As pessoas acometidas pela lepra perderam muito mais que a sua representação política, perderam a sua liberdade, a convivência social, os direitos, a vida. E mesmo após a saída de Getúlio Vargas do poder, elas permaneceram isoladas, muitas até a morte.

Getúlio Vargas saiu do governo em 1945 após um golpe militar. Nesse período chegava ao fim a Segunda Guerra Mundial, um conflito militar armado, que envolveu a maioria das nações, organizadas em duas alianças militares opostas os Aliados e o Eixo. Desde o início do conflito em 1939 o Brasil assumiu uma posição neutra, até

1942 quando 19 navios brasileiros foram atacados na costa pelas forças alemãs causando a morte de 500 pessoas. Getúlio Vargas passou a apoiar os Aliados e recebeu ajuda americana para modernizar as Forças Armadas e construir a Companhia Siderúrgica Nacional. O fim da Segunda Guerra fez despertar um grande desejo por democracia no povo brasileiro (CORSI, 2000).

Nas duas décadas seguintes, o Brasil viveu um período democrático denominado de República Liberal, devido ao fato de todos os importantes representantes do cenário político do país terem ocupado o poder, ainda que em breves períodos: José Linhares (interino, 1945-1946) sem partido; Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) PSD; Getúlio Vargas (1951-1954) PTB; João Café Filho (interino, 1954-1955) PSP; Carlos Luz (interino, 1955) PSD; Nereu de Oliveira Ramos (interino, 1955-1956) PSD; Juscelino Kubitschek (1956-1961) PSD; Jânio Quadros (1961) UDN; Paschoal Ranieri Mazzilli (interino, 1961) PSD; João Goulart (em regime parlamentarista, 1961-1963) PTB; João Goulart (restauração do regime presidencialista, 1963-1964) PTB; Paschoal Ranieri Mazzilli (interino, 1964) PSD; Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) início do regime militar brasileiro. Costuma-se rotular esse momento histórico como de predominantemente populista. A República Liberal teve os anos dourados de JK, passou pelos anos rebeldes de Jango e terminou com os anos de chumbo iniciados com o golpe militar (FAUSTO, 1995).

Considerado um dos períodos mais democráticos da história brasileira, com alternância de partidos na presidência, fortalecimento dos sindicatos, surgimento de movimentos sociais no campo e ampliação no acesso ao voto. Mesmo com todas essas vitórias, ainda observamos nesse período a exclusão dos analfabetos e dos suboficiais quanto ao voto, o forte controle das elites sobre a política, assim como problemas econômicos e sociais.

Eurico Gaspar Dutra promulgou a Constituição de 1946, que foi quase uma reedição da Constituição de 1934. Neste governo podemos destacar o aumento da participação de voto para as mulheres, a incorporações dos territórios nacionais de Iguazu (PR) e Ponta Porã (MS), o relaxamento do controle sobre os sindicatos, o pluripartidarismo. O mandato presidencial passaria para 5 anos sem direito a reeleição, sendo os candidatos eleitos separadamente.

Apesar de eleito pela coligação PSD/PTB e ter seu nome ligado ao Estado Novo, Dutra, teve postura considerada “entreguista”. Sua forte ligação com os EUA fez com que o Brasil fosse alinhado ao bloco capitalista. Teve como principais destaques: o rompimento diplomático com a URSS; o fechamento do PCB e cassação dos mandatos de seus membros; o fechamento de sindicatos e prisão de líderes sindicais opositores do governo; a perseguição e demissão de funcionários públicos “subversivos”; a criação da Escola Superior de Guerra para formação de oficiais, visando a defesa nacional; a abertura do mercado para os produtos estrangeiros; a proibição dos jogos de azar; a implantação do Plano SALTE que, em virtude da perda de reservas, não conseguiu se tornar realidade.

Eurico Gaspar Dutra fez um governo de características keynesianistas, com o Plano SALTE previa estimular o desenvolvimento dos setores da saúde, alimentação, transporte e energia, mas seu fracasso trouxe mais instabilidade econômica ao país. A inflação subia, houve perda de poder aquisitivo das classes trabalhadoras e falência de empresas nacionais.

Em 1951, Getúlio Vargas, foi eleito com quase 50% dos votos. Assumiu em um contexto bem diferente do de 1930 – Constituição, Guerra Fria e embates entre “entreguistas” e “nacionalistas”. Mas apesar de todo cenário político e econômico, manteve seu caráter nacionalista e intervencionista, promovendo o desenvolvimento econômico do país. Algumas de suas medidas foram a criação da Petrobras, da Eletrobrás e do BNDE. Aumentou em 100% o salário mínimo (1954) desgastando assim o seu governo junto aos empresários e despertando o ânimo dos sindicatos (FAUSTO, 1995).

Apesar de todos os esforços, Vargas não conseguiu conter a inflação e passou a ser questionado até pelos trabalhadores, os movimentos grevistas aumentaram e ele sofreu forte oposição de grupos internacionais quando negou o envio de tropas à Guerra da Coreia. O país passava por uma forte crise política, com muita pressão para a renúncia de Vargas, que cometeu suicídio em 24 de agosto de 1954 (FAUSTO, 1995).

O vice-presidente Café Filho assumiu e tomou medidas de controle da economia como a restrição ao crédito, aumento de impostos e taxas. Novas eleições foram convocadas e Juscelino Kubitschek ganhou as eleições com baixo percentual de votos. Teve como vice João Goulart. Quase não assumiu por causa de uma tentativa de golpe.

Juscelino Kubitschek traçou um Plano de Metas para o Brasil, baseado no *slogan* “vamos fazer o Brasil crescer 50 anos em 5” (desenvolvimentismo). Sua atuação voltou-se para as áreas de infraestrutura e indústria, principalmente, a construção de rodovias federais e a entrada de multinacionais automobilísticas no ABC paulista, aumentando o número de postos de trabalho, abrindo novas linhas de crédito, facilitando o acesso ao consumo e a modernização do país (CORSI, 2000).

Neste período o êxodo rural se intensificou através das migrações de grandes contingentes populacionais para os grandes centros em busca de emprego. Houve crescimento cultural, econômico e até esportivo. Porém, os *Anos Dourados* deixaram também um legado negativo: a dependência do capital externo, dívida externa, crescimento desordenado das cidades, intensas migrações, concentração de renda e aumento da desigualdade social.

Um dos maiores legados do governo de JK foi a Construção de Brasília, para a transferência da capital como meio de desenvolver o Centro-Oeste e afastar o centro político de áreas densamente povoadas (MOREIRA, 1998).

Em 1961 Jânio Quadros foi eleito com grande porcentagem de votos. Sua campanha defendia a moralidade e a família. Foi um governo contraditório, com forte caráter conservador na questão interna como o congelamento de salários, restrição ao crédito, desvalorização da moeda e até proibição de biquínis. Enquanto isso tomou uma postura de não alinhamento ao reatar relações com a URSS e condecorar “Che” Guevara. Enfrentou forte pressão popular diante da ineficiência em conter a crise econômica e desconfiança de setores estrangeiros. Renunciou em agosto de 1961 (MOREIRA, 1998).

O vice-presidente, João Goulart, também conhecido como Jango deveria assumir após a renúncia de Jânio Quadros. Ele estava na China no momento da renúncia e era visto como simpatizante do comunismo. A implantação do Parlamentarismo foi a solução para Jango poder assumir, em setembro de 1961. Durante esse período houve forte agitação social com uma greve geral.

Jango criou o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social que visava combater a inflação. Em janeiro de 1963, houve um plebiscito que devolveu o Brasil ao regime presidencialista, com mais de 80% de votos favoráveis.

Como chefe de governo, Jango tentou seguir à risca o Plano Trienal, mas a recessão o obrigou a tomar medidas populistas. As “Reformas de Base” deveriam ser levadas ao extremo: reforma eleitoral, no sistema bancário, na habitação, nas universidades, na estrutura fundiária e suas relações trabalhistas e na remessa de lucros. Diante da “radicalização” do governo os grupos conservadores se organizaram. O comício da Central do Brasil, em março de 1964 “Marcha da Família com Deus e pela Liberdade” assustou parte da classe média brasileira. Em 31 de março de 1964 o golpe militar derrubou Jango. Segundo Carneiro,

o Brasil vivenciou dois momentos críticos de ditadura que cercearam o exercício da democracia: durante o Estado Novo comandado por Getúlio Vargas (1937-1945) e durante a ditadura militar (1964-1985). Em ambos os períodos, a sociedade brasileira esteve sob a tutela de um Estado que agiu apoiado por um conjunto de aparelhos repressivos cuja ação trouxe graves consequências para o país (CARNEIRO, 2014, p. 22).

A ditadura civil militar foi o período da política brasileira em que militares conduziram o país. Essa época ficou marcada na história do Brasil através da prática de vários Atos Institucionais que colocavam em prática a censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais, a falta total de democracia e a repressão àqueles que eram contrários ao regime militar. Esse período durou até a eleição de Tancredo Neves em 1985. Com o fim dos regimes ditatoriais e a descoberta da cura para a lepra terminou também o isolamento compulsório nos leprosários e preventórios/educandários.

As considerações históricas, políticas e sociais apresentadas até o momento contextualizam as ações do Estado no âmbito nacional. O conhecimento dos cenários faz-se necessário para a compreensão das consequências desse isolamento. A partir da descoberta da sulfona e de formas mais avançadas de tratamento da lepra, como a poliquimioterapia, os internos das Colônias e também dos Educandários foram sendo (re) introduzidos no convívio em sociedade.

De acordo com Franco e Barros (2015):

Somente com o advento da sulfona, a partir de 1941, o tratamento se tornou capaz de eliminar o bacilo e impedir que a transmissão da doença continuasse ocorrendo. Porém, no Espírito Santo, assim como em outros Estados do Brasil, o tratamento baseado na sulfona demorou alguns anos para ser iniciado (FRANCO e BARROS, 2015, p. 244).

A sulfona não representou a cura completa da lepra que só seria descoberta muitos anos depois com a poliquimioterapia, mas foi um grande avanço no controle sobre o contágio da doença uma vez que eliminava o bacilo transmissor da doença nas pessoas infectadas. O lento processo de disseminação do uso da sulfona nos países em desenvolvimento como o Brasil perdurou a prática do isolamento dos enfermos.

No contexto descrito, o eixo principal das colônias de isolamento, os leprosários, é focalizado no item a seguir.

4.2. OS LEPROSÁRIOS

Na década de 1930, durante o Governo de Getúlio Vargas, foi lançado o “Plano Nacional de Combate à Lepra” que previa a construção de leprosários em todos os estados brasileiros, tendo como premissa os dados do Censo Leprológico de 1933 (SANTANA, *et al.* 2011). Estava à frente deste plano o então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema¹⁸. Tal plano se alicerçava no tripé: leprosários,

¹⁸ Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui (MG), em 1900. Formou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 1923. Durante seus tempos de universitário vinculou-se, em Belo Horizonte, ao grupo de “intelectuais da rua da Bahia”, do qual também faziam parte Mario Casassanta, Abgard Renault, Milton Campos, Carlos Drummond de Andrade e outras futuras personalidades das letras e da política no Brasil. Em 1927 iniciou sua vida política ao eleger-se vereador em sua cidade natal. Capanema foi designado pelo presidente para dirigir o Ministério da Educação e Saúde. Nomeado em julho de 1934, permaneceria no cargo até o fim do Estado Novo, em outubro de 1945 (Disponível em

dispensários e preventórios. Os portadores da doença eram internados compulsoriamente nos leprosários, os filhos sadios ficavam internos em preventórios e os dispensários realizavam o diagnóstico da doença e o encaminhamento para as devidas instituições. Os leprosários eram mantidos pelo governo federal, os dispensários estavam a cargo dos serviços sanitários estaduais e os preventórios eram administrados pelas Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra.

A lepra pode acometer pessoas em qualquer idade, raça ou gênero, propriedades essas que dependem das relações socioeconômicas e do grau de endemicidade do meio em que vivem as pessoas. Por isso, “o domicílio é apontado como um importante espaço de transmissão da doença” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005, p. 364). Apesar de acometer pessoas de ambos os sexos, “no mundo inteiro, a incidência da doença é maior nos homens que nas mulheres” (RIBEIRO, 2011, p. 49).

Devido ao seu alto poder incapacitante, pois atinge e compromete os nervos periféricos, a doença retira do mercado de trabalho muitas pessoas em faixa etária economicamente ativa, comprometendo seu desenvolvimento profissional e social (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

As pessoas infectadas pelo bacilo de hansen podem ser diagnosticadas por meio de exames clínicos, análise do histórico e condições de vida dos pacientes, exames dermatológicos e neurológicos. A classificação do caso e a escolha do tratamento com a poliquimioterapia mais adequada aos doentes se dá pela quantidade de lesões na pele, paucibacilar¹⁹ (PB) casos com até 5 lesões de pele e multibacilar²⁰

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo_capanema>. Acesso em: 30 set. 2018).

¹⁹ “Dentre as pessoas que adoecem de hanseníase, algumas apresentam resistência ao bacilo de *Hansen*, constituindo os casos Paucibacilares (PB), que abrigam um pequeno número de bacilos no organismo, insuficiente para infectar outras pessoas. Os casos Paucibacilares, portanto, não são considerados importantes fontes de transmissão da doença devido à sua baixa carga bacilar. Algumas pessoas podem até curar-se espontaneamente” (MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia para controle da hanseníase, 2002, p.13. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_de_hanseníase.pdf> Acesso em 27 dez. 2018).

²⁰ “Um número menor de pessoas não apresenta resistência ao bacilo de *hansen*, que se multiplica no seu organismo passando a ser eliminado para o meio exterior, podendo infectar outras pessoas. Estas pessoas constituem os casos Multibacilares (MB), que são a fonte de infecção e manutenção

(MB) casos com mais de 5 lesões de pele (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005, 2010). A lepra, um dos maiores flagelos da história da humanidade, hoje pode ser tratada com uma combinação de antibióticos nas unidades de saúde.

O Brasil seguiu a proposta de isolamento dos doentes em leprosários, assim como a maioria dos países do continente americano. Segundo o Regulamento Sanitário da União, implantado por Oswaldo Cruz, a lepra passou a fazer parte das doenças de notificação compulsória em todo território nacional e de investigação obrigatória, desde 1904. Em 1920 começaram as construções de Leprosários para o isolamento dos doentes pelo Departamento Nacional de Saúde Pública²¹, assemelhando às ações da Europa (CUNHA, 2002; SAMPAIO, 2012).

O Decreto N.968 de 7 de maio de 1962 (Anexo B) colocou fim ao isolamento compulsório dos hansenianos, mas as amarras a esse passado permaneceram por muito tempo. Alguns estados não respeitaram esse decreto e muitas pessoas permaneceram residindo em ex-colônias ou em seus arredores (SAMPAIO, 2012). Apesar de o decreto permitir, depois de séculos de restrições, que os “leprosos” circulassem livremente pelas cidades, muitos deles preferiram ficar nos espaços ocupados pelas colônias, em virtude do apego ao lugar, da falta de condições econômicas para mudar, do abandono familiar ou da combinação destes fatores.

O Decreto 968 assinado por Tancredo Neves, baixa normas técnicas especiais para o combate à lepra no país e dá outras providências, como no Artigo 19, onde revoga os artigos 133 e 183 do Decreto Federal N. 16.300 de 31 de dezembro de 1923 (acesso em 08 set. 2016), promulgado por João Luiz Alves, que trazem em sua redação:

Capítulo II. Prophylaxia Especial da Lepra

Art. 133 – Quando for notificado um caso suspeito de lepra, como tal considerado pela autoridade sanitária, ficará o enfermo sob vigilância, devendo o médico assistente confirmar a notificação logo que tenha positivado o diagnóstico.

[...]

da cadeia epidemiológica da doença (MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia para controle da hanseníase, 2002, p.13. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_de_hanseníase.pdf> Acesso em 27 dez. 2018).

²¹ Este departamento era responsável pelo gerenciamento dos serviços de saúde nos estados, e tinha entre as finalidades, identificar quantitativo de doentes mapeando a Geografia das Doenças.

Art. 183 – O Departamento Nacional de Saúde Pública, por intermédio da respectiva inspetoria, promoverá a extensão da prophylaxia da lepra aos Estados da União, mediante acordo e segundo as normas estabelecidas neste regulamento.

O Decreto de 1962 aponta novas formas de lidar com os doentes de lepra diagnosticados a partir daquela data e liberta os internados compulsoriamente, mas, devido ao grande sofrimento que foi imposto a esses doentes, como se já não bastassem as terríveis lacerações da doença e as tragédias pessoais decorrentes da perseguição empreendida pelo Estado, muitos deles não tinham mais para onde ir e preferiram permanecer nas Colônias até o final de seus dias. Outros fatores que podem ser apontados para a permanência dessas pessoas na Colônia são a falta de recursos econômicos e o sentimento de pertencimento ao lugar, tão representativo na vida dessas pessoas.

Famílias foram desfeitas. Mães perderam definitivamente o contato com os filhos e estes em muitos casos nunca conheceram seus pais. Os doentes eram denunciados por vizinhos e até parentes. Agentes armados recolhiam os infectados, com violência muitas vezes, sem lhes dar tempo de organizar seus negócios ou despedir-se dos entes queridos como retratado na obra de Carlos Maranhão “Maldição e Glória: a vida e o mundo do escritor Marcos Rey”. O autor narra a trajetória de Edmundo Donato, pseudônimo de Marcos Rey, jornalista e membro da Academia Paulista de Letras desde 1987 que escondeu a vida toda ser portador de hanseníase. Ele foi levado para o Asilo Colônia Santo Ângelo, em Mogi das Cruzes-SP aos 16 anos como narrou sua esposa, Palma Donato, após a sua morte em 1º de abril de 1999.

Palma Donato, no entanto, contaria que ouviu da sogra, na única ocasião em que esta lhe relatou o episódio, pouco antes de seu casamento, uma história diferente, mais detalhada e mais dramática. É a mesma que o marido lhe repetiria inúmeras vezes durante anos, sobre o compromisso, jamais quebrado, de que a guardaria como um segredo, junto com todos os detalhes sobre sua doença, enquanto ele vivesse. Os guardas, depois de passar pela casa, foram encontrá-lo a quatro quarteirões, em um bar da praça Marechal Deodoro, onde ele jogava bilhar. Ele tentou fugir, mais o mal perfurante nos pés, que se agravara impediu que corresse. Não conseguiu ir além da calçada. Com a mesma técnica usada pelos homens da carrocinha, para pegar cachorros na rua, um dos guardas tirou uma corda da cintura e laçou-o pelo tronco. Edmundo, um jovem de dezesseis anos, foi empurrado para a ambulância, que arrancou em direção à Avenida Doutor Arnaldo, onde se localizava a sede do Departamento de Profilaxia da

Lepra (DPL). Ele chegou lá amarrado e, depois, seria mandado para Mogi das Cruzes, a 61 quilômetros da Capital (MARANHÃO, 2004, p. 32).

A história contada por Palma e vivenciada por seu marido coincide com o conteúdo das entrevistas realizadas por Postigo (2008) no Asilo Colônia Santo Ângelo, que relata como as pessoas eram perseguidas e capturadas, tratadas de forma desumana. Da mesma forma Monteiro (1995) apresenta os procedimentos adotados pelos guardas sanitários do Departamento de Profilaxia da Lepra (DPL) para busca e captura dos suspeitos em suas residências, bares ou locais de trabalho, por meio de ambulâncias pretas, grafadas com a palavra lepra e o nome do serviço. “A possibilidade do sequestro, o vexame da captura, a cena dos colchões e roupas sendo queimados no meio da rua levavam as famílias a esconder seus membros quando procurados” (MONTEIRO, 1995, p. 222).

Outro autor que descreve situação similar a respeito da captura e do tratamento desumano de leprosos é Vilaça (2016) que conta, no livro “Carminda”, como uma garotinha entre 10 ou 12 anos, que estava para ser levada para um leprosário, foi tratada.

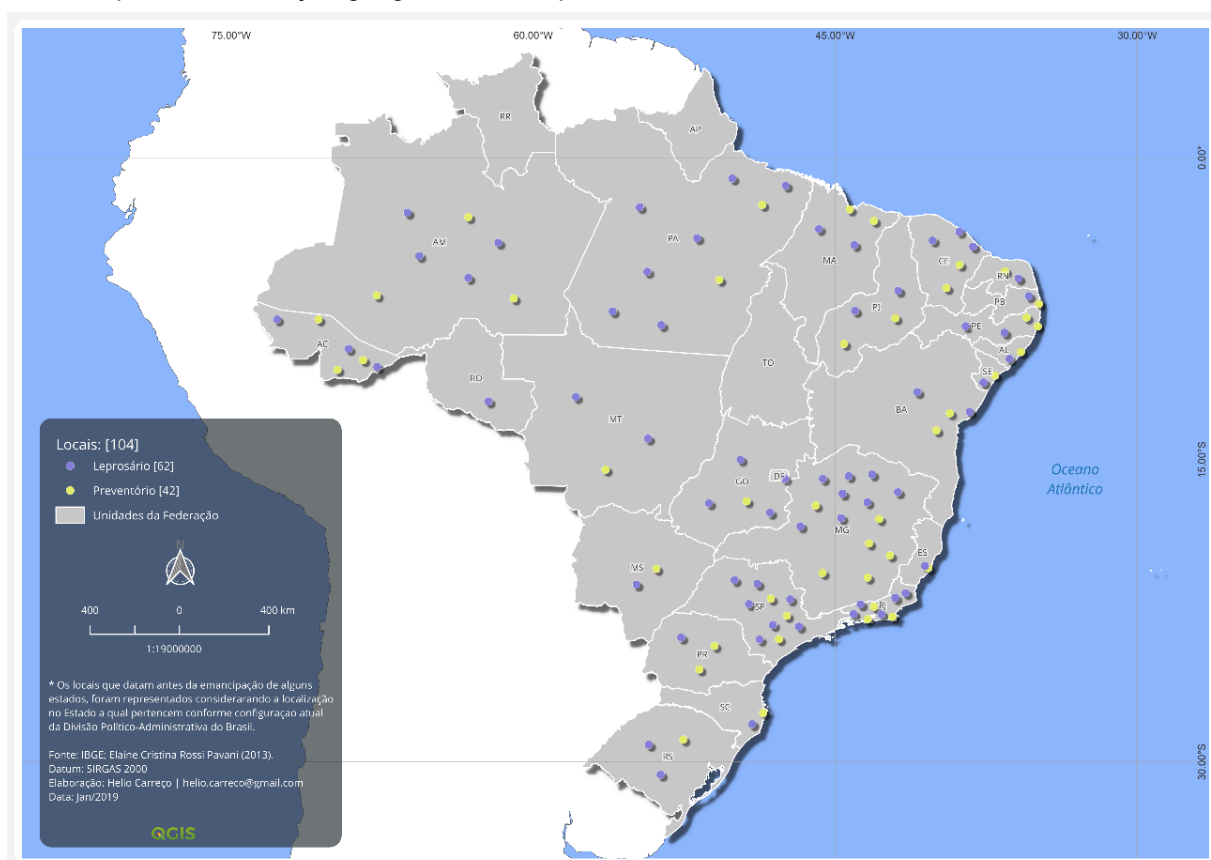
Ela seria enfiada num saco de estopa e atravessada na sela de um animal xucro que haviam atado a um tronco na praça da vila. A orientação era para que a família a acompanhasse até o local onde a menina seria de vez embrulhada, distante do muquifo, para evitar motim inesperado. Depois de chuchá-la no saco, fariam um buraco na estopa para alimentá-la e dar-lhe água. Então, eles a amarrariam na sela. Os cavalarianos não deixaram de expressar que a viagem poderia ser muito dura para a criança. Para eles restava o perigo do contato, por menor que ele fosse, com a garota morfética. Mas esta era a missão, com respectiva orientação (VILAÇA, 2016, p. 33).

Mas a idade pouco importava: lugar de leproso era na clausura, segregado da vida sadia. Os próprios familiares e vizinhos da menina perseguiam-na, porque acreditavam que os leprosários seriam locais de recuperação dos doentes. Mas, segundo o autor, eles não passavam de campos de concentração, como aqueles desmontados na Alemanha.

Mas, o que levou o Brasil a isolar os leprosos? A que ponto chegamos de ter doentes caçados pelas ruas das cidades e vilas do interior para serem internados de forma compulsória? Como explicar a barbárie cometida em nome da profilaxia da lepra no Brasil?

Maranhão (2004) faz uma breve explicação sobre as discussões acerca das formas de controle da lepra no Brasil, apresentando os diferentes posicionamentos entre os médicos sanitaristas Emílio Ribas (1862-1925) – “isolamento humanitário” X Oswaldo Cruz (1872-1917) - “Isolamento compulsório”. O que prevaleceu no Brasil foi o isolamento compulsório a exemplo do que já acontecia no Japão, nas Filipinas, no Havaí e na Colômbia. Para contribuir com suas argumentações, o autor utilizou as obras do médico Flávio Maurano sobre a lepra no estado de São Paulo e a tese de Yara Nogueira Monteiro. O Mapa 1 apresenta a localização geográfica dos leprosários e preventórios no Brasil no período de 1937 a 1979.

Mapa 1 – Localização geográfica dos Leprosários e Preventórios no Brasil de 1937 a 1979



Fonte: Carreço (2013).

Nota: Dados adaptados pela autora com base em IBGE, Maurano (1950), Cypreste e Vieira (2014), Pavani (2013).

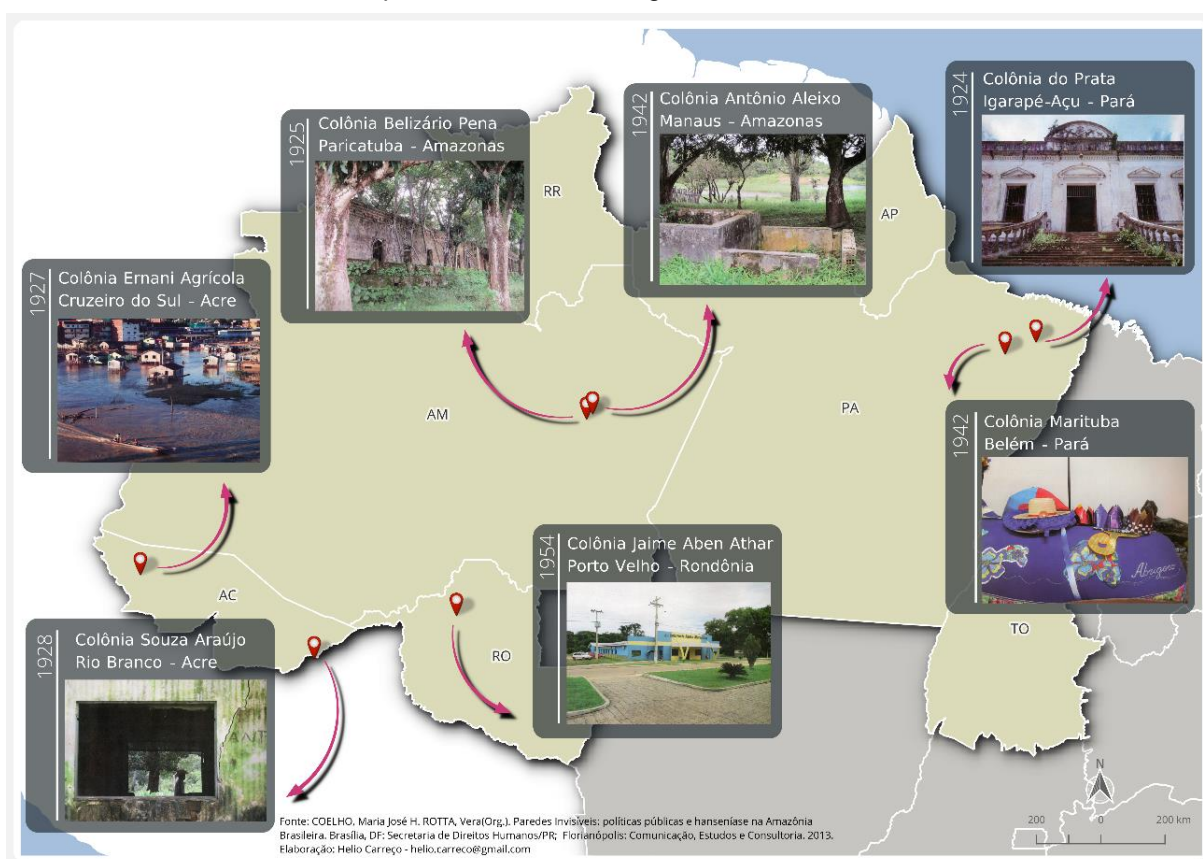
O tripé da profilaxia da lepra era composto por leprosários, preventórios/educandários e dispensários. A internação compulsória se efetivava apenas nos dois primeiros. Os dispensários eram responsáveis pelo monitoramento das pessoas que tiveram contato com os leprosos a fim de identificar precocemente possíveis novos doentes.

Dessa forma o Mapa 1 apresenta as 104 instituições de isolamento compulsório no Brasil para o período de 1937 a 1979, sendo 62 leprosários e 42 preventórios/educandários. As instituições de isolamento estavam assim distribuídas em território nacional: 33% na Região Sudeste, 28% na Região Nordeste, 22% Norte, 10% Centro Oeste e 7% no Sul. A Região Sudeste possuía a maior concentração demográfica e neste período também reunia 21 leprosários e 13 preventórios/educandários para atender o maior contingente de leprosos da época.

A Região Norte, apesar de ser pouco populosa e pouco povoada no período em questão, apresentava 22% das instituições isolacionistas, sendo 15 leprosários e 8 preventórios. Sobre as Colônias da Região Norte do país, destacamos a obra *Paredes Invisíveis: políticas públicas e hanseníase na Amazônia Brasileira*, organizada por Maria José H. Coelho e Vera Rotta e publicada pela Secretaria de Direitos Humanos em 2013. Trata-se de obra inspiradora, que narra com riqueza de detalhes a vida nos leprosários durante e depois do fim da internação compulsória no país, por meio da história oral de vida dos internos e ex-externos. A obra foi organizada por Maria José H. Coelho e Vera Rotta. O Mapa 2 apresenta a localização geográfica das colônias da Região Norte abordadas no livro *Paredes Invisíveis*.

O mapa apresenta sete Colônias na Região Norte onde foram realizadas as pesquisas por meio das histórias de vida dos internos e ex-externos das colônias para leprosos que perduraram durante décadas no Brasil. Algumas foram completamente desativadas, outras viraram bairros e os hospitais que atendem à comunidade, enfim, os espaços mudam e a pessoas exercitam a capacidade de resiliência.

Mapa 2 – Colônias da Região Norte do Brasil



Fonte: Carreço (2013).

Nota: Dados adaptados pela autora com base em Coelho e Rotta (2013).

Foi por intermédio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que tem como atribuição principal zelar pelo respeito e pela observância constante a esses direitos, que parte da população atingida pela internação compulsória conseguiu uma reparação financeira em virtude de seu isolamento. Sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Promoção do Direito da Pessoa com Deficiência, a concessão da pensão especial foi uma iniciativa coordenada pela comissão interministerial de avaliação, composta pelos Ministérios da Previdência Social, Planejamento, Saúde e Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Às pessoas atingidas pela hanseníase que foram segregadas desde a década de 1920 em hospitais colônias foi concedida uma pensão especial, a título de indenização a partir de 18 de setembro de 2007. Quando, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva promulgou a lei 11.520 (que autoriza a concessão de pensão especial, mensal e vitalícia às pessoas isoladas e internadas compulsoriamente, por

serem portadoras da hanseníase, em hospitais colônias, até 31 de dezembro de 1986), conforme o Artigo 1º:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível, às pessoas atingidas pela hanseníase e que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios em hospitais-colônia, até 31 de dezembro de 1986, que a requererem, a título de indenização especial, correspondente a R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

§ 1º A pensão especial de que trata o **caput** é personalíssima, não sendo transmissível a dependentes e herdeiros, e será devida a partir da entrada em vigor desta Lei.

§ 2º O valor da pensão especial será reajustado anualmente, conforme os índices concedidos aos benefícios de valor superior ao piso do Regime Geral de Previdência Social (BRASIL, acesso em 08 set. 2016).

Foram concedidas mais de 8.500 pensões especiais às pessoas que sofreram com a implementação de uma política pública de segregação que discriminou, perseguiu, internou e isolou compulsoriamente milhares de mulheres, homens e crianças em hospitais colônias concebidos exclusivamente para esse fim (COELHO; ROTTA, 2013).

O Brasil foi o primeiro país do mundo a indenizar – como política pública – as pessoas atingidas pela hanseníase pela prática de internação e isolamento compulsórios. Anteriormente, o Japão havia indenizado por medida judicial (COELHO; ROTTA, 2013).

A Lei 11.520, de 18 de setembro de 2007, resultante da conversão da Medida Provisória nº 375/2007 atesta o reconhecimento do Estado brasileiro de sua responsabilidade pelas políticas públicas adotadas no sentido de isolar compulsoriamente as pessoas atingidas pela Hanseníase, e que resultaram em graves danos aos atingidos. Não resta dúvida que foi um passo muito importante, contudo, a referida lei **não alcançou a todos**; deixou de fora também os filhos destas pessoas que foram retirados compulsoriamente do convívio com suas famílias e obrigados a viver em instituições públicas (Preventórios/ Educandários) ou seguirem para adoção. No Espírito Santo apenas 120 pessoas recebem esse “benefício”, conforme Tabela 1:

TABELA 1 – NÚMERO DE PENSIONISTAS, POR MUNICÍPIO CAPIXABA, REFERENTE A LEI N.11.520/2007

Municípios do Espírito Santo	Nº Pensionistas
Barra de São Francisco	3
Cachoeiro de Itapemirim	1
Cariacica	77
Castelo	2
Colatina	3
Guarapari	1
Itapemirim	1
Lúna	1
Mimoso do Sul	1
Pinheiros	1
São Mateus	1
Serra	11
Viana	1
Vila Velha	13
Vitória	3
Total	120

Fonte: Instituto Nacional do Seguro Social (2017).

Das pessoas que foram isoladas na Colônia de Itanhenga em virtude da Lepra 64% residem no município de Cariacica, ou seja, alguns dentro da própria Colônia e outros em bairros próximos. Dos 120 pensionistas capixabas que recebem o benefício pela lei n. 11.520, 106 residem na RMGV.

Vale ressaltar que, no ano de 2012, o relatório preliminar da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre os filhos segregados de pais portadores de Hanseníase submetidos à política de isolamento compulsório informou que “o número de benefícios concedidos pela Lei n. 11.520/2007 é de aproximadamente 8.000 mil, sendo que foram em torno de 12.000 mil requerimentos protocolados”.

Em busca deste reconhecimento e ressarcimento também estão os filhos indenes dos “leprosos” que foram isolados no mesmo período que seus genitores, mesmo não sendo portadores da doença.

As associações de ex-internos se espalham em todo território nacional e a mobilização destas pessoas é a busca por indenização financeira por parte do

Governo Federal, não que a ajuda financeira repare o estigma, a alienação parental, o isolamento social e as privações a que foram submetidos, mas equaliza uma conta da falta de competitividade no mercado de trabalho em virtude de uma parca oferta de escolaridade/formação.

4.3. A HANSENÍASE NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO NA ÚLTIMA DÉCADA

Na última década houve uma grande redução no número de casos novos diagnosticados com hanseníase no Brasil, passando de 43.642 diagnosticados no ano de 2006, para 25.218 no ano de 2016. A redução apresentada na Tabela 2 é resultado das ações implantadas no país para o enfrentamento da doença, com foco na busca ativa de casos novos para o diagnóstico na fase inicial, tratamento oportuno e cura, bem como a prevenção de incapacidades e deformidades físicas, principais causas do estigma e preconceito que permeiam a doença (COELHO, 2017).

TABELA 2 – INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS E OPERACIONAIS DE HANSENÍASE NO BRASIL (2001 – 2016)

Ano	Casos Novos	Taxa de detecção geral ¹	Taxa de prevalência ²	% de cura nas coortes	Unidades de Saúde com pacientes em tratamento
2001	45.874	26,61	3,99	81,6	3.895
2002	49.438	28,33	4,33	75,8	4.640
2003	51.900	29,37	4,26	69,3	5.493
2004	50.565	28,24	1,71	67,3	5.847
2005	49.448	26,86	1,48	69,2	6.526
2006	43.642	23,37	1,41	85,5	6.988
2007	40.126	21,19	2,11	81,1	7.323
2008	39.047	20,59	2,06	81,3	7.492
2009	37.610	19,64	1,99	82,1	8.015
2010	34.894	18,22	1,56	82,3	9.155
2011	33.955	17,65	1,54	82,7	9.445
2012	33.303	17,17	1,51	85,9	9.593
2013	31.044	15,44	1,42	84,0	8.944
2014	31.064	15,32	1,27	82,7	8.579
2015	28.761	14,07	1,01	83,5	8.846
2016	25.218	12,23	1,10	81,8	8.213

Observações: ¹ Taxa por 100.000/habitantes; ² Taxa por 10.000/habitantes.

Fonte: Ministério da Saúde (2017).

As taxas de detecção geral²² e de prevalência²³ no país também vêm também se reduzindo ano a ano. A taxa de detecção geral por 100.000/habitantes que era de 26,61 em 2001 passou para 23,37 em 2006 e uma década depois caiu para 12,23. O mesmo ocorreu com a taxa de prevalência por 10.000/habitantes que era de 3,99 no ano de 2001, teve uma grande queda em 2006 (1,41) e dez anos depois estava em 1,10. Devemos ressaltar que o número de unidades de saúde com pacientes em tratamento teve um incremento significativo, passando de 3.895 unidades em 2001 para mais de 9.000 unidades em 2010.

A busca ativa de casos e os exames dos contatos proporciona a quebra na cadeia de transmissão, na medida em que identificando precocemente o doente, é possível iniciar o tratamento, reduzir a contaminação de pessoas sadias e avançar no processo de eliminação da doença enquanto problema de saúde pública no Brasil. O tratamento/acompanhamento dos pacientes nas unidades de saúde de forma gratuita e o fornecimento de medicamentos necessários para os pacientes de hanseníase garantem um percentual de cura superior a 80% a partir de 2006.

Como no Brasil, o Espírito Santo também vem avançando no controle da hanseníase, mantendo a tendência de queda, iniciada desde o ano 2003, tanto para os Coeficientes de Detecção de casos novos quanto para a Prevalência da doença.

²² Número de casos novos diagnosticado de hanseníase (código A30 da CID-10), por 100.000 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Método de cálculo:

$$\frac{\text{Número de casos novos confirmados de hanseníase em residentes}^*}{\text{População total residente no período determinado}} \times 100.000$$

* Devem ser excluídos os casos definidos como erro diagnóstico

Fonte: Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS): base de dados do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica – boletins de notificação semanal e Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN – a partir de 1998) e base de dados demográficos fornecida pelo IBGE. Disponível em: <http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/pdf/ficha_D.3.pdf> Acesso em: 27 jan. 2019.

²³ Número de casos de hanseníase (código A30 da CID-10) em curso de tratamento, por 10 mil habitantes, existentes na população residente em determinado espaço geográfico, na data de referência do ano considerado. Método de cálculo:

$$\frac{\text{Número de casos de hanseníase existentes em curso de tratamento, em 31 de dezembro do ano, na população residente}}{\text{População total residente no período determinado}} \times 10.000$$

Fonte: Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS): base de dados do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica – boletins de notificação semanal e Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN – a partir de 1998) e base de dados demográficos fornecida pelo IBGE. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/LivroIDB/2edrev/d09.pdf>> Acesso em 27 jan. 2019.

O monitoramento dos casos e o tratamento ambulatorial gratuito colaboram para esta tendência com altos percentuais de cura, baixo índice de abandono e bom desempenho quanto ao exame de contatos. Os percentuais de cura no estado (94,1) são maiores que os da Região Sudeste do país e o próprio índice nacional, como pode ser observado na Tabela 3 que apresenta os indicadores de hanseníase para o Brasil, a Região Sudeste e o Espírito Santo para o ano de 2016.

TABELA 3 – INDICADORES DE HANSENÍASE PARA O BRASIL, A REGIÃO SUDESTE E O ESPÍRITO SANTO (2016)

Indicadores de Hanseníase em 2016	Brasil	Região Sudeste	Espírito Santo
Reagente ativo	22.631	3.076	233
Taxa de Prevalência ²	1,10	0,36	0,59
Casos Novos < 15 anos	1.696	163	24
Taxa < 15 anos ¹	3,63	0,93	2,80
População < 15 em 2016	46.769.405	17.620.786	858.386
Casos Novos Total	25.218	3.601	436
Taxa Geral ¹	12,23	4,17	10,97
População em 2016	206.114.067	86.356.952	3.973.697
Multibacilar (MB)	18.224	2.518	230
% de Multibacilar	72,3	69,9	52,8
Feminino	11.156	1.589	199
% Feminino	44,2	44,1	45,6
Avaliados	22.023	3.316	406
%avaliados diagnosticados	87,3	92,1	93,1
Grau 2	1.736	435	36
% Grau 2	7,9	13,1	8,9
Contatos Reagentes	93.809	11.659	1.734
Contatos Examinados	72.840	10.268	1.604
% Contatos Examinados	77,6	88,1	92,5
Cura (Paucibacilar PB + MB)	22.973	3.284	529
Total (PB + MB)	28.086	3.771	562
% Cura Coorte	81,8	87,1	94,1
% Avaliação cura coorte	69,9	84,3	93,0

Observações: ¹ Taxa por 100.000/habitantes; ² Taxa por 10.000/habitantes (grifo nosso).

Fonte: Ministério da Saúde (2017).

No Espírito Santo, segundo dados da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), em 2016 foram registrados 436 casos de hanseníase. No primeiro semestre de 2017, os dados parciais indicam a existência de 221 novos casos de hanseníase no Estado.

Os cinco municípios prioritários para a hanseníase são: Cariacica, Linhares, Serra, Vila Velha e Vitória (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).

A hanseníase é uma doença de notificação compulsória em todo território nacional e de investigação obrigatória, em virtude disto, a necessidade de examinar as pessoas que tiveram contato com os portadores da doença para verificar possíveis reagentes ativos, ou seja, pessoas que podem desenvolver a doença. O tratamento precoce dos infectados ajuda no controle da doença. O tratamento específico para hanseníase recomendado pela OMS e pelo Ministério da Saúde é a poliquimioterapia _ uma associação de Rifampicina, Dapsona e Clofazimina, na apresentação de Blíster _ a medicação é administrada através de esquema padrão, nos postos de saúde, de acordo com a classificação operacional do doente em PB (Paucibacilar) e MB (Multibacilar) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Em 2016 foram registrados 24 novos casos de hanseníase em menores de 15 anos no Espírito Santo. O total de pacientes paucibacilar (PB) e multibacilar (MB) são 562, todos em tratamentos em unidades de saúde mais próximas as suas residências.

4.4. OS DISPENSÁRIOS

De acordo com Monteiro (1998) os dispensários eram locais, onde os médicos do serviço nacional de profilaxia da lepra realizavam o diagnóstico precoce da doença, examinando as pessoas e fazendo um acompanhamento sistemático daqueles que conviviam com leproso e poderiam vir a desenvolver a doença.

No Brasil, o primeiro dispensário anti-leproso foi criado no Estado do Pará, em 1921, fundado em Belém por Souza-Araújo. Em São Luís do Maranhão em 1922, começou a funcionar o Dispensário para Lepra e Doenças Venéreas. No Ceará, instalou-se em Fortaleza o Dispensário Oswaldo Cruz. Por força do acordo entre a União e alguns Estados foram instalados dispensários de lepra e doenças venéreas em Belo Horizonte, Curitiba, Vitória e Recife. Na Capital da República (RJ) foi instalado o dispensário da Inspetoria de Lepra e Doenças Venéreas.

Depois de extinta a Inspetoria em 1934, os serviços de dispensários passaram a ser feitos nos Centros de Saúde. Em 1924 a Seção de Lepra do Instituto de Higiene mantinha um dispensário em São Paulo (AGRICOLA, 1960). Nessa época, a prática do tratamento da lepra em dispensários e clínicas já era exercitada no Império Britânico, como relata Monteiro (1995);

No Império Britânico a experiência adquirida em décadas de combate à doença fez com que fosse privilegiado o tratamento em dispensários, centros de atendimento e clínicas, em detrimento da prática do isolamento compulsório em massa, conforme se verifica em relatório oficial da Inglaterra de 1928 (MONTEIRO, 1995, p. 129).

Mas, como ficou comprovado que o doente era a via de transmissão da doença, isso fortaleceu a teoria do isolamento. Acreditava-se que se todas as pessoas já infectadas fossem segregadas a endemia se extinguiria devido à ausência do agente transmissor. Essa postura defendida por Hansen daria origem ao chamado “Modelo Norueguês”, que por muito tempo foi apresentado como sendo responsável pelo declínio da endemia de hanseníase na Noruega.

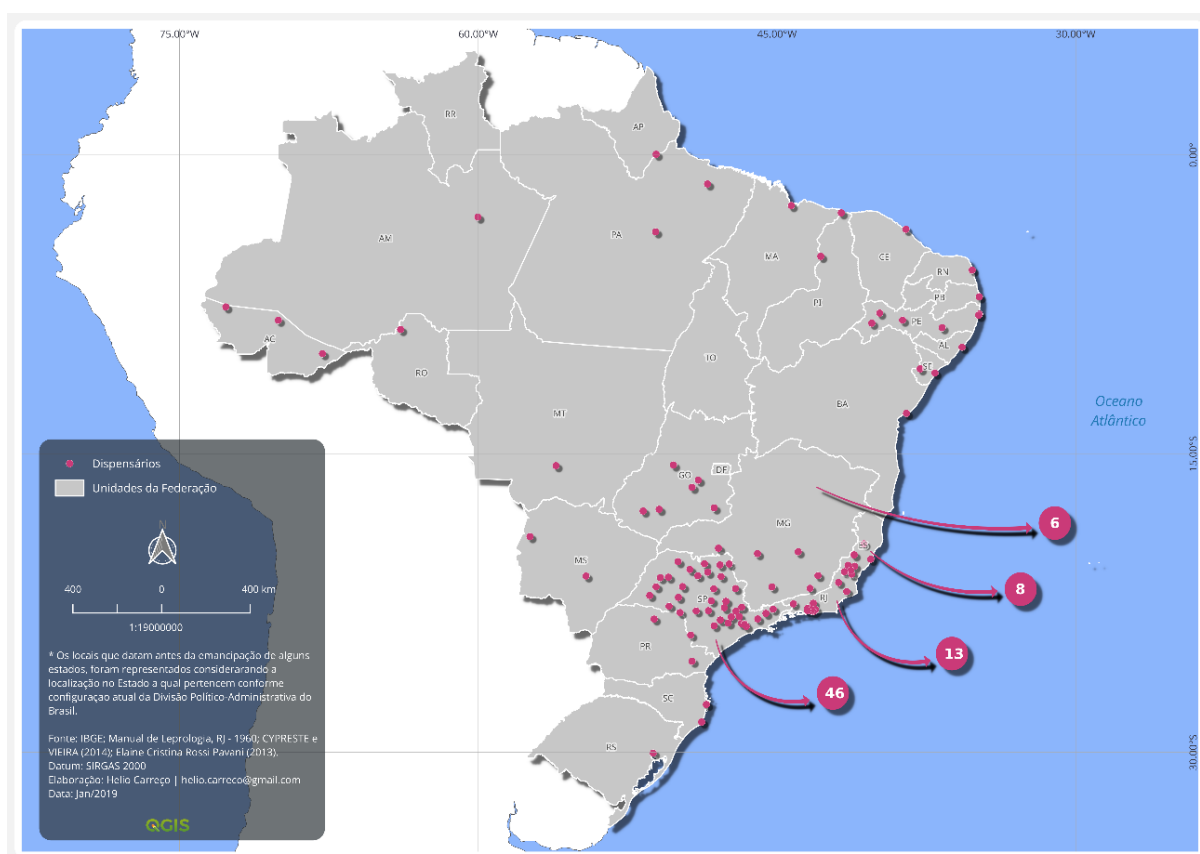
Entretanto, ao se estudar a história da hanseníase na Noruega, verifica-se que o declínio da endemia foi resultante de outro tipo de atuação profilática, baseada na adoção de medidas educativas e na internação voluntária do doente, ou seja, um modelo absolutamente oposto ao “Norueguês”. Os dados epidemiológicos que evidenciavam o declínio da endemia na Noruega foram apresentados à comunidade científica como sendo resultantes da adoção do isolamento compulsório e não como fruto atuação dos “Comitês de Saúde”. Esta distorção influenciou boa parte dos hansenólogos da época, fazendo com que o modelo “Norueguês”, ou seja, o isolamento compulsório fosse adotado em muitas regiões endêmicas do mundo, em detrimento do tratamento em dispensários e clínicas de atendimento que causariam menos danos socioemocionais às famílias atingidas pela enfermidade (MONTEIRO, 1995).

A ação direta do Governo Federal, encarando a lepra como problema nacional a partir do Estado Novo, fez ampliar a rede profilática de combate à lepra no início de 1935, na maioria dos Estados. Foi elaborado um plano de profilaxia da lepra para todo o país, sob a orientação do Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo

Capanema, com a colaboração dos médicos Ernani Agrícola e Joaquim Motta, traçando como estratégia a construção de leprosários em todos os estados e a adaptação e melhoramento dos estabelecimentos já existentes (AGRICOLA, 1960).

Às administrações estaduais coube a construção e a manutenção dos serviços indispensáveis dos dispensários e manter a organização de profilaxia em todo o Estado, com o serviço de censo e assistência completa e permanente aos doentes internados, como também, a articulação com as autoridades federais (MAURANO, 1950). O Mapa 3 apresenta a distribuição geográfica dos dispensários em atividade na década de 1960.

Mapa 3 – Dispensários no Brasil – 1960



No Brasil, na década de 1960 existiam 110 dispensários em todo território nacional. A região Sudeste registrava a maior concentração de dispensários, sendo 73 unidades assim distribuídas entre os estados: 46 em São Paulo, 13 no Rio de

Janeiro, 8 no Espírito Santo e 6 em Minas Gerais. Esta distribuição decorria da maior concentração populacional do país nesta região. A segunda região em número de dispensários possuía um quinto da primeira. No Nordeste a maioria dos estados contava apenas com um dispensário, como é o caso da Bahia, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão. Piauí e Sergipe possuíam 2 dispensários cada e Pernambuco, 5. A região Sul possuía 5 dispensários, sendo que Santa Catarina e Paraná contavam com 2 unidades cada e Rio Grande do Sul com 1 dispensário. As regiões do interior do país não eram populosas e encontravam-se pouco povoadas. A quantidade de dispensários era pequena em relação à extensão territorial e a abrangência, a Região Norte contava com apenas 8 dispensários e a região Centro Oeste com 9. O Quadro 3 informa o nome, os locais de instalação e a quantidade dos dispensários.

Quadro 3 – Localização dos dispensários no Brasil na década de 1960

Estado/Território	Dispensários	Local	Quant.
Território de Rondônia	Dispensário Oscar da Silva Araújo	Porto Velho	1
Território do Acre	Dispensário de Cruzeiro do Sul	Cruzeiro do Sul	2
	Dispensário de Rio Branco	Rio Branco	
Território do Amapá	Dispensário de Macapá	Macapá	1
Território do Rio Branco	Dispensário de Boa Vista	Boa Vista	1
Estado do Amazonas	Dispensário Alfredo da Mata	Manaus	1
Estado do Pará	Dispensário Henrique Rocha	Belém	2
	Dispensário Souza Araújo	Belém	
Estado do Maranhão	Dispensário Frei Querubim	São Luiz	1
Estado do Piauí	Dispensário de Parnaíba	Parnaíba	2
	Dispensário de Terezina	Terezina	
Estado do Ceará	Dispensário de Fortaleza	Fortaleza	1
Estado do Rio Grande do Norte	Dispensário de Natal	Natal	1
Estado da Paraíba	Dispensário de João Pessoa	João Pessoa	1
Estado de Pernambuco	Dispensário Agmenon Magalhães	Recife	5
	Dispensário Amaurí Medeiros	Recife	
	Dispensário de Madalena	Recife	
	Dispensário de Olinda	Olinda	
	Dispensário Gouveia de Barros	Recife	
Estado de Alagoas	Dispensário de Maceió	Maceió	1
Estado de Sergipe	Dispensário de Aracajú	Aracajú	2
	Dispensário de Simão Dias	Simão Dias	
Estado da Bahia	Dispensário de Salvador	Salvador	1
Estado do Espírito Santo	Dispensário Central	Vitória	8
	Dispensário Silvio Avidos	Colatina	
	Dispensário de Cachoeiro de Itapemirim	Cachoeiro de Itapemirim	

	Dispensário de Alegre	Alegre	
	Dispensário de Mimoso do Sul	Mimoso do Sul	
	Dispensário de Muqui	Muqui	
	Dispensário de São José do Calçado	São José do Calçado	
	Dispensário de Afonso Claudio	Afonso Claudio	
Estado de Minas Gerais	Dispensário Central	Belo Horizonte	6
	Dispensário de Bambuí	Bambuí	
	Dispensário de Ubá	Ubá	
	Dispensário de Juiz de Fora	Juiz de Fora	
	Dispensário de Três Corações	Três Corações	
Estado do Rio de Janeiro	Dispensário de Barra Mansa	Barra Mansa	7
	Dispensário de Campos	Campos	
	Dispensário de Itaperuna	Itaperuna	
	Dispensário de Nova Iguaçu	Nova Iguaçu	
	Dispensário de Niterói	Niterói	
	Dispensário de Petrópolis	Petrópolis	
Estado da Guanabara	Dispensário de Lepra nº1	Catete	6
	Dispensário de Lepra nº2	Praça da Bandeira	
	Dispensário de Lepra nº3	Meier	
	Dispensário de Lepra nº4	Madureira	
	Dispensário de Lepra nº5	Penha	
	Dispensário de Lepra nº6	Bangú	
Estado de São Paulo	Dispensário da Sede	São Paulo	46
	Dispensário Emílio Ribas	São Paulo	
	Dispensário do Bom Retiro	São Paulo	
	Dispensário da Lapa	São Paulo	
	Dispensário Osasco	São Paulo	
	Dispensário Penha	São Paulo	
	Dispensário Pinheiros	São Paulo	
	Dispensário Santo Amaro	São Paulo	
	Dispensário Santo André	São Paulo	
	Dispensário Santana	São Paulo	
	Dispensário Vila Maria	São Paulo	
	Dispensário Vila Mariana	São Paulo	
	Dispensário de Araçatuba	Delegacia Regional	
	Dispensário de Lins	Lins	
	Dispensário de Valparaíso	Valparaíso	
	Dispensário de Araraquara	Delegacia Regional	
	Dispensário de Barretos	Barretos	
	Dispensário de Bebedouro	Bebedouro	
	Dispensário de Bauru	Delegacia Regional	
	Dispensário de Adamantina	Adamantina	
	Dispensário de Jaú	Jaú	
	Dispensário de Marília	Marília	
	Dispensário de Botucatú	Delegacia Regional	
	Dispensário de Ourinhos	Ourinhos	
	Dispensário de Campinas	Delegacia Regional	
	Dispensário de Amparo	Amparo	
	Dispensário de Jundiá	Jundiá	
	Dispensário de Piracicaba	Piracicaba	
	Dispensário de Rio Claro	Rio Claro	
	Dispensário de Presidente Prudente	Delegacia Regional	
Dispensário de Assis	Assis		
Dispensário de Ribeirão Preto	Delegacia Regional		

	Dispensário de Casa Branca	Casa Branca	
	Dispensário de Franca	Franca	
	Dispensário de São Joaquim da Barra	São Joaquim da Barra	
	Dispensário de São José do Rio Preto	Delegacia Regional	
	Dispensário de Catanduva	Catanduva	
	Dispensário de Votuporanga	Votuporanga	
	Dispensário de Sorocaba	Delegacia Regional	
	Dispensário de Itapetinga	Itapetinga	
	Dispensário de Itararé	Itararé	
	Dispensário de Salto	Salto	
	Dispensário de Tatuí	Tatuí	
	Dispensário de Taubaté	Delegacia Regional	
	Dispensário de Jacareí	Jacareí	
	Dispensário de Guaratinguetá	Guaratinguetá	
Estado do Paraná	Dispensário de Curitiba	Curitiba	2
	Dispensário de Londrina	Londrina	
Estado de Santa Catarina	Dispensário Central	Florianópolis	2
	Dispensário de Laguna	Laguna	
Estado do Rio Grande do Sul	Dispensário de Porto Alegre	Porto Alegre	1
Estado de Mato Grosso	Dispensário de Cuiabá	Cuiabá	3
	Dispensário de Campo Grande	Campo Grande	
	Dispensário de Corumbá	Corumbá	
Estado de Goiás	Dispensário de Ipamerí	Ipamerí	6
	Dispensário de Goiânia	Goiânia	
	Dispensário de Rio Verde	Rio Verde	
	Dispensário Ernani Agrícola	Anápolis	
	Dispensário Alfredo Bluth	Goiás	
	Dispensário de Jataí	Jataí	
Total			110

Fonte: Manual de Leprologia. Rio de Janeiro, 1960, p. 23-25. CYPRESTE e VIEIRA. Hospital Dr. Pedro Fontes antiga Colônia de Itanhenga. SECULT: Vitória/ES, 2014.

4.5 OS PREVENTÓRIOS

A internação compulsória e o isolamento dos leprosos foram estabelecidos pelo serviço de profilaxia como uma medida sanitária para evitar que a doença se alastrasse uma vez que o tratamento e a cura ainda eram desconhecidos. “A partir do ato do diagnóstico, a pessoa era imediatamente enviada para um dos asilos, de onde não mais sairia, a não ser que lhe fosse concedida alta pelo serviço médico oficial. Os filhos são eram separados dos pais logo ao nascer” (MONTEIRO, 1987, p. 6).

Além dos recém-nascidos, as crianças e adolescentes que tinham seus pais internados em colônias e não eram portadores da doença, geralmente não tinham

também para onde ir, nem com quem ficar por causa do estigma e do preconceito. Pois, apesar das orientações das autoridades para que fossem entregues a seus familiares, o medo do contágio e o estigma que revestia a doença faziam com que os mesmos não recebessem as crianças. Então, uma das opções mais indicadas pelos médicos e sanitaristas da época era a construção de preventórios, como apresenta Silva (2009).

No Brasil, os debates acerca da fundação de Preventórios começaram a ser ventilados no Primeiro Congresso Paulista realizado no ano de 1916. Na ocasião o especialista em hanseníase Dr. Souza Araújo defendeu a segregação dos filhos portadores de hanseníase, tal como faziam outros países do continente americano. A primeira iniciativa de construção de uma instituição deste gênero no país ocorreu em 1922, quando um grupo de senhoras da alta sociedade paulista deu início a execução de um projeto que tinha como finalidade abrigar os filhos dos portadores de hanseníase (SILVA, 2009, p. 73).

Segundo a autora, havia a necessidade de resguardar e garantir a saúde dos menores, filhos de portadores da lepra, que eram estigmatizados pela doença de seus pais e evitar a condição de abandonado, que futuramente poderia interferir em sua vida social.

Nesse sentido, foi implementada uma rede preventorial em todo país para abrigar as crianças sadias, filhas de leprosos, que não tinham para onde ir. Por meio de medidas regulamentares, os filhos dos leprosos eram internados compulsoriamente, conforme decreto federal nº 16.300 de 31 de dezembro de 1923. Este decreto estabelecia a segregação imediata dos filhos dos leprosos logo após o nascimento.

Mesmo aquelas crianças e adolescentes que conviviam com seus pais e apenas um deles era acometido pela lepra, na maioria das vezes, eram encaminhadas para os preventórios. Alegava-se que apenas um dos genitores não seria capaz de sustentar sozinho (a) a prole. Outra preocupação era a marginalidade e a prostituição a que poderiam ficar expostas estas crianças sem a presença dos pais, então internos de um hospital-colônia, sem vínculos externos.

Os preventórios recebiam esse nome em virtude do processo de prevenção da doença, uma vez que a lepra apresenta longo período de incubação; em média, de 2

a 7 anos. Há referências a períodos mais curtos, de 7 meses, como também há mais longos, de 10 anos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

Assim, as crianças que haviam convivido com os progenitores contaminados ou nascidos de leprosos ficavam nos preventórios sendo avaliados constantemente para verificar se desenvolviam a doença, em caso positivo eram encaminhados para os hospitais-colônias. Já na década de 1970, com a alteração da terminologia de lepra para hanseníase²⁴ e o fim da internação compulsória, pelo menos no papel, pois na realidade se arrastaria até meados da década de 1980, os preventórios passaram a ser chamados de educandários a fim de reduzir o estigma sobre aqueles que ali residiam. De acordo com Gomide

desde o início da década de 1950 uma intensa e sistemática campanha foi efetivada, objetivando erradicar não só o aparato relativo à prevenção da lepra, como também, da linguagem, todo e qualquer termo que se relacionasse, ou se revestisse, de alguma forma de preconceito em relação à moléstia e seus portadores. **Por determinação da Federação, os PREVENTÓRIOS passaram a ser denominados EDUCANDÁRIOS** (GOMIDE, 1991, p. 255, grifo nosso).

Recém-nascidos, crianças e adolescentes, apesar de não serem portadores da lepra, foram impedidos de conviverem com seus pais, com seus familiares, com a sociedade de uma maneira geral, pois os preventórios eram construídos em áreas sadias nas imediações dos hospitais-colônias – afastados dos centros urbanos.

A localização geográfica das instituições preventoriais: perto ou longe das colônias, na área urbana ou rural, gerou uma ampla discussão, envolvendo autoridades médicas, sanitárias e demais agentes públicos e filantrópicos. Havia os que pretendiam construir os preventórios nas proximidades das colônias, outros preferiam colocá-los em locais afastados da cidade, ao passo que uma terceira postura defendia o direito da construção de preventórios dentro das zonas urbanas. A questão concreta da localização espacial das “instituições de sequestro” residiu na implementação da estratégia da classe dominante, concebida, no caso, como resposta ao “perigo” da contaminação da lepra, que necessitava de vigilância do poder para ser erradicada (GOMIDE, 1991; MONTEIRO, 1995).

²⁴ Portaria Ministerial n.165/BSB, de 14 de maio de 1976.

A proximidade do preventório com a colônia facilitaria o atendimento médico especializado, além de possibilitar a realização de pesquisas sobre a evolução da doença na infância. No Espírito Santo foi exatamente isso que aconteceu, o preventório foi instalado próximo à Colônia de Itanhenga e o médico dermatologista que atendia na colônia fazia o acompanhamento e o estudo da doença juntamente com os acadêmicos de medicina da época das crianças internas do Alzira Bley, como relata um ex-interno²⁵ do sexo masculino de 56 anos.

Chegando já na última fase da faculdade, último período, iam todos pra lá para fazer pesquisa com a gente. Até levavam alguns profissionais e a gente ficava de cobaia lá, na parte de dentista e essas coisas todas, a gente teve um tratamento muito bom. Agora a humilhação maior medicinal, eu vou falar agora, na área médica, que a gente passava, era com um doutor chamado Sebastião, que não era o culpado, coitado, era mandado pra lá para fazer o exame da Lepra na gente. A humilhação, nós fomos até uma certa idade, tínhamos que ficar nus, e ele ficava apalpando a gente pelo corpo todo procurando Lepra. Tanto menino como menina. Procurando a tal da Lepra, manchas. Aquilo a gente achava humilhante demais. Humilhante. Está certo que foram detectados doenças em alguns crianças, inclusive tem alguns lá que são nossos colegas (informação verbal).

Além dos constrangimentos causados pelos exames, a detecção precoce da doença levava os infectados direto para a colônia. Os defensores desta postura alegavam que os pais ficariam mais próximos dos filhos, diminuindo as fugas nas colônias. Dentre os fatores negativos, Monteiro (1995) aponta a influência que as colônias exerciam sobre os preventórios, podendo inclusive resultar numa espécie de absorção do menor pelo maior, bem como o risco de associação por parte da população, entre as duas instituições. Isto acarretaria problemas para as crianças, que seriam identificadas com a doença, apesar de não a terem, e o estigma que atingia os internos das colônias alcançaria igualmente as crianças.

Quanto à segunda postura, de construir as instituições preventoriais em áreas rurais, foi respaldada na inerente necessidade de auto sustentação das instituições asilares, reduzindo o ônus que elas representavam para o governo e para a sociedade. As crianças internadas seriam integradas ao trabalho agrícola, arcando, assim, com parte de sua subsistência, o que era chamado de “terapia disciplinarizadora” _ transformando uma pobreza assistida em pobreza rentável. As

²⁵ Entrevista concedida por um dos ex-internos do Educandário Alzira Bley, pertencente a Família das Flores, em 27/07/2018.

principais críticas se centravam no fato de que a construção de preventórios em locais afastados de centros populacionais geraria uma série de problemas, tanto na formação educacional do interno, como no relacionamento social da criança (GOMIDE, 1991, MONTEIRO, 1995).

A terceira postura apoiava a construção de preventórios dentro das zonas urbanas das cidades, onde deveriam ser levados em consideração fatores como: salubridade do clima, meios de comunicação e proximidade do serviço central de profilaxia da lepra. Esta corrente embasava sua postura nas vantagens que vinham da localização central e no fato de não haver razões científicas que justificassem o isolamento geográfico das crianças, uma vez que elas não eram portadoras de lepra (MONTEIRO, 1995). Mas nem sempre o saber científico sobressai a outros saberes:

na correlação de forças que se instaurou, o saber científico, supostamente neutro, foi solicitado e colocado acima da afetividade natural que une pais e filhos, condicionando-se os contatos familiares ao juízo dos responsáveis pela instituição, representantes do poder instaurado. A prática demonstrou que as visitas periódicas não se realizavam, e portanto, os laços afetivos entre pais e filhos foram quase sempre rompidos, ou prejudicados seriamente (GOMIDE, 1991, p. 139).

A condição de isolamento dos leprosos nas colônias e dos filhos sãos em preventórios rompeu com os laços afetivos de milhares de famílias por todo país. Nas histórias orais de vida desta pesquisa, todos os ex-internos foram unânimes em dizer que só visitavam seus pais na colônia três vezes por ano: no Dia das Mães, no Dia dos Pais e no Natal. E o contato entre eles se dava por detrás de um vidro no parlatório ou posteriormente através de telas e cercas.

No entanto, verifica-se que, apesar de todas as vantagens apresentadas pela localização urbana, de não haver risco de contágio e permitir maiores possibilidades de socialização das crianças, o modelo que prevaleceu no Brasil foi o de construção de preventórios em locais afastados dos centros urbanos, contribuindo para reforçar ainda mais a ideia de perigo de contágio e a necessidade da segregação.

Mas, proteger e resguardar os filhos sãos dos leprosos não era única preocupação com estas crianças, como apontam Oliveira e Olmo (2012).

Os preventórios resolviam dois problemas da sociedade naquele período. O primeiro era o destino das crianças cujos pais haviam sido internados pela doença e, o outro, era o medo de perder esses menores para a delinquência juvenil, que aumentava no Brasil (OLIVEIRA e OLMO, 2012, p. 275).

Gomide (1991) corrobora nesta construção:

A proposta moralizadora da classe dominante, que acreditava na recuperação e inserção dos menores na sociedade através da imposição dos “hábitos sadios de trabalho”, aparece no discurso como uma medida protecionista, de preparo para a vida futura, evitando, assim, qualquer possível controvérsia a respeito da “exploração dos menores”. Desta forma, a sociedade exerceu a tutela sobre o menor, utilizando-se de um mecanismo para a moralização de um segmento social carente, sem ônus econômico para a sociedade (GOMIDE, 1991, p. 145).

A positividade do trabalho como agente moralizador e disciplinador foi o argumento decisivo que estabeleceu, não só a localização espacial dos preventórios, como também o modelo educacional que deveria ser adotado naquelas instituições, oficializado no Regimento Interno dos preventórios para filhos sadios de lázaros instalados no Brasil (GOMIDE, 1991).

Em São Paulo foi construída, em 1922, a primeira associação que acolhia crianças e recém-nascidos filhos de leprosos, a Associação Santa Terezinha. Uma década depois foi criado um segundo preventório em São Paulo, o de Jacareí, destinado a crianças com mais de 12 anos de idade (MONTEIRO, 1987). Outros preventórios foram sendo criados em quase todos os estados da federação como apresenta o Quadro 4 elaborado por Curi (2010).

A análise do Quadro 4 nos traz algumas inferências importantes como a ausência de preventórios em unidades administrativas do extremo norte do Brasil como Amapá e Roraima que, nas décadas em questão, eram territórios, respectivamente, dos estados do Pará e do Amazonas. Na região central do país, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul constituíam uma única unidade da federação e Tocantins fazia parte do território de Goiás. Existia um número maior de preventórios na região Sudeste (14 unidades, das 36 existentes no país) a mais densamente habitada e com maior poder de atração dos investimentos políticos e econômicos diante das demais regiões do país, desde o período em questão. Nota-se também um curto espaço de

tempo (25 anos) entre a construção da primeira e da última instituição de internamento das crianças.

Quadro 4 - Preventórios do Brasil por cidade e data de inauguração -1927/1952.

Nº	UF	Nome	Cidade	Inauguração
1	SP	Educandário Santa Terezinha Carapicuíba	Carapicuíba	1927
2	AM	Creche Alice de Salles	Manaus	1928
3	CE	Creche Silva Araújo (provisório)	Redenção	1930
4	PA	Asilo Santa Terezinha	Belém	1931
5	SP	Educandário Jacareí	Jacareí	1932
6	MG	Educandário São Tarcísio	Belo Horizonte	1934
7	MG	Pupileira Ernani Agrícola	Belo Horizonte	1934
8	RJ	Preventório Recanto Feliz	Rio de Janeiro (Catumbi)	1936
9	SP	Berçário Carolina Mota e Silva	São Paulo	1937
10	ES	Granja Eunice Weaver	Vitória	1940
11	ES	Preventório Alzira Bley	Vitória	1940
12	RJ	Educandário Vista Alegre	Niterói (São Gonçalo)	1940
13	RS	Amparo Santa Cruz	Porto Alegre	1940
14	MA	Educandário Santo Antônio	São Luiz	1941
15	MG	Aprendizado Técnico Profissional	Belo Horizonte	1941
16	PB	Educandário Eunice Weaver	João Pessoa	1941
17	PE	Instituto Guararapes	Recife	1941
18	SC	Educandário Santa Catarina	São José	1941
19	AM	Educandário Gustavo Capanema	Manaus	1942
20	CE	Educandário Eunice Weaver	Fortaleza	1942
21	MG	Educandário Olegário Maciel	Varginha	1942
22	PA	Educandário Eunice Weaver	Belém	1942
23	RJ	Educandário Santa Maria	Rio de Janeiro (Jacarepaguá)	1942
24	RN	Educandário Oswaldo Cruz	Natal	1942
25	AL	Educandário Eunice Weaver	Maceió	1943
26	BA	Educandário Eunice Weaver	Salvador	1943
27	GO	Educandário Afrânio de Azevedo	Goiânia	1943
28	MS	Educandário Getúlio Vargas	Campo Grande	1943
29	MG	Educandário Carlos Chagas	Juiz de Fora	1943
30	PR	Educandário Curitiba	Curitiba	1943
31	PI	Educandário Padre Damião	Parnaíba	1944
32	SE	Educandário São José	Aracajú	1945
33	AC	Santa Margarida	Rio Branco	1948
34	AC	Cruzeiro do Sul	Cruzeiro do Sul	1949
35	RO	Educandário Belisário Penna	Porto Velho	1949
36	MG	Educandário Eunice Weaver	Araguari	1952

Fonte: CURI (2010), grifo nosso.

É de grande valor o trabalho de relacionar todos os preventórios construídos no Brasil durante estas duas décadas e meia. Mas se faz necessário que cada pesquisador, dentro de cada contexto específico, faça a sua parte no aprofundamento dos dados e informações sobre estas instituições, pois os trabalhos

na área ainda são poucos e precisam de maiores contribuições para a construção e ampliação do conhecimento sobre a temática em questão.

Analisando o Quadro 4, destacamos as linhas 10 e 11 que se referem às instituições preventórias do Espírito Santo, primeiramente estas não estão localizadas em Vitória e sim no município de Cariacica, que dista 14 quilômetros da Capital. Não se trata de duas instituições diferentes, o prédio da Granja Eunice Weaver é um prédio anexo ao Educandário Alzira Bley que é a instituição filiada à Federação das Sociedades de Defesa Contra a Leprosia. No prédio da granja ficavam internos os meninos maiores de 12 anos. Considerando que o ES só tem um preventório, analisaremos o quadro de preventórios com o total de 35 unidades.

Considerando os censos demográficos brasileiros, para o período em questão, em 1920 foram contabilizados 30.635.605 habitantes, no ano de 1930 o recenseamento não aconteceu por motivos de ordem política. No ano de 1940 foi realizado o primeiro recenseamento geral realizado pelo recém-criado (1936) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Neste recenseamento foram registrados 41.165.289 brasileiros, assim distribuídos: homens: 20.614.088 e mulheres: 20.622.227; residindo na área urbana: 6.164.473 homens e 6.715.709 mulheres; residindo na área rural: 14.449.615 homens e 13.906.518 mulheres. Como se observa, em 1940 existia uma predominância masculina ($RS= 103,91^{26}$) e a população rural era o dobro da urbana. O mesmo ocorria com a distribuição espacial da população sobre o território, com grande concentração no litoral e um grande vazio demográfico no interior do país, conforme apresenta o Mapa 4.

²⁶ $RS=$ Razão de Sexo (H/M) X 100. O indicador expressa a razão entre o número de homens e mulheres. No caso do Espírito Santo, segundo os dados do censo de 1940, a relação era de 103,9 por 100 mulheres.

para receber os recém-nascidos e possibilitar as visitas entre os internos da colônia e do preventório, segue-se a regra para os mesmos.

Apenas 7 preventórios localizam-se em cidades mais afastadas das capitais de seus estados como a Creche Silva Araújo em Redenção, que distava 72 km de Fortaleza, o Educandário Jacareí, a 84 km de São Paulo, o Educandário Santa Catarina em São José, a 243 km de Florianópolis, o Educandário Padre Damião na Parnaíba distante 338 km de Teresina, o Educandário Olegário Maciel em Varginha, a 318 km de Belo Horizonte, o Educandário Carlos Chagas em Juiz de Fora, a 261 km da capital mineira e o mais distante de todos é o Educandário Eunice Weaver em Araguaia a 574 km de Belo Horizonte.

Os nomes dados às instituições preventoriais homenageavam Santos (São Tarcísio, Santa Teresinha, Santo Antônio, Santa Cruz, Santa Catarina, Santa Margarida, Santa Maria, São José e Padre Damião), médicos pesquisadores da área da saúde (Ernani Agrícola, Souza Araújo, Olegário Maciel, Belisário Penna), políticos (Getúlio Vargas e Gustavo Capanema), mas nenhum deles foi tão lembrado quanto a senhora Eunice Weaver que emprestou seu nome a 7 instituições, nos estados de Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Pará, Ceará, Pernambuco e uma Granja no Espírito Santo.

Algumas pesquisas recentes (teses, dissertações, artigos, publicações em eventos) que foram publicadas sobre os preventórios/educandários encontram-se relacionadas no Quadro 5.

Não abarcamos todas as pesquisas sobre preventórios do Brasil, pois as formas de divulgação são as mais diversas e multiplicam-se diariamente. Nem o objetivo deste trabalho é revisar tudo que já foi produzido sobre preventórios e/ou educandários no Brasil, mas demonstrar a importância da temática pesquisada. As pesquisas relacionadas no quadro 8 foram realizadas no período de 2009 a 2016 e abrangem diferentes áreas do conhecimento: história, geografia, comunicação e enfermagem, dentre outras. Algumas dessas pesquisas receberam financiamento da Capes e do CNPq.

Quadro 5 – Pesquisas publicadas recentemente sobre os Educandários

Nº	UF	Nome	Trabalhos Relacionados
1	SP	Educandário Santa Terezinha Carapicuíba	SILVA, Claudia Cristina dos Santos. Crianças Indesejadas: estigma e exclusão dos filhos sadios de portadores da hanseníase internados no preventório de Santa Terezinha 1930/1967. (São Paulo, 2009)
2	SP	Educandário Jacareí	OLIVEIRA, Allan Douglas de; OLMO, Maria José Acedo del. Preventório de Jacareí (1932-1952): ideias, cotidiano e sua documentação. (SP, 2012)
3	ES	Educandário Alzira Bley	PAVANI, Elaine Cristina Rossi. O isolamento no Hospital Colônia Pedro Fontes – Itanhenga/ES e a caracterização da população do Educandário Alzira Bley no período de 1937 a 1979. (Vitória/ES, 2013)
4	RS	Amparo Santa Cruz	FONSECA, Claudia. MARICATO, Glaucia. Criando comunidade: emoção, reconhecimento e depoimentos de sofrimento. (Rio de Janeiro, 2013).
5	SC	Educandário Santa Catarina	FERNANDES, Marinele. O serviço social na educação: o trabalho profissional sob a ótica dos usuários do Educandário Santa Catarina (Florianópolis, 2007).
			MATTOS, Débora Michels. A campanha contra a lepra no Brasil e em Santa Catarina: entre a filantropia e a exclusão social dos filhos sadios de enfermos (2016).
6	RN	Educandário Oswaldo Cruz	CABRAL, Ana Michele de Farias. Vivências compartilhadas de filhos separados pela hanseníase no RN a luz da história oral de vida. (Natal, 2013).
6	RN	Educandário Oswaldo Cruz	LIMA, Izabella Bizerra. CABRAL, Ana Michele de Farias. SIMPSON, Clélia Albino. Hanseníase e a negação da história: trajetória de filhos separados. (Recife, 2013).
7	GO	Educandário Afrânio de Azevedo	FARIA, Kalyna Ynanhiá Silva de. Da dignificação dos filhos de lázaros: um estudo sobre o Preventório Afrânio de Azevedo. Goiânia 1942-1950 (Goiânia, 2014).
8	MS	Educandário Getúlio Vargas	JUBRICA, Fabricia Pereira Stein. Preventórios e Educandários no Centro-Oeste do Brasil (<i>III EHECO – Catalão-GO, Agosto de 2015</i>).
9	PI	Educandário Padre Damião	CAMPOS, Fernando Talysson Sousa. FEITOSA, Sammara Jericó Alves. Livro-reportagem: “vidas sequestradas”. (Piauí, 2014 XXI Prêmio Expocom).

Fonte: Pavani (2017).

O grau de aprofundamento das pesquisas não está sendo medido, mas sim a intencionalidade de apresentar a temática em suas múltiplas faces. As dissertações de mestrado são das áreas de história, geografia e enfermagem. Os artigos foram publicados em revistas como: Interações, Intellèctus, Revista de Enfermagem da UFPE e Cadernos de História da Ciência do Instituto Butantã. Além disso, constam no quadro 8 trabalhos apresentados em Congressos e Encontros.

4.5.1 A legislação que separou os filhos indenes dos genitores

Segundo Souza-Araújo, a origem do chamado “preventório antileproso” foi criação do Padre Damião de Molokai, no Havaí, por volta de 1880, e como foi constatada sua eficácia na defesa dos descendentes, a Rainha Kapiolani criou outro preventório só para meninas em 1885. Partindo do sucesso dessas experiências, os preventórios foram sendo construídos em todo o mundo (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2012).

Padre Damião, considerado o maior apóstolo dos lázaros, conviveu com eles 16 anos em Molokai, Havaí, no final do século XIX, aconselhava o casamento entre os leprosos solteiros, por entender que aumentava a alegria dos doentes e melhorava a moralidade dentro da colônia. Noruega e Dinamarca proibiam a união entre os leprosos, já os médicos brasileiros toleravam sem aconselhar. No “V Congresso Internacional de Dermatologia, em 1904, foi estabelecido que os filhos sãos dos leprosos fossem separados de seus pais o mais cedo possível” (GOMIDE, 1991, p. 68). Assim foi fundamentada cientificamente a criação dos preventórios, instituições asilares destinadas a abrigar os filhos indenes dos leprosos.

A lepra possuía legislações específicas para regulamentar o isolamento compulsório das pessoas que fossem detectadas com a doença. Acompanhando as medidas profiláticas de construção de asilos e hospitais colônias, foi implantada uma rede preventorial para abrigar as crianças sadias, filhas de “leprosos”, que não tinham para onde ir, uma vez que o estigma e o medo do contágio eram grandes empecilhos para que os parentes ficassem com elas. Algumas dessas legislações são apresentadas no Quadro 6, mas uma relação mais completa encontra-se na

Revista Brasileira de Leprologia que traz um inventário sobre a legislação federal de lepra no período de 1697 a 1956.

Quadro 6 – Legislações sobre o controle da lepra no Brasil

Ano	Legislação	Assunto
31 de dezembro de 1923	Decreto n. 16.300	Aprova o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública.
13 de janeiro de 1949	Lei n. 610	Fixa normas para a profilaxia da lepra.
7 de maio de 1962	Decreto n. 968	Baixa Normas Técnicas Especiais para o Combate à Lepra no País, e dá outras providências
14 de maio de 1976	Portaria n. 165	Estabelece normas para Política de Controle da Hanseníase.
7 de janeiro de 1993	Lei n. 4.741	Autoriza a doação à Sociedade Eunice Weaver do Espírito Santo sociedade civil de fins assistenciais-filantropicos com sede nesta Capital, uma área de terra medindo 552.349,05m ²
29 de março de 1995	Lei n. 9.010	Dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase e dá outras providências.
18 de setembro de 2007	Lei n. 11.520	Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios.

Fonte: Pavani (2018).

Por meio de medidas regulamentares, os filhos dos leprosos eram internados compulsoriamente, conforme decreto federal nº 16.300 de 31 de dezembro de 1923, (acesso em 08 set. 2016) que estabelece a segregação imediata dos filhos dos leprosos logo após o nascimento, conforme teor do Art. 148:

Art. 148. Nos estabelecimentos de leprosos, além das disposições já determinadas e das que forem prescritas em seus regimentos internos, serão observadas mais as seguintes:

- a) os doentes manterão rigoroso asseio corporal e os portadores de lesões abertas deverão tê-las sempre tratadas e oclusas. Deverá haver o maior cuidado na desinfecção dos excretos, tendo-se em vista todas as vias de emissão de bacilo;
- b) os doentes que apresentarem acidentes febris frequentes, e os habitualmente apyreticos durante as fases de reação febril, serão isolados em pavilhão especial, rigorosamente protegidos contra os mosquitos;
- c) os domicílios dos leprosos, de qualquer categoria, serão protegidos contra os mosquitos e moscas e sofrerão expurgos periódicos, afim de corrigir as falhas possíveis da proteção mecânica;
- d) haverá em todo o estabelecimento o maior cuidado em evitar-se a procriação de insetos hematófagos, na área em sua volta. Até cerca de 1.000 metros de raio, a juízo da autoridade sanitária, será tanto quanto possível evitada a procriação de culicídeos e moscas;
- e) não deverá ser posto obstáculo à vida comum dos esposos que nisso consintam, sujeitando-se o cônjuge são à mais restrita vigilância médica.

Nestas condições, ou quando ambos forem doentes, poderão coabitar em departamentos especiais do estabelecimento;

f) os filhos de leprosos, embora um só dos progenitores seja doente, serão mantidos em seções especiais, anexas às áreas de pessoas sãs do estabelecimento, para onde serão transportados logo depois de nascidos;

g) essas mesmas crianças não deverão ser nutridas ao seio de uma ama e não serão amamentadas pela própria mãe se esta for leprosa;

h) os empregados do estabelecimento que mais diretamente tratarem com os leprosos, serão, quanto possível, tirados dentre os leprosos válidos, de modo a ser utilizado o mínimo de pessoas indemnes;

i) os utensílios e objetos manuseados pelos Leprosos serão destinados ao seu uso exclusivo, e, em hipótese alguma, serão objeto de venda, troca ou dádiva a pessoa sã;

j) os detentos leprosos serão recolhidos a local adequado nas colônias.

Os recém-nascidos eram levados após o parto para os preventórios, sem nenhum contato com a genitora. Os casamentos eram permitidos dentro das colônias, apesar de não serem aconselhados. Aquelas pessoas sadias que quisessem acompanhar seus cônjuges nas colônias também poderiam fazê-lo, desde que se submetessem a um rígido controle e vigilância médica especializada.

Monteiro (1995) aponta que os discursos e a prática do isolamento no Brasil, no século XX, podem ser divididos em cinco períodos, a saber:

1º) 1900 à 1920 – Surgem os primeiros planos profiláticos. Os círculos médicos são agitados por discussões sobre o crescimento da endemia.

2º) 1921 à 1930 – Criação da Inspetoria de Profilaxia da Lepra de São Paulo e do Departamento Nacional de Saúde Pública. Intensificam-se os debates sobre a forma do isolamento.

3º) 1931 à 1945 – Fase Getulista – Implantação do isolamento compulsório. Tem-se a construção dos grandes asilos-colônias e a descoberta da sulfonoterapia.

4º) 1946 até 1967 – Os Congressos Internacionais de Lepra desaconselham e reprovam as medidas isolacionistas. Apesar disso o isolamento compulsório teve continuidade no Brasil.

5º) Depois de 1967 – Término do isolamento compulsório. Tratamento ambulatorial (MONTEIRO, 1995, p. 135-136).

De acordo com os períodos apontados por Monteiro, em 1923 foi regulamentado o Serviço Nacional de Profilaxia e na Fase Getulista foram construídos os primeiros hospitais colônias. A adoção do isolamento compulsório no Brasil não foi fruto de unanimidade entre os especialistas da época, mas, uma consequência da chegada ao poder, após a Revolução de 1930, do grupo médico que reforçava a necessidade de segregação do doente (MONTEIRO, 1995). Assim,

qualquer ação que se opusesse ou pudesse retardar a luta 'sanitária' era vista como um empecilho a ser removido. O direito individual deveria se curvar ante a necessidade de defesa de um bem maior: a coletividade. (MONTEIRO, 1995, p. 153).

E para o bem da “coletividade” os filhos indenes foram separados de seus pais por meio da Lei N. 610 que foi publicada no dia 13 de janeiro de 1949, e vigorou até 1969 (acesso em 10 jun. 2016), reforçando a segregação e o estigma a que estavam submetidas essas crianças através dos artigos:

Art. 15. Todo recém-nascido, filho de doente de lepra, será compulsória e imediatamente afastado da convivência dos pais.

Art. 16. Os filhos de pais leprosos e todos os menores que convivam com leprosos serão assistidos em meio familiar adequado ou em preventórios especiais.

No quarto período (1946-1967), enquanto os Congressos Internacionais de lepra desaconselham e reprovam as medidas isolacionistas, o Brasil continuou isolando compulsoriamente os “leprosos” e sua prole, conforme indica o Decreto N. 968 de 7 de maio de 1962 (acesso em 10 jun. 2016), que prevê no seu décimo artigo o afastamento dos filhos de seus genitores.

Art. 10. As crianças nascidas em leprocômios serão imediatamente afastadas da genitora e colocadas de preferência em meio familiar em pupileiras comuns e na sua falta em estabelecimentos especializados.

Parágrafo Único. As crianças nascidas em focos da lepra serão afastadas de acordo com a situação de cada caso e a critério da autoridade sanitária competente.

Não bastassem as leis dos homens segregarem a prole dos leprosos, também a igreja Católica o fazia, como afirma Agrícola (1960), “os filhos de leprosos não podiam ser batizados como as outras crianças pelo risco de poluírem as águas da pia baptismal – a criança era afastada de maneira que a água lustral lançada na cabeça não caísse na pia” (AGRICOLA, 1960, p. 66).

Depois de muitos anos de segregação dos filhos sadios dos genitores leprosos inicia-se um novo período, de acordo com Monteiro, depois de 1967 vem o término do isolamento compulsório e o início do tratamento ambulatorial. Mas como podemos perceber na publicação da Portaria N.165 de 14 de maio de 1976 (acesso

em 02 maio 2016, grifo nosso), que estabelece normas para a Política de controle da lepra, ainda persistiam margens para o isolamento e a segregação destas crianças:

5. A preservação da unidade familiar será um objetivo permanente, exercitado através dos seguintes procedimentos:

5.1 Abolição da prática do afastamento dos filhos de seus pais enfermos.

5.2 As crianças nascidas em hospitais especializados, quando indicado, poderão ser afastados da genitora e colocadas de preferência no meio familiar ou instituições públicas de assistência à infância.

5.3 Instruções e recursos para planejamento familiar às doentes de hanseníase que necessitem de medicamentos de efeitos teratogênicos.

5.4 Estímulo ao comparecimento à revisão de todo o grupo familiar, possibilitando-lhe um atendimento cordial e encorajador, afastando o receio do isolamento compulsório.

Apesar do término “legal” da internação compulsória dos filhos indenes remontar à década de 1960, a prática continuou até meados da década de 1980, quando os remanescentes foram (re) introduzidos na sociedade. As instituições preventórias passaram a encaminhar esses jovens para o convívio familiar, quando estes ainda tinham condições físicas e cognitivas, ou para o “mundo”, como relatam alguns egressos.

No Espírito Santo, o Governador do Estado, por meio do Poder Executivo doou a propriedade onde se localizava o Educandário Alzira Bley (único preventório capixaba) para a Sociedade Eunice Weaver do Espírito Santo, uma sociedade civil de fins assistenciais e filantrópicos para atender as crianças em risco social. Conforme os artigos 1º e 2º da Lei n. 4.741 de 7 de janeiro de 1993 (acesso em 09 ago. 2013):

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Sociedade Eunice Weaver do Espírito Santo sociedade civil de fins assistenciais-filantrópicos com sede nesta Capital, uma área de terra medindo 552.349,05m² (quinhentos e cinquenta e dois mil trezentos e quarenta e nove metros quadrados e cinco décimos quadrados), situada no lugar denominado Itanhenga, Município de Cariacica, neste Estado, desmembrada de maior porção de propriedade do Estado.

Art. 2º - A área de que trata o artigo anterior destinar-se-á, exclusivamente, às atividades assistenciais-filantrópicas a cargo da donatária e tem as seguintes confrontações ao Norte, faixa de domínio da BR) 101 (contorno); ao Sul, mangue (terreno de Marinha); a Leste, o hospital Pedro Fontes; a oeste, faixa de domínio da BR 101 (contorno).

De acordo com Gomide (1991) desde o início da década de 1950 uma intensa e sistemática campanha foi realizada com o objetivo de erradicar não só o aparato relativo à prevenção da lepra, como também, excluir da linguagem o termo e seus derivados que de alguma forma denotassem preconceito em relação à moléstia e seus portadores. Por determinação da Federação de Assistência aos Lázaros, os Preventórios passaram a ser denominados Educandários. Quanto ao termo lepra e seus derivados, foram prescritos da terminologia oficial brasileira, através de Portaria Ministerial n. 165/BSB, de 14 de maio de 1976.

6. Visando à reintegração social do doente, passam a vigorar as seguintes normas:

6.1 O termo lepra e derivados ficam proscritos da linguagem utilizada nos documentos oficiais do Ministério da saúde.

E por meio da Lei n. 9.010, de março de 1995 (acesso em 25 maio 2016), que dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase, substitui-se definitivamente em todo território nacional o termo lepra por hanseníase e seus derivados.

Art. 1º O termo lepra e seus derivados não poderão ser utilizados na linguagem empregada nos documentos oficiais da Administração centralizada e descentralizada da União e dos Estados-membros.

Apesar da mudança da terminologia de lepra para hanseníase em todo território nacional, as pessoas não revelam facilmente ser portadoras da doença, pois ainda existe muito medo e preconceito em torno da doença.

Os dispensários serviam ao controle e vigilância ambulatorial dos casos suspeitos de lepra, as Colônias para o isolamento dos leprosos e os preventórios / educandários para abrigar os filhos sadios. Essas ações centradas no tripé da profilaxia da lepra se estendiam sobre todo território nacional e, no capítulo 5, apresentamos como esse tripé se instalou sobre o território capixaba.



5. O TRIPÉ DA PROFILAXIA NO ESPÍRITO SANTO

Foto 6 – Piso da parte administrativa do Educandário Alzira Bley



Fonte: Pavani (2018).

Neste capítulo abordaremos primeiramente, o histórico da lepra no Espírito Santo e a instalação das instituições que compõem o tripé da profilaxia da lepra. São apresentadas a colônia e os dispensários deste tripé. A parte que se refere ao Educandário e a granja, o eixo central desta pesquisa, são retratados no capítulo seguinte.

A escolha do local para a instalação do Hospital Colônia, assim como as causas que nortearam esta decisão foram objeto de aprofundamento de estudos sobre a evolução histórica de Cariacica, e apontam para uma convergência de fatores naturais e antrópicos que contribuíram para a instalação, nesse município, de diversas instituições públicas e privadas que serviam ao isolamento e a segregação espacial de diferentes grupos sociais.

O isolamento dos leprosos e tuberculosos em asilos e hospitais tem início no Espírito Santo na década de 1920 com a construção do Hospital de Isolamento da Ilha da Pólvora em Vitória. Na década seguinte inicia-se a construção do Hospital Colônia de Itanhenga em Cariacica-ES. A partir de obras clássicas descrevemos cada uma das instalações que compõem a Colônia de Itanhenga na época de sua inauguração e atualmente. As fotografias ajudam a ilustrar essas edificações.

Por fim apresentamos a disposição espacial dos dispensários. O Educandário Alzira Bley e a Granja Eunice Weaver que são a questão central desta pesquisa serão tratados no capítulo seguinte.

O objetivo deste capítulo é demonstrar as estratégias políticas e espaciais para a segregação espacial da população leprosa e seus filhos indenes no Espírito Santo.

As metodologias empregadas neste capítulo foram a pesquisa bibliográfica e documental, o trabalho de campo e os registros fotográficos. Os dados coletados foram organizados em mapas, gráficos, quadros e tabelas.

5.1. HISTÓRICO DA LEPRA NO ESPÍRITO SANTO

A Capitania do Espírito Santo foi criada em 1 de junho de 1534, sendo a lepra uma moléstia praticamente ignorada nestas terras até 1880. Em 1881, o Provedor da Saúde Pública Dr. Manoel Goulart de Souza enviou um ofício ao Presidente da Província Dr. Marcelino de Assis Tostes informando que havia poucos casos de lepra na província do Espírito Santo, apenas duas ou três famílias (SOUZA-ARAÚJO, 1942).

No início do século XX, Dr. Belmiro Valverde, em seu livro “A Lepra no Brasil” classificou o Espírito Santo como um “Estado onde a lepra era rara”. Em 1927, foi publicado o primeiro censo dos leprosos no Brasil e nesse documento oficial o Espírito Santo aparece como quase indene, pois, 13 doentes para 400.000 habitantes representavam o baixo índice de 0,0325 por 1.000 ou 3,25 por 100.000 habitantes (SOUZA-ARAÚJO, 1942).

Ainda em 1927, Dr. Pedro Fontes foi destacado do Serviço de Saneamento Rural do Distrito Federal (RJ) para assumir a Diretoria de Higiene do Espírito Santo, cargo que antes era ocupado pelo Dr. Miguel Motta. Quando o Serviço de Profilaxia da lepra começou a produzir seus primeiros resultados, chegou um telegrama do Ministro da Educação e Saúde Pública mandando suspender os Serviços de Saneamento Rural e Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas no Estado, fechar os dispensários e arrolar o material para entregar à União. O Estado alegou que tinha saldo e recursos próprios, então, o Ministro da Educação Dr. Francisco Campos autorizou a continuidade dos serviços, mas sem nenhum ônus para União (SOUZA-ARAÚJO, 1942).

Souza-Araújo (1942), em sua obra: A lepra no Espírito Santo apresenta um resumo sobre a marcha do censo que foi realizado no estado a partir do ano de 1927, quando em 31 de agosto estavam fichados 22 leprosos. No ano seguinte o Dr. Pedro Fontes percorreu todo Estado fazendo um levantamento entre os médicos e autoridades e estimou um total de 150 leprosos. Em 1929 foi iniciado o recenseamento dos leprosos pelo fichamento por médicos itinerantes que apontou 133 fichados. Em 1930 os doentes fichados subiram para 225, em 1931 “quando foi

terminado o recenseamento” o Dr. Pedro Fontes contabilizava 290 leprosos fichados e 50 “suspeitos”.

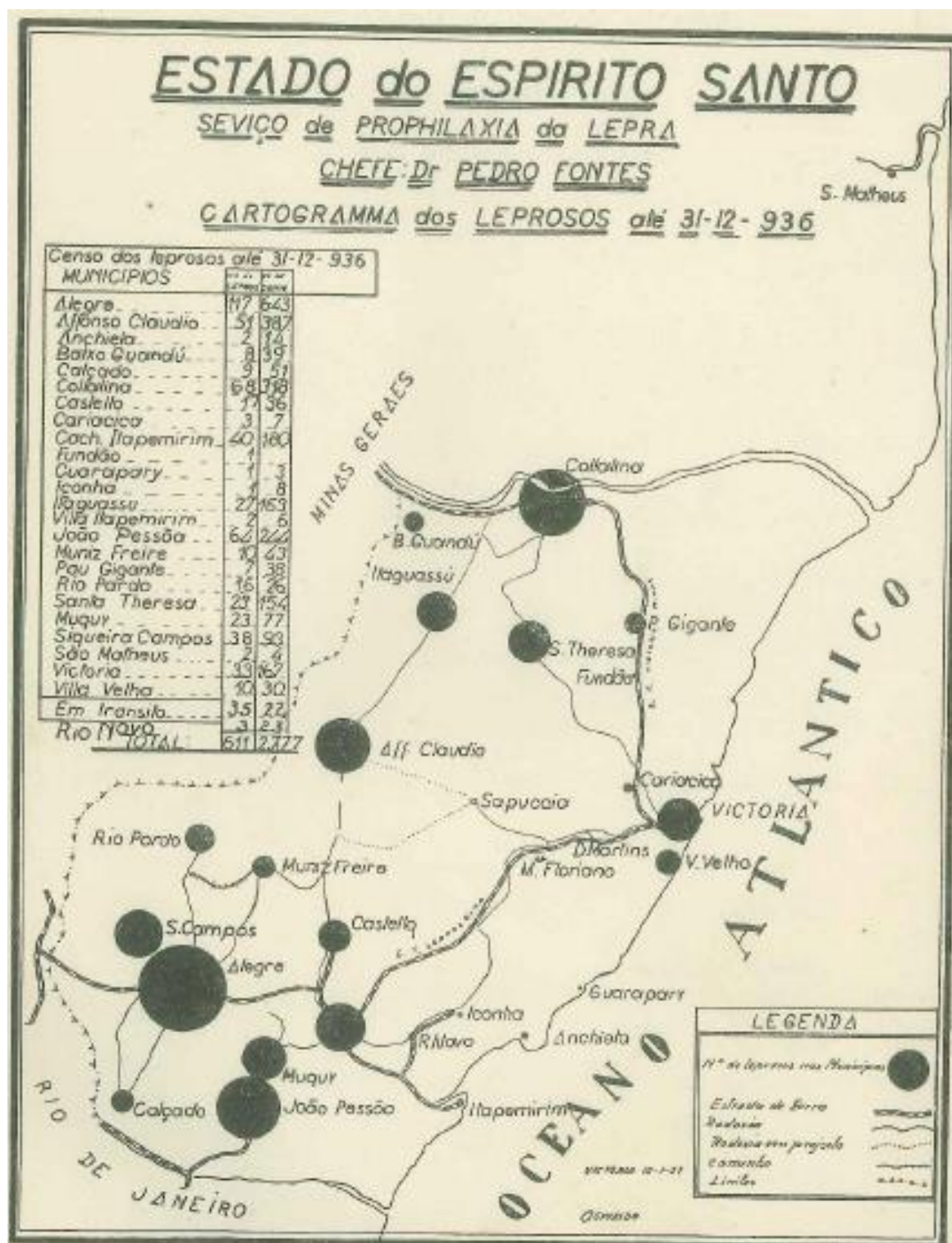
Em 1932 foi feita a primeira revisão do censo e o total de leprosos não parava de subir, os fichados somavam 334 leprosos e os suspeitos 36. No ano seguinte foi realizada a segunda revisão do censo, resultando em 410 fichas, sendo 367 leprosos e 43 suspeitos. Em 1934 após a terceira revisão o número de fichados subiu para 505, sendo 445 leprosos e 60 suspeitos (SOUZA-ARAÚJO, 1942).

Os censos prosseguiram, em 1935 as fichas já somavam 595 pessoas, sendo 529 leprosos e 66 suspeitos. No ano seguinte o número de leprosos elevou-se para 701 (611 leprosos e 90 suspeitos). Em 30 de Abril de 1937 foram enumerados no Estado 639 leprosos e 90 suspeitos (SOUZA-ARAÚJO, 1942).

Os recenseamentos dos leprosos foram realizados entre os anos de 1927 e 1936. Dos 701 leprosos suspeitos e fichados em 1936, 238 casos foram fichados nos dispensários fixos de: Vitória (94 casos), Cachoeiro de Itapemirim (30), Alegre (40), Colatina (23), Mimoso do Sul (18), Muqui (15), São José do Calçado (10) e Afonso Claudio (8) e também por meio do trabalho dos médicos itinerantes que compunham as Comissões Médicas ambulantes. Os médicos itinerantes registraram o maior número de leprosos, foram 463 casos, com destaque para o Dr. Sylvio Avidos que atuou de 1928 a 1936 e registrou 292 casos de lepra. Outros seis médicos são mencionados por Souza-Araújo (1937): Dr. José Ferreira Junior (13 casos), Dr. Nilton Barros (17 casos), Theóphilo Batinga (30), Manoel Sette (17), Manoel R. Carvalho (8) e José Augusto Soares (86) (SOUZA-ARAÚJO, 1942, p. 20).

A obra do Dr. Souza-Araújo (1942) fornece informações sobre a distribuição espacial dos leprosos no Espírito Santo e sobre algumas características desse grupo, como sexo, idade, estado civil, cor da pele e nacionalidade. O mapa 5 apresenta um cartograma dos leprosos no Espírito Santo até 31 de dezembro de 1936.

Mapa 5 – Cartograma dos Leprosos no Espírito Santo até 31/12/1936



Fonte: Souza-Araújo (1942).

O mapa 5 mostra

que os maiores focos dessa doença são os municípios de Alegre, Colatina, João Pessoa (Mimoso do Sul), Afonso Claudio, Cachoeiro de Itapemirim, Siqueira Campos (Guaçuí) e Vitória. No mapa além da distribuição geográfica dos 611 leprosos confirmados se vê a distribuição pelos

respectivos municípios dos seus 2.777 comunicantes fichados (SOUZA-ARAÚJO, 1942, p. 11).

Conforme o Quadro 7 apresenta, nos casos recenseados até 1936, os leprosos concentravam-se ao sul do rio Doce e os municípios mais endêmicos eram Alegre e Colatina.

Quadro 7 – Processo do fichamento de leprosos, suspeitos e comunicantes – 1932/1937

Municípios	31-12-1932		31-12-1933		31-12-1934		31-12-1935			31-12-1936		31-12-1937		
	Leprosos Suspeitos	Contactos	Leprosos	Contactos	Leprosos Suspeitos	Contactos	Leprosos	Suspeitos	Contactos	Leprosos	Contactos	Leprosos	Suspeitos	Contactos
Afonso Claudio	28	139	28	-	39	213	43	4	298	51	387	52	7	395
Alegre	80	390	86	-	89	472	105	6	544	117	643	122	11	688
Alfredo Chaves	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-	1
Anchieta	2	9	2	-	2	9	2	-	14	2	14	2	--	16
Baixo Guandu	-	-	-	-	-	-	20	3	48	8	39	9	1	39
Cachoeiro Itapemirim	23	68	25	-	38	107	46	16	132	40	180	42	10	193
Calçado	8	25	6	-	6	17	8	-	27	9	51	10	5	52
Cariacica	-	-	-	-	3	13	4	-	13	3	7	3	-	7
Castello	11	26	8	-	9	27	13	1	35	17	36	17	-	44
Collatina	41	191	46	-	76	219	62	1	180	68	318	69	14	318
Domingos Martins	1	5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundão	1	17	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-
Guarapary	1	8	1	-	1	8	1	-	8	1	3	1	-	4
Iconha	1	8	1	-	1	7	1	-	7	1	8	1	-	8
Itapemirim - Vila	2	12	2	-	3	12	3	1	12	2	6	2	-	6
Itaguassú	19	69	20	-	27	89	28	2	120	27	163	27	4	163
João Pessoa	36	104	39	-	45	145	60	4	195	64	244	72	5	273
Lauro Muller	-	-	-	-	6	-	5	-	-	-	-	-	-	-
Muniz Freire	8	33	6	-	8	34	8	-	30	10	43	10	-	49
Pau Gigante	6	33	6	-	-	33	-	-	32	7	38	7	-	38
Rio Pardo	8	19	9	-	11	22	18	1	26	16	26	20	1	53
Rio Novo	2	-	2	-	5	22	5	2	22	3	23	3	1	23
Santa Cruz	-	-	-	-	2	4	2	1	4	-	-	-	1	-
Santa Thereza	16	94	17	-	21	109	22	1	114	23	154	23	6	154
Serra	-	-	-	-	-	2	-	-	3	-	-	-	-	-
São João Muquy	4	17	7	-	13	25	22	16	53	23	77	23	2	82
São Matheus	1	-	-	-	1	-	1	-	-	2	4	3	-	4
Siqueira Campos	22	73	25	-	26	74	31	3	65	38	93	40	2	102
Victória	26	126	27	-	32	106	35	4	114	33	167	33	2	167
Vila Velha	-	-	-	-	9	39	11	1	42	10	30	10	2	36
Em trânsito	-	-	-	-	32	-	3	1	-	35	22	37	6	22
Total	347	1.435	367	1.576	505	1.809	529	66	2.145	611	2.777	639	80	2.937

Fonte: Souza-Araújo (1942).

O censo dos leprosos realizados anualmente no estado no período de 1932 a 1937 apontavam os suspeitos, os contatos e os leprosos, conforme o Quadro 7 apresentado por Souza-Araújo (1942). Segundo Dr. Pedro Fontes, o número de comunicantes ou pessoas que tinham contatos com leprosos (cônjuges, filhos, parentes próximos) até 31 de dezembro de 1937 somavam 2.937 pessoas.

O município de Alegre é sem dúvidas o mais endêmico deste período, sendo que o número de leprosos neste município é muito maior que o segundo colocado, em cada ano. Vale ressaltar que quase todos os municípios relacionados no Quadro 7 localizam-se ao sul do rio Doce, a região de povoamento maior e mais antigo do estado, o que não significa que ao norte, menos povoado, os capixabas também não fossem afligidos pela moléstia.

Em menor proporção foram registrados leprosos em São Mateus, Nova Venécia e na parte norte de Colatina. Alguns municípios não apresentam nenhum registro ou poucos leprosos como: Alfredo Chaves e Serra (0), Domingos Martins (1), Fundão (1), Guarapari (1), Santa Cruz (2), São Mateus (3) e Lauro Muller (5). Alguns dos municípios deste quadro mudaram de nome: Benevente – Anchieta, Calçado – São José do Calçado, João Pessoa – Mimoso do Sul, Pau Gigante – Ibirapuçu, Rio Pardo – Iúna, Siqueira Campos – Guaçuí, Santa Cruz – Aracruz. Os mapas que apresentam a divisão em municípios do ES de 1872 até a divisão atual encontram-se no Anexo C.

Dentre as características demográficas dos doentes recenseados entre 1933 e 1935, os registros especificam o sexo: 72,4% homens e 27,6% mulheres; a cor da pele: 68,6% brancos, 24,7% pardos, 6,5% pretos e 0,2% de incertos; a nacionalidade: 92,3% brasileiros e 7,7% estrangeiros (88 Italianos, 8 Austríacos, 6 Alemães, 6 Portugueses, 4 Espanhóis, 2 Suíços, 3 Poloneses, 2 Sírios, 3 Chineses); o estado civil: 58,2% casados ou amasiados, 7,0% viúvos; 34,8% solteiros; e a idade: os infectados entre 0 e 10 anos somavam 2,52%, entre 11 e 20 anos 10,59% e os de mais de 20 anos representavam 75,46% do total (SOUZA-ARAÚJO, 1942).

O Dr. Pedro Fontes empreendeu esforços em três direções no combate à lepra no Espírito Santo: a fundação de dispensários; o recenseamento dos leprosos por

médicos itinerantes e a criação do leprosário e do preventório para os filhos dos leprosos. O Mapa 6 apresenta as organizações antileprosas existentes no Espírito Santo em 1937.

Mapa 6: Instituições da Profilaxia da Lepra no Espírito Santo em 1937



Fonte: Souza-Araújo (1937).

Nota: Organização antileprosa em 1937 – Dispensários, Postos de Vigilância, Leprosário e Preventório. Neste mapa há um engano: em Afonso Cláudio há Dispensário fixo e não Posto de Vigilância.

Observando a distribuição espacial dos postos de vigilância (Rio Pardo, Fazenda Santa Joana, Itaguaçu e Baixo Guandu) observa-se que eles formam uma espécie de cordão de isolamento do interior do estado do Espírito Santo na divisa com Minas Geraes, ao sul do rio Doce, possivelmente para acompanhar os casos de migrantes oriundos do estado limítrofe que poderiam ser portadores de lepra. Os dispensários

concentram-se espacialmente no sul do Estado, das 8 unidades existentes, 6 delas (Muqui, João Pessoa, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Alegre e São José do Calçado) localizam-se próximas a divisa com o Rio de Janeiro. As instituições de controle, o leprosário e o preventório, localizam-se em Cariacica, próximos à capital Vitória (cerca de 14 Km), onde se encontrava o dispensário central. Analisamos a seguir os motivos da escolha do município de Cariacica para as instalações da colônia e do preventório.

5.2 POR QUE CARIACICA?

5.2.1 Breve evolução histórica do Município

O município de Cariacica está situado na Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV e dista 14 quilômetros da capital. Possui área de 279,975 Km² e destas, aproximadamente 85,58 km², ou seja, 30,56% do território encontram-se ocupados por remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas associados, no caso os manguezais. Ao considerar somente o território rural, esse percentual assume proporções maiores, chegando a aproximadamente 44,46% (BERGAMIM, 2012). Limita-se com Santa Leopoldina, Domingos Martins, Viana e, a leste, com Vila Velha, Serra e Vitória. Dada sua localização e o fato de ser cortado pelas rodovias BR-262 e BR-101, o município faz o elo entre o litoral e a região serrana do Espírito Santo (DIAGNÓSTICO CULTURAL DE CARIACICA, 2016).

Segundo alguns antigos habitantes, o nome do município de Cariacica surgiu da expressão “Cari-jaci-caá”, utilizada pelos índios para identificar o porto onde desembarcavam os imigrantes. Sua tradução é “chegada do homem branco”. Cariacica é propriamente o nome do rio que desce do Monte Mochuara e de uma serra adjacente (BEZERRA, 2009).

Além do rio Cariacica, que dá nome ao município, a rede hidrográfica é formada pelos rios Santa Maria da Vitória, Bubu, Formate, Duas Bocas e o braço do Mangaraí no limite de Santa Leopoldina. A abundância de água fez o município ser o

primeiro a fornecer água encanada a sua população. Sobre a represa de Duas Bocas, Bezerra relata que em 8 de dezembro de 1894, o então

Governador Presidente, Sr. Antônio Manoel Lopes Loureiro, construiu uma represa em Duas Bocas e nesse dia inaugurou a sua canalização para o chafariz na praça pública, próxima ao coreto atual, com quatro torneiras de bronze, quando não mais satisfazia o volume represado, pensou-se na sua devida ampliação [...] O trabalho pessoal de Loureiro foi um ato louvável que permitiu o fornecimento de água em domicílio. Esse abastecimento a particulares veio a ser regulamentado em 1905 sob a administração de Francisco Carlos Schwab Filho (BEZERRA, 2009, p. 75).

Assim, podemos entender que a população de Cariacica recebia água em domicílio quinze anos antes da população da capital Vitória, que só atenderia à generalidade de seus habitantes com água canalizada depois de 1909.

Na área ambiental, a Reserva de Duas Bocas é um reservatório de água cuja barragem foi construída em 1894 e seus serviços ampliados em 1909. Atualmente abastece vários bairros da Região Metropolitana da Grande Vitória. Para sua criação foram desapropriados mais de 2.200 hectares, fazendo desaparecer a povoação de Duas Bocas e as antigas sesmarias de Pau Amarelo, Itaquara-Assu, Samambaia e Naia-Assu. Pouco tempo depois a área do reservatório e todo seu entorno foi transformado em uma Reserva Florestal e posteriormente em Reserva Biológica, como explica Oliveira (2006).

Criada em 1965 como Reserva Florestal e transformada em Reserva Biológica pela Lei nº4.503 de 03/01/1991, a Reserva Biológica de Duas Bocas está localizada no município de Cariacica. Seu território estende-se por uma área de aproximadamente 3 mil hectares, com altitude que varia de 250 a 800 metros, onde se encontram os rios Pannels e Pau Amarelo. A reserva é administrada pelo Instituto de Terras, Cartografia e Floresta (OLIVEIRA, 2006, p. 92).

A Reserva Biológica de Duas Bocas representa um importante fragmento florestal de Mata Atlântica em bom estado de conservação e abriga fauna rica e diversificada, com espécies raras e ameaçadas de extinção. Com área aproximada de 2.910 hectares, localiza-se na área rural do município de Cariacica. A designação “Duas Bocas” consagrada na tradição local advém do encontro dos rios Pannels e Naiá-Açú (palmeira grande no idioma Tupi), cuja desembocadura deu origem ao

topônimo: Duas Bocas. Oficialmente trata-se da Reserva Biológica Paulo Fraga Rodrigues de acordo com a Lei Estadual N. 8.488 de 19 de abril de 2007.

Os Goitacazes foram os primeiros índios a ocupar a região que hoje forma o município de Cariacica. Os nativos viviam como caçadores e coletores, conforme pesquisa realizada pela Universidade Federal do Espírito Santo em sítios arqueológicos nos municípios vizinhos e nas imediações da Vila Cajueiro, em Cariacica (OLIVEIRA, 2006). Com o desenvolvimento do município, os indígenas, primeiros habitantes de sua história, tiveram seu último refúgio em Itanhenga, entre os rios Santa Maria e Cariacica, desaparecendo a seguir por completo (BEZERRA, 2009).

No final do século XVI e início do século XVII, com a chegada dos portugueses e da Companhia de Jesus, foram instaladas nas terras hoje pertencentes ao município engenhos e fazendas em Itapoca, Roças Velhas, Caçaroca, Maricarará e Ibiapaba. Nos séculos seguintes os portugueses trouxeram a mão de obra escrava africana, atraídos pelas concessões de sesmarias. Mais tarde chegaram os alemães e italianos que se ocuparam principalmente do cultivo de café.

De acordo com Oliveira (2006), a construção de ferrovias promoveu um rápido crescimento populacional em Cariacica, tornando possível a emancipação do município em 30 de dezembro de 1890, assinada pelo governador do Espírito Santo, Constante Sodré. Com o voto indireto, Antônio Manoel Lopes Loureiro foi o primeiro Governador-Presidente da então Intendência Municipal, atualmente Prefeitura.

Segundo Bezerra (2009) a instalação do município em 30 de dezembro de 1890, com vida administrativa autônoma, produziu reflexo imediato pelos benefícios conferidos à coletividade no decorrer dos primeiros anos de exercício. O governador presidente da intendência municipal de Cariacica, senhor Antônio Manoel Lopes Loureiro foi abrindo as primeiras estradas, fazendo pontes, construindo as primeiras escolas, criando o serviço de Correios e Telégrafos, planejando o melhoramento urbanístico da vila, cuidando com mais carinho da higiene e da saúde do povo, traçando, enfim, novas diretrizes para o dinheiro público.

A Estação Areinha, que atualmente faz parte do patrimônio ferroviário, foi inaugurada em 1904 e permaneceu em funcionamento por quatro décadas. Em 19 de novembro de 1927 foi inaugurada a Estação Pedro Nolasco, localizada na Avenida Mario Gurgel em Jardim América. O mosaico de fotos da década de 1940 apresentado na Imagem 3 remonta traços da história desta ferrovia.

Imagem 3 – Mosaico de fotos da década de 1940 da Estrada de Ferro Vitória/Minas.



Fonte: Museu Vale (2018).

As fotografias apresentam um pouco da origem da Estrada de Ferro Vitória a Minas como a construção das estações e o desfile da Maria Fumaça sobre os trilhos. Pedro Nolasco foi um visionário e constituiu o projeto com base em seu verdadeiro objetivo: ligar o norte mineiro ao mar. O primeiro trecho foi inaugurado em 13 de maio de 1904, com 30 quilômetros, contando com três estações: Porto Velho, Cariacica e Alfredo Maia. O primeiro carregamento de minério no Porto de Vitória só ocorreu no ano de 1940 e os trilhos só chegaram em Itabira em 1942.

A Estrada de Ferro Vitória a Minas ganhou impulso após 1942 - ano de criação da Vale, então Companhia Vale do Rio Doce. As primeiras melhorias na ferrovia ocorreram na década de 1940, com a remodelação do trecho entre Vitória e Colatina/ES. Na década de 1950 houve a introdução das primeiras locomotivas a diesel e de novas melhorias ao longo da ferrovia. Na década seguinte, a substituição das locomotivas a vapor pelas locomotivas diesel-elétricas teve continuidade no progresso deste meio de transporte. A duplicação da linha aconteceu entre os anos

de 1971 e 1977 e foi um grande marco na evolução da ferrovia. Além do transporte de cargas, a Estrada de Ferro Vitória a Minas é a única ferrovia brasileira que realiza o transporte diário de passageiros, ligando Vitória a Belo Horizonte.

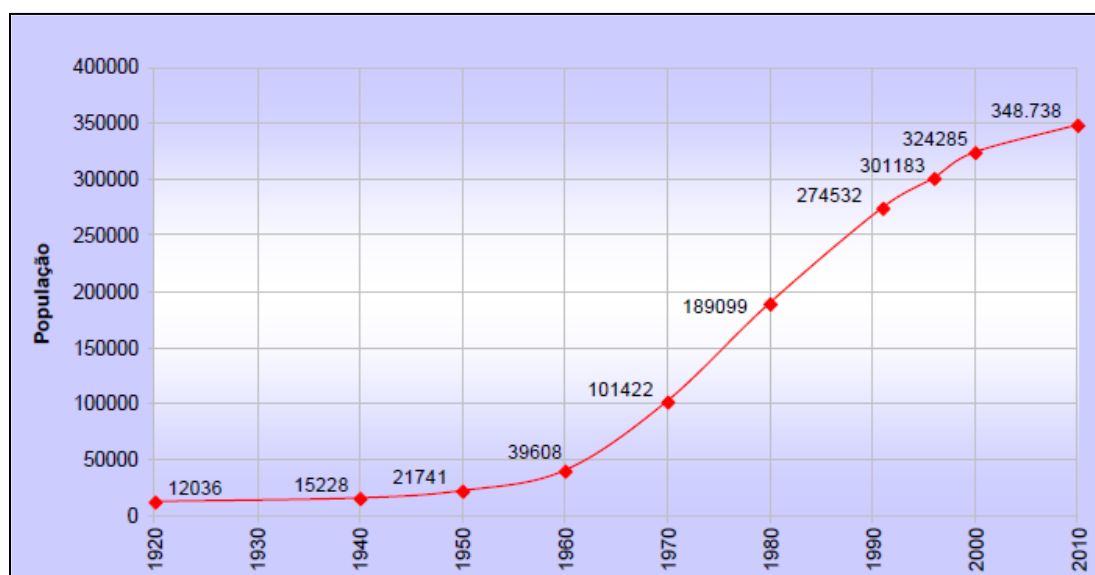
O século XX trouxe grandes avanços para a população cariaciquense, a iluminação por lampiões de querosene, que permaneceu até 1906, foi sendo eliminada e, em 12 de dezembro de 1914 foi inaugurada a iluminação elétrica. Em setembro de 1913 foi inaugurado o serviço telefônico (BEZERRA, 2009). Tais progressos trouxeram para Cariacica “o bem-estar social, a segurança e a tranquilidade, o conforto e o estímulo para o trabalho eficiente e produtivo. Esses são os reflexos do zelo público pela higiene e pela profilaxia geral, inspirando confiança” (BEZERRA, 2009, p. 80).

Com a emancipação vieram também algumas melhorias para o município, principalmente no que se refere ao abastecimento de água encanada, iluminação pública, telecomunicações e transporte. O que gerou na população os sentimentos apresentados por Bezerra (2009) de conforto, tranquilidade, segurança e bem-estar social. Mas as situações pelas quais passaria o município a partir do século XX não eram previsíveis pelos governantes nem pela população de Cariacica. A proximidade e facilidade de ligação (rodoviária, ferroviária e fluvial) com a capital do estado, a vasta área rural e os espaços ociosos atraíram para o município uma série de problemas sociais que se espalharam especialmente sobre seu território.

O município de Cariacica recebeu, ao longo de sua história, uma série de movimentos migratórios que vieram contribuir para a miscigenação racial do município. No início do século XIX, existiam na província de Cariacica 5.318 habitantes, destes, 1.174 eram escravos de cor negra, o que representava 22,02% da população total. Na primeira edição do livro Cariacica – Resumo Histórico em 1951, Bezerra (2009) assinala que não se nota predominância de estrangeiros na população de Cariacica, a não ser nas colônias alemãs, e mesmo nestas o que hoje existe é a tradição. Destacamos que os hábitos e costumes, com as influências portuguesas, italianas e africanas espalham-se por todo território capixaba (BRASIL; CASTIGLIONI, 2012).

Dentre as décadas de 1950 a 1980, a população do município de Cariacica apresentou um intenso crescimento, decorrente da forte migração rural-urbana impulsionada pela conjugação de vários fatores: a crise agrícola tendo como vetor principal os problemas que atingiram a base da economia do Estado, a cafeicultura; o incremento elevado da população concentrada na região rural, provocado pela transição demográfica; a adoção de atividades que absorvem pouca mão-de-obra para substituir as plantações de café (criação de gado, culturas intensivas), a introdução de meios mecânicos na zona rural (CASTIGLIONI, 2009). Expulsa do campo e atraída pelas supostas oportunidades de trabalho decorrentes da instalação dos grandes projetos industriais da Grande Vitória, uma parcela dessa população encontrou em Cariacica mais alternativas para se fixarem como moradores (BERGAMIM, 2012). O Gráfico 1 apresenta a evolução da população de Cariacica no período de 1920 a 2010.

Gráfico 1 – Evolução da população de Cariacica para o período de 1920 a 2010



Fonte: Agenda Cariacica (2011).

A curva ascendente de crescimento da população cariaciquense representada no Gráfico 1, aponta para um incremento constante da população do município. É importante destacar, contudo, que, ainda nos dias atuais, mais da metade do território municipal é formada por áreas rurais ou de preservação, mas apenas 3% da população residiam na área rural em 2010.

Cariacica mantém um variado conjunto de atividades produtivas nos três setores da economia: agropecuária, indústria e serviços. O caráter rural de boa parte de seu território e também sua localização nas proximidades dos demais centros urbanos na Grande Vitória, garantem ao município grande variedade de atividades econômicas.

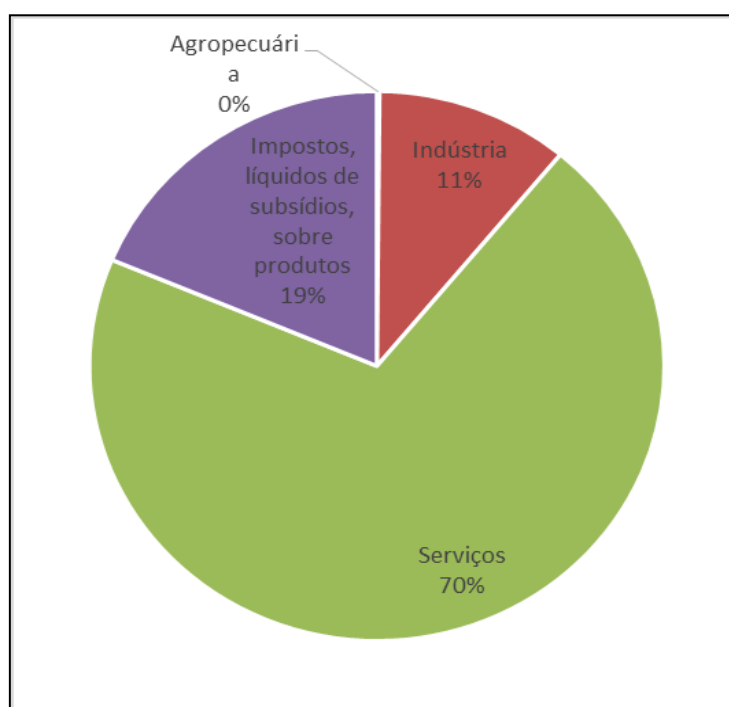
Na agricultura os cultivos de maior expressão são a banana-prata, o feijão, a cana de açúcar e a horticultura. Na área industrial, o município atraiu, desde a década de 1970 importantes investimentos como antiga Cofavi, hoje Arcelor Mittal, a Coca Cola, a Granasa, a Marmosil e a Belgo Mineira. Especialmente no caso da siderurgia, cabe destacar o seu papel na demanda por produtos locais com algum conteúdo tecnológico, com destaque para os bens e serviços da metalmecânica. Várias empresas familiares, voltadas para a produção de peças, de equipamentos de automação e de serviços industriais, atuam no fornecimento à Arcelor Mittal no município. Ainda no campo da produção tradicional, Cariacica possui vários frigoríficos e pequenas agroindústrias cachaça, doces etc. (GOMES, 2012).

Têm sido bastante visíveis as iniciativas de investimentos em Cariacica nas áreas de transportes e de armazenagem em geral. O município atraiu para seu território, há várias décadas atrás, empresas do porte do Grupo Águia Branca, que atualmente atua nas áreas de transporte de passageiros, de cargas, de revenda de caminhões e da logística em geral. Outras grandes empresas atuam mais recentemente no município, na área de distribuição de bebidas (Ambev), automóveis e cargas gerais (Terca, Tegma etc.). Várias empresas têm sido instaladas no Centro Logístico de Cariacica. O Centro foi construído numa área de mais 100 mil m² bem próximo da rodovia do Contorno (BR 101) e possui 35 módulos de armazenagem (GOMES, 2012).

Entre os investimentos públicos no município destacam-se: o trevo próximo à Ceasa, o Estádio Estadual, o Faça Fácil, o Corpo de Bombeiros, a Sede do Ifes-Cariacica, o Shopping Moxuara, as rodovias de ligação Leste-Oeste com o Município de Vila Velha e a duplicação do Contorno (BR 101).

O valor do Produto Interno Bruto a preços correntes (R\$1.000,00) de Cariacica em 2016 foi de R\$7.390.695,00, ocupando a quarta posição no Estado, atrás de Vitória, Serra e Vila Velha, e contribuindo por 6,77% do PIB do Estado. Quanto ao PIB per capita, com o valor de R\$1.915,53, o município ocupou a 26ª posição dentre os 78 municípios do Estado. O Gráfico 2 apresenta a distribuição do PIB por setor da economia.

Gráfico 2 – Composição do PIB de Cariacica por setor da Economia em 2016.



Fonte: IJSN e IBGE (2016).

Ao analisarmos o Gráfico 2 notamos que a maior participação no PIB de Cariacica é proveniente do setor de serviços, seguido do setor industrial e da arrecadação de impostos. Sendo inexpressiva a participação do setor primário com as produções agropecuárias.

A arrecadação total do município de Cariacica não é suficiente para garantir os investimentos necessários ao atendimento básico aos munícipes (saúde, educação, segurança, infraestrutura, etc.), sendo assim, fazem-se necessários investimentos de todas as ordens (Federal, Estadual, ONGs) para melhorar a qualidade de vida no município.

Quando se fala em qualidade de vida, salientamos a vida cultural do território que dispõem de centros culturais como o Centro Histórico Eduartino Silva, que foi a primeira sede da Prefeitura e da Câmara Municipal de Cariacica (1903), e o Centro Cultural Frei Civitela Di Tronco, construído em Campo Grande no início da década de 1990 e atual sede da Secretaria Municipal de Cultura²⁷.

As atividades religiosas no município sempre representaram uma rede de amparo para toda população segregada pelos mais diferentes motivos: leprosos, doentes mentais, menores em conflito com a lei, etc. Em 2010, foram contabilizadas 315 unidades (templos, igrejas, casas de oração, dentre outras) segundo o censo realizado pelo IBGE/Cidades (IBGE, 2010).

A primeira igreja construída em Cariacica foi a Paróquia São João Batista, localizada em Cariacica Sede, que começou a ser construída em 1849 e foi concluída em 1851, sendo que atualmente encontra-se tombada pelo patrimônio arquitetônico e cultural. A Paróquia de Santa Maria Gorete, em Jardim América, começou a ser construída em 1950, teve suas obras paralisadas por três vezes e só foi concluída em 1959.

A Paróquia Bom Pastor, em Campo Grande, foi construída em 1967 e em 2010 foi dado início às obras para edificação do Santuário do Bom Pastor. Prevendo capacidade para mais de 2 mil pessoas sentadas, o local tem ambiente climatizado com isolamento térmico e acústico, e ainda, teto em formato de rampa à 30 metros do chão, equivalente a um prédio de 10 andares e favorecendo a circulação do ar. Também prevendo aproximadamente 4.000m² de área de estacionamento (subterrâneo), sua área total construída passará dos 10.000m². A estrutura do Santuário ainda contará com banheiros públicos para uso da população, uma galeria de lojas com praça de alimentação e conveniência, além de um cerimonial para mais de 600 pessoas. Todas as paróquias de denominação católica possuem pastorais para realização de trabalhos sociais e filantrópicos como o Reame (Recanto de Atendimento ao Menor) que funciona em Cruzeiro do Sul.

²⁷ Para saber mais sobre os espaços e equipamentos culturais de Cariacica sugerimos o Diagnóstico Cultural de Cariacica realizado conforme contrato de patrocínio firmado com a empresa Arcelor Mittal e elaborado pelo Galpão Cine Horto e pela Habitus Consultoria e Pesquisa Ltda, em novembro de 2016.

A Fraternidade Tabajara (Santuário de Umbanda Tabajara) é uma casa de fé, esperança e caridade, fundada em 2 de fevereiro de 1940, com sede própria na Vila Tabajara, Rodovia José Sete, km 8, Cariacica-ES. Os departamentos de ambulatório (criados em 1962) e o de serviço social (criado em 1963) visam dar assistência social por meio do desenvolvimento de atividades de promoção social em colégios, fábricas, hospitais, asilos, preventórios, orfanatos, abrigos, etc.

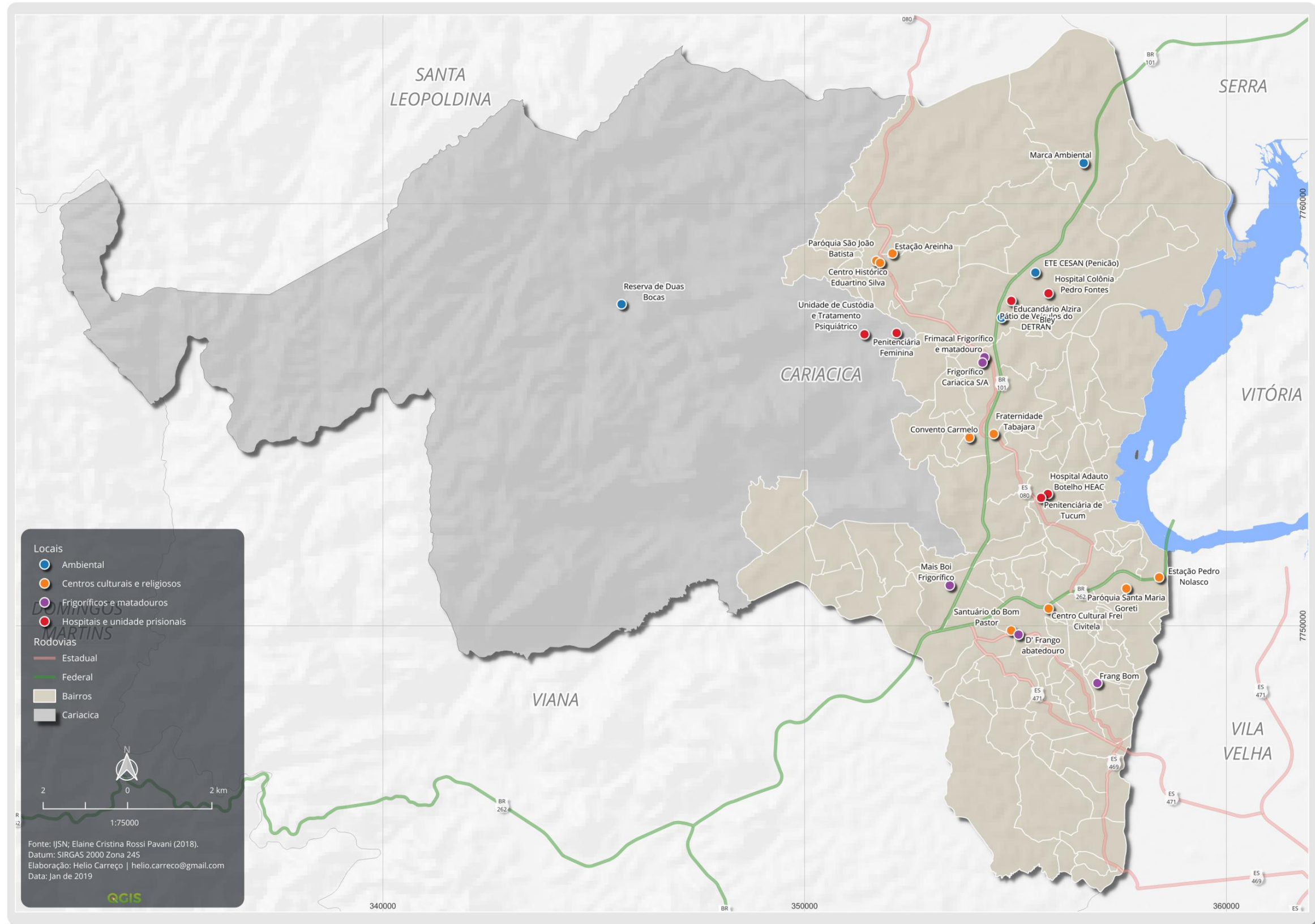
No bairro Tabajara localizam-se também o Convento Carmelo de Nazaré (fundado em 1987) onde ficam reclusas as irmãs carmelitas e o Convento das Missionárias Agostinianas Recoletas (fundado em 1970).

Em todos os bairros de Cariacica existem muitas igrejas e templos, casas de oração de diferentes denominações religiosas que prestam algum tipo de assistência, ajuda espiritual e humanitária aos menos favorecidos, dentre elas: Igreja Universal do Reino de Deus, Deus e Amor, Quadrangular, Maranata, Presbiteriana, Batista, Assembleia de Deus, Metodista, Pentecostal, Adventistas, dentre outras.

5.2.2. A problemática espacial de Cariacica

No item anterior foram destacados vários atributos naturais que marcam o espaço geográfico do município de Cariacica: a rede hidrográfica, a vegetação, as formas de relevo. Outra dimensão da análise do município relativa à localização de equipamentos públicos e privados revela a utilização deste espaço como lócus da segregação social, da exclusão espacial de todos os equipamentos públicos e privados que “não deveriam ser instalados na capital”. O Mapa 7 mostra a localização das diversas instituições.

Mapa 7 – Aspectos relevantes da ocupação espacial de Cariacica/ES



Fonte: Carreço (2019).
 Nota: Dados adaptados pela autora com base em IJSN e Pavani (2013).

A legenda do Mapa 7 está dividida em quatro categorias de análise: 1) ambiental, 2) centros culturais e religiosos (tratados no subitem anterior), 3) frigoríficos e matadouros, 4) hospitais e unidades prisionais. Vamos descrevê-los seguindo estas categorias de análise.

Um dos primeiros problemas ambientais relacionados é a destinação do lixo para o município de Cariacica, no denominado “lixão de Itanhenga”. No início do século XX os lixões²⁸ se formavam em diversos bairros e eram um tormento para a população. Em Itanhenga o lixão afetou diretamente a população do Educandário Alzira Bley e do Hospital Colônia Pedro Fontes, conforme apresenta a reportagem do jornal AGazeta de maio de 1986 (Imagem 4).

Imagem 4 – Notícia do jornal AGazeta - 1986



Fonte: AGazeta (1986).

De acordo com a reportagem, aterraram o mangue e jogaram lixo, muito lixo por cima. Construíram casas em meio à miséria, ao lixo e os insetos transmissores de inúmeras doenças, roedores e outras pragas decorrentes do acúmulo de lixo se

²⁸ Lixão é uma forma inadequada de disposição final de resíduos sólidos, que se caracteriza pela simples descarga do lixo sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública. O mesmo que descarga de resíduos a céu aberto (IPT, 1995).

espalhavam pela vizinhança e prejudicavam a vida dos moradores dos vizinhos mais próximos, o Educandário e o Hospital. Essa não era a única preocupação dos vizinhos do lixão, o dentista do Educandário, em 1986, Dr. Arildo Gimenes demonstra a sua preocupação com a possibilidade dessa área se tornar uma nova “São Pedro”²⁹, tendo em vista o aterro do manguezal e a proximidade com os 40 mil habitantes de Itanhenga.

Outro problema de ordem ambiental concerne a implantação de um aterro sanitário na área do município. A empresa Marca Ambiental localizada as margens da BR-101 (Rodovia do Contorno) no município de Cariacica adquiriu uma vasta extensão de terras para a implantação do primeiro aterro sanitário privado do Espírito Santo que iniciou suas atividades em 18 de agosto de 1995.

O aterro foi preparado para receber resíduos domiciliares, comerciais, portuários, inertes, de serviços de saúde e resíduos industriais. Atualmente, recebe uma média de 2.000 toneladas/dia de resíduos urbanos de diversos municípios, além de empresas privadas que antes não destinavam corretamente seus resíduos por inexistência de local adequado.

Os benefícios que o aterro sanitário trouxe a essas cidades são considerados como grande avanço na solução dos problemas ambientais que envolvem as questões dos resíduos sólidos gerados por seus munícipes, porém para a população que reside em Cariacica, o aterro sanitário ocupa uma imensa área improdutiva. Atualmente os resíduos domésticos e comerciais de todos os municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória são destinados para o aterro sanitário da Marca Ambiental em Cariacica, além das grandes empresas que são seus principais clientes: Ambev, Arcelor Mittal, Brasil Supply, Garoto, Cesan, Coca-Cola, Energest, Foz, Haztec, Imetame, Leão alimentos e bebidas, Levantina, Magnesita, Miswaco,

²⁹ Em 1983, a Rede Gazeta, emissora de televisão filiada da Rede Globo no Espírito Santo, levou ao ar *Lugar de Toda Pobreza*, dirigido por Amylton de Almeida e Henrique Gobbi. O documentário retrata a realidade dos habitantes da região de São Pedro em Vitória, capital do Espírito Santo. Seus moradores habitavam em meio ao lixo que o serviço de limpeza do município depositava na localidade e sobreviviam dele. Dando voz aos moradores, entrevistando-os e deixando-os falar, o diretor possibilita a exposição daquela realidade de miséria por meio dos próprios cidadãos que a vivem no noroeste da cidade, perto do mangue. Centenas de famílias são excluídas do processo industrial do estado e procuram alguma forma de sustento, resistência e sobrevivência (SIMONETTI, ALVES, 2014).

Paranapanema, Prysmian, Real Café, Samarco, Schlumberger, Selita, Shopping Vitória, Technip, Vale, Walmart, Weatherford, dentre outros.

Ainda na região de Itanhenga a Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) decidiu instalar um reservatório de água nas terras do Hospital Pedro Fontes e duas Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) do tipo lagoas de estabilização nas terras do Educandário Alzira Bley. Como a Cesan iniciou seus trabalhos sem consultar previamente a direção do Educandário, a questão passou a ser discutida por meio de reuniões. Para o técnico da Cesan, senhor Eduardo Souza “a questão não deve ser vista com egoísmo, e alguém olhar seu caso particular, pois serão mais de dez mil pessoas a se beneficiar com o projeto das estações de tratamento” (CORREIO POPULAR, 18 a 21 de maio de 1998, p.9).

Para eles não existia risco algum para as mais de 500 crianças atendidas pelo Educandário Alzira Bley. A imprensa local, por meio do jornal Correio Popular (Imagem 5) noticiava os acontecimentos e registrava mais esse fato histórico da implantação de equipamentos públicos em Cariacica.

As questões explicitadas na reportagem perpassam o direito de propriedade sobre o terreno. Como a Cesan, uma empresa estatal, realiza obras de grande porte como a construção do reservatório de água no terreno do Hospital Pedro Fontes e das lagoas de tratamento de esgoto no terreno do Educandário Alzira Bley, sem o conhecimento dos administradores destas instituições? A população do bairro Nova Rosa da Penha, que seria beneficiada com as obras, localiza-se do outro lado da BR-101 e os impactos dos “pinicões” atingiria diretamente a vida daqueles que trabalham e estudam diariamente no Educandário Alzira Bley.

Imagem 5 – Notícia do jornal Correio Popular – 1998

Correio Popular PÁGINA 09

Local

“Alzira Bley” grita por ganhar “penicão” da Cesan

Uma reunião entre diretores do Educandário “Alzira Bley” e técnicos da Companhia Espírito-santense de Saneamento, discutiu o programa estabelecido pela Cesan para implantação de reservatórios de água e de esgoto da Companhia. O reservatório de água, que terá uma capacidade acima de um milhão de litros, já

começou a ser feito em terreno do Hospital Pedro Fontes, na região de Itanhenga, para atender um pouco mais de dez mil pessoas. A tubulação de 300 mm terá passagem pelo terreno do Educandário “Alzira Bley”, para atingir o bairro de Nova Rosa da Penha.

Para o terreno de propriedade do Educandário “Alzira Bley” está reservada a implantação de duas estações de tratamento de esgoto, que serão do tipo lagoas de estabilidade, onde será facultativa e outra anaeróbia. Como a Cesan iniciou seus trabalhos sem consulta prévia a direção do Educandário “Alzira Bley”, sua presidente Maria José Silva de Moraes recorreu à Companhia para “saber o que estava acontecendo no nosso terreno”. A partir daí a entidade passou a conhecer o projeto de implantação das lagoas de tratamento sanitário, e também outras obras partindo do Hospital Pedro Fontes.

Reunião

Solicitada pela presidente do Educandário “Alzira Bley”, estiveram na sede da entidade na manhã da última terça-feira os técnicos Henrique Cavalcante e Eduardo Souza, quando explanaram os objetivos da Cesan e as obras que “precisam ser realizadas para beneficiar mais de 10 mil pessoas de Nova Rosa da Penha”, disseram. Da



Aqui vai ser instalado um “Penicão” pela Cesan, se houver acordo com a direção da entidade.

reunião, pelo “Alzira Bley”, participaram Maria José Silva de Moraes, Antônio Carlos de Castro, Margareth Natali, Júlio Broedel, Celso Ribeiro de Moraes, Méire Rubim e o advogado Francisco Carlos de Oliveira.

Depois de ouvirem os técnicos da Cesan os dirigentes do Educandário “Alzira Bley”, continuaram a discutir o assunto, quando ficou definido que “estudarão melhor” o que foi apresentado pelos técnicos Henrique e Eduardo. O Educandário vai elaborar uma relação de necessidades para discutir com a diretoria da Cesan, objetivando a remuneração da área que vai perder em favor da empresa, caso consinta a continuidade da obra.

Para o representante da Cesan, sr. Eduardo Souza, “a questão não deve ser vista com egoísmo, e alguém olhar seu caso particular, pois serão mais de dez mil pessoas a se beneficiar com o projeto das estações de tratamento”, argumentou durante a reunião. Ele acha que ocorrendo prejuízo para o educandário “Alzira Bley”, não tem muita importância porque a comunidade vai ganhar, pois terão saneamento, que acabará redundando em benefício das próprias crianças que são atendidas no Educandário”, considerou.

Para os técnicos da Cesan

os conhecidos “penicões”, não causam mau cheiro, nem mosquito, nem dará nenhum perigo para as crianças - são mais de 500 assistidas pelo Educandário “Alzira Bley” -, “nem outro tipo de preocupação, disto temos certeza”, arrematou Eduardo Souza. Os técnicos citaram como exemplo o reservatório sanitário de jardim Camburi, em Vitória, que “não causa mau cheiro nem outro tipo de aborrecimento”. Para a sra. Méire Rubim, “nós precisamos ver de perto o esgotamento sanitário da Cesan em Jardim da Penha, pois podem nos mostrar uma coisa, e ser outra”, argumentou.



Clínica de Olhos
Dr. Wallace Tironi
Também lentes de contato

■ CONSULTÓRIO:
Av. Expedito Garcia, 55
Edifício Rosalém - Sala 208
Campo Grande - Cariacica - ES
Tel.: (027) 226-5581

Também nas imediações do Educandário, a cerca de 200 metros da instituição, a Sucam³⁰ (Imagem 6) utilizou o prédio onde antigamente funcionava a padaria da Colônia de Itanhenga, com a autorização do Secretário de Saúde, para depositar substâncias tóxicas, transferidas de Paul (município de Vila Velha). Para o técnico da Secretaria de Saúde, a retirada do BHC e Sumathion de Paul representa um grande benefício para a comunidade de Vila Velha e “não representa nenhum mal para os moradores de Itanhenga”, afirmou Almir Bressan (A GAZETA, 30 de agosto de 1986).

É incompreensível como a estocagem e a manipulação dos venenos BHC Organo Clorado e Sumathion que estavam provocando reações alérgicas, náuseas, tonturas e descontrole emocional em pessoas que moravam próximas ao depósito que ficava localizado em Paul (VV) não representam, então, mais nenhum risco para a população de Itanhenga, nem das crianças que têm que passar em frente ao depósito todos os dias para ir e vir da Escola de 1º Grau Souza Araújo.

O descaso com as pessoas das comunidades de Vila Cajueiro, Pica Pau, Pedro Fontes e Itanhenga começa pelos administradores públicos, como o chefe da Divisão de Ações Ambientais da Secretaria de Saúde que afirma; “que as substâncias têm que estar estocadas a uma distância que não cause risco a população” (A GAZETA, 1986), mas instala o depósito a poucos metros de escolas, hospitais e educandário. É como se o município de Cariacica pudesse ter seus espaços ocupados por todas as “coisas” que os demais municípios circunvizinhos não quisessem ter em seus territórios: lixo, loucos, leprosos, presidiários, materiais tóxicos, etc.

³⁰ Sucam: órgão que resultou da fusão do Departamento Nacional de Endemias Rurais (Deneru), da Campanha de Erradicação da Malária (CEM) e da Campanha de Erradicação da Varíola (CEV), a Fundação herdou experiência e conhecimento acumulados, ao longo de várias décadas, de atividades de combate às endemias de transmissão vetorial, que transformaram a Sucam no órgão de maior penetração rural no país. Sua estrutura operacional estava presente em todos os Estados brasileiros. A Sucam foi legítima herdeira de um dos mais antigos modelos de organização de ações de saúde pública do Brasil, denominado sanitário campanhista. Esse modelo teve como premissa a revolução pasteuriana (alusão ao cientista francês Louis Pasteur) e foi implementado pelo médico-sanitarista Oswaldo Cruz, na primeira década do século XX. Disponível em <<http://www.funasa.gov.br/sucam>> Acesso em 24/04/2018.

Imagem 6 – Notícia do jornal A Gazeta – 1986

A GAZETA — VITÓRIA (ES), SÁBADO, 30 DE AGOSTO DE 1986

Sucam deposita material tóxico perto de orfanato



A Sucam está fechada.



Lina: crianças não são mais à aula.



Ferraz: o material estava em Paul.

Com autorização do secretário de Saúde, Arildo Abreu, a Sucam transferiu parte das substâncias tóxicas que estavam estocadas em três cômodos em Paul para um depósito instalado na área do hospital Pedro Fontes, em Itanhenga, a 200 metros do educandário Alzira Bley, que atende hoje a 160 crianças. O descarregamento do material, iniciado na última quarta-feira, está deixando a população local preocupada cujos pais não estão permitindo que seus filhos frequentem as aulas na escola de 1º Grau Dr. Souza Araújo pois as crianças têm que passar na porta do depósito.

Para o depósito de Itanhenga, onde funcionou durante vários anos a padaria estão sendo transferidos venenos como BHC, organoclorado — cuja venda é proibida no comércio — e sumathion, substâncias utilizadas no combate ao barbeiro e ao mosquito anofilino. Segundo o chefe de Divisão de Ações Ambientais da Secretaria de Saúde, Almir Bressan, este material não representa qualquer perigo para a população se ele estiver sendo armazenado com critério, protegido do sol, da chuva e da umidade.

Transferência

Os comerciantes e as famílias que moram ao redor do depósito da Sucam em Paul há muito tempo vinham reivindicando do órgão a transferência dos venenos para outro local. Isto porque, os funcionários da Sucam manipulavam as substâncias ao ar livre, principalmente o BHC, quando tinham que recondição-las para serem distribuídas para o interior do Estado. Segundo denúncia dos moradores, os técnicos mexiam com o pó sem qualquer proteção e as crianças acabavam pisando sobre a substância, sujando-se completamente.

Há mais de um ano que o diretor regional da Sucam,

Danilo Cosmo, vem tentando uma solução para resolver o problema da estocagem de substâncias tóxicas em Paul que já estavam provocando manifestações alérgicas, náuseas, tonturas e descontrole emocional nas cinco famílias que residem no antigo mercado de Paul bem próximo ao depósito. Com as chuvas que caíram sobre a Grande Vitória, na madrugada da terça-feira, o local onde estavam os venenos foi invadido pelas águas, inutilizando grande parte do material.

Em função do acidente, a Sucam apressou a transferência das substâncias tóxicas para o local já oferecido pelo secretário de Saúde, na área do hospital Pedro Fontes, em Itanhenga. Na casa — onde estão sendo depositados os venenos — morava uma família que foi levada para outro lugar. Com o movimento dos caminhões da Sucam no bairro, a população ficou assustada e procurou se informar a respeito do material que estava sendo depositado na antiga padaria.

Localização

O atual depósito de substâncias tóxicas da Sucam está localizado próximo ao Educandário Alzira Bley que atende hoje a 160 crianças, de zero a 18 anos de idade. Próximo está também a escola de 1º Grau Dr. Souza Araújo, que recebe crianças de toda a região periférica. Aproximadamente a 500 metros, está a entrada do leprosário.

Diante da suspeita das substâncias tóxicas poderem contaminar os moradores locais, grupos de pessoas procuraram a diretora administrativa do educandário para obter informações sobre o perigo. "Mantive contato com o diretor do hospital Pedro Fontes, Carlos Guerra, que nos garantiu que a substância não representava qualquer perigo para a população. Ele disse que se nós quiséssemos poderíamos convidar um químico para vir até aqui e fazer uma

análise do material. Ainda não tivemos tempo mas estamos pensando em fazer isso", explicou a diretora Lina Rodrigues.

Segundo Lina Rodrigues as crianças dos sítios vizinhos, como Cajueiro e Pica-Pau, não estão frequentando as aulas, uma vez que elas para chegarem até a escola de 1º Grau Dr. Souza Araújo devem passar pela porta do depósito. Os técnicos da Sucam começaram a descarregar o material tóxico na quarta-feira e só devem concluir a tarefa na segunda-feira, segundo o comerciante Jorge Antônio Ferraz, que tem uma oficina de carros ao lado do depósito da Sucam, em Paul.

"As chuvas que caíram na madrugada de terça-feira provocaram um grande prejuízo no material que estava estocado no depósito. Eles começaram a tirar as substâncias quarta-feira e sem qualquer proteção", comentou Jorge Antônio Ferraz, aliviado pois ficará longe do cheiro forte que estava causando tonteadas e náuseas aos moradores.

Segundo o chefe da Divisão de Ações Ambientais da Secretaria de Saúde, o BHC e Sumathion só podem ser utilizados em campanhas de saúde pública, uma vez que não existem outras alternativas no país. "No entanto tem que estar estocadas a uma distância que não cause risco à população", comentou Almir Bressan. Se armazenado com critério, em locais fechados, protegido do sol, chuva e umidade o veneno não representa qualquer perigo às pessoas.

Para o técnico da Secretaria de Saúde, a retirada do BHC e Sumathion de Paul representa um grande benefício para a comunidade de Vila Velha. "E não representa nenhum mal para os moradores de Itanhenga", finalizou Almir Bressan.

Na categoria de frigoríficos e matadouros, vamos começar com um caso mais antigo e emblemático sobre a questão: o caso do matadouro de Guaiamum. O advogado e escritor capixaba Ormy Leal Bezerra apresenta o problema enfrentado pelo município de Cariacica com relação aos terrenos e impostos do matadouro de Guaiamum, localizado em Porto Novo, abrangendo uma área muito extensa, adquirida pela Prefeitura de Vitória em 1913 de dona Anna Siqueira Freire e outros pequenos proprietários da região. Para melhor compreensão do problema de Guaiamum, a leitura do Box 1 a seguir apresenta de forma contemporânea o que vinha acontecendo naquele período.

Box 1 – O problema de Guaiamum

O problema de Guaiamum

O problema de Guaiamum para Cariacica será antes um grande pesadelo para o município de Vitória, caso venha aquele reivindicar um direito por ventura existente.

Conforme escritura arquivada na Procuradoria Municipal de Vitória, a Sr.^a Anna Maria de Siqueira Freire vendeu a esta Prefeitura, em 11 de junho de 1913, por Cr\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos cruzeiros), a situação de “Goiamu”, assim chamada no documento em apreço. Dessa importância, Cr\$11.700,00 (onze mil e setecentos cruzeiros) foram pagos pela Fazenda Estadual e o restante Cr\$8.800,00 (oito mil e oitocentos cruzeiros), numa letra aceita pela Prefeitura, com o prazo de um ano, a juros de 6% (seis por cento). O objetivo dessa compra, com a grande área, era encurrular os animais que seriam abatidos para o consumo de carne verde na capital. Ampliando as suas finalidades, a firma Cordeiro Garcia & Cia, aforou um terreno de 200 metros quadrados dentro daquela propriedade, com o propósito de consequente obrigação contratual de conservar e instalar uma indústria para padronização de sebo e óleo das carcaças. Esse contrato feito com a Prefeitura de Vitória deverá se prolongar até 1955, com o foro anual de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros). O caso mais importante da questão, como consequência dos acontecimentos posteriores, foi a ação daquela Prefeitura interferindo na cobrança de impostos de outro município. Quanto a esse fato procurei analisar o mais imparcialmente possível, sem ferir *a* ou *b* indicando os pontos passíveis de crítica.

Com a matança do gado em Guaiamum, no município de Cariacica, haverá, por ventura, razão para que a prefeitura da Capital cobre os impostos inerentes às atividades dentro daquele território? Estará essa Prefeitura interferindo nas atribuições de Cariacica, desrespeitando a Constituição do país e, consequentemente, a autonomia de um município?

A resposta do Dr. Ethereldes Querosz do Valle, ex-vereador da capital, foi de crítica ao seu município, que está interferindo de forma inconstitucional nas atribuições de outro. Sob o peso de sua autoridade vergam as minhas singelas argumentações.

No contrato de compra e venda não se cogitou de desapropriação por utilidade ou necessidade pública. Nem tampouco o município foi ouvido sobre essa possibilidade, sendo já da regulamentação do decreto de 1941. Qualquer argumento fundado no prolongamento da capital por esse meio estaria fatalmente destruído.

Por enquanto são esses os dados fundamentais da questão, expostos para análise serena dos escalpeladores da lei.

A Constituição Brasileira de 1946 foi clara ao tratar das competências tributárias da União, do estado e do município.

Os marchantes são tributários da Prefeitura de Vitória, contribuindo com a importância anual que vai além do total da arrecadação do município de Cariacica.

Mais de uma vez a questão foi levantada, desde o saudoso prefeito Roberto Couto, deixando, de ter uma solução razoável. O mesmo aconteceu com os esforços do Sr. Joaquim José Vieira. Um e outro, por circunstâncias imperiosas, foram compelidos a uma marcha retrógrada, emaranhados no primitivo caminho e sem progressos substanciais. **O governo do município de Vitória se aferra com unhas e dentes aos tributos auferidos, açulado nessa arena pelo aceno amigável do estado.**

O próprio Departamento Estadual de Estatística assinala a produção de Guaiamum como pertencente ao município da capital.

Um acordo entre as duas entidades deve ser provocado por parte de Cariacica, já que reivindicá-lo é difícil. Acontece o mesmo com a questão da água, cujas taxas são cobradas dentro da própria cidade. Vila Velha já resolveu o problema, cabe-nos agora, baseados naquela solução, promover o seu desfecho. Ambas as questões têm o mesmo fundamento, no que podemos apoiar nos primeiros passos.

Pode acontecer que retirem o matadouro da região, do que, aliás, não podemos duvidar. Mas desde que nosso direito seja real, poderemos então exigir as importâncias cobradas indevidamente e a questão toma proporções avantajadas como se gigante já não fosse.

(BEZERRA, 2009, p.157-159, grifo nosso).

Fonte: BEZERRA (2009).

Nota: Vale salientar que a primeira edição deste livro de Omyr Leal Bezerra foi publicada em 1951 pelas Edições Renato Pacheco. Ou seja, a situação relatada pelo autor era contemporânea a sua redação.

Podemos enumerar os vários problemas decorrentes da instalação do matadouro Guaimum em Cariacica: 1) Estado e Prefeitura de Vitória compram uma fazenda em Cariacica para confinar e abater o gado que forneceria carne verde para a capital; 2) a empresa Cordeiro Garcia & Cia comprou da Prefeitura de Vitória um pedaço dessa fazenda para processar o sebo, o óleo e as carcaças; 3) a Prefeitura de Vitória cobrava os impostos sobre a produção do gado e comercialização da carne e derivados da empresa Cordeiro Garcia & Cia em detrimento da Prefeitura de Cariacica; 4) que era o município onde a fazenda estava localizada e que sofria todos os impactos ambientais (o sangue, o couro, o mal cheiro, etc.); 5) que por sua vez não reclamava por receio de retirarem o matadouro da região e contribuir para o desemprego de muitos chefes de família.

A principal crítica dos advogados sobre o caso de Guaiamum é que no contrato de compra e venda da propriedade não existia nenhuma cláusula de desapropriação para utilidade pública, o território continuava pertencendo a Cariacica. A prefeitura de Vitória não tinha o direito de cobrar os impostos de atividades que eram realizadas em outro município, é inconstitucional. Mas assim o fazia com consentimento estadual. A arrecadação da Prefeitura de Vitória com os impostos de Guaiamum era maior que a arrecadação municipal total da Prefeitura de Cariacica. Para além dos problemas de Guaiamum, com o passar dos anos, o município foi atraindo outros matadouros e frigoríficos para o seu território, com suas vantagens e desvantagens: Frimacal Frigorífico e Matadouro, Frigorífico Cariacica S/A, Mais Boi Frigorífico, D'Frango Abatedouro e Frango Bom.

Na categoria hospitais e unidades prisionais localizadas em Cariacica temos muitas a descrever. A região de Itanhenga era considerada um dos locais mais tranquilos e belos de Cariacica, sendo selecionada pelo chefe do Serviço de Profilaxia da Lepra Dr. Pedro Fontes e pelo técnico da Secretaria de Agricultura Senhor Carlos Rosas, para construir a Colônia de Itanhenga para isolar os leprosos e o Educandário para os filhos indenés. “Itanhenga é a zona de isolamento de leprosos, grande, perfeita e incomparável obra de segurança social e da bondade que mora no coração dos homens, quando se lhes reflete o interesse” (BEZERRA, 2009, p. 163).

A região de Itanhenga, em grande parte, era patrimônio municipal. Esse direito lhe foi concedido no termo da Lei nº 863, de 20 de dezembro de 1912. Para instalação da Colônia e do Educandário foram realizadas várias desapropriações como explica Bezerra (2009):

Na região de Itanhenga, processo semelhante foi usado quando da sua escolha para a colônia de leprosos. Tendo sido a região preferida pelo médico baiano Dr. Pedro Fontes, iniciaram-se as indenizações, antes mesmo que os proprietários tivessem conhecimento do fim a que se destinava tal desapropriação, e eram importâncias pouco significativas. No entanto, apesar desses fatos, não me cabe defender quaisquer interesses particulares. O objetivo que me proponho, nesse momento, é focalizar a extensão da área desapropriada, que abrange nessa região 1.200 hectares, acrescidos depois de mais 380, perfazendo um total de 1.580, dentro do território municipal de Cariacica (BEZERRA, 2009, p. 152).

O processo de desapropriação da área para instalação da Colônia de Itanhenga foi realizado a preços baixos e sem o conhecimento da finalidade pelos antigos moradores. Após a instalação da Colônia em 1937, as redes de esgoto que saiam do leprosário faziam o seu despejo no estuário do Lameirão. “Por essa circunstância, o ambiente é propício para os camarões que ali vivem e crescem, transformando-se em belos espécimes vendáveis no mercado consumidor. Os pescadores aproveitam-se da afluência ao local desses crustáceos e sem dificuldade fazem boa pescaria” (BEZERRA, 2009, p. 153). A poluição do estuário do Lameirão é prejudicial ao meio ambiente, mas, propícia à criação de algumas espécies marinhas.

Cariacica concentrou poucos investimentos na organização da ocupação espacial do município, que ocorreu de forma rápida e desordenada. À medida que a população

aumentava, surgiam velozmente as ocupações e loteamentos clandestinos, sem infraestrutura e saneamento básico, localizados em áreas inadequadas e ocupando espaços de preservação permanente. Para Bergamim (2012),

A cidade cresceu sem planejamento urbano e antes do estabelecimento das políticas que regulamentassem o uso e ocupação do solo, sobretudo o urbano. Conseqüentemente, o processo de produção do espaço criou uma série de contradições que se manifestam por intermédio de um violento processo de degradação socioambiental, cujos impactos ainda se manifestam de forma intensa no meio ambiente e na qualidade de vida da população. Nascentes foram e continuam sendo aterradas; rios são receptores de esgoto e perderam boa parte da mata ciliar; os serviços de saneamento básico ainda são bastante incompletos, uma vez que a maior parte do esgoto é lançada na natureza sem nenhum tipo de tratamento; manguezais ainda recebem esgoto in natura, bem como são locais de depósito de lixo e sofrem pressão para serem aterrados e ocupados; os bairros têm ruas estreitas, pouco arborizadas, sem espaços para construção de calçadas, bem como dispõem de um número reduzido de praças públicas (BERGAMIM, 2012, p. 4).

O cenário apresentado pela autora se repete na maior parte dos bairros de Cariacica. Outras áreas do município foram utilizadas para segregação espacial de boa parte da população oriunda de todos os demais municípios do Estado, das pessoas consideradas loucas.

O asilo de alienados foi construído na segunda metade do século XX, mais especificamente em 1954, em Tucum (Cariacica) com o nome de Hospital Colônia Adauto Botelho – hoje chamado Hospital Estadual de Atenção Clínica (Heac). “O Asilo de Alienados na região de Tucum constitui uma imensa construção federal, ocupando uma quadra não muito extensa, mas que já acresce o número de parcelas das desapropriações” (BEZERRA, 2009, p.153). Foi a partir da iniciativa do médico psiquiatra Adauto Botelho – na época, diretor do Serviço Nacional de Saúde Mental –, que se deu a criação do Hospital Colônia Adauto Botelho, cujo nome nos anos 1980 passou para, simplesmente, Hospital Adauto Botelho. A concepção de “colônia para alienados” aos poucos se traduziu no hospital-colônia. Alguns autores apontam que

o modelo de colônia era utilizado no tratamento de diversas doenças, associado em grande parte das vezes ao isolamento dos enfermos. No caso da doença mental, baseava-se na premissa de que o próprio isolamento era uma medida terapêutica, “já que tinha o intuito de prevenir o contato do doente com os excessos da vida urbana, com os ‘males da civilização’. O hospital-colônia, que surgiu na primeira metade do século XX, visava assim

aproveitar todos os investimentos já feitos nas instituições de tipo colônia, com a manutenção tanto de suas estruturas físicas quanto de seus recursos terapêuticos pois, como vimos, a ideia das colônias como grandes áreas afastadas dos centros urbanos esteve intimamente articulada à terapia calcada nas atividades agrícolas e de pequenas indústrias (CARRION, MARGOTTO, ARAGÃO, 2014, p.1.325).

Colônias para leprosos e doentes mentais não eram os únicos espaços de reclusão em terras cariacienses, a penitenciária semi-aberta de Tucum (Tucum), a penitenciária feminina (Bubu) e a unidade de custódia e tratamento psiquiátrico (Roças Velhas) também cumpriam essa função. Para a reclusão dos jovens em conflito com a lei existem 13 unidades do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases – Histórico no Anexo D) no Estado, no município de Cariacica ficam localizadas 38% destas instituições, sendo: as Unidades de Internação Provisórias I e II (Unip I e Unip II), a Unidade de Internação Socioeducativa (Unis), Unidade Feminina de Internação (UFI) e o Centro Socioeducativo de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei (CSE). Todas as quatro unidades estão localizadas na Rodovia José Sete, Km 9 em Cariacica Sede e o CSE localiza-se no bairro Tucum.

Bezerra (2009) em 1951 já demonstrava preocupação com a perda de territórios em virtudes das desapropriações e com o tipo de ocupação/equipamentos espaciais que estavam sendo instalados em Cariacica.

[...] é necessário que saibamos defender os nossos interesses com sabedoria para valorizarmos o nosso rincão, do contrário a tendência é desaparecermos como fruto das contínuas desapropriações, tornando-se o nosso território, aos nossos olhos, vasto campo hospitalar de degenerados (BEZERRA, 2009, p. 154).

Como aponta Bezerra existe uma preocupação com o tipo de ocupação espacial que acontece em Cariacica, tais instituições traziam para o município uma população que, por meio da migração forçada, era excluída de seu território de origem e depositada nestas instituições, na maioria das vezes sem esperança de retorno para suas cidades natais. O que reforça a teoria de Santos (1997) no que se refere às transformações e as interações espaciais que se caracterizam por uma assimetria, isso é, por relações que favorecem um lugar em detrimento de outro, ampliando as diferenças já existentes e transformando os lugares (CORRÊA, 1997).

No próximo subitem passaremos a apresentar a Colônia de Itanhenga com seus múltiplos espaços e histórias que se constituíram a partir da segregação socioespacial dos leprosos.

5.3 O HOSPITAL COLÔNIA DE ITANHENGA

Antes da criação do leprosário de Itanhenga, o isolamento dos doentes era realizado no hospital situado na Ilha da Pólvora³¹, adquirida pelo Governo do Estado, para esta finalidade. O Governador do Espírito Santo, no período de 23 de maio de 1924 a 23 de maio de 1928 foi Florentino Ávidos e durante sua gestão, a Delegacia de Higiene passou a chamar-se Diretoria Geral de Higiene, sendo nomeado para dirigi-la o Dr. Oswaldo Monteiro que, efetivamente, iniciou a organização da saúde no estado e construiu o Hospital do Isolamento na Ilha da Pólvora (Foto 7).

Foto 7 – Hospital Oswaldo Monteiro – Ilha da Pólvora – Setembro de 2018



Fonte: Pavani (2018).

³¹ Making of 07

A Ilha da Pólvora, também é conhecida pelos conterrâneos como Ilha dos leprosos, Ilha do Medo e Ilha do Diabo, é uma das ilhas que compõem o arquipélago de Vitória. A Ilha abrigou o Hospital de Isolamento da Ilha da Pólvora, fundado em 1925 e, anos mais tarde renomeado como Hospital Oswaldo Monteiro, em homenagem a seu primeiro administrador. Foi construído para tratar portadores de lepra e tuberculose, doenças infectocontagiosas sem cura conhecidas até então. O hospital funcionou até a década de 1990 quando foi desativado pelo governador Albuíno Cunha de Azeredo. A localização geográfica da Ilha da Pólvora é apresentada no Mapa 8.

Mapa 8 – Localização da Ilha da Pólvora



Fonte: Carreço (2019).

Os leprosos, assim como os tuberculosos eram encaminhados para o Hospital de Isolamento da Ilha da Pólvora e permaneciam internados, sendo submetidos a diversos tipos de tratamento em busca da cura. Com a realização dos censos leproológicos a partir de 1927, quando foram fichados 22 leprosos no Espírito Santo, foi possível identificar os casos de lepra aberta (contagante) e determinar com precisão onde residiam os doentes que precisavam, com maior urgência, ser isolados, seja pelo estágio avançado da doença, pela impossibilidade de tratamento, pela extrema pobreza em que viviam ou pelo risco de contágio de grande contingente populacional. Era premente a construção de um local específico para o atendimento de novos casos.

Na busca por um terreno para a construção do leprosário em solo capixaba, os médicos Heraclides César de Souza-Araújo e Pedro Fontes percorreram todo o Estado à procura de um local que tivesse os seguintes requisitos: “ter uma área mínima de 250 hectares, de boa qualidade, ter fácil e farto abastecimento d’água, uma pequena cachoeira para iluminação e energia elétrica, estar situado em bom clima e ter facilidade de comunicação” (SOUZA-ARAÚJO, 1942, p. 24). A primeira indicação foi um lugar denominado de Sapucaia, no município de Santa Isabel.

Mas, em carta endereçada pelo Dr. Antônio Aleixo ao Dr. Pedro Fontes, que havia lhe pedido uma opinião sobre a localização da colônia, o amigo orienta:

Em rigor, um leprosário poderia ficar a um quilometro de uma cidade, mas levando-se em conta, por um lado as facilidades de comercio entre doentes e sãos, bem como a superstição do público, e também a natural tendência de expansão dos grandes centros, pode-se fixar a distância de um leprosário de 15 a 25 quilômetros, ou mesmo 30, que sejam. Infelizmente a C. S. Isabel não está neste caso, mas não poderia ser de outra maneira (SOUZA-ARAÚJO, 1942, p. 25).

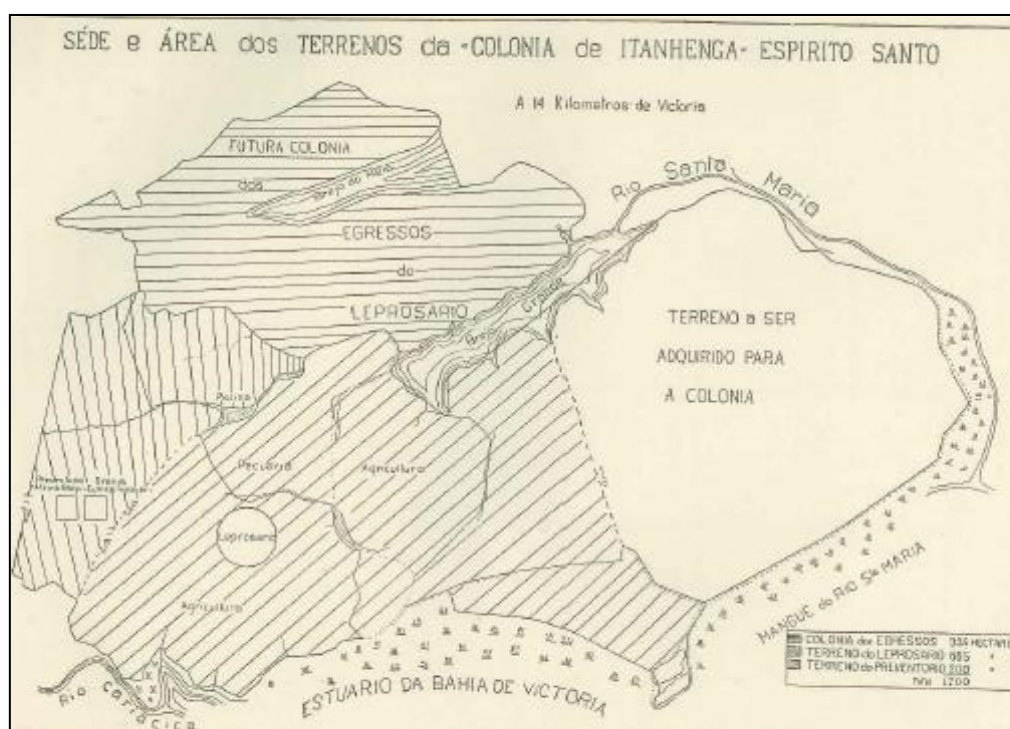
A mentalidade dos higienistas e médicos do Serviço de Profilaxia mudava com o passar dos tempos e pelas evidências que iam se apresentando, na medida em que cada experiência era vivenciada. Assim as grandes distancias dos centros urbanos dificultavam a comunicação e o atendimento por parte da equipe médica e ambulatorial para os internos das colônias. Sendo assim, a localidade de Sapucaia, em Santa Isabel, que fica a mais de 30 quilômetros da capital Vitória (46,6 Km pela BR 262) foi descartada e o Dr. Pedro Fontes juntamente com o senhor Carlos Rosas

(técnico da Secretaria de Agricultura) reiniciaram as buscas por um terreno propício, mais próximo à Capital. Depois de algumas análises, chegaram à conclusão de que o terreno denominado de Itanhenga, em Cariacica, seria a melhor opção por:

- a) ser o terreno de fácil aquisição porque ainda é do domínio do Estado, embora invadido por posseiros;
- b) ter uma área de 300 hectares, com possibilidade de ser aumentada;
- c) apresentar facilidade de isolamento;
- d) ter fácil comunicação com a capital por estrada de rodagem ou por água;
- e) estar situado em lugar alto e saudável;
- f) pode ser abastecido pelo abastecimento d'água da Capital, que passa a 2 quilômetros, a exemplo do que se fez com o Hospital do Isolamento;
- g) *idem* quanto a energia elétrica e telefone;
- h) apresentar a configuração do terreno disposição conveniente para separação das zonas limpas e de contágio, tendo ambas *plateaux* para construção (SOUZA-ARAÚJO, 1942, p. 26-27).

Tendo a referida área todas as vantagens elencadas pelos médicos, sua aquisição foi aprovada pelo Interventor João Punaro Bley que, por meio do Decreto N. 4.443 (publicado em Vitória, no dia 31 de janeiro de 1934), desapropriou os 350 hectares de "ITANHENGA" para a construção do Hospital Colônia de Itanhenga, com o parecer favorável do Conselho Consultivo do Estado (Parecer N. 194, de 20 de fevereiro de 1934). A criação da Colônia se deu em definitivo pelo Decreto N. 5.967 de 7 de março de 1935 e apresenta a disposição do terreno no Mapa 9.

Mapa 9 – Disposição dos terrenos da Colônia de Itanhenga – Espírito Santo



Fonte: Souza-Araújo (1942).

A Colônia de Itanhenga dista 14 quilômetros da capital Vitória e o acesso se dá por terra (cerca de 20 minutos de carro) ou de lancha até o porto no rio Cariacica. A sede da Colônia está situada a 80 metros de altitude sobre o nível do mar, numa verdadeira península entre os rios Cariacica e Santa Maria e o estuário de Vitória. A área ficou dividida entre a Colônia (665 hectares), o preventório (200 hectares) e a colônia agrícola para os futuros egressos do leprosário (335 hectares) (SOUZA-ARAÚJO, 1942). A área atual da colônia está apresentada na imagem de satélite (Mapa 10) a seguir:

Mapa 10 – Disposição dos terrenos da “Colônia de Itanhenga” em 2017



Fonte: Carreço (2018).

O Educandário e a Granja são prédios anexos e distam do “leprosário”, atual Hospital Pedro Fontes, de aproximadamente 3 quilômetros. No Mapa 9 a área reservada para “futura colônia dos egressos do leprosário” é o bairro Pica Pau, que teve sua origem com o loteamento das terras da colônia após o fim da internação compulsória, para aquelas famílias (menos sequeladas pela doença) que ainda tinham condições de se auto-sustentar e de residir junto com seus filhos egressos do Educandário. Atualmente, a margem esquerda da BR-101 está altamente povoada,

com os bairros Nova Rosa da Penha I e II, Nova Esperança, Porto de Cariacica, Flexal I e II.

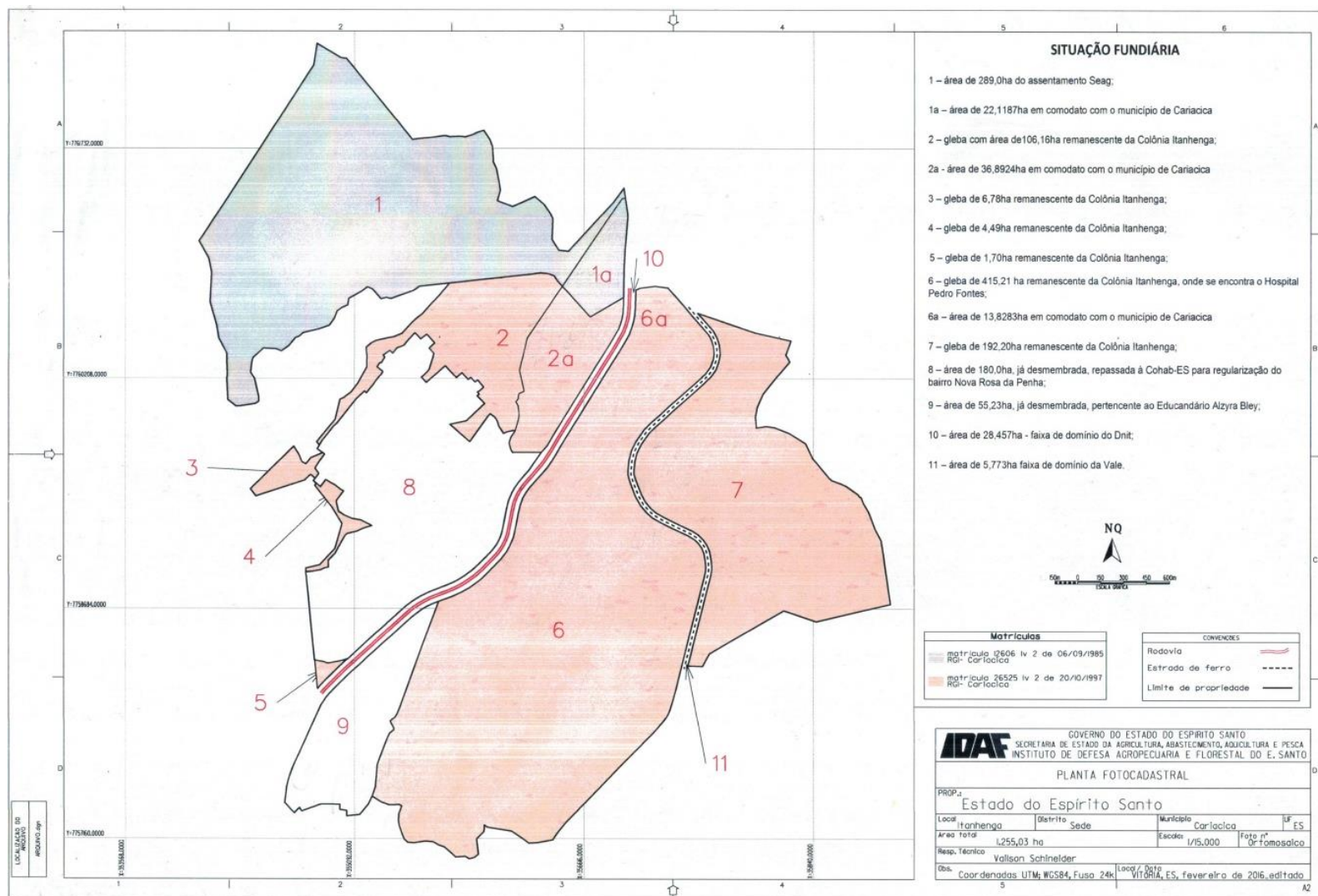
O Mapa 11 apresenta a disposição e as áreas pertencentes à Colônia de Itanhenga (áreas 6 e 7) e ao Educandário Alzira Bley (área 9) segundo a situação fundiária regularizada (Anexo E) junto ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf) em fevereiro de 2016.

De acordo com o mapa do Idaf a área que pertence ao Educandário Alzira Bley já foi desmembrada da área da Colônia de Itanhenga e ocupa uma extensão de 55,23 hectares. As áreas 2, 3, 4, 5, 6 e 7 compõem a área atual da Colônia de Itanhenga, sendo na área de número 6 que se encontram as edificações do Hospital Pedro Fontes e demais estabelecimentos do complexo. A área 8 também já foi desmembrada para que a Cohab-ES faça a regularização do bairro Nova Rosa da Penha. As áreas 10 e 11 são de domínio do setor de transporte, Dnit e Vale respectivamente.

A Colônia de Itanhenga que recebeu os “leprosos” em terras capixabas foi construída pelo governo estadual em cooperação com o governo federal. O primeiro grupo de construções, com 13 prédios foi inaugurado em 22 de maio de 1935 e o segundo grupo, com 52 prédios, em 11 de abril de 1937, quando foi instalada a colônia. A primeira parte da Colônia foi construída pelo engenheiro Celestino Quintanilha e a segunda parte pelo engenheiro Manoel dos Passos Barros. As construções dos hospitais colônias de todo país seguem um mesmo modelo padrão e foram erigidas no mesmo período como aponta Curi (2010):

Das 40 instituições brasileiras de isolamento erigidas no século XX, 32 foram inauguradas na Era Vargas. Dos 36 preventórios brasileiros, trinta foram inaugurados no mesmo período. A Era Vargas responde por 80% das instituições de isolamento e 83% das instituições preventoriais (CURI, 2010, p. 258).

Mapa 11 – Situação Fundiária de Itanhenga – Cariacica/ES em 2016



Fonte: Idaf (2016).

A Era Vargas, como colocado anteriormente, é o período da história do Brasil entre 1930 e 1945, quando Getúlio Vargas governou o país por 15 anos de forma contínua. Compreende a Segunda e a Terceira Repúblicas, período em que as medidas profiláticas foram fortalecidas, “conforme é possível verificar nos registros do Hospital Dr. Pedro Fontes, atual denominação do estabelecimento que abrigou o leprosário, entre os anos de 1937 e 1998, foram lá recolhidas e internadas 3.104 pessoas” (FRANCO; ARAÚJO, em fase de publicação, p. 7).

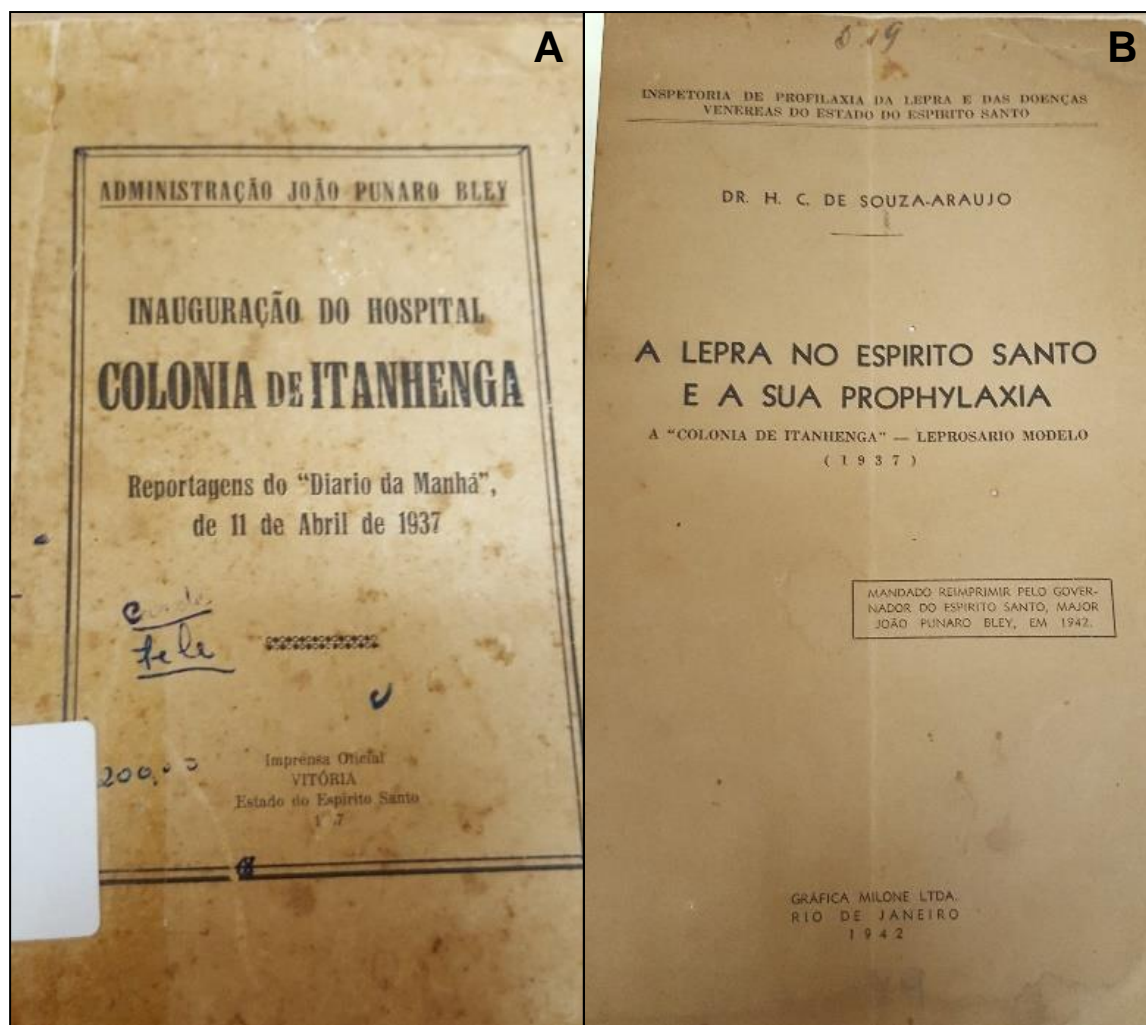
Como as internações obrigatórias foram suspensas em 1962, o quantitativo de leprosos ingressantes na Colônia de Itanhenga no período de internação compulsória, entre 1937 e 1962, foi de 1.592 pessoas (FRANCO; ARAÚJO, em fase de publicação, p. 7).

Com a intenção de apresentar a Colônia de Itanhenga no passado e no presente, foram reunidas descrições em publicações de 1937, 1942 e na obra literária de 2016 do autor Arlindo Vilaça, bem como fotos antigas cedidas pelos narradores de suas histórias de vida e fotos atuais registradas em 1º de maio de 2017³² durante a realização de uma caminhada pela paz no percurso entre o Educandário Alzira Bley e o Hospital Pedro Fontes.

As obras consultadas foram a publicação da imprensa oficial da administração de João Punaro Bley sobre a Inauguração do Hospital Colônia de Itanhenga com as reportagens do “Diário da Manhã” de 11 de Abril de 1937 (DM, 1937) e a obra de referência “A lepra no Espírito Santo” de 1942 do Leprologista Souza-Araújo (Imagem 7).

³² Making ok 04

Imagem 7 – Obras que descrevem a Colônia de Itanhenga, em A, Inauguração do Hospital Colônia de Itanhenga (Diário da Manhã, 1937) e em B, A Lepra no Espírito Santo e sua prophylaxia



Fonte: Souza-Araújo (1942).

A área da Colônia era circundada por 20 quilômetros de cerca de arrame farpado delimitando as propriedades vizinhas. Vejamos como o Jornal Diário da Manhã (1937) descreve tal localidade:

O lugar denominado Itanhenga está situado no município de Cariacica, distante mais ou menos um quilometro da cidade referida. O seu acesso pode ser feito tanto por terra como por mar. A estrada para Itanhenga entronca-se à estrada que liga Vitória a Colatina, através de Cariacica, Santa Leopoldina e Santa Teresa. Dessa forma, Itanhenga, ao mesmo tempo que, perto desta capital, o que torna fácil o transporte de leprosos, é também um reduto facilmente isolável e completamente independente, pela sua posição geográfica. Itanhenga está situada em uma península, cercada pelos rios Cariacica e Santa Maria e pelo estuário de Vitória. Esses trechos de rios, oferecem grande facilidade, pela calma da sua correnteza, a descida ou subida de embarcações, constituindo uma barreira natural a qualquer tentativa de fuga da parte dos elementos isolados. A fuga pelo lado da terra é impedida por vigilante do posto policial situado na parte média da estrada que liga Itanhenga a rodovia que une Vitória a Cariacica.

Esse posto, a cargo de dois soldados, tem por fim, não só frustrar fugas, mas igualmente (será ligado por telefone a administração) prevenir qualquer tentativa de rebelião que se possa verificar. Ainda tem por fim proibir a entrada de quaisquer estranhos à Colônia, desde que não estejam munidos de uma ordem que, identificando-os, lhes permita a entrada na área reservada ao Leprosário. É este posto policial uma medida de prudência da parte dos dirigentes de Itanhenga, que se basearam, para a sua instituição, nos usos dos estabelecimentos congêneres de outros Estados do Brasil, tendo, no entanto, a preocupação de localizar o posto fora da Colônia ao contrário do que fazem alguns Estados, que colocam no próprio reduto (DM, 1937, p. 3-4).

O escritor Vilaça (2016), descreve a localidade da seguinte forma:

À primeira vista era lugar aprazível, com bastante vegetação natural. O terreno assumia a forma de uma pequena península delimitada pela vizinhança dos rios Cariacica e Santa Maria e o Estuário de Vitória. A onze de abril de 1937 a zona de segregação foi inaugurada, portanto no período ditatorial de Getúlio Vargas e na vigência do governo local designado ao Capitão João Punaro Bley. Em toda a área ponteavam sessenta e cinco edifícios novos (VILAÇA, 2016, p. 585).

Ambos versam sobre a boa localização geográfica da Colônia e suas vantagens sobre o acesso, a salubridade, fartura de água e de terras e a disposição das construções. A organização da Colônia de Itanhenga estava disposta em três zonas, conforme apresenta o Quadro 8:

Quadro 8 – Distribuição das construções pelas zonas na Colônia de Itanhenga – 1937

Colônia de Itanhenga	Construções
Zona sadia	Casa do médico-diretor, casa do administrador, 10 casas para funcionários sadios, garagem, pavilhão da administração, casa do porteiro, na qual estão instalados os centros de luz e telefone.
Zona intermediária	Casa das Irmãs, pavilhão para suspeitos em observação, parlatório, laboratório, farmácia, almoxarifado, cozinha e copa limpa.
Zona de contágio	Pavilhão para expurgo dos doentes que entram, escola, prefeitura, refeitório e copa dos doentes, pavilhão para doentes enfermos de outras doenças, policlínica, lavanderia, 6 casas para funcionários doentes, banheiros coletivos para as oficinas e o campo de futebol, manicômio-cadeia, forno de incineração de lixo, 3 pavilhões para oficinas, 10 pavilhões “Carville” tipo Pirapitinguy, 2 pavilhões “Carville” tipo Curupaity, pavilhões de diversão e biblioteca, igreja, 2 dormitórios para meninos e meninas, 20 casas para leprosos casados, necrotério e cemitério.

Fonte: Souza-Araújo (1942).

A Colônia de Itanhenga compreende, na sua vasta área, três zonas: a sadia, a intermediária e a dos leprosos. A primeira é onde habitavam os médicos, administradores, enfermeiros e outros funcionários, sujeitos a retiro forçado pelas

necessidades das profissões que exercem, residiam junto as suas famílias, atualmente residem egressos e ex-funcionários da Colônia. Entre a segunda e a terceira zonas, ao contrário da primeira, não pode ser feita uma separação perfeita. A zona intermediária prestava-se ao contato entre os suspeitos e aqueles que vinham visitá-los. Já a zona de contágio era a mais extensa, onde conviviam os portadores da lepra em suas atividades diárias. Os encarregados das obras da Colônia de Itanhenga consagraram o máximo de cuidado ao afastamento entre os contagiantes e os não doentes. A Tabela 4 apresenta o número de edifícios construídos na Colônia de Itanhenga.

TABELA 4 – EDIFÍCIOS DA COLÔNIA DE ITANHENGA – 1942

N. de ordem de edifícios	N.	Edifícios da "Colônia de Itanhenga"	Área m ² . ocupada	Motors	Lampadas de 60 w.	Lampadas de 100 w.	Aquecedores	Tomadas de corrente
1	1	Garage	117,60	—	4	—	—	4
2	1	Pavilhão de administração	134,00	—	10	—	—	4
3	1	Casa do porteiro	75,50	—	7	—	—	3
4	1	Pavilhão de observação	80,60	—	8	—	—	2
5	1	Parlatorio	25,00	—	1	—	—	—
6	1	Pavilhão, expurgo e correio	62,00	—	4	—	—	2
7	1	Pavilhão para escola	58,00	—	4	—	—	1
8	1	Prefeitura	64,00	—	5	—	—	6
9	1	Pavilhão, pharmacia, laboratorio e almoxarifado	140,00	1	11	—	—	8
10	1	Pavilhão refeitório, cozinha e almoxarifado	333,00	1 de 1/2 HP	16	5	—	1
11	1	Pavilhão de clinica	383,00	—	31	—	—	15
12	1	Lavandaria	152,20	—	7	—	—	6
13	1	Delegacia	56,00	—	5	—	—	1
14	1	Pavilhão dos guardas	78,40	—	4	—	—	1
15	3	Casas para funcionarios doentes	115,20	—	12	—	—	3
16	1	Casa para porteiro doente	19,20	—	2	—	—	1
17	1	Pavilhão para molestias intercorrentes	108,80	—	6	—	2	1
18	1	Banheiros collectivos	27,20	—	3	—	—	—
19	1	Cadeia e manicómio	183,00	—	16	—	4	3
20	3	Pavilhões para officinas	186,70	—	6	—	—	3
21	2	Enfermarias typo "Curupaity"	416,00	—	16	8	2	4
22	10	Enfermarias typo "Carville"	1900,00	—	170	—	5	—
23	1	Forno de incineração	15,10	—	—	—	—	—
24	1	Pavilhão de diversões	336,00	—	6	15	—	6
25	1	Biblioteca	106,60	—	5	5	—	1
26	4	Dormitorios para crianças (casas geminadas)	151,60	—	18	—	—	—
27	4	Casas geminadas para casaes (menores)	151,60	—	20	—	—	—
28	8	Casas geminadas para casaes (maiores)	398,50	—	48	—	—	—
29	1	Igreja	112,00	—	11	4	—	—
30	1	Estação de luz	7,10	—	—	—	—	—
31	6	Casas geminadas para funcionarios	298,90	—	35	—	—	—
32	1	Casa do administrador	75,50	—	7	—	—	—
33	1	Casa do medico	129,60	—	13	—	—	2
34	1	Casa para deposito (Bella Vista)	22,50	—	1	—	—	—
35	—	Iluminação das ruas	—	—	53	—	—	—
66	—	SOMMA	6524,30	—	565	37	13	78

Fonte: Souza-Araújo (1942).

A Colônia de Itanhenga possuía 66 edificações que somavam 6.524,30 m² de área construída. As 10 enfermarias tipo “Carville” são as maiores construções e juntas somavam 1.900 m². A estação de luz era a menor das construções com apenas 7 m², mas com uma função muito importante, garantir o fornecimento de energia de toda Colônia.

Atualmente o Hospital Pedro Fontes funciona em horário de segunda a sexta-feira com atendimento ambulatorial, com consultas nas áreas de dermatologia, ginecologia e clínica geral. Dos 10 pavilhões em modelo “Carville”, somente 4 encontram-se em funcionamento com os remanescentes do período do isolamento compulsório que não tem condições de viver sozinhos e nem parentes para retirá-los. Os demais pavilhões permanecem fechados. O pavilhão da policlínica foi reformado para receber os pacientes do antigo Hospital Adalto Botelho (pacientes com transtornos mentais) que foi transformado no Hospital Estadual de Atenção Clínica. Em termos de infraestrutura, a ex-Colônia de Itanhenga é uma das mais conservadas do país. Nas páginas a seguir descrevemos cada uma das edificações que compunham a Colônia de Itanhenga, atual bairro Pedro Fontes. Ressaltamos que a apresentação das mesmas foi feita a partir da descrição detalhada de todas as edificações publicadas no jornal Diário da Manhã (DM) de 11 de abril de 1937, nas obras de Souza-Araújo e Vilaça, e nas fotos do passado e do presente.

Residência de funcionários sãos

As residências dos funcionários sãos localizavam-se na zona sadia, estes podiam trazer suas famílias para residirem juntos. A descrição de tais residências, transcrita a seguir, é apresentada pelo Jornal Diário da Manhã:

Assim, temos na zona livre as residências do Diretor Geral do Leprosário, do administrador, prédios para enfermeiros, para os guardas, para o chauffeur e o técnico agrícola, construídos com acomodações suficientes para as suas respectivas famílias, dotados de fogão, instalações sanitárias completas, varandas, etc., facilitando aos dirigentes e funcionários da Colônia o conforto que lhes pode compensar, em parte, o sacrifício que só um pouco de idealismo torna razoável. As habitações, elegantes bangalôs, agradam à vista e oferecem alegre e distinto

aspecto à paisagem. Foram construídos, como dissemos antes, fora da zona intermediária e de contágio, marcada pelo pórtico de entrada, estando assim, livres do perigo de serem infectados, os seus moradores (DM, 1937, p. 4-6).

A Foto 8 apresenta a casa que um dia foi habitada pelo médico-diretor do Hospital Colônia Pedro Fontes e sua família. Atualmente ela é ocupada por um ex-funcionário do hospital.

Foto 8 – Casa do médico-diretor responsável pela Colônia de Itanhenga em 1937



Fonte: Pavani (2018).

De acordo com a descrição do Dr. Souza-Araújo a residência é confortável, com três varandas e nove comodors. Tinha água encanada quente e fria e o seu esgotamento sanitário era feito por meio de uma fossa independente. Depois da casa do médico diretor vem a casa do administrador, com duas varandas e seis comodors. Na sequência vinham três casas geminadas, residências para os empregados sadios. Cada casa possui uma varanda, sala, dois quartos, copa-cozinha e banheiro com chuveiro (SOUZA-ARAÚJO, 1937). As casas do médico, do administrador e dos

funcionários da Colônia atualmente são ocupadas por ex-funcionários e ex-internos da Colônia com suas respectivas famílias. A Foto 9 apresenta a casa em que residiam o administrador da Colônia e sua família.

Foto 9 – Casa do administrador da Colônia de Itanhenga 1937



Fonte: Pavani (2018).

A divisão entre as zonas estabelecidas dentro da Colônia também é descrita por Vilaça (2016), com seus marcos de passagem como os portões, arames, telas, o porto e o cemitério.

Uma divisão em três seções estabelecia uma chamada zona limpa, que se estendia do portão externo à casa do porteiro. Então se iniciava a zona neutra ou intermediária, desde a cerca de tela arrame que passava pela casa do porteiro até o forno de incineração. A zona de contágio ou propriamente dos leprosos ocupava seiscentos e sessenta e cinco hectares, iniciava-se no marco de um portãozinho de ferro de modelo vai e vem e avançava até o porto da colônia e o seu cemitério junto ao rio Cariacica. Os internos podiam chegar por terra ou pelo porto, mas até que se descobrisse a cura da lepra qualquer deles somente podia se despir rumo a único destino _ o de permanecer lá para sempre, no cemitério local (VILAÇA, 2016, p. 585-586).

A Foto 10 apresenta um destes marcos de passagem entre a zona intermediária e a zona de contágio ou zona dos leprosos com um portão vai e vem.

Foto 10 – Entrada da área de contágio ou leprosário propriamente dito - 1937



Fonte: Souza-Araújo (1937).

Garagem

A garagem (Foto 11) possui uma área construída de 117,60 m² e assim é descrita pelo jornal Diário da Manhã:

Uma bem construída garage, com capacidade para diversos carros, completamente aparelhada com o material necessário para atender às diversas necessidades que, por ventura, possam aparecer, vem logo a seguir às habitações do pessoal administrativo e de direção. Pintada com as mesmas cores e encaixada no conjunto coopera para a vista geral se tornar mais ampla e agradável (DM, 1937, p. 6).

Como apresenta a foto, as ruas ainda sem pavimentação da antiga Colônia permanecem até os dias atuais. A garagem é bem preservada e o entrelaçado de madeira que ocupa a parte do meio para cima das paredes está inteiro e permite a ventilação do ambiente.

Foto 11 – Garagem da Colônia de Itanhenga – 2018



Fonte: Pavani (2018).

Um ex-interno da Colônia apresentou a construção que fica ao lado da garagem (Foto 12), que servia como uma oficina para a produção de caixões para aqueles internos que vinham à óbito dentro da Colônia.

Foto 12 – Oficina onde eram produzidos os caixões das pessoas que faleciam dentro da Colônia



Fonte: Pavani (2018).

Essas pessoas eram enterradas no cemitério localizado atrás da igreja, ambos dentro da Colônia. O local onde os caixões eram fabricados não é muito grande e, assim como a garagem, possui uma estrutura de madeira entrelaçada do meio para cima. Graças à narração dos ex-internos é que foi possível conhecer a verdadeira história deste local.

Como todas as instancias da vida dos internos eram realizadas dentro da Colônia, com a morte não seria diferente, a produção dos caixões e o sepultamento também se davam no interior da Colônia.

Pavilhão Administrativo

O prédio da administração (Foto 13) possui uma área construída de 134 m², sendo uma varanda na frente, uma grande sala ladrilhada, que se comunica com quatro salas-escritórios, um quarto-vestiário para os funcionários, uma copa para café e um quarto com instalações sanitárias.

Neste edifício funcionava a secretaria da Colônia e a contabilidade do seu almoxarifado, pois a contabilidade geral da colônia era realizada no escritório central em Vitória, na sede da Inspetoria de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas (SOUZA-ARAÚJO, 1937). Assim o jornal Diário da Manhã descreve a administração:

Todo um bonito prédio é dedicado à administração da Colônia de Itanhenga. Secretaria, tesouraria, fichários, além de outras diversas atividades serão distribuídas através das diversas salas desse edifício. É ainda situado na zona livre. Tudo o que se relacionar com os internados, movimento, informações, etc., terá, por esse prédio, passagem obrigatória. Nele trabalharão os funcionários a quem caberá toda a responsabilidade e boa ordem dos trabalhos (DM, 1937, p. 6-7).

O prédio administrativo é muito bonito, bem conservado, continua identificado com uma placa sobre a porta de entrada “ADMINISTRAÇÃO”.

Foto 13 – Prédio Administrativo – 2018



Fonte: Pavani (2018).

Portaria, centro de luz e telefones, correios

Na portaria funcionavam também o centro telefônico e a casa de força. A energia vinha de Vitória, havendo um transformador na Colônia. Na portaria termina a zona limpa e começa a intermediária ou neutra, separadas por uma cerca de tela de arame com um portão (SOUZA-ARAÚJO, 1937). O jornal Diário da Manhã assim descreve esse conjunto de edificações:

Essas três dependências se apresentam a seguir, esverrumando a curiosidade do visitante. Temos a portaria. Não se entra em Itanhenga, sem ordem expressa da administração. Essa é uma das praxes a serem rigorosamente observadas. Aos membros da administração cabe autorizar ou não a entrada de visitantes. A Colônia de Itanhenga, compreende-se, não é um ponto de passeio. É um isolamento de contagiantes de lepra. Nenhuma medida é demais, quando se trata de evitar que o mal de Hansen continue a se propagar, infelicitando, com o seu evolucionar, não só os atacados, mas aqueles que lhe estão afeitos (DM, 1937, p. 7-8).

Apesar de terem se passado mais de 80 anos desde a sua instalação, a função do posto de vigilância (Foto 14) permanece a mesma, talvez com menor rigor do que no

advento de sua instalação, mas o posto de trabalho do vigilante se mantem. Quanto ao centro de luz e telefone,

a Colônia de Itanhenga está ligada, já há tempos, com Vitória, por linha telefônica. A sua direção, no entanto, cogita ainda de ampliar esse serviço telefônico. É sua intenção estabelecer uma rede de ligações internas, que permita aqueles que disso necessitarem, comunicações entre as diversas seções, entre os diversos pavilhões. Será, posta em execução, uma medida de grande utilidade para os que vão viver segregados (DM, 1937, p.7-8).

Foto 14 – Posto de Vigilância – 2018



Fonte: Pavani (2018).

As ligações telefônicas e a energia eram controladas por encarregados. O posto telefônico funcionava junto à vigilância e a casa de força está apresentada na Foto 15.

Foto 15 – Casa de Força - 2018



Fonte: Pavani (2018).

A casa de força, tão útil no período de instalação da Colônia, encontra-se desativada. O fornecimento de energia para o bairro Pedro Fontes é realizado pela companhia de energia elétrica do Espírito Santo (EDP - Escelsa).

Outra forma de comunicação entre os internos da Colônia de Itanhenga e o mundo externo eram as correspondências. Mas estas precisavam passar por um processo de esterilização antes de saírem da Colônia, como retrata o Diário da Manhã:

Pelo simples fato de estar afastado dos seus semelhantes sãos, o leproso não podia ser privado de com eles se comunicar. Mas, surge a dificuldade: como, sem impedir a comunicação, evitar que a correspondência possa servir de veículo de transmissão da lepra? E os idealizadores da Colônia de Itanhenga resolveram a questão: a carta é posta em um guichê que dá entrada a uma estufa. Nessa estufa verifica-se a esterilização por meio de vapor de formol. A missiva passa, então, às mãos do encarregado da correspondência, podendo, daí por diante, prosseguir o seu caminho, sem oferecer mais perigos aqueles a quem vai dirigida ou aos intermediários, de transmissão de lepra. Por essa simples solução do problema da correspondência, pode o leitor verificar quanto cuidado foi empregado na questão de serem evitados os meios de contágio (DM, 1937, p. 8).

Todo cuidado com o contágio pelo bacilo *Mycobacterium leprae* devia-se ao fato da doença ser infectocontagiosa e de cura desconhecida, além é claro, das deformidades físicas provocadas pela enfermidade. Mas as cartas além de esterilizadas passavam por uma verificação do conteúdo antes de prosseguirem, ou não.

Pavilhão dos suspeitos

O pavilhão dos suspeitos possuía uma área construída de 80,60 m², era composto por um consultório médico, dois quartos com duas camas em cada, refeitório e instalações sanitárias.

A partir da implantação da Colônia de Itanhenga, quando uma pessoa era suspeita de estar com lepra, existia a prerrogativa de isolar o doente, para no decorrer do tempo, verificar a veracidade ou a negação dos sintomas observados. Como isso se dava?

O médico, nos casos de suspeita, envia o doente para colônia. Será obrigado assim a proceder. Para lá encaminhado, o mesmo é internado no “Pavilhão dos Suspeitos” onde fica sob rigorosa observação clínica, até que se patenteie ou não a doença. No caso de ser verificado que o suspeito não está leproso, é o mesmo devolvido à circulação. Em caso contrário, plenamente justificadas as razões que para ali o levaram, o suspeito será internado em caráter efetivo, passando antes pelo pavilhão de expurgo cuja finalidade é preparar o doente, suspeito ou enviado diretamente para a Colônia, a entrar no contato com os que serão seus companheiros futuros (DM, 1937, p. 9).

A Foto 16 apresenta a estrutura do pavilhão dos suspeitos em 2015, quando ainda estava de pé, com suas janelas e portas bem grandes, a cobertura já não existia mais, a construção foi invadida pelo mato e árvores de pequeno porte.

No ano de 2016, o presidente da Sociedade Eunice Weaver mandou demolir a estrutura do pavilhão (Foto 17) em virtude do uso do espaço por usuários de drogas e andarilhos.

Foto 16 – Prédio de Observação dos Suspeitos - 2015



Fonte: Pereira (2015).

Foto 17 – Pavilhão de Observação dos Suspeitos demolido em 2016



Fonte: Pereira (2016).

Pavilhão de expurgo

Os doentes que chegavam à colônia tinham que passar pelo pavilhão de expurgo, onde eram lavados, desinfetados, expurgados de ectoparasitas, cortavam-lhes os cabelos e a barba e mudavam suas roupas. Assim se referia o jornal da época sobre este prédio:

O pavilhão de expurgo é mais um preparatório higiênico. O internado nele é forçado a tomar rigoroso banho, e lhe são cortados os cabelos e a barba, as unhas, etc., afim de que não vá, no caso de possuir parasitas comuns, distribuí-los no pavilhão onde vai morar (DM, 1937, p. 10).

Escola

A escola que se localizava dentro do leprosário era destinada às crianças que também sofriam da enfermidade e residiam com seus pais dentro da Colônia (Foto 18). Atendia também a meninos e meninas que eram internados sem seus familiares e ocupavam os pavilhões destinados à sua faixa etária. Quanto ao funcionamento da escola,

estará a cargo de uma professora infetada ou de pessoa que possa administrar as crianças contagiantes e internadas, o curso primário. A direção da Colônia de Itanhenga resolve, dessa maneira, o problema da instrução dos menores, que não podia ser esquecido. Cogita-se, além disso, de classes para adultos que desejem aprender a ler e escrever. A escola completamente pronta e entregue a pessoa capaz, cooperará para amenizar, dando-lhes alguns conhecimentos, a dor daqueles que desconhecem o mundo que se esconde atrás das letras do alfabeto (DM, 1937, p. 10-11).

Foto 18 – Em A, a Escola e seus alunos e em B, professores no período da internação compulsória (1937-1979)



Fonte: Família das Pedras Preciosas (2018).

As fotos são registros únicos que cristalizam um momento da história. Ao entregar as fotos guardadas há tantos anos, a narradora relembra o nome das colegas de escola, da professora e o respeito que se tinha para com eles. Na Foto 18 em A, algumas crianças estão descalças e sem uniforme, e em B, as crianças estão calçadas e uniformizadas, tudo foi devidamente organizado para registrar este momento.

Atualmente o prédio da escola está fechado (Foto 19), o mato cresce ao seu redor, mas a estrutura é a mesma, o piso os janelões azuis, o telhado colonial, uma varanda ao redor. A rampa de acesso é posterior ao período da instalação e se sobrepõe à escada que aparece na Foto 18 em A.

Foto 19 – Escola dentro da Colônia 2018



Fonte: Pavani (2018).

Prefeitura de Itanhenga

A prefeitura ocupava 64 m², era composta, por duas grandes salas e escritórios que só tinham entrada pela zona de contagio. Como todo núcleo de cidadãos, a Colônia

de Itanhenga seria governada por um dos leprosos eleito prefeito, como relata o Diário da Manhã:

A escolha será feita pelos próprios segregados, devendo recair sobre um dos seus. A este caberá a fiscalização da Colônia. Será – si excluirmos os membros da administração – a maior autoridade da Colônia. Também para a Prefeitura de Itanhenga coube um prédio que será entregue ao prefeito, logo que, inaugurado e, para lá conduzidos os leprosos, seja ele escolhido (DM, 1937, p. 11).

A administração da Colônia estava a cargo dos doentes selecionados para prefeito e delegado. A Foto 20 apresenta algumas das lideranças da época.

Foto 20 – Lideranças entre os leprosos internos da Colônia de Itanhenga, da esquerda para direita temos: o delegado (Joaquim Soares), o prefeito (José Mariano), o interno (Pedro Marcondes), o padre (Mathias) e o interno (Joaquim Zac).



Fonte: Arquivos das famílias Flores.

Farmácia e laboratório

A farmácia era muito bem equipada, contava com 50m² de armários envidraçados para armazenar os medicamentos, algodão e gazes. O laboratório continha todos os aparelhos indispensáveis aos exames de rotina, tais como: um microscópio Zeiss binocular, centrífugo aéreo, forno Pasteur, autoclave, estufas, destilador e balanças de precisão.

Entre a farmácia e o laboratório havia uma grande sala cimentada, de espera, que tinha nos fundos dois banheiros com chuveiros e lavatórios para uso dos funcionários que trabalhavam nesses dois departamentos tão importantes para o leprosário (SOUZA-ARAÚJO, 1937).

A boa impressão quanto às dependências da farmácia e do laboratório foram publicadas no Jornal Diário da Manhã:

A farmácia e o laboratório da Colônia podem ser, sem favor, comparados aos melhores congêneres de Vitória. Aparelhamento escolhido, material selecionado com cuidado, instrumental distinguido pela qualidade insofismável, enchem as prateleiras dos armários e as mesas ladrilhadas e de mármore das salas consagradas à farmácia e ao laboratório de Itanhenga (DM, 1937, p. 11-12).

Apesar de não estarem mais em funcionamento, as instalações da farmácia e do laboratório estão em perfeitas condições, conforme apresenta a Foto 21.

Foto 21 – Farmácia e laboratório - 2018



Fonte: Pavani (2018).

Pavilhão para leprosos solteiros

A Avenida Central da Colônia tem 22 metros de largura por 500 metros de comprimento, se estendendo até o porto de Cariacica. Faz fronteira com o portão de entrada e tem no seu começo um marco comemorativo da inauguração do leprosário (Foto 22). A avenida foi arborizada em 1937 e do lado direito foi cercada com uma tela de arame para separar as mulheres dos homens. De cada lado da avenida existem 5 pavilhões tipo “Carville”, ligeiramente modificado, e separados uns dos outros por um espaço de 10 metros de terreno (SOUZA-ARAÚJO, 1937).

Foto 22 – Vista da Avenida Central com 5 pavilhões de casa lado - 2012



Fonte: Pavani (2012).

As frondosas árvores plantadas em 1937 continuam imponentes na parte central da principal avenida do atual bairro Pedro Fontes. A tela que separava as mulheres dos homens deixou de existir, muito antes de 1979. O marco inaugural, com suas duas placas de bronze (Foto 23).

Foto 23: Em A, a frente e em B, o verso do marco inaugural da Colônia de Itanhenga - 2018



Fonte: Pavani (2018).

Referentes às duas etapas de construção dos edifícios, o marco inaugural apresenta as seguintes informações:

Frente:

Colônia de Itanhenga
 Construída por iniciativa do Serviço de Prophylaxia pelo Governo do Estado com a cooperação do Governo Federal. Sendo:
 Presidente da República – Dr. Getúlio Dornellas Vargas
 Ministro da Educação e Saúde Pública – Dr. Gustavo Capanema
 Governador do Estado – Capitão João Punaro Bley
 Secretário da Educação e Saúde Pública – Dr. Arnulpho Mattos
 Secretário da Agricultura – Dr. Carlos M. Lindemberg
 Diretor do Departamento Nacional de Saúde – Dr. João de Barros Barreto
 Chefe do Serviço de Prophylaxia – Dr. Pedro Fontes
 Engenheiro da Construção – Dr. Manoel dos Passos Barros
 1937

Verso:

Colônia de Itanhenga.
 Construída pelo Governo do Estado em cooperação com o Governo Federal.
 Inaugurado o 1º grupo de construções (13 prédios). Em 22 de maio de 1935.
 Inaugurado o 2º grupo de construções (52 prédios). Em 11 de abril de 1937.
 Quando foi instalada.

Cada um dos dez pavilhões tipo “Carville” possui uma varanda na frente e outra nos fundos de 2 metros de largura por 6 de metros de comprimento e um corredor

longitudinal de 1,60 metro de largura com piso e paredes impermeabilizados, possui ainda 2 claraboias e 3 plafoniers de iluminação elétrica. De cada lado desse corredor existem 5 quartos de 3x4 metros. Nove deles destinavam-se a 2 pacientes cada e o último compartimento da direita foi subdividido em 5 partes onde estavam instalados 2 vasos, mictórios (bidê para as mulheres) 1 chuveiro e 1 banheiro de imersão com aquecedores elétricos automáticos (SOUZA-ARAÚJO, 1937). Os pavilhões são descritos com riqueza de detalhes pelo jornal Diário da Manhã:

Na ala principal da Colônia, duas filas, de cinco prédios iguais em cada uma, se alinham. O conjunto atrai a vista, agrada. São os pavilhões, tipo “Carville”, destinados para habitações dos leprosos validos, solteiros, de ambos os sexos. Em uma ala ficarão os homens. Na outra, as mulheres. Esses pavilhões fogem ao que costumam ser comumente esses alojamentos. Ao penetrarmos em um deles, não é fila de camas que se nos apresenta aos olhos. Ao contrário. Um corredor divide duas séries de quartos espaçosos e arejados. Em cada quarto ficarão duas pessoas. As camas, dispostas, assim o indicam. Um guarda roupa para cada quarto facilitará aos internos lugar para guardarem o que lhes pertencer. Instalações sanitárias as mais modernas, confortáveis, limpas, escarradeiras de pedal, bebedouros higiênicos, completam a comodidade desses pavilhões. Nada neles, não é demais repetir, lembra um hospital. Lembra, ao contrário, quartos particulares, cuidados e limpos (DM, 1937, p. 12-13).

Souza-Araújo (1937) complementa a descrição com as seguintes informações: cada quarto tinha 2 camas, 2 armários-roupes, 1 mesa de cabeceira que era iluminada por uma lâmpada pendente e tem uma janela com vidraça e veneziana. O total de leitos nos 10 pavilhões era de 180.

Residências para leprosos casados

Depois do pavilhão de Cultura existe uma fila com 8 casas geminadas, construídas para abrigar os leprosos casados e suas famílias,

essas residências são divididas em duas categorias: para famílias pequenas e maiores; foram construídas segundo projetos fornecidos pelos departamentos que cuidam do assunto nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Os prédios menores têm um quarto, uma sala, pequena varanda, cozinha e instalações sanitárias. As outras, maior número de quartos, com aumento de proporções nos outros cômodos. Uma família se alojará perfeitamente, sem dificuldades e com todo o conforto, nessas residências, comuns nos leprosários de Carampatí e Itapamarí. As casas menores são destinadas as famílias que se formaram recentemente ou que venham a formar, futuramente na Colônia. As outras, para as famílias de

infeccionados, que possuem maior número de membros (DM, 1937, p. 13-14).

As primeiras casas foram adaptadas para dormitórios: um para os meninos e outro para as meninas. Cada casa continha uma sala com 8 camas, intermeadas com armários-roupieiros, com 1 quarto para a guardiã e outro com instalações sanitárias. Esses edifícios possuíam porão habitável, reservado para jogos infantis (SOUZA-ARAÚJO, 1937). O Jornal Diário da Manhã (1937) exalta os cuidados com a prole infectada pela lepra da seguinte forma:

essas crianças que nasceram infelizes contraindo, ainda menores, o mal de Hansen, não foram esquecidas pela administração. Elas poderão continuar sob a direção dos seus pais. Apenas, as de menos de dez anos, dormirão em salões separados. Duas salas espaçosas, tão ventiladas quanto possível, foram consagradas a esses dormitórios, num total de 16 camas. Ficarão a cargo de pessoa que delas cuide. Armários de roupas para dois, repartidos ao meio, lhes servirão de depósito do que possuírem. As instalações higiênicas são adequadas ao tamanho médio dos menores de 10 anos, havendo recebido as atenções necessárias a sua escolha (DM, 1937, p. 14).

As casas geminadas eram destinadas aos casais que foram internados enquanto infectados ou contraíram matrimônio no interior da Colônia (Foto 24). Estas casas foram ampliadas pelo governo do Estado de modo a ter mais um quarto e área de serviço nos fundos.

A copa-cozinha e o banheiro tinham chão ladrilhado e paredes impermeabilizadas com cimento branco, liso, de excelente aspecto (SOUZA-ARAÚJO, 1937).

Vilaça (2016) também descreve que as casas

eram caiadas, com janelas e portas azuis. As plantas das construções normalmente se resumiam a sala e dois quartos, mais instalações sanitárias. As entradas eram equipadas com uma pequena varanda, de maneira a caracterizar um modelo de morada bastante disseminado nas cidades do interior capixaba. A rua principal do leprosário era bem extensa, com cerca de meio quilômetro de extensão e mais de vinte metros de largura. Uma das curiosidades do arruamento era a separação entre a rua dos casados e a rua dos solteiros. As casinhas dos internos se alinhavam em ruas urbanizadas condignamente. A infraestrutura para a profilaxia da lepra, ou seja, para a segregação e mitigação do sofrimento dos portadores da enfermidade não deixava a desejar (VILAÇA, 2016, p. 586).

Foto 24 – Casas Geminadas - 2018



Fonte: Pavani (2018).

Muitas das casas receberam cores variadas, muros e grades, mas, em essência, a estrutura física é a mesma e os moradores são ex-internos ou descendentes. As pessoas que residem no bairro Pedro Fontes não pagam tarifas de água, energia e imposto (IPTU).

Refeitório e cozinha

Atravessando o portãozinho vai e vem que dá para o leprosário propriamente dito, tinha-se à direita, o pavilhão refeitório, com varanda em dois lados e uma antessala com dois bebedouros automáticos, com filtros, e dois longos lavatórios com 7 torneiras cada. No salão do refeitório geral havia 30 mesas para 200 enfermos (Foto 25). Este salão tinha a sua própria copa, com porta pratos com 12 divisões e 3 espaços; grande pia com água superaquecida para lavar os pratos, mais duas pias com água quente e fria. Esta copa se comunicava com a copa limpa por meio de um guichê (SOUZA-ARAÚJO, 1937).

Foto 25 – Vista do refeitório - 1937



Fonte: Souza-Araújo (1937).

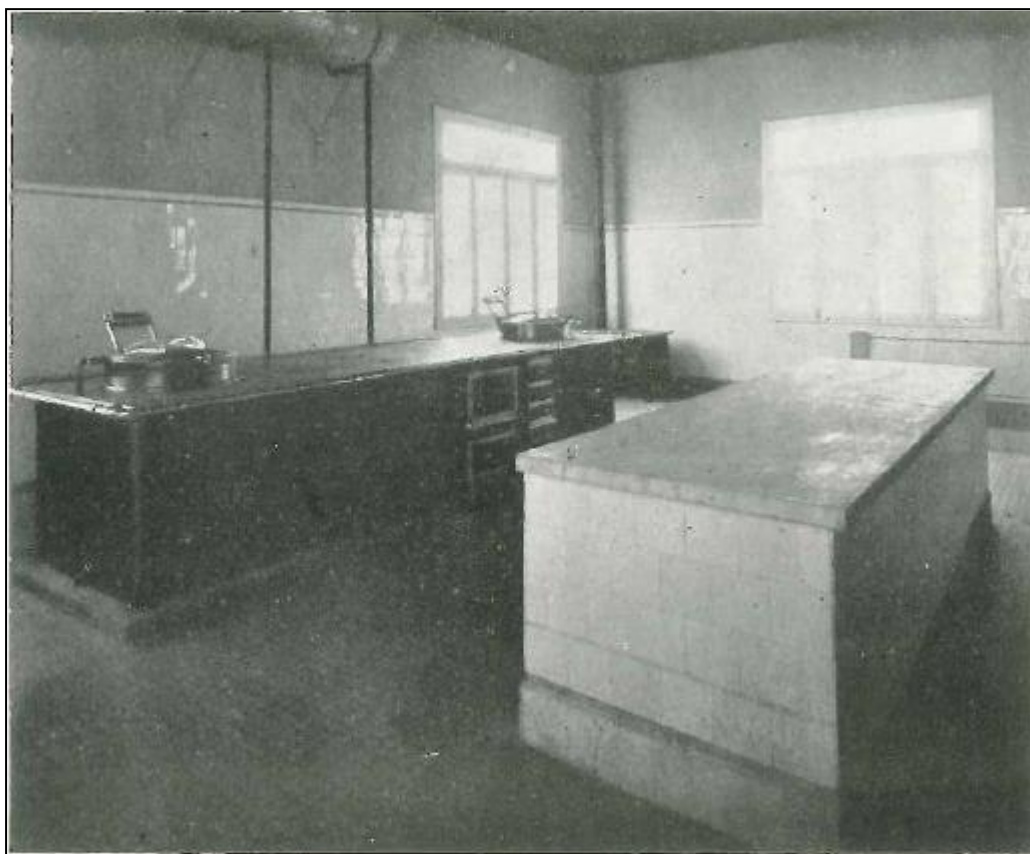
As áreas construídas do refeitório, da cozinha e do almoxarifado (dispensa) somavam 333 m², onde funcionava um fogão Bertha (Foto 26) com capacidade para cozinhar para cerca de 400 pessoas, um fogão menor para dieta, mesa central, lavatório para louça contornado de madeira para evitar quedas e perdas, pia para lavar legumes e pia para lavar panelas. A cozinha tinha ao lado uma ampla copa limpa. Esta copa limpa se comunicava com a copa dos doentes (chamada de copa suja) por meio de um guichê, sobre um balcão de pedra de mármore, por onde passavam os recipientes da copa limpa para a copa dos doentes, de modo que nunca os empregados doentes do refeitório tocavam nos utensílios da cozinha (SOUZA-ARAÚJO, 1937). Nas residências dos leprosos casados havia cozinhas e somente os solteiros, inválidos e crianças se alimentavam no refeitório, as mesas eram para pequenos grupos (Foto 25). A área era bastante ampla e o prédio cercado por duas grandes varandas, que permitiam a entrada de luz em abundância (DM, 1937).

No refeitório existiam

vinte mesas de seis cadeiras cada uma, distribuídas pelo vasto compartimento, proporcionando aos internos, como os quartos a que nos referimos atrás, um ambiente de lar. O refeitório está ligado à copa, separado, no entanto, da cozinha, que é considerado território livre, posto que o cozinheiro não faz parte dos internos. O cozinheiro não trata com os leprosos, uma vez que não é doente, evitando-se assim o contágio. Os pratos são entregues aos pensionistas da Colônia através de um guichê.

Findas as refeições, os próprios leprosos, ou turmas para isso designadas por meio de revezamento, lavarão os pratos e utensílios de que se serviram (DM, 1937, p. 14-16).

Foto 26 – Fogão Bertha na cozinha da Colônia



Fonte: SOUZA-ARAÚJO (1942).

O jornal Diário da Manhã descreve a cozinha da Colônia como um prodígio de limpeza e tamanho, nela havia um

enorme fogão “Berta”, de fabricação gaúcha, que atravessa a sala de lado a lado; dois grandes caldeirões embutidos, um de cada lado do fogão, são destinados ao preparo de sopa e de feijão, elementos primordiais das refeições dos segregados; pias e mesas de acordo com o tamanho do resto do material e do número de hóspedes da Colônia completam o conjunto (DM, 1937, p. 14-16).

A cozinha e o refeitório ocupavam o pavimento superior, no pavimento de baixo ficava

localizado o almoxarifado de gêneros e mantimentos culinários, vasilhame, etc., estritamente limpo e bem arrumado. Grande número de torneiras, distribuídas ao longo das grandes pias, à entrada do refeitório, facilita aos

leprosos a lavagem das mãos antes das refeições. Bebedouros higiênicos lhes oferecem a água de que necessitam para beber (DM, 1937, p. 14-16).

Neste almoxarifado, à esquerda eram depositados cereais e, à direita, situava-se uma dispensa que era abastecida quinzenalmente, ao centro, nos fundos do saguão existia um depósito de lenha e instalações sanitárias com chuveiros para o pessoal que trabalhava na cozinha. Todos os funcionários que trabalhavam na cozinha eram sadios (SOUZA-ARAÚJO, 1937).

Lavanderia

A lavanderia foi instalada em um edifício de 17,5 por 9,5 metros, com caldeira a vapor, estufa entre o quarto de roupa suja e a sala de lavagem, secagem e passagem a ferro das roupas de corpo e de cama dos doentes. Existiam máquinas lavadoras, secadoras centrifugas e passadeira elétrica. Neste edifício foram instaladas a rouparia e a sala de costura. Atrás dela existiam 3 tanques para lavagem de roupa que não precisasse ser esterilizada na estufa, os quais ficavam à disposição dos doentes (SOUZA-ARAÚJO, 1937). O jornal Diário da Manhã referiu-se ao material da lavanderia da seguinte maneira:

Tanque espaçoso, máquina de ferver roupa, batedeira e uma máquina de passar roupas, acionadas por eletricidade ou gasolina, de tipo o mais aperfeiçoado, completam essa dependência, numa verdadeira afirmação do poder da máquina (DM, 1937, p. 16).

Pavilhões para leprosos inválidos

Nem todos os leprosos que foram internados na Colônia de Itanhenga tinham condições físicas para cuidarem de si mesmos, as deformidades que atingiam as extremidades (mãos e pés) bem como a face, impossibilitavam alguns internos de terem residência própria, dessa forma, “muitos dos que para aquele isolamento foram, devido ao desenvolvimento acentuado da moléstia, ficaram sujeitos ao suplício do leito. Para esses, a direção da Colônia dedicou um pavilhão separado. É o pavilhão dos leprosos inválidos” (DM, 1937, p. 17).

Pavilhão para leprosos enfermos de outras moléstias

O pavilhão para doenças intercorrentes possuía 1 sala ampla, 2 quartos com 2 ou 3 camas, com instalações sanitárias completas (SOUZA-ARAÚJO, 1937). No intuito de cuidar dos isolados na Colônia, que adoeciam de qualquer doença contagiante ou não, e dar um pouco mais de conforto, impedindo que os demais internos os perturbassem, assim que eram constatados motivos justos, o doente era remanejado para um pavilhão separado. Essa medida visava evitar o contágio, assim como

oferecer mais conforto ao acamado. A enfermaria para os leprosos enfermos tem capacidade para doze pessoas. Um corredor divide a sala de um extremo ao outro, separando os doentes em grupos de dois, tornando mais fácil a colocação de um biombo ou similar que isole cada enfermo dos companheiros doentes. Um enfermeiro ou enfermeira, tomará conta da enfermaria, prodigalizando aos que precisarem, os cuidados de que dispuser a Colônia (DM, 1937, p. 17-18).

Pavilhão para leprosos tuberculosos

Assim como a lepra, a tuberculose era considerada uma doença altamente contagiosa e sem cura nas décadas de 1920/1930, por isso a segregação dos doentes foi realizada primeiro na Ilha da Pólvora e posteriormente na Colônia de Itanhenga. Neste segundo caso,

o pavilhão destinado aos leprosos atacados de fraqueza pulmonar foi construído a uma certa distância do restante dos edifícios. Esse afastamento isolará o tuberculoso do são, na medida do possível sem impedi-lo, no entanto, absolutamente, da convivência dos outros. Nesse pavilhão ele receberá o tratamento aconselhável (DM, 1937, p. 18).

Delegacia de polícia

A Delegacia Policial se localizada em uma área construída de 56 m² distribuídos em: 1 sala, 1 escritório, 1 quarto e 1 quarto com instalações sanitárias. A casa da Ronda (quartel) era composta por 1 sala de 3 por 5 metros, 2 dormitórios amplos, 1 sala-escritório e instalações sanitárias no porão (SOUZA-ARAÚJO, 1937). O delegado de polícia era escolhido pelos internados e a essa autoridade não caberia a função de

arbitrar penas. Essa tarefa ficava a cargo do administrador do leprosário. O que cabia ao delegado era:

a escalação dos isolados validos para fazerem o policiamento da Colônia e o serviço de vigilância e boa ordem disciplinar. A administração evitará, tanto quanto possível, interferir na orientação seguida pelo leproso que for escolhido para delegado de polícia (DM, 1937, p. 19).

Manicômio

O último edifício da rua principal era o pavilhão manicômio-cadeia que se destinava a leprosos dementes e leprosos criminosos. Estava dividido em dois corpos laterais cada um com 3 quartos independentes com banheiros para os loucos, tendo em anexo um banheiro quente e 1 quarto e banheiro para os prisioneiros. Cada corpo lateral era destinado a um sexo. Cada quarto se comunicava com o corredor por meio de uma porta com grade de ferro. Uma segunda porta com grade de ferro separava cada corredor lateral do corpo central do edifício onde estava instalada a residência do casal de guardiões (SOUZA-ARAÚJO, 1937). No Jornal, as celas do hospício eram assim descritas:

em número de seis, construídas com todo o cuidado necessário afim de frustrar possíveis tentativas de suicídio e outros acidentes, serão internados os leprosos loucos que, por serem furiosos ou violentos não possam ser deixados livres. Em duas outras celas, com três camas cada uma, serão detidos os leprosos, que incorrerem nas faltas previstas pelo regulamento da Colônia. Nos casos mais graves, de fuga ou outros, o fugitivo será admoestado convenientemente, para que não reincida. Um casal de leprosos, que residirá no próprio edifício manicômio, caberá a fiscalização, limpeza e ordem dos cubículos e seus ocupantes (DM, 1937, p. 19-20).

Pavilhão de diversões

O pavilhão de diversões é cercado de varandas de 2 metros de largura em 3 lados, cada uma continha bebedouros-filtros e escarradeiras. O salão principal mede 13 x 15 metros e tem 5 portas de 4 folhas, 6 janelas de 3 folhas e 2 de 1 folha. Nos fundos ficavam o bar, o restaurante com janelas para a praça, 2 banheiros e a cozinha. No salão principal havia um aparelho de rádio (SOUZA-ARAÚJO, 1937). Com 336 m² de área construída

é um dos maiores pavilhões da Colônia de Itanhenga, esse que será consagrado às diversões dos isolados. Uma vasta sala, completamente cercada de janelas, encerada, de um acabamento magnífico de tacos de madeira, servirá para salão de recepção, sala de jogos, de cinema, de rádio, etc. É nesse prédio que se fez a inauguração da Colônia. Já se acham neles instalados os bilhares, jogos de ping-pong e outros de salão. Afastadas as cadeiras, esse compartimento poderá ser transformado, sem esforço, em um excelente salão de dança. O material para divertimento dos leprosos foi fornecido pelo Serviço Nacional de Lepra de Vitória. Anexo a sala de diversões encontra-se um restaurante, entregue a um leproso, onde poderão fazer suas refeições os internados que dispuserem de recursos e não desejarem ir ao refeitório comum (DM, 1937, p. 20-21).

Biblioteca

O pavilhão de cultura tem varandas na frente e ao lado, na época, contava com bebedouro filtro e escarradeira, 1 salão de leitura com 7 janelas de 3 folhas, de veneziana e vidraça, provido de móveis confortáveis, mesa para revistas e 3 armários envidraçados para livros. Nos fundos estão os banheiros. “Este edifício tem porão habitável que serve para reunião dos clubes e para jogos inocentes” (SOUZA-ARAÚJO, 1937, p. 49).

Oficinas

Os 3 pavilhões oficinas possuíam salas destinadas a operários de ambos os sexos. De frente para as oficinas fica o campo de futebol, jogo preferido pelos leprosos (SOUZA-ARAÚJO, 1937). Segundo consta no Diário da Manhã, no ato da inauguração

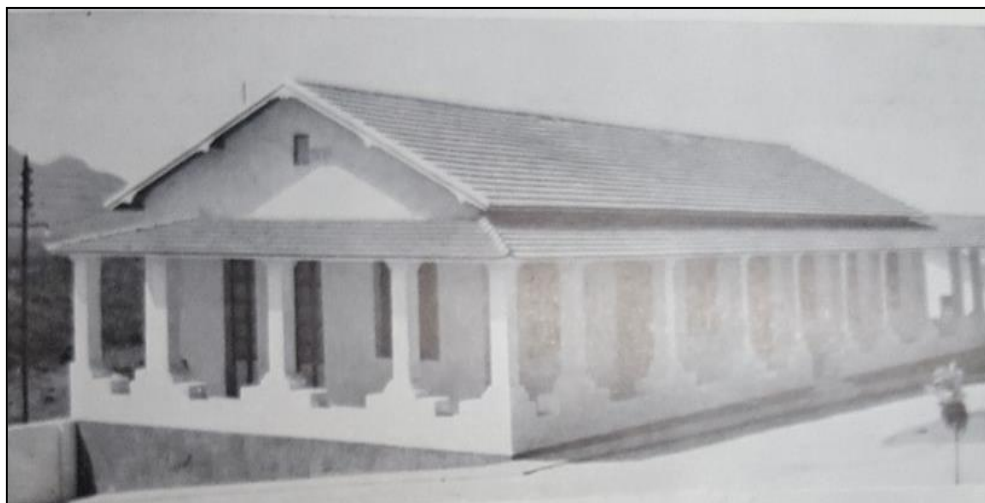
ainda não estavam bem delineadas, no entanto, quais seriam as profissões escolhidas. Somente depois da inauguração, instalados os leprosos, se poderá resolver a esse respeito, consultando as habilitações de cada um. É possível que os leprosos venham a suprir com as suas atividades respectivas, as próprias necessidades de roupa, calçado, etc. Será essa atividade desenvolvida, uma fonte de renda para os que trabalharem, e um emprego do tempo diário. Pode-se acreditar que, dentro de pouco tempo, Itanhenga terá, no seu próprio reduto, os seus marceneiros, alfaiates, sapateiros, etc. (DM, 1937, p. 21-22).

Pavilhão de clínica

À esquerda do portão principal fica o pavilhão das clínicas (Foto 27), elegante edifício com varanda de 3 lados, de 2 metros de largura, tem duas salas de espera,

cada uma para 20 doentes. Dando para a varanda da frente do edifício ficavam o gabinete dentário e os 4 consultórios médicos. Pela entrada lateral direita os doentes chegavam às suas instalações sanitárias e à sala de coleta de material. Pela entrada lateral esquerda os doentes chegavam à câmara escura do oculista e à sala de operação e saleta de anestesia (SOUZA-ARAÚJO, 1937).

Foto 27 – Prédio da Policlínica em 1940

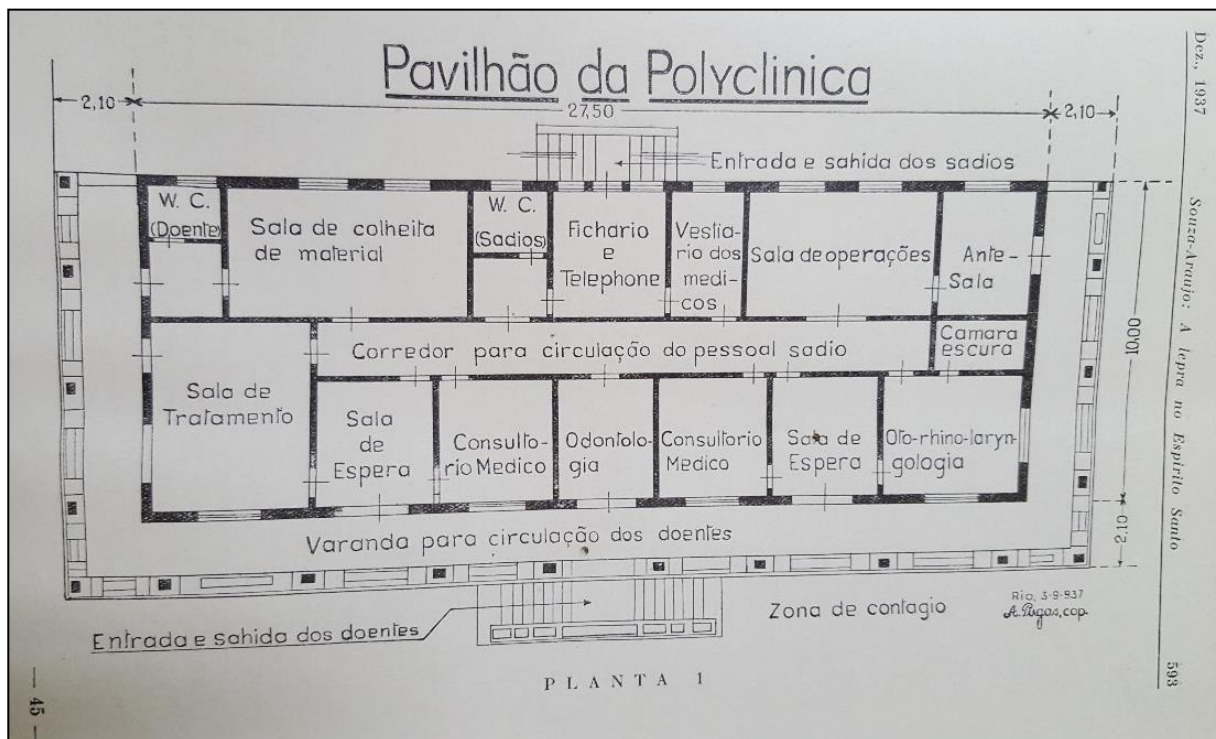


Fonte: Souza-Araújo (1942).

No edifício da policlínica, representado na planta da Imagem 8, o movimento dos doentes se dava exclusivamente pelas varandas, enquanto que o movimento dos médicos e demais auxiliares sadios se fazia pela sua entrada independente e pelo corredor interno. À direita da entrada dos médicos ficava o telefone e o fichero dos doentes e à esquerda o vestiário.

No pavilhão havia instalações sanitárias com chuveiro para os médicos. Como anexos do Pavilhão da Policlínica existiam dois pavilhões enfermarias, um para cada sexo. O destinado aos homens ficava em frente ao posto e o das mulheres em frente à farmácia. Cada um desses pavilhões estava dividido em 4 pequenas enfermarias de 4 camas, 1 sala de curativos e injeções, 1 quarto sanitário com 1 filtro de parede, 1 lavatório, 1 mictório (no das mulheres o mictório é substituído por bidê), 2 WCs, 1 banheiro de imersão e 1 chuveiro, ambos com aquecedores elétricos. O total de leitos desses pavilhões variava entre 32 e 40, correspondendo a 10% do total da lotação da Colônia. Para as complicações da infecção leprótica, que levavam o doente à hospitalização, bastavam esses 10% (SOUZA-ARAÚJO, 1937).

Imagem 8 – Planta do Pavilhão da Policlínica



Fonte: Souza-Araújo (1942).

Conforme apresentado na planta, a descrição do jornal Diário da Manhã faz referência aos consultórios médicos e odontológicos que estavam à disposição dos médicos para prestar o melhor atendimento possível aos internos.

Todos os quesitos de higiene foram olhados na construção e aparelhagem desse magnífico serviço de clínica. Seis consultórios médicos completamente aparelhados, uma sala de esterilização, uma sala de operações com os mais modernos requisitos, uma sala de otorrinolaringologia, com a devida câmara escura e um gabinete dentário fornecem aos internados do Leprosário de Itanhenga, os cuidados precisos no tratamento das suas doenças (DM, 1937, p. 23).

Ressaltando a importância do aparelhamento clínico da Colônia de Itanhenga para a questão da higiene e da saúde pública em todas as cidades do Espírito Santo o Jornal Diário da Manhã destaca que

o pavilhão de Clínica é um dos que não podem ser incluídos, nem como pertence exclusivo da zona intermediária nem como propriedade da zona infectada. Faz parte de ambas. Só o idealismo do médico pode fazer esquecer, no tratamento constante dos isolados no Leprosário, o temor da horrível doença. No pavilhão clínico, o facultativo terá que examinar, colher material para exames, receitar, procurar a cura do paciente. E esses pacientes serão leprosos (DM, 1937, p. 22).

Atualmente o prédio da policlínica (Foto 28) foi reformado e está pronto para receber os pacientes/internos com transtornos mentais do antigo Hospital Adalto Botelho, atual Hospital Estadual de Atenção Clínica (Heac) também localizado em Cariacica e alguns pacientes/internos de mesma condição provenientes de Minas Gerais.

Foto 28 – Prédio da Policlínica em 2018



Fonte: Pavani (2018).

Campos de esportes

Os campos de esportes estavam localizados em frente das oficinas e atrás do pavilhão de diversões. Ofertavam aos internos a possibilidade de praticar esportes como futebol, voleibol e basquetebol.

Além dos “jogadores” (Foto 29), as mulheres e crianças compunham uma animada torcida organizada para acompanhar os jogos do Ypiranga Futebol Clube, um dos times da Colônia de Itanhenga. De acordo com a narradora Diamante, que pertence a uma das famílias que participaram da pesquisa, seu marido era jogador de futebol

e ele tinha muitas medalhas, pois eram realizados campeonatos entre os times das Colônias.

Fotos 29 – Em A, time e em B, mulheres e crianças na torcida organizada do Ypiranga Futebol Clube



Fonte: Arquivos da família das Flores.

Atualmente o campo de futebol (Foto 30) recebe jogos de diversos times de bairros vizinhos. Ao seu redor funcionam os vestiários e um bar.

Foto 30 – Campo de Futebol do Bairro Pedro Fontes - 2018



Fonte: Pavani (2018).

Banheiros coletivos

Com uma área construída de 27,20 m², os banheiros coletivos eram utilizados pelos trabalhadores que vinham da agricultura e das oficinas e também os jogadores do campo de futebol. Esta casa era composta por 3 banheiros completos (SOUZA-ARAÚJO, 1937).

Casas para funcionários leprosos

As três casas para funcionários leprosos somavam uma área construída de 115,20 m² e destinavam-se ao prefeito, ao delegado e a professora, muito em face do trabalho que desenvolveriam dentro da Colônia, como salienta o jornal Diário da Manhã:

Dadas as condições em que vão viver e as atividades que vão desenvolver alguns leprosos, a direção da Colônia de Itanhenga providenciou a construção de habitações destinadas à professora, ao prefeito e ao delegado. Casas com formato de bangalôs, como as destinadas aos leprosos com família, essas residências corresponderão, em parte, ao esforço que esses funcionários desenvolverem (DM, 1937, p. 24).

Igreja

A Capela São Francisco de Assis (Foto 31) é um templo pequeno com 112 m² de área construída e ficou muito afastado do centro da Colônia. Atrás dela fica o cemitério (SOUZA-ARAÚJO, 1937). Os internos da Colônia de Itanhenga, de acordo com a reportagem do jornal Diário da Manhã, de 1937, eram

quase todos, da religião católica. Já está, bonita na sua singeleza, a desenhar-se ao longe, a igrejinha dos segregados. A religião, para eles mais que para quaisquer outras pessoas, será um conforto. No seu altar, a imagem de São Francisco de Assis, oferecida pela Sociedade Protetora dos Lázaros, lança olhares de perdão e conforto aos seus crentes. O celebrante da missa não está sujeito ao contato com os leprosos. A mesa de comunhão, de pedra, separa o padre dos assistentes. O padre não é obrigado, para chegar a igreja, a passar pela zona dos lázaros. Poderá ir à Itanhenga, por mar, desembarcando no porto para isso preparado (DM, 1937, p. 24-25).

Foto 31 – Capela São Francisco de Assis no interior da Colônia de Itanhenga



Fonte: Souza-Araújo (1942).

A Capela São Francisco de Assis apresentada na Foto 31 era realmente muito singela, de estrutura simples, mas aconchegante. Possui três degraus na porta dianteira de acesso à igreja. A porta era frondoza e chamava atenção pelo seu tamanho imponente, na Foto 32 onde aparecem concentrados os internos da Colônia, juntamente com Padre Mathias, dá para ter uma noção deste tamanho. Nesta Capela eram celebrados os casamentos coletivos entre os internos da Colônia (Foto 33), isso porque, como afirmam Franco e Silva (2018):

os pacientes internos também refizeram seus laços afetivos, muitos deles ali trilharam um caminho traçado por si mesmo. Ao longo da permanência no leprosário, conheceram pessoas, construíram amizade, se casaram, tiveram filhos, construíram um patrimônio (FRANCO; SILVA, 2018, p.74).

Apesar da existência do porto para o acesso do Padre à igreja sem ter que passar pela zona de contágio, o Padre Mathias³³ era uma pessoa singular e vivia harmoniosamente entre os leprosos, sem infringir-lhes mais estigma e segregação do que a própria enfermidade lhes impunha.

³³ Para saber mais sobre o Padre Mathias consultar Makinf of nº. 4.

Foto 32 – Padre Mathias em frente à Igreja com os internos da Colônia



Fonte: Arquivos da famílias das Flores.

Foto 33 – Casamento coletivo no interior da Colônia de Itanhenga



Fonte: Arquivos da família das Flores que narraram suas histórias de vida nesta pesquisa.

O casamento entre os enfermos era permitido e realizado pelo Padre na Igreja São Francisco de Assis, na própria Colônia. Cada família constituída recebia uma casa para morar, segundo Vilaça (2016).

Atualmente a Capela São Francisco de Assis (Foto 34) encontra-se abandonada, faltando telhas, parte do forro e peças das portas e janelas, seu interior está vazio, a única peça que permanece é a bancada de mármore que separa o altar do saguão da igreja. A pintura praticamente desapareceu, mas os três degraus de acesso a sua entrada permanecem.

Foto 34 – Capela de São Francisco de Assis em 2018



Fonte: Pavani (2018).

A distância da Capela São Francisco de Assis à parte central da Colônia inviabilizava a participação de muitos internos afligidos pela forma mais grave da doença nas ações religiosas promovidas na mesma. Para resolver tal situação foi construída uma capela, com o mesmo nome, no centro da colônia (em frente ao marco inaugural), conforme apresenta a Foto 35.

Foto 35 – Igreja São Francisco de Assis - 2018



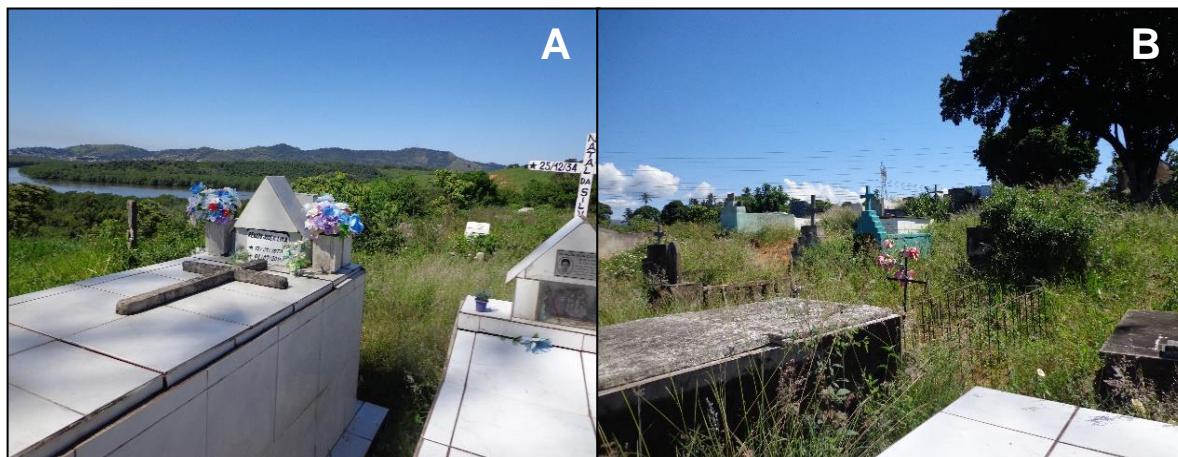
Fonte: Pavani (2018).

Cemitério

Logo atrás da igreja, localiza-se o cemitério da ex-Colônia de Itanhenga (Foto 36). “Cercado, com uma cruz ao centro, todo um ambiente de paz se estende no seu interior. Fica oculto às vistas dos leprosos, afim de que a visão da morte não lhes venha a perturbar o sentido da vida, já por si tão infeliz” (DM, 1937, p. 25).

Atualmente a área encontra-se com muito mato, sem vigilância e cuidado algum. Algumas sepulturas foram transferidas do Cemitério de Cariacica para o de Itanhenga em virtude das fortes chuvas de 2017 que destruíram parte deste cemitério.

Foto 36 – Em A e B, Cemitério da Ex-Colônia de Itanhenga



Fonte: Pavani (2018).

Forno crematório

Outra preocupação acerca das formas de contágio da lepra era com os resíduos produzidos no interior da Colônia. A fim de resolver esse problema do lixo na Colônia “foi construído um forno crematório. Com alta capacidade de resistência ao calor, grelhas e portas de ferro, o forno corresponderá, indubitavelmente, aos fins a que é destinado” (DM, 1937, p. 25-26).

Zona estabular

Nos terrenos da Colônia, a cerca de 2 quilômetros da sede, havia grandes pastagens e um estábulo onde eram criadas cerca de 70 vacas leiteiras. O estábulo era dividido em duas partes, uma para bezerros e a outra em 4 estrumeiras, uma para cada trimestre. Naquela época, os fazendeiros de Cacheiro de Itapemirim doaram à Colônia 100 cabeças de gado de criação (SOUZA-ARAÚJO, 1942).

O Jornal Diário da Manhã também descreve o curral (Foto 37) e a esterqueira, mas chama a atenção para as demais criações e as hortas que deveriam tornar a Colônia autosuficiente.

Ligada ao núcleo de edifícios destinados aos leprosos, por uma estrada de automóvel, encontra-se a alguma distância, a zona estabular de Itanhenga. O estabulo principal, que já apresenta regular número de cabeças de gado vacum, possui, de um dos lados, um curral para bezerros e, do outro, uma

esterqueira. O esterco é nela depositado, ficando a fermentar durante três meses, e, ao fim de um semestre, está em condições de ser aproveitado – e o será – como adubo, nas hortas da própria Colônia. Além da criação de gado vacum, a Colônia cuidará da criação de porcos e galinhas destinadas ao consumo diário. Pretende, dessa maneira, intensificando a produção, bastar-se, futuramente, a Colônia as próprias necessidades. Perto da zona de criação morará um leproso, que cuidará dos estábulos, galinheiros, etc. (DM, 1937, p. 26).

Foto 37 – Curral em 2018



Fonte: Pavani (2018).

Os cuidados com as criações e com as plantações ficavam a cargo dos internos, aqueles que a lepra ainda não havia incapacitado totalmente e para tanto recebiam o pagamento de uma pequena diária que lhes servia para custear despesas pessoais ou enviar para suas famílias. Em sua maioria, eram trabalhadores rurais, acostumados com a lida antes da internação compulsória conforme apresentam Franco e Silva (2018):

Os homens e mulheres, levados para a Colônia, procediam em grande parte de áreas agrícolas, vindos do interior do estado. Eram trabalhadores rurais, por vezes, donos de pequenas propriedades, vivendo da agricultura e da criação de animais. Ao serem notificados pelo serviço de profilaxia da lepra deviam seguir as orientações profiláticas e não tendo a quem recorrer para evitar a ação dos agentes de internação compulsória (FRANCO; SILVA, 2018, p. 74).

Na zona agropecuária existiam ainda: 1 pocilga completa para criação, com 3 maternidades e a seção de engorda com 5 divisões regadas por um riacho; 1 aviário com 3 divisões, destinado a aves de raças escolhidas; 1 paiol para cereais, com esterilizador, e a casa dos empregados para este serviço (SOUZA-ARAÚJO, 1972).

Plantações frutíferas

Na chácara, que ficava na entrada da Colônia, em 1942 já existiam muitas árvores frutíferas e cafeeiros. Foram plantadas 6.000 bananeiras, 2.500 laranjeiras, 1.000 coqueiros, 250 abacateiros, e muitas roças de milho, aipim, batatas, feijão, cana, etc., além de uma grande horta para fornecer verduras à Colônia.

Nos fundos da Colônia, no vale do rio Cariacica, foram plantados 300 coqueiros. Nos terrenos fronteiros à Colônia foram plantadas 1.500 laranjeiras de enxertia, das melhores variedades.

De acordo com Souza-Araújo tudo que se planta dá, sinal de que o solo é propício (SOUZA-ARAÚJO, 1942). Lembrando sempre que o intuito das Colônias Agrícolas era ser autossustentável, como reforça o Diário da Manhã:

Iniciando as culturas, que é do intuito da direção da Colônia levar a frente, aproximadamente, já se encontram, em terras, vizinhas ao núcleo central de construções, plantadas mais de 1.500 laranjeiras, cerca de 300 coqueiros e um sem número de bananeiras. O número de coqueiros ainda será muito acrescido. Com a continuação, as hortas fornecerão as verduras para a alimentação dos leprosos, o que se tornará de grande economia (DM, 1937, p. 27).

Segundo Franco e Silva (2018) os internos trabalhavam nas atividades agrícolas, nos serviços de manutenção do leprosário, como a limpeza dos pavilhões, lavanderia, cozinha, enfermaria e também em outras atividades de acordo com suas habilidades, mas todas elas de suma importância para o funcionamento e a auto sustentabilidade do leprosário.

Em resumo, a Colônia de Itanhenga era considerada como um leprosário modelo não por grandes e luxuosos edifícios com capacidades para muitos doentes, mas, modelar justamente por não ter nada monumental e ser um estabelecimento

completo, com organizações e serviços capazes de atender aos doentes de lepra dentro da mais rigorosa técnica profilática.

Para dar sustentação ao modelo de tripé da profilaxia de lepra no Estado, na inauguração da Colônia de Itanhenga, em 1937 foram lançadas as pedras fundamentais do Educandário Alzira Bley e da Granja Eunice Weaver, focalizados no próximo capítulo, como descreve o Jornal da Manhã:

Não é demais encarecer a atividade e o esforço desenvolvidos na consecução desse trabalho, que é um dos maiores do Espírito Santo e quiçá, do Brasil, pelo Dr. Pedro Fontes, chefe que presidiu a efetivação de todas as realizações da Colônia de Itanhenga; Dr. Manoel de Passos Barros, engenheiro, e Sr. Anacleto de Oliveira Paula, auxiliar direto do referido engenheiro. O Governo do Espírito Santo, a cuja frente se acha o excelentíssimo senhor Capitão Punaro Bley, compreendeu a grande necessidade que havia na solução do problema da Lepra entre nós, o seu apoio decidido e constante, a execução dada aos projetos organizados pelos doutores Pedro Fontes e Carlos Rosa, baseados nos estabelecimentos paulistas, mineiros e cariocas, dispensam quaisquer encômios. Torna-se até desnecessária qualquer referência elogiosa. A grandiosa obra que vem de ser concluída, que hoje se inaugura, é mais um atestado vigoroso da grande compreensão política e dos grandes trabalhos sociais levados a efeito pelo atual governo espírito-santense. Mas, a obra não parou aí. O Preventório "Alzira Bley" e a granja, cuja construção está sendo iniciada, nas vizinhanças da Colônia de Itanhenga, irão completar, condignamente, a majestosa realização do Leprosário. A Colônia de Itanhenga excede todas as expectativas. Não se pode descrevê-la. Qualquer descrição se torna inferior ao grande empreendimento. Só indo admirá-la de visu, pode-se ter a ideia precisa do colosso da obra executada. (DM, 1937, p. 27-28).

O Diário da Manhã não poderia deixar de salientar as personalidades que tanto trabalharam em prol das obras do Tripé da Profilaxia no Estado: Dr. Pedro Fontes, Dr. Manoel de Passos Barros, Anacleto de Oliveira Paula, Capitão João Punaro Bley e Carlos Rosa, dentre outros.

5.4. OS DISPENSÁRIOS

Os dispensários constituem outra parte muito importante do tripé da profilaxia da lepra no Espírito Santo. Neles eram realizados os tratamentos ambulatoriais dos leprosos, bem como a distribuição de materiais como seringas, gazes e medicamentos. Além dos serviços citados acima, os dispensários eram responsáveis

pelos exames e re-exames dos leprosos suspeitos, dos comunicantes e familiares de leprosos.

No Brasil, o primeiro dispensário anti-leproso foi criado no Estado do Pará, em 1921 fundado em Belém por Souza-Araújo. Em São Luís do Maranhão, o Dispensário para Lepra e Doenças Venéreas começou a funcionar em 1922. No Ceará, instalou-se em Fortaleza o Dispensário Oswaldo Cruz.

Por força do acordo entre a União e alguns Estados foram instalados dispensários de lepra e doenças venéreas em Belo Horizonte, Curitiba, Recife e Vitória e mais oito no interior do Espírito Santo.

Na Capital da República (RJ) foi instalado o dispensário da Inspetoria de Lepra e Doenças Venéreas. Em 1924 a Seção de Lepra do Instituto de Higiene mantinha um dispensário em São Paulo (AGRICOLA, 1960).

O Serviço de Profilaxia instalou em Vitória, no ano de 1927, o primeiro Dispensário Central de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas, com um laboratório de microscopia e sorologia em prédio anexo. Este laboratório tinha capacidade para realizar todo serviço do Estado.

Em 1928 foi a vez de Cachoeiro de Itapemirim receber um dispensário, no ano seguinte foram instalados os dispensários em Alegre e Colatina, em 1932, João Pessoa (Mimoso do Sul); em 1933, Muqui e em 1935, São José do Calçado e Afonso Claudio.

O Mapa 12 aponta a localização dos dispensários, do leprosário e do preventório que formavam o tripé da profilaxia no Espírito Santo na década de 1960.

Observando o mapa verificamos que os dispensários concentravam-se no sul do estado, área mais povoada e conseqüentemente mais endêmica para o período em questão. As instituições de isolamento situavam-se em Cariacica e o dispensário central na capital do Estado. O norte do estado estava desprovido desse tipo de cobertura. Em Colatina encontrava-se o único dispensário fixo ao norte do rio Doce.

O Educandário Alzira Bley e a Granja Eunice Weaver também integram o tripé da profilaxia no Espírito Santo, mas como eles e seus egressos compõem o cerne desta pesquisa constituem o objeto do próximo capítulo.



6. O EDUCANDÁRIO ALZIRA BLEY E A GRANJA EUNICE WEAVER

Foto 38 – Piso das varandas do Educandário Alzira Bley



Fonte: Pavani (2018).

Neste capítulo apresentamos a localização e o histórico do Educandário Alzira Bley e da Granja Eunice Weaver desde o lançamento da pedra fundamental até o fim do período de internação compulsória de seus internos. Os relatórios anuais que eram emitidos pela instituição para a Federação das Sociedades de Defesa Contra a Lepra ajudaram a recompor parte da história vivenciada pelos internos.

O objetivo deste capítulo é compreender como funcionou a internação compulsória e as vivências da prole sadia dos leprosos no Educandário Alzira Bley. Na parte metodológica, a pesquisa documental do Educandário Alzira Bley está alicerçada sobre o banco de dados criado a partir de dois livros de registros das pessoas que entravam e saíam da instituição e sobre os relatórios anuais que a instituição enviava para Federação.

Por meio dessas informações foi possível localizar vários egressos e conhecer a Associação dos Ex-Internos do Educandário Alzira Bley fundada em 2010. Passamos a frequentar as reuniões dos ex-internos e registrar suas entrevistas e histórias de vida e tivemos acesso aos seus álbuns de família.

As inúmeras visitas ao Educandário Alzira Bley representam boa parte do trabalho de campo que contribuiu muito para a pesquisa documental. Por meio da coordenadora Bauduina Rodrigues de Souza Farias (Tia Lina) tivemos acesso aos arquivos da instituição, que ficam guardados no segundo andar, sobre a sala de reuniões em pastas de arquivos suspensos dentro de armários de aço. Mas as traças e os cupins não são os únicos inimigos da reconstrução histórica, segundo Tia Lina, algumas administrações passadas queimaram a parte mais antiga do acervo. O que não é incomum, como ressalta Flick (2009), apontando problemas comumente encontrados na utilização dessas fontes:

às vezes os documentos necessários não estão disponíveis, acessíveis ou simplesmente perderam-se. Às vezes existem guardiões que não deixam que o pesquisador prossiga na utilização dos documentos de que precisa. Em outros casos, algumas pessoas podem bloquear o acesso a documentos que se referem direta ou indiretamente a elas. [...] Outros problemas práticos que podem surgir dizem respeito a dificuldade para a compreensão do conteúdo dos documentos – o pesquisador não consegue decifrar as palavras, as abreviaturas, os códigos ou as referências usadas por serem difíceis de ler (por exemplo, documentos escritos à mão) ou por estarem danificados (FLICK, 2009, p. 234).

Tia Lina disponibilizou a documentação e permitiu a transposição para o meio digital de aproximadamente 1.000 páginas de relatórios, certidões, recortes de jornais, termos de desligamento, etc. Mas, apesar da grande contribuição da Tia Lina, muitas das dificuldades elencadas por Flick (2009) foram as nossas também, como: documentos escritos à mão, datilografados em papel vegetal, muito danificados pelos agentes biológicos e pela ação do tempo, dificuldade de entender alguns convênios, que só se tornaram mais compreensíveis com as explicações da Tia Lina, que trabalha na instituição desde o dia 13 de julho de 1983. Os arquivos digitalizados foram salvos em DVDs e cópias foram entregues para a instituição. Isso contribui para a conservação destas fontes históricas que, sem a devida manutenção tendem a se deteriorar com o tempo.

Muitos dados importantes na pesquisa social provêm de fontes de “papel”: arquivos históricos, registros estatísticos, diários, biografias, jornais, revistas, registros institucionais escritos: atas, documentos registrados em cartórios, relatórios, etc.

Dentre os documentos do Educandário que foram digitalizados estão: atas, certidões de nascimento das crianças que morreram dentro do Educandário, bilhetes, recortes de jornais, relação dos internos naturais de Afonso Cláudio, memorandos da Diretoria de Engenharia da Prefeitura Municipal de Vitória, notas promissórias, autorizações de pedidos, requisições, recibos, notas fiscais, termos de desligamento, ordem de pagamento do Banco do Brasil, Ofício 472/1949, relatórios mensais de 1949 e 1950 (produção, plantio, donativos, fornecimento, sapataria, costuras, passeios, visitas, mapa de preventório do Departamento Nacional de Leprosia, pequenas despesas e rendas do mês, lista de miudezas e pedidos), relatórios anuais de 1967 e 1969 e das décadas de 1970, 1980 e 1990. Tais documentos possuem autenticidade, credibilidade, representatividade e significação porque são documentos autênticos, alguns deles registrados em cartório, inéditos e que ficaram guardados muitos anos com os presidentes que passaram pelo Educandário nos últimos 80 anos.

As circunstâncias em que esses documentos foram produzidos, há décadas atrás, sob a égide de uma sociedade completamente diferente, tanto nos aspectos políticos, econômicos, administrativos e sociais, os tornam testemunhas da realidade

histórica daquela época. Segundo Flick (2009) devem ser vistos e analisados como dispositivos comunicativos metodologicamente desenvolvidos na construção de versões sobre eventos.

Os documentos representam uma versão específica de realidades construídas para objetivos específicos. É complicado utilizá-los para validar as informações obtidas em entrevistas. Os documentos devem ser vistos como uma forma de contextualização da informação (FLICK, 2009, p. 234).

Os documentos em estudo são meios de comunicação entre a realidade dos internos e funcionários do Educandário Alzira Bley para os períodos representados por eles e a população atual. O que realmente importa acerca destes documentos é responder questões como: Quem os produziu? Com que objetivos e para quem? Quais eram as intenções pessoais ou institucionais na base da produção e do provimento desse documento? O que eles apresentam da realidade da instituição? Nesse sentido, os documentos não são apenas simples dados que podem ser usados como recursos para a pesquisa, uma vez que observamos nesses documentos suas características e as condições específicas em que foram produzidos (FLICK, 2009).

Os documentos são ricos em conteúdo e apresentam os meios para a construção de uma investigação histórica, geográfica, etnográfica, sociológica, enfim, inúmeras áreas do conhecimento utilizam-se deste recurso para a “re” construção de um evento ou processo e, normalmente, também em uma perspectiva mais ampla, para decifrar um caso específico de uma história de vida ou de um processo histórico.

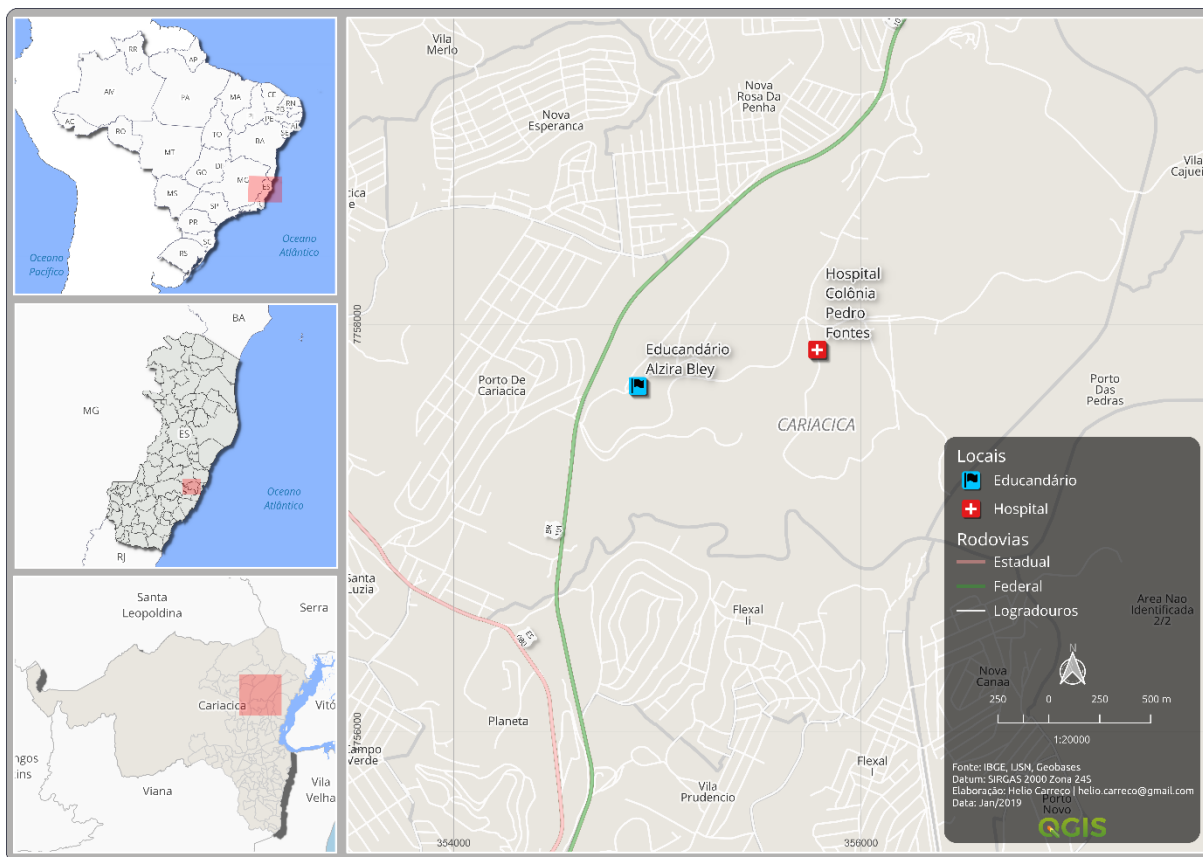
O volume de documentos do Educandário digitalizados somam 959 páginas. Na pré-análise eles foram organizados em pastas de acordo com as seguintes categorias: certidões de nascimento, atas, relatórios anuais, recortes de jornais, fotografias, etc. Durante a exploração dos documentos foram selecionados os mais representativos para a pesquisa: depoimentos manuscritos, recortes de jornais, ordens de pagamento bancário e notas fiscais foram reproduzidos como imagens ou figuras, os dados dos relatórios anuais foram sintetizados em quadros e analisados, enquanto que as certidões de nascimento/óbito e os termos de desligamento foram analisados e inseridos de forma textual.

As incursões a campo ocorreram durante toda a realização da pesquisa em diferentes locais: Educandário Alzira Bley, Hospital Pedro Fontes, bairro Pedro Fontes (antiga área da Colônia), Ilha da Pólvora (Hospital Oswaldo Monteiro), Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), Arquivo Público Estadual, Biblioteca Pública Estadual, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, residências dos ex-internos, Associação de Moradores de Itacibá, Associação dos Ex-Internos do Educandário Alzira Bley, dentre outros.

6.1 O EDUCANDÁRIO ALZIRA BLEY

O Educandário Alzira Bley fica localizado na Rua Projetada sem número, Rodovia do Contorno – BR 101 – Km 09 – Itanhenga – Cariacica/ES conforme Mapa 13:

Mapa 13 – Localização do Educandário Alzira Bley (2019)



Fonte: Carreço (2019).

Nota: Dados adaptados pela autora com base em IBGE, IJSN e Geobases.

A pedra fundamental do preventório Alzira Bley foi lançada no dia 11 de abril de 1937, logo após a cerimônia de inauguração da Colônia de Itanhenga. Os projetos desta obra foram previamente confeccionados no Rio de Janeiro a pedido do Senhor Pedro Fontes e da Senhora Eunice Weaver. Após algumas adequações de caráter técnico e econômico, sua execução foi entregue aos engenheiros Ethel Nogueira de Sá e Hermes Carneiro, membros da Diretoria de Obras da Secretaria de Agricultura do Estado.

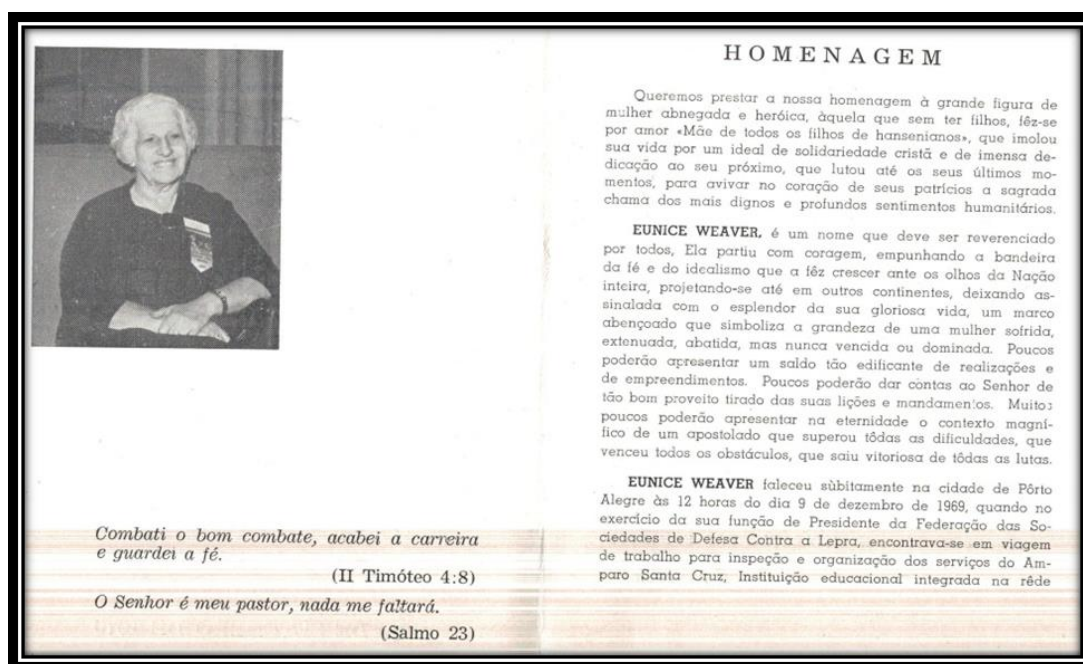
Foram investidos 230 Contos na construção do Educandário por parte do Governo do Espírito Santo e 50 Contos do Governo Federal para sua instalação (SOUZA ARAÚJO, 1942a). A escolha do nome do Educandário se deu

por sugestão do Dr. Pedro Fontes, então Chefe do Serviço de Profilaxia da Lepra do Estado, foi dado ao preventório a denominação de “Alzira Bley” e à granja de “Eunice Weaver”, como homenagem às distintas damas que auxiliaram com o seu prestígio e a sua dedicação essa cruzada (SOUZA ARAÚJO, 1942a, p. 21).

Uma das homenageadas é a esposa do Interventor do Estado do Espírito Santo o Major João Punaro Bley, Dona Alzira Herondina Donat Bley. A outra é a Senhora Eunice Sousa Gabi Weaver, uma brasileira que nasceu em 1902 e faleceu em 9 de dezembro de 1969, que viajou ao redor do mundo num transatlântico da Universidade Flutuante da América do Norte, estudou jornalismo, sociologia, serviço social e filosofias orientais em visita a 42 países.

Quando voltou ao Brasil, Eunice Weaver fundou em Juiz de Fora (MG) a Sociedade de Assistência aos Lázaros e passou a lutar pela causa em todo território nacional. Nos arquivos do Educandário consta uma homenagem póstuma a essa ilustre senhora, Imagem 9.

Imagem 9 – Homenagem póstuma à Eunice Weaver – 1969



Fonte: Arquivos do Educandário Alzira Bley.

O Educandário Alzira Bley foi inaugurado no dia 24 de abril de 1940, e assim se referiu a esta obra o Senhor Interventor João Punaro Bley:

O Governo do Estado construiu o Preventório “Alzira Bley” tendo anexa a creche “Alice Monjardim”. São ali recolhidas as crianças que nascem no leprosário, imediatamente após o seu nascimento, quando ainda não estão contaminadas; as meninas até 18 anos e os meninos menores de 10 anos. A Federação das Sociedades de Lepra organizou a Campanha da Solidariedade, que foi dirigida pela sua Presidente D. Eunice Weaver. A Comissão Executiva da Campanha, da qual foi Presidente o Senhor Jones Santos Neves arrecadou 110:000\$000, construindo com essa importância a Granja “Eunice Weaver”, onde estão albergados os filhos dos leprosos de 10 a 18 anos. O Governo Federal concorreu com a instalação desses dois estabelecimentos que estão em pleno funcionamento sob a direção da Sociedade de Assistência aos Lázarus de Vitória. O Preventório “Alzira Bley” está entregue às Irmãs de São Vicente de Paula e a Granja “Eunice Weaver” ao Capelão da Colônia de Itanhenga, sendo todos muito dedicados às crianças, que ali recebem alimentação farta e sadia, rica em vitaminas, tratamento vigilante a cargo de um médico, instrução cuidadosa, instrução de trabalhos domésticos e rurais, para os quais a Granja possui 300 hectares de terra (SOUZA ARAÚJO, 1942a, p. 21-22).

No período de 1937 a 1940 as crianças sadias, filhas dos leprosos, ficavam internas no prédio de observação enquanto as obras das instituições asilares (Educandário e Granja) estavam em andamento. Na Granja Eunice Weaver ficavam os meninos de 10 a 18 anos, como informa Souza-Araújo, a fim de evitar o convívio dos adolescentes de ambos os sexos no mesmo prédio. Vale ressaltar que na Granja

não existia cozinha e as refeições dos meninos maiores de 10 anos eram servidas no Educandário Alzira Bley que tinha uma rotina estabelecida com horários bem definidos para as refeições: café às 7h, merenda as 10, almoço as 12 e jantar as 17. Os horários de estudos eram cumpridos por um grupo de manhã (das 8 às 12 horas) e outro à tarde (das 13 às 17 horas) e pelo menos três horas de trabalho diárias. A foto 39 apresenta o Educandário Alzira Bley na década de 1940.

Foto 39 – Educandário Alzira Bley na década de 1940



Fonte: Arquivos do Educandário Alzira Bley.

De acordo com o Interventor João Punaro Bley, tanto o Educandário quanto a Granja eram administrados por religiosos. A Granja era administrada por um Padre alemão chamado Rodolpho Tellmann e o quadro administrativo do Preventório era composto por cinco Irmãs da Ordem de São Vivente de Paula de Paris que provinham de um escritório central no Rio de Janeiro, localizado na rua Santa Amélia, n.º 102, em continuação à rua Dr. Sattamini. Todas as Irmãs eram naturais do Estado do Ceará. A Irmã Campos era a Superiora e cada uma das outras quatro dirigia uma seção do Preventório: a creche, a cozinha, a lavanderia, etc. De acordo com a descrição de Souza-Araújo (1942a),

como empregadas há apenas uma costureira e uma lavadeira. Todas as atividades domésticas são desempenhadas, como convém, por grupos de internadas maiores. De 8 em 8 dias elas se revezam de modo a que cada menina se adestre na cozinha, na lavanderia, creche, enfermaria, costura e limpeza. Na cozinha uma Irmã é auxiliada eficientemente por quatro raparigas fortes e de boa vontade [...]. Entre as aulas e os trabalhos

domésticos há tempo para os trabalhos manuais, aos quais se dedicam também as meninas menores (SOUZA-ARAÚJO, 1942a, p. 22).

Muito do que se pretendia para os filhos dos leprosos, naquela época, está expresso na passagem acima. Todas as atividades domésticas deveriam ser desempenhadas, “**como convêm**”, por grupos de internadas maiores, ou seja, elas tinham que ser “**adestradas**” nos afazeres domésticos e reduzir os custos de manutenção da instituição.

Além das aulas e dos trabalhos domésticos as meninas ainda deveriam aprender trabalhos manuais, para se tornarem moças prendadas e no futuro trabalhar em casas de família, como foi o destino de muitas delas. Para os meninos a previsão não era muito diferente, além dos estudos e oficinas de trabalhos manuais (sapataria, carpintaria, padaria) os serviços na agricultura e criação de animais também faziam parte de suas atribuições diárias. No relatório anual do Educandário Alzira Bley³⁴ de 1967 o objetivo da instituição é explicitado:

Como segunda realização, falemos sobre o encaminhamento dos alunos maiores de idade que moravam no Educandário sem ocupação definida. Conseguimos colocação para todos eles e concretização de nosso objetivo: **restituí-los à sociedade úteis e capazes de sobreviver por si mesmos prestando ainda uma colaboração à família e à Pátria** (Relatório anual do Educandário Alzira Bley de 1967, grifo nosso).

A administração das Irmãs da Ordem de São Vicente de Paula de Paris (Foto 40) preconizava pela ordem, disciplina e ensinamentos religiosos, propedêuticos e formação para o mundo do trabalho, afinal, além de colaborar para a manutenção do Educandário, deveriam também contribuir com a família e a Pátria.

³⁴ Relatório Anual do Educandário Alzira Bley.

Foto 40 - Irmã da Ordem de São Vivente de Paula de Paris



Fonte: Arquivo da Família das Flores.

Em 30 de setembro de 1935 foi fundada, em Vitória, a “Sociedade Espírito Santense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra” e empossada a sua primeira diretoria efetiva, constituída pelas senhoras Rita T. Quintaes, Alda Santos Neves, Elysa Fontes, Maria José Carvalho, Hilda Crijó, Honorina Bastos e Mariana Martins. O Governador do Estado, o Bispo Diocesano e o Prefeito de Vitória foram aclamados seus Presidentes de Honra (SOUZA-ARAÚJO, 1942). A Sociedade Espírito Santense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra ajudava os leprosos e também seus familiares, como aponta o documento de 1948 da imagem 10:

Imagem 10 – Relação das famílias auxiliadas pela Sociedade Espírito Santense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra (1948)

Relação das Famílias auxiliadas pela Soc. de Ass. aos Lázaros - Vitória

<i>Falecida</i>			
TERCILLIANA MARIA DA CONCEIÇÃO - (viuva)		73 anos	
(Filho internado)			

ERMELINDA PEREIRA - esposo internado		43 anos	✓
Dulce Rodrigues de Freitas	Feminino	21 anos	Solteira ✓
Ivonete Rodrigues de Freitas	"	16 anos	" ✓
Luci Rodrigues de Freitas	"	13 anos	" ✓
Ilton Rodrigues de Freitas	Masculino	18 anos	" ✓
Laudson Rodrigues de Freitas	"	14 anos	" ✓
Luiz Rodrigues de Freitas	"	12 anos	" ✓

FRANCINA ALVES DE OLIVEIRA (doente)		42 anos	✓
Carmelita Alves de Oliveira	Feminino	16 anos	Solteira ✓
Doralice Alves de Oliveira	"	13 anos	" ✓
Luci Alves de Oliveira	"	10 anos	" ✓
Carlito Alves de Oliveira	Masculino	18 anos	" ✓
Moacyr Alves de Oliveira	"	15 anos	" ✓
Sebastião Alves de Oliveira	"	12 anos	" ✓
José Alves de Oliveira	"	6 anos	" ✓

JOANA RODRIGUES PINTO (esposo internado)		42 anos	✓
Eduardo Rodrigues Pinto	Masculino	20 anos	Solteiro ✓
Zilda Rodrigues Pinto	Feminino	16 anos	" ✓
Juraci Rodrigues Pinto	"	15 anos	" ✓

LAURENTINA MAVIGNA (esposo internado)		35 anos	✓
Zulmira Ferreira da Costa	Feminino	17 anos	Solteira ✓
Zelf Ferreira da Costa	"	13 anos	" ✓
Zenaide Ferreira da Costa	"	11 anos	" ✓

ORMENSINDA RAMOS (esposo internado)		57 anos	✓
José Carlos Ramos	Masculino	12 anos	Solteiro ✓

CECÍLIA NUNES DA SILVA (esposo falecido, era internado)		42 anos	✓
Manoelina Vieira Nunes	Feminino	16 anos	✓
Evandro Vieira Nunes	Masculino	18 anos	✓

OBSERVAÇÃO :- Exclui algumas pessoas, por serem casados e outros por terem mudado de residencia.			
Vitória, 10 de Junho de 1948.			
<i>Edyr Ferreira Caldeira</i>			

Auxiliar de Escritório, do Serviço da Lepra.			

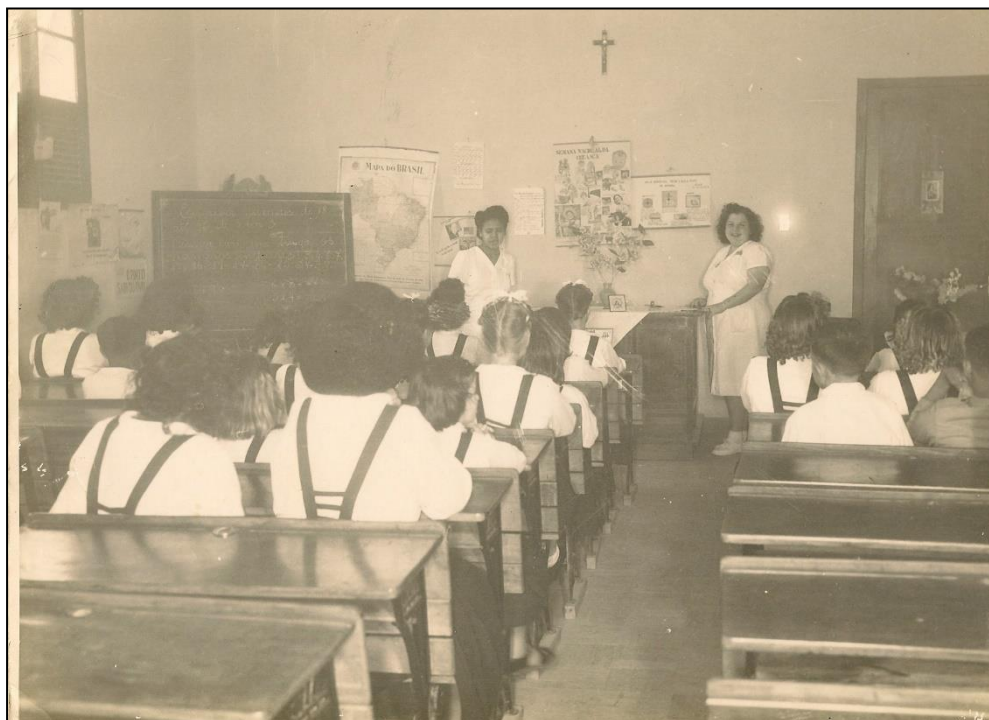
<i>Margarida Souza completa</i>			
<i>Tercilliana Maria da Conceição - Falecida</i>			
<i>Maria Gonçalves da Silva, mudou-se para o Rio -</i>			

O auxílio mensal era dado por família e o valor variava de acordo com a quantidade de membros, as famílias mais numerosas recebiam 50 contos de réis (Freitas e Oliveira), as intermediárias recebiam 40 (Pinto e Costa) e as menores, 30 (Ramos e Nunes). A maioria das famílias era matriarcal, pois os cônjuges estavam internados na Colônia de Itanhenga, assim, as mães assumiam sozinhas os cuidados com a prole. O relatório de 10 de Junho de 1948, assinado pela auxiliar de escritório do Serviço de Lepre informa que algumas pessoas foram excluídas da lista por terem se casado novamente, por terem se mudado de endereço ou falecido.

O Educandário Alzira Bley tem estatutos registrados no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas sob o nº 60, livro 3A, folha 40, de 21 de dezembro de 1936. É uma sociedade civil beneficente, sem fins lucrativos e possui os seguintes registros: no Conselho Nacional de Serviço Social nº 231.046/75; Cadastro Geral dos Contribuintes nº 28.157.212/041; Registro Estadual nº 0047; IESBEM nº43. A instituição passou a ser considerada de utilidade pública pelo Governo Federal a partir do Decreto nº 1.473 de 8 de março de 1937.

A edificação do Educandário é composta por quatro pavilhões. No primeiro deles funciona a Escola de 1º Grau “Dr. Souza Araújo”, que é mantida pela Secretaria Estadual de Educação. O pavilhão é somente térreo, composto por seis salas de aula, uma sala para professores, gabinete da diretora, cozinha e sanitários (feminino e masculino). A Foto 41 apresenta uma sala de aula da Escola Souza-Araújo na década de 1940.

Foto 41 – Escola de 1º Grau “Dr. Souza Araújo” (década de 1940)



Fonte: Arquivos do Educandário Alzira Bley.

A foto da sala de aula mostra um quadro negro no canto da sala completamente preenchido com matéria, as professoras em pé diante da sala, as crianças uniformizadas e sentadas nas cadeiras duplas de madeira acopladas com as mesas. O crucifixo ocupa a posição central da parede à frente da sala de aula. O ambiente apresenta-se limpo e bem iluminado. Sobre a mesa da professora observa-se um vaso de flores e ao fundo vários cartazes, com destaque para o mapa do Brasil.

O segundo pavilhão possui dois pavimentos, no inferior funcionavam 2 salões para estudos e recreação, uma biblioteca e sanitários. No andar superior situavam-se dois dormitórios, um para os meninos menores e outro para os meninos maiores, 2 sanitários, 2 chuveiros e um lavatório com 4 torneiras.

O pavilhão central também é formado por dois pavimentos. No andar superior funcionavam dois dormitórios, um para as meninas menores e outro para as meninas maiores, 2 sanitários, 2 chuveiros e um lavatório com 4 torneiras. O andar inferior continha 2 salas de estar, secretaria, enfermaria, gabinete dentário, gabinete médico (Foto 42), sala de costura, despensa, cozinha, copa e refeitório. Em visita ao Educandário o Dr. Souza-Araújo (1942a) assim o descreveu:

Edifício principal – este edifício é composto de três corpos, o central com dois pavimentos, tendo no térreo, tanto de frente como atrás, uma varanda de 20 metros de comprimento por 3 metros de largura, com 7 arcos, e duas alas laterais de um pavimento. A saleta da entrada se comunica com a sala da recepção e está com a secretaria, onde existe um telefone que põe o estabelecimento em relações com a Colônia e com a Capital do Estado. A direita da entrada estão o consultório médico e o gabinete dentário, cada um funcionando 2 vezes por semana, em dias alternados. A esquerda existe a Capela de Nossa Senhora da Providência, também no corpo central do edifício. Na ala esquerda existe o refeitório na frente, que é um amplo salão com 9 janelas e 10 mesas, tendo atrás a copa com dois filtros-talha e uma antessala com um lavabo de 4 torneiras. Essa ala termina na cozinha que tem um fogão de lenha, marca “Berihá” de 8 fogos. Um grande balcão com postigo dando para copa e três pias. A cozinha se comunica com um gabinete sanitário completo e próximo a ela está a dispensa (SOUZA-ARAÚJO, 1942a, p.22).

Foto 42 – Em A e B, imagens do gabinete médico do Educandário Alzira Bley



Fonte: Arquivos do Educandário Alzira Bley.

Na Foto 42 aparecem registros do gabinete médico do Educandário Alzira Bley na década de 1980, visualmente limpo, organizado e arejado. Segundo relatos da técnica de enfermagem Jandira Scalzer, que mora na instituição desde 1946 e trabalha lá até os dias atuais, o consultório era simples, com móveis de ferro e madeira. O pediatra e o dermatologista atendiam no mesmo gabinete, em dias alternados. Cada criança tinha um caderno com sua ficha, que era examinada pelo

médico do estabelecimento, Dr. José Augusto Soares no ano de 1942, duas vezes por semana. Os cadernos ficavam dentro das gavetas de um móvel de madeira, organizados por ordem alfabética. O gabinete dentário era equipado com os aparelhos específicos da época. Ainda sobre o edifício central, o Dr. Souza-Araújo (1942a) assim descreveu o andar superior.

No 2º pavimento do corpo central do prédio existe um largo corredor, atrás, onde funciona a seção de costura e rouparia. Havia ali duas máquinas de coser Singer e dois grandes armários roupeiros. De cada lado existe um amplo dormitório com 30 camas cada um, tendo 4 janelas com veneziana de madeira e vidraça e outras duas janelas basculantes, de ferro. No dormitório das menores há outros três grandes armários roupeiros. Entre esses dois dormitórios das internadas existe a clausura das Irmãs. As instalações sanitárias do Preventório são, relativamente a sua lotação, em menor número que na Granja (SOUZA-ARAÚJO, 1942a, p. 23).

O quarto pavilhão era reservado exclusivamente para a creche. Em 1942, a Creche Alice Monjardim tinha 15 caminhas ocupadas. O berçário se comunicava com o quarto de banho e com uma antessala onde havia um fogão de dietética e o pesa bebês. Nas instalações da creche constavam 2 quartos para as ajudantes, 1 enfermaria, 1 sala para curativos, 4 dormitórios, 1 berçário, 1 refeitório, 1 cozinha, copa, despensa, corredores, varandas, parque infantil e salão de festas. Os quatro pavilhões formam um quadrado com um grande pátio interno. Ao redor existem os prédios da Granja, capela e lavanderia. Dr. Souza Araújo descreve aspectos da lavanderia:

funciona em casa separada, a cerca de 100 metros para trás do edifício principal e consta de uma sala de passar e reparar as roupas, tendo um puxado com um grande fogão com 8 latas de gasolina destinadas à fervura das roupas. O secadouro é ao ar livre, em arame ou cerca que limita o terreno da Granja. Na rouparia trabalha uma lavadeira, empregada auxiliada por 4 internadas maiores, sob a direção duma das Irmãs (SOUZA-ARAÚJO, 1942a, p. 23).

A lavanderia era utilizada para lavar, secar e passar todas as roupas, lençóis e toalhas do Educandário e da Granja. As meninas maiores ajudavam a lavadeira nas atividades. As Fotos 43 e 44 apresentam o prédio da lavanderia em diferentes períodos 1980 e 2010.

Foto 43 – Aos fundos o prédio da lavanderia em 1980



Fonte: Arquivos do Educandário Alzira Bley (1980).

Foto 44 – Prédio da lavanderia em 2010

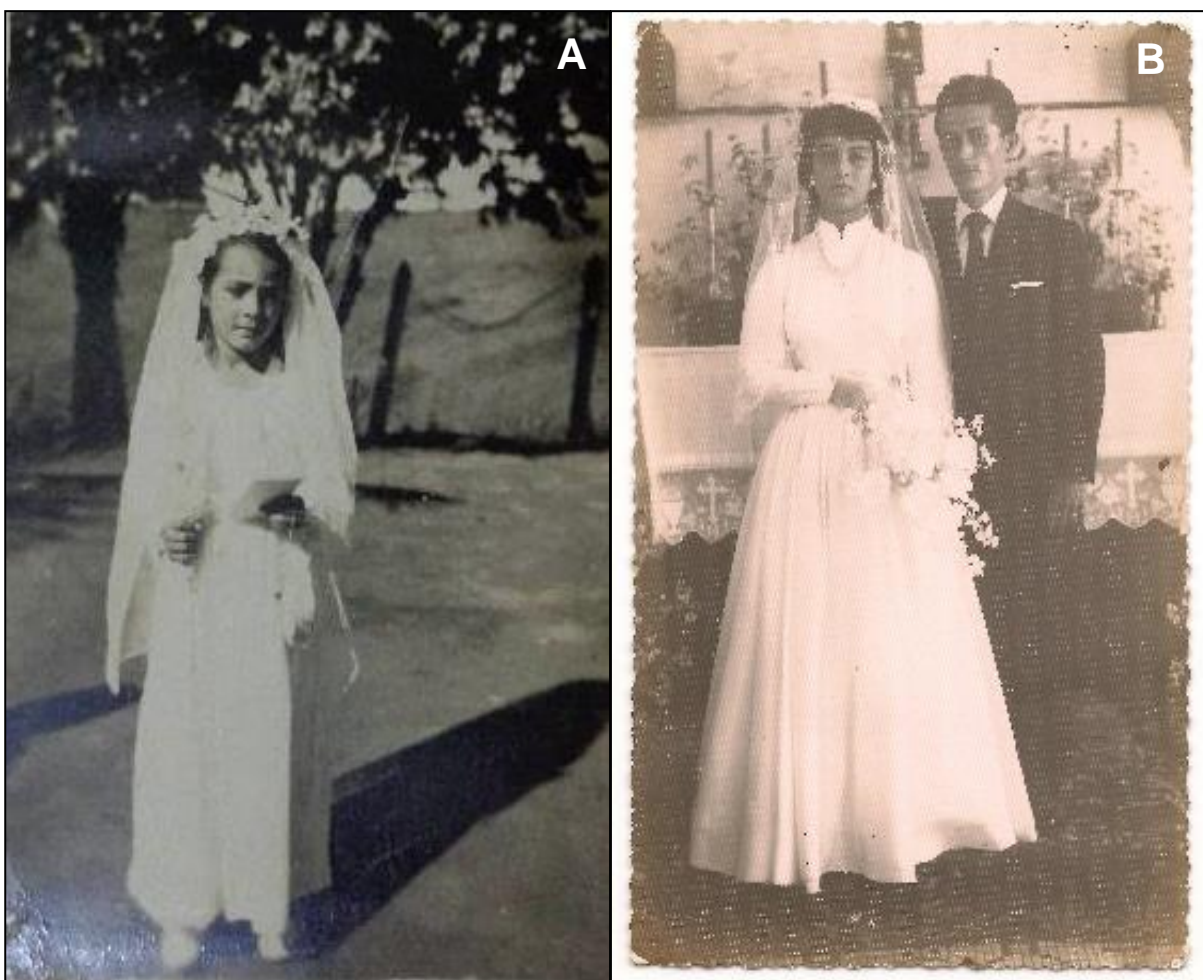


Fonte: Pavani (2010).

Em 2016 o prédio da lavanderia e o de observação foram demolidos por ordem do presidente do Educandário Alzira Bley em virtude do estado de deterioração e da utilização dos mesmos para atividades ilícitas.

A capela fica situada ao lado do edifício principal e era utilizada para a educação religiosa de todas as crianças do Educandário Alzira Bley e da Granja Eunice Weaver. Nela eram realizados os batismos, primeira eucaristia, casamentos (Foto 45) e missas dominicais (Foto 46).

Foto 45 – Em A, primeira comunhão em setembro de 1948 e em B, Casamento em 1965



Fonte: Arquivos da família das Flores (2018).

Foto 46 – Missa em maio de 1980



Fonte: Arquivos do Educandário Alzira Bley (1980).

No dia 15 de agosto de 1950 foram realizadas na capela a 1ª comunhão de 31 crianças e 4 batizados. No mesmo dia as crianças ainda foram ao cinema com o Padre José Brasil (Relatório do Educandário Alzira Bley de 1950).

Além das dependências do Educandário Alzira Bley, da capela, do prédio da lavanderia, da EEEFM Dr. Souza-Araújo, fazia também parte do conjunto, o prédio da Granja Eunice Weaver destinado aos jovens maiores de 12 anos que será descrito no subitem a seguir.

6.2. A GRANJA EUNICE WEAVER

A Granja “Eunice Weaver” é uma instituição anexa e complementar do Educandário “Alzira Bley”, situada a 250 metros antes do portal de entrada do leprosário. Sua construção se deu com os recursos angariados pela Campanha da Solidariedade, promovida no Espírito Santo pela senhora Eunice Weaver, na qualidade de Presidente da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázarus e Defesa Contra a Lepra (Anexo F). Esses recursos atingiram, na época, 110 contos em moeda corrente, soma posteriormente aumentada para 148, e grande quantidade de material de construção. Entretanto o orçamento das obras, segundo o plano

organizado pelo Departamento de Saúde do Distrito Federal, era de 600 contos de réis. A pedido do senhor interventor João Punaro Bley, os doutores Pedro Fontes e Souza-Araújo estudaram a redução do plano primitivo para um quarto do valor, de modo que a obra fosse executada com os recursos angariados (SOUZA-ARAÚJO, 1942a, p. 27).

O presidente da Campanha da Solidariedade, Dr. Jones dos Santos Neves Filho, proferiu o seguinte discurso no lançamento da pedra fundamental do estabelecimento:

Box 2 – Discurso do Dr. Jones dos Santos Neves Filho (1937)

Meus senhores

No momento em que os Governos, da União e dos Estados, norteados superiormente pela preocupação alcandorada de bem cuidar da Saúde Pública, promovem a inauguração festiva do Hospital Colônia de Itanhenga e lançam os fundamentos do futuro Preventório “Alzira Bley”, seria razoável que alguém, pelo povo da minha terra, aqui dissesse algumas palavras singelas de reconhecimento e louvor.

Ao invés, porém, de alardear seus aplausos, na pompa subjetiva de frases laudatórias, preferiram os meus patrícios trazer o testemunho real de sua cooperação objetiva, com o lançamento simultâneo dos alicerces de uma Granja modesta, que funcionará anexa aquele preventório.

Esta Granja, que abrigará os filhos maiores de 12 anos dos infelizes leprosos, que lhes ensinará uma profissão pela qual deixarão os flagícios da inutilidade pela imensa e formosa alegria do trabalho, esta Granja, repito, patenteia o espírito de humanidade da nossa gente e o desejo sincero de cooperar com os Poderes Públicos, na realização premente e inadiável de um melhor aparelhamento de Assistência Social. Nela ressalta uma atitude de aplauso, mas reponta também um desejo legítimo de cooperação. É um gesto de socorro, mas é também, e sobretudo, a expressão de um movimento sadio de solidariedade e de Fé.

Representa o contingente espontâneo de milhares de donativos, arrecadados em todos os setores da sociedade espírito-santense, cujos sentimentos altruísticos a atuação benemérita e dinâmica de Dona Eunice Weaver soube polarizar na sua alevantada, recente e memorável “Campanha da Solidariedade pró Filho do Lázaro”.

Desta campanha bendita em que peleei como simples soldado e servi como obscuro presidente, presto hoje contas aos meus conterrâneos, anunciando o total angariado de Rs.: 105:758\$500 (cento e cinco contos setecentos e cinquenta e oito mil e quinhentos réis), conforme depósito existente no Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, desta Capital.

É pouco talvez, para a consecução de toda a nossa empreitada. O bastante, contudo, para demover os céticos, e muito, muitíssimo mesmo, para atestar aos Poderes Públicos as reservas magníficas de cooperação e boa vontade que palpitam na alma dadivosa e boa da nossa gente.

E na singeleza deste ato, na naturalidade preciosa deste gesto, devemos vislumbrar também o fulgor rutilante de uma profunda lição.

Lá fora, o Mundo se divide neste instante, em duas correntes opostas. Por sobre as Nações desce o abantesma de novo cisma, que algumas impele para a direita, enquanto a outra arremessa violentamente para a esquerda. Surgem Estados totalitários e fortes, com acentuados pendores imperialistas, para decretar, em caráter de irrevogável sentença, a obrigatoriedade absoluta de dotações e prêmios aos sãos, em benefício dos enfermos.

Noutros se improvisam fachadas de um precário equipamento de Assistência Social sobre as velhas propriedades e castelos violentamente confiscados pelo ódio.

Aqui, entretanto, o sentimento de humanidade inato em nossa gente, acóde pressuroso no extravasamento espontâneo de sua generosidade, sem precisar ouvir outro imperativo, senão o apelo silencioso e fluente da legítima Caridade. Nem a imposição voluntariosa, nem o confisco brutal. Em lugar da coação, que constrange e da extorsão, que saqueia, a espontaneidade complacente de uma dádiva que oferece e consola.

Presenciamos, pois, senhores, no simbolismo singelo deste ato inaugural, a focalização de um aspecto tranquilizador do clima social da nossa terra.

O sentimento generoso da população proeja para as realizações humanitárias dos Governos, irmanando-se no mesmo impulso consolador e nobre de praticar o Bem.

E quanto maiores forem os benefícios patrocinados pelos Poderes Públicos, tanto mais fortes serão também os elos de perfeita comunhão entre Governo e Povo, como atestados concretos atirados à face dos novos taumaturgos que, nos devaneios paranoicos de seu ódio, se esquecem de auscultar a Alma singela e nobre do nosso Povo.

Por outro lado, o materialismo grosseiro deve quedar estarrecido perante a força espiritual, que se irradia e projeta deste ato magnífico de Caridade Cristã.

Foi em 1873, quando o Governo de Hawaií cuidou de estabelecer abrigos para leprosos na aldeia de Kalewao, que um santo missionário belga, o padre Damien de Neuster, guiado pelos imperativos de seu humanismo sublime conseguiu permissão para residir entre os lázaros e promover os primeiros socorros para o terrível mal. Com as lições de higiene e parcos meios terapêuticos de que dispunha, ministrava também, o santo homem, o balsamo consolador da doutrina Cristã. Contam que costumava iniciar as suas caridosas práticas diárias dizendo: “Vós, os leprosos...”

Por muito tempo assim o fez, até que, em certo dia, com o mesmo timbre sereno e complacente iniciou o sermão murmurando: “Nós os leprosos...”

Na mesma ilha em que viveu a sua vida santa, está hoje enterrado o Padre Damien, cujo exemplo sublime é um grito de luz perdido nas trevas sombrias do negro materialismo em que tateia hoje a Humanidade.

O fulgor deste exemplo, porém, projeta siderações magníficas que não se perdem jamais. De longe em longe, elas ascendem e iluminam outros corações, que porfiam então na obra sublime de mitigar as agruras cruciantes dos Lázaros.

No Espírito Santo revela-se neste mister Pedro Fontes – o espírito dinâmico e coordenador infatigável desta obra gigantesca – que é hoje a mais palpitante e risonha realidade, mercê do inestimável apoio moral e material, que lhe emprestou sempre o Governo esclarecido e patriótico do Capitão Punaro Bley.

E surge a alma corajosa e boa de Eunice Weaver, para consagrar com as radiações cintilantes de seu coração generoso, a majestosa obra que o Governo acaba de inaugurar.

Está lançada, pois, a pedra fundamental da Granja “Eunice Weaver”. O nome desta ilustre Dama, ficará, para sempre, esculpido no portifólio iluminado desta modesta realização, com pávida homenagem do nosso povo as excelsas virtudes de seu coração amorável.

Homenagem singela, porém, justa, porque, como diz Marítain em “Frontieres de la Poesie”:

“Escolher o coração como emblema, é devotar-se ao único Coração que jamais mentiu, e está envolto em uma coroa de espinhos.

Fonte: Diário da Manhã (1937).

Terminada a construção do edifício principal o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde, concedeu ao Estado o auxílio de 50 contos de réis para a sua instalação. Com a justa designação de Granja “Eunice Weaver”, o estabelecimento foi inaugurado em 24 de abril de 1940 (Foto 47) e começou a funcionar com 36 meninos sadios, filhos de leprosos do estado do Espírito Santo, tendo como competente Diretor o Padre Rodolfo Telmann. As Fotos 47, 48, 49 e 50 mostram a Granja nas décadas de 1940, 1970, 1990 e 2016.

Foto 47 – Granja Eunice Weaver na década de 1940



Fonte: Arquivos do Educandário Alzira Bley (1940).

Foto 48 – Granja Eunice Weaver (1979).



Fonte: Arquivos do Educandário Alzira Bley (1979).

Foto 49 – Imagens da granja Eunice Weaver (1990).



Fonte: Arquivos do Educandário Alzira Bley (1940).

Foto 50 – Granja Eunice Weaver (2016).



Fonte: Arquivos do Presidente as Associação dos Ex-internos do Educandário Alzira Bley (2016).

O edifício principal era composto por dois pavimentos, tendo uma ampla varanda térrea em cada extremidade. O pavimento térreo tem 3 portas externas e 22 janelas, sendo 8 na frente, 8 atrás e 3 em cada varanda (SOUZA-ARAÚJO, 1942a).

No térreo havia uma pequena torrefação e moagem de café, com produção diária para consumo de 500 pessoas; um telefone, um rádio e uma sala de projeção

(cinema); e no centro, ao fundo, ficava a escada que dava acesso aos dormitórios. Na parede esquerda existia uma placa de bronze comemorativa da inauguração, com a seguinte inscrição:

“Inaugurado em 24 de abril de 1940 na Interventoria do Major João Punaro Bley, sendo Presidente da Comissão Executiva da Campanha da Solidariedade o Farmacêutico Jones dos Santos Neves. Diretora da Sociedade Espírito-santense de Assistência aos Lázarus de Vitória D. Alice Proença Monjardim. Chefe do Serviço de Profilaxia da Lepra o Dr. Pedro Fontes” (SOUZA-ARAÚJO, 1942 a, p. 28).

Ainda no pavimento térreo, à direita havia 2 portas, a primeira dava acesso à entrada da sala de aulas, que tem 4 janelas e 3 portas, a do fundo dando para o gabinete sanitário, onde havia 4 lavabos, 3 mictórios e 4 quartinhos com paredes de $\frac{3}{4}$ de altura, com dois chuveiros e 2 louças sanitárias. A construção desse edifício, feita mediante concorrência pública pelo Dr. Meira Quadros, era sólida e perfeita, exceto as canalizações de água e esgoto, obras defeituosas que deram motivo ao arrebatamento do teto. O mesmo acontecendo no Preventório (SOUZA-ARAÚJO, 1942a).

A segunda porta à direita dava para a sala de estudo, ou seminário, com uma ampla mesa cercada de cadeiras, onde o Padre Tellmann reunia todas as noites os seus pupilos para o estudo. Essa sala tinha duas janelas para o fundo. Nela estava instalado o mimeógrafo relativo, no qual era impresso o jornalzinho trimestral dos meninos, intitulado “O Eco Infantil”, sempre com 3 ou 4 páginas, do tamanho do papel almaço. O Padre Tellmann transformou um simples mimeógrafo em “Rolo Duplicador” (SOUZA-ARAÚJO, 1942a).

Na parte esquerda fica, na frente, o grande salão de diversões, que se comunicava com uma varanda e com outro gabinete sanitário igual ao anterior. À esquerda da escada encontrava-se o consultório médico, seguido de um pequeno refeitório destinado ao Padre/Mestre e aos meninos maiores de 14 anos. Os menores desta idade faziam as suas refeições no Preventório (SOUZA-ARAÚJO, 1942a).

No topo da escada do pavimento superior havia um hall de 24 m² que servia de sala de recepção e biblioteca do Padre/Mestre, comunicando-se com a sua cela e, a

direita, com a sala de estudo privada, que tinha uma porta para o terraço, que lhe servia de mirante, e uma janela (SOUZA-ARAÚJO, 1942a).

À direita desse hall situava-se o dormitório dos meninos maiores, com 20 camas de ferro, tendo 5 janelas com venezianas e vidraças, sendo 3 na frente e 2 laterais. Na mesma posição do térreo existia, atrás do dormitório, outro gabinete sanitário com 4 lavabos, 3 chuveiros, 1 banheira de imersão, 2 louças sanitárias e 1 mictório. Atrás do dormitório havia outra sala com 2 janelas para os fundos, correspondendo ao estúdio do térreo, onde funcionava uma pequena enfermaria, com seis camas (SOUZA-ARAÚJO, 1942a).

Do lado esquerdo do hall havia outro dormitório igual ao anterior, com 48 m² e 24 camas destinadas aos meninos menores. Este dormitório se comunicava com a rouparia e com outro gabinete sanitário igual ao do outro dormitório. Neste edifício podiam ficar internados 44 meninos, todos filhos de leprosos, de 5 a 18 anos de idade, até então considerados indenes da lepra. O estabelecimento não tinha nenhum empregado doméstico. Todo o serviço, exceto o da cozinha e da lavanderia, era realizado pelos meninos maiores, mediante modestíssima gratificação mensal (SOUZA-ARAÚJO, 1942a). O documento assinado pela escrituraria Olga Bosi e pela presidente da Sociedade Espírito-santense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra senhora Quitéria Veloso Carneiro da Cunha, em 26 de abril de 1949 apresenta o valor das gratificações concedidas aos internos que atuavam nos diversos serviços no Educandário Alzira Bley, valores estes referentes ao mês de março de 1949 (Imagem 11).

Na lista aparecem 29 internos, sendo 13 do sexo feminino e 16 do masculino. O valor da gratificação variava entre 10 e 80 contos de réis. Foi pago aos internos a metade da quantia mencionada, pois a outra metade, de acordo com o Estatuto da Sociedade, deveria ser depositada na Caixa Econômica Federal em cadernetas de poupança para cada interno.

Imagem 11 – Gratificação dos internos que auxiliaram nos serviços do Educandário Alzira Bley em março de 1949

SOCIEDADE ESPIRITOSANTENSE DE ASSISTENCIA AOS LAZARDS E DEFESA CONTRA A LEPRO
ESTADO DO ESPIRITO SANTO

N. *Doc 110/3/49* Vitória, de de 19

GRATIFICAÇÃO AOS INTERNOS QUE AUXILIAM EM DIVERSOS SERVIÇOS NO EDUCANDÁRIO "ALZIRA BLEY", MÊS DE MARÇO DE 1949.

MARIA TRINHEIRA	80,00	✓
MARIA ANTONIA	40,00	✓
KATALINA SILVA	30,00	✓
NEUSA CORREIA	30,00	✓
BILDA SOARES	30,00	✓
CECILIA DE SOUZA GODINHO	20,00	✓
LAURA S. LEITE	20,00	✓
ZILCA DE OLIVEIRA PIRES	20,00	✓
EUDOXIA MATHIAS	20,00	✓
CARMELITA SILVA	15,00	✓
ELVIRA SIGMET	15,00	✓
MARIA XAVIER	15,00	✓
MARIA DE L. MONTEIRO	15,00	✓
ALEXANDRE TORATI	20,00	✓
JOEL BARROSA	20,00	✓
ANTONIO DA SILVA	20,00	✓
ACELIO BEALGER	20,00	✓
WILTON SOARES	20,00	✓
ANI XAVIER	10,00	✓
ANIBERTO MATHIAS	10,00	✓
OSIRAS DE SOUZA	10,00	✓
MOACIR LUDGERO	10,00	✓
LUIZ MATHIAS	10,00	✓
JOAQUIM FACUNDES	10,00	✓
JADEM ALBUQUERQUE	10,00	✓
MANCEL RICHADO	10,00	✓
ADRIALDO FULCHERIO	10,00	✓
LAZARO DE SOUZA GODINHO	10,00	✓
JOSÉ FERNANDES	15,00	✓
Total.....		595,00

Importa a presente folha em quinhentos e noventa e cinco cruzeiros (R\$ 595,00). Em 26 de abril de 1949.

Olga Bacci

(OLGA BACCI)
Escrituraria.

Foi paga, aos interessados indicados, a metade das importâncias mencionadas, ficando a outra metade, de acordo com os Estatutos da Sociedade, para ser depositada na "Caixa Economica", nas cadernetas respectivas.
Em 26.4.1949

Olga Bacci

(OLGA BACCI)
Escrituraria.

VISTO
Antônia V. Carneiro de Sousa
Presidente da Sociedade

O Padre Tellmann, de nacionalidade alemã, era um grande educador e não impunha aos meninos uma disciplina rígida, entretanto contava com a estima e a obediência de todos eles, que assim adquiriam,

como convém ao seu futuro destino, o hábito do trabalho. Eles cuidam não só da ordem interna do estabelecimento como também dos seus anexos: o estábulo, a pocilga, o aviário e a criação de lanígeros e caprinos. Tem a Granja 4 vacas de leite e 1 reprodutor de raça; 36 caprinos, 4 carneiros, 30 cobaias, 44 galinhas Leghorne e um bom cavalo de tração da charrete e carroça (SOUZA-ARAÚJO, 1942a, p. 29).

Quando o Dr. Souza-Araújo afirma na citação que estes meninos já adquiriram as bases fundamentais para o futuro destino, seja o hábito do trabalho, demonstra que a preocupação principal de todos era preparar os meninos e meninas para o mundo do trabalho (braçal, servil, doméstico). Assim quando saíssem seriam úteis à Pátria e capazes de se manter com os frutos de seu próprio trabalho.

Os jovens do sexo masculino que chegavam na puberdade eram separados das meninas que permaneciam no Educandário, sendo encaminhados para a Granja, que ficava bem perto, a ponto de todas as refeições serem realizadas com todos os internos juntos no refeitório do Educandário.

De acordo com o egresso Cravo³⁵, que permaneceu na instituição por 18 anos:

A Granja era onde a gente era alocado lá depois dos 15 anos. Completava 15 anos, tinha que ir pra lá, até pra não ter muito contato com os pequenos e as meninas também, né? Porque era a fase da puberdade, né? Então, esse prédio, era exatamente pra isolar esses adolescentes, entre aspas, né, problemáticos, né? (Informação verbal).

6.3. OS RELATÓRIOS

Anualmente os administradores do Educandário Alzira Bley emitiam um relatório sobre as atividades desenvolvidas na instituição para a Senhora Eunice Weaver, Presidente da Federação das Sociedades de Defesa Contra a Lepra (FSDCL) que se situava na Avenida Calógeras, n.15 – 11º andar, Rio de Janeiro – Estado da

³⁵ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Flores e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 07/09/2018.

Guanabara. A Federação funcionava como um órgão normativo de uma rede de educandários em todo Brasil.

A Sociedade Eunice Weaver do Espírito Santo, sucessora da Sociedade Espírito-Santense de Defesa Contra a Lepra, foi considerada de utilidade pública pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 1.473 de 8 de março de 1937.

A sede social e o escritório da Sociedade foram cedidos pelo então Secretário de Saúde Dr. Hamilton Machado de Carvalho, no ano de 1967, e funcionava numa sala anexa ao Centro de Saúde de Vitória, localizado na rua Cais de São Francisco, s/n, sala 30 - Centro de Vitória, Espírito Santo. Tal aquisição ofereceu melhores

condições de organização do serviço e um melhor entrosamento entre os serviços de lepra e a Saúde Pública, pela proximidade dos mesmos, facilitando no atendimento diário de consultas especializadas, exames, atestados, vacinas, trouxe um favorecimento incalculável (Relatório do Educandário Alzira Bley de 1967).

Segundo estatutos, a Sociedade Eunice Weaver do Espírito Santo era regida por cinco poderes: Assembleia Geral, Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Conselho Técnico. Os componentes desses poderes tinham mandato de dois anos e exerciam gratuitamente suas funções.

A Assembleia Geral era constituída pelos membros da diretoria, dos conselhos deliberativo, fiscal e técnico. A Assembleia Geral poderia ser ordinária e/ou extraordinária. A primeira se reunia anualmente para apreciação dos atos da Diretoria e aprovação de suas contas e a segunda, quando necessário.

A Diretoria poderia ser reeleita bienalmente. Esta se reunia ordinariamente, todos os meses ou extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente. Existia uma participação efetiva de todos os membros da Diretoria na administração da Unidade. O estatuto era observado, cumprindo assim a finalidade para a qual foi criado. A diretoria fazia prestação de contas anualmente e não tinha delimitado seu âmbito de ação.

As informações apresentadas na sequência são extraídas dos relatórios³⁶ anuais do Educandário Alzira Bley, uma vez que “*atendendo a determinação estatutária, a Sociedade Espírito-Santense de Defesa Contra a Lepra prestava contas, perante o Conselho Deliberativo e a Comunidade em geral, das atividades desenvolvidas durante o ano*” (Estatuto do Educandário Alzira Bley).

Foram encontrados, nos arquivos do Educandário Alzira Bley os relatórios referentes aos anos de 1949 e 1950 manuscritos em folhas de papel almaço e com registros mensais. Os relatórios citados a seguir são anuais, datilografados, assinados pelos respectivos presidentes e alguns aparecem com o registro em cartório: 1967, 1969, 1970, toda década de 70, toda década de 80 e a metade da década de 90. Analisamos as informações referentes aos primeiros relatórios encontrados até a metade de década de 1980, pois, referem-se ao período no qual restavam alguns remanescentes da internação compulsória, uma vez que apesar de ter findado em 1979, o processo de (re) introdução dos internos na sociedade se arrastou por mais algum tempo. Com base nesses relatórios e outros documentos do Educandário construímos o Quadro 9 com os (as) presidentes do Educandário Alzira Bley. A composição das equipes administrativas para o período encontra-se relacionada no Apêndice B.

Quadro 9 – Presidentes do Educandário Alzira Bley 1949-2019

Presidentes	Período	Anos
Quitéria Veloso Carneiro da Cunha	1949 a 1952	4
Candida Leitão Cunha	1953 a 1955	3
Euridice Figueiredo Valle	1956 a 1958	3
Carmem Rocha Cunha	1959 a 1962	4
Leonor Miguel Feu Rosa	1963 a 1966	4
Efigênia Braga Carvalho	1967 a 1968	2
Maria Clementina Velloso Santos	1969 a 1970	2
Laura Dias Chiabai	1971 a 1980	10
Déa Maria Moreira de Medeiros	1981 a 1983	3
Carmem Lúcia Peixoto Sant’Anna	1984 a 1995	12
Maria José Silva de Moraes	1996 a 2004	9
Cleilton Gomes	2005 a 2006	2
Geraldo Majela Malta Varejão	2007 até os dias atuais	

Fonte: Educandário Alzira Bley (2019).

³⁶ Making of 03.

Como as eleições para diretoria eram bianuais e não existia nenhum limite de recandidatura, algumas diretorias permaneceram no poder por muito tempo. A Presidente Maria José Silva de Moraes (1995/2000) homenageou uma das diretoras da década de 1960 colocando seu nome na biblioteca do Educandário, como apresentado na placa da Foto 51:

Foto 51 – Foto da ex-Presidente do Educandário “Leonor Miguel Feu Rosa” e placa



Fonte: Pavani (2017).

Do ponto de vista mais geral, os relatórios apontam para a participação da imprensa em todos os eventos promovidos pelo Educandário ou em prol do mesmo, por meio de festas beneficentes, bazares, bingos, sorteios e demais promoções que visavam angariar recursos para a manutenção da instituição. Além disso, todos os donativos (roupas, calçados, brinquedos, alimentos, eletrodomésticos, etc.) eram sempre muito importantes para manter os internos em todas as suas atividades dentro do Educandário Alzira Bley.

Em todos os relatórios, a partir da década de 1960, aparecem as precauções com a saúde das crianças internas, afirmando que periodicamente eram realizados exames de vista, exames dermatológicos, tratamentos dentários e de verminoses. As crianças, dentro da faixa etária adequada, eram imunizadas com as vacinas BCG, Varíola, Sarampo, Tríplice e Sabin. Mesmo assim há registros de “doenças da própria infância” ou “doenças da 1ª infância” como aparecem classificados nos relatórios os casos de gripe, febres intestinais, diarreias, furunculoses, catapora, conjuntivite e caxumba.

Os cuidados com os internos se estendiam também nas ações direcionadas à vida social. Mensalmente era organizada uma festa para os aniversariantes do mês, que na ocasião recebiam presentes comprados pela Sociedade Eunice Weaver do Espírito Santo e também presentes vindos dos padrinhos da Alemanha por meio do convênio com a Kindernothilfe.

Por meio da Amencar (Amparo ao Menor Carente), que é uma instituição não governamental, sem fins lucrativos, localizada no Rio Grande do Sul, mas com atuação em todo território nacional, foi firmado um convênio entre o Educandário Alzira Bley e o Programa de Apadrinhamento Kindernothilfe (Alemão). Nesse convênio, o padrinho recebia uma ficha individual com todos os dados da criança e da família, juntamente com foto da criança, eles trocavam correspondências, enviavam livros e postais, os padrinhos mandavam presentes no aniversário e no Natal, além de uma ajuda mensal para a instituição. Cabia ao Educandário encaminhar a prestação de contas anual.

Os aniversários eram comemorados com refrigerantes, doces, balas e bolos confeitados. Todas as comemorações realizadas durante o ano eram programadas com a cooperação das professoras e a diretora da Escola de 1º Grau “Souza Araújo” e a diretoria.

Outras datas importantes eram festejadas com as crianças durante o ano, como: Ano Novo, Carnaval, Páscoa, Dia das Mães, Festas Juninas, 07 de setembro, Dia da Árvore, Festa de São Cosme e São Damião, Dia dos Pais, Dia das Crianças e Natal. De acordo com as narrativas das histórias de vida dos ex-internos do Educandário

Alzira Bley, as comemorações mais esperadas eram o Dia das Mães, o Dia dos Pais e o Natal, porque eram as três ocasiões em que os filhos segregados podiam ir até a Colônia de Itanhenga visitar seus pais, mesmo que fosse através do parlatório de vidro, que posteriormente virou uma tela, depois uma cerca, como retratam as Fotos 52 A e B, e por fim, abriram-se os portões para o contato entre os familiares.

Foto 52 – Em A e em B, dia de visita das crianças do Educandário aos pais na Colônia de Itanhenga



Fonte: Família das Flores (2018).

As fotografias mostram que os irmãos sabiam do grau de parentesco que os unia e que cuidavam uns dos outros, como aponta Lírio³⁷:

Eu olhava para o Jacinto e eu sabia que ele era o meu irmão. Apesar de que os outros ex-internos, 90% (noventa por cento) deles, eu os tinha como irmãos. Tinha mesmo, como eu tenho até hoje. Mas eu sabia diferenciar quem era meu irmão de sangue (informação verbal).

Nas visitas que realizavam na Colônia, as crianças não podiam abraçar os pais, o contato era visual e por meio do aperto de mãos, pequenos afagos na cabeça, pois a cerca separava os pais “leprosos” do lado de dentro da cerca e os filhos indenes

³⁷ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Flores e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 05/09/2018.

do lado de fora, como na Foto 52 em B. Margarida³⁸ narra uma de suas visitas à Colônia:

Eu mesma era apaixonada na minha vizinha. Porque a minha vizinha, ela botava o dedinho em mim. Assim eu botava o dedinho. Assim, pra minha avó, eu era uma princesinha. Então, não me esqueço disso. Minha mãe já era mais retraída. A minha avó, eu não me esqueço, ela botava a mão em mim. Ela me chamava de princesinha, de bonequinha. Então, eu sentia uma paixão pela minha avó, apesar de não ter contato, nem afinidade. Era uma paixão de... dela mesma, assim por ela me “carinhar”. Ela fazia assim com o dedinho (demonstrou com o toque do dedo indicador da mão direita sobre a mão esquerda). Era só o dedinho no meu dedinho. Ela conseguia pegar meu cabelo. Ela ficava o tempo todo: “Que bonitinha!” (informação verbal).

Além das comemorações de datas importantes, os internos tinham ao longo dos anos a oportunidade de participar de atividades esportivas, culturais e de lazer em outros espaços fora do Educandário.

Nos relatórios constam algumas atividades ocorridas no período como: espetáculos de teatro infantil no Teatro Carlos Gomes e Circo da Cultura com ingressos cedidos pela Fundação Cultural do Espírito Santo; Circo Tyane (Cortesia do dono); Parque de diversões Play Center (cortesia do Juizado de Menores); cinema (cortesia do Consulado Americano); campeonatos de futebol; copa A Gazetinha; visitas à fábrica da Coca-Cola; passeios na Ponta de Tubarão, no Parque Moscoso, no Quartel da Polícia Militar, na Escola de Aprendizes de Marinheiro, no Convento da Penha e nas praias de Guarapari e Manguinhos.

Na década de 1980 o senhor Floriano Mendonça, um dos sócios da Viação Planeta cedia um ônibus uma vez por mês para realização de passeios com as crianças do Educandário.

Nos relatórios de 1949 e 1950 aparecem alguns relatos destas visitas conforme mostram as Imagens 12 e 13.

³⁸ Entrevista concedida pela integrante da Família das Flores e ex-interna do Educandário Alzira Bley em 01/05/2018.

Imagem 12 – Relação de passeios de 1949

Relação de passeios:

Férias de julho:

2 passeios ao Aero-Porto sendo 1 com os maiores e outro com os menores

2 passeios em Maricará (Fazenda Sr. João Firme) sendo 1 com os maiores e outro com os menores no dia 21 de Setembro.

Na Praia da Costa dia 9-10-49.

Fonte: Educandário Alzira Bley (1949).

Imagem 13 – Relação de passeios de 1950

Dados para o relatório - janeiro de 1950

Dia 1º de janeiro	-	Procissão em Cariacica
Dia 2 " "	-	Cinema pelo Padre Brasil.
" 6 " "	-	Cinema pelo Consulado Americano
" 7 " "	-	Piquê e Banho - na praia da Costa com a turma dos maiores
" 14 " "	-	Piquê e Banho - na praia da Costa com a turma dos menores
" 19 " "	-	Foi comemorado pelos internos e funcionários do E. A. B. o aniversário de D. Cândida Leitão Cunha - Diretora do Estabelecimento.
Dia 21 de janeiro	-	Casamento - comemoração aniversário de Sr.ª. Ferreira Martins.
Dia 27 de janeiro	-	Foram festejados os aniversários de Aurelio Scalzer, Luiz Godinho e Maria da Silva.

Fonte: Educandário Alzira Bley (1949).

Dentre as inúmeras visitas que o Educandário recebia anualmente incluem-se as senhoras dos clubes Lyons, Rotary, Maria Ortiz, a imprensa capixaba, deputados, desembargadores, alunos e professores de colégios particulares, religiosos, inspetores e presidente da Federação da Sociedade Eunice Weaver, assistentes sociais, secretários estaduais e municipais de Educação, dentre outros. Algumas destas visitas deixavam registradas suas impressões sobre o Educandário, conforme mostram os textos das Imagens 14, 15, 16 e 17.

Imagem 14 – Impressões das professoras do Grupo Escolar Padre Anchieta (1949)

Visitas e impressões - Educandário "Alzira Bley" Outubro e Novembro de 1949

Professoras que acompanharam o Grupo Escolar Gomes Cardim: Juacy Reilly de Magalhães
Cecília Nunes Andrade
Lacy Nunes Loyola

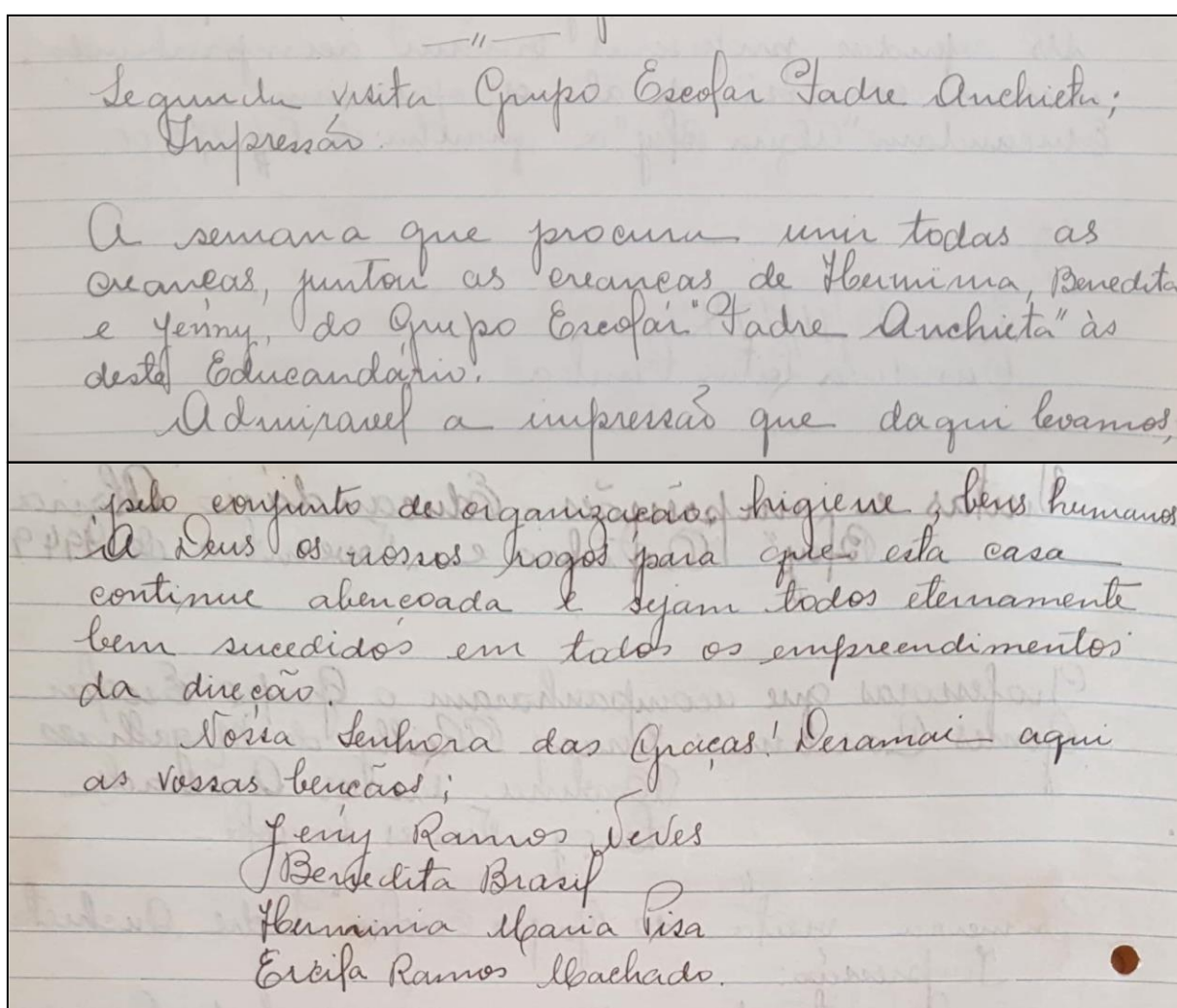
Primeira visita do Grupo Escolar "Padre Anchieta"
Impressão:
Aproveitando a semana Nacional da Criança eu e minha colega M^a da Glória Freitas Duarte em companhia de nossos alunos de 4^o ano, do Grupo Escolar "Padre Anchieta" visitamos as várias dependências deste modelar Educandário.
De tudo que vimos, tivemos a melhor impressão: muita ordem, asseio, conforto e, principalmente o carinho para aqueles que não têm a felicidade de estarem juntos a seus pais...

16-10-49
Charis Bandeira Silva
Mariana da Glória F. Duarte

Fonte: Educandário Alzira Bley (1949).

Nota-se pelos relatos, que as professoras tiveram uma boa impressão do Educandário, tanto que se referem a aspectos como de muita ordem, asseio, conforto e carinho para com as crianças. A boa impressão levou a uma segunda visita, imagem 15. Na semana da criança os alunos do grupo escolar “Gomes Cardin” levaram uma serie de donativos para o Educandário: alimentos, doces, sabonetes, brinquedos e roupas. Do Grupo “Padre Anchieta” foram doados 2 quilos de balas e 90 saquinhos com balas e biscoitos.

Imagem 15 – Impressões das professoras do Grupo Escolar Padre Anchieta (1949)

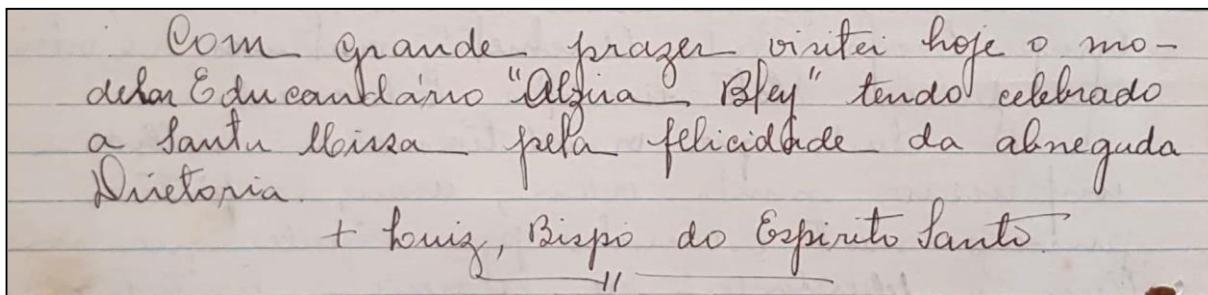


Fonte: Educandário Alzira Bley (1949).

Admirável a impressão que as professoras tiveram da instituição a que se referem como organizada, higiênica e rica em recursos humanos. Invocam toda sua religiosidade em prol daqueles que ali vivem e trabalham. Uma expressão que

aparece nos relatos das professoras e também do Bispo que celebra uma missa na instituição é: **modelar Educandário**, conforme Imagem 16.

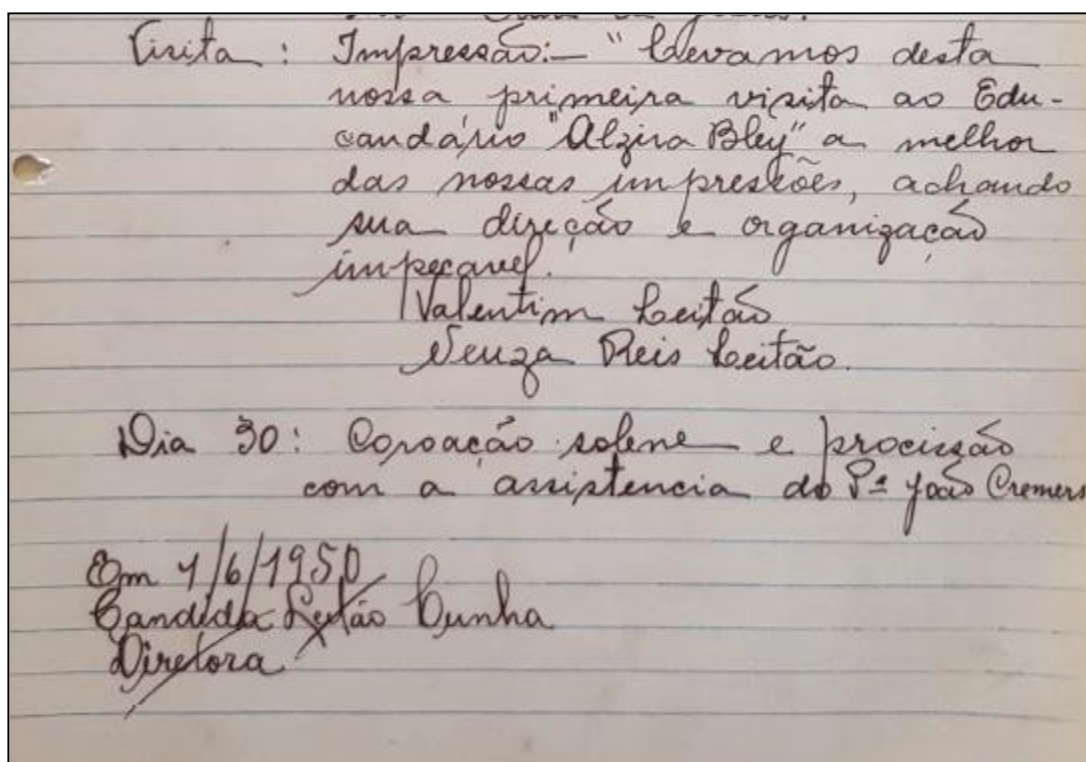
Imagem 16 – Impressão do Bispo Luiz (1949)



Com grande prazer visitei hoje o modelar Educandário "Alzira Bley" tendo celebrado a Santa Missa pela felicidade da abnegada Diretora.
+ Luiz, Bispo do Espírito Santo

Fonte: Educandário Alzira Bley (1949).

Imagem 17 – Impressão de 25/05/1950



Visita: Impressão: - "Levamos desta nossa primeira visita ao Educandário "Alzira Bley" a melhor das nossas impressões, achando sua direção e organização impecável.
Valentim Leitão
Genza Reis Leitão.

Dia 30: Coroação solene e procissão com a assistência do P. João Cremers.

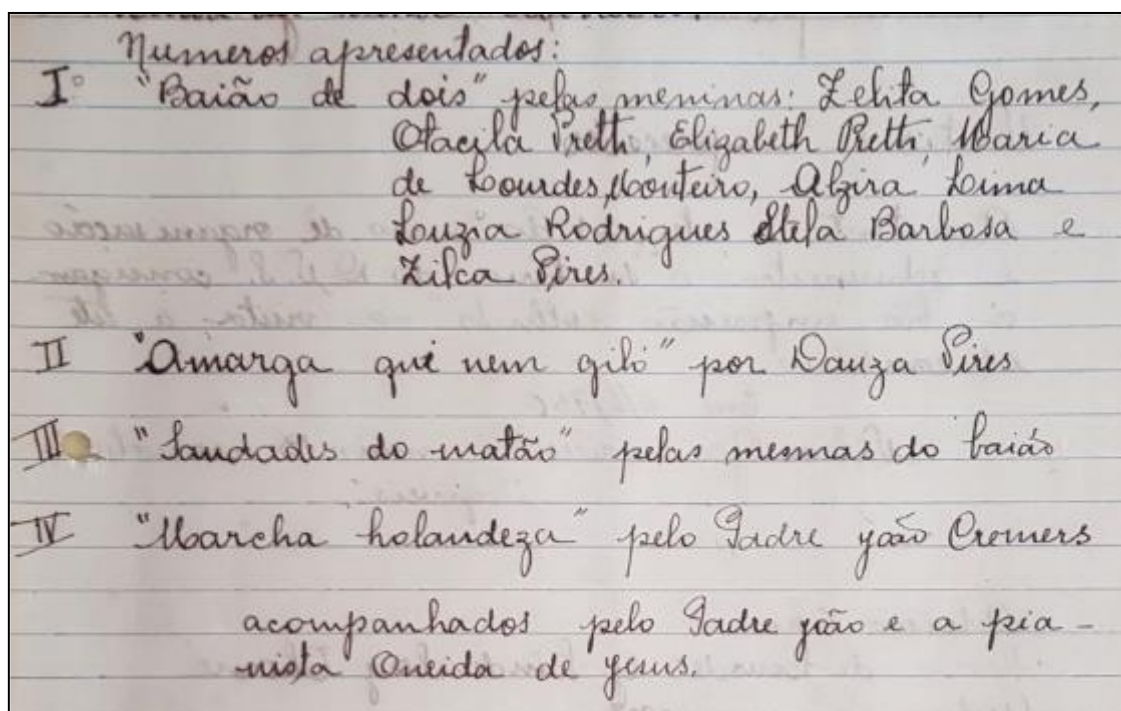
Em 4/6/1950
Candida Leitão Cunha
Diretora

Fonte: Educandário Alzira Bley (1950).

O que se espera de um educandário modelar? Será que as impressões foram escritas pelos visitantes ou pela senhora Candida Leitão Cunha, então diretora do Educandário, uma vez que a caligrafia é a mesma em todo o relatório? Não há registros das impressões dos pais? E das crianças? Nossas respostas estão nas histórias de vida que os protagonistas desta história nos contaram.

O mês de junho de 1950 foi bastante movimentado, o Educandário recebeu as visitas da professora Zaira Manhães de Andrade e suas alunas da 4ª série Ginásial do turno vespertino, do assistente Nilson Guimarães e seus 13 alunos do curso de organização e administração sanitária do Departamento Nacional de Lepa. Além da Festa Junina dirigida pela professora de Educação Física Adelaide Amorim, auxiliada pelas professoras Maria Ortiz Ramos e Maria da Penha Carneiro, que ensaiaram a quadrilha e organizaram as barraquinhas. A Imagem 18 nos mostra a programação de apresentações da festividade.

Imagem 18 – Programação da Festa Junina do Educandário Alzira Bley (1950)



Fonte: Educandário Alzira Bley (1949).

Um fato que chama atenção é a participação dos religiosos em todas as atividades que envolviam os internos. Eles faziam muito mais que celebrar missas, batizar, ministrar a primeira eucaristia e casar os internos, de acordo com a história de vida do ex-interno Topázio³⁹:

eram eles que animavam um pouco a gente. Tinha um padre que ia lá, o Padre Mathias, que era lá do Hospital de Itanhenga, ele era alemão mesmo. Ele construiu uma capela no Educandário. Então, dia de domingo ele

³⁹ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Pedras Preciosas e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 12/06/2016.

celebrava a missa e levava uma bola para gente brincar, ele tinha um carinho por nós. Muito bom, ele mais que alegrava a gente (informação verbal).

Os religiosos brincavam com as crianças, dançavam, faziam os registros fotográficos, levavam informações sobre os filhos para os pais que estavam na Colônia, e também davam conselhos como relata Diamante⁴⁰, 81 anos, moradora da Colônia de Itanhenga há 70 anos:

Mas eu me casei também pra fazer raiva pra minha sogra. Ela falou assim: “essa gente italiana, nanica, eu não tenho fé nisso não!”. Ela falava né. Eu conversei com o padre: “Ih, Padre Mathias o quê que eu faço agora hein?”
Ai ele falou assim: “Minha filha você pode casar, eu vou fazer o seu casamento, o pecado é dela, não é seu não!”. Ele falou, e eu falei assim, então eu vou casar pra fazer vingança a ela. Me casei. Casei, depois a filha que ela gostava mais, que tinha, era eu (informação verbal).

A participação dos religiosos na vida dos leprosos na Colônia de Itanhenga e de seus filhos indenes no Educandário era de grande relevância e é ressaltada nas narrativas de muitos ex-internos.

No relatório de 1967, a presidente Efigênia Braga Carvalho valoriza a sede própria e organiza um programa agropecuário que alinhava ensinamentos práticos e teóricos aos alunos, o que proporcionou considerável melhora na alimentação dos mesmos. A produção de carne passou de 12 para 102 quilos semanais. Existia uma expectativa de renda futura com a restauração das oficinas de trabalho e melhoramento nas instalações e na pintura.

No mesmo ano, o relatório registra a abertura de um poço artesiano devido à escassez e a má qualidade da água no Educandário. “A água que jorrou é pura, cristalina e abundante. Todos estão satisfeitos e não teremos mais problemas de água, se Deus quiser” (Relatório Anual do Educandário Alzira Bley de 1967.⁴¹).

Em 1971 foi publicada a portaria nº1 de 25/03/1971 que autorizava o Educandário a atender também as crianças carentes, com outros problemas e diversas

⁴⁰ Entrevista concedida pela integrante da Família das Pedras Preciosas e ex- moradora da Colônia de Itanhenga em 12/11/2017.

⁴¹ Relatório Anual do Educandário Alzira Bley de 1967.

procedências. “Este fato veio contribuir para que os mesmos se sentissem iguais aos outros e livres do estigma filhos de leproso, ou por outra, sendo apenas vistos como coitadinhos e dignos de pena” (Relatório Anual do Educandário Alzira Bley de 1981⁴²).

Para admissão dos menores carentes na instituição eram exigidos os seguintes documentos: certidão de nascimento, atestado de saúde e 3 retratos. Realizava-se também uma entrevista com o responsável para averiguar a elegibilidade do internamento. As fichas de internamento (Imagem 19) eram preenchidas na entrevista.

Imagem 19 – Fichas de internamento de crianças em vulnerabilidade social

INTEENFANTIS		INTEENFANTIS	
Nome da Obra	"EDUCANDÁRIO ALZIRA BLEY"	Nome da Obra	"EDUCANDÁRIO ALZIRA BLEY"
Nome do menor	[REDACTED]	Nome do menor	[REDACTED]
Data do Internamento	10-09-86	Data do Internamento	15-09-86
Naturalidade	Ubatuba	Naturalidade	Ubatuba - E. Santa
Cor	Clara	Cor	Branca
Sexo	masculino	Sexo	masculino
Nascimento	22-04-81	Nascimento	09-04-85
Filiação	[REDACTED] viv e [REDACTED]	Filiação	[REDACTED] viv e [REDACTED]
Responsável	[REDACTED]	Responsável	[REDACTED]
Grav de parentesco	mãe	Grav de parentesco	mãe
Endereço	Rua 36 com 64 lote de esquina Quadra 87 Itanhenga	Endereço	Lote 4 Quadra 26 Rua 20 Itanhenga I
Ponto de referência	Secção a Igreja Batista	Ponto de referência	-
Procedência	Itanhenga	Procedência	Itanhenga
(espontânea? encaminhada por quem?)		(espontânea? encaminhada por quem?)	
DATA	Setada Sum	DATA	Setada
Motiv o do Internamento	Pobresa. O pai vive constantemente embriagado.	Motiv o do Internamento	Pobresa. O pai separado mas trabalha e não tem como quem deixar o filho.
	[REDACTED]		[REDACTED]
	- PARECERES -		- PARECERES -

Fonte: Educandário Alzira Bley (1986).

Na pasta de internamentos do Educandário no ano de 1986 constam 17 fichas, todas apresentam como motivo do internamento problemas sociais como pobreza, alcoolismo, separação, não ter com quem deixar os filhos para trabalhar, drogas, entre outros. Quanto à procedência, 13 são de Itanhenga e 4 do Hospital Pedro Fontes. Em todas as fichas as mães aparecem como responsáveis pela criança. Todos os novos internos são meninos com idades entre 1 e 12 anos.

⁴² Relatório Anual do Educandário Alzira Bley de 1981.

A década de 1970 teve forte influência das formações técnicas oferecidas aos internos do Educandário, uma vez que essa preparação poderia garantir-lhes empregabilidade quando egressos. Em 1970, cinco internos concluíram o aprendizado de fabricação de colchões. Cinco internas fizeram o Curso de Economia Doméstica Rural, no Ginásio Agrícola de Colatina, em Baunilha. Duas internas fizeram o Curso de Monitor (alimentação, puericultura, enfermagem, socorros de emergência, saneamento, noções de costuras) na Caritas. Treze internos fizeram o curso de férias da Pipmoi, de solda elétrica, solda oxiacetilênica e de encadernação. Todas as formações profissionais visavam à inserção dos internos no mundo do trabalho e conseqüentemente na sociedade. Nesse sentido em 1971, 11 alunos estudaram no Instituto Profissional Caboclo Bernardo em Aracruz, 5 alunas frequentaram o curso de preparação de Economia Doméstica em Baunilha e 5 alunas fizeram o curso para Babás, dado pelas Pioneiras Sociais. Além desses, outros trinta jovens acima de 14 anos participaram de cursos para adolescentes, tendo boa aceitação. Em 1972, 8 alunos estudaram em Caboclo Bernardo, Instituto de Ensino Médio pertencente à Fesbem e muitas moças, com idade acima de 14 anos, participaram do curso para Adolescentes e curso de preparação para o Lar, ambos organizados pela Caritas Arquidiocesana de Vitória. Foi também organizado um curso de artesanato de couros que funcionou no Educandário sob a orientação de professora especializada cedida pelo Sesi.

No ano de 1973, vários cursos de trabalhos manuais atendiam às crianças na faixa etária de 11 a 16 anos. O curso de corte e costura, com três aulas por semana foi ofertado pelo convênio celebrado com a LBA; o curso de Artes Industriais foi criado com auxílio da Secretaria de Educação com aulas diárias; o curso de Marcenaria funcionou com professores do Departamento de Edificações e Obras e o curso de artesanato em couro, com 2 aulas semanais, teve ajuda da Fesbem. Houve festividade no encerramento dos cursos, com entrega de diplomas. A festa foi abrilhantada com a presença da 1ª dama e Presidente da Federação Carmencita Gibson Barbosa e de sua primeira secretária Lucimar Costa Lima.

Como nos anos anteriores, em 1974, as senhoras da Casa da Amizade dos Rotarianos de Vitória visitaram o Educandário várias vezes, levando filmes educativos para serem projetados e distribuindo balas e doces. As alunas do

Instituto de Educação também visitaram a Instituição, organizando brincadeiras e jogos com os internos. Estavam em funcionamento nessa época os cursos de Corte e Costura, Alfaiate, Trabalhos Manuais, Arte Industriais e Marcenaria, ocupando assim os internos em seu tempo livre com cursos profissionalizantes. Por ocasião das férias escolares, os internos cujos pais podiam e queriam recebê-los, tinham permissão para saída, passando com os familiares todo o período de descanso.

Os cuidados com os internos estendiam-se para todas as esferas da vida, inclusive na saúde. Em um dos relatos consta que, no mês de abril de 1975, a menor Luzia da Luz Pacheco foi retirada do Educandário Alzira Bley, pela chefe do Serviço Social da Administração do Porto de Vitória, para tratamento ortopédico em Belo Horizonte. No mês de outubro a menor regressou ao educandário, após um tratamento de 7 meses já bem adaptada à perna mecânica. Na esfera social as festividades da Semana Santa contaram com programações variadas: teatro, distribuição de ovinhos de chocolate, máscaras de coelho e muitas brincadeiras, como apresentam as Fotos 53 e 54.

Foto 53 – Apresentações sobre a Páscoa (1975)



Fonte: Educandário Alzira Bley (1975).

Foto 54 – Crianças usando máscaras de coelhinhos na Páscoa de 1975



Fonte: Educandário Alzira Bley (1975).

No mês de junho de 1975 o Educandário foi beneficiado com uma barraca na feira dos municípios, que rifou uma televisão colorida, todos os recursos angariados eram utilizados para manter as despesas da instituição.

Auxiliavam também nas necessidades das crianças as doações recebidas por diversos atores sociais. Em 1975 os membros da Associação dos Promotores visitaram o Educandário e doaram peças inteiras de tecidos, balas e roupas. Como os tecidos eram confeccionadas roupas para as crianças, como pode ser observado na Foto 55.

Foto 55 – Crianças do Educandário com vestidos de um mesmo corte de tecido



Fonte: Educandário Alzira Bley (1975).

Para vestir as crianças do Educandário as doações de roupas e calçados vinham por diversos meios. A organização alemã denominada “Kindernothilfe” enviava trimestralmente donativos em vestuário, material escolar, alimentação, material de recreação, higiene, material para assistência médica e dentária, e para presentes. Com relação a esse programa deve-se ressaltar que a correspondência entre os internos e seus padrinhos alemães era muito boa, tanto pelo relacionamento como pela visão do mundo lá fora, através de livros, postais e descrições que os padrinhos relatavam sobre suas vidas. Consta também no relatório a contribuição da Escola de Medicina Emescam, que por ocasião do Vestibular, organizou uma campanha de alimentos, roupas e sapatos que foram doados aos internos do Educandário.

A partir de 1976, a EEEF Dr. Souza Araújo passou a atender, além das crianças do Educandário, às crianças da comunidade. A partir de 1977 o Educandário Alzira Bley passou a contar com a colaboração da Assistente social Elisabeth Christo Roncetti que recebia através da Fundação Hospitalar e desenvolvia seu trabalho junto às crianças e seus pais.

Em 1977 o Educandário Alzira Bley foi visitado pelo Dr. Djalma Nunes, Inspetor da Federação das Sociedades Eunice Weaver e pela Presidente da Federação

Carmencita Gibson Barbosa, pela Assistente Social Doraci Carvalho da Federação Sociedades Eunice Weaver da Divisão de Recife. Vários outros visitantes estiveram no Educandário. O Secretário de Educação Arabelo do Rosário, na sua visita ao Educandário, se prontificou em dar uma ajuda para a limpeza da EEEF Dr. Souza Araújo e para algumas reformas. A Nutricionista Olga Rezende visitou o Educandário para orientação de uma tabela alimentar, e organizou o almoxarifado. Um repórter alemão esteve no Educandário representando o padrinho de Eva Gomes, que visitou também a Sede conversando longamente com a Presidente Laura Dias Chiabai, conforme Fotos 56 e 57.

Foto 56 – Laura Dias Chiabai e o repórter alemão (1977)



Fonte: Educandário Alzira Bley (1977).

Na Foto 56, a Presidente do Educandário apresenta as dependências da instituição para o repórter alemão que faz os registros fotográficos com máquina própria da época, todos estão sorrindo e a visita parece transcorrer tranquilamente. Na Foto 57 o local da conversa é o refeitório, a mesa aparece forrada com toalha e a janela está com a cortina entreaberta, são servidos água e café.

Foto 57 – Visita de um padrinho da Alemanha, convênio Kindertotilfe (1977)



Fonte: Educandário Alzira Bley (1977).

Por ser o Ano Internacional da Criança, 1979 foi marcado pela presença de inúmeros clubes, associações religiosas e leigos, grupos de pessoas que visitaram o Educandário levando aos internos presentes, lanches, peças teatrais e carinho, proporcionado às crianças momentos de alegria. Foi a partir deste ano que as crianças e jovens do Educandário Alzira Bley começaram a ser reintegradas as suas famílias. Apesar do fim da internação compulsória, há registros da permanência destes internos até meados da década de 1980.

Em 1980 a assistente social que atendia o Educandário foi demitida. Em 1983 o médico que assistia insatisfatoriamente as crianças do Educandário também foi demitido e nenhum outro profissional foi contratado para esta função.

No primeiro semestre de 1984 foram admitidas no Educandário duas religiosas, a Irmã Rita Zampirolli e a Irmã Balduina Rodrigues de Souza (Tia Lina), sendo que a última trabalha em regime de tempo integral nos dias úteis, até os dias atuais. Graças à presença dessas colaboradoras esclarecidas e dedicadas, o atendimento pessoal à criança e o relacionamento Lar-criança-família ficou muito melhor.

Os Quadros 10 e 11 sintetizam as informações que se repetem nos relatórios de 1949, 1950, 1967,1969, 1970, toda década de 1970 e metade da década de 1980, quando ainda restavam alguns remanescentes do período da internação compulsória.

Atividades		Anos									
		1949	1950	1967	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
ASSISTÊNCIA	Médica	----	Dr. Pedro Silva Neto diretor da colônia ficava a cargo da pediatria e Dr. Antônio Costa dava assistência as crianças de maior idade.	Dr. Antônio Luiz da Costa; Sr. Sebastião Cabral do Serviço de Lepra; Doutorandos: Guilherme Braga Carvalho e Geferson Neves.	Dr. Antônio Luiz da Costa; Acadêmico Murilo Gimenes. 4 óbitos durante o ano. Vítimas de encefalite, pneumonia, convulsão e gastroenterite.	Dr. Antônio Luiz da Costa; Sr. Sebastião Cabral do Serviço de Lepra; Dr. ^a Mariza Gonçalves; 5 acadêmicos da Ufes. Somente 1 óbito neste ano.	Dr. Ademar Leal. 8 acadêmicos da Ufes. Sr. Sebastião Cabral do Serviço de Lepra; Dr. Maria Tereza Abelha. Dr. ^a Mariza Gonçalves. Somente 1 óbito neste ano.	Dr. Ademar Leal. 8 acadêmicos da Ufes. Sr. Sebastião Cabral do Serviço de Lepra; Dr. Maria Tereza Abelha. Dr. ^a Mariza Gonçalves. Nenhum óbito neste ano.	Dr. Reinaldo Ademar Leal. 3 acadêmicos da Ufes. Sr. Sebastião Cabral do Serviço de Lepra; Nenhum óbito neste ano.	Através da Secretaria de Saúde possuem assistência médica de um pediatra e um dermatologista. Todas as crianças são vacinadas além dos professores e funcionários.	Através da Secretaria de Saúde possuem assistência médica de um pediatra e um dermatologista; Dr. Reinaldo Ademar Leal.
	Dentária	Possuem assistência dentária, mas não citam o nome do dentista.	Possuem assistência dentária, mas não citam o nome do dentista.	Dr. Jarbas Pires Martins	Dr. Arildo Gimenes	Dr. Arildo Gimenes. O gabinete dentário foi reequipado com um motor novo.	Dr. Arildo Gimenes	Dr. Arildo Gimenes. Por meio do intermédio do Sr. Hamilton Machado de Carvalho receberam a doação da Secretaria de Saúde de um equipamento dentário completo.	Dr. Arildo Gimenes. Todas as crianças receberam aplicação de flúor na faculdade de Odontologia, inclusive algumas correções de arcada.	Dr. Arildo Gimenes Rodrigues. No mês de janeiro, todas as crianças de 6 a 14 anos receberam aplicação de flúor pela faculdade de odontologia.	Dr. Arildo Gimenes Rodrigues.
EDUCAÇÃO	Creche	Dirigida pela enfermeira Jandira Scalzer.	Dirigida pela enfermeira Jandira Scalzer.	Dirigida pela enfermeira Jandira Scalzer.	Foi construído um tanque coberto e comprado um fogão de seis bocas a gás.	Foram refeitas as instalações hidráulicas, o tanque, instalação de chuveiros elétricos, novos vasos sanitários	Não foi informado.	O Grupo Escolar foi totalmente pintado e consertado.	A creche foi totalmente reformada menos o telhado. Adquirimos uma nova incubadora, 2 vaporizadores e 1 balança. Reforma do pátio de recreação.	A creche tem 18 crianças.	A creche tem 20 crianças.
	Jardim de Infância	----	----	45 alunos	35 alunos	28 alunos	Não foi informado.	Continua funcionando para atender as crianças menores.	Funciona com 2 professoras e 30 crianças.	47 crianças.	30 crianças
	Escola Dr. Souza Araújo	----	----	1ª série: 56 alunos 2ª série: 24 alunos 3ª série: 18 alunos 4ª série: 26 alunos 5ª série: 14 alunos Ginásio São João Batista: 9 alunos Escola Pavoniana: 1 aluno e SENAI:2	131 alunos.	127 alunos. A Secretaria de Educação e Cultura contratou 3 professores que se encarregam da parte da Educação Física.	Funciona bem apesar de estar sem diretora até o fim do 1ª semestre, depois foi nomeada a professora Aurea Matos.	Foi ofertado curso de Alfabetização Mobral para 250 alunos, entre internos e moradores de Cariacica.	Atende a todas as crianças em idade escolar.	70 crianças.	70 crianças

	Agricultura	Eucalipto, amendoim, mamão, banana, batata doce, aipim, milho, hortaliças, cana, fruta pão, laranja, berinjela chuchu, Tomate, abóbora, feijão, amora, pimentão, inhame, cenoura, nabo, beterraba, acelga, rabanete.	Plantio de milho, aipim, abóbora, banana, quiabo, couve, repolho, alface, chuchu, mamão, cana, Taioba, almeirão, jaca, amendoim, batata, melancia, batata doce, goiaba, berinjela, cajás, biribas, manga.	Foi um dos melhores resultados com a ajuda do Fundo Rural Agropecuário com a colaboração do técnico agrícola Édio Guedes.	Foram plantadas citros e as terras estão preparadas para plantar bananeiras.	Funcionou regularmente sob a coordenação do técnico agrícola Édio Guedes no 1º semestre e Henrique Hammer no 2º.	Tem resultado satisfatório, tendo verdura com fartura para o consumo diário. Funcionário Henrique Hammer e Técnico Edgar Carvalho.	A horta continua abastecendo o Educandário com frutas e legumes com fartura. Funcionário Henrique Hammer e Técnico Edgar Carvalho.	A horta continua abastecendo o Educandário com frutas e legumes com fartura. Com a orientação dos funcionários Arquilau Soares e Técnico Edgar Carvalho do Ministério da Agricultura.	A horta continua abastecendo o Educandário com frutas e legumes com fartura. Com a orientação dos funcionários Arquilau Soares e Técnico Edgar Carvalho do Ministério da Agricultura.	A horta continua abastecendo o Educandário com frutas e legumes com fartura. Funcionário Arquilau Soares e Técnico Edgar Carvalho.
EDIFICAÇÕES	Capela	Procissão e celebração da Missa de Ramos pelo Bispo Luiz.	Compra de dois pares castiçais e uma floreira para capela.	Precisa de pintura no madeirame.	Não foi mencionada no relatório.	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	Pavilhão Central	-----	-----	Foram inauguradas duas enfermarias	Não foi mencionada no relatório.	Houve total recuperação do Pavilhão Pedro Fontes.	Houve recuperação da parte elétrica e hidráulica.	A cozinha e o pavilhão central foram reformados e pintados.	O refeitório recebeu reforma completa e 1 pia nova. Reforma do pavilhão central e dos dormitórios.	-----	-----
TRANSPORTE		Jeep Chopa Branco	Jeep Chopa Branco	Veículo Rural Willys 1965.	Não foi mencionada no relatório.	-----	-----	-----	-----	-----	-----
COMISSÃO DE FESTAS		Lygia Ramalho Yedda M.Barcelos Hilda Martins Renata Ruschi Camatgo Odette Murad Zoê Hess Drummond	Lygia Ramalho. Yedda M.Barcelos Hilda Martins Renata Ruschi Camatgo Odette Murad Zoê Hess Drummond	Teresinha Rusch, Isabel Saad, Denize Saad, Lourdes Martins e Marcia Drews. Foram realizados 2 desfiles e chá-biribá e uma promoção de sorteio de 5 prêmios, sendo 3 automóveis e 2 televisores.	Laura Chiabai, Nilza Miranda, Isabel Saad.	Laura Chiabai, Isabel Saad. Desfile de modas em Guarapari e no Clube Vitória. Bazar "Lair Lucas". Encenação da peça "Puff, o Fantasmilha". Avant Première do Filme: "Se meu fusca falasse".	Marly Vivacqua. Avant Première do Filme: A vida de Cristo. Desfile de moda com coquetel. Recital de Piano de Ivete Magdaleno. Showçaito.	A diretora de promoções Marly Vivacqua afastou-se deste cargo por motivo de força maior. Mesmo assim foram realizados: desfile de modas com coquetel, festa de barraquinhas em Cariacica e chá-desfile.	Continuam sem diretoria de promoção e a D. Ilmar Teixeira de Carvalho organizou um Avant Première do Filme: Aventuras dos anjos rebeldes com parte da renda para o Educandário.	Festa beneficente na Escola de Aprendizes de Marinheiros com apresentação do coral, bingo e vendas de quadros.	Barraca na Feira dos Municípios. Rifa de uma televisão colorida.

Fonte: Educandário Alzira Bley⁴³ (2018).

⁴³ Relatórios do Educandário Alzira Bley dos anos de 1949, 1950, 1967, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974 e 1975.

Quadro 11 – Quadro Síntese dos Relatórios do Educandário Alzira Bley de 1976 a 1985

Anos		1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
		Atividades									
SERVIÇOS	Costura	Curso de corte e Costura e Educação para o Lar.	Curso de corte e Costura e Educação para o Lar.	Curso de Educação para o Lar.	Curso de Educação para o Lar.	----	----	----	----	Quatro vezes por semana as meninas de 8 a 14 anos fazem aulas de artesanato.	Um pequeno grupo de meninas aprende pintura em tecido, bordado e crochê.
	Sapataria	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
	Lavanderia	----	----	----	Compraram máquinas novas para a lavanderia.	A lavanderia foi equipada com as verbas do Ano Internacional da Criança e a secadora foi comprada com recursos da Funabem.	----	----	----	----	----
	Barbearia	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
ASSISTÊNCIA	Médica	Pediatra Dr. Reinaldo Ademar Leal; Dermatologista Dr. Sebastião Ferreira de Araújo.	Pediatra Dr. Reinaldo Ademar Leal; Dermatologista Dr. Sebastião Ferreira de Araújo. Todas as crianças fizeram exame de vista na Santa Casa. Neste ano 3 crianças morreram.	Pediatra Dr. Reinaldo Ademar Leal; Dermatologista Dr. Sebastião Ferreira de Araújo.	Pediatra Dr. Reinaldo Ademar Leal fez 108 visitas ao Educandário. O dermatologista Dr. Wanderley Simões Filho começou a prestar serviços no segundo semestre e fez 6 visitas às crianças.	Pediatra Dr. Reinaldo Ademar Leal que fez 117 visitas ao Educandário. O médico Dermatologista Dr. Wanderley Simões Filho compareceu apenas 4 vezes no Educandário durante todo o ano de 1980.	Um Clínico Geral atende as crianças no Educandário. A Secretaria de Saúde não está mais enviando os medicamentos, sendo estes comprados, a partir de agora, pelo Educandário. Não tem mais dermatologista.	O Clínico Geral atende as crianças do Educandário uma ou duas vezes por semana. Inúmeras crianças receberam assistência médica em Vitória no Hospital Infantil e no Pronto Socorro.	O Clínico Geral que assistia insatisfatoriamente e as crianças foi demitido pelo atual Secretário de Saúde e apesar dos pedidos feitos ao Secretário e ao Diretor do lesp nenhum outro médico foi destacado para o Educandário.	Continuam sem médicos e se faz necessário que as crianças sejam encaminhadas aos hospitais e postos médicos do Inamps.	Não foi mencionado nenhum tipo de atendimento médico neste relatório.

Atividades		Anos									
		1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	Pocilga	A Cofai doa a ração mensal e a pocilga dá lucro.	A Cofai doa a ração mensal.	Não foi mencionada neste relatório.	A Cofai doa a ração mensal.	Foi construída uma nova pocilga sob orientação do técnico da Emater. A Cofai doa a ração mensal.	A Cofai doa a ração mensal.	A Cofai doa a ração mensal.	Não foi mencionada neste relatório.	Os porcos da pocilga foram roubados.	-----
	Aviário	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	Agricultura	A horta fica aos cuidados do Sr. Arquilau e abastece regularmente o Educandário. Receberam sementes da Diaconia.	A horta fornece verduras para o consumo no Educandário: mandioca, milho. Orientado por um técnico agrícola do Corpo da Paz.	Não foi mencionada neste relatório.	A horta fornece verduras para o consumo no Educandário.	A horta fornece verduras para o consumo no Educandário.	A horta fornece verduras para o consumo no Educandário.	"Por mais que tentássemos implantar um projeto agrícola, por pequeno que fosse, tivemos insucesso, pois o engenheiro agrônomo que a Secretaria de Agricultura pôs a nossa disposição nada fez de concreto".	Contrataram um funcionário para lavrar a terra e com a ajuda dos garotos, e, apesar dos furtos constantes, conseguiram colher 6 sacos de feijão preto, 3.412 espigas de milho e algumas hortaliças.	Colheram expressiva safra de feijão, milho, aipim, abacaxi e hortaliças que foram consumidas na alimentação das crianças e também comercializadas. Muitos menores ajudaram neste trabalho.	Um grupo de 40 crianças diariamente (3 horas por dia) pratica trabalhos agrícolas, desde a preparação da terra, plantio, colheita e comercialização.
EDIFICAÇÕES	Capela	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	Pavilhão Central	Foram reformados e construídos novos banheiros.	Foram reformados e construídos novos banheiros.	Foi reformado o telhado, mas não deu para terminar por falta de recursos. Reforma da rede elétrica.	Fizeram melhorias no Pavilhão Central, inclusive numa sala que foi destinada ao almoxarife. Compraram camas novas para os dormitórios.	O Pavilhão Pedro Fontes foi inteiramente reformado com recursos do Funabem. A cozinha sofreu reforma no teto, piso, pias de mármore e fogão novos.	As instalações elétricas do Pavilhão Central foram trocadas porque estavam péssimas.	Foi trocada a pia da cozinha e instalado um grande portão de ferro na estrada lateral.	Foram trocados os vidros que estavam quebrados nas janelas do refeitório.	Foram instaladas grades de ferros em inúmeras janelas, concerto do telhado, reparos nos banheiros e pintura externa do prédio.	-----
TRANSPORTE		-----	Receberam uma Kombi usada do Centro Comunitário de Cariacica	-----	-----	Receberam uma Kombi doada pela Unidade Comunitária de Integração Social.	-----	Com uma verba da Funabem, mais recursos próprios compraram uma Kombi a óleo diesel de cabine dupla.	-----	-----	-----

Anos	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Atividades										
COMISSÃO DE FESTAS	Participação na Feira dos Municípios (barraca). Show no Senac. Bazar no Clube Alvares Cabral.	Participação na Feira dos Municípios (barraca).	Participação na Feira dos Municípios (barraca).	Participação na Feira dos Municípios (barraca).	Participação na Feira dos Municípios (barraca).	Rifa de um carro doado. Jantar do cachoeirenses no Praia Tênis Clube. E 2 Bazares. Modernização dos carnes dos sócios contribuintes que passaram a pagar no Banestes.	Desfile de moda no Praia Tênis Clube. Jantar Dançante da Colônia Cachoeirenses na churrasceria Sarandi. Bazar.	Rifa. Jantar Dançante da Colônia Cachoeirenses. Feira Comunitária promovida pela 1ª Dama do Estado, com venda de artesanato produzido pelas crianças.	Diretora de Promoções: Idalba Maria Sonagueth Barros	Não foi mencionada neste relatório.

Fonte: Educandário Alzira Bley⁴⁴ (2018).

⁴⁴ Relatórios do Educandário Alzira Bley dos anos de 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985.

Com base na análise dos quadros 10 e 11 identificamos que os serviços de costura, sapataria, lavanderia e barbearia buscavam atender às necessidades dos internos. A sala de costura teve um papel fundamental para o Educandário desde a sua criação até 1972, pois as roupas eram confeccionadas por uma costureira contratada que ensinava o ofício às meninas maiores e, assim, elas produziam as peças de roupas, lençóis, fronhas, aventais, enfim, tudo que fosse necessário, inclusive vestidos para as noivas, combinações, jalecos para os médicos e dentistas e roupinhas de bebês. Os consertos e ajustes também eram realizados por estas meninas. Na sapataria eram produzidos e consertados os calçados para todas as crianças do Educandário, este setor funcionou bem até o ano de 1967, mas com a partida do sapateiro, por motivos pessoais, as máquinas foram paralisadas em 1969, e a sapataria não funcionou mais. A lavanderia funcionava com 4 lavadeiras em 1949 e 1950. A partir da década de 1960 o número de funcionárias na lavanderia foi reduzido a um e as meninas maiores passaram a ajudar nessas tarefas. A barbearia funcionou apenas nos anos de 1967 e 1970 segundo os relatórios consultados, não sendo mencionada nos demais.

A assistência médica e dentária aos internos ocorria dentro do Educandário Alzira Bley e era financiada pelo Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado do Espírito Santo. Os médicos que atendiam na Colônia de Itanhenga faziam visitas semanais aos internos. Na década de 1950, o Dr. Pedro Silva Neto, então diretor da Colônia, era o responsável pela pediatria e o Dr. Antônio Luiz da Costa dava assistência às crianças de maioridade. Na década de 1960 os médicos Antônio Luiz da Costa e Sebastião Cabral contavam com a participação de dois acadêmicos para o acompanhamento das crianças. Na década de 1970 o acompanhamento das crianças era realizado pelos doutores: Pediatra Reinaldo Ademar Leal, Dermatologista Sebastião Ferreira de Araújo, Dr.^a Mariza Gonçalves, Dr.^a Maria Tereza Abelha e os acadêmicos da Ufes. A assistência dentária é mencionada nos relatórios desde 1949, o Dr. Arildo Gimenes Rodrigues cuidou dos dentes das crianças do Educandário até 1980, foram muitos anos de dedicação. Na década de 1970 as crianças recebiam aplicação de flúor anual.

A oferta escolar era propiciada pela creche que recebia as crianças logo após o nascimento até os quatro anos de idade; pelo Jardim de Infância para as crianças de

cinco e seis anos e pela Escola de 1º Grau Dr. Souza Araújo mantida pela Secretaria de Estado da Educação, que ofertava turmas de 1ª à 4ª série.

As oficinas de carpintaria e padaria, além de servirem às necessidades do Educandário, tinham como função principal ensinar um ofício aos rapazes. A carpintaria funcionou muito bem no ano de 1967, com o senhor Giacomo ensinando os meninos uma profissão, em 1969 ela foi paralisada porque as máquinas não funcionavam, ficando inativa até 1972. Em 1973 o curso voltou a funcionar, com o nome de marcenaria, sendo ministrado por professores do Departamento de Edificações e Obras até 1977. A padaria funcionou bem, entre 1967 e 1969 o senhor Heráclito C. Lopes fabricava os pães e ensinava o ofício aos internos. Em 1970 foi contratado um padeiro, por um mês, para ensinar os meninos o ofício de padeiro, depois a produção ficou por conta dos internos.

No que se refere às atividades agropecuárias realizadas pelos internos do Educandário e da Granja Eunice Weaver, existia a criação de animais: galinhas e porcos e as plantações de diversos gêneros agrícolas. O aviário funcionou muito bem nos anos de 1949 e 1950 com farta produção de ovos, a partir da década de 1970 não funcionou mais por falta de verba. Na pocilga eram criados muitos porcos, entre eles alguns da nobre raça “Jersey Duroc”, esta atividade gerava lucros para o Educandário graças à doação de ração para a criação dos animais que era fornecida gratuitamente pela Cofai. A pocilga continuou dando lucro, a COFAI continuou doando a ração até 1984, quando os porcos foram roubados e a atividade foi encerrada.

A agricultura era desenvolvida para o abastecimento do Educandário e contava com muitos produtos cultivados⁴⁵. Tal atividade era realizada pelos meninos que trabalhavam em média 3 horas diárias, sendo auxiliados pelos técnicos agrícolas: Édio Guedes, Henrique Hammer, Edgar Carvalho e Arquilau Soares.

⁴⁵ Produtos cultivados no Educandário que são mencionados nos relatórios: milho, aipim, inhame, abóbora, feijão guando, banana, quiabo, couve, repolho, alface, chuchu, mamão, cana, taioba, almeirão, jaca, amendoim, batata, melancia, batata doce, goiaba, berinjela, cajás, biribas, manga, amendoim, hortaliças, fruta pão, laranja, pimentão, amora, cenoura, nabo, beterraba, acelga e rabanete.

No que concerne ao imóvel, o terreno do Educandário foi citado em apenas um relatório de 1967, as demais passagens nos anos de 1973 e 1980 referem-se à recuperação de edificações que ficam dentro do terreno. Na década de 1960 a preocupação era com a abertura pelo DNER da estrada que dividiu o terreno em duas partes, facilitando a invasão de pessoas que foram construindo seus barracos, além de sofrer grandes cortes em sua área.

Existem várias edificações no terreno do Educandário como o pavilhão central, a capela, a granja, a lavanderia, as oficinas, o viveiro, a garagem, a casa dos empregados, dentre outras já descritas no trabalho. Mas as que aparecem citadas nos relatórios são o pavilhão central e a capela. O pavilhão central era o local onde as atividades rotineiras da vida aconteciam: as refeições, os banhos, as atividades de recreação e descanso, nela se encontravam também os dormitórios, os consultórios médico e dentário e a enfermaria. Era o pavilhão que mais demandava reformas, manutenção e melhorias. A capela foi mencionada nos três primeiros relatórios.

O transporte sempre contou com veículos doados à instituição: em 1949 era um Jeep Chopa branco, em 1967 uma Rural Willys (1965), em 1977 receberam uma Kombi usada do Centro Comunitário de Cariacica, em 1980 receberam uma Kombi doada pela Unidade Comunitária de Integração Social (Foto 58), em 1982 foi comprada uma Kombi diesel de cabine dupla, com uma verba da Funabem acrescida de recursos próprios.

A Comissão de Festas era composta por senhoras da sociedade capixaba que se uniam para realizar eventos e angariar fundos para o Educandário. Para citar algumas delas: Lygia Ramalho, Yedda M. Barcelos, Hilda Martins, Renata Ruschi Camatgo, Odette Murad, Zoê Hess Drummond, Teresinha Rusch, Denize Saad, Lourdes Martins, Marcia Drews, Laura Chiabai, Nilza Miranda, Isabel Saad, Marly Vivacqua, Ilmar Teixeira de Carvalho, Idalba Maria Sonegueth Barros, dentre outras. Os eventos realizados abarcavam desfiles de moda, chás beneficentes, sorteios de prêmios, bazares, peças teatrais, avant première de filmes, coquetéis, recitais, bailes dançantes, barraca na feira dos municípios, coral, bingos, vendas de quadros, rifas e jantares.

Foto 58 – Kombi doada pela Unidade Comunitária de Integração Social (1980)



Fonte: Educandário Alzira Bley (1980).

A manutenção do preventório e da Granja “Eunice Weaver” corria por conta da Sociedade Espírito-Santense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, de Vitória, no que era auxiliada enormemente pelo Serviço de Profilaxia da Lepra do Estado. De acordo com Souza-Araújo (1942a) a cooperação da Colônia de Itanhenga nesse sentido é considerável.

Segundo o Relatório do Dr. Arnaldo Zéo, em 1941 a Colônia forneceu ao Preventório, mediante pagamento ao preço real de custo, 8.341 quilogramas de carne verde. E forneceu-lhe gratuitamente, além de 1.530 litros de leite todos os medicamentos e outros materiais para curativos, etc.... num total de 452 prescrições ou pedidos feitos à sua farmácia. Do mesmo modo forneceu-lhe toda a lenha de que necessitou numa média de três carroçadas por semana; 5.699 quilogramas de aipim; 55.830 bananas; 2.800 varas de cana de açúcar; 1.300 laranjas; 1.745 quilos de hortaliças e outros produtos agrícolas. Este fornecimento representa cerca de metade de toda despesa do Preventório com a alimentação dos seus internados. Foi também gasto ali toda a pequena produção da Granja, tais como: leite de cabra, ovos, e carne de cabrito ou de leitão ocasionalmente sacrificados (SOUZA-ARAÚJO, 1942a, p. 24).

Era como se os pais leprosos, internos da Colônia de Itanhenga, de qualquer forma ainda pudessem contribuir com o sustento dos filhos, além de lavrar a terra para seu próprio sustento. Em 1941 uma grande praga de formigas assolava a região da Granja “Eunice Weaver” e não permitiu o início das atividades agrícolas, entretanto, no ano seguinte o Padre Tellmann acabou com essa praga e começou a pôr em prática o seu projeto de transformar os seus 40 pupilos em verdadeiros agricultores.

Os financiamentos, convênios e doações que o Educandário recebeu ao longo deste período (1949/1985), foram sistematizados no Quadro 12. Com base nos relatórios, todas as instituições que contribuíram de alguma forma com o Educandário foram inseridas no Quadro 12, organizado em ordem alfabética, com a indicação dos anos em que foram feitas as contribuições. Não mencionamos valores, apesar destes figurarem nos relatórios, pois a intenção aqui não é fazer um balanço das contas da Instituição (entradas e saídas), nem saber em que ano foram doados mais ou menos recursos, mas sim identificar quem eram os mantenedores e colaboradores desta causa. Ressaltamos que as doações podiam ser em dinheiro, alimentos, aparelhos, festas para as crianças, carro, enfim, contribuições que suprissem as necessidades dos internos da instituição.

Nos anos de 1949 e 1950 os relatórios eram mensais e a presidente fazia anotações de miudezas que entravam e saíam, tudo nos mínimos detalhes, mas não mencionava o nome dos doadores, ou participação de empresas. Muito do que era consumido no Educandário era produzido na própria instituição ou vinha da Colônia de Itanhenga. Nesta época prevaleciam as doações de pessoas físicas e grupos de alunos que visitavam o Educandário, acompanhados de suas professoras e traziam doações (doces, balas, alimentos, roupas, calçados e brinquedos) bem como ajuda em dinheiro.

Em 1969 prevaleceram as ações realizadas pelos clubes Lions, Rotary, Castro Alves, Maria Ortiz e Casa da Amizade. Instituições religiosas como a Cáritas Arquidiocesana de Vitória e a LBA também ajudaram neste período.

A década de 1970 foi um período de grande colaboração por parte dos governos federal, estadual e municipal, da rede empresarial e da sociedade civil para o Educandário. Estão registrados muitos colaboradores regulares.

Quadro 12 – Finanças do Educandário Alzira Bley no período de 1949/1985

Instituições	Finanças, Verbas e Doações																				
	1949	1950	1967	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	
Administração do Porto de Vitória							X	X	X	X	X	X									
A Gazeta								X	X	X	X	X									
Alpagatas Roda São Paulo					X	X															
Amencar																X	X				
Associação Emp. Trans. Passag. do ES								X													
Bamerindus											X										
Banco Bandeirantes do Comércio					X																
Banco do Comércio e Indústria de São Paulo								X													
Bandes									X	X	X	X									
Banestes								X	X			X									
Barraca Feira dos Municípios												X		X							
Blomaco Industrial e Comercial S/A								X	X	X		X									
Bradesco										X	X										
Buaiz S/A								X	X	X		X									
Caixa Econômica Federal					X																
Cáritas Arquidiocesana de Vitória				X	X	X	X														
Casa da Amizade				X	X	X	X		X	X	X										
Casa São Francisco de Assis											X			X							
Ceasa														X							
Centro do Comércio de Café do ES								X													
Cesan								X													
Cia de Armazéns e Silos do Espírito Santo								X													
Cia de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira.					X																
Cia Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano – Condusa								X	X			X									
Cia Nacional de Merenda Escolar					X																
Ciop								X													
Clube Castro Alves				X																	
Clube Maria Ortiz				X																	
Codes/Cred Financiamento e Investimentos S/A								X	X			X									
Cohab								X													
Colônia Capixaba	X				X							X									
Companhia de Fomento Agroindustrial (Cofai)								X	X	X	X	X		X							
Conselho Deliberativo, Conselho Técnico								X	X	X	X	X									
Construtora Oxford LTDA								X	X	X	X	X									
Construtora Rodocap Ltda								X	X	X	X	X									
Construtora São Jorge								X	X	X	X	X									
DEO				X					X	X	X						X				

Instituições	Finanças, Verbas e Doações																				
	1949	1950	1967	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	
Departamento de Edificações e Obras					X			X				X									
DER				X	X		X	X													
Diaconia								X	X	X	X	X		X							
DNER					X			X		X											
Ecy Sad Mathias								X	X	X	X										
Eldorado Melhoramentos								X	X	X	X	X									
Eldorado Publicidade Ltda.								X		X		X									
Elias Miguel S/A (comercio e representações)								X	X			X									
Emídio Paes												X									
Engenharia e Construtora Araribóia Ltda								X	X	X	X	X									
Escelsa				X				X	X	X	X	X									
Escola de Aprendizes de Marinheiros							X														
Escola Normal					X	X	X														
Fed. das Sociedades E. W.	X					X	X	X				X		X		X	X	X			
Fesbem				X	X	X	X		X	X	X	X		X	X	X	X	X			
Festa Junina												X									
Fesw										X	X	X									
Findes								X													
Fincasa				X	X	X	X														
Funabem				X													X				
Galeria de Arte								X	X	X		X									
Governo do Estado do ES								X	X			X							X		
Imprensa Oficial							X														
Incospal											X										
Instituto Brasileiro do Café					X	X															
Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro								X	X	X	X	X									
Interac				X																	
Irmãos Chiabai						X	X		X			X									
Itabira Agroindústria				X																	
Junta Comercial do Estado do Espírito Santo								X	X	X		X									
Katuya								X													
Kindernotilfe								X	X	X	X	X		X	X	X					
LBA				X				X						X	X	X	X	X			
Lima – Lima LTDA								X	X	X	X										
Lions Club 8 de setembro				X	X	X	X														
Lions Club de Vitória				X		X	X	X						X							
Lions Club de Vitória-Centro				X	X	X	X														
Livro de Ouro										X	X	X									
Martinho da Vila									X					X		X					
Ministério da Educação				X			X	X	X	X		X			X						
Ministério da Saúde							X	X	X		X	X		X	X	X			X		
Ministério de Planejamento								X				X		X							
Outros	X		X				X	X	X		X	X				X					
Prefeitura de Cariacica											X										
Prefeitura Municipal de Vitória				X	X		X	X	X			X			X						

Instituições	Finanças, Verbas e Doações																				
	1949	1950	1967	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	
Recursos e verbas do Selo									X	X		X			X						
Refinações de Milho, Brasil S/A				X	X	X	X														
Ribeirão Brandão											X										
Rotary Club Praia do Canto						X	X														
Rotary Club vitória-Centro				X	X	X	X							X							
Rotary Club vitória-Oeste					X	X	X														
SEBES											X										
Secretaria da Agricultura																					
Secretaria de Educação e Cultura								X			X										
Secretaria de Saúde e Assistência				X	X	X	X	X	X		X	X									
Secretaria de Trabalho e Promoção Social							X					X									
Secretaria de Trabalho e Promoção Social							X		X												
Sesc				X																	
Sesi								X													
Sociedade Cacaucultura Rio Doce					X																
Sócios										X	X	X		X	X						
Sotreq S/A								X													
Supergasbrás				X	X	X															
Supermercado Santa Martha											X										
Telecomunicações do estado do Espírito Santo								X	X	X	X	X									
Tyresoles do ES S/A								X	X	X	X	X									
Venda Rural												X									
Verba Especial do Selo							X	X	X	X					X	X					
Verba Estadual Setraps								X	X	X		X									
Vessa Veículos								X	X	X	X	X									
Viação Águia Branca										X	X										
Viação Itapemirim S/A				X				X													
Viação Planeta											X										X
Viação Sideral						X															
Vitória Diesel S/A								X	X	X		X									
Vitoriawagem S/A					X			X	X			X									

Fonte: Educandário Alzira Bley⁴⁶

Nota 1: 1950 Sem informação.

⁴⁶ Relatórios do Educandário Alzira Bley de 1949, 1950, 1967, 1969, 1970, toda década de 70 e metade da década de 1980.

A década de 1980 é considerada por muitos economistas como a “década perdida⁴⁷”, em virtude da grande recessão econômica que se abateu sobre o país. Isso se reflete também na quantidade de colaboradores e nas dificuldades que o Educandário passou a enfrentar. Na parte inicial dos relatórios de 1982⁴⁸ e 1983⁴⁹ assim se expressa a Presidente:

O ano de 1982 foi marcado por grandes dificuldades com o aumento excessivo do custo de vida, não acompanhado pelo crescimento das verbas, a Sociedade Eunice Weaver do Espírito Santo chega ao fim do ano endividada, tendo sido obrigada a demitir alguns serventes pois não tem como suportar as elevações salariais e encargos trabalhistas (Relatório Anual do Educandário Alzira Bley de 1982).

O ano de 1983 foi marcado por grandes dificuldades. Com o aumento excessivo do custo de vida, não acompanhado pelo crescimento das verbas, a Sociedade Eunice Weaver do Espírito Santo chegou ao fim do ano endividada, sem médico, sem assistente social, sem monitores para orientar as crianças, sem segurança para fazer face aos constantes assaltos que tem sido vítima (Relatório Anual do Educandário Alzira Bley de 1983).

Em 1983 a receita do Educandário era assumida principalmente pelo Governo Estadual, através do Ilesbem, que contribuiu com uma verba que cobria 17% das despesas; o Governo Federal com 2% e a Legião Brasileira de Assistência com 8%. A mais significativa contribuição particular procedia da Alemanha, através da Kindernothilfe/Amencar que cobria 44% do total das despesas. Todos os outros recursos provinham de doações de empresas e pessoas físicas.

Os primeiros anos da década de 1980 foram economicamente muito difíceis para o Educandário que ainda tinha sob sua responsabilidade a (re) introdução de alguns internos na sociedade e o acolhimento de crianças em vulnerabilidade social. Na intenção de reintegração destes jovens na sociedade eram criadas listas com as possibilidades de parentes que pudessem recebê-los.

⁴⁷ Os anos 1980 se tornaram conhecidos pelos historiadores e pesquisadores como a “década perdida”, devido a uma crise econômica que atingiu vários países. Tal crise resultou em altos índices de desemprego e queda de consumo. Após 1979, o Brasil ainda estava sob a égide da ditadura civil militar. Nesse período conturbado, o país herdou os elevados índices de endividamento ocasionados por planos econômicos de anos anteriores. Além disso, os efeitos do chamado “milagre econômico”, que durou de 1968 a 1973, já haviam passado. Os anos 80 chegaram conduzindo a nossa economia para a estagnação, pois ela não conseguia se adaptar aos modelos econômicos mundiais, que estavam caminhando a passos largos para as diretrizes da política neoliberalista (Disponível em <<https://www.resumoescolar.com.br/historia-do-brasil/decada-perdida-1980/>> Acesso em 17/07/2018).

⁴⁸ Relatório Anual do Educandário Alzira Bley de 1982.

⁴⁹ Relatório Anual do Educandário Alzira Bley de 1983.

A lista apresentada na Imagem 20 contém o nome de 14 rapazes com idades entre 16 e 18 anos que tinham com quem residir, que eram pessoas com as quais possuíam algum grau de parentesco (pai, mãe, tio ou irmãos). Destes, 9 endereços situam-se no município de Cariacica, 2 em Vila Velha, 1 em Guaçuí, 1 em São Domingos e 1 no Rio de Janeiro. A lista apresenta ainda 4 jovens entre 16 e 20 anos que não tinham onde residir, pois os pais são doentes, provavelmente internos da Colônia de Itanhenga e, da família de um deles, não se conhece o destino.

Imagem 20 – Lista de internos com 16 anos ou mais que tinham/não tinham com quem residir (1979)

→ *Ripmóis*

nomes dos internos que têm com quem residir.
idades: 16 a anos

nome do interno	local para residir	parente	idade
1. Francisco Pedro	campo grande	irmão	16 anos
2. Natalino Augusto Pin	" "	irmão	16 anos
3. Milton Coroney	são domingos	mãe	16 anos
4. João Paulo Alves Pin	Cariacica	irmão	16 anos
5. Adalton Gomes	Vila Velha	irmão	17 anos
6. André Alves de Santos	Vila Velha	irmão	17 anos
7. José Geraldo Rodrigues	Guaçuí	mãe	18 anos
8. Nélio Toledo Souza	campo grande	Pai	17 anos
9. Antônio de Silva Almeida	Itanhenga	mãe	18 anos
10. Natalino Ventura	são domingos	mãe	17 anos
11. João Hóris	Porto Santana	Pai	18 anos
12. Antônio Fúrio Cavali	Porto Santana	tio	18 anos
13. José Maria Almeida	" "	tio	18 anos
14. Jorge José de Freitas	Rio de J. Cariacica	tio - primo	18 anos

Os que têm mais de 16 anos e não têm onde residir			
1. Adilson Miquelino	—	Pai doente	16 anos
2. Sebastião Pinheiro	—	Pai doente	16 anos
3. Paulo Américo	—	mãe, não sabe o destino	17 anos
4. José Elias de Silva	—	Pai doente	20 anos

Fonte: Educandário Alzira Bley (1979).

Além das dificuldades de “ter com quem ficar” os ex-internos ainda teriam que transpor as dificuldades de morar com estranhos, pois apesar do grau de parentesco, não havia convivência, nem laços familiares. Eram apenas pessoas com

laços sanguíneos, que se viram poucas vezes, em alguns casos nunca se viram, que passariam a viver sobre o mesmo teto, com todas as nuances de uma vida em “família”. A Imagem 21 traz a lista das moças.

Imagem 21 – Lista de internas com 16 anos ou mais que tinham/não tinham com quem residir (1979)

Feminino			
Nomes das internas	Local p/ residir	Parente	Idade
1 M ^{te} das Graças Canal	Porto Santana	Tio	16 anos
2 M ^{te} de Fátima Pasinato	" "	tio	16 anos
3 Erica de Paula de Souza	Ilhéus	Mãe	16 anos
4 Esther Agostinho	Lobatoândia	Mãe, avós	16 anos
5 Tereza das Graças Gonçalves		avó	17 anos
6 M ^{te} de Fátima Passos		Pai	16 anos
7 M ^{te} de Paula de Freitas	Barra Caracica	los - primo	17 anos
8 Ernestina Jacinto	Nova Venécia	Irmãos, avós	17 anos
9 Virgínia de Almeida	Caratara	Tios	17 anos
10 Marlene de Almeida	Barra Caracica	tios	18 anos
11 M ^{te} de Paula Gomes	" "	"	18 anos
12 Irene F ^{te} de Souza	Campo Grande	Pais	18 anos
13 M ^{te} de Paula Santos	Ilhéus	Pai	19 anos
14 Vera Fátima de Souza	Caratara	Tios	19 anos
15 Carmezina Alves	Ilhéus	Mãe	20 anos
16 M ^{te} de Carmo Alves	"	"	22 anos
Internas que não tem com quem residir			
Nomes das internas	Local p/ residir	Parente	Idade
1 Margarida Almeida	-	Pai doente	16 anos
2 Joana de Souza	-	Pai doente	18 anos
3 Deminda de Almeida	-	Mãe doente	17 anos
4 M ^{te} das Graças Passos	-	Parente	18 anos
5 M ^{te} Rosa de Souza	-	Pai doente	20 anos

Fonte: Educandário Alzira Bley (1979).

A lista da Imagem 21 apresenta o nome de 16 moças com idades entre 16 e 22 anos que tinham com quem residir, essas pessoas possuem algum grau de parentesco (pai, mãe, tios avós ou irmãos). Destes, 6 endereços são do município de Cariacica, 2 de Vila Velha, 2 de Vitória, 1 de Nova Venécia, 3 do Rio de Janeiro e 2 não foram preenchidos. A lista apresenta ainda 5 moças entre 16 e 20 anos que não tinham

onde residir, pois os pais são doentes ou estão desaparecidos. As Imagens 22, 23 e 24 apresentam os meninos menores de 15 anos que tinham ou não com quem residir.

Imagem 22 – Lista de internos menores de 15 anos que tinham/não tinham com quem residir (1979)

Menores de 15 a 0 anos			
Masculino			
Nome do interno	Local p/residir	Parente	Idade
Albano José Gonçalves		mãe	15 anos
João da Silva Farias	Arbore	tio	15 "
João Santos Souza	R. def.	tio	15 "
Osvaldo Antônio de Barros		Mãe	15 "
Walter Dias da Silva	Arabiá	tio	14 "
Osvaldo Galazzi	Arbore	tios	14 "
Sebastião de Almeida	Hanlonga	Mãe	14 "
João Alves de Oliveira	Floral	Pai	14 "
Jonacy Antônio Cavaleiro		Mãe	14 "
João Carlos Scatena	Sto. Inez	Pais	14 "
João de Jesus	Floral	Mãe	13 "
João da Fonseca Farias	Arbore	tio	13 "
Antônio Júlio Gonçalves	Caçapava Itapetina - São João	tios	13 "
Antônio Dias de Barros		Mãe	13 "
Alton Gonçalves	Caçapava São Paulo	tios	13 "
Osvaldo Dias de Oliveira	Canatira	tio	12 "
Orilton Faria	Governador Valadares	tia	12 "
Marcos José Soldi	Colibaudia	Mãe	12 "
Luiz Carlos Reis	Arbore	tia	12 "
João Mariano de Freitas	Rio de Janeiro, Cariaca	tios prima	12 "
João Batista Gonçalves		Mãe	12 "
Atanirio Antônio Cavaleiro		Mãe	12 "
Walter Gomes	Sto. Inez	Mãe	11 "
Sergio Roberto Álvares	Rio de Janeiro	Mãe	11 "
João Fabiano de Farias		Mãe	11 "
João Carlos de Oliveira	Rio de Santana	tio	11 "
João José de Freitas	Rio de Janeiro, Cariaca	tios e prima	11 "
Osvaldo Galazzi	Arbore	tios	11 "
Sergio José de Freitas	Rio de Janeiro e Cariaca	tios e prima	10 "
Sergio Faria	Governador Valadares	tio	10 "
Reginaldo de Oliveira		Mãe	10 "
Luiz Fernando de Jesus		Mãe	10 "

Fonte: Educandário Alzira Bley (1979).

Imagem 23 – Continuação da lista de internos menores de 15 anos que tinham/não tinham com quem residir (1979)

Nome do interno	Local p/residir	Com quem	idade
João Rodrigues de Almeida		Avó	10 anos
Francisco Carlos Gonçalves	Caridade e São Paulo	tios	10 "
Amário José Gonçalves		avó	10 "
Alton Almeida	Flexal	avó	10 "
Edilson Vitali Batista		Pai	10 "
Salmo Luiz Elias da Silva	Caratira	tio	9 "
Waldy Marques	Aribiri	avó	9 "
Waldy Sólido Souza	Campo Grande	Pai	9 "
Rogério Luiz Elias Cavalho	Campo Grande	tio avó	9 "
Wally Alves da Silva	Flexal	Pai	9 "
Claudio Teixeira da Silva	Algoce	Mãe, irmãos	9 "
Jadir Luiz de Souza		avó	8 "
Gilberto Freire	Governador Valadares	tia	8 "
Antônio Fernando Várdeiro		tia	8 "
Wally Marques	Aribiri	avó	8 "
Arthur José da Silva	Caratira	tia	7 "
Stefani José Gonçalves		Mãe	7 "
José Maria Gonçalves	Caridade e São Paulo	tios	7 "
José Luiz Elias de Cavalho	Campo Grande	tio avó	7 "
Francisco de Assis Freire		Pai	7 "
Edmar Galazzi	Aribiri	tio	7 "
João Kennedy de Freitas	Bole Carneira	tio-avó	6 "
Alton Freire	Governador Valadares	tia	6 "
Vicente de Paula Sales	Aribiri	tia	5 "
Wally de Oliveira	Flexal	Pai	4 "
Waldy Alves	"	"	4 "
Roberto Stoffel	Jardim Amélia	Mãe	4 "
Carlos Roberto Souza	Campo Grande	Pai	4 "
Carlos Alberto Freire	Flexal	avó	4 "
Sergio Gomes	Vila Velha	avó	3 "
Ricardo Freire	Flexal	Mãe	3 "
José Vital de Aguiar		Mãe	3 "

Fonte: Educandário Alzira Bley (1979).

Imagem 24 – Continuação da lista de internos menores de 15 anos que tinham/não tinham com quem residir (1979)

(B)

continua	Masculinos		
Nome do interno	Local presidi	Parente	Idade
Geraldo José Vieira	Governador Valadares	tia	3 anos
Gil de Souza Borges		tios	3 "
Edilson de Souza Castro	So. de Janeiro	Mãe e pai	3 "
Edson Wander Gromen	Fluxal	Mãe e tia	2 "
Waldemar Alves	"	Pai	1 "
José Roberto Pinto	Campo Grande	Irmãos	1 "
José Antonio de Cavallos		Mãe	10 "
José Carlos de Cavallos		"	4 "
Antonio Carlos de Souza		"	41 "
menores de 15 a 0 anos que não tem onde residir			
Lucente Farias Afeto	—	Pais doentes	15 anos
Arnanias Machado			15 "
Quinz Carlos Rodrigues		Pais doentes (Rio)	13 "
Quinz Carlos Farias Afeto		Pais doentes	10 "
Quilmar Farias		" "	9 "
Jadir Luiz		" "	8 "
Sebastião Carlos Farias		" "	6 "
Nelson José Rudenico		" "	4 "
José Augusto da Silva		" "	4 "
Paulo Sérgio de Oliveira		" "	2 "
Daniel Souza Afraiz		" "	2 "
Roberto Francisco de Araújo		" "	2 "
Edson de Oliveira		" "	1 "
Edson José Rudenico		" "	0 "
Sebastião Carlos Bassa		" "	5 "

Fonte: Educandário Alzira Bley (1979).

A lista apresentada nas Imagens 22, 23 e 24 contém o nome de 73 meninos com idades inferiores a 15 anos que podiam residir com pessoas com as quais possuíam algum grau de parentesco (pai, mãe, tios avós ou irmãos). Destes, 19 endereços situam-se no município de Cariacica, 12 em Vila Velha, 4 em Vitória, 1 em Santa

Teresa, 1 em Cachoeiro de Itapemirim, 1 em Alegre, 3 em São Paulo, 6 no Rio de Janeiro, 5 em Governador Valadares e 21 não foram preenchidos. A lista apresenta ainda 15 crianças com menos de 15 anos que não tinham onde residir, pois todos os pais são doentes. As Imagens 25, 26 e 27 apresentam a lista de meninas menores de 15 anos que tinham ou não onde residir.

Imagem 25 – Lista de internas menores de 15 anos que tinham/não tinham com quem residir (1979)

Meninas de 15 a 0 ano

Feminino

Nome da interna	Local presença	Família	Idade
Luiza Maria	Floral	Mãe	15 anos
Maria Aparecida Galazzi	Arbizi	tio	15 "
Luiz Cristina Gonçalves	Cachoeiro e São Paulo	tios	14 "
Maria José Gonçalves	" "	"	14 "
Henry Marques Ribeiro	Arbizi	Mãe	14 "
Albrigand Cecília Botelho		Mãe	13 "
Antônia da Silva		Pai	13 "
Isolina Rosa Galazzi	Arbizi	tio	13 "
Luiz Maria de Souza	Campo Grande	Pai	13 "
Elisamar Pereira	Alago	Mãe	13 "
Maria Aparecida Freitas	Rio e Cariacica	tio e prima	13 "
Maria José de Jesus		Mãe	13 "
Francisca Luiza Pinheiro	Arbizi	tio	12 "
Gerakda Angela de Oliveira	Starlinga	Mãe	12 "
Marlene Reis de Carvalho	Campo Grande	tio e primas	11 "
Mary Gonçalves	Arbizi e São Paulo	tios	11 "
Rita Rodrigues		primã	11 "
Regina Lígia Gonçalves	Cachoeiro e São Paulo	tios	11 "
Zenilda de Souza		tios	11 "
Neay Alves da Silva	Floral	Pai	11 "
Luiza da Cunha Barbosa	"	Mãe	10 "
Luiza Maria de Oliveira	Starlinga	Mãe	8 "
Helaineia Galazzi	Arbizi	tio	9 "
Sônia Cristina de Freitas	Rio e Cariacica	tio e prima	9 "
Maria da Cunha Pereira	Governador Valadares	tia	9 "
Elizabeth Toledo de Souza	Campo Grande	Pai	8 "
Rosângela Aparecida de Souza	Santos (São Paulo)	tias	8 "
Maria da Cunha de Souza	" "	"	10 "
Maria Izabela Rodrigues		primã	7 "
Silvia de Oliveira	Floral	Pai	7 "
Angela Maria Pedro	Arbizi	tia	7 "

Fonte: Educandário Alzira Bley (1979).

Imagem 26 – Continuação da lista de internas menores de 15 anos que tinham/não tinham com quem residir (1979)

5			
Feminino			
Nome da interna	Morada / morchi	Parente	Idade
Eva Maria Gomes	vila velha	Mãe	7 anos
Melga Alves de Oliveira	Olvas	Pai	7 "
Esopay Pereira Siqueira	Olvas	Mãe e irmãos	6 "
Adriana Maria Sobrinho	Campo Grande	Pais	6 "
Luiza Cristina Steffens		Mãe	5 "
Marlene José de Freitas	Rio e Camacim	tio e prima	5 "
Mariana Rodrigues de Almeida		Irmão	5 "
Euzeirina Galazzi	Antônio	tio	4 "
Aureny Ramos de Oliveira	Rio	Pais	4 "
Dania Cristina Freitas	Caçador e São Paulo	tio	3 "
Marina Pereira	Quatzenberg, Coladour	tia	2 "
Adriana Helena de Souza	Campo Grande	Pais	2 "
Andréia Maria de Carvalho		Mãe	8 "
Maria da Graça de Souza		"	8 "
Menores de 15 anos que não tem com quem residir			
Celia Regina Almeida	—	Pais doente (Rio)	15 anos
Luiza Marina Alves		Pais doente	14 "
Elisvia Farias Neto		Pais doentes	14 "
Leitaciana Almeida		Pais doente	12 "
Elizabeth Farias		Pais doente	12 "
Luiza Farias		" "	16 "
Marcia Rodrigues Almeida		" " (Rio)	11 "
Elisviani Pereira de Siqueira			
Rosa de Lima Farias		Pais doente	8 anos
Maria do Rosário da Silva		Pais doentes	4 anos
Colange Maria Farias		Pais doentes	4 "
Monica de Souza Borges		Pais doentes	4 "
Gene Clara Dias		Pais doentes	3 "
Maria Helena Soares Almeida		" "	3 "
Adriana Maria de Carvalho		" "	2 "
Elizabeth Martins Sobrinho		" "	2 "

Fonte: Educandário Alzira Bley (1979).

Imagem 27 – Continuação da lista de internos menores de 15 anos que tinham/não tinham com quem residir (1979)

Nome da interna	Local p/residir	Parente	idade.
Maria Regina Andriano		pais doentes	1 ano
Maria de Fátima Andriano		" "	1 "
Edida Martins Fobes		" "	1 "
Maria Aparecida Coltro		" "	1 ano
Ana Cristina Rodrigues Lima		" "	1 "
Elidia de Oliveira		" "	" "
Alcy de Oliveira		" "	" "
Maria de Souza Borges		" "	0 ano
Márcia de Jesus Bessa		" "	7 anos
Márcia de Jesus Bessa		" "	8 "

Fonte: Educandário Alzira Bley (1979).

A lista apresentada nas Imagens 25, 26 e 27 elencam o nome de 45 meninas com idades inferiores a 15 anos que podiam residir com parentes. Destes, 13 endereços encontram-se no município de Cariacica, 9 em Vila Velha, 4 em Cachoeiro de Itapemirim, 2 em Alegre, 3 em São Paulo, 4 no Rio de Janeiro, 2 em Governador Valadares e 21 não foram preenchidos. A lista apresenta ainda 26 crianças com menos de 15 anos, com pais doentes, que não tinham com quem residir.

No tocante ao fim do período de internação compulsória no Educandário Alzira Bley no ano de 1979, a reinserção das crianças e jovens na sociedade se arrastou por toda década de 1980, pois como evidenciam as listas de internos apresentadas nas Imagens de 20 a 27, tratavam-se de 198 internos a serem devolvidos ao convívio social. Destes, 148 possuíam “parentes” que poderiam recebê-los e 50 estavam relegados à própria sorte, pois seus pais ainda estavam na Colônia ou seu paradeiro era desconhecido.

Alguns desses egressos contam, no capítulo que segue, como foi morar no Educandário, visitar os pais na Colônia e ser reinserido no convívio social nas mais diversas situações: sozinhos, morando com os pais, com irmãos, tios, etc.



7. OS FILHOS SEPARADOS

Foto 59 – Piso da parte administrativa do Educandário Alzira Bley



Fonte: Pavani (2018).

Neste capítulo apresentamos o perfil dos egressos do Educandário Alzira Bley e da Granja Eunice Weaver que viveram internos nestas instituições de forma compulsória apesar de não serem portadores da lepra, e de suas vivências durante o processo de sua integração na vida familiar e na sociedade. A partir do material coletado nas pesquisas de campo por meio de questionários e histórias orais de vida foi possível traçar o perfil dos egressos e o caminho percorrido por eles após a sua reintrodução na sociedade.

O objetivo deste capítulo é dar visibilidade ao que foi o período de isolamento dos leprosos pela óptica dos filhos indenes e aos reflexos da segregação sobre as características psicossociais após o processo de reintegração dos ex-internos na sociedade.

A primeira parte desta pesquisa consistiu na aplicação de questionário a todos os ex-internos localizados que se dispuseram a participar do estudo. Além dos questionários foram ouvidas as histórias de vida de duas famílias de egressos, que contam os acontecimentos que ficaram em suas memórias.

No que concerne a metodologia empregada neste capítulo, utilizamos os questionários e a História Oral. Os questionários são recursos/técnicas frequentes nas pesquisas aplicadas em Ciências Humanas, Naturais, Sociais, Políticas, Econômicas, enfim, nas diversas áreas de conhecimento. De acordo com Gil (1999) podem ser definidos “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.” (GIL, 1999, p.130).

Como toda técnica investigativa, o questionário possui vantagens e desvantagens. Dentre as vantagens podemos elencar a possibilidade de atingir grande número de pessoas o que representa menos gastos; permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente e não expõe os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistador. Quanto às limitações: exclui as pessoas que não sabem ler e escrever (neste caso os familiares auxiliavam); impede o auxílio ao informante e o conhecimento das circunstâncias em

que foi respondido; não oferece garantia da sua devolução e preenchimento correto e completo, além de que as pessoas têm mais dificuldade de preencher as questões abertas (GIL, 1999).

Além das dificuldades enumeradas acima, outras dificuldades como os deslocamentos, as distâncias, a vida profissional das pessoas, as atribuições do dia a dia, as lembranças que foram selecionadas e a baixa escolaridade de muitos dos egressos fizeram com que durante esses três anos de pesquisa de campo e coleta de dados, o máximo de pessoas que conseguimos localizar para aplicar os questionários e recebê-los preenchidos fosse 104.

A rede de ex-internos criada pela Associação dos Ex-Internos do Educandário Alzira Bley foi de fundamental importância para este trabalho, bem como o apoio do senhor Heraldo Pereira, presidente da associação que me acompanhou nas visitas e observou todos os procedimentos da aplicação dos questionários: as notas de campo, a apresentação da proposta da pesquisa para os egressos, a solicitação de preenchimento do questionário e a assinatura do TCLE.

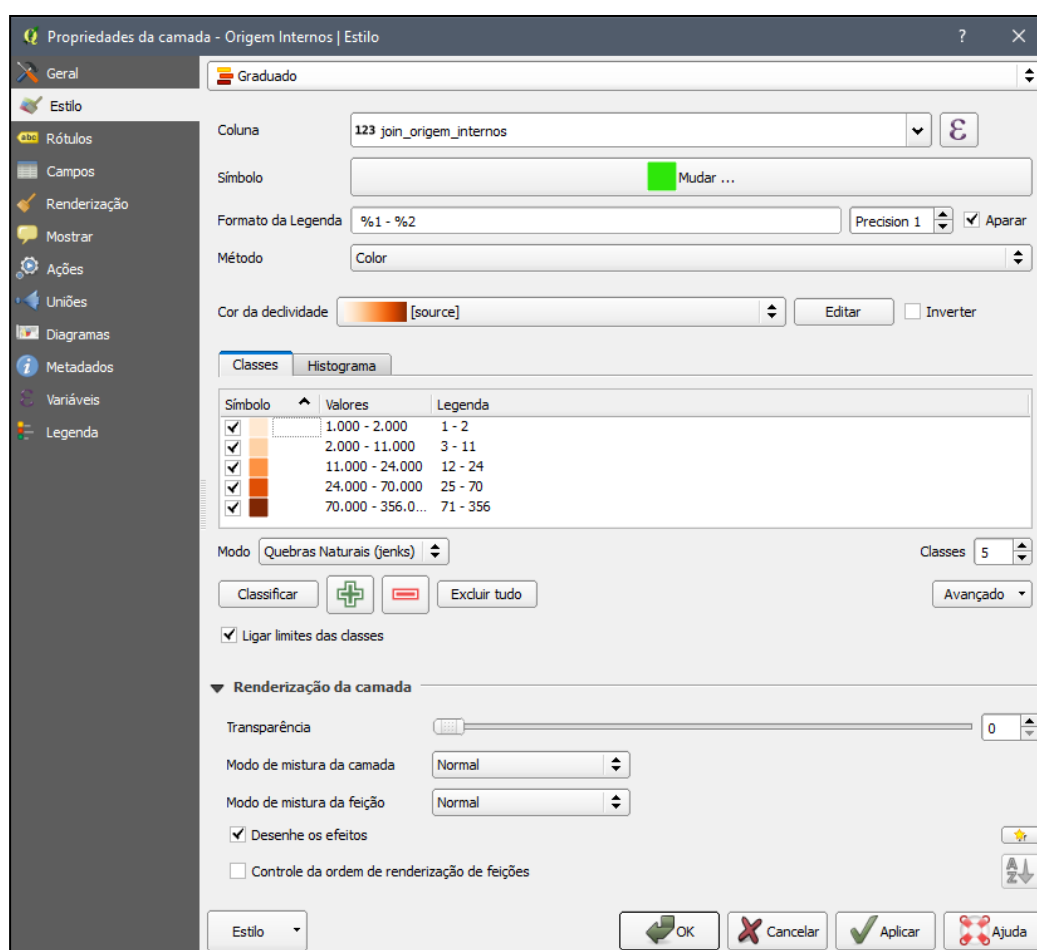
Os dados coletados por meio dos questionários foram representados em quadros, gráficos e mapas e analisados neste capítulo sobre os “filhos separados”. Do ponto de vista dos métodos empregados para a análise e interpretação dos resultados, abarcamos uma diversidade de possibilidades, conforme ocorre em todas as ciências sociais: empirismo, indução, hipótese, dedução, construtivismo e complexidade.

Os mapas elaborados neste trabalho utilizaram o QGIS, que de acordo com Almeida Jr. (2017), é um Sistema de Informações Geográficas (SIG) amigável, simples e atraente, escrito em C++ e Python, baseado nas bibliotecas Qt4. Trata-se de um Software Livre licenciado sob a “GNU General Public License”, e ou é? Sendo? um projeto oficial da “Open Source Geospatial Foundation” (OSGEO). No mapa sobre as “Origens dos internos do Educandário Alzira Bley” foi utilizado o método das quebras naturais (jenks) de forma que os dados relativos aos internos que se deslocaram de seus municípios de origem para o Educandário Alzira Bley foram agrupados em 5 classes que apresentam similaridades intragrupo e diferenças intergrupos, conforme

print da tela (Imagem 28) com a aplicação do método para os dados levantados no banco de dados sobre o Educandário (Pavani, 2013).

As quebras naturais (jenks) são consideradas como um método de divisão em que as classes de quebras naturais são baseadas em agrupamentos naturais inerentes aos dados. As rupturas de classe são identificadas de forma a agrupar melhor valores semelhantes e que maximizem as diferenças entre as classes. Os recursos são divididos em classes cujos limites são definidos onde há diferenças relativamente grandes nos valores de dados. O método de otimização Jenks, também chamado de método de classificação de quebras naturais Jenks, é um método de classificação de dados projetado para determinar a melhor disposição de valores em diferentes classes. Isso é feito procurando minimizar o desvio médio de cada classe da média da classe, ao mesmo tempo em que maximiza o desvio de cada classe dos meios dos outros grupos. Em outras palavras, o método busca reduzir a variação dentro das classes e maximizar a variação entre as classes (JUNIOR, 2017, p. 105).

Imagem 28 – Método da quebra natural (Jenks)



Fonte: QGIS⁵⁰ (2017).

⁵⁰ Banco de dados dos internos do Educandário Alzira Bley, 2013.

Outra técnica empregada nesta pesquisa foi a história oral como abordagem metodológica do tipo biográfico, que consiste em ouvir as pessoas que experimentaram a temática estudada, tendo como objetivo contribuir para a compreensão do funcionamento da instituição, suas práticas, os modos de vida dos que aí habitavam.

Outra frente de trabalho de campo foi o contato com os ex-internos que se deu por meio da Associação dos ex-internos do Educandário Alzira Bley. O presidente da associação é o senhor Heraldo José Pereira. A associação conta com aproximadamente 200 membros, que se reúnem ordinariamente para lutar pelos seus direitos, relembrar a vida compartilhada na instituição e confraternizar. A Associação não possui sede própria, os encontros acontecem nas casas dos ex-internos, no salão de reuniões do Hospital Pedro Fontes, na Associação de Moradores de Itacibá ou em espaços alternativos, conforme solicitação do presidente.

De acordo com Flick (2009), a produção da realidade nos textos acadêmicos tem início com as anotações feitas em campo. Essa produção é fortemente influenciada pela percepção e pela apresentação seletiva do pesquisador. O meio clássico de documentação na pesquisa qualitativa são as anotações do pesquisador. Além das notas de campo, esta pesquisa possui alguns *Making of*⁵¹ (Apêndice D) que consistem em relatos ampliados das impressões das entrevistas e dos contatos de campo. Ou seja, um protocolo um pouco mais detalhado sobre os trabalhos de campo, que, como um diário, relata experiências, ideias, medos, erros, confusões, avanços e problemas que surgiram durante o trabalho de campo.

A participação nos eventos da Associação dos ex-internos do Educandário Alzira Bley teve início no dia 6 de março de 2015, em uma reunião ordinária realizada no auditório do Hospital Pedro Fontes, onde se faziam presentes os internos do hospital (sequelados pela lepra), os ex-internos do Educandário Alzira Bley, a Senadora Federal (PT) Ana Rita Esgário, o presidente nacional do Morhan_ Artur Custódio, o presidente da Associação dos Ex-Internos do Educandário Alzira Bley Heraldo José

⁵¹ PEREIRA, Syrléa Marques. Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memórias de mulheres. 2008, 279f. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ. 2008.

Pereira, uma promotora de justiça, representantes do Ministério Público de Cariacica, médicos e religiosa que trabalham no hospital. Na ocasião foram tratados assuntos relacionados à Lei N. 11.520 que regulamenta a pensão vitalícia dos ex-internos das colônias de leprosos, os pedidos de indenização para os filhos que foram internos dos preventórios/educandários, a luta dos filhos separados, as políticas adotadas por outros países e outros estados brasileiros a respeito dos filhos sadios dos leprosos, bem como as lutas junto à Secretaria de Direitos Humanos, os projetos de lei que precisam ser votados e um pedido oficial de desculpas aos filhos indenados isolados compulsoriamente pelo Governo Brasileiro. Foram estabelecidos vários contatos com pessoas que estavam participando desta reunião a fim de constituir uma rede de conhecidos entre os ex-internos e pessoas relacionadas ao movimento de reivindicação pelos direitos dos filhos separados pela lepra.

Anualmente os ex-internos do Educandário realizam uma festa de reencontro e confraternização dos membros da Associação dos Ex-Internos do Educandário Alzira Bley. No dia quinze de novembro de 2015 participamos dessa confraternização e na ocasião atualizamos o banco de dados dos ex-internos com as informações prestadas pelos egressos que estavam presentes.

No dia 6 de junho de 2016 participamos de uma reunião com o presidente da Associação dos Ex-Internos e alguns membros da diretoria sobre questões relativas a administração atual e pretéritas do Educandário Alzira Bley, os processos trabalhistas e ambientais que recaem sobre o Educandário, a tramitação da Lei N. 2.104/2011 que substitui outros projetos de lei e visa aprovação na Comissão de seguridade Social que trata da indenização aos filhos dos “leprosos”.

Durante a realização desta pesquisa participamos das festas de confraternização dos ex-internos que acontecem anualmente, de uma audiência no Ministério Público de Cariacica sobre a impugnação das eleições que foram realizadas em 2016, dos aniversários de alguns ex-internos, da 1ª Caminhada pela Paz do Hospital Pedro Fontes, das reuniões da Associação dos Ex-Internos do Educandário Alzira Bley, dentre outras festas e eventos, onde realizamos as entrevistas e ouvimos algumas narrativas de História Oral dos ex-internos do Educandário Alzira Bley.

Conhecer pessoas reais, ouvir e gravar as suas histórias de vida, escrever anotações no caderno de campo e transcrever as gravações transformam realidades interessantes em textos e o resultado disso é a produção apresentada nesta pesquisa.

Uma parte da coleta de dados desta tese foi realizada por meio da aplicação de questionários e teve por objetivo traçar o perfil atual dos ex-internos do Educandário Alzira Bley, resgatar informações sobre as lembranças do período de isolamento, assim como sua vivência na sociedade após a saída. O questionário é composto por questões abertas e fechadas (Apêndice C) sobre os dados pessoais, grau de escolaridade, renda e questões referentes aos períodos em que os entrevistados estiveram internados (as) e após a sua saída do Educandário Alzira Bley.

A busca pelos egressos foi difícil, pois tinha que se estabelecer um primeiro contato, que ocorria geralmente nas reuniões coletivas do grupo. Em seguida anotava-se os números telefônicos e endereços, para marcar uma visita e ir até sua residência ou trabalho, onde o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁵² (TCLE – Anexo G) da pesquisa seria assinado e o questionário preenchido.

Os melhores narradores são aqueles que deixam fluir as palavras na tessitura de um enredo que inclui lembranças, registros, observações, silêncios, análises, emoções, reflexões, testemunhos. São eles sujeitos de visão única, singular, porém integrada aos quadros sociais da memória e da complexa trama da vida (DELGADO, 2003).

A memória, de acordo com Nora (1981), encontra-se em múltiplos lugares – os lugares da memória. O que as narrativas expõem não está escrito em lugar nenhum. Dada a variedade de usos científicos que pode ter a história de vida, é de surpreender o relativo esquecimento em que caiu (BECKER, 1993). Mas, primeiro devemos compreender a história oral ou história de vida “como uma metodologia primorosa, voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber” (DELGADO, 2003, p.23). “A história de vida, por causa da própria história de seus autores, é uma mensagem viva e vibrante que vem de ‘lá’,

⁵² Questionário e TCLE aprovados pelo CEP/CCS/UFES, Parecer N. 2.182.188 de 2017.

que nos conta o que significa ser um tipo de pessoa que nunca encontramos face a face” (BECKER, 1993, p.111).

A história oral envolve pesquisador e narrador, envolve sentimentos, recordações e memória. Nesse sentido Thompson (1998) aponta que a memória nunca é uma reprodução exata dos acontecimentos do passado, mas sim um complicado, contraditório e contestado conjunto de representações. “Os envolvimento emocional foram o combustível para o meu projeto de história oral” (THOMPSON, 1998, p.284). Na HO deixamos que os narradores contem livremente suas histórias de vida.

Os registros sobre a vida nos educandários brasileiros são poucos e sobre o Educandário Alzira Bley, no Espírito Santo, ainda não havia relatos de como era a vida intramuros nesta instituição. Portanto, a história oral contribui para revelar eventos desconhecidos, áreas inexploradas e grupos minoritários, como aponta Portelli.

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados. Isso não implica que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas. Deste ponto de vista, o único problema colocado pelas fontes orais é aquele da verificação (PORTELLI, 1997, p. 31).

A palavra chave aqui é a *possibilidade* de apresentar a história de vida dos 16 egressos do Educandário Alzira Bley e das duas matriarcas que viveram na Colônia. O que se pretende é garantir o registro das narrações das histórias de vida, que, como ressalta Portelli, ocorre por meio da

representatividade das fontes orais e das memórias [...]. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que *possa* suceder. E é o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada (PORTELLI, 1996, p. 7-8).

As narrativas produzidas pela história oral são narrativas históricas, isto é, referem-se a um tempo pesquisável e pesquisado, com referências cronológicas passíveis de

serem encontradas, que abordam um tempo mais recente da história da humanidade. Para Silva (2009) o que falta aos geógrafos é a valorização da linguagem enquanto uma de suas categorias.

Espaço, tempo e linguagem são categorias indissociáveis na vida humana e social. Falta à Geografia problematizar com verticalidade a linguagem como uma de suas categorias precípuas. Compreender como as práticas e seus sujeitos são imersos nos discursos e como esses permeiam as entrelinhas, os bastidores, os subterrâneos das práticas geográficas (SILVA, 2009, p. 117).

Corroborando com os apontamentos de Silva sobre a necessidade de a pesquisa geográfica valorizar a linguagem como uma de suas categorias, nesta tese são apresentadas Histórias Orais (HO) de duas famílias para resgatar a história do isolamento dos filhos indenes dos leprosos no Espírito Santo.

Por uma exigência do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/CCS/Ufes) que solicitou um “roteiro”, elencamos algumas questões que caso não fossem narradas, seriam solicitadas aos narradores (Box 3).

Box 3 – Roteiro

Com quantos anos o (a) senhor (a) foi para o Educandário Alzira Bley?
Quanto tempo o (a) senhor (a) ficou no Educandário?
Como foi a sua vida lá dentro do Educandário Alzira Bley?
Você estudou até qual série?
Você tinha que trabalhar no Educandário? Quais tipos de trabalho você fazia no Educandário?
Como era alimentação no Educandário?
Você visitava seus pais na colônia? Como eram essas visitas?
Você e as outras crianças saíam do Educandário para passeios e visitas?
Por que você saiu do Educandário?
Depois que você saiu do Educandário, você foi para onde?
Em algum momento você sentiu que foi discriminado por ter sido interno (a) do educandário?
O que você acha da atuação dos funcionários do Educandário durante o período que foi interno?
Como era o tratamento dispensado às crianças?
Como está a sua vida atualmente?
Quais as lembranças que você traz na memória sobre o Educandário Alzira Bley?

A escolha dos narradores foi baseada nos seguintes critérios: ambas as famílias possuem prole numerosa, cujos irmãos nasceram na Colônia e foram levados imediatamente após o parto para o Educandário onde conviveram e mantiveram laços familiares após o fim do período de internação compulsória. As famílias selecionadas apresentam algumas características comuns: em ambas as famílias uma das crianças morreu dentro do período da internação compulsória, todos residem na Região Metropolitana da Grande Vitória, as matriarcas da família ainda estão vivas e também foram ouvidas. Os narradores são de ambos os sexos, maiores de idade, com condições cognitivas, intelectuais e emocionais preservadas.

Cada história oral apresenta os seguintes dados no cabeçalho, antes da transcrição:

Local:
Data:
Duração:
Pesquisadora:
Identificador:
Sexo:
Idade:
Profissão:

As histórias de vida foram gravadas por meio de gravadores de som. Os áudios das HO foram salvos em DVD e HD externo e ficarão guardados com a pesquisadora e sua orientadora professora doutora do Departamento de Geografia Aurélio Hermínia Castiglioni por um período de 5 anos.

Contudo, não se deve ignorar o fato de que a gravação pode exercer alguma influência sobre os enunciados dos participantes. Quando os gravadores eram desligados, os narradores se sentiam mais à vontade para continuar lembrando seus passados. Cada uma dessas etapas do processo de documentação dos dados é apontada por Flick (2009):

o processo compreende fundamentalmente três etapas: a gravação dos dados, a edição dos dados (transcrição) e a construção de uma “nova” realidade no texto produzido e por meio dele. Em seu conjunto, esse processo representa um aspecto essencial na construção da realidade no processo de pesquisa (FLICK, 2009, p.266).

Segundo Flick (2009), uma transcrição de dados excessivamente exata demanda muito tempo e energia do pesquisador que poderiam ser investidos na interpretação do discurso. Depois, a mensagem e o significado daquilo que é transcrito são, algumas vezes, ocultados em vez de revelados na diferenciação da transcrição e na obscuridade resultante dos protocolos produzidos.

No caso de estudos mais psicológicos ou sociológicos, nos quais o intercâmbio linguístico representa um meio para o estudo de determinados conteúdos, apenas casos excepcionais justificam padrões exagerados de exatidão nas transcrições.

Parece ser mais razoável que a transcrição se limite apenas a exatidão de fato exigida pela questão de pesquisa (STRAUSS, 1987, grifo nosso).

A transcrição das narrativas limita-se à exatidão dos fatos como preconiza Strauss e o texto gerado serve como documento, que comprova, ilustra, contesta, a exemplo da função das citações diretas em um texto científico (SILVA, 2009). Quanto à análise do discurso:

O discurso, emergindo como conceito chave interdisciplinar no entendimento da linguagem, nos anos de 1960, atravessou o corpo epistemológico não só da Linguística como o de outras ciências sociais (Pedagogia, Sociologia, História, Geografia, dentre outras), até porque, indiretamente, muitos dos agentes desses campos leram algumas das principais fontes de formulação da Análise do Discurso, tais como Michael Foucault e Louis Althusser (SILVA, 2009, p. 94).

As narrativas foram transcritas e organizadas em arquivos (As transcrições encontram-se na íntegra nos apêndices E e F). As HO têm o intuito de (re) contar como transcorreu o período vivido no Educandário, bem como o processo de (re) integração dos ex-internos na sociedade. A investigação respeita o sujeito, seus argumentos e opiniões e garante o sigilo das informações utilizadas somente para fins da pesquisa. Os participantes da pesquisa não são identificados, sendo resguardada a privacidade dos mesmos durante todas as fases da pesquisa.

Para manter o anonimato dos narradores, optou-se por identificar a primeira família por nomes de pedras preciosas e a segunda família por nomes de flores. Existem inúmeros tipos de pedras preciosas e de flores no mundo. Elas possuem cores, significados e valores distintos, mas todas têm em comum o poder de encantar as

peças. Assim são os narradores, pessoas encantadoras, simples, com brilho próprio e uma enorme capacidade de resiliência⁵³.

A família das Pedras Preciosas é oriunda do município de Cachoeiro de Itapemirim, de onde mãe e filha foram levadas para Colônia de Itanhenga. Diamante chegou ainda criança, com 13 anos e casou-se com 19. Com seu esposo teve 9 filhos que foram levados logo após o nascimento para o Educandário Alzira Bley. Logo após o fim da internação compulsória, em 1982, Diamante adotou um menino recém-nascido.

A família das Flores é natural de Lúna, a mãe era leprosa e a polícia sanitária levou a família inteira, os pais foram diretamente para a Colônia de Itanhenga e as três meninas com idades entre um e sete anos foram encaminhadas para o prédio de observação. As duas irmãs mais novas, Rosa e Violeta, foram internadas na colônia com sintomas da doença e a mais velha, Alfazema, foi encaminhada para o Educandário, pois nunca manifestou sintoma algum. A caçula casou-se e saiu da Colônia, pois não apresentava sinais da doença. Rosa casou-se e teve oito filhos dentro da Colônia, todos eles foram levados para o Educandário Alzira Bley logo após o parto. E Alfazema, a irmã mais velha de Rosa que também era interna do Educandário cuidou dos sobrinhos.

As duas matriarcas, todos os filhos e a tia Alfazema são os narradores da vida na Colônia e no Educandário Alzira Bley. Tempo, memória, espaço e história caminham juntos. Inúmeras vezes, através de uma relação tensa de busca de apropriação e reconstrução da memória pela história. “A relação tencionada acontece, por exemplo, quando se recompõem lembranças, ou se realizam pesquisas sobre guerras, vida cotidiana, movimentos étnicos, atividades culturais, conflitos ideológicos, embates políticos, lutas pelo poder” (DELGADO, 2003, p.10).

Dessa forma, nas histórias de vida dos ex-internos do Educandário Alzira Bley, entrecruzam-se diversas temporalidades: a política do país, os cenários socioeconômicos do município de Cariacica, a profilaxia da “lepra” e a própria vida

⁵³ Capacidade que um indivíduo ou uma população apresenta, após momento de adversidade, conseguindo se adaptar ou evoluir positivamente frente à situação.

intramuros com suas heterogêneas intercorrências, a saída do Educandário e a reinserção na sociedade.

Neste capítulo apresentamos trechos das histórias de vida dos narradores. Como eles recontam suas histórias, o período em que viveram intramuros no Educandário Alzira Bley e sua reintrodução na sociedade. São mais de 33.000 egressos da rede preventorial vivendo em todos os estados brasileiros. Existe uma grande possibilidade de um deles fazer parte do seu meio social e você nunca saber disso. São histórias de vida escondidas por medo do preconceito e do estigma que carregam de um período em que a “lepra” era uma doença temida e sem cura.

As matriarcas das famílias das pedras preciosas e das flores fizeram questão de apresentar suas fotos de família. Registros visuais de uma época em preto e branco. Rosa e Diamante permitiram a digitalização do acervo e o uso na pesquisa. Foram 121 fotos da família das Flores e 60 fotos da família das Pedras Preciosas. Fazem parte do acervo fotográfico da pesquisadora mais 500 fotos inéditas do Educandário Alzira Bley, disponibilizadas pela coordenação do Educandário durante a pesquisa do mestrado (2013).

7.1 PERFIL DOS EGRESSOS DO EDUCANDÁRIO ALZIRA BLEY

Em diferentes contextos históricos, políticos e geográficos, as pessoas se deslocam impulsionadas pelos mais variados fatores de atração e/ou repulsão e interagem com os espaços sobre os quais transitam e se instalam.

Partindo da compreensão de que na década de 1930 a lepra era considerada uma doença endêmica e de cura desconhecida, que os doentes tinham mobilidade, viviam em acampamentos nas beiras das estradas e recorriam à mendicância para sobreviver, eles representavam uma ameaça.

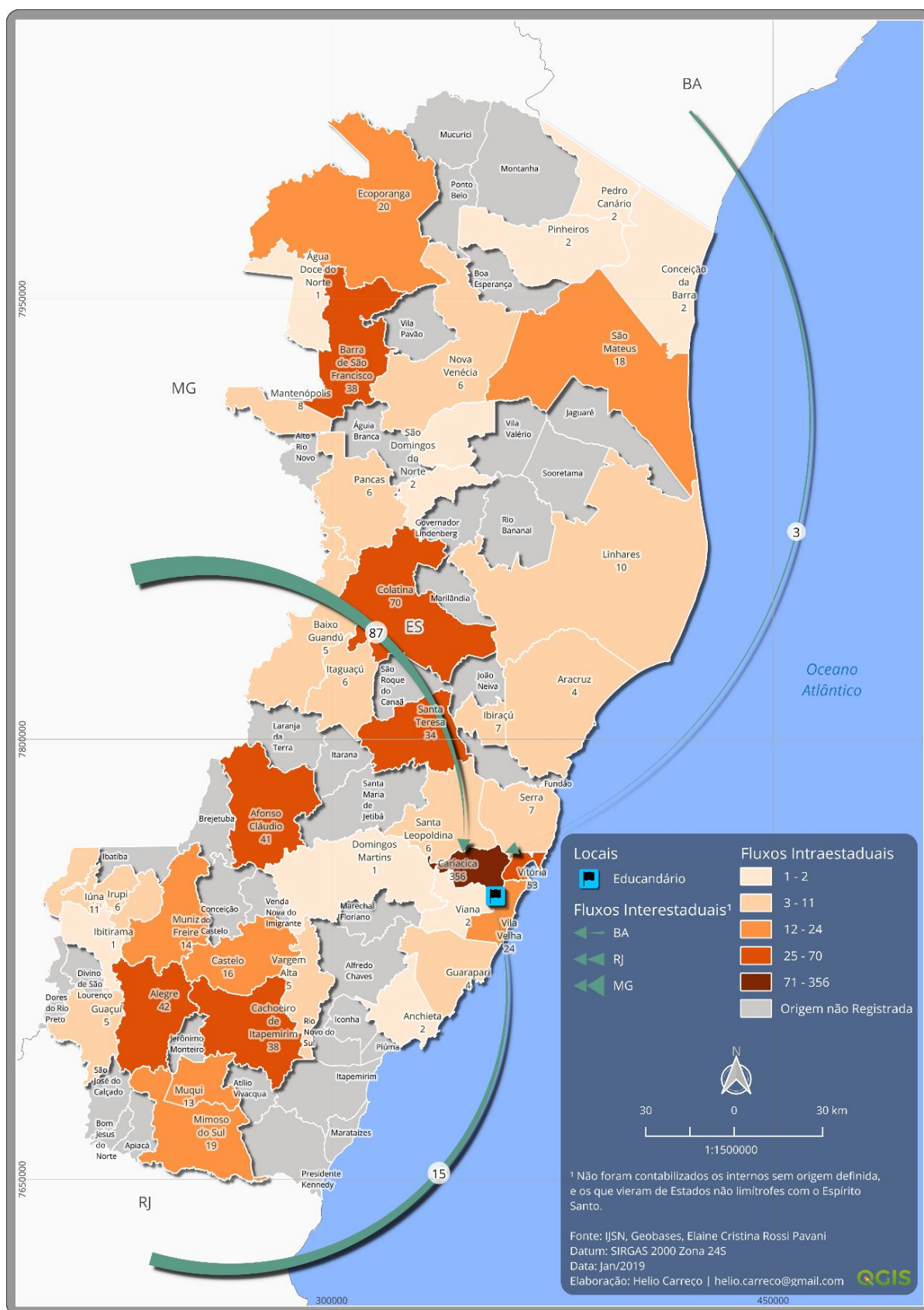
Nas cidades, a população “sadia” passou a pressionar as autoridades governamentais para que solucionassem o problema. De acordo com Monteiro (1995) essa atuação muitas vezes traduzia-se, simplesmente, na expulsão dos

doentes da região, o que configura um fator de repulsão como causa do deslocamento forçado deste segmento.

A necessidade de construção de locais específicos para o alojamento dos doentes acabou paulatinamente sendo assumida pela própria sociedade e, posteriormente, pelo governo com soluções baseadas no famoso “tripé da profilaxia da lepra” constituído pela Colônia, Dispensário e Preventório.

As pessoas infectadas pela doença e sua prole sadia foram obrigadas, por meio de legislação própria e do Serviço Nacional de Profilaxia, a se deslocarem para as áreas de isolamento, por meio de uma migração forçada. Podemos observar no Mapa 14, a origem e a intensidade dos fluxos de deslocamento dessas pessoas em direção ao Educandário Alzira Bley, em Cariacica no Espírito Santo.

Mapa 14 – Origem dos Internos do Educandário Alzira Bley



Fonte: Carreço (2019).

Nota: Dados adaptados pela autora com base em IJSN, Geobases e Pavani (2013).

A maior interação com o Educandário ocorreu com os bairros periféricos do município de Cariacica, locais de origem de 356 internos. A seguir, os municípios que apresentam maior fluxo de internos para o Educandário são: Colatina, Vitória, Alegre, Afonso Cláudio, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim e Santa Teresa.

Os fluxos de pessoas de outros estados em direção ao Educandário Alzira Bley no Espírito Santo são menores do que os deslocamentos intraestaduais, pois, em cada unidade da federação existiam leprosários, dispensários e preventórios. Dentre os deslocamentos interestaduais verifica-se que, de Minas Gerais vieram 87 internos, possivelmente devido à menor distância em relação à Cariacica do que para Belo Horizonte, Varginha ou Araguari, onde se situavam os preventórios mineiros.

Os filhos indenes ingressavam no Educandário com diferentes idades, variando dos recém-nascidos que representavam 30% dos internos, que eram levados após o parto no leprosário diretamente para a instituição, até jovens de 26 anos.

A distribuição por sexo dos internos neste período é majoritariamente masculina: do montante de 1.072 pessoas que foram internadas neste período, a razão de sexo era de 109,64 homens por 100 mulheres. Quanto à cor, as internações deste período são compostas por 59% de pessoas brancas, 35% de pessoas pardas e apenas 3% de pretas⁵⁴. O número de pessoas que não declararam sua cor/raça corresponde a 3% do total (PAVANI, 2013).

Após a aprovação desta pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, procedeu-se à pesquisa envolvendo os ex-internos do Educandário Alzira Bley.

Na primeira parte da pesquisa envolvendo os ex-internos foram aplicados 104 questionários a egressos que residem na Região Metropolitana da Grande Vitória,

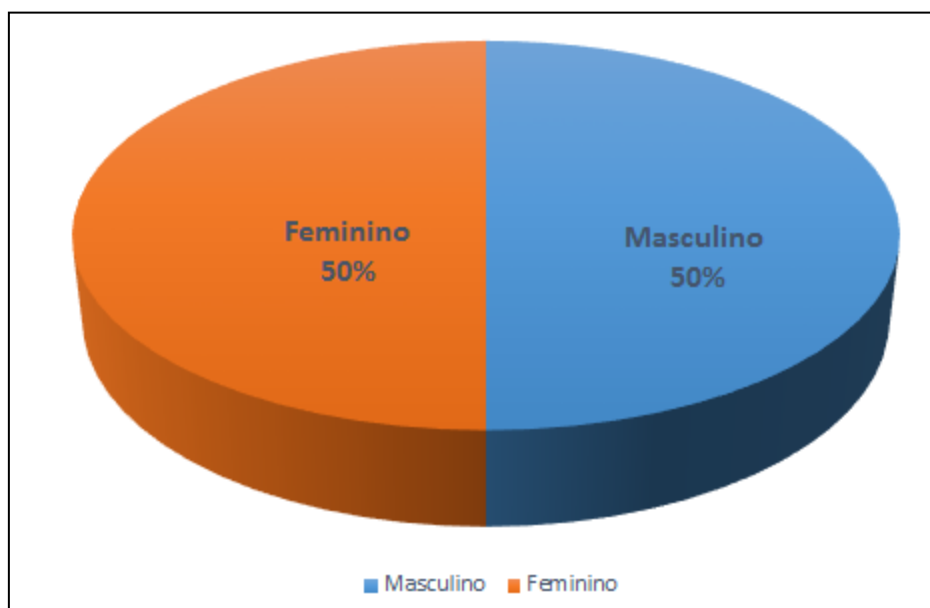
⁵⁴ O termo “preta” foi extraído do censo do IBGE para o período em questão.

no período compreendido entre a segunda quinzena de julho de 2017 e dezembro de 2018.

Além da pesquisa realizada por meio da aplicação de questionários foram ouvidas as histórias orais de vida de 18 pessoas, sendo a metade da família das Pedras Preciosas e a outra metade da família das Flores, apresentada no próximo item.

De acordo com os dados levantados pelos questionários, aplicados a todos os egressos que conseguimos localizar, a distribuição por sexo dos pesquisados foi igualitária, sendo metade do sexo feminino e metade do sexo masculino (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Distribuição dos egressos pesquisados por sexo (2017/2018)

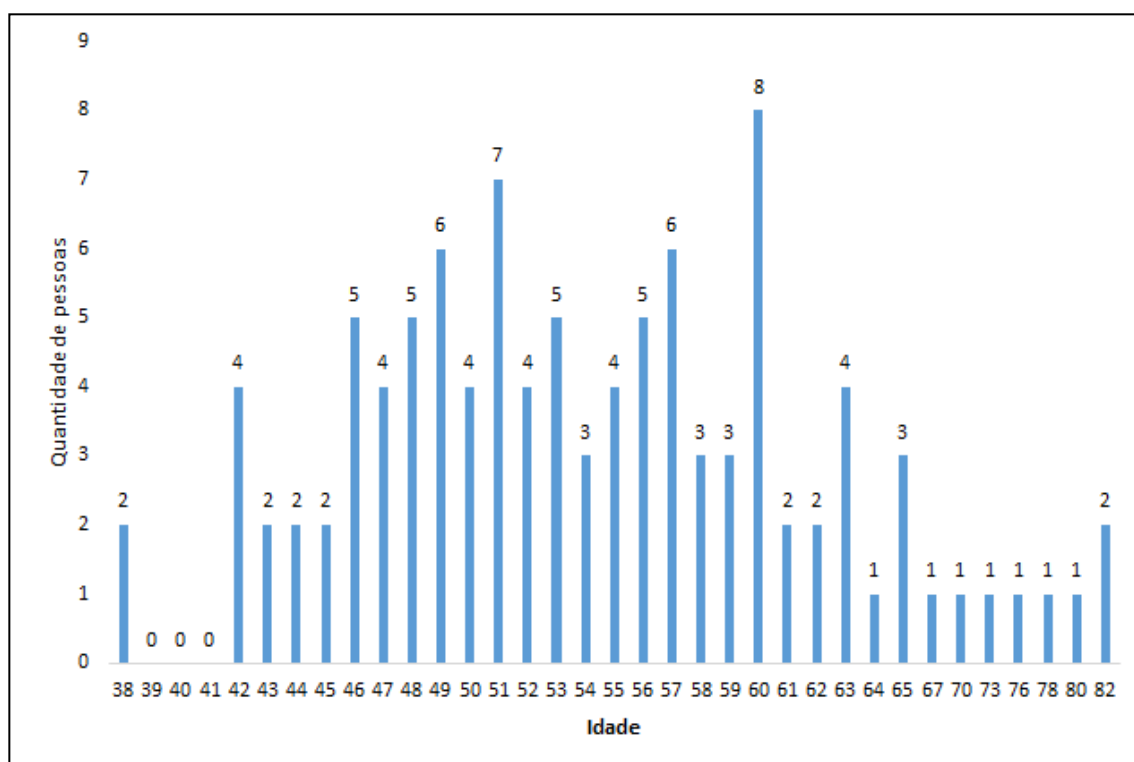


Fonte: Pavani (2018).

Durante o período de internação compulsória, a idade em que os internos ingressavam na instituição variava muito (de zero a 26 anos). Transcorridos 40 anos do término deste período, os egressos pesquisados apresentam idades entre 38 e 82 anos, com uma maior concentração de pessoas na faixa etária entre os 40 e 60 anos (Gráfico 4).

Apenas 2 encontram-se na faixa etária dos 30 anos; 30 estão na faixa etária dos 40 anos; 44 na faixa etária dos 50 anos; 21 na faixa etária dos 60 anos; 4 na faixa etária dos 70 anos e 3 têm 80 anos ou mais.

Gráfico 4 – Idade dos egressos pesquisados em 2017/2018



Fonte: Pavani (2018).

O Educandário Alzira Bley abarcava alguns aspectos fundamentais da vida: moradia, religião, estudo e trabalho. Naquele local, intramuros, sob a mesma autoridade, as pessoas viviam como internos e dependiam de uma grande capacidade de resiliência e força de vontade para dedicar-se aos estudos. A Escola Estadual Doutor Souza Araújo funcionava dentro da instituição e ofertava a educação primária (1ª a 4ª série do Ensino Fundamental) a todos os internos.

Aqueles que quisessem prosseguir com os estudos deveriam solicitar à direção do Educandário autorização para estudar fora da instituição. Mas, isso significava ultrapassar os muros da rede preventorial e estar exposto a todas as formas de preconceitos que poderiam encontrar no mundo externo. Essa não era a única

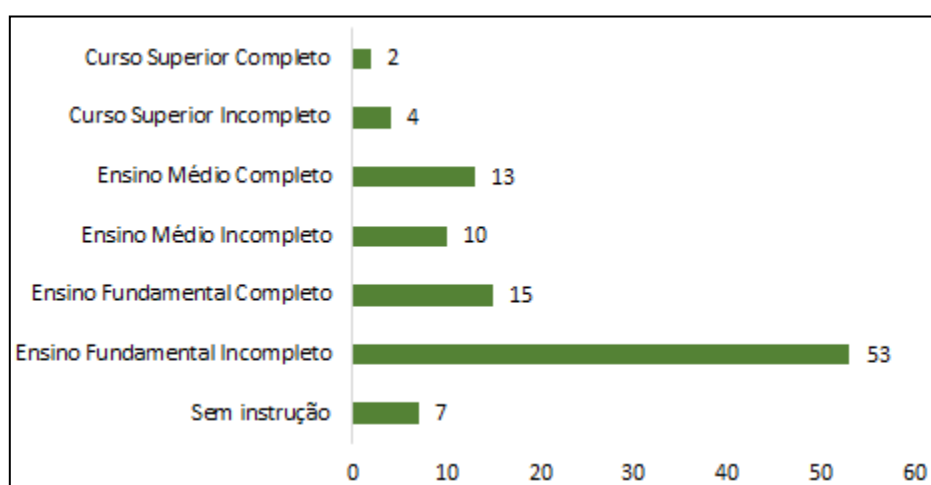
dificuldade, a escola pública mais próxima do Educandário distava cerca de 5 quilômetros que deveriam ser percorridos a pé, ida e volta da escola, diariamente.

Gomide (1991) explica que, cumprida a primeira etapa de ensino, jardim de infância e primário, ministrados pela própria instituição, as crianças deveriam ser encaminhadas aos ginásios da cidade para complementação de sua formação, conforme prescrição do Regimento Interno dos Preventórios Brasileiros, que estabelecia no parágrafo único do artigo 23:

“Parágrafo único: No caso de manifestar qualquer interno pendor para as letras, artes ou ciências, a direção superior providenciará sua instrução fora do estabelecimento, custeando todas as despesas” (GOMIDE, 1991, p.184).

O medo de serem submetidos a constrangimentos por sua situação de internos no Educandário, o cansaço em virtude da distância percorrida e dos afazeres do dia a dia, somados a falta de informação sobre a importância dos estudos refletem, atualmente, em um elevado número de egressos com baixa escolaridade; do total pesquisado, 53 não concluíram o ensino fundamental e 7 não possuem escolarização. Apenas dois completaram o curso superior (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Grau de escolaridade dos egressos pesquisados em 2017/2018



Fonte: Pavani (2018).

Gomide aponta também para as condições de vida e psicológicas dos internos que, somadas às dificuldades citadas, atribuíam uma importância secundária aos estudos.

A “pouca vocação” e o “não desejo” demonstrado pelos meninos de não ir além do curso primário pode ser atribuído, segundo nosso entendimento, às condições de vida e psicológicas dos internos, somadas às dificuldades apresentadas para o prosseguimento dos estudos fora da instituição, e as pressões internas, em função do cumprimento do objetivo de conseguir o auto sustento da instituição, via trabalho intramuros (GOMIDE, 1991, p. 186).

Os dois egressos entrevistados que conseguiram concluir um curso superior são uma professora e um administrador. Outros 4 estão buscando completar uma formação superior com idade mais avançada, depois de constituir família e conseguir maior estabilidade.

Do montante dos entrevistados, 13 egressos concluíram o ensino médio e outros 10 ingressaram nesse nível, mas não conseguiram concluir. O Regimento interno dos Preventórios estabelecia que as crianças que manifestassem interesse em estudar (letras, artes ou ciências) poderiam estudar fora do estabelecimento com todas as despesas custeadas.

Entretanto, na realidade isto não acontecia, pois, as oportunidades eram extremamente limitadas e os internados acabavam por ter acesso apenas ao curso primário, que era ministrado dentro das instituições (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2012).

Um dos reflexos mais evidentes das dificuldades enfrentadas pelos egressos em virtude da baixa escolaridade é a falta de qualificação para o mercado de trabalho e até mesmo a ausência de colocação no mercado de trabalho.

Na Tabela 5, podemos verificar que a maioria dos ex-internos se encontra atualmente na categoria dos aposentados e pensionistas (22 deles). Destaca-se igualmente o número de mulheres que se dedicam às atividades domésticas (do lar, domésticas, faxineiras) em número de 24.

TABELA 5 – PROFISSÕES DOS EGRESSOS PESQUISADOS (2017/2018)

Profissões	Nº de pessoas	Profissões	Nº de pessoas
Consultor de benefícios	1	Laminador	1
Cozinheiro	1	Garçom	1
Técnico de enfermagem	1	Babá	2
Ajudante de pedreiro	1	Marceneiro	3
Administrador	1	Faxineira	3
Técnico de refrigeração	1	Motorista	3
Serralheiro	1	Vendedor	4
Vidraceiro	1	Autônomo	4
Atendente	1	Doméstica	4
Encarregado Departamento Pessoal	1	Vigilante.	5
Professor	1	Auxiliar de serviços gerais.	8
Comerciante,	1	Do lar.	17
Eletricista	1	Aposentado/Pensionista	22
Comerciária	1	Não declaradas	13
		Total de Egressos	104

Fonte: Pesquisa 2017/2018.

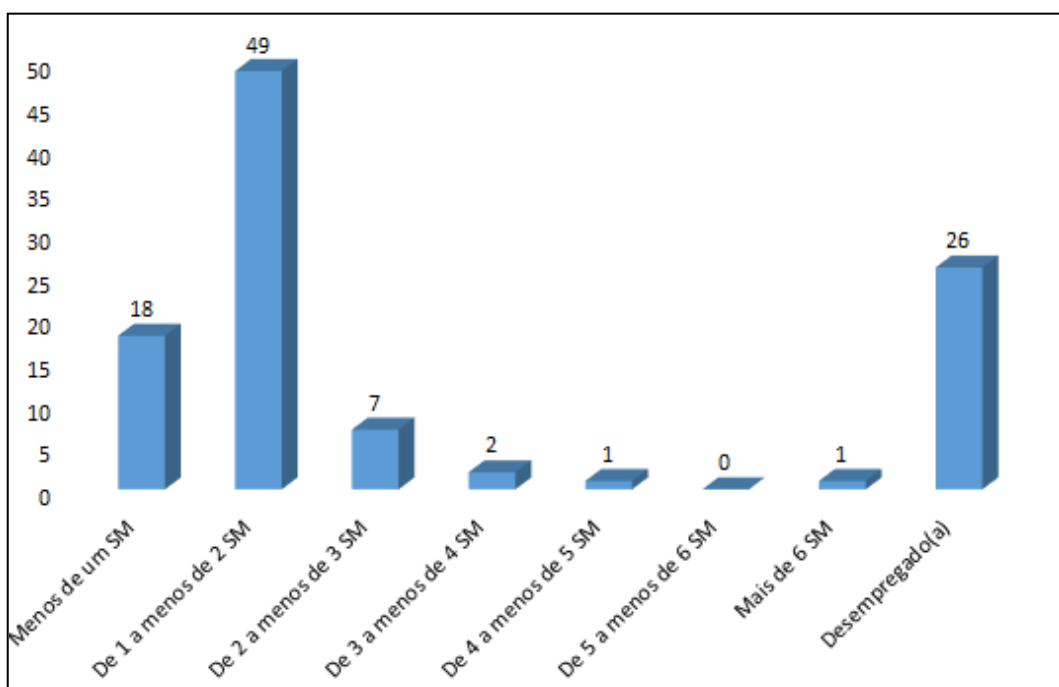
Figuram a seguir as categorias: auxiliar de serviços gerais, vigilantes, autônomos, vendedores, motoristas, marceneiros, babás, garçom entre outras apresentadas na Tabela 5. Outras 13 pessoas não declararam suas profissões. Um dado preocupante é o elevado número de desempregados que atualmente alcança 25% dos egressos (Gráfico 6). O texto da Secretaria de Direitos Humanos analisa a inserção dessa população no mercado de trabalho,

o tipo de formação educacional permitida condicionou as possibilidades e oportunidades de vida desses menores ao saírem da instituição, que na sua maioria se tornaram empregadas domésticas – pois eram encaminhadas diretamente a “pensionatos religiosos”, onde, posteriormente, acabavam por morar em casas de estranhos, que para lá se dirigiam com o intuito de conseguir domésticas baratas e submissas, sendo tratadas em um sistema de **escravidão** – ou, ainda, como empregadas agrícolas ou quaisquer outros trabalhos que não necessitassem de qualificação (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2012, p.15, grifo nosso).

A correlação direta entre nível de qualificação e renda é expressa pelos baixos níveis dos salários dos egressos. A maioria deles, 64,42%, tem uma renda entre 1 e

2 salários mínimos e apenas 11 pesquisados ganham mais do que isso (Gráfico 6). O país atravessa um período de instabilidade política e econômica, onde os menos qualificados para ocupar postos de trabalho que exijam maior escolaridade são os primeiros a serem dispensados do mercado formal e passam a engrossar as massas dos desempregados, diaristas ou trabalhadores informais, situação em que se enquadram os 18 pesquisados que recebem menos de um salário mínimo.

Gráfico 6 – Renda dos egressos pesquisados em 2017/2018

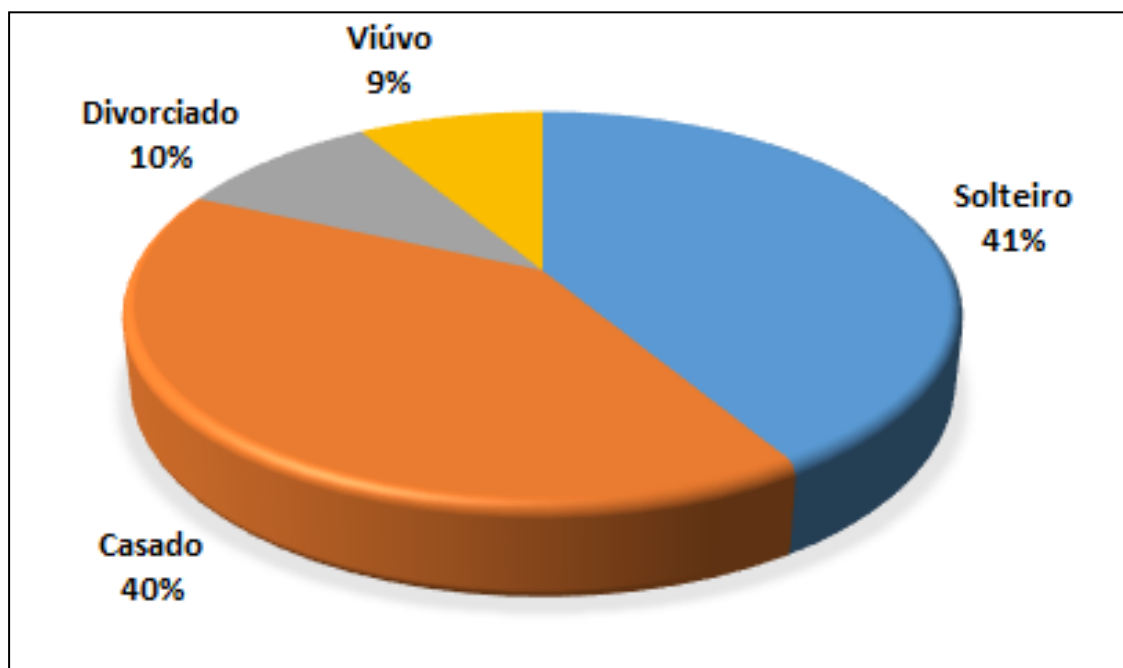


Fonte: Pavani (2018).

Observação: SM= Salário mínimo em vigor no Brasil no ano de 2017: R\$ 937,00 (Novecentos e Trinta e Sete Reais).

Os egressos do Educandário Alzira Bley não receberam indenização e nem recebem pensão como seus pais. Essa alternativa traria uma condição de vida mais digna para muitos deles. As relações familiares que foram rompidas na infância e as consequências de uma vida institucionalizada possivelmente deixaram marcas, relatadas pelos entrevistados, que dificultam o estabelecimento e a manutenção de laços familiares. O Gráfico 7 apresenta a distribuição dos egressos segundo o estado civil, que pode ter como um dos fatores subjacentes, as vivências deste segmento.

Gráfico 7 – Estado civil dos egressos em 2017/2018



Fonte: Pavani (2018).

No estado civil “solteiro”, a categoria mais numerosa, encontram-se 41% dos egressos entrevistados. O grupo formado pelos solteiros e divorciados concentra 51% dos egressos. Uma possível consequência da vida preventorial conforme aponta Hibisco⁵⁵:

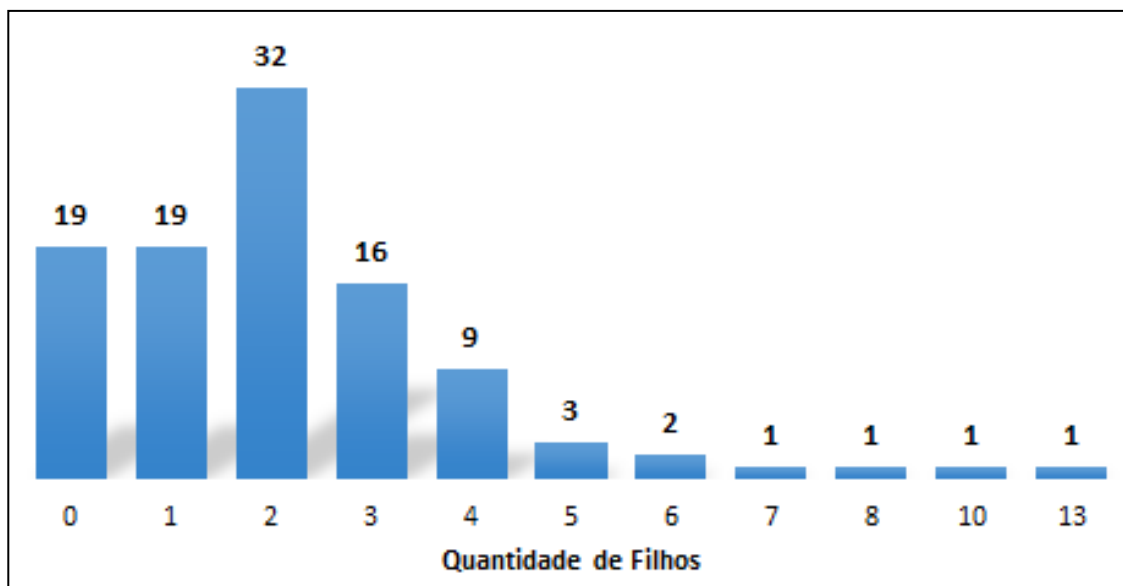
Aí é que eu sinto muito a tristeza, porque todos nós ex-internos, que hoje analisado até o nível da idade, que eu sou um dos mais novos, que eu estou com 49 anos, 80% dos ex-internos não conseguiram fazer uma família, criar uma família e conviver com ela até o seu tempo de 50, 40 anos, 30 anos de casamento. Sempre acaba em separação, devido à incompreensão e devido também à falta de sabedoria e falta de conhecimento da nossa história, entendeu? Que é o caso de todas elas. Meus irmãos... eu tenho uma solteira, tem eu e o Oleandro e o Jacinto, Margarida, quatro. Tudo separado. Todos eles vivendo sozinhos e continuando criando os filhos (HIBÍSCO, informação verbal, 12/06/2017).

As famílias constituídas pelos egressos seguem perfil demográfico similar ao do país nas últimas décadas. As famílias dos 104 entrevistados tiveram em média 2,23 filhos. Dos pesquisados, 32 optaram por ter dois filhos, 19 egressos não geraram

⁵⁵ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Flores e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 12/06/2017.

filhos e 19 deles tiveram apenas um. Cerca de um terço (34 egressos) tiveram proles mais numerosas, de 3 filhos ou mais (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Prole dos egressos em 2017/2018



Fonte: Pavani (2018).

Os reflexos da vida de confinamento dos ex-internos apresentam-se tanto nas características da vida social (estado civil, número de filhos, grau de instrução e empregabilidade, dentre outras) quanto em suas memórias do período em que viveram no Educandário Alzira Bley. No subitem a seguir apresentamos as vozes dos egressos que podem preencher com riquezas de detalhes as lacunas de um passado desconhecido sobre a lepra e suas consequências.

7.2 MEMÓRIAS DOS FILHOS SEPARADOS PELA “LEPRA” NO ESPÍRITO SANTO

No intuito de conhecer como era o cotidiano dos internos do Educandário, bem como sua inserção na sociedade após o término do período compulsório, nesta segunda abordagem envolvendo os ex-internos, foi adotada como metodologia a história oral⁵⁶ de vida. Foram ouvidas as histórias de vida de duas famílias: das

⁵⁶ “A possibilidade de utilizar a história para finalidades sociais e pessoais construtivas desse tipo vem da natureza intrínseca da abordagem oral. Ela trata de vidas individuais _ e todas as vidas são interessantes. E baseia-se na fala, e não na habilidade da escrita, muito mais exigente e restritiva.

Pedras Preciosas, formada por Diamante e seus 8 filhos (Apêndice E), e das Flores composta por Alfazema, Rosa e seus 7 filhos (Apêndice F), das quais todas as crianças foram levadas para o Educandário Alzira Bley logo após o nascimento. Nas duas famílias ocorreu o óbito de um dos filhos, na família das Pedras Preciosas Granada faleceu com 4 aninhos e na família das Flores, Hortência faleceu com 2 aninhos.

As famílias que narram suas histórias de vida possuem membros portadores da lepra. Em virtude do cenário político, sanitário e social estabelecido pelo Serviço Nacional de Profilaxia da Lepra a partir da década de 1930, que abrangia todo o território nacional, Diamante⁵⁷ e sua mãe que moravam em Cachoeiro de Itapemirim foram capturadas pela polícia sanitária e encaminhadas para a Colônia de Itanhenga, como relata Diamante⁵⁸:

Uaí, nós na roça, a polícia pegou, foi lá e pegou nós trabalhando lá na roça, em Cachoeiro de Itapemirim. Nós tínhamos lavoura lá, sítio. Nós trabalhando. Os vizinhos lá entregaram nós. Cortaram eu da escola, não deixaram nem eu ir na escola mais. Descer aquele morro pra escola, por conta dos filhos deles e coisa e tal, entregou a gente. Quando a gente voltava da escola a gente bebia água numa nascente que tinha assim correndo numa pedra, eles cortaram também. Os vizinhos lá, e entregaram nós (DIAMANTE, informação verbal, 12/11/2017).

O pai de Diamante já era falecido e o irmão conseguiu fugir da polícia sanitária. O preconceito contra os leprosos era muito grande e os vizinhos, e algumas vezes os próprios parentes, denunciavam os doentes. Na Colônia, Diamante chegou com 13 anos, estudou e aprendeu muitas coisas. Aos dezenove ela se casou com Turquesa, ambos leprosos, e tiveram nove filhos que foram encaminhados para o Educandário Alzira Bley logo após o nascimento como apresenta a Imagem 29. Citrino é filho adotivo de Diamante, sendo que a adoção aconteceu após o fim da internação compulsória, poucos dias após o seu nascimento. “Na busca por vivenciar seu papel de mãe, várias mulheres encontraram em uma nova gravidez ou na adoção a possibilidade de dar sentido à vida atravessada pelo sofrimento causado pelo afastamento ou pela perda dos filhos” (ALMEIDA *et.al.*, 2012, p. 276). Nenhum dos

Além disso, o gravador não só permite que a história seja registrada em palavras faladas, mas também que seja apresentada por meio delas” (THOMPSON, 1998, p.41).

⁵⁷ Making of 01.

⁵⁸ Entrevista concedida pela integrante da Família das Pedras Preciosas e ex-moradora da Colônia de Itanhenga em 12/11/2017.

filhos legítimos teve a oportunidade de ser amamentado pela mãe, logo após o parto como relata Diamante⁵⁹:

É, minha filha, era triste. Eles levavam peladinho pra lá. Embrulhava num lençol, jogava na ambulância e levava. Eu fui ver essa menina, ela já ia fazer quatro anos (DIAMANTE, informação verbal, 12/11/2017).

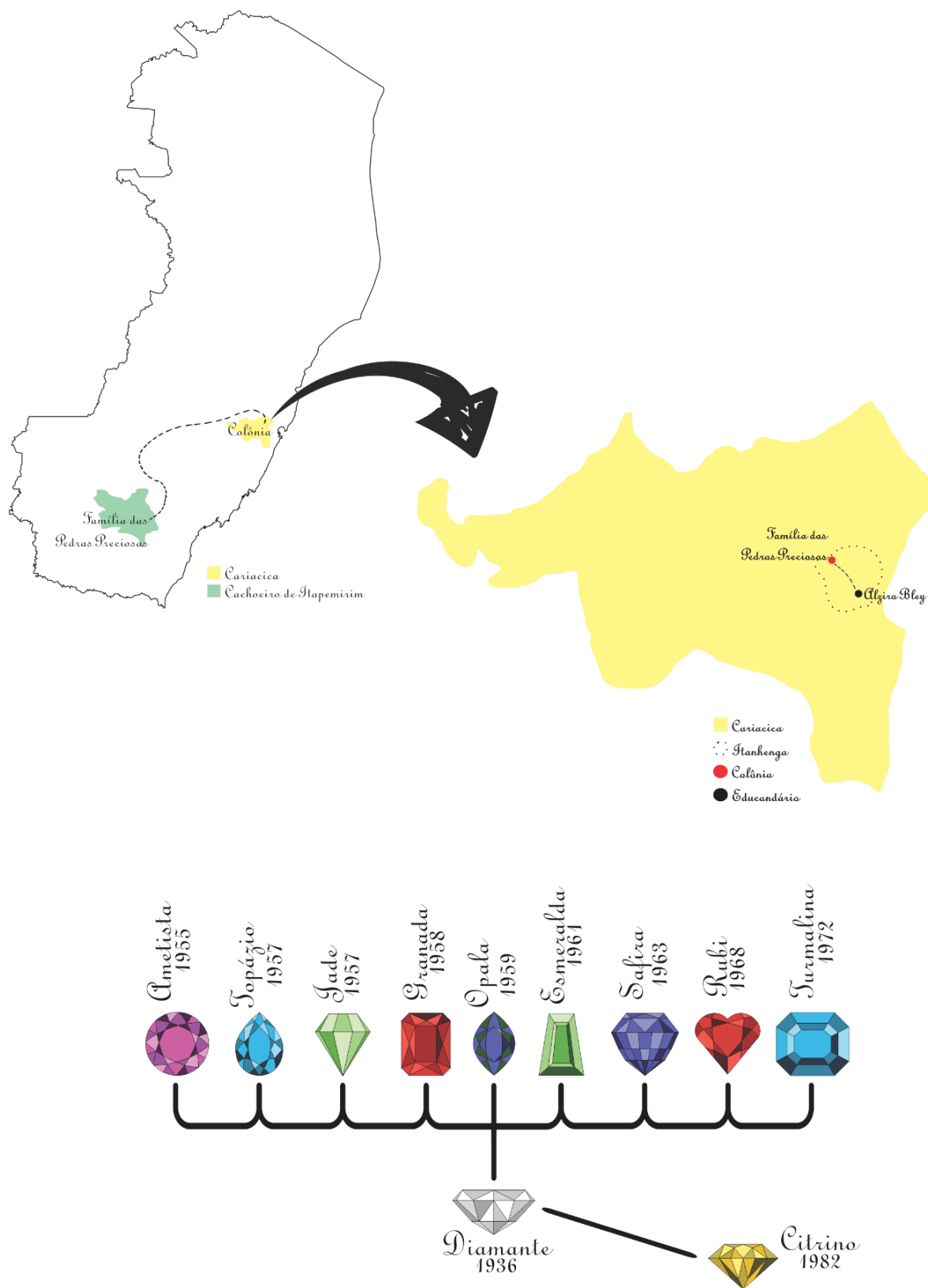
Era um sentimento de perda, como se seus filhos só fossem seus enquanto estivessem no ventre, após o nascimento eram levados para os preventórios e ficavam sob os cuidados de freiras, sob a égide do Estado. Para Almeida *et.al* (2012),

todo esse sofrimento adquiriu um sentido quando essas mulheres foram capazes de ressignificar seu projeto existencial. Essa mudança possibilitou que elas respondessem à vida através do entregar-se ao outro. Na tentativa de exercerem seu papel de mãe, encontraram em uma nova gravidez ou na adoção, a possibilidade de viver aquilo que lhes foi tirado em busca de um ideal higienista (ALMEIDA *et.al.*, 2012, p. 280)

De acordo com Almeida *et.al.* (2012) as mulheres leprosas que foram internas nas colônias de isolamento, durante grande parte do século XX, não tiveram a possibilidade de realizar o papel materno de cuidadora. “A dedicação e o cuidado dirigidos aos filhos esbarram nas políticas isolacionistas adotadas pelo Estado para conter a lepra” (ALMEIDA *et.al.*, 2012, p. 276). Por isso, as relações familiares foram rompidas, uma vez que a “maternidade é construída na relação, na troca de olhar, no ser-com-o-outro. A não construção dessa relação impediu que essas mães significassem seu papel, após o retorno dos filhos para casa” (ALMEIDA *et.al.*, 2012, p. 278).

⁵⁹ Entrevista concedida pela integrante da Família das Pedras Preciosas e ex-moradora da Colônia de Itanhenga em 12/11/2017.

Imagem 29 - Diagrama da Família das Pedras Preciosas



Família das Pedras Preciosas

Fonte: História Oral da Família das Pedras Preciosas.
Organização: Azevedo (2018).

Os oito filhos que foram inseridos na sociedade, após o término da internação compulsória, residem na Região Metropolitana da Grande Vitória. Apesar de terem nascido no mesmo ano, Topázio e Jade não eram gêmeos, foram duas gestações. O quarto filho de Diamante⁶⁰, Granada, morreu aos 4 anos de idade com suspeita de meningite como conta a mãe:

E tem unzinho bonitinho tadinho. Ele morreu, mas era lindo o menino. Granadinha! Ficou doido, deu meningite nele. Meningite. Eu fui ver no hospital infantil. Eu não podia entrar lá não. Avisaram que não era pra eu ir lá não. Só quem ia lá era meu marido e o meu cunhado. Esse que morreu, que era dentista. E eu resolvi ir lá. Entrei lá e vi o menino, que bonito! Nossa Senhora, meu filho está aqui! Fui abraçar ele e ele me agarrou. Se não chega o enfermeiro depressa, ele tinha até me matado, a criança me mordeu toda (DIAMANTE, informação verbal, 12/11/2017).

Atualmente a primogênita é a responsável pelos cuidados com a mãe, elas ainda residem em uma das 53 casas da antiga “Colônia de Itanhenga”. Ametista também teve lepra e foi internada da Colônia. Ambas recebem o benefício da Lei N.11.520. A organização das informações sobre os narradores da família das Pedras Preciosas é apresentada no Quadro 13.

Quadro 13 – Família Pedras Preciosas

Nº	Nome Fictício	Características						Duração HO
		Parentesco	Ano Nasc.	Idade em 2017	Sexo	Tempo Interno (Anos)	Residência atual	
1	Diamante	Mãe	1936	81	F	69*	HPF**	28min52”
2	Ametista	Filha	1955	62	F	17	HPF	10min2”
3	Topázio	Filho	1957	60	M	13	Vila Velha	16min17”
4	Jade	Filha	1957	59	F	22	Cariacica	5min11”
5	Granada	Filho	1958	-----	M	4 anos	Faleceu	-----
6	Opala	Filho	1959	58	M	19	HPF	5 min
7	Esmeralda	Filha	1961	56	F	13	Cariacica	8 min15”
8	Safira	Filho	1963	54	M	18	Vila Velha	11min30”
9	Rubi	Filha	1968	49	F	3	Vila Velha	19min26”
10	Turmalina	Filha	1972	45	F	3	Cariacica	5min51”
11	Citrino	Filho Adotivo	1982	35	M	Adotivo – não viveu no Educandário		

*Na Colônia de Itanhenga.

**HPF – Hospital Pedro Fontes.

⁶⁰ Entrevista concedida pela integrante da Família das Pedras Preciosas e ex-moradora da Colônia de Itanhenga em 12/11/2017.

Outra família que vai nos ajudar a contar a história dos filhos separados pela lepra e a sua reinserção na sociedade é a família das Flores, cuja origem é Lajinha (MG), onde os pais de Rosa, a protagonista da segunda família, tiveram suas primeiras filhas Alfazema (1939) e Rosa⁶¹ (1940). Quando elas ainda eram crianças o casal se mudou para Lúna (ES) onde nasceu Violeta. Os pais acometidos pela lepra foram levados para a Colônia de Itanhenga e as três meninas para o prédio de observação, onde as duas mais novas apresentaram sintomas da doença e foram encaminhadas para dentro da Colônia, Alfazema foi para o Educandário Alzira Bley (Imagem 30). Todo esse processo de separação foi muito traumático para toda a família, como narra Rosa⁶²:

Eu nasci lá em Lajinha. Mas meus pais... a gente mudou pro Espírito Santo, né? Só atravessar a divisa, em Lúna. Depois, em 45, nós viemos pra cá. O médico foi buscar, a ambulância foi também. Me buscaram à força, né? Porque o povo denunciava que tinha uma pessoa doente. Denunciava e o policial vinha lá, examinava, marcava o prazo e ia buscar. A ambulância trazia de qualquer maneira, né? Tanto que eles queriam trazer a minha mãe e deixar o meu pai, porque quem era mais doente era ela, né? Mas ela não quis. Firmou o pé mesmo que não vinha sem ele, né? Esperou um pouco e ele veio. Nós viemos todos juntos. Veio meu pai, minha mãe e minhas duas irmãs. Quem tinha a doença era a minha mãe. Depois meu pai. Mais tarde, muitos anos depois, apareceu a doença, porque a doença fica guardada muitos anos, né? Nós viemos pra aqui. Chegou aqui na entrada da portaria já... A minha irmã mais nova tinha um ano e nove meses, eu tinha cinco e minha irmã, a outra mais velha, tinha sete. Na portaria, eles tiraram do braço da minha mãe minha irmã mais nova. Tirava sem falar nada. Não davam explicação nenhuma. Ninguém nunca tinha vivido aquela situação. Achava incrível, né? Me puxaram eu também da mão dela. Aí ela entrou só com a filha mais velha. Aí, no outro dia, fizeram exame, ela não tinha nada também. Nós fomos pro Educandário. Eu fiquei em observação dois anos. Depois de dois anos que levou a gente, né? Aí me internaram, me botaram junto com meus pais, em 47. **É muito sofrimento. Não tem dinheiro que pague o que a gente passou. Minha mãe chorou dois anos. Não recuperava, porque ela não se alimentava direito. A vida dela era chorar. Falta de estudo, né? Nunca tinha visto falar que alguém separava o filho, né? Muito triste.** Daí depois de dois anos, me botaram... me internaram e eu fui ficar com a minha mãe e meu pai. Depois internaram a mais nova e a mais velha ficou no Educandário muito tempo, nunca teve uma manchinha. Mas quem demonstrou a doença mesmo foi só eu (ROSA, informal verbal, 09/12/2017, grifo nosso).

Nenhum dinheiro no mundo restitui o sofrimento de uma mãe que teve seus filhos separados de si de maneira tão abrupta. E as crianças que foram privadas do convívio fraterno com a família, não tinham como recuperar esses sentimentos,

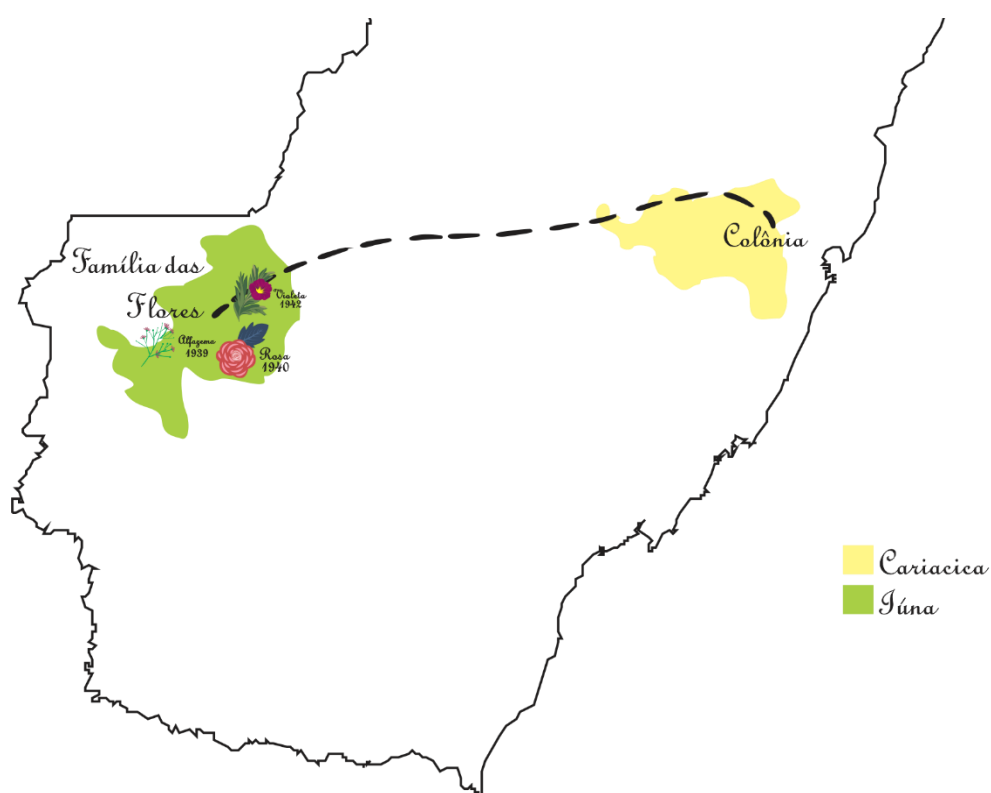
⁶¹ Making of 08

⁶² Entrevista concedida pela integrante da Família das Flores e ex-interna do Educandário Alzira Bley em 12/11/2017.

essas vivências, as lembranças da infância foram substituídas pela vida preventorial. Jacinto⁶³, filho de Rosa narra que:

A gente não tinha entendimento do que era a lepra. Eu falo a lepra porque era o que nós vivíamos, era a lepra, não era H-A-N-S-E-N-I-A-S-E. A hanseníase hoje tá um nome muito bonito, para o sofrimento, e tratado no posto de saúde. Então a gente foi muito assim isolado por uma ignorância falta de entendimento por parte da classe, da medicina da época, porque foi uma ignorância nos privar de viver em família (ROSA, informação verbal, 09/12/2017).

Imagem 30 – Diagrama da origem da Família das Flores



Fonte: História Oral da Família das Flores.
Organização: Azevedo (2018).

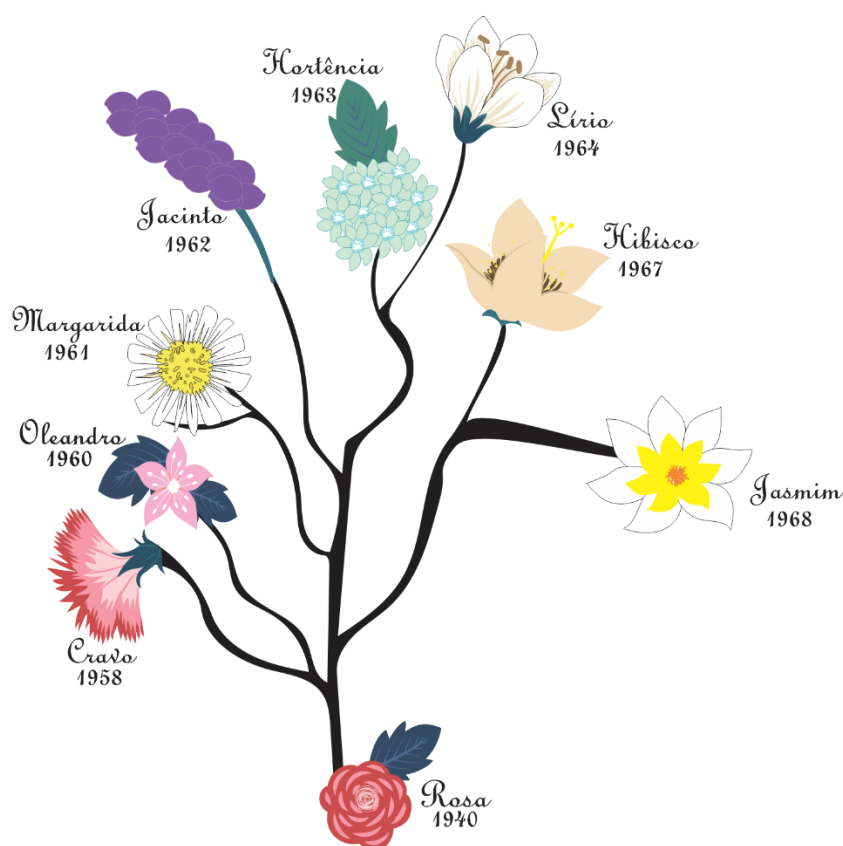
Violeta não desenvolveu a doença, casou-se e mudou para Minas Gerais. Alfazema não desenvolveu a lepra e permaneceu no Educandário por 22 anos, onde cuidou de seus sobrinhos, filhos de Rosa que se casou dentro da Colônia e teve 8 filhos (diagrama da família das Flores apresentado na Imagem 31) que foram levados logo após o nascimento para o Educandário Alzira Bley como relata Rosa⁶⁴:

⁶³ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Flores e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 11/08/2018.

⁶⁴ Entrevista concedida pela integrante da Família das Flores e ex-moradada da Colônia de Itanhenga em 09/12/2017.

Comecei a ter filhos. Aí era cada ano... Não tinha orientação nenhuma, né? Não tinha instrução nenhuma. Era só viver mesmo a lei da natureza, né? Um filho cada ano. A gente sofria, ficava triste, porque acabava de nascer o filho da gente, tiravam. Não deixava nem encostar na gente, né? Porque eles achavam que o contato com a pele é que transmitia a doença. Aí tirava. Na hora que acabava de nascer, eles tiravam da gente. Muito mal a gente via só um pouquinho e eles levavam lá pro Educandário (ROSA, informação verbal, 09/12/2017).

Imagem 31 – Diagrama da Família das Flores.



Fonte: História Oral da Família das Flores.
Organização: Azevedo (2018).

Uma das filhas de Rosa faleceu ainda criança como narra sua tia Alfazema⁶⁵ sobre a perda de Hortêncica:

Nossa eu era apaixonada por aquela minha sobrinha. Deu diarreia, foi desidratação. Porque na época era muito difícil as coisas e a gente não entendia nada, era nova. Levei para o hospital infantil. Acho que eles não

⁶⁵ Entrevista concedida pela integrante da Família das Flores e ex-interna do Educandário Alzira Bley em 09/12/2017.

puderam. Quando a gente foi visitar ela já tinha falecido, toda suja de vomitado aqui assim (apontando para pescoço e ombro) ela deve ter sofrido, morrido sufocada de noite. Dois aninhos, tão bonita, andava e tudo (ALFAZEMA, informação verbal, 09/12/2017).

A irmã de Hortência, Margarida, relatou para a pesquisadora em conversa informal que a morte de sua irmã foi negligência, não cuidaram dela por ser do Educandário, filha de leproso, e ela morreu sozinha num quarto isolado. A organização dos narradores da família das Flores é apresentada no Quadro 14.

Quadro 14 – Família Flores

Nº	Nome Fictício	Características						Duração HO
		Parentesco	Ano Nasc.	Idade Em 2017	Sexo	Tempo Interno Anos	Residência Atual	
1	Rosa	Mãe	1940	78	F	30*	Cariacica	24min
2	Alfazema	Tia	1939	79	F	22	Vitória	24min27"
3	Cravo	Filho	1958	59	M	18	Vila Velha	32min31"
4	Oleandro	Filho	1960	57	M	18	Cariacica	8min37"
5	Margarida	Filha	1961	56	F	17	Vila Velha	32min50"
6	Jacinto	Filho	1962	55	M	15	Vitória	57min15"
7	Hortência	Filha	1963	-----	F	2	Faleceu	-----
8	Lírio	Filho	1964	53	M	21	Vitória	35min
9	Hibisco	Filho	1967	50	M	16	Cariacica	26min
10	Jasmim	Filha	1968	49	F	13	Cariacica	15min57"

Fonte: Pavani (2018)

*Na Colônia de Itanhenga.

Depois de conhecermos os narradores das histórias de vida e como seus pais foram internados na Colônia de Itanhenga, vamos para dentro do Educandário Alzira Bley por meio das memórias dessas crianças que passaram em média 15,5 anos vivendo nesta instituição preventorial.

Quem olha a fachada histórica e imponente de jeito tão decadente, com ares de abandono, que não é pintada há mais de 20 anos, não imagina o quanto o Educandário Aliza Bley foi, e ainda é importante para muitas pessoas (Foto 60). A preservação do patrimônio histórico se confunde com a preservação das vidas daqueles que por ali passaram durante a internação compulsória. Ora pela falta de oportunidades, ora pelo descaso governamental. Outras ainda, pela própria vida que insiste em deixar o jardim sem flores, a terra ressecada e as sementes distantes.

Foto 60 - Fachada da entrada principal do Educandário Alzira Bley



Fonte: Pavani (2016).

Muitas vidas passaram pela porta azul (Foto 61) caminhando com seus próprios passos, em geral, crianças ainda pequenas e inocentes, sem saberem o que estava verdadeiramente acontecendo, outros ainda, enrolados nos cueiros, logo após seus primeiros sopros de vida. O que eles tinham em comum? Uma história marcada pela lepra, pela separação dos seus pais e entes queridos, pelo estigma e o preconceito que os acompanhariam a vida inteira.

Foto 61 - Vista interna da entrada principal do Educandário Alzira Bley



Fonte: Pavani (2016).

Oito décadas depois, quase nada mudou. As mesmas paredes largas, brancas e frias. As imensas portas e janelões de madeira pintados de azul escuro e o azulejo original. Os móveis, as molduras das fotos em preto e branco das presidentes e o velho relógio de ponto a controlar as horas que passam e as pessoas, umas para o trabalho e outras para ficarem. As marcas do tempo e da história de vida de muitas pessoas estão presentes neste lugar de memória. Como afirma Pollak: “existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico” (POLLAK, 1992, p.201). Para Claval “a lembrança do que aconteceu no passado dá forte valor sentimental a certos lugares” (CLAVAL, 2002, p.24).

Algumas crianças que passaram por essa porta azul (Foto 62) nunca mais tiveram contato com o mundo externo. Alguns recém-nascidos não resistiram às ausências e faleceram. Outros, porém, resistiram até o fim do período de internação compulsória

em 1979 e foram gradativamente reinseridos na sociedade durante toda década de 1980. Para muitos, a grande porta azul representou um rompimento da relação afetiva entre pais e filhos. É este o sentimento narrado por Esmeralda⁶⁶:

Assim, quando eu fui pra lá? Bom, quando eu era pequena, a gente não lembra, né. Eu só sei quando a minha mãe era doente da hanseníase, nós fomos assim, nasceu dela foi direto para o orfanato porque não podiam ficar com ela. **Eram arrancados e ficavam lá.** Então, eu nunca chamei a minha mãe de mamãe até hoje e nem meu pai de papai. Não tínhamos costume com eles e nem eles tinham amor a gente e eu também não tinha amor a eles (ESMERALDA, informação verbal, grifo nosso, 12/06/2017).

Foto 62 - Porta de acesso ao pátio interno do Educandário Alzira Bley



Fonte: Pavani (2016).

Observando o cenário da fotografia, fico imaginando quantas pessoas se sentaram nessas cadeiras, localizadas na sala de espera, aguardando notícias das crianças: pais, mães, tias, avós, pessoas interessadas em adoção, assistentes sociais, padres

⁶⁶ Entrevista concedida pela integrante da Família das Pedras Preciosas e ex-interna do Educandário Alzira Bley em 12/06/2017.

e médicos, ansiosos por alguma informação. À esquerda, situa-se a porta de acesso à sala de reuniões, onde o destino de muita gente foi traçado e decidido por quem tinha o controle da situação, o poder. À direita, a porta do depósito debaixo da escada. Alguns ex-internos citam um “quartinho escuro”, onde eram colocados de castigo, cujos indícios⁶⁷ nos levam a suspeitar desse cômodo debaixo dessa escada. Suspeitas confirmadas por Hibisco⁶⁸:

Cubico ficava exatamente ao lado da secretaria. Quem vai pra secretaria, administração do Educandário. É o famoso quarto escuro, sem ventilação, sem nada (HIBÍSCO, informação verbal, 12/06/2017).

De acordo com o livro de registros do Educandário, aproximadamente 1.182 crianças e adolescentes entraram nessa instituição no período em que seus pais/familiares eram internados compulsoriamente na Colônia de Itanhenga (1937 a 1979). Desse montante, são registradas 110 mortes, estando os demais, (1.072 pessoas) com idades entre 38 e 96 anos, em 2017, convivendo em sociedade, marcados por suas histórias, com diferentes trajetórias após sua saída dessa instituição. Famílias inteiras marcadas pelo estigma⁶⁹ da hanseníase.

Algumas dessas famílias foram constituídas dentro da Colônia, com a união de pessoas infectadas pelo bacilo *Mycrobacterium leprae* (lepra/hanseníase), como é o caso das famílias das Pedras Preciosas e das Flores. Outras foram internadas juntas, pois o casal era portador da doença. Na segunda situação, se o casal tivesse filhos sadios, estes seriam encaminhados para o Educandário Alzira Bley. Em todas as situações de crianças que foram geradas e concebidas dentro da Colônia, no período de internações compulsórias, o destino era o Educandário conforme explicito do artigo 148 do Decreto Federal nº 16.300 de 31/12/1923. Outras leis reforçavam essa separação dos filhos sadios de seus progenitores, como a Lei nº 610, publicada no dia 13/01/1949, que vigorou até 1969 e o Artigo 10 do Decreto nº 968 de 07/05/1962.

⁶⁷ GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. SP: Cia das Letras, 2006.

⁶⁸ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Flores e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 12/06/2017.

⁶⁹ “O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso” (GOFFMAN, 1988, p.13).

Tal medida de controle foi vivenciada na realidade por Topázio⁷⁰ que nasceu no Hospital Colônia Pedro Fontes em dezoito de setembro de 1957 e foi encaminhado diretamente para o Educandário após o parto.

Naquela época, os pais da gente podiam ser doentes, mas os filhos nasciam perfeitos, eu só me contaminaria, assim diz a regra, se eu mamasse na minha mãe, se eu mamasse nela. Não podia mamar. Eu nasci e fui separado na hora e levado direto para o Educandário Alzira Bley, com zero ano. Eu fiquei lá no Educandário Alzira Bley. Eu só consegui começar a andar mesmo, com quatro anos de idade, eu andava arrastando. Lá era um Deus nos acuda, cada um por si e Deus por todos, não era fácil não, entendeu! (TOPÁZIO, informação verbal, 12/06/2017).

Isso aconteceu com todos (as) os (as) filhos (as) das internas da Colônia de Itanhenga, como narram também Cravo⁷¹ e Hibisco⁷² da família das Flores:

Em virtude do acometimento de hanseníase, por parte dos meus pais, é... todos os filhos, nascidos dentro do hospital, eram imediatamente retirados do meio deles e levados pro Educandário Alzira Bley. Eu nasci no Hospital Dr. Pedro Fontes, né? Itanhenga. Então, eu... **Na verdade, com duas horas de vida eu já estava interno no Educandário Alzira Bley. Lá eu fiquei durante 18 anos** (CRAVO, informação verbal, 07/09/2018, grifo nosso).

Todos eles que nasciam dentro do hospital Pedro Fontes, era obrigado a ser encaminhado ao mesmo dia do nascimento. Muitas vezes, os pais nem viam o rosto do filho. Isso trouxe um problema muito sério de identidade maternal, paternal, né? **Identidade familiar. Houve a desintegração familiar que até hoje nós sofremos, nesse dia de hoje.** É... meus irmãos viveram lá desde o seu nascimento. Eu vivi até os meus 16 anos (HIBÍSCO, informação verbal, 12/06/2017, grifo nosso).

A vida intramuros destas crianças recém-nascidas na instituição total (GOFFMAN, 2015) materializada no Educandário Alzira Bley visava a formação de pessoas dóceis (FOUCAULT, 2014) e uteis à sociedade, quando da sua inserção em sociedade, no caso de Cravo, somente após atingir a maior idade permitida para a permanência na instituição.

Outra questão importante levantada por Hibisco é a da identidade, tanto a individual, quanto a familiar (FOUCAULT, 2015; GOFFMAN, 2015). Pois a vida dentro do

⁷⁰ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Pedras Preciosas e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 12/06/2017.

⁷¹ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Flores e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 07/09/2018.

⁷² Entrevista concedida pelo integrante da Família das Flores e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 12/06/2017.

Educandário não era uma escolha para os pais das crianças, muito menos para os recém-nascidos, era fruto de uma relação de poder que se exercia sobre os corpos, multiplicidades, movimentos, desejos e forças. Atuavam da mesma forma o rompimento dos laços familiares e a vida padronizada dentro do Educandário que não permitiam a composição de um conjunto de bens individuais (cosméticos, roupas, instrumentos, etc) para a formação do “eu”, da identidade dessas crianças. Um conjunto de bens individuais tem uma relação muito grande com o eu.

No educandário, os alojamentos continham, aproximadamente, 25 camas cada, que eram separados em quartos por sexo e faixa etária, bem como outros espaços que eram comuns a todos os internos não lhes garantindo a individualidade como assinala Gomide.

Quanto aos dormitórios, banheiros e refeitórios, embora amplos e confortáveis, por serem coletivos quebravam radicalmente a individualidade e a privacidade, cumprindo uma característica marcante das instituições asilares, onde o “eu” é anulado por normas disciplinares próprias da convivência coletiva (GOMIDE, 1991, p. 164).

Como manter uma identidade sem privacidade? Os quartos eram coletivos, as roupas que usavam vinham de doações e eram lavadas em uma lavanderia que ficava ao lado do prédio principal do Educandário, sendo devolvidas às crianças de forma aleatória de acordo com o tamanho. Os brinquedos e as brincadeiras eram comuns, assim como os livros, as revistas, os objetos. A alimentação era distribuída de forma que atendesse a todos e os olhares de vigilância estavam em toda parte, para vigiar o cumprimento das normas e disciplinar, quando necessário.

A história de vida das pessoas, que viveram como internas do Educandário Alzira Bley, alterna elementos de identidade individual e coletiva. Apesar das características próprias de cada indivíduo, seus gostos, suas preferências, vontades e necessidades, havia a imposição de uma rotina organizada para manter uma instituição como o Educandário funcionando. Todos os internos participavam obrigatoriamente dos serviços de limpeza das instalações, em sistema de revezamento de tarefas, que abrangiam a arrumação e limpeza das diversas alas dos pavilhões e dos banheiros, refeitórios, copa e cozinha. O não cumprimento das “obrigações” implicava em castigos e punições (GOMIDE, 1995, p.187). Tudo isso,

exigia dessas crianças e jovens uma vida coletiva, com pouca ou nenhuma privacidade, muitas regras, rigor, trabalho e castigos, físicos e psicológicos, como relatam os ex-internos⁷³:

Eu mesma quando estava assim maiorzinha e tudo trabalhei muito no berçário, cuidava dos nenenzinhos. Trabalhava na lavanderia, em tudo quanto é lugar, porque todo mês a gente tinha a lista de trabalho, a gente trocava de trabalho todo mês, era bom à beça naquele tempo. Quando chegava o fim do mês a gente ficava ansioso para ver onde é que a gente ia trabalhar nesse mês (ALFAZEMA, informação verbal, 9/12/2017).

Porque o guardião nosso lá, era escolhido assim: da turma do dormitório X, eles colocavam... olhavam assim: “Quem é o mais alto e o mais forte?” Entendeu? Então, eles pegavam o mais alto e o mais forte. Pra quê? Pra se tiver que disciplinar ia ser na porrada mesmo, né? Porque não tinha como... (CRAVO, informação verbal, 07/09/2018).

Inclusive, como nós somos é ... trabalhados com, sob a vigília, sob a tutela dos guardiões que se chamavam, que era ex-interno mesmo, o Estado não tinha funcionário pra cuidar da gente. Eram os próprios ex-internos que cuidavam. Cresciam, né? Pegavam uma certa idade e já tinham a responsabilidade. Que eu tive essa responsabilidade. Com 13 anos, eu tomei conta de 32 jovens de 7 a 11 anos de idade. Eu era obrigado, como guardião, a saber onde ficava, dava a tarefa deles do almoço, do escolar, dos deveres de casa, as tarefas de dentro do complexo de limpeza, né? De serviços, né? (HIBÍSCO, informação verbal, 12/06/2017).

Lá a gente dormia cada um tinha a sua cama, mas lá. Agora lá quando a gente tomava banho, é uma toalha para todo mundo, entendeu? Você tinha que tá torcendo a toalha e aí era sabão, não tinha esse negócio não. Lá eles davam muito castigo a gente lá, entendeu? Maltratava muito a gente. Nossa mãe! Apanhei muito. Ah não sei. Porque eles achavam que eu era levado e tudo. Não só eu não, todo mundo lá. Todo mundo lá apanhava, entendeu? Era assim (TOPÁZIO, informação verbal, 12/06/2017).

Segundo as narrativas os próprios internos eram os “guardiões” dos mais novos. Responsáveis por distribuir as tarefas, vigiar as execuções e “disciplinar” os mais novos. A vida coletiva impunha algumas vezes situações como as narradas por Topázio como o uso de uma toalha de banho para todo mundo e os castigos e surras para manter a ordem. Como assinala Foucault “o indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre os corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças” (FOUCAULT, 2015, p.257).

⁷³ Entrevista concedida pelos ex-internos do Educandário Alzira Bley, integrantes das Família das Pedras Preciosas e das Flores.

Uma autora que relata os severos castigos sofridos pelos internos das instituições preventórias é Teresa Oliveira, Coordenadora do Núcleo do MORHAN de Barueri-SP. Na leitura dos formulários e nas entrevistas que sucediam às reuniões de orientação para o cadastramento desses filhos, a autora ressalta que foram encontradas

peessoas vítimas de estupros, deficiência do crescimento na infância, problemas de fala (porque passaram muitos dias vagando no meio dos matagais, sem água e comida); desespero, alguns mudos até hoje; espancamentos, castigos físicos, repletos de humilhação, que utilizavam pimenta nos órgãos genitais das crianças que urinavam nos colchões ou nas roupas, expondo-as nuas; lesões motoras, sequelas psiquiátricas decorrentes do uso de calmantes (de forma indiscriminada), enquanto internos nessas instituições; até chegarmos ao mais absurdo dos fatos, relatado no Espírito Santo, de meninas que ao atingirem a adolescência, eram impedidas de vestir calcinhas quando menstruavam e, para não sofrerem mais humilhações se deixavam-se lavar pelas línguas dos animais que com elas disputavam espaço (OLIVEIRA, 2013, p.32)

O fato relatado por Oliveira no Espírito Santo não foi mencionado, não aparece na dissertação de Pavani (2013) nem nas narrativas dos ex-internos.

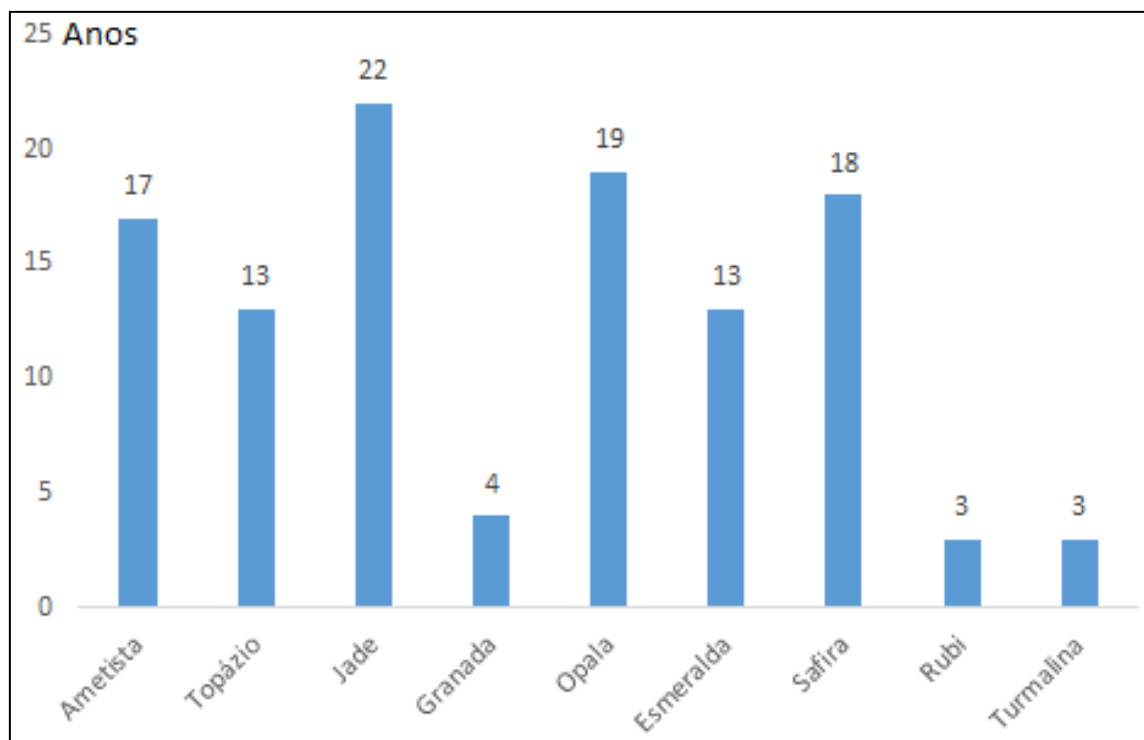
Quase todos os narradores desta pesquisa passaram a infância, a adolescência e alguns deles até mesmo parte da juventude dentro da instituição, como apresentam os Gráficos 9 e 10. Granada e Hortência não sobreviveram à primeira infância e Rubi e Turmalina⁷⁴ foram “adotadas” pelo tio que trabalhava como dentista na Colônia e no Educandário. Rubi⁷⁵ guarda na memória como foi essa adoção pelos tios:

Aí quando ele me levava, levava escondido no fusquinha no meio das pernas da minha tia, que não podia ninguém ver, porque os guardas não deixavam. Então, eu ficava na casa de um amigo dele lá, escondida na casa dela lá. Aí depois... Eles foram me pegaram não. Primeiro foram no Educandário, aí conversaram.... Minha tia não tinha nenhum filho. Aí falou com meu pai, com minha mãe. **Aí, meu pai pegou foi lá no Educandário, pegou eu, me deu pro meu tio e pra minha tia...** Não, deixou uns dias na casa dele, mas depois eu não quis voltar mais não (RUBI, informação verbal, 16/12/2017, grifo nosso).

⁷⁴ Making of 02

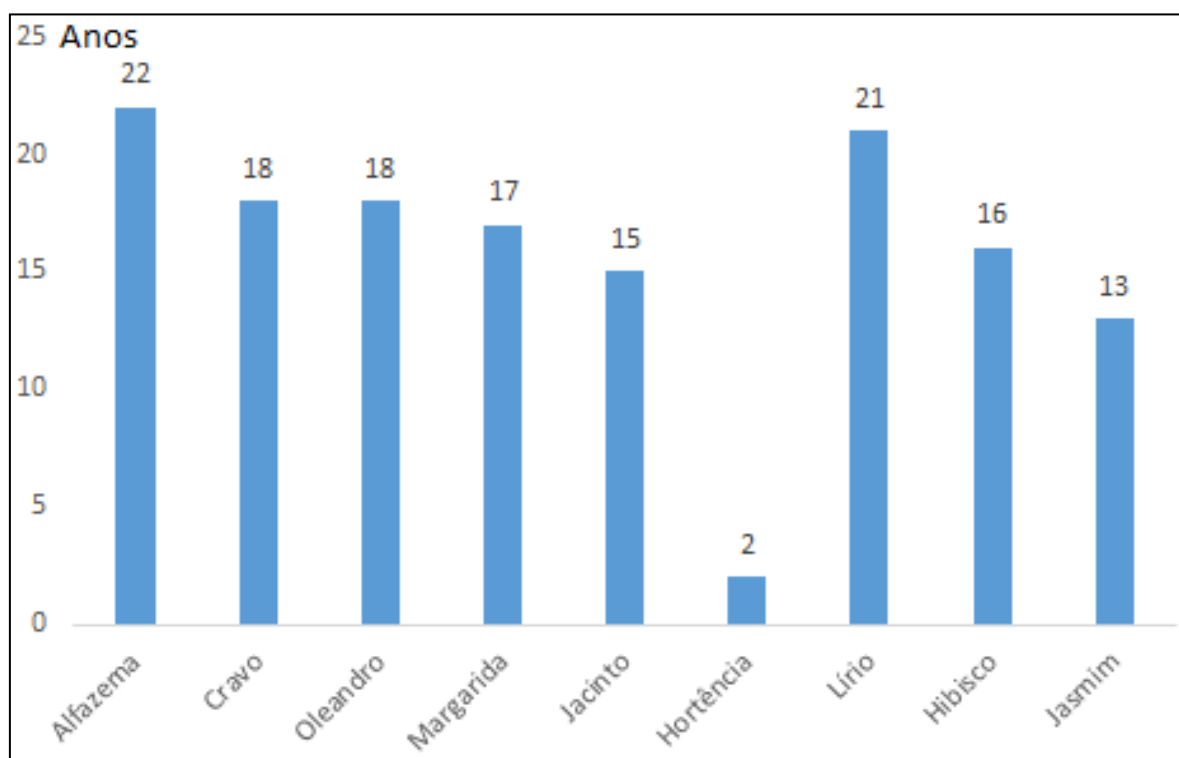
⁷⁵ Entrevista concedida pela integrante da Família das Pedras Preciosas e ex-interna do Educandário Alzira Bley em 11/12/2017.

Gráfico 9 – Tempo de permanência dos membros da família das Pedras Preciosas no Educandário Alzira Bley



Fonte: Pavani (2018).

Gráfico 10 – Tempo de permanência dos membros da família das Flores no Educandário Alzira Bley



Fonte: Pavani (2018).

A família das Flores passou em média 17,5 anos dentro do Educandário, enquanto a média na família das Pedras Preciosas foi de 13,5 anos. Isso impactou diretamente na formação da identidade, da personalidade e no modo de ser dos egressos como narram Jacinto⁷⁶, Safira⁷⁷ e Lírio⁷⁸:

Nós fomos criados dessa forma e a gente não tinha um norte. A gente não tinha um direcionador pra nós. A gente não tinha também aquela base chamada assim presença paterna ou materna, especialmente pai. [...] Então, o que eu estou te falando sobre família... a gente cresceu confiando naqueles que estavam próximos a nós. Mas eles eram iguais a nós, eles só tinham um pouco mais de idade. A cabeça deles era igual de uma criança. Tratava a gente igual criança, como se fosse nada também (JACINTO, informação verbal, 27/07/2018).

É, a vida lá nossa lá, foi uma vida conturbada, você entendeu? Sem ter o afeto, né, do pai e da mãe, você entendeu? A gente era subordinados, nós éramos subordinados aos mais velhos, entendeu? Tinha aquela hierarquia. A gente ia crescendo, tomando certa idade, e iria um olhando o outro, você entendeu? Lá a gente... era essa a nossa vida lá, junto. A gente estudava, né? Trabalhava lá, né? Mexia com parte de plantação, horta. Tinha a área de lazer de futebol. A área escolar, né, porque tinha o período de escola. Aí está a nossa rotina. Ficava preso ali, né? Dentro ali, sem ver o mundo lá fora, né? (SAFIRA, informação verbal, 12/06/2017).

Mas assim, eu sempre entendi, que o meu afastamento do estudo e algumas dificuldades minha que eu sempre tive na minha vida na área profissional, eu entendo que foi uma das poucas que eu entendo como sequelas de ter sido criado em colégio interno. Eu acho que isso... essa deficiência que eu tenho de ter um compromisso de ter estudado, isso pra mim... pra muitos pode não ter acontecido, mas em mim aconteceu como se fosse uma sequela, como se tivesse me travado (LÍRIO, Informação verbal, 05/09/2018).

Jacinto ressalta a falta da presença paterna e materna na formação e orientação do caráter, da personalidade, dos valores e princípios na vida dos filhos, uma vez que os internos maiores eram os responsáveis pela “educação” e “cuidados” com os menores, eles tinham o quê a mais para oferecer? Safira diz que foi uma vida conturbada e subordinada aos mais velhos, reforçando os apontamentos de Jacinto. E Lírio considera como uma sequela do seu período de internamento compulsório a deficiência nos estudos e a dificuldade em se manter nos empregos.

⁷⁶ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Flores e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 27/07/2018.

⁷⁷ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Pedras Preciosas e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 12/06/2017.

⁷⁸ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Flores e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 05/09/2018.

Em relação aos estudos no Educandário existia um jardim de infância para os recém-nascidos, depois eles iam para a creche, onde permaneciam até os seis anos de idade. Aos sete anos eles ingressavam na Escola Dr. Souza Araújo, mantida pelo Estado, que ofertava até a quarta série do ensino fundamental. Aqueles que quisessem progredir nos estudos tinham que ultrapassar os limites conhecidos do Educandário para estudar nas duas instituições públicas mais próximas, existentes naquela época, da sexta à oitava série na Escola Estadual de Primeiro Grau Eulália Moreira, em Porto de Cariacica e o Segundo Grau, atual Ensino Médio na Escola Estadual de Ensino Médio São João Batista em Cariacica Sede. Muitas eram os desafios a serem superados: longas distâncias a serem percorridas diariamente, ida e volta, medo dos preconceitos e dificuldades em acompanhar os conteúdos. Talvez em virtude disso, muitos deles possuam apenas o ensino fundamental incompleto. Jacinto⁷⁹, Margarida⁸⁰ e Hibisco⁸¹ narram algumas dessas dificuldades em suas histórias de vida.

Eu sempre fui assim muito dedicado aos estudos, nunca fiquei reprovado em série nenhuma. Quando saí da Escola Souza Araújo, eu fui direto para o Eulália Moreira, passei naquelas **provas de seleções**⁸², né? Pra 5ª e 6ª série. Fazia aquele percurso todo dia a pé, ida e volta. Na época, não tinha transporte pra nós e depois fui pro ginásio. Eu fiz a mesma coisa, 7ª e 8ª série **era toda aquela distância a pé. Ia e voltava a pé.** Fui o único aluno que estudou na parte da manhã. Eu **saía 5 horas da manhã do Alzira Bley, às vezes sem alimento**, mas eu encontrava o padeiro a caminho e sempre pegava um pão com ele (JACINTO, informação verbal, grifo nosso).

Eu estudei. Eu fiz até a 4ª série. Eu era uma aluna muito rebelde, mas também eu acho que eu era inteligente. Eu acho que eu era inteligente, porque eu passava de ano. Mas só que é o seguinte, quando você tinha da 1ª série à 4ª série, do jardim de infância à 4ª série, você passou, **mas chega uma certa idade que você não consegue ir pro ginásio de antigamente,**

⁷⁹ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Flores e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 27/07/2018.

⁸⁰ Entrevista concedida pela integrante da Família das Flores e ex-interna do Educandário Alzira Bley em 01/05/2018.

⁸¹ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Flores e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 12/06/2017.

⁸² O Decreto N. 19.890, de 18 de abril de 1931, dispôs sobre a organização do ensino secundário no Brasil e trouxe a relação de todos os documentos necessários para a inscrição no exame de admissão. Foi fixada uma data para realização dos exames, o mês de fevereiro, além de uma idade mínima (11 anos) e máxima (13 anos) para a inscrição. O decreto estabeleceu apenas provas escritas de Português (ditado e redação) e de Aritmética (cálculo elementar), além de provas orais dessas matérias e mais de Geografia, História do Brasil e Ciências Naturais. A banca examinadora era constituída de três professores. O certificado do exame de admissão, continha espaços para serem acrescentadas as notas de cada matéria e a média final (MACHADO, 2002, p. 42). Esse decreto vigorou até 1971 e aplicava-se para todas as crianças em todo território nacional.

que seria em Cariacica. Aí, só que se não conseguisse, você tinha que repetir a 4ª série até você chegar uma certa idade pra poder ir pro ginásio, né? Aí tive que repetir (MARGARIDA, informação verbal, grifo nosso).

Morando no Educandário eu fui fazer o ginásio que ficava fora do Educandário, fora do orfanato, né? Num bairro chamado Cariacica Sede. A gente... todos nós irmãos quando dava a hora... a gente se reunia sempre em conjunto, separado da comunidade em geral. Nós não tínhamos o privilégio de ser aceito, né? A gente não tinha esse privilégio de ser aceito pela comunidade como normais. **Quando se falava que era interno do Educandário, dizia logo que esse era filho de leproso (HIBÍSCO, informação verbal, grifo nosso).**

Os fatos narrados pelos egressos nos fazem refletir sobre as condições de equidade que essas 1.072 crianças, aqui no Espírito Santo, e mais de 33.000 em todo Brasil, tinham em relação às demais no campo educacional e posteriormente no mundo do trabalho. Seria o sucesso desses egressos apenas fruto da meritocracia?

Além das atividades escolares os internos auxiliavam em todas as tarefas da vida diária do Educandário: trabalhar na lavanderia, cultivar a horta, tratar dos animais, varrer o pátio, capinar o pomar, arrumar as camas, lustrar os corredores, lavar as panelas, cuidar dos mais novos (crianças pequenas), lavar os banheiros, etc. O conjunto dessas atividades realizadas pelas crianças era chamado de terapia ocupacional. Segundo narrativa deles⁸³

O trabalho que a gente tinha lá... o trabalho que a gente tinha, né? Pela parte da manhã era a escola e à tarde a gente tinha que fazer é... limpar, fazer limpeza, você entendeu? Limpar banheiro. A gente tinha que varrer, capinar, você entendeu? Capinar, que lá é uma área grande. Essas atividades. E na hora vaga a gente ia jogar bola e depois à noite jantava e assistia televisão, né, para dar o horário determinado pra gente dormir pro outro dia começar novamente. Aquela rotina (SAFIRA, informação verbal, 12/06/2018).

Oh, quando a gente era pequena não trabalhava não. Depois que foi crescendo, cada um tinha uma responsabilidade. Nós tínhamos que dar lustre tudo de pé. Era um corredor lá. Todo dia, cada um tinha que saber... e se a gente não limpasse direito, a gente apanhava na cara, lá. No Educandário era assim (ESMERALDA, informação verbal, 12/06/2017).

Aí eu fui crescendo, né? Crescendo... quando nós chegamos a idade de uns 6, 7 anos já, uma responsabilidade pra mim, fazer alguma coisa que era tudo na escala. Agora você vai trabalhar no berçário, daí um tempo você vai trabalhar no segundo berçário. Do berçário você passa pra criança média de 5, 6 anos. Assim, de 6 anos, eu já comecei a ter responsabilidade. Chegou uma certa idade, eu fui pra cozinha. Aconteceu de eu ficar na cozinha um

⁸³ Entrevista concedida pelos ex-internos do Educandário Alzira Bley, integrantes das Família das Pedras Preciosas e das Flores.

tempo. Arroz, feijão, cozinhei ovo, que era uma coisa bem mais fácil. Já não sei o que que aprendi, tinha gente com mais habilidade. E o que eu sofri lá? Foi uma alegria viver naquele lugar. Foi sim. Eu tive muitos momentos felizes, por quê? Você vive em grupo, né? Com irmãos também. E ali é a sua vida, você não teve outra vida. Ali é sua vida (MARGARIDA, informação verbal, 01/05/2018).

Os trabalhos faziam parte da rotina dos internos, auxiliavam no funcionamento da instituição, ensinavam os afazeres do dia-a-dia para crianças, moças e rapazes, assim reduziam os custos com empregados e mantinham todos ocupados. A vida intramuros se dava de forma coletiva, assim a memória coletiva⁸⁴ ou memória grupal dos ex-internos ia se constituindo, uma memória social construída como produto da relação que liga o tempo da ação ao seu lugar, o uso ao ritmo. “Espaço e tempo, uso e ritmo se revelam em sua indissociabilidade através da ação produtora da identidade que sustenta a memória” (CARLOS, 2017, p.40). Os egressos⁸⁵ compartilham memórias sobre vários assuntos, como o caso da alimentação no Educandário, por exemplo:

Mais ou menos. Não era muito boa não. Tem dia que a gente nem comia direito. Porque lá era trigoilho, bofe, né, assim. Só dia de domingo que a comida era mais gostosa, era dia de domingo, né? Que eles faziam um pedacinho de galinha para cada um, arroz e feijão. Mas não foi muito bem não (ESMERALDA, informação verbal, 12/06/2017).

Os meninos estão tendo problemas sérios, eles estão comendo frutas nos pomares e estão tendo problemas de ressecamento, de vez em quando tinha que levar alguns por causa de problemas de hemorroidas, porque comiam goiaba verde, manga verde, mas era fome. E tem outra coisa, você comer essas coisas também era verme demais. Verme que quando tinha aquelas campanhas para dar o remédio, que eu não lembro bem o nome do remédio, só que era uma bolha assim, um negócio que parecia uma capsula transparente, e parecia uma gasolina lá dentro. Você tomava aquele negócio e com meia hora era tanto verme que você botava pela boca, pelo nariz e até pelo ouvido saia lombriga, de tantos vermes que nós tínhamos. Era má alimentação, a gente também não éramos muito bem-educados assim para higiene, então a gente comia com a mão suja mesmo, mexia no barro daqui a pouco estava comendo uma fruta, comendo outra coisa e tal (JACINTO, informação verbal, 11/08/2018).

A alimentação nossa era trigoilho, canjiquinha, não tinha esse negócio de carne, arroz, coisa não. Era assim, bucho, bofe, miolo de boi. E Graças a Deus, nós não estamos ai, todos criados. O que vinha a gente comia,

⁸⁴ *A priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 1920-1930, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLAK, 1992, p.201).

⁸⁵ Entrevista concedida pelos ex-internos do Educandário Alzira Bley, integrantes das Família das Pedras Preciosas e das Flores.

mingal na merenda, mingal de trigoilho (JADE, informação verbal, 12/06/2017).

Alimentos como o trigoilho, a canjiquinha e o bofe, aparecem em praticamente todos os relatos. A alimentação, como um fator de fundamental importância para o desenvolvimento físico, intelectual e social das crianças, também ocupa a posição de destaque como um fator constitutivo de memória: os sabores da infância, o gosto de um almoço de domingo. “O que está em jogo na memória é também o sentido de identidade individual e do grupo” (POLLAK, 1989, p.10). Para o geógrafo Paul Claval, a lembrança dos lugares é também ligada aos sabores das comidas e aos demais órgãos dos sentidos como o olfato e o olhar.

Nossa experiência espacial aparece inicialmente como visual. São muitos os trabalhos versando sobre o papel do olhar na construção do espaço e no seu controle: advinda da obra de Michel Foucault (1976), essa temática ocupa um papel fundamental. Entretanto, os cheiros dão aos lugares parte de suas especificidades. A lembrança dos lugares é também ligada aos sabores das comidas locais, da vegetação queimada e da terra úmida depois da chuva. Outrossim, a experiência corporal muda com a idade e com o sexo, apresentando-se a necessidade de explorar as geografias dos meninos, das mulheres e dos velhos (CLAVAL, 2002, p.23).

As pessoas (homens e mulheres, velhos e crianças) sentem de forma diferente, os cheiros, os paladares, as brisas ativam em nossas memórias, recordações de tempos e espaços que compõem a nossa história. A reminiscência destes filhos sobre seus pais são recordações de distanciamento, de pessoas que lhes eram apresentadas por meio de telas e a certa distância como relatam Topázio⁸⁶, Esmeralda⁸⁷ e Alfazema⁸⁸.

Eu fazia visita uma vez por ano. A gente ia a pé. Quando a gente chegava lá, se você perguntasse quem era meu pai e minha mãe eu não sabia quem era na época. A gente andava a pé do Educandário Alzira Bley até lá e tudo, tinham três camadas de telas, você não podia ter contato, era assim, entendeu! Não podia ter contato. Eles mostravam assim, seu pai e sua mãe são aqueles de lá, via de longe, podiam chegar perto assim, mais tinha a camada de tela que separava. Hoje, eu tenho a minha mãe que mora lá ainda. Eu tenho ela, pelo menos uma vez por mês eu vou lá visitar ela, mas se chegar alguém aqui agora e falar: Topázio sua mãe morreu, eu não vou sentir nada, porque eu não fui criado com ela. Eu vou lá por respeito,

⁸⁶ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Pedras Preciosas e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 12/06/2017.

⁸⁷ Entrevista concedida pela integrante da Família das Pedras Preciosas e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 12/06/2017.

⁸⁸ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Flores e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 09/12/2017.

consideração, mas eu não tenho aquele amor. Eu nunca cheguei a morar com ela (TOPÁZIO, informação verbal, 12/06/2017).

Só visitava só quando era dia das mães e dia dos pais que nós íamos lá. Aí, o pessoal do orfanato levava a gente lá, né, para visitar, mas era tudo fechado lá de tela. Não era de chegar e abraçar não. Era tudo enfiado a mão no dedinho na tela. Antigamente era assim (ESMERALDA, informação verbal, 12/06/2017).

A gente tinha que ir lá de vez em quando. A gente ia no Natal, a gente ia no dia das mães. Com o tempo a gente fugia também e ia lá (ALFAZEMA, informação verbal, 09/12/2017).

Como as crianças eram retiradas de perto dos pais logo após o nascimento, elas não tinham contato nem convívio com eles. A apresentação das crianças aos pais só era realizada quando elas já estavam com idade de caminhar sozinhas até a Colônia para vê-los através da tela, onde lhes eram apontados: aqueles são seus pais. No caso de Alfazema que foi separada de seus pais aos 7 anos e levada para o Educandário, já existiam vínculos de amor e ternura entre eles, assim ela relata as fugas em busca dos laços rompidos. Outros trabalhos⁸⁹ dessa natureza indicam que não havia interesse algum dos presidentes dos educandários em preservar os laços familiares destas crianças. Isso gerava grande sofrimento nos pais, que buscavam notícias sobre seus filhos. Rosa⁹⁰, a matriarca da família das Flores descreve a situação vivenciada por ela:

No início, eles só levavam as crianças pros pais ver depois de sete anos. Mas eu não cheguei a... na minha época já... eu às vezes, eu ia escondido lá. Ia à noite, **ou fugia pra ir lá visitar meus filhos**. Eles cresceram me conhecendo. Depois eles foram abrandando mais um pouco e a gente podia ir lá, né? Eu fui muito escondido, à noite. Outra hora, de dia mesmo. Depois eles deixavam, mas no início não. **A gente não podia aparecer não. Tinha que ir escondido mesmo**. Mas eram... eram poucos que iam, que tinham coragem de ir lá. Eu sempre fui. Depois eu comecei a ir de dia mesmo. Aí entrou outro diretor que exigia que a gente fosse mesmo, né? Mas aí já estava quase no final. Decidido por grande (ROSA, informação verbal, 09/12/2017, grifo nosso).

Nas instituições totais, inicialmente se proíbem as visitas vindas de fora e a saída do estabelecimento, o que assegura uma ruptura inicial profunda com os papéis anteriores e uma conseqüente perda do papel (GOFFMAN, 2015). A separação dos familiares era muito dolorosa para todos os familiares e também para aqueles que acompanhavam essas histórias de vida, médicos, religiosos, trabalhadores sadios

⁸⁹ SANTOS, 2009; SILVEIRA, 2013 e CABRAL, 2013.

⁹⁰ Entrevista concedida pela integrante da Família das Flores e ex-moradora da Colônia de Itanhenga em 09/12/2017.

que atuavam nas duas instituições, Colônia e Educandário, e no final do dia voltavam para suas casas, para suas famílias, para um mundo aparte daquele em que viviam os isolados, pais leprosos e filhos sadios.

Os relatos dos narradores apontam para os acontecimentos que ficaram na memória como frutos de um processo seletivo/construtivo, no qual os temas são selecionados e ressignificados por meio da subjetividade. Sendo assim,

a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 1994, p.472).

As visitas e os passeios realizados com os internos são frutos desse processo seletivo/construtivo, no qual marcaram suas vidas como momentos de grande alegria. Apesar se serem poucos os passeios para tantas crianças, isso marcou a vida de Esmeralda⁹¹, Jasmim⁹² e Cravo⁹³:

Era difícil passear muito. Lá uma vez ou outra, que passeava. Quando tinha assim... para ir passear num lugar assim... igual na Coca-Cola, visitar a Coca-Cola, esses troço assim. Mas era difícil, né? Não passeava muito também não (ESMERALDA, informação verbal, 12/06/2017).

A gente já foi na Vale. A gente foi tudo quanto é lugar. A gente ia na praia e também nós passeamos muito (JASMIM, informação verbal, 23/04/2018).

Fazia, quando tinha, é... por exemplo, praia uma vez, uma vez por ano mais ou menos e quando vinha circo. Eu me lembro perfeitamente do Circo Thyene, que todo ano quando ele vinha, ele doava ingressos para os internos do Educandário. E a gente ia uma turma, só aquela turma que era bem comportada também, que era escolhida a dedo pra ir lá. Esse tipo de diversão só era isso (CRAVO, informação verbal, 07/09/2018).

As saídas das crianças eram registradas nos relatórios anuais do Educandário Alzira Bley. Nesses não constam as listas dos contemplados, mas a existência desses

⁹¹ Entrevista concedida pela integrante da Família das Pedras Preciosas e ex-interna do Educandário Alzira Bley em 12/06/2017

⁹² Entrevista concedida pela integrante da Família das Flores e ex-interna do Educandário Alzira Bley em 23/04/2018

⁹³ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Flores e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 07/09/2018

momentos de interação dos internos com o mundo exterior são marcas nas memórias dos egressos, como relata Cravo. Bem como as visitas que faziam festas e distribuíam presentes no Dia das Crianças, no Natal e em outras festividades.

Apesar de muitos ex-internos relatarem maus tratos e sofrimentos durante o período em que estiveram no Educandário, a instituição representou para essas 1.072 crianças a única opção de abrigo, alimento, infância segura e sadia fora das ruas e dos constrangimentos a que estariam submetidos, naquela época, em virtude do estigma da lepra. Mas esses exemplos têm em comum o fato de testemunharem a vivacidade das lembranças individuais e de grupos durante dezenas de anos, e até mesmo séculos (POLLAK, 1989). Jacinto⁹⁴, Margarida⁹⁵ e Safira⁹⁶ narram os castigos a que foram submetidos quando internos:

O castigo existiu. O castigo era terrível. Eu as vezes, por causa dessa fome, eu fugia, e era proibido fugir e ir para Colônia. Ai eu passei a entender que eu podia fugir. Eu fugia para Colônia, quando eu voltava, nos colocavam dentro de um quarto minúsculo, que cabia no máximo uma pessoa e meia, uma criança e meia, debaixo de uma escada, com uma portinha fechada, sem respiração, sem nada. Você tinha que cumprir aquele castigo, fora isso, tinha uma professora também que eu não vou falar o nome para não expor. Ela usava os caroços de milho grandes pra gente ajoelhar em cima. Poxa! A gente já tinha o sofrimento de não ter os pais perto e era tratado igual cachorro (JACINTO, informação verbal, 11/08/2017).

E tem aquela fase também de 5 pra 6, 7 anos, 9 anos tinha as meninas que era interna, aquelas batiam na gente. Sofri, sofri, sofri. De bater na sola do pé, de puxar o cabelo, tapa na cara. Eram as próprias internas que eram mais velhas, que tinham responsabilidade de tomar conta de cada turma. Sofri também com visitas, sentava ali, bonitinha. [...] o pessoal que ia fazer visita, elas olhavam assim: _Nossa tão bonita, que pena, filha de leproso (MARGARIDA, informação verbal, 01/05/2018).

Na época nós tínhamos uns funcionários, os funcionários que eu quero dizer os mais velhos que olhavam os mais novos. Na época era muito rígido, muito rígido mesmo. E tinha a parte um pouco de violência, você entendeu? Em termos de aplicação de choque, palmadas, apanhava, você entendeu? Chicotadas, essas coisas. Entendeu? Então, na época a gente tinha também um pouco desse, desse preconceito. Você entendeu? Em termos dos mais velhos querer bater nos mais novos. Nem mesmo a gente fazendo arte, mas eles tinham aquela marcação. Mas, é coisa mesmo da vida mesmo, a gente tem que passar por isso (SAFIRA, informação verbal, 12/06/2017).

⁹⁴ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Flores e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 11/08/2017

⁹⁵ Entrevista concedida pela integrante da Família das Flores e ex-interna do Educandário Alzira Bley em 01/05/2018

⁹⁶ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Pedras Preciosas e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 12/06/2017.

Jacinto ressalta que eles já passavam pelo sofrimento de ficar longe dos pais e ainda eram submetidos a castigos como ficar preso no cubico escuro. Margarida apanhava e sentia-se discriminada, enquanto Safira frisa a violência. Manter a ordem e a disciplina entre os internos eram de suma importância para a administração do Educandário e como as tarefas, inclusive o cuidado com as crianças menores, eram realizadas pelos adolescentes e jovens que também eram internos, esses algumas vezes abusavam dos poderes a eles investidos e batiam nos menores.

7.3 A (RE) INSERÇÃO NA SOCIEDADE

A idade e os motivos pelos quais cada um deixou o Educandário eram vários. Mas, para todos, representava um novo recomeço. Uns tinham para onde ir, outros não. As incertezas e as dificuldades eram constantes. Trezentas e trinta crianças, que entraram recém-nascidas, teriam o primeiro contato com o mundo externo aos muros do Educandário. No período de internação, algumas crianças foram retiradas por parentes ou “pessoas autorizadas” por juízes. Outras saíram para servir ao exército, ou ainda, saíram porque atingiram a maioridade e não podiam permanecer mais no Educandário.

A partir de 1979, com o fim da internação compulsória dos hansenianos no Hospital Colônia Pedro Fontes, em virtude da descoberta da cura da hanseníase, aqueles pais que ainda tinham condições físicas e saúde para reestabelecer a guarda de seus filhos, retiraram os mesmos do Educandário e foram morar em bairros periféricos de Cariacica ou numa determinada parte da Colônia, que foi desmembrada e loteada para construção de um bairro (Pica-Pau) para os ex-internos do Hospital Colônia Pedro Fontes. Em todos os casos, a vida dessas pessoas, após a saída do Educandário não foi nada fácil. Questionados sobre para onde foram depois que saíram do Educandário Alzira Bley, responderam Jade⁹⁷, Opala⁹⁸ e Safira⁹⁹:

⁹⁷ Entrevista concedida pela integrante da Família das Pedras Preciosas e ex-interna do Educandário Alzira Bley em 12/06/2017.

⁹⁸ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Pedras Preciosas e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 15/11/2017.

Para casa dos outros, casa de família, lá em Laranjeiras. Depois disso eu fiquei deprimida numa casa com muita gente, nós éramos igual um bicho do mato, não gostava de ficar assim numa montoeira de gente não. A gente gostava de ficar no canto da gente quietinha e fazendo as coisas, trabalhando. Casei agora, na idade com 33 anos. Foi assim oh, namorei, daqui a dois ou três meses casei, fui no cartório e casei. No dia 22, agora, de junho vou fazer 25 anos de casada e vou vivendo a minha vida. Casei por casar, sabe porquê. Eu sofri muito, eu sofri. (JADE, informação verbal, 12/06/2017).

Eu fui para Porto de Santana direto. Lá, eu comecei a usar muita droga, maconha mesmo. Cocaína não, cocaína é caro. Uma vez... Fumar maconha era bom demais (OPALA, informação verbal, 15/11/2017).

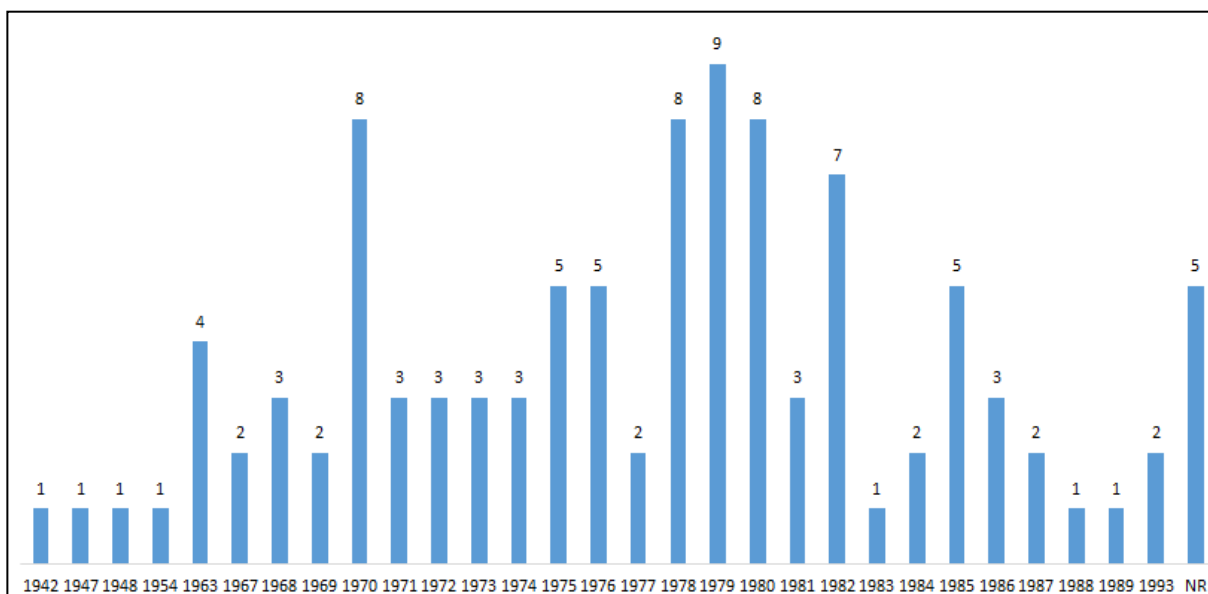
Depois que eu completei 18 anos, eu tenho o meu irmão mais velho que é o Topázio! Morava em república, aí eu fui morar com ele em república. Sai dali, consegui um estágio na Caixa Econômica, estagiei dois anos na Caixa Econômica, depois da Caixa Econômica entrei no Banco do Bradesco. Trabalhei 8 anos, fui bancário 8 anos, 8 anos de banco. Trabalhei no Hotel Porto do Sol, depois eu trabalhei numa empresa Vitória Aduaneira de Importação e Exportação, eu era da área de recursos humanos, RH. Departamento pessoal (SAFIRA, informação verbal, 12/06/2017).

De uma forma ou de outra, a partir de 1979, com o fim da internação compulsória, todos os internos passaram a ser reinseridos, gradativamente, na sociedade. As décadas seguintes foram de grandes descobertas para os egressos. Os internos do Educandário Alzira Bley foram sendo reinseridos na sociedade aos poucos e pelos mais variados motivos. O principal deles foi o fim da internação compulsória. O gráfico 11 apresenta os números relativos aos questionários aplicados na primeira parte desta pesquisa com os 104 egressos.

Pela análise do gráfico 11, o ano de 1979, data final do período da internação compulsória neste Educandário, foi o ano com maior número de egressos, seguido de perto pelos anos de 1970, 1978, 1980 e 1982. As últimas saídas do Educandário de internos pesquisados datam de 1993. Cinco egressos não responderam a questão sobre o ano de sua saída da instituição.

⁹⁹ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Pedras Preciosas e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 12/06/2017.

Gráfico 11 – Ano em que os egressos pesquisados deixaram o Educandário.

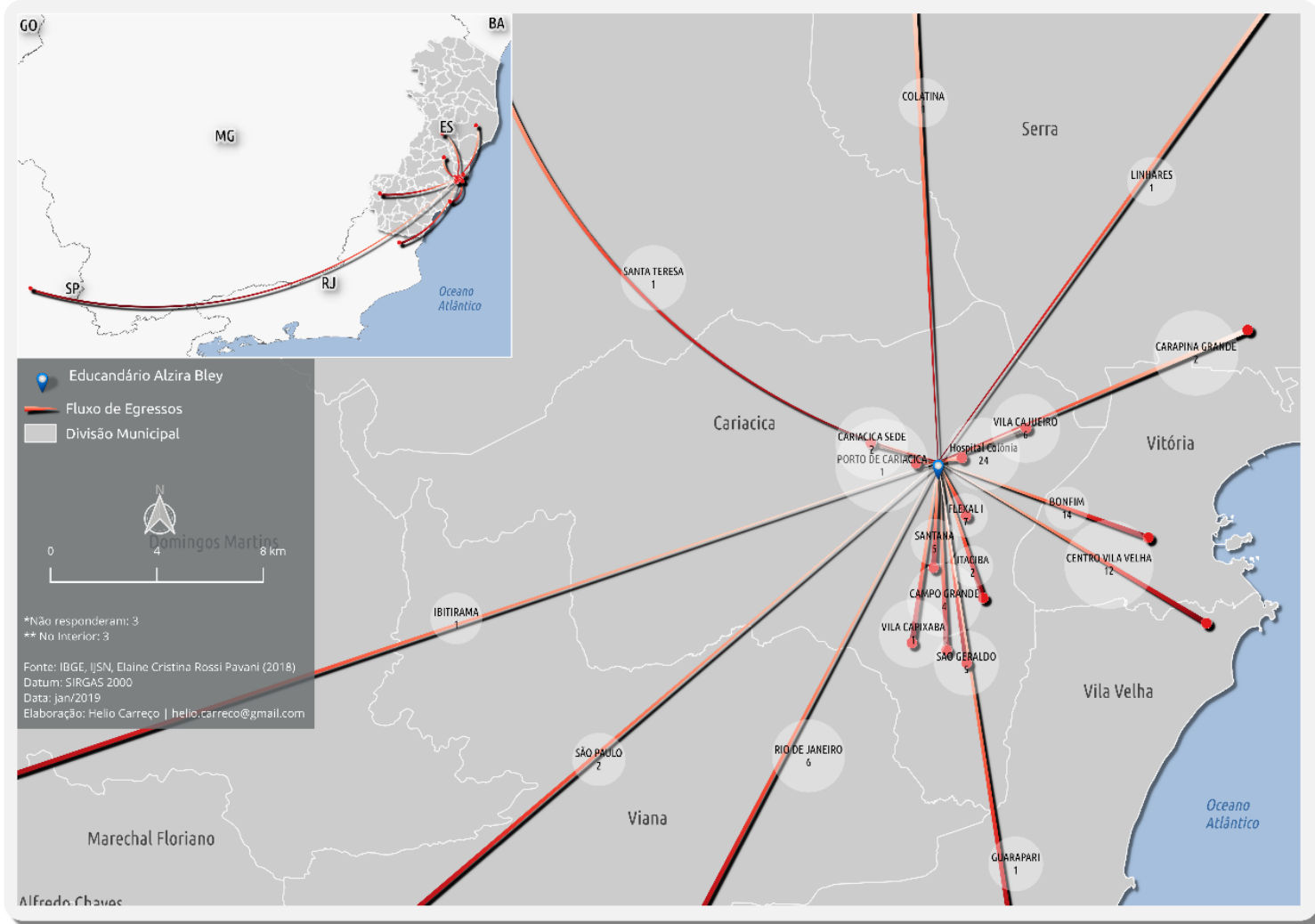


Fonte: Pavani (2018).

O período de internação dessas crianças e jovens variou de acordo com as circunstâncias de vida dos mesmos e das legislações. Alguns permaneceram até atingir a maioridade, quando tinham que deixar a instituição; outros saíram para o serviço militar; algumas meninas saíram casadas ou na companhia de “pessoas autorizadas”.

Houveram adoções e irmãos mais velhos que voltaram e buscaram os mais novos depois de se estabelecerem na sociedade. Os destinos dos egressos pesquisados são apresentados no mapa 15:

Mapa 15 – Fluxos de saída dos Egressos do Educandário Alzira Bley



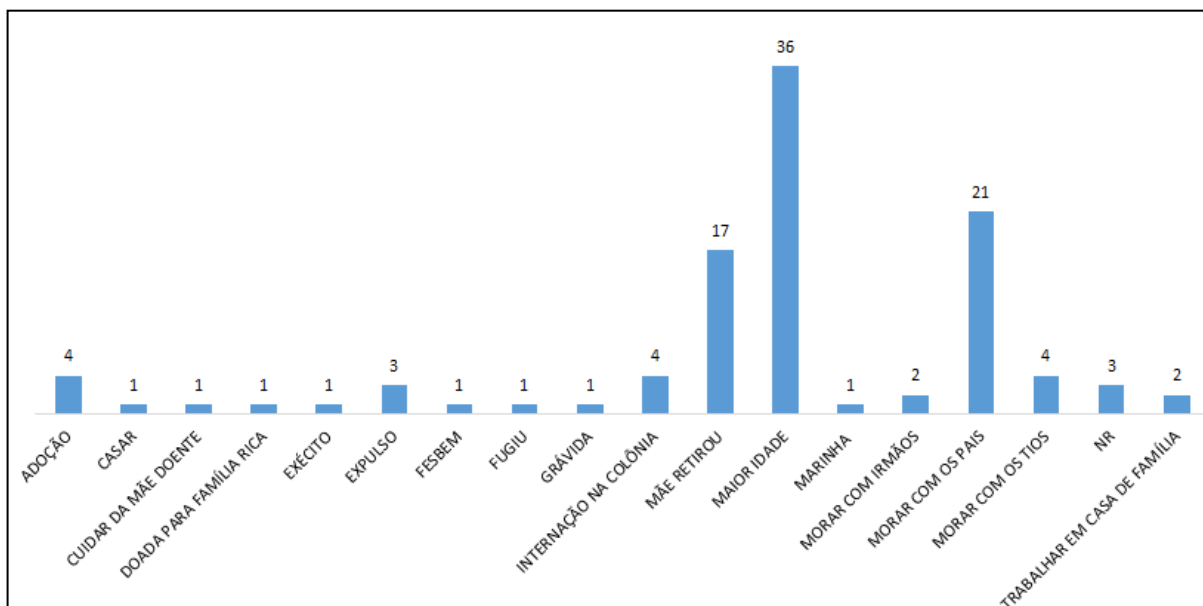
Fonte: Carreço (2019).

Nota: Dados adaptados pela autora com base em IBGE, IJSN e Pavani (2013).

O maior número de egressos foi residir no Hospital Colônia de Itanhenga. Com o fim da internação compulsória o local se transformou no bairro Pedro Fontes e os ex-internos continuaram a residir nas casas da ex-colônia. Dos egressos do Educandário, 24 foram morar com seus familiares no bairro Pedro Fontes, após anos de separação. O segundo maior fluxo de egressos se dirigiu aos bairros adjacentes ao Educandário no próprio município de Cariacica: Flexal I, Vila Cajueiro, Santana, São Geraldo, Campo Grande, Itacibá, Cariacica Sede, Porto de Cariacica e Vila Capixaba. Outros egressos destinaram-se aos demais municípios da RMGV: 14 foram para Vitória, 12 para Vila Velha, 2 para Serra e 1 para Guarapari.

Nos municípios do interior alguns egressos escolheram como destino: Ibitirama, Linhares, Colatina e Santa Teresa. Alguns foram para outros estados, 6 egressos foram para São Paulo e 2 para o Rio de Janeiro. Os egressos apontam como principais motivos para saída do Educandário os que estão elencados no gráfico 12:

Gráfico 12 – Motivos pelos quais os egressos saíram do Educandário Alzira Bley



Fonte: Pavani (2018).

Os principais motivos apontados pelos egressos para saírem do Educandário são: 1) o alcance da maioria permitida para permanência dos jovens na instituição, sendo 18 anos para os meninos e 21 para as meninas, apontado por 36

entrevistados; 2) retirada por algum parente (mãe retirou, morar com os irmãos, morar com os pais, morar com os tios) que contabiliza 44 egressos.

Outros motivos que chamam a atenção pela motivação são: adoção, internação na Colônia de Itanhenga em virtude do aparecimento de sintomas da lepra, expulsão e trabalho em casa de família. As adoções, na maioria das vezes não eram consentidas pelos pais e causavam pavor nas crianças como narra a egressa Margarida¹⁰⁰:

A hora que eu mais sofria foi quando chegava gente para adotar crianças. Como eu era uma criança assim com características diferentes, cabelinho preto, olho claro eu sempre era a escolhida para ser adotada. Eu sempre fui muito arredia, revoltada. O que que eu fazia? Quando chegava sábado, que era dia de visita, eu ó, corria e me escondia de baixo da cama, porque eu tinha certeza absoluta de que as pessoas que foram lá para visitar as crianças que ia escolher quem vai adotar, a primeira era eu, a primeira escolhida era eu, por ter uma característica bem diferente das outras. Entendeu? (MARGARIDA, informação verbal, 01/05/2018).

Outra ocorrência que deixava as crianças e adolescentes muito tristes era a “devolução”, quando os familiares ou pais biológicos/adotivos levavam os egressos para suas casas e eles não se adaptavam à vida em família com os novos membros e retornavam para o Educandário. Alfazema¹⁰¹ relata um episódio desse tipo:

Fiquei um mês como diretora. Foi nessa época que eu sai de lá, porque a presidente se aborreceu lá, porque eu recebi de volta um garoto que tinha ido embora. A mãe levou e depois trouxe de volta e ela não queria que eu recebesse. Mas eu não podia deixar o menino na rua (ALFAZEMA, informação verbal, 09/12/2017).

A egressa Alfazema trabalhou em todos os setores do Educandário, mas o que mais a marcou foi o episódio da “volta” de um dos meninos do Educandário, que a própria mãe queria devolver à instituição.

¹⁰⁰ Entrevista concedida pela integrante da Família das Flores e ex-interna do Educandário Alzira Bley em 01/05/2018

¹⁰¹ Entrevista concedida pela integrante da Família das Flores e ex-interna do Educandário Alzira Bley em 09/12/2017.

Por outro lado, também não era nada fácil para os pais reconstituir os laços que foram rompidos após o nascimento, como relata Rosa¹⁰², matriarca da família das flores:

Era um pouco difícil né, porque a gente não tinha intimidade, faltava, que a gente... porque eles foram criados fora. Até a gente acostumar um com o outro foi muito difícil. Eles estranhavam e a gente sem experiência nenhuma (ROSA, informação verbal, 09/12/2017).

Para um grupo de estudos em psicologia de Minas Gerais,

a vida questionava novamente essas mulheres. Como ser mãe dessas crianças que elas mal conheciam? Que, apesar de terem sido geradas por elas não se sentem seus filhos e elas não se sentiam suas mães? O distanciamento das crianças de suas famílias impossibilitou o processo de construção dos laços familiares o que gerou dificuldades tanto para os pais como para os filhos quando, após a abertura da colônia, estes filhos voltaram para casa (ALMEIDA et.al., 2012, p. 278-279)

Assim como era difícil para os pais reconstruir os laços com os filhos, havia a mesma dificuldade por parte dos egressos, como narram Hibisco, Margarida e Cravo, filhos de Rosa¹⁰³:

Então não seria também, tinha o estigma da hanseníase e da convivência familiar que não teve o laço familiar, não teve amor pelos filhos. Apesar que segundo ela e meu pai não se falavam muito sobre isso, ela tentou tirar a gente depois que as colônias abriram, mas não se concretizou. Então o amor pela nossa mãe é um amor, digamos assim, relativamente entre aspas, a gente sabia que ela era a mãe, mamãe visitava a gente quando podia, muitas vezes parou a gente saindo do Educandário, mas o amor mesmo característico a gente não tinha. A gente foi gradativamente, com esses dois, três anos que convivi com ela. Não foi fácil, porque devido a minha educação que eu tive na base de pancada, na base de fome, na base de castigos constantes, na falta do laço familiar, a gente não se entendia; como ela não se entendeu com nenhum outro filho, e todos eles teve um período que nós fomos obrigados a sair da casa dela e se virar sozinho (HIBÍSCO, informação verbal, 12/6/2017).

Minha mãe era obrigada a tirar os filhos de lá. O que aconteceu? Eu saí de lá. Quando me falaram:

“Você vai embora do Educandário.”

Eu juro pra você, quando me falaram, a lágrima desceu. Me deu dor de barriga, vômito, eu não consegui. Isso num dia. Eu juro pra você, eu emagreci num dia. Tudo emocional. Eu não queria sair, eu não queria, porque pra mim eu ia morar com pessoas estranhas. Não é um erro meu, é da vida. Eu não tinha afinidade nenhuma com a minha mãe, eu tinha medo.

¹⁰² Entrevista concedida pela integrante da Família das Flores e ex-moradora da Colônia de Itanhenga em 09/12/2017.

¹⁰³ Entrevista concedida pelos integrantes da Família das Flores e ex-internos do Educandário Alzira Bley.

Como eu não queria ser adotada, eu também não queria sair do Educandário pra morar com a minha mãe porque é a minha mãe. Minha mãe, porque me pariu, mas eu não tinha afinidade nenhuma. Eu tinha medo de morar com eles. Eu pensava assim:

“Como eu vou ser tratada? Como que vai ser a minha vida?” (MARGARIDA, informação verbal, 01/05/2018).

Todos nós, ex-internos, na totalidade 100%, 99% não conseguiu conviver com os pais, nem um ano, dois anos, devido a falta do carinho, do afeto, a falta da compreensão. E o problema também que todos os hansenianos no complexo de situação, que agrega valores, dos laços familiares que eles não puderam ter (HIBÍSCO, informação verbal, 12/6/2017).

Na minha mãe, eu consegui ficar três meses. De lá, eu tentei retornar pro Educandário, por causa de questões de me ambientar, me adequar... não consegui, entendeu? [...] Dificuldade natural, até entendo isso, porque não posso em nenhum momento culpá-la, porque ela criou um ambiente assim igual ou pior do que no Educandário, em termos de disciplina, normas... Falei: “Eu não vou me ambientar nisso daqui não. Já chega!” (CRAVO, informação verbal, 07/09/2018).

A dificuldade dos filhos de adaptarem na casa dos pais biológicos era muito grande em virtude do rompimento dos laços afetivos, da falta de convivência e das diferenças de criação. Alguns egressos voltavam ao Educandário em busca de um porto seguro. Outros tentavam imaginar como seriam suas vidas fora do Educandário.

Os egressos expulsos ficavam à mercê da própria sorte. O destino de muitas moças era o trabalho doméstico nas casas de famílias. Embora alguns dos papéis possam ser desempenhados pelos ex-internos, na inserção na sociedade, é claro que outras perdas são irrecuperáveis e podem ser dolorosamente sentidas como tais. “Pode não ser possível recuperar, em fase posterior do ciclo vital, o tempo não empregado no processo educacional ou profissional, no namoro, na criação dos filhos” (GOFFMAN, 2015, p.25). Segundo o questionário aplicado a 104 egressos, as principais dificuldades enfrentadas por eles após a saída do Educandário estão apresentadas no Quadro 15:

Quadro 15: Principais dificuldades enfrentadas apontadas, pelos egressos, após a saída do Educandário Alzira Bley.

Principais dificuldades enfrentadas apontadas, pelos egressos, após a saída do Educandário Alzira Bley	Número de pessoas
Doença	1
Carência	1
Saudades	1
Baixos Salários	1
Serviços pesados	1
Estranhar o mundo pois vivia preso	1
Ficar sem a família	1
Vivência social	1
Falta de recursos	1
Pouca idade	2
Falta de estudo e emprego	2
Não sabia enfrentar o mundo longe do Educandário.	2
Muita Rejeição	3
Falta de alimentos e roupas	3
Preconceito	3
Falta de Moradia	4
Conviver com o mundo fora do Educandário.	5
Dar continuidade aos estudos	6
Nenhuma dificuldade	6
Falta de emprego e moradia.	10
Várias dificuldades.	11
Adaptação.	13
Adaptação familiar.	21
Não responderam	4
Total	104

Fonte: Pavani (2018).

Dentre as dificuldades mais apontadas estão aquelas ligadas à adaptação familiar e à adaptação em geral, ao mundo extramuros citadas por 32,69% dos egressos. Mas vários foram os desafios enfrentados: falta de emprego, de moradia, de estudos... Até hoje os egressos, em sua maior parte, passam por dificuldades, sejam elas em estabelecer laços afetivos, permanecer nos empregos, galgar cargos mais elevados, concluir os estudos ou ainda confrontar-se com a condição de segregados da sociedade, como narra Jacinto¹⁰⁴:

“Mas por que é que estão agora brigando pela causa, criando jurisprudência em cima de uma indenização, de uma reparação já”. Não repara não, não repara nunca, não tem valor que repara isso. Não tem valor no mundo. O

¹⁰⁴ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Flores e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 27/07/2018.

melhor ouro, o melhor diamante, nada vai reparar danos a pessoas. Danos morais, execrados, entendeu? Excluídos da sociedade. A gente não tinha acesso a ninguém, se não fosse na escola (JACINTO, informação verbal, 27/07/2018).

Além de todas as dificuldades enfrentadas na separação imediata dos pais ao nascer, de crescer tão perto e tão distante ao mesmo tempo dos seus progenitores, que nunca passaram pela grande porta azul para buscá-los, para além de todas as privações do internato, ao serem devolvidos ao mundo exterior, ainda tiveram de enfrentar os desafios da sociedade, o mundo do trabalho, as drogas e todas as formas de violência, estigma e preconceito social, como apontam Topázio¹⁰⁵, Margarida¹⁰⁶ e Cravo¹⁰⁷:

Eu fui vítima de preconceito quando eu fui servir ao exército, me alistar. Eles perguntaram assim, onde você nasceu? Eu nasci em Cariacica, em Itanhenga. Então é filho de leproso. Aí você vai fazer o quê. Agora tem um colega meu que conseguiu servir ao exército porque ele mentiu. Está certo, ele queria ir para o exército. A vida é assim mesmo. (TOPÁZIO, informação verbal, 12/06/2017).

Na DIT teve concurso Miss Comerciária, me colocaram, enquanto eu estava desfilando, experimentando as roupas. Me colocaram para experimentar as roupas, eu não queria, eu não queria, eu não queria. Quando eles me colocaram num vestido, coisa mais linda, eu me encantei. Nossa que vestido bonito, vaidade né. Escutei duas das moças falando bem assim, uma das vezes: _Nossa!

Eu desfilando, tá ótimo, tá ótimo, tá ótimo, só prender o cabelo, maquiagem. Tão bonita, mas filha de leproso. Você sabia que ela é filha de leproso?

Ai a outra falou: _O que é isso?

E eu só escutando, aquilo a lágrima pesava assim (passou as mãos nas pálpebras).

Você não sabe o que é leproso não! Leproso são aquelas pessoas que tem uma doença que perde dedo, que fica cheia de ferida no corpo e pega.

_Nossa! E ela trabalha aqui com a gente!

Aquilo eu escutei assim! Minha defesa, não foi assim por ignorância, coisa assim, foi uma defesa. Eu virei pra ela e falei assim: _Sabe aonde está a lepra, na sua língua. Falei só isso (MARGARIDA, informação verbal, 01/05/2018).

Na minha vida profissional sim. Eu me lembro perfeitamente que eu cheguei a trabalhar na TV Espírito Santo, no Governo do Élcio Alvares e não existia computador, era tudo datilografia. E o... eu era operador de videoteipes, que eles chamavam naquela época, e o Edu Hering, inclusive, era o câmara. Eu trabalhei com ele, diretamente com ele. Ele era o câmara, eu era o operador de videoteipes que andava com aquele gravador desse tamanho assim pendurado aqui. E só ia junto com ele, aonde ele ia eu tinha que ir junto.

¹⁰⁵ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Pedras Preciosas e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 12/06/2017.

¹⁰⁶ Entrevista concedida pela integrante da Família das Flores e ex-interna do Educandário Alzira Bley em 01/05/2018.

¹⁰⁷ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Flores e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 07/09/2018.

Porque o que ele gravava, eu copiava. Hoje não, as câmeras têm... Eu me lembro, perfeitamente, que uma vez, ele foi fazer uma matéria no Pedro Fontes e sem querer todo mundo me conhece, me viu lá:

“Ó, o filho do G. H., o filho de Rosa e tal”.

Ele falou assim:

“Você é daqui?”

“Não, daqui não, eu sou criado no Educandário Alzira Bley”.

Aproveitaram e fizeram até um material lá, uma entrevista comigo lá. Só que aconteceu o seguinte: lá no trabalho, na TV, quando a secretária descobriu que eu tinha usado a máquina de datilografia dela, ela entrou, até achei assim foi muito traumático, eu tinha 17, 18 anos na época, estava quase saindo do Educandário já. É... Ela chegou e disse assim, falou assim: “Você nunca mais coloca a mão nessa máquina, pelo amor de Deus, não quero pegar lepra não”.

Ela ficou lavando a mão com álcool, mandou higienizar a máquina, né? Aí eu fiquei assim... me senti assim, foi muito traumático pra mim, sabe? Porque eu não tinha ainda experimentado essas coisas. Só que depois eu passei a perceber como as pessoas discriminam, quando eu descobri. Então, eu passei a me calar. Perguntava de onde que eu era. “Eu moro em Santana”. Morava em Santana nada, nunca morei com a minha mãe, entendeu? Poucas pessoas sabiam que eu era... comecei a mentir sobre a minha origem, entendeu? (CRAVO, informação verbal, 07/09/2018).

Os narradores supracitados nunca foram doentes de lepra, não foram internos da Colônia e sua única sina foi terem nascidos de pais portadores da doença. Suas vidas foram construídas separadas de seus pais dentro do Educandário e as lutas diárias foram vencidas até a reinserção na sociedade. Para entristecer os corações dos egressos, as pessoas que descobriam a sua origem ainda teciam comentários preconceituosos e agiam de forma discriminatória com os mesmos, como narram Cravo, Margarida e Topázio.

Compreendemos que as histórias de vida são muito difíceis de serem reconstituídas com riquezas de detalhes, datas e cenas. Até porque, como afirma Pollak, “a memória é seletiva, nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p.203). Por isso o nosso esforço em registrar de forma textual as informações sobre esse período da história do Educandário Alzira Bley e de milhares de pessoas que já passaram por lá ao longo destes 80 anos. “O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo” (POLLAK, 1989, p.10). Quanto aos funcionários que atuavam no Educandário existe uma unanimidade em relação à Jandira, que ingressou como interna com 12 anos de idade e atua na instituição como enfermeira até hoje, ela é considerada uma “verdadeira mãe” para

os egressos. Outros funcionários também possuem o carinho e o reconhecimento dos egressos Margarida¹⁰⁸ e Lírio¹⁰⁹:

Gente, eu vou falar a verdade pra você, na minha época, de verdade, pelo menos eu fui tratada com muito carinho. Muito carinho. Tinha a cozinheira da creche, né? Das crianças, a cozinheira dos adultos e tinha a mulher que era cozinheira, mas acho que ela fazia limpeza em algum lugar também, que eu não era muito chegada, mas eu era amiga das filhas dela, que moravam lá, depois da granja. Eu não tenho que reclamar delas não. Sempre me trataram com muito carinho (MARGARIDA, informação verbal, 01/05/2018).

O contato com os funcionários assim da minha parte, não era muito grande não, mas eu não tenho do que reclamar não. Eu me lembro de algumas delas como a dona Zelinda, a Dalva (LÍRIO, informação verbal, 05/09/2018).

Ainda que conseguíssemos ouvir as histórias de todos os ex-internos, não alcançaríamos replicar com clareza os sentimentos que permeiam as relações por eles estabelecidas, intra e extramuros do Educandário Alzira Bley. Alguns egressos, diante das dificuldades encontradas na sociedade, acabaram por retornar à instituição que, utilizando-se de seus serviços, acolhia-os como funcionários. Refaziam-se os laços institucionais, passavam a ver o Educandário como porto seguro, que os acolhia e protegia, reforçando o vínculo de dependência, ficando cada vez mais difícil de conseguir romper. “Nestes momentos, a instituição passava a ser vista como um “ninho”, onde a segurança se tornava mais importante do que a liberdade, ao ter de enfrentar uma sociedade hostil e preconceituosa” (GOMIDE, 1991, p. 242).

Podemos concluir apenas, que a instituição teve papel de grande importância na preservação da vida dessas pessoas e elas nutrem um carinho muito especial por esse lugar, assim se expressam Esmeralda, Jade e Ametista¹¹⁰:

Eu gostei de lá. Não tenho nada que reclamar, assim não, assim... Foi bom que eu conheci tanta gente, vivi no meio da turma, né? Tudo irmão nosso, mesmo lá, né? Eu gostava do orfanato (ESMERALDA, informação verbal, 12/6/2017).

¹⁰⁸ Entrevista concedida pela integrante da Família das Flores e ex-interna do Educandário Alzira Bley em 01/05/2018

¹⁰⁹ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Flores e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 05/09/2018

¹¹⁰ Entrevistas concedidas pelas integrantes da Família das Pedras Preciosas e ex-internas do Educandário Alzira Bley.

Foi bom, para mim tudo foi bom. E Graças à Deus, até hoje eu sou trabalhadeira (JADE, informação verbal, 12/6/2017).

Então... Aquela época era gostosa sim... Se fosse hoje, falar assim: “Os ex-internos vão voltar pro Educandário.”
Eu ia (AMETISTA, informação verbal, 12/11/2017).

As narrativas de Ametista, Jade e Esmeralda nos levam a acreditar que, apesar de todas as adversidades vivenciadas pelos internos, eles gostavam muito de viver em turma, todos se tratam por “irmãos”, independente de laços sanguíneos, e que com as lembranças que eles trazem na memória, a primeira resposta, sempre evoca coisas boas, como narram Esmeralda¹¹¹, Lírio¹¹², Jade¹¹³ e Oleandro¹¹⁴.

Ah, eu adorava, porque quando chegava, lá assim dia de sábado, eles botavam música pra nós. Quando fazia festa. Assim, quando era época de Natal também, né? Quando ia gente visitar... as pessoas de fora ia visitar a gente, nós gostava de lá. Nós gostava quando tinha festa. Todo mundo gostava (ESMERALDA, informação verbal, 12/06/2017).

As nossas sextas-feiras à noite e os nossos sábados à noite. Porque era um momento que nós ligávamos o som, né? Que nós tínhamos a sonata, aquele aparelho de som, né? Antigamente chamava-se sonata e eram momentos pra mim inesquecíveis. Quando chegava sexta-feira à noite e sábado à noite que ligava aquele som, parecia que a gente estava... não dizer no céu, porque o céu não é assim. É. Mas nós dançávamos ali até se acabar e era muito gostoso, porque havia uma ingenuidade, sabe, tão grande. Hoje a gente vê... assim entre aspas, a maldade na humanidade, na sociedade. Seja ela do mais novo ao mais velho, sabe? A gente pensava que era coisa do adulto, sem ser o mais velho. Mas não, do mais novo ao mais velho hoje não tem tanta ingenuidade. Hoje tem maldade demais. E naquela época, na minha memória fica isso, sabe? A ingenuidade nossa. Nós dançávamos sem se preocupar se ele vai debochar, porque ele não debochava, porque ele também dançava feio. Então a gente tinha aquele... (LÍRIO, informação verbal, 05/09/2018).

Pra mim, seja o que Deus quiser. Não vou mentir não, porque não sofri tanto não, porque a vida nossa foi assim, oh. Fui crescendo, nós fomos trabalhando, aprendemos corte e costura, o artesanato, pelo menos eu aprendi alguma coisa. Cozinhar, pelo menos costura ainda eu faço, uma costura (JADE, informação verbal, 12/06/2017).

Vou falar a verdade, eu tô satisfeito. Eu tô alegre porque eu me viro, trabalho (OLEANDRO, informação verbal, 12/11/2017).

¹¹¹ Entrevista concedida pela integrante da Família das Pedras Preciosas e ex-interna do Educandário Alzira Bley em 12/06/2017)

¹¹² Entrevista concedida pelo integrante da Família das Flores e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 05/09/2018

¹¹³ Entrevista concedida pela integrante da Família das Pedras Preciosas e ex-interna do Educandário Alzira Bley em 12/06/2017.

¹¹⁴ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Flores e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 12/11/2017.

A satisfação de estar com os outros internos, de brincar, dançar, ouvir música, festejar, aprender os ofícios que poderiam ajudá-los na vida, no trabalho, no futuro. Mas as oportunidades no mundo extramuros não aconteceram de maneira fácil para nenhum deles, assim algumas pessoas tendem a dizer: “Vocês são preguiçosos”, mas como relata Lírio¹¹⁵:

Não, eu nunca aceitei esse termo. A gente não é preguiçoso. A gente sempre encara tudo, né? A gente encara, a gente trabalha. Mas aí é que entra aquilo que eu sempre tive desconfiança de ser uma sequela. Eu não consigo é... Não sou psicólogo, nem tenho formação, né, nessa área. Mas eu entendo que se um... alguém que estuda o lado social, viesse estudar essa parte, ele ia conseguir dar um nome a isso. Porque eu acho que de uma certa forma é... nós nunca conseguimos, exceto alguns, pouquíssimos, pouquíssimo mesmo, não conseguimos firmar muito tempo num emprego. E não foi por vagabundagem, porque nós sempre encaramos tudo. E não foi por insubordinação, porque nós sempre fomos subordinados. A gente sabia quem era o nosso chefe, sempre soubemos quem era o nosso líder, sempre tivemos respeito. Basta dizer que a vida que a gente leva hoje. Nós temos respeito pelas hierarquias nas nossas igrejas, de tudo quanto é lado. Então, eu acho que esse bloqueio é, de uma certa forma, a única sequela que eu tive de verdade. Mas a minha vida depois que eu saí de lá, ela não foi pancada dura como foi pra maioria não. Mas muitos tiveram (LÍRIO, informação verbal, 05/09/2018).

De acordo com Goffman (2015) o que acontece com internos é que “o seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, modificado” (GOFFMAN, 2015, p.24). A vida dura a que Lírio se refere está diretamente relacionada às condições de criação que eles tiveram dentro do Educandário, do grau de escolaridade que eles conseguiram galgar e das oportunidades que eles tiveram em face da forma como foram reinseridos na sociedade. Os bloqueios, os traumas, as dificuldades de relacionamento e outras situações narradas pelos egressos são consequências da separação dos filhos sadios dos pais leprosos.

¹¹⁵ Entrevista concedida pelo integrante da Família das Flores e ex-interno do Educandário Alzira Bley em 05/09/2018.



8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foto 63 – Piso da parte administrativa do Hospital Oswaldo Monteiro (ILHA DA PÓLVORA)



Fonte: Pavani (2018).

Atualmente a hanseníase é tida como uma doença infectocontagiosa de fácil diagnóstico e tratamento ambulatorial, mas o desconhecimento sobre a doença e sua causalidade desencadeou uma série de ações ao longo do tempo e no espaço com uma série de procedimentos para “conter” os agentes transmissores da doença, dentre os quais, o próprio leproso.

Este trabalho buscou demonstrar as estratégias políticas e espaciais utilizadas para a segregação social da população leprosa e sua prole sadia no Espírito Santo; apresentar aspectos da vida dos internos dentro das instituições preventórias, caracterizar a população dos egressos na atualidade e as consequências da segregação na vida deles.

Na década de 1920 foi criado um hospital para isolar os leprosos e os tuberculosos na Ilha da Pólvora, com cerca de 14.000m², fica praticamente no meio do canal, alinhado com o bairro Santo Antônio. Na década de 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e a promulgação da Constituição de 1934, os grupos ligados às questões da “eugeniação” do país encontraram no fórum das discussões constituintes um espaço ansiosamente pleiteado para as elites médicas do Brasil que priorizavam o higienismo, o sanitarismo e o eugenismo. O saneamento e a melhoria da raça eram vistos como capazes de resolver todos os problemas: urbanos, sociais, de insalubridade, mortalidade infantil, delinquência e criminalidade. As considerações finais colaboram para a compreensão de que o objetivo central das medidas sanitaristas, higienistas e eugenistas adotadas pelo Serviço Nacional de Profilaxia da Lepra, baseadas na construção do tripé institucional (colônias, dispensários e preventórios) não se centravam obrigatoriamente no doente, mais sim, na sensação de segurança para a sociedade sadia com a adoção de medidas que retirassem os doentes das ruas, das estradas, do convívio social. Nos preventórios/educandários, para onde eram destinados os filhos sadios dos leprosos, percebemos que o cotidiano das crianças era marcado pelo cumprimento de tarefas escolares, obrigações, trabalhos, momentos de lazer e festividades, mas também castigos corporais e sutilezas, marcando-as psicológica e emocionalmente.

Cuidar dos espaços de circulação das pessoas significava acabar com áreas de insalubridade, cortiços, becos e locais pouco ventilados. O projeto higienizador

alargava as ruas e avenidas, retirava os leprosos que viviam de mendicância pelas cidades, vilas e estradas e incidia também sobre o código de ética e postura social dos cidadãos estabelecendo a adoção de padrões sociais de comportamento em nome da saúde. Sob a prática do sanitarismo, percebemos o quanto a discriminação estava institucionalizada.

A partir da criação do tripé de controle da profilaxia da lepra: leprosários/colônias agrícolas, preventórios/educandário e dispensários, os leprosos e sua prole indene passaram a ser isolados compulsoriamente por meio de legislação própria que estabelecia esta segregação, com aparatos policiais e subsídios públicos.

No Espírito Santo não foi diferente do restante do Brasil. As instituições que cumpriram as funções segregacionistas foram instaladas, em sua maioria, no município de Cariacica. Apenas os dispensários se estenderam a outros municípios. Compreender como a organização espacial do município de Cariacica se tornou um espaço de exclusão social foi um dos objetivos desta pesquisa e ao analisar a organização espacial deste percebemos algumas características que podem ter contribuído para esse fim, dentre elas: a existência de grandes espaços rurais; sua proximidade com a capital Vitória; a facilidade de acesso por estradas, ferrovia, portos fluviais e marinhos; a abundância de terras; a extensão da rede hidrográfica; a simplicidade da população ali instalada. O valor do Produto Interno Bruto a preços correntes (R\$1.000,00) de Cariacica em 2016 foi de R\$7.390.695,00, ocupando a quarta posição no Estado, atrás de Vitória, Serra e Vila Velha, e contribuindo por 6,77% do PIB do Estado. Quanto ao PIB per capita, com o valor de R\$1.915,53, o município ocupou a 26^o posição dentre os 78 municípios do Estado.

Sendo assim, além de ser o lócus da instalação das instituições/aparelhos do Estado destinados a isolar os leprosos e seus filhos indenés, sobre o seu território ainda foram estabelecidas outras instituições com a finalidade de segregação social: a penitenciária semiaberta de Tucum; a penitenciária feminina; a unidade de custódia e tratamento psiquiátrico; 5 unidades do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases), sendo: as Unidades de Internação Provisórias I e II (Unip I e Unip II), a Unidade de Internação Socioeducativa (Unis), Unidade Feminina de Internação (UFI) e o Centro Socioeducativo de Atendimento ao Adolescente em

Conflito com a Lei (CSE); o Hospital Colônia Adauto Botelho (para doentes mentais) – hoje chamado Hospital Estadual de Atenção Clínica (HEAC). Para além das instituições o município recebeu ao longo dos anos lixões, aterros sanitários, depósito de materiais tóxicos, frigoríficos e abatedouros, entre outros.

A construção da Colônia de Itanhenga teve início nos primeiros anos da década de 1930, sendo o primeiro grupo de prédios inaugurados em 1935 e o segundo grupo em 1937. O local foi escolhido pelo chefe do Serviço de Profilaxia da Lepra Dr. Pedro Fontes e pelo técnico da Secretaria de Agricultura Senhor Carlos Rosas, em virtude de atender aos requisitos estabelecidos: ter mais de 250 hectares de terra de boa qualidade, ser de fácil acesso, ter farto abastecimento de água, estar situado em bom clima e ter facilidade de comunicação com a capital. No dia da inauguração da Colônia (1937) foi lançada a pedra fundamental para construção do Educandário Alzira Bley e da Granja Eunice Weaver que ficaram prontos em 1940, durante esse período, as crianças ficaram instaladas no prédio de observação que se localizava em área sadia próximo a Colônia.

A partir de 1937 todos os leprosos passaram a ser isolados na Colônia de Itanhenga, cerca de 3.104 pessoas foram recolhidas e internadas entre 1937 e 1998. Dos quais apenas 120 recebem a pensão especial da lei N. 11.520. As proles sadias dos leprosos somam 1.072 internos do Educandário Alzira Bley. Muitos internos passaram o restante de suas vidas na Colônia e o cemitério foi o seu destino final. Quanto aos filhos, estes tinham prazos de permanência estabelecidos para sair da instituição preventorial, o regimento interno dos preventórios estabelecia que ao atingir a maioridade (18 anos para os meninos e 21 para as meninas) eles não poderiam mais permanecer na instituição.

No Educandário Alzira Bley e na Granja Eunice Weaver as crianças e adolescentes eram ocupados com tarefas na granja, no pomar, na horta, na sapataria, como auxiliar de cozinha, guardião e cuidador de crianças, dentre outros, pois os religiosos e posteriormente os presidentes que administravam a instituição acreditavam que trabalhando eles se tornariam mais dóceis e mais fáceis de administrar. Eles eram estimulados a trabalhar por uma pequena remuneração para preparar-se para a vida prática.

Dessa forma, foi institucionalizado nos preventórios/educandários a utilização do trabalho do menor carente que, antes de ser uma “terapia disciplinadora”, foi uma forma de manter essas instituições funcionando com poucos funcionários e poucos recursos, de forma quase “autossustentável”.

A saída da instituição para muitos internos não foi uma opção e sim uma imposição por causa da regra da maioria ou em face do fim do regime de internação compulsória. Das famílias que narraram suas histórias de vida a das Flores passou em média 17,5 anos dentro do Educandário, enquanto a média na família das Pedras Preciosas foi de 13,5 anos. Muitos egressos deixaram o Educandário nos anos que marcaram o final do período de internação compulsória 1978, 1979 e 1980. Os ex-internos destinaram-se principalmente aos bairros periféricos do município de Cariacica, alguns bem próximos ao Educandário e a Colônia.

A reintrodução na sociedade e, muitas vezes, a introdução ao convívio familiar foi marcada por conflitos, na maior parte das vezes ocasionados pelo desconhecimento do outro. Depois de anos de separação em virtude da vida preventorial, viver em família significava, muitas vezes, revoltas, cobranças, atritos, que só foram superados pela reaprendizagem do convívio social e familiar. As consequências do internamento compulsório, em qualquer tipo de instituição, leprosário, colônias, ou preventórios, perduram até os dias atuais, conforme pudemos constatar no decorrer da pesquisa.

Esses jovens quando deixavam o Educandário Alzira Bley iam residir com seus familiares, pais, com a mãe, com os tios, com irmãos ou eram adotados, internados na Colônia de Itanhenga em virtude do aparecimento de sintomas da lepra, expulsos e levadas para trabalhar em casa de família. Existem ainda aqueles que foram servir o exército, que foram para a FESBEM, saíram para casar ou fugiram. Mesmo para aqueles que aparentemente tiveram mais sorte de voltar a residir com os pais e outros familiares a reintrodução na sociedade não foi nada fácil, eram desconhecidos consanguíneos vivendo sob o mesmo teto, com criações diferentes e pouco ou nenhuma intimidade. As relações se tornavam insustentáveis e novamente os egressos se viam obrigados a buscar novos rumos para suas vidas, agora na sociedade.

Outros, diante das dificuldades encontradas acabaram retornando para o Educandário, que passou a utilizar os seus serviços, acolhendo-os como funcionários. Os ex-internos refaziam seus laços institucionais e passavam a ver o preventório como um porto seguro, que os acolhia e protegia, reforçando os vínculos.

Dentro do universo dos egressos do Educandário Alzira Bley, aplicamos um questionário às 104 pessoas e ouvimos as histórias de vida de outras 18. Os envolvimento emocional foram o combustível para o meu projeto de história oral. A partir destas informações pudemos traçar o perfil desta população que foi (re) introduzida na sociedade após o fim da internação compulsória: são pessoas com baixo grau de escolaridade (mais de 50% possui apenas o ensino fundamental incompleto); dispostas a ocupar subempregos ou empregos com baixa remuneração (dentre os egressos, 64,42% possuem uma renda entre 1 e 2 salários mínimos e apenas 11 pesquisados ganham mais do que isso); submissos a hierarquia; com baixa autoestima e dificuldades para manter os relacionamentos familiares.

Uma questão importante sobre os internos do Educandário Alzira Bley é: Eles estavam preparados para viver em sociedade? De acordo com os narradores não, pois eram muito inocentes, acreditavam em tudo e em todos, necessitavam de orientações quanto a todas as esferas da vida, além de ter que lidar com o estigma e o preconceito da sociedade em face da doença. É impossível enumerar todos os exemplos que aparecem nos livros de referência, nas pesquisas acadêmicas e artigos científicos que denotam a força do preconceito secular que marca, ainda em nossos dias, os portadores de hanseníase.

Constatamos que os leprosos, embora em condições diversas, em contextos históricos e em espaços diferenciados, eram perseguidos, estigmatizados, desprezados e excluídos social e espacialmente, assim como a sua prole, apesar de sadia.

As possibilidades de moradia, emprego e as relações familiares que se apresentavam além dos muros da instituição iam se configurando como uma experiência após a outra. Com relação à constituição da família, é grande a

representação dos solteiros, vários entrevistados relatam que o casamento era uma saída para as moças, uma delas narra “casei por casar”. Dentre as dificuldades mais apontadas estão aquelas ligadas à adaptação familiar e à adaptação em geral, ao mundo extramuros citadas por 32,69% dos egressos. Mas várias foram as dificuldades: falta de emprego, de moradia, de estudos.... Até hoje os egressos, em sua maior parte, passam por dificuldades, sejam elas em estabelecer laços afetivos, permanecer nos empregos, galgar cargos mais elevados, concluir os estudos e a condição de segregados da sociedade.

Ao contar as histórias de vida das duas famílias de egressos do Educandário encontramos momentos de interação, alegria e cumplicidade na vida intramuros, bem como momentos de tristeza, perdas, fome e castigos. Mas, um sentimento que todos os egressos demonstraram ter é amor pelo Educandário Alzira Bley, eles se referem à instituição com muito carinho e sentem tristeza em ver seu estado de abandono e as dificuldades que a instituição passa atualmente. A reintrodução na sociedade foi para muitos egressos o começo de um novo ciclo, uma nova vida extramuros. Vira-se a página da segregação de uma população jovem e sadia, segregação imposta pelo mito da proteção social.

Os relatos dos narradores apontam para os acontecimentos que ficaram na memória como frutos de um processo seletivo/construtivo, os medos dentro do Educandário passavam muito mais pelos campos da necessidade (falta de alimentos, afetividade, falta dos pais) do que pelos castigos ou maus-tratos que, segundo os relatos, ficavam a cargo dos internos mais velhos (os guardiões) que tomavam conta dos mais novos e não propriamente dos empregados do Educandário.

No decorrer do processo de inserção na sociedade além dos muros, os ex-internos perceberam a dificuldade de se apresentarem como egressos do Educandário Alzira Bley, em virtude do estigma social em relação à lepra, apesar deles nunca terem sido acometidos pela doença. A descoberta decorria da passagem por situações preconceituosas que ocorriam em seus espaços de vivência, a partir daí passavam a não mencionar mais sua origem.

Atualmente os egressos vivem em sociedade como cidadãos de bem, levando suas vidas em residências simples, de acordo com suas posses, exercitando diariamente sua capacidade de resiliência. Constituíram famílias, redes de amigos, proclamam uma religião e trabalham diariamente para garantir seu sustento. Eles não receberam nenhum tipo de indenização por terem sido isolados compulsoriamente, por terem sido separados de seus pais e demais familiares por tanto tempo. Existe um movimento nacional, com mais força em alguns estados do que em outros, dos filhos dos leprosos que foram isolados compulsoriamente, em busca de atos indenizatórios contra o Estado, que busca reduzir o impacto e os ônus que o preventório/educandário provocou na vida desses sujeitos na medida em que seus direitos humanos de convivência familiar foram cerceados pela política profilática brasileira da época. A busca pela indenização que a Associação dos Ex-Internos do Educandário almeja é muito justa e se faz necessária antes que todos os remanescentes morram e nada se faça na direção de amenizar os males causados pela internação compulsória, como é recorrente nos discursos das matriarcas e dos egressos “não tem dinheiro que pague o que a gente passou”.

Na realidade, as pessoas que foram submetidas a esse processo de reclusão forçada mereciam ser compensadas, o Estado deveria responsabilizar-se pelas consequências da implantação da política pública que transformou de maneira profunda e irreversível a vida social de milhares de pessoas e violou os direitos das crianças e adolescentes internados compulsoriamente no Educandário Alzira Bley. A baixa escolaridade, a baixa autoestima, as dificuldades para manter-se empregados e nos relacionamentos familiares são algumas dessas “sequelas” apontadas pelos narradores.

As consequências do internamento compulsório, em qualquer tipo de instituição: leprosários, colônias ou preventórios e educandários, perduram até os dias atuais, conforme pudemos constatar no decorrer desta pesquisa.

Vale ressaltar que existe uma lacuna sobre a temática da vida dos internos nos Educandários e a sobre a reintrodução destas pessoas na sociedade após o fim da internação compulsória, sendo assim, esta pesquisa geográfica, e a Geografia enquanto Ciência da área Humana, tem muito a contribuir como o levantamento de

informações e dados construídos sobre este segmento, assim como a amplitude do trabalho realizado. Mas, sempre pode ser feito mais, o conteúdo deve ser aprofundado, expandido e investigado de outras formas, por isso sugerimos mais alguns temas para pesquisas futuras.

Algumas das possibilidades de desenvolvimento de pesquisas na área do Educandário Alzira Bley que não foram abordadas nesta pesquisa, mas que surgiram durante a trajetória e devem ser aproveitadas em momentos mais oportunos são: 1) as formas de financiamento (sustentação financeira) da instituição ao longo desses 80 anos; 2) as parcerias estabelecidas com instituições nacionais e internacionais (Amencar, Fesbem, Kindernoitifle, entre outras) para atendimento aos internos; 3) as consequências psicológicas do regime de isolamento compulsório das crianças no Educandário; 4) a condução das instituições preventórias por ordens religiosas; 5) a composição da associação de ex-internos do Educandário Alzira Bley no Espírito Santo e demais associações no Brasil inteiro que buscam as reparações aos egressos.

Com todos os dados levantados e as narrações das histórias de vida das 18 pessoas que viveram o isolamento compulsório na Colônia (as matriarcas) e no Educandário (os filhos indenés) podemos concluir que as políticas públicas no campo da lepra foram severas com o doente e seus familiares e que precisam existir medidas mais efetivas na busca pela redução dos danos e consequências diretas e indiretas resultantes do estigma e segregação dos filhos sadios, egressos dos preventórios, que partilham trajetórias semelhantes. Concluimos que a vida preventorial deixa marcas profundas na vida, no estigma e na memória dos egressos.



REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a Memória das Cidades. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia I**, Porto Alegre, v. 14, 1998. p. 77- 97.

AFP. WASHINGTON, 12 maio (AFP). **Pesquisa revela que lepra surgiu na África Oriental ou no Oriente Médio**. Washington, 12 maio 2005. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2005/05/12/ult1806u1818.jhtm>>. Acesso em: 6 maio 2017.

AGRÍCOLA, Ernani. **A Lepra no Brasil (Resumo Histórico)**. Publicado pelo Serviço Nacional de Lepra. Rio de Janeiro, p. 11-29, 1960. In: BRASIL. Ministério Da Saúde. Departamento Nacional de Saúde, Serviço Nacional de Lepra. Manual de Leprologia, 1960.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ALDHUY, Julien et al. Amanhã, a geografia social? **Confins** [Online], set. 2009, posto online no dia 16 Novembro 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6229>; DOI: 10.4000/confins.6229>. Acesso em: 26 Ago. 2016.

ALMEIDA, Suellen Santos Lima de. et al. Maternidade e hanseníase: as vivências de separação devido ao isolamento compulsório. **Estudos de Psicologia**, v. 17, n. 2, p. 275-281, maio 2012.

ALMEIDA, T.V. et al. A história dos filhos nascidos de pais portadores da hanseníase criados nos preventórios: uma revisão sistemática da literatura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HANSENOLOGIA / CONGRESSO REGIONAL DA ILA – AMÉRICAS: Leprosy Congress ILA Regional. Congress - Américas, 12, Maceió. **Anais**. Alagoas, 2011.

ALVES, Gabriela Santos; SIMONETTI, Maria Grijó. **O Desenvolvimento Urbano de Vitória nos anos 70 e 80 e o documentário Lugar de toda Pobreza (1983)**, Vitória, 2014. Disponível em: <http://www.pucsp.br/artecidade/mg_es/textos/grande_vitoria_metropolizacao.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ALVES, Juliana Araújo. **Do Hospital ao Bairro: Desativação do “Hospital-Colônia” e Criação do Bairro Colônia Antônio Aleixo em Manaus – AM**, 186 f. Dissertação (Mestrado na Área de Concentração: Território, Espaço e Cultura na Amazônia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

ALVES, Juliana Araújo; OLIVEIRA, José Aldemir de. A política de isolamento para hanseníase e a saúde pública: a Geografia do isolamento em Manaus/AM. Brasil. **Revista Geográfica da América Central**, Costa Rica. Número Especial EGAL, p. 1-16, 2011.

ARAGÃO, Elizabeth Maria Andrade; CARRION, Carla Torres Pereira; MARGOTTO, Lilian Rose. As causas das internações no Hospital Adauto Botelho (Cariacica, ES) na segunda metade do século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 1323 – 1340, out. /dez. 2014.

ARAÚJO, Marcelo Grossi. Hanseníase no Brasil **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**. Mai.-Jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsbmt/v36n3/16339.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2013.

ARAÚJO, Tânia Maria; FRANCO, Sebastião Pimentel. **Adoecer por lepra e com a doença conviver**: apontamentos sobre a implantação da Colônia de Itanhenga – ES (1937) e o isolamento compulsório. Vitória: Ufes, [2018?]. (Em fase de publicação).

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. 1ª ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Luiz Arthur Azevedo; FRANCO, Sebastião Pimentel. A Lepra no Espírito Santo: de fagueira ilusão à Colônia de Itanhenga. **Dimensões**, v. 34, 2015, p.228-254.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia de população**. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. 2ª ed. Revisada e atualizada. São Paulo: Nacional, 1980. p. 198 -200.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. Tradução: Marco Estevão e Renato Aguiar. Revisão Técnica Márcia Aroeira. São Paulo: Hucitec, 1993.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 319-367.

BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica Arte e Política. O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Magia e Técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197 – 221

BEZERRA, Omyr Leal. **Cariacica**: resumo histórico. 2. ed. Cariacica: IPEDOC, 2009. 173 p.

BÍBLIA. N.T. Português. **Bíblia Sagrada e Hinário Novo Cântico**. Revista e atualizada versão de João Ferreira de Almeida. 2. ed. Barueri, SP: Casa Editora Presbiteriana. Êxodo cap. 4, p. 54, 1999.

BÍBLIA. N.T. Português. **Bíblia Sagrada e Hinário Novo Cântico**. Revista e atualizada versão de João Ferreira de Almeida. 2. ed. Barueri, SP: Casa Editora Presbiteriana. Levítico cap. 13 e 14, p. 104, 1999.

BÍBLIA. N.T. João Ferreira de Almeida. **Bíblia Sagrada e Hinário Novo Cântico**. Revista e atualizada. 2. ed. Barueri, SP: Casa Editora Presbiteriana. Números cap. 5, p. 129 – 130, 1999.

BÍBLIA. N.T. João Ferreira de Almeida. **Bíblia Sagrada e Hinário Novo Cântico**. Revista e atualizada. 2. ed. Barueri, SP: Casa Editora Presbiteriana. Deuteronômio cap. 24, p.189, 1999.

BÍBLIA. N.T. João Ferreira de Almeida. **Bíblia Sagrada e Hinário Novo Cântico**. Revista e atualizada. 2. ed. Barueri, SP: Casa Editora Presbiteriana. Jó cap.2, p.464, 1999.

BÍBLIA. N.T. João Ferreira de Almeida. **Bíblia Sagrada e Hinário Novo Cântico**. Revista e atualizada. 2. ed. Barueri, SP: Casa Editora Presbiteriana. 2º Cartas Reis cap. 5, p.345 – 346, 1999.

BÍBLIA. N.T. João Ferreira de Almeida. **Bíblia Sagrada e Hinário Novo Cântico**. Revista e atualizada. 2. ed. Barueri, SP: Casa Editora Presbiteriana. 2º cartas Crônicas cap. 26, p. 420 – 421, 1999.

BÍBLIA. N.T. João Ferreira de Almeida. **Bíblia Sagrada e Hinário Novo Cântico**. Revista e atualizada. 2. ed. Barueri, SP: Casa Editora Presbiteriana. Isaías cap. 38, p. 632, 1999.

BÍBLIA. N.T. João Ferreira de Almeida. **Bíblia Sagrada e Hinário Novo Cântico**. Revista e atualizada. 2. ed. Barueri, SP: Casa Editora Presbiteriana. Mateus cap. 8, p 10, 1999.

BÍBLIA. N.T. João Ferreira de Almeida. **Bíblia Sagrada e Hinário Novo Cântico**. Revista e atualizada. 2. ed. Barueri, SP: Casa Editora Presbiteriana. Marcos cap.1, p.38 – 40, 1999.

BÍBLIA. N.T. João Ferreira de Almeida. **Bíblia Sagrada e Hinário Novo Cântico**. Revista e atualizada. 2. ed. Barueri, SP: Casa Editora Presbiteriana. Lucas cap.4, p 66 – 68, 1999.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança dos Velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Ministério Da Saúde. Área Técnica de Dermatologia Sanitária. **Guia para controle da Hanseníase**. Brasília. 2002, p.12-13.

BRASIL. Ministério Da Saúde. Área Técnica de Dermatologia Sanitária. **Hanseníase atividades de controle e manual de procedimentos**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Ministério Da Saúde**. Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS): base de dados do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica – boletins de notificação semanal e Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN – a partir de 1998) e base de dados demográficos fornecida pelo IBGE.

BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Hanseníase e direitos humanos: direitos e deveres dos usuários do SUS**. Brasília, 2008. 72 p. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/bvs>>. Acesso: em 07 jun. 2012.

BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Plano Nacional de Eliminação da Hanseníase em nível municipal 2006-2010**. Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase. Brasília, 2006. 31 p.

BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Hanseníase no Brasil: dados e indicadores selecionados**. Brasília, 2009. p. 23-24. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=39239>. Acesso em: 05 jul. 2012.

BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Percentual de cura nas coortes de casos novos de hanseníase Estados e regiões, Brasil, 2001 a 2012**. Coordenação Geral de

Hanseníase e Doenças em Eliminação. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br>>. Acesso em: 07 jun. 2012.

BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Relatório de situação**. 2. ed. Brasília, 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_snvs_es_2ed.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2017.

BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual de prevenção de incapacidades**. 3. ed. Brasília, 2008. p. 8-11. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Doenças infecciosas e parasitárias: Guia de bolso**. 8. ed. Brasília, 2010, p. 206-216. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br>>. Acesso em: 07 jul. 2012.

BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Hanseníase CID 10: A30. **Guia de Vigilância Epidemiológica**. 6ª ed. Brasília, DF, 2005, p. 364-394. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/bvs>>. Acesso em: 07 jun. 2012.

BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Relatório de situação: Espírito Santo**. 5. ed. Brasília, DF, 2011. 36 p. Série C Projetos, Programas e Relatórios.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comissão Interministerial de Avaliação. Relatório Preliminar Grupo de Trabalho Interno. **Filhos segregados de pais exportadores de hanseníase submetidos à política de isolamento compulsório**. Brasília, 2012. p. 27.

BRASIL. Decreto nº 16.300, de 31 de Dezembro de 1923. Aprova o regulamento do departamento nacional de saúde pública. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, DF, 1 de fev. 1924. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16300.htm>. Acesso em: 8 set. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.010 de 29 de março de 1995. Dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 mar. 1995. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/.../lei/1995/lei-9010-29-marco-1995-348623-norma-pl.ht...> Acesso em: 25 maio 2016.

BRASIL. Lei nº 968 / 13 de janeiro de 1949. Estabelece a fase preliminar de conciliação ou acordo nas causas de desquite litigioso ou de alimentos, inclusive os provisionais, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 dez. 1949. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/.../lei/...1949/lei-610-13-janeiro-1949-366190-publicacaooriginal>>. Acesso em: 23 out. 2016.

BRASIL. Decreto nº 968, de 07 de maio de 1962. Baixa Normas Técnicas Especiais para o Combate à Lepra no País, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 maio 1962. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/19601969/decretodoconselhodeministros-968-7-maio-1962-352366-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.520, de 18 de Setembro de 2007. Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 set. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11520.htm>. Acesso em 08 set. 2016.

BRASIL. Lei nº 610, de 13 de janeiro de 1949. Fixa normas para a profilaxia da lepra. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 de fev. 1949. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-610-13-janeiro-1949-366190-norma-pl.html>>. Acesso em 10 jun. 2016.

BRASIL. Portaria nº. 165 /Bsb, de 14 de maio de 1976. Instruções para execução das Normas baixadas pela Portaria Ministerial n.º 165/Bsb, de 14 de maio de 1976. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 fev. 1977. Disponível em: <portal.saude.gov.br/portal/arquivos/.../portaria165_11_%20julho_1976>. Acesso em 02 mai. 2016.

BRASIL. **Portaria nº. 3, de 28 de fevereiro de 1947**. Disponível em: <<http://hansen.bvs.isl.br/textoc/revistas/1947/PDF/v15n1/v15n1snl.pdf>>. Acesso em: 2 maio. 2016.

CABRAL, Ana Michele de Farias. **Vivências compartilhadas de filhos separados pela hanseníase no RN a luz da história oral de vida**. 2013. 143 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) — Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

CABRAL, Ana Michele. Farias de; LIMA, Izabella. Bezerra; SIMPSON, Clélia, Albino. Hanseníase e a Negação da História: Trajetória de Filhos Separados. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**. Recife, PE. V. 7, n.5, 4340-7, jun. 2013. ISSN 198-8963,

CABRAL, Dilma. **A lepra no Brasil: construção social e políticas de controle**. 2010. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org>>. Acesso em: 12 junho 2012.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São. Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CAMARGO, Danilo Mangaba de; COELHO, André Luiz Nascentes; DOTA, Ednelson Mariano. **Atlas da migração no Espírito Santo**. 1º ed. Vitória: PROEX / UFES, 2017. 96 p.

CAMPOS, Fernando Talysson Sousa; FEITOSA, Sammara Jericó Alves. Livro-reportagem: “Vidas Sequestradas”. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO XXI PRÊMIO EXPOCOM 2014 – EXPOSIÇÃO DA PESQUISA EXPERIMENTAL EM COMUNICAÇÃO, Teresina/Piauí. 2014. p. 1-8.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Uma leitura sobre a cidade**. Cidades (Presidente Prudente), Presidente Prudente-SP, v. 1, n.1, p. 11-30, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de. (Orgs.). **Justiça Espacial e o Direito à Cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Quando Um País se apequena: As ditaduras de Vargas e a militar golpearam gravemente o ideal de uma República democrática. **Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 9, n.13, abril 2014.

CASTIGLIONI, Aurélia Hermínia. A Revolução Grisalha. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Niterói**. Ano 2, 17 p. jul. dez. de 2006. Disponível em: <http://www.agbniteroi.org.br/Revista4/rfg4_texto3.htm> Acesso em: 14 ago. 2012. ISSN 1980-9018.

CASTIGLIONI, Aurélia Hermínia. **Inter-relações entre os processos de transição demográfica, de envelhecimento populacional e de transição epidemiológica no Brasil In**: Trabajo presentado en el V Congreso de la Asociación Latino americana de Población, 2012, Montevideo, Anais. Uruguay, p. 30

CASTIGLIONI, Aurélia Hermínia. Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. **Revista Geógrafares**, v. 7, p. 93-110, 2009.

CASTIGLIONI, Aurélia Hermínia. **Migrações: Abordagens teóricas**. Belém. Primeira parte. Belém: UFPA /NAEA, 2009. p.39 – 57. In: MIGRAÇÃO internacional na Pan-Amazônia. ARAGÓN, L. E. (Org.).

CASTRO, Elizabeth Amorim de. **O Leprosário São Roque e a Modernidade: uma abordagem da hanseníase na perspectiva espaço-tempo**. 2005. 146 f. (Dissertação de Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

CATÃO, Rafael de Casto; MIYAZAKI, Vitor Koiti; REOLON, Cleverson. Alexsander. Interpretações Espaciais: uma Reflexão Temática. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.11, n. 35, p. 231-239, set. 2010.

CLAVAL, Paul, 1999. **A Geografia cultural**, Florianópolis, Editora da UFSC; ed. or., La géographie culturelle, Paris, Nathan, 1995.

CLAVAL, Paul. “A volta do cultural” na Geografia. **Mercator**. Revista de Geografia da UFC, v.1, n.1, 2002. Disponível em <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewArticle/192>> Acesso em 08 de jan. 2017.

CLAVAL, Paul. O Papel da Nova Geografia Cultural na Compreensão da Ação Humana. In: **Matrizes da Geografia Cultural**, org. Z. Rosendahl e R.L. Corrêa. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2001.

COELHO, Maria José; ROTTA, Vera (Orgs.). **Paredes Invisíveis: políticas públicas e hanseníase na Amazônia brasileira**. Brasília, DF: SDH/PR; Florianópolis: Comunicação, Estudos e Consultoria, 2013.

COELHO, Nivaldo. Luta contra Hanseníase: em 10 anos, o número de casos novos da doença caiu 34%. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/oministerio/principal/secretarias/svs/noticias-svs/27487-em-10-anos-o-numero-de-novos-casos-de-hanseniasse-cai-34>> Acesso em: 13 maio de 2017.

COMBATE A HANSENÍASE REDUZ EM 31,5% NOTIFICAÇÕES DA DOENÇA EM TODO O PAÍS. **ISAUDE.NET** publicado em: 3 de novembro de 2011 às 13h20m..

Disponível em: <<http://www.isaude.net/pt-BR/noticia/22390/geral/combate-a-hanseníase-reduz-em-315-notificacoes-da-doenca-em-todo-o-pais>>. Acesso em: 17 set. 2013.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Geografia Social de Sívio Romero: Introduzindo uma Discussão. **Revista da rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**. Disponível em: <<https://terrabrazilis.revues.org/301>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações Espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César C; CORRÊA, R. L. **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 279-318.

_____. Interações Espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

_____. Processos, Formas e Interações Espaciais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.61, n.1, p. 127– 34, jan. jun. De 2016.

_____. Região e organização Espacial. 7^o ed. Atica. São Paulo : 2002. p.93.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Sobre a Geografia Cultural**. Instituto Histórico e geográfico do Rio Grande do Sul. Departamento de Geografia UFRF, Rio de Janeiro, nov. 2009.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: UNESP, 2000. P.304

CUNHA, Ana Zoé Schilling da. Hanseníase: aspectos da evolução do diagnóstico, tratamento e controle. **Ciência & Saúde Coletiva**. v..7 ,n. 2, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v7n2/10243.pdf>>. Acesso em 16 set. 2013.

_____. Hanseníase: aspectos da evolução do diagnóstico, tratamento e controle. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 7, n.2, p. 235-242, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v7n2/10243.pdf>>. Acesso em 16 set. 2016.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Retratos Da Mobilidade Espacial No Brasil: Os Censos Demográficos Como Fonte De Dados. **Rev. Inter. Mob. Hum.** Brasília, v. 20, n. 39, p. 29-50, jul. dez. 2012.

CUNHA, Vivian da Silva. **O Isolamento Compulsório em Questão**. Políticas de Combate à Lepra no Brasil (1920-1941). 2005. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2005.

CURI, Luciano Marcos. **Excluir, Isolar E Conviver: Um Estudo Sobre a Lepra e a Hanseníase No Brasil**. 2010. 394 f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

CURI, Luciano Marcos. **Defender os sãos e consolar os lázaros: Lepra e Isolamento no Brasil 1935/1976**. 2002. 234 f. Tese (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2002.

CYPRESTE, Dora Martins; VIEIRA, Alda. **Hospital Dr. Pedro Fontes antiga Colônia de Itanhenga**. Vitória: Secult, 2014.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. 4º ed. São Paulo: Contexto, 1998. 107 p.

DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Tradução de Célia P. Costa. São Paulo: Editora 34, v.1. 1995.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. VI Encontro Nacional de História Oral (ABHO) – Conferência de Abertura **História Oral**. 6, 2003, p. 9-25.

DORNELES, Márcia Mattos. **A hanseníase e a política de saúde em Uberlândia**. 2005. 133 f. (Dissertação de Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005.

DUMONT, Tiago Vieira Rodrigues. Segregação Sócio Espacial e a Recente Política Urbana e Habitacional nas Cidades Brasileiras. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília**. 13º ed. Marília, SP, maio de 2014. ISSN 1983-2192.

DURKHEIN, Émile. **O Suicídio: estudo de sociologia**. Tradução Mônica Stahel. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1991. 170 p.

EDUCANDÁRIO ALZIRA BLEY (Brasil). **Ata de Reunião Ordinária do Conselho deliberativo da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra**. Salão do Club Vitória, Vitória, 20 de outubro de 1955.

EDUCANDÁRIO ALZIRA BLEY (Brasil). **Ata de Reunião Ordinária da Diretoria da Sociedade Espírito Santense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra**. Sede da Sociedade (Avenida José Carlos, n. 314) Vitória, 25 de outubro de 1955.

EDUCANDÁRIO ALZIRA BLEY (Brasil). **Ata de Reunião Ordinária da Diretoria da Sociedade Espírito Santense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra**. Sede da Sociedade (Avenida José Carlos, n. 314), Vitória, 14 de novembro de 1955.

EDUCANDÁRIO ALZIRA BLEY (Brasil). **Ata de Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Sociedade Espírito Santense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra**. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Vitória, 18 de março de 1957.

EDUCANDÁRIO ALZIRA BLEY (Brasil). **Ata de Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Sociedade Espírito Santense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra**. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Vitória, 07 de novembro de 1957.

EDUCANDÁRIO ALZIRA BLEY (Brasil). **Ata de Reunião Ordinária da diretoria da Sociedade Espírito Santense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra**. Residência da Presidente Carmen Cunha (Rua Uruguai, n.187), Vitória, 15 de abril de 1958.

EDUCANDÁRIO ALZIRA BLEY. **Projeto Político Pedagógico**. Cariacica, 2010. 30 p.

EDUCANDÁRIO ALZIRA BLEY: celeiro de talentos. **Revista Mensageiro**. Cariacica, ES: outubro de 2011, p.12-14.

ESPIRÍTO SANTO (Estado). Lei nº 10.477, de 23 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a regularização fundiária específica para imóveis localizados na área conhecida como “Fazenda Itanhenga”. **Diário oficial dos poderes do Estado do**

Espírito Santo, Poder Executivo, Vitória, ES, 23 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/106772406/does-normal-23-12-2015-pg-9>>. Acesso em: 10 maio. 2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Nº 4.741, de 07 de janeiro de 1993**. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LEI4741.html>. Acesso em 09 ago. 2013.

ESPÍRITO SANTO. (Estado). Agenda Cariacica. Planejamento Sustentável da cidade 2010-20130. **Contexto Econômico De Cariacica e as Potencialidades de Emprego e Renda**. Diagnóstico e Construção de Cenários. Consultor: Helder Gomes, Cariacica, 2012. 53 p.

ESPÍRITO SANTO. (Estado). Agenda Cariacica, Planejamento Sustentável da cidade 2010-20130. **Dinâmica Populacional de Cariacica**. Diagnóstico e Construção de Cenários. Consultores: Gutemberg Hespanha BRASIL; Aurélia Hermínia CASTIGLIONI, Cariacica 2012. 176 p.

ESPÍRITO SANTO. (Estado). Agenda Cariacica, Planejamento Sustentável da cidade 2010-20130. **Meio Ambiente, Humanização da Cidade e Saneamento**. Diagnóstico e Construção de Cenários. Consultora: Márcia Cristina BERGAMIM, Cariacica, 2012. 48 p.

FARIA, Kalyna Ynanhiá Silva de. **Da dignificação dos filhos de lázaros**: um estudo sobre o Preventório Afrânio de Azevedo. Goiânia 1942-1950. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

FRANCO, Sebastião Pimentel; SILVA, Simone Santos de Almeida. “Se eu estou doente, eu não posso ir embora pra lá”: A lepra e as sensibilidades de um ex-interno da Colônia de Itanhenga no Espírito Santo. **Khronos, Revista de História da Ciência**, n. 6, p. 65-78, Dezembro, 2018.

FLICK, Uwe. Métodos de Pesquisa: Introdução à Pesquisa qualitativa. Tradução Joice Elias Costa. In: **Amostragem**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, cap. 11, p. 118-128.

_____. Métodos de Pesquisa: Introdução à Pesquisa qualitativa. Tradução Joice Elias Costa. In:_____. **Entrevistas**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, cap. 13, p. 144-163.

_____. Métodos de Pesquisa: Introdução à Pesquisa qualitativa. Tradução Joice Elias Costa. In:_____. **Dados visuais: Fotografias, filmes e vídeo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, cap.18, p. 220-229.

_____. Métodos de Pesquisa: Introdução à Pesquisa qualitativa. Tradução Joice Elias Costa. In:_____. **Utilização de documentos como dados**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, cap. 19, p. 231-237.

_____. Métodos de Pesquisa: Introdução à Pesquisa qualitativa. Tradução Joice Elias Costa. In:_____. **Documentos de dados**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, cap. 22, p. 266-275.

_____. Métodos de Pesquisa: Introdução à Pesquisa qualitativa. Tradução Joice Elias Costa. In:_____. Documentos de dados. O Embasamento e a redação da pesquisa qualitativa: **Os critérios de qualidade na pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, cap. 28, p. 342-355.

FONSECA, Claudia; MARICATO, Glauca. Criando comunidade: Emoção, Reconhecimento e Depoimentos de Sofrimento. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 15 n. 2, p. 252-274, dez. 2013.

FOSS, Norma Tiraboschi. Hanseníase: aspectos clínicos, imunológicos e terapêuticos. **Anais Brasileiros de Dermatologia**. Rio de Janeiro, v. 74, n 2, p. 113-119, março. / abril. 1999. Disponível em: <<http://www.anaisdedermatologia.org.br>>. Acesso em: 16 set. 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica Roberto Machado. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Tradução Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

_____. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FREITAS, Raquel. Construção e Desconstrução da Relação entre Migrações Forçadas e Desafios de Segurança em África. **Cadernos de Estudos Africanos**.

2011, posto online no dia 31 janeiro 2012. Disponível em:
<<http://cea.revues.org/444>>. Acesso em: 8 jul. 2013.

GALINKIN, Ana Lúcia. Estigma, território e organização social. **Revista Espaço e Geografia**. v. 6, n. 2, p. 151-179, 2003.

GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO. In: **Infopédia**. Porto: Porto Editora, 2003-2012. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$geografia-da-populacao](http://www.infopedia.pt/$geografia-da-populacao)>. Acesso em: 07 ago. 2012.

GEORGE, Pierre. **Geografia da População**. Tradução Miguel Urbano Rodrigues. Atualizada de acordo com a 4. ed. Francesa de 1973 por Rolando Roque da Silva. 7ª ed. São Paulo: DIFEL. 1986. p. 80-112.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. In: **Método das Ciências Sociais: Método científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. cap. 2, p.27-40.

_____. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. In:_____. **Formulação do problema: Conceituação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. cap. 4, p. 50-55.

_____. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. In:_____. **Construção de Hipóteses: Conceituação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. cap. 5, p. 57-62.

_____. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. In: _____. **Entrevista: Introdução**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. cap. 11, p. 118-138.

_____. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. In: _____. **Utilização de Documentos: Fontes de Papel**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. cap. 15, p. 161-167.

GINZBURG, Carlos. **O Queijo e os Vermes**. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Tradução: Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

_____. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução Dante Moreira Leite. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GOMIDE, Leila Regina Scalia. **Órfãos de pais vivos: a lepra e as instituições preventórias no Brasil – estigmas, preconceito e segregação.** 1991. 278 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, USP, 1991.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. Instituto Jones Dos Santos Neves (Coord.). **Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios do Espírito Santo – 2014.** Vitória, dezembro 2016. 20 p.

HAKKERT, Ralph. **Fontes de dados demográficos.** Belo Horizonte: ABEP, 1996. 72 p.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural.** Tradução Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 18. ed. São Paulo: Loyola, cap. 12, p. 187-194, 2009.

IGNOTTI, Eliane; PAULA, Regina Cardoso. Situação epidemiológica da hanseníase no Brasil: análise dos indicadores selecionados no período de 2001 a 2010. In: **Saúde Brasil 2010: Uma análise da situação de saúde e de evidências selecionadas de impacto de ações de vigilância em saúde.** Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. Brasília, DF, 2010. Cap. 9, p. 183-202. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cap_9_saude_brasil_2010.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2012.

INAUGURAÇÃO DO HOSPITAL COLONIA DE ITANHENGA,. **Reportagens do Diário da Manhã.** Vitória, ES 1937.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Tendências Demográficas: Uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos 1940 e 2000.** Rio de Janeiro, 2017.115 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010.** Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (1950). **Recenseamento geral de 1940,** Rio de Janeiro: IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2006), IBGE/DPE. **Coordenação de População e Indicadores Sociais.** Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeto UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (IPT). **Lixo Municipal: manual de gerenciamento integrado**. São Paulo: IPT/CEMPRE. 1995. 278 p.

JUBRICA, Fabrícia Pereira Stein. Preventórios e Educandários no Centro-Oeste do Brasil. In: **ENCONTRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE**, 2015 Catalão. Anais. Goiás.

JUNIOR ALMEIDA, Hélio Carreço de. **Análise da Vulnerabilidade Socioambiental o Município De Vitória – ES, Com Apoio de Um Sig Livre**. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Natureza Produção do Espaço e Território. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2017

LAPA, Tiago Maria et al. **Análise da demanda de casos de hanseníase aos serviços de saúde através do uso de técnicas de análise espacial**. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n12/07.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

LE GOFF, J. “Memória”. In: *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1994. p. 423-483.

LEE, Everett S. **Uma Teoria sobre a Migração**. Coordenado e traduzido por Hélio A. de Moura. Migração interna. Textos selecionados. Tomo 1. Ministério do Interior. Banco do Nordeste S/A. Fortaleza, 1980. p. 89-114.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço urbano**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

LEDROUT, R. *L'espace en question*. Anthropos: Paris. 363 p. 1976.

LEI Nº. 018 de 2007. **Institui o Plano Diretor Municipal do município de Cariacica, altera o perímetro urbano.** Disponível em: <http://www.cariacica.es.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/LEI-COMPLEMENTAR-18_2007-31_05_2007.pdf>

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In: **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. cap. 3, p. 25-44.

MACHADO, Rita de Cassia Gomes. **Uma análise dos exames de admissão ao Secundário (1930-1970)**: subsídios para História da Educação Matemática no Brasil. 2002. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2002.

MACIEL, Laurinda Rosa. **“Em Proveito dos Sãos, Perde O Lázaro a Liberdade”**: uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962). 2007. 380 f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em história, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

MAGALHÃES, Maria da Conceição Cavalcanti; ROJAS, Luisa Iñiguez. Diferenciação territorial da hanseníase no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 16, n.2, p. 75 - 84. ab. jun. 2007.

MARANHÃO, Carlos. **Maldição e Glória**: a vida e o mundo do escritor Marcos Rey. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 239 p.

MARZLIAK, Mary Lise Carvalho et al. Breve histórico sobre os rumos do controle da Hanseníase no Brasil e no Estado de São Paulo. **Hansen Int.**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 39 - 44, 2008. Suplemento.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução Hilda Pareto Maciel. 5ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MATTOS, Débora Michels. A campanha contra a “lepra” no Brasil e em Santa Catarina: entre a filantropia e a exclusão social dos filhos sadios de enfermos. **Intellèctus**, v. 15, n.1, p. 119 -143, 2016.

MAURANO, Flávio. **História da lepra e sua Distribuição Geográfica**. In: Tratado de Leprologia. 2. ed. v.1, Tomo 1, Rio de Janeiro: 1950.

MELO, Claudia Moura de; SANTOS, José Aislan Correia; SANTOS, Laura Angélica Gomes. Dinâmica espaço-temporal da hanseníase no Estado de Sergipe (2004-2010). **Revista Scire Salutis. Aquidabã**, v. 1, n 2, setembro de 2011.

MENEZES, Ana Maria Baptista. Epidemiologia das doenças respiratórias. **Revinter**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 184, 2001. Pneumologia Brasileira. Disponível em: <<http://www.mpto.mp.br/static/caops/patrimonio-publico/files/files/nocoos-de-epidemiologia.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2012.

MERLIN, Pierre. Géographie humaine. Paris: PUF, 1997. **Deuxième partie: Géographie de la population**. p. 119-201.

MONTEIRO, Yara Nogueira. **Da maldição divina à exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo**. 1995. 492 f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1995.

MONTEIRO, Yara Nogueira. Hanseníase: história e poder no estado de São Paulo. **Hansen Int.**, v.12, n., p.1-7, 1987.

_____. **Violência e profilaxia: os preventórios paulistas para filhos de portadores de hanseníase**. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v7n1/02.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2012.

MOREIRA, Marilda Vieira; WALDMAN, Eliseu Alves; MARTINS, Cleide Lavieri. Hanseníase no Estado do Espírito Santo, Brasil: uma endemia em ascensão? **Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro**, v. 24, n.7, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n7/17.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins (1956-1961)**. 1. ed. Vitória: EDUFES, 1998.

NEVES, Maria Clara Medeiros Santos. Além das aparências — Memória da Dermatologia no Espírito Santo. In: Congresso Brasileiro de Dermatologia, 58. 2003, Vitória. Anais... Espírito Santo: 2003.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. Tradução Yara Aun Khoury. In: **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC**. São Paulo, v. 10, p.7 – 28, 1981.

OLIVEIRA, Allan Douglas de; OLMO, Maria José Acedo del. Preventório de Jacareí (1932-1952): ideias, cotidiano e sua documentação. **Cadernos de História da Ciência**. Instituto Butantã, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 271-284, jul. dez. 2012.

OLIVEIRA, Maria Leide W. de; PENNA, Gerson. **Manual de prevenção de incapacidades**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. 3°. ed., revisada e ampliada, Brasília, DF. Ministério da Saúde, 2009. p. 7. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/svs>>. Acesso em: 06 abr. 2012.

OLIVEIRA, Carolina Pinheiro Mendes Cahu de. **De Lepra À Hanseníase: Mais que um Nome, Novos Discursos Sobre a Doença e o Doente. 1950-1970**. 2012. 248 f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2012.

OLIVEIRA, Teresa. **Nascidos depois**: a verdadeira história dos filhos dos pacientes de hanseníase separados de seus pais pelo isolamento compulsório. 1º ed. São Paulo: Scortecci, 2013. 167 p.

OLIVEIRA, Luzia Pereira de. SFALSIN, Sirlei Lucia Soprani. **Um Novo Olhar sobre Cariacica**: paisagens, história, cultura, arte e turismo. Vitória, ES: Bios, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Estratégia global aprimorada para redução adicional da carga da hanseníase: período do plano: 2011-2015. **Organização Pan Americana da Saúde**. Brasília, DF, 2010. 44 p.

O Internamento dos Filhos de Lázarus nos Preventórios e Educandários no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Matrizes Interpretativas e Internacionalização. 2015, Maringá. Universidade Estadual de Maringá. Anais. Paraná, 2015.

PANDOLFI, Dulce (Org.). Repensando o Estafo Novo. In: DINIZ, Eli. **Engenharia Institucional e Políticas Públicas: dos conselhos técnicos às câmaras Setoriais**. 1ºed. Rio de Janeiro: Editora FGV, cap. 2, p. 22 – 38, 1999.

_____. Repensando o Estafo Novo. In: _____. BOMENY, Helena M. B. **Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo**. 1ºed. Rio de Janeiro: Editora FGV, cap. 8, p. 137 – 166, 1999.

_____. Repensando o Estafo Novo. In:_____. SEYFERTH, Giralda. **Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo**. 1ºed. Rio de Janeiro: Editora FGV, cap. 12, p. 197 – 228, 1999.

_____. Repensando o Estafo Novo. In:_____. CAVALCANTI, Lauro. **Modernistas, arquitetura e patrimônio**.1ºed. Rio de Janeiro: Editora FGV, cap. 10, p. 179 – 189, 1999.

PATARRA, Neide L.; FERREIRA, Carlos Eugênio C. **Repensando a transição demográfica**: formulações, críticas e perspectivas de análise. Núcleo de Estudos de População. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1986. 37 p.

PAULISTA. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 84, 2006. p. 7 - 24. Disponível em: <<http://agbsaopaulo.org.br/node/156>>. Acesso em: 14 out. 2012.

PAVANI, Elaine Cristina Rossi. **O isolamento no Hospital Colônia Pedro Fontes – Itanhenga/ES e a caracterização da população do Educandário Alzira Bley no período de 1937 a 1979**. 2013. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2013.

PAVANI, Elaine Cristina Rossi. **Colônia de Itanhenga, Educandário Alzira Bley, Granja Eunice Weaver e Hospital Oswaldo Monteiro**. Cariacica, ES, 2017/2018. 59 Fotografias.

PENNA, Gerson. Programa Nacional de Controle da Hanseníase. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. **Informe Epidemiológico 2008**. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/svs>>. Acesso em: 06 abr. 2012.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. São Paulo: A construção da cidade 1872-1914. São Paulo: Rima e FAPESP. 2004. Qual editora? Só entra uma

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CARICICA (Espírito Santo). PDM. v.1. Fundação Ceciliano Abel de Almeida. 2006. 249 p.

PEREIRA, Syrléa Marques. **Entre História, Fotografias e Objetos**: Imigrações Italiana e Memórias de Mulheres.2008. 279 f, Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2008

POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v.5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, p. 3 -15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. "O que faz a história oral diferente". *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25 - 39, fev.1997.

_____. "A Filosofia e os fatos". *Tempo*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

_____. "O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944)". In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 103-130.

POSTIGO, Vânia Regina Miranda. **Espaços vigiados**: um estudo do isolamento compulsório dos portadores de hanseníase no Asilo-colônia Santo Ângelo (1890/1960). 2008. 217 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, USP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2008.

PRATA, Pedro Reginaldo. A Transição Epidemiológica no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.8 n.2, p. 168 -175, abr. jun. 1992.

RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lucia Salazar (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

REVISTA Capichaba. v. 15, n. 434, 13 de junho de 1937, Vitória, ES. Fotografia de Mazzeo.

REVISTA FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS. Vitória, ES: **Aequus Consultoria**, v. 24. 2018. 97 p.

RIBEIRO, Maria de Nazaré de Souza. **De Leprosário a bairro**: reprodução social em espaços de segregação na Colônia Antônio Aleixo Manaus, AM. 2011.283 f Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, USP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2011.

RIO DE JANEIRO (Estado). ESTATUTO DA FEDERAÇÃO DAS SOCIEDADES EUNICE WEAVER. **Sociedades Filiadas à Federação das Sociedades Eunice Weaver**, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1998. Presidente: Marieta Cavalcante de Albuquerque Coutinho.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Angela Maria. **Cafecultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985**. 2. ed. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012. 173 p.

ROTBURG, A.; BECHELLI, L. M. **O dispensário na profilaxia da lepra; sua importância crescente e sua modernização**. 1949. Disponível em: <<http://hansen.bvs.ilsl.br/textoc/revistas/1951/PDF/v19n2a02.pdf>>. Acesso em 24 jul. 2013. Cidade? E outras informações

SAMPAIO, Poliane Barbosa. **Análise Espacial dos casos novos de hanseníase e a correlação com os indicadores socioeconômicos no Município de Vitória, ES no período de 2005 a 2009**. 2012, 82 f. Dissertação (Mestrado em Política, Administração e Avaliação em Saúde) — Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências da Saúde, 2012.

SAMPAIO, Poliane Barbosa. **Análise Espacial dos casos novos de hanseníase e a correlação com os indicadores socioeconômicos no Município de Vitória, ES no período de 2005 a 2009**. 2012, 82 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) — Programa de Pós, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências da Saúde, 2012.

SANGI, Kelly Cristina Cateringer et al. Hanseníase e estado reacional: história de vida de pessoas acometidas. **Revista Enfermagem**. UERJ, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 209-214, abr. / jun. 2009. Sanitarismo. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/MovimentoSanitarista#top>> Acesso em: 27 fev. 2017.

SANTANA, Alliny Reis Machado et al. Dinâmica populacional e organização espacial dos doentes de hanseníase do Hospital Colônia de Itaboraí, RJ: das origens à ameaça de extinção. **Revista Geo-Demo**. Rio de Janeiro, v. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.geodemo.uff.br/?p=882>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

SANTOS, Cláudia Cristina dos. **Crianças indesejadas: Estigma e exclusão dos filhos sadios de portadores de hanseníase internados no Preventório Santa Terezinha 1930-1967**. 2009. 216 f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Programa de Pós – História Social, USP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2009.

SANTOS, Jair L. F. et al. (Org.). Natureza e fontes dos dados demográficos. In: **Dinâmica da População**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. cap.4, p.87-102.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp. 2008.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. **Entidades filantrópicas & políticas públicas no combate à lepra: Ministério Gustavo Capanema (1934-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. **Pesquisa documental sobre a história da hanseníase no Brasil**. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro v. 10, 2003.Suplemento. ISSN 0104-5970.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração: ou os paradoxos da alteridade**. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: USP, 1998.

SANTOS, Cláudia Cristina dos. **Crianças indesejadas: Estigma e exclusão dos filhos sadios de portadores de hanseníase internados no Preventório Santa Terezinha 1930-1967**. 2009. 216 f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Programa de Pós-Graduação em História, USP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2009.

SILVA, Jeane Medeiros. Análise do discurso e pesquisa qualitativa na Geografia. In: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

SILVA, José Bittencourt da. **A ex-colônia de hansenianos de Marituba: perspectivas histórica, sociológica e etnográfica**. Paper NAEA 234, maio de 2009. 41p.

SILVA, Leicy Francisca da. **Eternos órfãos da saúde: medicina, política e construção da lepra em Goiás (1830-1962)**. 2013. 358 f. Tese (Doutorado em História), — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013.

SILVA, Lúgia Maria Tavares da. Trajetórias pela Geografia Histórica. In: BEZERRA, Amélia Cristina Alves *et al* (Orgs). **Itinerários Geográficos**. Niterói: Eduff, 2007. p. 71-84.

SILVA, Marcelo Werner da. A Geografia e o estudo do passado. **Terra Brasilis Nova Série**, 2012, posto online no dia 05 Novembro 2012. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/246>>. Acesso em: 01 out. 2013.

SILVEIRA, Bruna Alves. **Práticas sociais, memória e vivências no combate à lepra: isolamento compulsório em asilos-colônias e preventórios brasileiros – 1935 a 1986**. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013.

SORRE, Max. A Geografia Humana (Introdução). **Geographia**. v. 5, n.10, 2003. p.137-143.

SOURNIA, Jean-Charles.; RUFFIE, Jacques. **As epidemias na história do Homem**. Lisboa: Edições 70, 1986.

SOUZA-ARAÚJO, H.C. **História da Lepra no Brasil: período republicano (1889-1946)**. Ministério da Saúde: Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, v.3, 1948. 425 p.

_____. **História da Lepra no Brasil: período republicano (1890-1952)**. Ministério da Saúde: Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, v. 3, 1956. 722 p.

_____. **História da Lepra no Brasil: períodos colonial e monárquico (1500-1889)**. Ministério da Saúde: Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, v.1, 1946. 612 p.

_____. **A Lepra no Espírito Santo e a sua Prophylaxia: A colônia de Itanhenga – leprosário modelo**. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, v.32, n.4, 1937-1942.

_____. **Colônia de Itanhenga: Preventório Alzira Bley Granja Eunice Weaver**. Livro Comemorativo do Quinto Aniversário da Colônia de Itanhenga. Rio de Janeiro: [s.n.] 1942 a. 29 p.

STRAUSS, A. L. **Qualitative analysis for social scientists**. New York, NY, US: Cambridge University Press. 1987.

SUPER INTERESSANTE. **As Grandes Epidemias ao longo da História.** São Paulo: abr. / set. 2004. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/saúde/grandes-epidemias-ao-longo-da-historia445155.shtml>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 385 p.

TREWARTHA, Glenn T. **Geografia da População:** padrão mundial. Tradução: Veneranda Barreto Hellmeister. São Paulo: Atlas S.A. 1974. 170-180 p.

VALLIN, J. La démographie. Paris: Éditions La Découverte, 1992.

VESCHAMBRE V. **Penser l'espace comme dimension de la société :** pour une géographie sociale de plain-pied avec les sciences sociales. In R. SÉCHET, V. VESCHAMBRE, Faire et faire penser la géographie sociale, Presses Universitaires de Rennes, Rennes, 2006.

VIEIRA, Alda; CYPRESTE, Dora Martins. **Evolução Histórica da Hanseníase no Brasil e no Espírito Santo:** da internação compulsória à atenção básica. 2007.127 f Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação com ênfase em Saúde da Família – Faculdades Integradas São Pedro (FAESA). Vitória, 2007.

VILAÇA, Adilson. **Carminda:** A Garota que derrotou a lepra. 1. ed. São Paulo: CHIADO, 2016.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. **Geofilosofia e Geopolítica em Mil Platôs.** Vitória: EDUFES, 2014.

ZELINSKY, Wilbur. **Introdução à Geografia da População.** Tradução Fausto Guimarães. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

História Oral:

AMETISTA, Família das Pedras Preciosas. **Depoimento.** 2017. Casa para casados da Ex-Colônia de Itanhenga/Hospital Pedro Fontes, Cariacica, ES. Entrevista concedida a Elaine Cristina Rossi Pavani.

DIAMANTE, Família das Pedras Preciosas. **Depoimento.** 2017. Casa para casados da Ex-Colônia de Itanhenga/Hospital Pedro Fontes, Cariacica, ES. Entrevista concedida a Elaine Cristina Rossi Pavani.

ESMERALDA, Família das Pedras Preciosas. **Depoimento.** 2017. Residência, bairro Mucuri em Cariacica, ES. Entrevista concedida a Elaine Cristina Rossi Pavani.

JADE, Família das Pedras Preciosas. **Depoimento.** 2017. Residência da irmã bairro Mucuri, Cariacica, ES. Entrevista concedida a Elaine Cristina Rossi Pavani.

OPALA, Família das Pedras Preciosas. **Depoimento.** 2017. Pavilhão Masculino da Ex-Colônia de Itanhenga/Hospital Pedro Fontes, Cariacica ES. Entrevista concedida a Elaine Cristina Rossi Pavani.

RUBI, Família das Pedras Preciosas. **Depoimento.** 2017. Residência, bairro Aribiri em Vila Velha, ES. Entrevista concedida a Elaine Cristina Rossi Pavani.

SAFIRA, Família das Pedras Preciosas. **Depoimento.** 2017. Residência da irmã, bairro Mucuri em Cariacica, ES Entrevista concedida a Elaine Cristina Rossi Pavani.

TOPÁZIO, Família das Pedras Preciosas. **Depoimento.** 2017. Residência da irmã bairro Mucuri, Cariacica, ES. Entrevista concedida a Elaine Cristina Rossi Pavani.

TURMALINA, Família das Pedras Preciosas. **Depoimento.** 2017. Residência da mãe na Ex-Colônia de Itanhenga, Cariacica, ES. Entrevista concedida a Elaine Cristina Rossi Pavani.

ALFAZEMA, Família das Flores. **Depoimento.** 2017. Jucutuquara, Vitória, ES. Entrevista concedida a Elaine Cristina Rossi Pavani.

CRAVO, Família das Flores. **Depoimento.** 2018. Bairro Campo Grande, Cariacica, ES. Entrevista concedida a Elaine Cristina Rossi Pavani.

HIBISCO, Família das Flores. **Depoimento.** 2017. Bairro Mucuri, Cariacica, Es. Entrevista concedida a Elaine Cristina Rossi Pavani.

JACINTO, Família das Flores. **Depoimento.** 2018. Bairro Mata da Praia, Vitória, ES. Entrevista concedida a Elaine Cristina Rossi Pavani.

JASMIN, Família das Flores. **Depoimento.** 2018. Bairro Itacibá, Cariacica, ES. Entrevista concedida a Elaine Cristina Rossi Pavani.

LÍRIO, Família das Flores. **Depoimento**. 2018. Bairro República, Vitória, ES. Entrevista concedida a Elaine Cristina Rossi Pavani.

MARGARIDA, Família das Flores. **Depoimento**. 2018. Entrevista concedida a Elaine Cristina Rossi Pavani. Mucuri, Cariacica, ES.

OLEANDRO, Família das Flores. **Depoimento**. 2017. Hospital Colônia Pedro Fontes, Cariacica, ES, Entrevista concedida a Elaine Cristina Rossi Pavani.

ROSA, Família das Flores. **Depoimento**. 2017. Porto de Santana, Cariacica, ES. Entrevista concedida a Elaine Cristina Rossi Pavani.

Relatórios:

RELATÓRIOS mensais de 1949 e 1950 (Produção, plantio, donativos, fornecimento, sapataria, costuras, passeios, visitas, mapa de preventório do Departamento Nacional de Lepra, pequenas despesas e rendas do mês, lista de miudezas e pedidos).

CUNHA, Quitéria Veloso Carneiro da. SOCIEDADE EUNICE WEAVER DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de Atividades. Vitória. 25 de Fevereiro de 1949.

CUNHA, Quitéria Veloso Carneiro da. SOCIEDADE EUNICE WEAVER DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de Atividades. Vitória. 25 de Fevereiro de 1950.

CARVALHO, Efigênia Braga. SOCIEDADE EUNICE WEAVER DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de Atividades. Vitória. 1967.

SANTOS, Maria Clenentina Vellozo. SOCIEDADE EUNICE WEAVER DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de Atividades. Vitória. 1969.

SANTOS, Maria Clenentina Vellozo. SOCIEDADE EUNICE WEAVER DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de Atividades. Vitória. 1970.

CHIABAI, Laura Dias. SOCIEDADE EUNICE WEAVER DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de Atividades. Vitória. 1971.

CHIABAI, Laura Dias. SOCIEDADE EUNICE WEAVER DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de Atividades. Vitória.1972.

CHIABAI, Laura Dias. SOCIEDADE EUNICE WEAVER DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de Atividades. Vitória.1973.

CHIABAI, Laura Dias. SOCIEDADE EUNICE WEAVER DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de Atividades. Vitória.1974.

CHIABAI, Laura Dias. SOCIEDADE EUNICE WEAVER DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de Atividades. Vitória.1975.

CHIABAI, Laura Dias. SOCIEDADE EUNICE WEAVER DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de Atividades. Vitória.1976.

CHIABAI, Laura Dias. SOCIEDADE EUNICE WEAVER DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de Atividades. Vitória.1977.

CHIABAI, Laura Dias. SOCIEDADE EUNICE WEAVER DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de Atividades. Vitória.1978.

CHIABAI, Laura Dias. SOCIEDADE EUNICE WEAVER DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de Atividades. Vitória.1979.

CHIABAI, Laura Dias. SOCIEDADE EUNICE WEAVER DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de Atividades. Vitória.19780.

MEDEIROS, Déa Maria Moreira de. SOCIEDADE EUNICE WEAVER DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de Atividades. Vitória.1981.

MEDEIROS, Déa Maria Moreira de. SOCIEDADE EUNICE WEAVER DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de Atividades. Vitória.1982.

MEDEIROS, Déa Maria Moreira de. SOCIEDADE EUNICE WEAVER DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de Atividades. Vitória.1983.

SANT'ANA, Carmen Lucia Peixoto. SOCIEDADE EUNICE WEAVER DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de Atividades. Vitória.1984.

SANT'ANA, Carmen Lucia Peixoto. SOCIEDADE EUNICE WEAVER DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de Atividades. Vitória.1985.

APÊNDICE A - Relação dos Leprosários, Educandários e Dispensários Existentes no Brasil

Anos	Estados/Território	Leprosários	Preventórios	Dispensários
1744	Distrito Federal – Rio de Janeiro	Hospital dos Lázaros, em São Cristóvão, fundado em 1744, próximo à Santa Casa de Misericórdia e instalado em São Cristóvão em 1766. Hospital Colônia de Curupaiti, em Jacarepaguá, inaugurado em outubro de 1928. Hospital Frei Antônio.	Preventório Recanto Feliz, inaugurado em maio de 1936. Educandário Santa Maria.	Doze dispensários anexos aos 12 centros de saúde.
1787	Bahia	Leprosário D. Rodrigo de Menezes.	–	–
1789	Pernambuco	Hospital dos Lázaros de Recife.	–	–
1816	Mato Grosso	Leprosário São João dos Lázaros, próximo de Cuiabá.	–	–
1816	Pará	Hospital de Tocunduba, em Belém.	–	–
1883	Minas Gerais	Hospital dos Lázaros de Sabará, inaugurado em 1883. Colônia São Francisco de Assis. Sanatório Roça Grande. Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei. Colônia Santa Isabel, próxima de Belo Horizonte, inaugurado em dezembro de 1931. Colônia de Bambuhy, início da construção em 1936. Colônia Padre Damião em Ubá. Colônia Santa Fé em, Três Corações.	Preventório São Tarcisio (1934) próximo de Belo Horizonte. Preventório Aprendizado Técnico Profissional em Belo Horizonte. Educandário Carlos Chagas em Juiz de Fora. Creche de Belo Horizonte ou Pupileira Ernani Agrícola. Educandário Olegário Maciel em Varginha. Educandário Eunice Weaver em Araguari.	Dispensário em Belo Horizonte.
1924	Pará	Lazarópolis do Prata, em João Pessoa, a 150 km de Belém, inaugurado em junho de 1924.	–	–
1926	Paraná	Leprosário São Roque próximo de Curitiba.	Educandário Curitiba. Escola Abrigo São Roque	–

			(Inaugurada em 1927).	
1927	Santa Catarina	Colônia Santa Teresa, em São José, próximo a Florianópolis.	Preventório Santa Catarina, em Florianópolis.	-
1927	São Paulo	Asilo Santa Teresinha, em Carapicuíba.	Preventório Santa Teresinha, em Carapicuíba.	-
1928	São Paulo	Sanatório Padre Bento, em Guarulhos. Asilo Colônia Santo Ângelo, em Mogi das Cruzes. Asilo Colônia Pirapitingui, próximo a Itu e Sorocaba. Asilo Colônia Cocais, próximo de Casa Branca. Asilo Colônia Aimorés, próximo a Bauru. Asilo do Guapira.	Preventório do Jacareí (1933) em Jacareí. Creche Carolino Mota e Silva, em São Paulo.	Dispensário do Braz. Dispensário de Bom Retiro. Dispensário de Jaçanã. Dispensário da Lapa. Dispensário de Santo Ângelo. Dispensário de Campinas. Dispensário de Presidente Prudente. Dispensário de Rancharia.
1928	Ceará	Leprosário Antônio Diogo, em Cannafistula.	-	-
1929	Rio Grande do Norte	Leprosário Vila São Francisco de Assis, próximo à Natal, inaugurado em janeiro de 1929.	Educandário Oswaldo Cruz, em Natal.	-
1930	Amazonas	Leprosário Belisário Penna, em Manaus, inaugurado em julho de 1930. Asilo em Paricatuba, inaugurado em julho de 1930. Colônia Antônio Aleixo. Leprosário do Umirisal.	Abrigo Menino Jesus (1936), em Manaus. Creche Alice Salles, em Manaus, inaugurado em 1922. Educandário Gustavo Capanema (1942), em Manaus.	Dispensário Oswaldo Cruz, em Manaus.
1931	Piauí	Hospital de São Lázaro, em Parnaíba. Colônia Carpina.	Preventório de Teresina. Educandário Padre Damião.	-
1931	Pará	Asilo Santa Teresinha, em Belém. Inaugurado em janeiro de 1931.	Asilo Infantil Santa Terezinha, em Belém. Inaugurado em janeiro de 1931.	-
1936	Rio Grande do Sul	Leprosário em Itapoã, próximo de Porto Alegre.	Preventório Amparo Santa Cruz em Porto Alegre	-

		Leprosário junto ao Hospital de Isolamento em São José em Porto Alegre.		
1936	Rio de Janeiro	Colônia de Iguá em Itaboraí. Colônia Tavares Macedo.	Educandário Vista Alegre, em Niterói.	Dispensário em Niterói. Lazareto da Ilha Grande. Dispensário em Campos.
1936	Pernambuco	Leprosário da Mirueira, próximo de Recife.	Preventório São Francisco de Assis, em Recife. Instituto Guararapes, em Recife.	Dispensário em Recife.
1937	Goiás	Colônia Santa Maria, próximo de Goiânia.	Educandário Afrânio Azevedo, em Goiânia.	Abrigo Helena Bernard, em Catalão. Abrigo na Ilha do Bananal. Abrigo em Anápolis. Dispensário Rio Verde.
1937	Espírito Santo	Leprosário de Itanhenga / Hospital Colônia Pedro Fontes, em Cariacica.	Educandário Alzira Bley em Cariacica.	Dispensários em São José do Calçado, Mimoso do Sul, Muqui, Cachoeiro de Itapemirim, Alegre, Afonso Claudio, Colatina e Vitória.
1937	Mato Grosso	Leprosário em Botas, próximo de Campo Grande. Colônia São Julião.	Preventório de Cuiabá. Educandário Getúlio Vargas, em Campo Grande.	-
1937	Bahia	Leprosário de Águas Claras, próximo de Salvador.	Preventório de Águas Claras, em Salvador. Educandário Eunice Weaver, em Salvador.	-
1937	Sergipe	Colônia Lourenço Magalhães, em Aracaju.	Educandário São José, em Aracaju.	-
1937	Alagoas	Colônia Eduardo Rabelo, em Maceió.	Educandário Eunice Weaver, em Maceió.	Dispensário de Maceió.
1937	Paraíba	Colônia Getúlio Vargas, em Rio do Meio, próximo a João Pessoa.	Educandário Eunice Weaver, em João Pessoa, início da construção em 1938.	-
1937	Ceará	Colônia São Bento, próximo a Fortaleza. Colônia Antônio Justo.	Educandário Eunice Weaver, em Maranguape. Preventório Silva Araújo, em Cannafistula.	Dispensário Gustavo Capanema, em Fortaleza.

1937	Maranhão	Hospital dos Lázaros de Gavião, em São Luís. Colônia do Bonfim, próximo de São Luís.	Educandário Eunice Weaver. Educandário Santo Antônio, em São Luís.	Dispensário em São Luís.
1937	Pará	Colônia de Marituba, próximo de Belém.	-	-
1938	Pará	Leprosário do Tocantins. Leprosário do Baixo Amazonas. Asilo Frei Gil Vila Nova.	Educandário Eunice Weaver, em Belém.	Dispensário em Belém.
1938	Acre (território)	Leprosário Souza Araújo, próximo de Rio Branco. Leprosário em Sena Madureira. Leprosário de Cruzeiro do Sul.	Educandário Santa Margarida, em Rio Branco. Educandário Cruzeiro do Sul, em Cruzeiro do Sul e Educandário Belisário Pena em Porto Velho.	-
1941	Mato Grosso	Colônia São Julião, próximo de Campo Grande.	-	-

Fontes: SOUZA-ARAUJO (1948); SANTOS (2003); SANTANA et al. (2011); CURI (2012).

APÊNDICE B – Composição das Equipes Administrativas do Educandário
Alzira Bley 1949/1985

1949:

Presidente: Quitéria Veloso Carneiro da Cunha
1ª Diretora: Candida Leitão Cunha
2ª Diretora: Octacília Pinto de Moura
Escrituraria: Olga Bosi

1950:

Presidente: Quitéria Veloso C. da Cunha
Vice-Presidente: Adelia Fontenelle
Diretora: Candida Leitão Cunha

Biênio 1956-1957:

Presidente: Euridice Figueiredo Valle
1ª Vice-presidente: Alice Murad
2ª Vice-presidente: Inês Monte Santo Muffareg
1ª Secretária: Hilda Martins
2ª Secretária: Laura N. Loureiro
1ª Tesoureira: Marly Fiuza Sampaio
2ª Tesoureira: Rita Tozzi Quintais

Biênio 1958-1959:

Presidente: Carmen Rocha Cunha
1ª Vice-presidente: Renata Ruschi Camargo
2ª Vice-presidente: Yedda Mendonça de Barcellos
1ª Secretária: Zoã Hees Drummond
2ª Secretária: Hilda Rodrigues Martins
1ª Tesoureira: Odette Murad
2ª Tesoureira: Diana Nasser Wanderley
Diretoria de Festejos – Euridice Figueiredo Valle, Maria Alice Pessoa, Conceição Sodré Sarlo, Dirce Cabral Prado, Izaura Moraes, Alice Murad, Hebe Albuquerque, Marlene Rocha Barbosa, Ivone Amorim e senhorinhas Ana Maria Batalha, Laura Nascimento Loureiro, Lygia Ramalhete, Dalila Andrade e Marisa Ramalhete.

1967:

Presidenta: Efigênia Braga Carvalho
Diretora: Maria Pulséria
2ª Secretária: Sebastiana Borges

1969:

Presidente: Maria Clementina Vellozo Santos
1ª Secretaria: Teresinha Magalhães

1970:

Presidente: Maria Clementina Vellozo Santos

Diretora: Nazaré Sbardellotti
Auxiliar da Diretora: Maria de Lourdes Miranda
2ª Secretária: Sophia Emerly Amaral

1971:

Em fevereiro, foi realizada uma Assembleia Geral para eleição da diretoria para o biênio 1971/1973:

Presidente: Laura Dias Chiabai
1ª Vice-presidente: Iná do Amaral Abaurre
2ª Vice-presidente: Marike Nagem
3ª Vice-presidente: Marília Valdetaro Matarangas
1ª Secretária: Maria Beatriz Figueiredo Abaurre
2ª Secretária: Teresinha Lemos Magalhães
1º Tesoureira: Aida Sepulcri Netto
2º Tesoureira: Ilmar Teixeira de Carvalho

1972:

Presidente: Laura Dias Chiabai
1ª Vice-presidente: Iná do Amaral Abaurre
2ª Vice-presidente: Marike Nagem
3ª Vice-presidente: Marília Valdetaro Matarangas
1ª Secretária: Maria Beatriz Figueiredo Abaurre
2ª Secretária: Teresinha Lemos Magalhães
1º Tesoureira: Aida Sepulcri Netto
2º Tesoureira: Ilmar Teixeira de Carvalho

1973:

Presidente: Laura Dias Chiabai
1ª Vice-presidente: Ilmar Teixeira de Carvalho
2ª Vice-presidente: Marike Nagem
3ª Vice-presidente: Marília Valdetaro Matarangas
1ª Secretária: Maria Beatriz Figueiredo Abaurre
2ª Secretária: Teresinha Lemos Magalhães
1º Tesoureira: Ana Maria Barcellos Borges
2º Tesoureira: Aida Sepulcro Netto

1974:

Presidente: Laura Dias Chiabai
1ª Vice-presidente: Ilmar Teixeira de Carvalho
2ª Vice-presidente: Marília Valdetaro Matarangas
1ª Secretária: Marike N. Nagem
2ª Secretária: Teresinha Lemos Magalhães
1º Tesoureira: Ana Maria Barcellos Borges
2º Tesoureira: Aida Sepulcri Netto

1975:

Presidente: Laura Dias Chiabai
1ª Vice-presidente: Ilmar Teixeira de Carvalho
2ª Vice-presidente: Marília Valdetaro Matarangas
1ª Secretária: Marike N. Nagem

2ª Secretária: Teresinha Lemos Magalhães
1º Tesoureira: Ana Maria Barcellos Borges
2º Tesoureira: Aida Sepulcri Netto

1976:

Presidente – Laura Dias Chiabai
1ª Vice-Presidente – Ilmar Teixeira de Carvalho
2ª Vice-Presidente – Marília Valdetaro Matarangas
1ª Secretária – Marik N. Nagen
2ª Secretária – Terezinha Lemos Magalhães
1ª Tesoureira – Anna Maria Barcellos Borges
2ª Tesoureira – Aida Sepulcri Netto

1977:

Presidente – Laura Dias Chiabai
1ª Vice-Presidente – Ilmar Teixeira de Carvalho
2ª Vice-Presidente – Marília Valdetaro Matarangas
1ª Secretária – Terezinha Lemos Magalhães
2ª Secretária – Mariki N. Nagen
1ª Tesoureira – Anna Maria Barcellos Borges
2ª Tesoureira – Aida Sepulcri Netto

1978:

Presidente – Laura Dias Chiabai
1ª Vice-Presidente – Ilmar Teixeira de Carvalho
2ª Vice-Presidente – Marília Valdetaro Matarangas
1ª Secretária – Terezinha Lemos Magalhães
2ª Secretária – Mariki N. Nagen
1ª Tesoureira – Anna Maria Barcellos Borges
2ª Tesoureira – Aida Sepulcri Netto

1979:

Presidente: Laura Dias Chiabai
1ª Vice-presidente: Ilmar Teixeira de Carvalho
2ª Vice-presidente: Marike N. Nagem
3ª Vice-presidente: Maria Aracy Azevedo Marins
1ª Secretária: Déa Maria Moreira de Medeiros
2ª Secretária: Marília Auxiliadora Mageski dos Santos
1º Tesoureira: Aida Sepulcri Netto
2º Tesoureira: Inah do Amaral Abaurre

1980:

Presidente: Laura Dias Chiabai
1ª Vice-presidente: Ilmar Teixeira de Carvalho
2ª Vice-presidente: Marike N. Nagem
3ª Vice-presidente: Maria Aracy Azevedo Marins
1ª Secretária: Déa Maria Moreira de Medeiros
2ª Secretária: Marília Auxiliadora Mageski dos Santos
1º Tesoureira: Aida Sepulcri Netto
2º Tesoureira: Inah do Amaral Abaurre

1981:

Presidente: Déa Maria Moreira de Medeiros
1ª Vice-presidente: Terezinha Araújo Coelho
2ª Vice-presidente: Telmir Dias Sandoval
3ª Vice-presidente: Dora Guedes Bullos
1ª Secretária: Carmen Lucia Peixoto Sant'Anna
2ª Secretária: Dirce Guedes Paoliello
1º Tesoureira: Glória Prata Ferreira de Godoy
2º Tesoureira: Maria Aurea Freitas Campo

1982:

Presidente: Déa Maria Moreira de Medeiros
1ª Vice-presidente: Terezinha Araújo Coelho
2ª Vice-presidente: Marília Rezende Ferraço
3ª Vice-presidente: Dora Guedes Bullos (demissionária)
1ª Secretária: Carmen Lucia Peixoto Sant'Anna
2ª Secretária: Irecê Bicalho
1º Tesoureira: Maria Aurea Freitas Campo
2º Tesoureira: Nilza Roberty

1983:

Presidente: Déa Maria Moreira de Medeiros
1ª Vice-presidente: Terezinha Araújo Coelho
2ª Vice-presidente: Marília Rezende Ferraço
3ª Vice-presidente: Nelly Rabello Gueiros
1ª Secretária: Carmen Lucia Peixoto Sant'Anna
2ª Secretária: Aurelida Maria Mattos de Mattos Pereira
1º Tesoureira: Elisa Maria Ferreira Pereira (demissionária)
2º Tesoureira: Maria Aurea Freitas Campo

1984:

Presidente: Carmen Lucia Peixoto Sant'Anna
1ª Vice-presidente: Terezinha Araújo Coelho
2ª Vice-presidente: Marília Rezende Ferraço
1ª Secretária: Déa Maria Moreira de Medeiros
2ª Secretária: Wilma Terezinha Letaif Mansur
1º Tesoureira: Anacleto Pavan
2º Tesoureira: Ubiracy Mattos
Diretora de Promoções: Idalba Maria Sonagueth Barros

1985:

Presidente: Carmen Lucia Peixoto Sant'Anna
1ª Vice-presidente: Terezinha Araújo Coelho
2ª Vice-presidente: Marília Rezende Ferraço
1ª Secretária: Déa Maria Moreira de Medeiros
2ª Secretária: Wilma Terezinha Letaif Mansur
1º Tesoureira: Anacleto Pavan
2º Tesoureira: Ubiracy Mattos
Diretora de Promoções: Idalba Maria Sonagueth Barros

APÊNDICE C – Questionário aos Ex-Internos do Educandário Alzira Bley



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

QUESTIONÁRIO AOS EX-INTERNOS DO EDUCANDÁRIO ALZIRA BLEY

NOME: _____ SEXO _____
 IDADE: _____ PROFISSÃO: _____
 ONDE TRABALHA: _____
 ESTADO CIVIL: _____ FILHOS () SIM () NÃO QUANTOS? _____
 ENDEREÇO: _____ Nº _____
 BAIRRO: _____ CIDADE: _____
 CEP: _____ TEL: _____ CEL: _____
 E-MAIL: _____

ESCOLARIDADE:

- | | |
|-----------------------------------|-------------------------------|
| () Sem instrução | () Especialização Incompleta |
| () Ensino Fundamental Incompleto | () Especialização Completa |
| () Ensino Fundamental Completo | () Mestrado Incompleto |
| () Ensino Médio Incompleto | () Mestrado Completo |
| () Ensino Médio Completo | () Doutorado Incompleto |
| () Curso Superior Incompleto | () Doutorado Completo |
| () Curso Superior Completo | |

RENDA:

- | | |
|--|--|
| () Menos de um salário mínimo | () De 4 a menos de 5 salários mínimos |
| () De 1 a menos de 2 salários mínimos | () De 5 a menos de 6 salários mínimos |
| () De 2 a menos de 3 salários mínimos | () Mais de 6 salários mínimos |
| () De 3 a menos de 4 salários mínimos | () Desempregado atualmente |

- 1) Em que ano você saiu do Educandário Alzira Bley? _____
- 2) Por que você saiu do Educandário Alzira Bley? _____

- 3) Qual foi o seu primeiro local de moradia depois que você saiu do Educandário Alzira Bley? _____

- 4) Qual foi o seu primeiro emprego após a sua saída do Educandário Alzira Bley? _____

- 5) Quais foram as principais dificuldades que você enfrentou ao sair do Educandário Alzira Bley? _____

- 6) O que você traz na sua memória de recordações do Educandário Alzira Bley? _____

APÊNDICE D – Diários de Bordo

MAKING OF 01

Cariacica, 12 de novembro de 2017, domingo.

Hoje seria mais um dia de pesquisa para minha tese de doutorado, com trabalho de campo e história oral. Entrei em contato com o “nó” mais influente da minha rede de contatos, o senhor Hibisco, Presidente da Associação dos Ex-internos do Educandário Alzira Bley e marcamos de nos encontrar as 14 horas em frente ao supermercado Internacional, no bairro Santana, em Cariacica, de onde iríamos para a antiga Colônia de Itanhenga ouvir as histórias de vida de dois de seus irmãos e mais duas pessoas de uma outra família, sendo mãe e filha portadoras da hanseníase.

Após o almoço, levei minha filha de quatro anos para casa da minha sogra, me despedi do meu marido, entrei no meu carro vermelho, um classic 2010, abasteci e segui para o local combinado. Encontrei com Hibisco e devolvi os livros que ele havia me emprestado, seguimos para colônia. Passamos pelo Educandário, cumprimentamos o vigilante e entramos, um misto de abandono e nostalgia completavam a cena de uma tarde cinzenta e chuvosa. Chegamos por volta das duas e meia na Colônia, tudo está como antes, as casas, o refeitório, farmácia, lavanderia, campo de futebol, os pavilhões, tudo, até mesmo a placa que apesar de nova, alerta: “Proibida a entrada e permanência de pessoas estranhas nas dependências desta colônia”.

Paramos em frente a uma das 57 casas abrigavam as famílias que eram internas por serem portadores de “lepra”. Pertence a uma senhora, de 81 anos, que havia sofrido um AVC e está em estado grave em um hospital público. Seu filho nos recebeu com um café. Conversamos até a chegada dos irmãos do Hibisco. Enquanto isso, fui observando a casa e tudo me impressionava: as portas e janelas de madeira, a estrutura, a divisão dos cômodos, o fato de ter porão, os azulejos, as casas de cupins que desenhavam toda parede, a maca, a precariedade dos móveis, a simplicidade.

Durante a conversa me informaram que os porões eram utilizados para guardar as ferramentas agrícolas e que todas as casas na colônia possuíam porão. Um

dos irmãos do Hibisco estava morando no porão desta casa. O filho da senhora hospitalizada disse que ela era muito brava, “meio fora das ideias” e não deixava ninguém entrar na casa dela, nem os filhos, que quando apareciam eram enxotados e xingados.

Um dos irmãos chegou acompanhado de um outro ex-interno do educandário, que apesar de não ser filho de “leprosos” também ficou internado por 17 anos no educandário junto com seus sete irmãos pois haviam se tornado órfãos de pai e mãe, e como a madrinha era amiga dos administradores do Educandário Alzira Bley, eles foram internados na instituição. O irmão do Hibisco era um senhor baixinho e trajava bermuda e camiseta azul claro, sorriso largo e sofrimento no olhar. Estava vindo da casa da mãe, onde tinha ido montar um armário de cozinha.

Fomos apresentados, expliquei todo procedimento e objetivo da pesquisa, arrumei o gravador e passei a ouvir sua história de vida, foi uma conversa rápida, mas sua voz embargada trazia muito sentimento, principalmente quando se falava da falta de amor, de carinho. Ao saímos de casa encontramos o Oleandro, outro irmão do Hibisco que trazia um tiziu na gaiola. Nos cumprimentamos e combinamos de entrevistá-lo quando voltássemos da casa da dona Diamante.

Fomos caminhando, nós quatro, pelas ruas de terra batida da ex-colônia, quando o irmão do Hibisco que vestia blusa azul, parou diante de um pé de maracá muito florido e fez uma foto com o celular. Hibisco também fez uma foto do grupo diante da casa onde seu pai foi assassinado a mando de uma ex-namorada.

Crianças jogando bola na rua e uma senhora negra diante da varanda de sua casa, vítima de “lepra” relata para o nosso grupo como seus três filhos foram tirados dela e levados para o educandário. Eles já eram grandes, tinham entre oito e doze anos, uma delas morreu. Foi a primeira vez que eu vi uma pessoa negra com “lepra”.

Algumas casas a frente, chegamos na casa da Dona Diamante, uma senhora branca, forte, poucos cabelos, baixinha, descendente de italianos, “leprosa”, com as mãos atrofiadas e uma perna amputada na parte superior do fêmur,

entrou andando de muletas na sala e sentou-se em uma cadeira de rodas. Quem nos recebeu foi sua filha Ametista, hanseniana, que faz tratamento com poliquimioterapia no hospital da colônia, descobriu a doença a pouco tempo e não possui nenhum tipo de sequelas. Solteira, cuida da mãe a muito tempo.

Fomos muito bem recebidos, sentamos na sala e expliquei a dona Diamante e Ametista o teor da pesquisa e o que eu estava fazendo ali. As duas, solicitamente aceitaram relatar suas vidas para a pesquisa. Fiquei sozinha com dona Diamante na sala e ela começou a me contar como foi a sua vida. Como eu já havia entrevistado quatro de seus oito filhos, fiquei tentando localizar nela as ações narradas pelos filhos, que reclamavam da falta de amor, de carinho em relação a mãe. Inclusive Ametista, que eu acabara de conhecer não a chamava de mãe, mas sim de Dina, como todos a chamam “Dona Dina”.

Como ela é forte, lucida, como consegue achar coisas boas em tudo que passou. Adotou uma criança logo após o nascimento, a mãe ofereceu se ela não queria ficar quando ainda estava grávida, pois a família não a aceitaria dentro de casa com um filho, seria mais um para eles sustentarem. A família de dona Diamante foi contra, mas ela disse que “palavra dada não se volta atrás”.

Foi uma história longa e com muitas datas que iam e viam. Ela falava mais do filho adotivo do que dos filhos legítimos, dizia que ele é lindo e inteligente, teve envolvimento com drogas e ficou internado em várias clínicas, inclusive no Rio de Janeiro. Como ela mesmo contou “eu era como gato para criar”, foram todos de parto normal, com exceção do último que teve que ser uma cesariana pois ela estava roxinha.

Quando terminamos a nossa conversa ela me convidou para tomar um café na cozinha, me mostrou a sua bela casa, disse que tem uns 15 cômodos, é muito bonita, limpa e organizada. Tomamos um café com biscoitos e quando me despedi para ir embora, não me contive, dei-lhe um abraço e uma beijo no rosto, nem sei se podia, os filhos relatam que ela não é dessas coisas. Mas acho que ela gostou, pois ela me presenteou com uma dúzia de ovos caipira e me convidou para voltar. Fiquei de voltar em breve.

Depois dali voltamos caminhando para casa da senhora que se encontra hospitalizada e comecei a ouvir a história de vida do Oleandro. Um homem

grande e forte que após os primeiros minutos narrando como foi a sua vida dentro e fora do Educandário Alzira Bley chorou de soluçar. Junto com as lembranças vieram as lágrimas e isso me abalou muito, pois vivo em uma sociedade machista onde “homem não chora”. Não deixei as minhas emoções transparecerem, mas tudo aquilo mexia muito comigo, a pobreza, a falta de oportunidade, as condições precárias, o cheiro, o sentimento, a tarde triste e cinzenta.

Fiz questão de dividir a dúzia de ovos que havia ganhado com eles, meio a meio. Agradei a cordialidade de todos e nos despedimos. Deixei o Hibisco no bar que hoje funciona ao lado da antiga maternidade da colônia, onde seu irmão e o “amigo mais que irmão” estava tomando uma cerveja. Saindo da colônia um turbilhão de sentimentos carregavam o meu peito, sentia vontade de chorar, gritar e dizer para alguém o quanto tudo isso é injusto e horrível. Mas, pior que isso foi o pensamento que veio a minha cabeça, pela primeira vez, após quase cinco anos de pesquisa sobre o tema, eu tive medo de pegar a hanseníase. Como assim, eu, uma pessoa estudada, com muito conhecimento sobre o assunto, com esse tipo de medo, receio, não! Eu não podia sentir isso, eu sei que não é assim que funciona, mas como lutar contra algo que é maior que você, a sua mente. O peso no peito e a vontade de chorar não passavam. Liguei o rádio e a música foi me acalmando.

Passei na casa da minha sogra, peguei minha filha de volta e fomos para casa. Já eram mais de oito horas da noite quando chegamos em casa, mas, meu marido estava passando mal, com a pressão arterial em 20x13, levei minha filha para dormir na casa da minha mãe e meu esposo no hospital.

Não consegui falar uma palavra sequer sobre a minha tarde de domingo com ninguém. Os sentimentos são muito fortes. A empatia, se colocar no lugar do outro, não é fácil. Enquanto nas Ciências Exatas eles buscam retratar a imparcialidade científica, nas Ciências Humanas somos seres de carne e osso e apresentamos não o que sentimos, mas, o que as pessoas vivenciaram....

MAKING OF 02

Cariacica, 15 de novembro de 2017, quarta-feira.

Consegui o contato da filha mais nova da dona Diamante, por meio do Hibisco, liguei para Turmalina que estava na casa de sua mãe, na ex-colônia de Itanhenga, e marquei de encontrá-las para o café da tarde. Mais uma vez comecei a jornada buscando um lugar para deixar a minha filha pequena. Dessa vez, liguei para minha amiga Cláudia que tem uma menina da mesma idade que a minha e solicitei ela disse que poderia deixar a Julia lá para brincar com a sua filha. Ainda bem que hoje é feriado e todos estão em casa.

Passei na padaria e comprei pão fresco para o café da tarde e um pote de sorvete para dona Diamante. Cheguei na casa delas por volta das duas e meia da tarde e quem me recebeu foi a Turmalina. Solicitou-me ajuda para arrumar um emprego, pois encontra-se desempregada e mora de aluguel junto com sua filha. Fui até o quarto e cumprimentei Ametista e Dona Diamante que estava deitada recuperando-se de uma aplicação nas vistas. Segundo ela sua vista direita estava ficando “fraca” e o médico disse que precisaria de três aplicações dentro do olho e que esse procedimento custaria dezesseis mil reais. Certa tarde ela recebeu uma ligação do Hospital das Clínicas que suas injeções estavam esperando para realização dos três procedimentos. As injeções não foram enviadas para o Centro de Referência pois tem gente roubando as injeções para vender.

Voltamos para sala, expliquei do que se tratava a pesquisa e Turmalina começou a me relatar a sua história de vida. Foram alguns minutos de narração, mais nada de muito relevante sobre a sua estadia no Educandário, pois suas lembranças sobre o curto período de tempo que ela passou lá dentro eram vagas e vazias. Ela foi levada para o Educandário logo após o nascimento igual aos seus irmãos, ficou três anos e meio e foi levada pelos seus tios para Aribiri em Vila Velha, onde morou por dois anos e meio, depois foi morar com seus pais em Flexal, mas os tios não queriam devolver Turmalina aos pais, pois eles não podiam ter filhos e as sobrinhas representavam a possibilidade da paternidade para eles.

Terminada a narração, fomos todas para mesa tomar café, Dona Diamante perguntou sobre a minha filha, nome, idade, mostrei-lhe algumas fotos no celular e ela me deu um cacau para Julia. Sentamos à mesa e comemos pão com margarina, café e as melhores histórias sobre o Educandário: Turmalina contou que sua irmã Ametista tomava parte do leite de sua mamadeira e completava com água antes de lhe dar. Muitas risadas e Ametista para se defender explicava, “os grandes faziam com os pequenos, e quando eles ficavam grandes faziam com os mais novos”. Turmalina disse que Jandira foi uma mãe para ela e Ametista completou dizendo “Jandira foi uma mãe para todos nós”. Turmalina me mostrou fotos no celular de seus dois filhos, o menino de 28 anos mora com o pai e a menina de 21 mora com ela e faz direito com bolsa integral na UVV (Universidade de Vila Velha). Após o divórcio ela casou-se novamente e veio a ficar viúva a dois anos. É muito nova e bonita aos 45 anos.

Ametista perguntou se eu queria ver algumas fotos do Educandário e dona Diamante mandou ela me mostrar as fotos do neto, filho de seu filho adotivo. Senti que o clima fechou entre as duas, quando Ametista lhe respondeu rispidamente que ia me mostrar primeiro as fotos do Educandário que era o que interessava a pesquisa e depois as do seu neto. É notória a predileção de dona Diamante pelo filho adotivo, motivo muito fácil de se compreender, tendo em vista que, foi o único filho que ela cuidou desde que foi buscar na Santa Casa um dia após o nascimento. Comprou enxoval, deu banho, cuidou em todas as fases de sua infância, adolescência e vida adulta (e olha que pelos relatos dela mesmo ele não é fácil, teve envolvimento com drogas, separou-se da primeira esposa, fugia das casas de recuperação para viciados, morou no Rio de Janeiro, dentre outras coisas). Mas para os filhos legítimos, principalmente Ametista, que cuida dela, isso deve gerar um sentimento muito ruim, não sei classificar se é ciúme ou não, pois ciúme envolve amor e esse sentimento eles afirmam não ter pela mãe.

Ametista voltou de dentro do quarto com dois álbuns de fotos antigas, um deles do filho adotivo e outro com suas fotos e dos irmãos no Educandário, perguntou se eu não queria tirar fotos delas como fez o professor Sebastião Pimentel, outro pesquisador da UFES da área de História que pesquisa sobre a

Colônia de Itanhenga. Agradei a gentileza e fotografei aquelas em que apareciam cenas do cotidiano do Educandário.

Não satisfeita com a atitude da filha de não ter me mostrado as fotos do neto, ela mesma pegou seu celular entregou na mão da Turmalina e pediu para que ela me mostrasse as fotos do neto, as quais eu elogiei muito dado o grau de importância que isso representava para ela. Pedi para que as três lessem e se estivessem de acordo, assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da pesquisa que havia impresso em duas vias, sendo uma de cada para mim e as outras para cada das narradoras.

Pedi para uma das duas irmãs me acompanhar até o pavilhão onde Opala encontra-se internado. As duas se prontificaram, mas dona Diamante queria tomar banho e Ametista ficou para ajudá-la. Dona Diamante me perguntou se eu gostava de couve e pediu para filha embalar um pouco para que eu levasse e continuou, “fui eu quem colheu na horta hoje cedo, lavei e sequei uma a uma e Ametista cortou”, me senti lisonjeada e disse que assim ficaria mal-acostumada, era muito mimo. Todas riram.

Turmalina me acompanhou até o pavilhão masculino onde seu irmão está internado. Me explicou que ele fala coisa com coisa, pois, foi atropelado a uns quatro anos atrás e quase morreu, apesar de ter sobrevivido ficou com sequelas na fala e meio “abobado”. Quando chegamos no pavilhão, ele estava sentado na sala assistindo televisão, a pequena sala com uma longarina de três lugares de plástico azul e uma televisão LCD pequena pendurada bem alto na parede fica logo após a varanda de entrada. Por falar em entrada, era a primeira vez que eu entrava em um dos pavilhões, um misto de curiosidade e sentimento de pena, uma pressão no peito ia se somando dentro de mim. Em frente a sala de televisão fica a sala da enfermeira e depois um longo corredor com quartos a direita e a esquerda, em cada quarto um paciente em uma maca ou cadeira de rodas, mais os móveis que seus familiares trazem para colocar no quarto. Alguns não tinham nada além da maca e uma cadeira de plástico branca. Nem familiares, nem visitas, nem afeto.

As aparências eram horrendas, muitas sequelas da lepra, pessoas sem as mãos, sem as pernas, com rostos e corpos deformados, enfim, uns muito

magros e outros com olhares perdidos no tempo. Turmalina cumprimentou o irmão, me apresentou e chamou ele para nos sentarmos na varanda dos fundos do pavilhão para não atrapalhar o outro interno que estava em sua cadeira de rodas, sem as mãos, nem as pernas, assistindo televisão.

Ao cruzarmos o corredor sai de dentro de um dos quartos um interno negro, alto, muito magro e pelado, querendo fazer xixi, Turmalina o encaminha ao banheiro enquanto Opala e eu chegamos a varanda e começo a lhe explicar o motivo da minha visita, o contexto da pesquisa e a importância de ouvi-lo. Ele não pareceu tão doido assim, me respondeu algumas perguntas, contou algumas coisas fora de ordem, repetia um jargão inúmeras vezes. Turmalina retirou o boné que o irmão estava usando e me mostrou as cicatrizes em sua cabeça, consequências do atropelamento.

Pouco tempo depois que estávamos na varanda dos fundos, o interno na cadeira de rodas que estava na sala quando chegamos, entrou na varanda e parou sua cadeira de rodas de frente para rede e de costas para nós, como se não quisesse que contemplássemos a sua aparência, sua situação. Começou então a conversar com a Turmalina e Opala disse que queria ir embora morar com ela ou uma outra irmã, pois ele não queria mais ficar ali. Todos se fizeram de desentendidos. Acredito que ele ainda vá ficar ali por muito tempo, se é que um dia ele sairá. Cada um com seus problemas e ninguém querendo assumir a responsabilidade e os custos de cuidar de um homem forte como Opala, sabe-se lá Deus por quanto tempo.

Nos despedimos e atravessei o corredor sem olhar para os lados, como se a primeira impressão da entrada fosse o suficiente para não querer ver mais nada. Me despedi de Turmalina na varanda que fica na entrada do pavilhão e fui embora, com os vidros do carro aberto como se todo vento que bate no meu rosto fosse a personificação da liberdade. Como algumas pessoas não são gratas a Deus por estarem vivas, saudáveis e perfeitas, podem ir e vir da forma que bem entenderem...

MAKING OF 03

Educandário Alzira Bley. Cariacica, 20 de abril de 2018.

Hoje é sexta-feira, de uma semana de intenso trabalho. Consegui quinze dias de férias no meu serviço e vim para o Educandário em busca dos nomes das presidentes e/ou diretoras da instituição no período anterior à 1960, bem como os relatórios produzidos nas décadas anteriores.

Na terça-feira me encontrei com a Tia Lina e a Jandira e conversamos sobre as nossas vidas, afinal, fazia tempo que não ia até o Educandário. Pedi para olhar novamente a pasta de arquivo com os relatórios das décadas de 1970, 1980 e alguns anos da década de 1990.

Pude acompanhá-la até a sala de arquivos, que fica localizada no andar superior _ sobre a sala de reuniões, e para minha felicidade estava muito organizada. Tia Lina abriu a terceira gaveta de um arquivo suspenso e pegou a pasta que procurávamos, algumas pastas mais à frente me chamou a atenção uma pasta cheia de recortes de jornais, pedi permissão para olhar o seu conteúdo.

Descemos com as duas pastas para sala de reuniões onde passei o restante do dia lendo alguns trechos de relatórios e os recortes de reportagens anteriores à década de 1980. Às quinze horas eu não estava me sentindo muito bem, uma sensação angustiante, pedi a Tia Lina para levar o material pesquisado para reproduzir em casa. Mas, ela me informou que o Presidente Geraldo Magela Varejão não autorizava mais a saída de nenhum arquivo do Educandário. Então perguntei se poderia levar a minha impressora com scanner para o Educandário no dia seguinte para fazer as cópias.

Na quarta-feira, levei a impressora e escarnei os arquivos localizados até o momento, mas ainda não havia encontrado aquilo que me empenhava em ir até o meu campo de pesquisa para descobrir. Depois do almoço investi novamente no convencimento à Tia Lina em procurarmos os nomes das presidentes ou diretoras anteriores à década de 1960. Mas ela tentou me ajudar procurando Livros de Atas, mas a mesma me informou que os mais antigos foram queimados por uma das presidentes que passou pelo Educandário. Então convidei-a para voltarmos para a sala de arquivo e

procurarmos mais um pouquinho. Ela aceitou e assim fizemos. Desta vez, ela me deixou mais à vontade para olhar as gavetas de arquivo suspenso e juntas achamos algumas preciosidades a pasta de arquivo com os relatórios de 1949 e 1950, uma pasta com as certidões de nascimento das crianças que faleceram no Educandário durante o período da internação compulsória, as pastas da Amencar, os prontuários dos internos e outras documentações da instituição.

Separei as pastas dos relatórios dos anos de 1949 e 1950 e as certidões de nascimento e pedi a Tia Lina para scanear durante a tarde. Não deu tempo para terminar, porque o horário de encerramento das atividades são as 16h 30min.. Fui levá-los em casa em André Carlone (Carapina-Serra/ES). Porque hoje é uma data (18/04) muito especial, é o aniversário de 84 anos da Jandira que entrou no Educandário aos 12 anos. O pai era hanseniano, ele foi trazido para Colônia de Itanhenga em 1946, depois trouxe toda família. Sua mãe ficou uns tempos no Educandário, porque ela estava amamentando uma criança pequena. Desde então a Jandira está no Educandário Alzira Bley, sempre trabalhou em prol das crianças. Se formou em enfermagem e atua diariamente cuidando das crianças até hoje.

As crianças fizeram cartinhas para dar de presente para Jandira na hora do almoço. Tia Lina me contou que fará uma torta para ela à noite, porque ela não gosta de bolo. Muito carinho envolvido.

Na quinta-feira passei o dia todo escaneando documentos, às 16 horas fui jogar bola com as crianças. Eles ficaram muito felizes. Tratam a todos os adultos por tio e tia, com muito respeito. O Luiz Carlos, esposo da Tia Lina também estava no Educandário neste dia, fazendo pequenos reparos no banheiro, varrendo o pátio e ajudando em tudo que é possível. Além deste trio (Luiz Carlos e Jandira _ ex-internos e Tia Lina) o Educandário conta com mais duas funcionárias, uma cozinheira e uma professora/recreadora. Uma estagiária em pedagogia EAD da Faculdade Estácio de Sá, vem toda quinta-feira cumprir seu estágio obrigatório e auxiliar na alfabetização das crianças. As 16:30 fui levar o trio em casa.

Na sexta-feira, organizei as certidões de nascimento em plásticos de pasta catálogo para que fossem conservadas enquanto meu sobrinho Isac

fotografava o acervo. Limpei e encerei a sala de reuniões, recolhi a impressora e devolvi todas as pastas para Tia Lina. Foram 642 documentos digitalizados. Fomos embora antes do almoço. Me despedi deixando todos a cumprir suas rotinas. Abraços e sentimento de tristeza por não poder fazer mais para ajudá-los foi me preenchendo.

Olhei tudo ao redor e percebi a eminência desta obra de mais de oitenta anos ter que encerrar suas atividades. A parte que antes era ocupada por um centro municipal de educação infantil da Prefeitura Municipal de Cariacica já não funciona mais. No início deste ano, a Prefeitura transferiu as crianças para um prédio próprio e o Educandário perdeu o aluguel e as crianças que ficavam no contra turno. A Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Souza Araújo também está com suas atividades para serem encerradas, as salas provisórias que existiam no pátio ruíram com o tempo e as quatro salas de aula que funcionam dentro do complexo do Educandário, os alunos podem ser transferidos para outra unidade de ensino no ano de 2019.

Assim acontecendo, as crianças não terão como vir para o Educandário, pois dependem do transporte escolar que é custeado pelo Estado, para as crianças que estudam na EEEF Dr. Souza Araújo.

Os recursos são escassos, a mão de obra, apesar de muito humana, também depende de remuneração para subsistência e o prédio está precisando muito de uma reforma geral (rede elétrica, hidráulica, dedetização de pragas, troca de forros, telhado, pintura, etc.). Mais um ciclo que se encerra. Quantas pessoas sabem disso? Será que só é importante para a população de baixa renda dos bairros do entorno?

Tanta corrupção, tanto desvio de recursos públicos tem assolado nosso país nesta última década que nos fazem despencar no Risco País e demais agentes de investimentos internacionais. A vergonha pública pela corrupção e lavagem de dinheiro, prática de Rachid e pagamentos de propina, me causam repugnância e sentimento de revolta, pois enquanto temos uma situação como esta do Educandário Alzira Bley que ajudou e ainda ajuda tantas crianças e jovens em vulnerabilidade social correndo o risco de encerrar as atividades, os administradores públicos parecem estar agindo em interesse próprio ao invés de exercerem o papel para o qual foram eleitos: “representar o povo”.

MAKING OF 4

Cariacica, 1º de maio de 2018.

Caminhada pela paz.

Neste dia do trabalhador, feriado para muitos, o Dr. Manoel Alves Catarina (CRM-ES 4324) que atua no Hospital Colônia Pedro Fontes há 24 anos, e deste, esteve na direção da instituição por 14 anos, organizou uma caminhada pela paz envolvendo internos e ex-internos do Hospital Pedro Fontes e do Educandário Alzira Bley.

A concentração foi em frente ao Educandário às 9 horas da manhã, entregamos um quilo de alimento não perecível para doação aos moradores do Pedro Fontes e recebemos balões brancos para encher e carregar durante a caminhada, bem como uma mensagem em uma pequena fita de papel que dizia “NÃO A VIOLÊNCIA E SIM A PAZ”.

Toda a família do Dr. Manoel estava ajudando na organização do evento. As pessoas iam chegando e se cumprimentando como fazem os velhos amigos. Dr. Manoel falou aos presentes o motivo da caminhada e salientou que todos devem se unir porque estão querendo “acabar” com o Hospital Pedro Fontes, porque estão acabando os remanescentes da hanseníase e eles estão trazendo pessoas que precisam de tratamento psiquiátrico do antigo Adalto Botelho e alguns casos de Minas Gerais para ocupar os pavilhões do Pedro Fontes. Apresentou o senhor Paulo como presidente da Associação de Moradores do Pedro Fontes e passou a palavra para o senhor Hibisco, presidente da Associação de Ex-internos do Educandário Alzira Bley.

Deixei meu carro no Educandário e segui com a “caminhada pela paz”, munida de muita disposição, uma bola branca e uma câmera fotográfica. Fui conversando com um e com outro: Paulo, Hibisco, Luiz Carlos, Terezinha, Marina, Paulinho, Oleandro, etc. Cada um conta um pouco de si e muito dos outros, fatos acontecidos durante o período da internação compulsória se misturam a outros mais recentes. Alguns se aproximam e me apontam suas casas, ou a casa do diretor da Colônia, a casa do Administrador, “aqui era a

zona sadia” local em que moravam os servidores que trabalhavam na Colônia, mas não tinham a doença.

Dr. Manoel veio fazer uma self comigo durante a caminhada e trocamos algumas palavras, mas, o que realmente ficou de impressão sobre seus dois discursos para aquele povo, um na largada e outro na chegada é que ele realmente gosta, de coração do trabalho que realiza junto com os internos da Colônia e que ele é uma pessoa que precisa de ajuda para lutar pela causa dos hansenianos que ainda vivem no Pedro Fontes.

O presidente da Associação de Moradores do Pedro Fontes me contou que ele morava nas proximidades da Colônia de Santa Isabel em Belo Horizonte e que havia se mudado para cá a pouco mais de 7 anos. Todos em sua família foram leprosos internos em Minas Gerais, seus pais, tios e avós. Contou-me também que o bairro onde ele morava se originou ao redor da Colônia, com as mulheres que vinham acompanhar seus maridos doentes e não podiam ficar com eles na Colônia, então construíam barracos de lona, estuque, madeira e ficavam por lá. Atualmente é um bairro bem povoado.

Na semana anterior tinha acabado de digitar as especificações de cada construção que fazia parte da Colônia e que foram publicadas no jornal “Diário da Manhã”, de 11 de abril de 1937, para apresentar aos leitores desta pesquisa e a cada passo eu via e fotografava, como estão hoje, neste dia 1^a de maio de 2018 as referidas construções. Fantástico! É como entrar no túnel do tempo, posso imaginar as pessoas circulando e as cenas em preto e branco se passando diante mim.

Entramos na cozinha para tomar água, a convite do Dr. Manoel. A imaginação voou, aquela cozinha onde os internos faziam as refeições, as mesas de madeira com seis cadeiras, um cheiro maravilhoso de comida. Já passavam das 11 horas. Tudo muito limpo, as paredes revestidas de azulejos brancos e piso de tijolinhos vermelhos encerados.

Seguimos para o salão onde eram realizadas as festas e reuniões. O piso da varanda que rodeia três lados do salão é muito lindo. Não pude deixar de registrar.



Paredes largas, as enormes janelas e portas azuis. Uma mesa de frutas (banana, melancia e maçã) e suco aguardavam os caminhantes. Dr. Manoel falou novamente da importância da saúde para população, do objetivo da caminhada e da importância da preservação do Hospital Pedro Fontes. Paulo falou sobre as ações da Associação de Moradores e Hibisco deu alguns recados sobre o MOHAN Nacional. Mas o momento que mais me impactou foi quando ele chamou para subir ao palco alguns dos remanescentes da lepra que estavam presentes. Alguém duvida que essa história existiu? Quantas pessoas conhecem esse lugar? Porque ninguém visita essas pessoas?



Após o encerramento fui caminhando até a casa da senhora Diamante, mãe de oito filhos que foram levados para o Educandário. Quem me atendeu foi sua filha mais velha que cuida dela. Fui até seu quarto e lhe cumprimentei com um beijo como sempre faço com as pessoas. Percebi que ela estava febril e perguntei como se sentia, ela me disse que depois da injeção (contra gripe) ela não se sentiu muito bem e começou a tossir.

Fui para sala onde apresentei as fotos scaneadas da família para que Ametista me ajudasse a identificar os lugares e as pessoas. Me despedi de ambas e me juntei a uma comitiva que se ofereceu a me acompanhar ao cemitério da Colônia que pedi para conhecer.

Passamos pelo caminho que levava a um pequeno atracador, onde os leprosos chegavam pelo mar. Subimos um morro, onde a Prefeitura está “plantando gente” as margens da estrada que dava acesso à igreja. De acordo com os externos após as fortes chuvas que destruíram parte do cemitério de Cariacica a prefeitura está transferindo alguns túmulos para este cemitério. A igreja está em ruínas e o cemitério entregue ao mato. Hibisco me informou que o cemitério foi municipalizado, só lamentações e nenhum cuidado.

Nos fundos da igreja, bem perto da parede onde fica o altar está edificado e gradeado o túmulo do Padre Mathias, de quem muito eu ouvi falar, por todos os narradores e caminhantes: homem bom, que jogava bola, divertia as crianças, aconselhava as pessoas, casava e batizava os filhos de toda essa gente.



Um espírito livre, Padre Mathias foi ordenado em dezembro de 1936 e o isolamento compulsório teve início na Colônia de Itanhenga em abril de 1937, onde se dedicava aos internos, e a sua morte em abril de 1979, acompanha o fim do internamento compulsório dos leprosos no Hospital Colônia Pedro Fontes.

Ao retornarmos para as ruas principais da Colônia olhei para cada casa, cada pavilhão, os espaços de vivência, muitas histórias de vida já foram forjadas neste lugar.

Sai da colônia levando comigo quatro ex-internos. Fomos almoçar na casa de uma de suas irmãs. Um churrasco gostoso, feijão tropeiro e muita fartura. Metade da família das flores estavam presentes. Margarida, a mais bela de todas as filhas de Dona Rosa, estava disposta a me narrar a sua história de

vida. Então deixamos a festa depois do almoço e fomos para sala da casa de sua irmã, no terceiro andar do prédio. A festa era no térreo.

Margarida é uma senhora muito bonita e educada. Separada, mãe de dois filhos e de acordo com sua narração muito forte. Contudo, realmente não podemos ignorar o fato de que a gravação exercer forte influência sobre o que os participantes escolhem narrar. Depois que eu desliguei o gravador ela ficou mais tranquila, demonstrou mais confiança em mim e me contou diversas coisas que se estivéssemos gravando “com certeza” ela não contaria. Como por exemplo que dentro do Educandário tinham os mais queridinhos e outros que não eram tão bem tratados assim. Que sua irmã morreu no Hospital Infantil vítima de uma simples desidratação infantil, porque colocaram ela em uma sala de isolamento, porque tinha vindo do Educandário, e esqueceram dela lá. Quando avisaram a ela que no outro dia deveria ir morar com sua mãe, passou mal, deu febre, diarreia e vômito. Ela tinha medo de ir morar com sua mãe (separada) e seu avô, pois não sabia como seria a convivência com eles. Mas ela veio as lágrimas mesmo quando contou do assédio que sofre dentro do Educandário. Um outro interno tentou agredi-la com uma furadeira na mão dentro do consultório dentário, mas ela fugiu. Assim como fugiu todas as vezes que chegavam casais interessados em adotar crianças do Educandário. Eles colocavam as mais bonitinhas para escolha e Margarida se sentia uma coisa, um objeto diante daqueles olhares que apontavam e diziam “eu quero aquela ali” como se fossem mercadorias. Contou-me das infelicidades do casamento com um ditador que dizia bem assim “você tem essa roupa porque eu te dei senão você estaria lá sem nada para vestir”. Ela tinha depositado no casamento uma esperança de uma vida diferente. Mas não foi bem assim que a história aconteceu. Depois da separação ela sofreu muito, chorou uma semana direto por causa das crianças, mas agora ela não chora mais.

Relatou ainda que quando saiu do Educandário levava consigo apenas a roupa do corpo e mais duas mudas numa sacola. Enquanto outras pessoas saíram com enxovais completos, caixas e mais caixas. As roupas que chegavam de doação do exterior ela nunca ganhou nenhuma, isso dependia da empatia de quem distribuía. As meninas mais velhas que tomavam conta das mais novas

batiam nas solas dos pés, puxavam os cabelos e davam tapas na cara das mais novas por qualquer coisa.

Ela se julgava rebelde e gostava de contar com a proteção dos cinco irmãos que conviviam com ela no Educandário. Tomei coragem e perguntei se em algum dos casos de assédio sexual, alguma vez, alguém, conseguiu consumir o ato e ela disse que não, graças à Deus.

MAKING OF 5

Cariacica, 19 de maio de 2018. Caixa Beneficente no Hospital Colônia Pedro Fontes.

Recebi o convite enviado para o meu WhatsApp pelo Hibisco, Presidente da Associação dos Ex-Internos do Educandário Alzira Bley:

ATENÇÃO Ex-internos do Educandário Alzira Bley. SÁBADO dia 19/05/18 no Salão da Caixa Beneficente da COLÔNIA HOSPITAL DR. PEDRO FONTES às 14 horas, haverá uma reunião para tratarmos da nossa INDENIZAÇÃO do PROJETO DE LEI 2104/11 e dos processos coletivos e individuais. E a organização da viagem para a próxima agenda de VOTAÇÃO DO PROJETO DE LEI em Brasília -DF em que o RELATOR é o DEPUTADO FEDERAL HÉLDER SALOMÃO e estaremos convidando o mesmo para explicar como vai acontecer a outra votação. Obs.: No final desta reunião iremos comemorar o ANIVERSÁRIO DO EDUCANDÁRIO ALZIRA BLEY 78 ANOS de Fundação que foi dia 24/05/18 com um grande CAFÉ e cantaremos um PARABÉNS com um ESPECIAL BOLO. Não fiquem só acompanhando nossos trabalhos via WhatsApp, Face, Internet e etc. Venha participar e acreditar em nossas lutas e expectativas de sermos indenizados, pois só com a União de vocês que alcançarmos resultados positivos e neste encontro rever amigos/irmãos EX-INTERNOS e produzir um documento com assinaturas de todos para nossas questões diversas.

Particpei da reunião (foto 1). Gravei o áudio do encontro que trata do assunto da indenização dos filhos indenes. Ainda não transcrevi. Após o encontro comemoramos o aniversário de 78 anos do Educandário Alzira Bley com um delicioso bolo (foto 2) e fizemos uma foto com todos os participantes (foto 3).

Foto 1 – Reunião dos ex-internos do Educandário Alzira Bley sobre o processo de indenização.



Foto 2 – Bolo de aniversário de 78 anos do Educandário Alzira Bley.



Foto 3 – Participantes de reunião na Caixa Beneficente.



MAKING OF 6

Vitória, 27 de Julho de 2018. Cafeteria do Supermercado Perim da Mata da Praia.

Hoje eu fui surpreendida pelo destino. Após vários encontros para ouvir as histórias de vida dos ex-internos em locais que variam de classe média à baixa, com pessoas desempregadas ou subempregadas, que ganham salário mínimo, ou vivem de “bicos”, ouvi a história de vida de uma pessoa que apesar da mesma origem conseguiu um patrimônio financeiro muito bom. Embora apresente as mesmas características psicológicas, emocionais e afetivas que os demais, não conseguiu concluir um curso superior apesar de ter ingressado em dois cursos em instituições pública e privada, não conseguiu manter seu casamento, dificuldades de convivência em sociedade (ingenuidade).

O bairro onde ele reside, em casa própria, é um dos mais valorizados da capital, Mata da Praia, possui um automóvel seminovo e após a separação comprou dois apartamentos uma para a esposa e a filha morarem e outro para o filho e a nora. Segundo o relato de sua história de vida ele sempre se dedicou aos estudos, trabalhou em um banco, fez carreira, abriu uma empresa e se tornou um empresário de sucesso. Casado, com um casal de filhos. Até que, seu sócio lhe aplicou um golpe, sua esposa pediu a separação e sua vida ficou paralisada por mais de uma década.

Mas foi muito bom conversar com uma pessoa culta, conhecedora dos seus direitos e deveres, que conheceu a vida preventorial e soube fazer uma análise dos “porquês” vividos durante o período da internação compulsória. Nosso encontro foi marcado por um mergulho no passado não só da família Pereira, mas do educandário e tudo que ele representou para “aquelas crianças” que só conheceram essa realidade antes de serem inseridos na sociedade ainda na juventude, sem nenhum tipo de preparação.

Resiliência é o que define a história do Jacinto.

MAKING OF 7

Ilha da Pólvora. Vitória, 09 de Setembro de 2018.

Saímos de casa às oito horas da manhã de domingo, dia 9 de setembro de 2018 para encontrarmos com o Hibisco, presidente da Associação dos Ex-internos e juntos nos dirigimos ao antigo porto de Cariacica que se encontra desativado, sendo utilizado somente por pequenas embarcações e canoas de pescadores para uso particular. Nosso destino: Ilha da Pólvora (Foto 1), uma das dezenas de ilhas que compõem o arquipélago de Vitória, capital do Espírito Santo.

Foto 1 – Ilha da Pólvora vista do Porto de Cariacica – 09/09/2018.



Dois jovens rapazes que fretaram o barco de pesca para fazer nosso traslado até a ilha nos acompanharam durante todo tempo. Éramos agora um grupo de 5 pessoas a desbravar uma ilha abandonada há 28 anos e toda sua história: João Luiz (meu esposo), Hibisco, os dois rapazes e eu.

Foto 2 – Chegada na Ilha da Pólvora – 09/09/2018.



Depois de prendermos o barco (Foto 2) empreendemos nossa exploração nas ruínas do Hospital Oswaldo Monteiro construído em 1925, durante a administração do Governador Florentino Ávidos (1924-1928) com o nome inicial de Hospital de Isolamento da Ilha da Pólvora destinado a doentes de lepra e tuberculose, doenças sem cura e altamente contagiosas neste período. Foi desativado em 1990 no Governo de Albuíno Azeredo e nestes últimos 28 anos encontra-se abandonado pelo poder público, sendo utilizado apenas por pescadores, dependentes químicos para uso de entorpecentes, prática de paint-bol, prática de tiros (Foto 3) entre outras coisas lícitas e ilícitas que ocupam os espaços ociosos.

Foto 3 – Marcas de tiros e pichações nas paredes do Hospital Oswaldo Monteiro.



A primeira edificação visitada foram as ruínas do cais de entrada na ilha, onde também funcionava um posto de vigilância e registro de todos que entravam, muitos deles nunca mais retornariam ao continente, a ilha dos mortos em vida.



As ruínas estão em condições precárias, com muitos vergalhões expostos, parte de uma laje caiu e vários degraus da escada estão quebrados. Na parte superior ainda existem alguns tacos que compunham o piso e à vestígios da existência de dois banheiros. A vista desta ilha para qualquer parte do continente (Vitória, Cariacica ou Serra) é simplesmente espetacular.

Depois de conhecer o local de acesso dos enfermos à ilha subimos uma escada, quase que tomada pelo mato como todo restante das ruínas, para acessar aos prédios.



Os prédios estão com a estrutura bem exposta, os cobogós foram destruídos, paredes pichadas, reboco caindo, a laje de um dos prédios sucumbiu, as telhas de amianto do telhado desapareceram, as árvores cresceram dentro do prédio e as infiltrações estão por toda parte.



Parede de tijolinho sem reboco.



Ferragens expostas nos arcos da varanda.



Paredes quebradas.



Marcas de um telhado que já não existe mais.



Laje que caiu e árvores que cresceram dentro e ao redor do Hospital.



Paredes quebradas e pichadas.



Infiltrações.

Mas nem a força do tempo, nem a força dos homens foram capazes de apagar totalmente as marcas da finalidade a que se destinava tal construção. Ainda restam as indicações nos 6 pavilhões do que se destinavam cada um. O croqui a seguir foi desenhado em campo e representa a distribuição dos leitos em cada pavilhão, sendo 3 no primeiro andar e mais 3 no segundo, o acesso aos pavilhões de dava por rampas e passarelas.

Croqui dos Pavilhões

varanda	Leitos 9 e 10	Corredor			
			Banheiro de Pacientes		
varanda	Leitos 7 e 8		Banheiro de Funcionários		
				Posto de Enfermagem	
varanda	Leitos 5 e 6			Posto Médico	
		Entrada			
varanda	Leitos 3 e 4		*	*	
varanda	Leitos 1 e 2				

* Sem identificação.



De cada lado da parede do quarto ficava a marcação do leito (L1, L2, ...).



Na entrada dos quartos aparecem a marcação dos Leitos. Os quartos eram revestidos de azulejo e possuíam varanda.



Em cada pavilhão existia um posto médico e um posto de enfermagem.

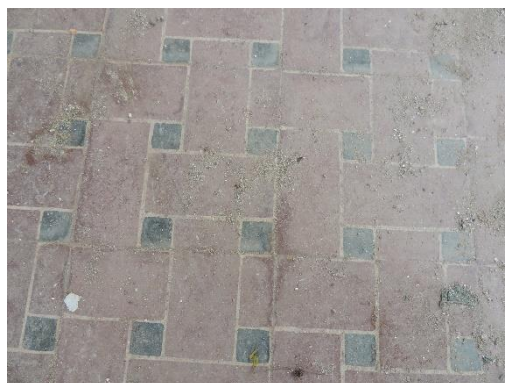
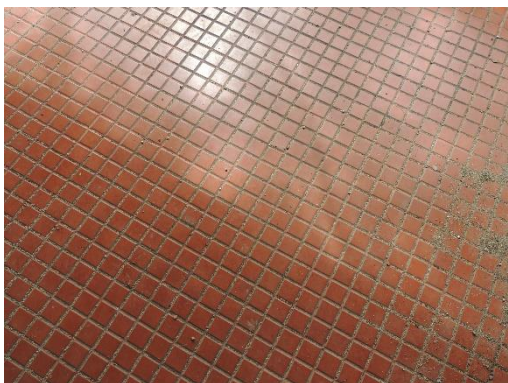
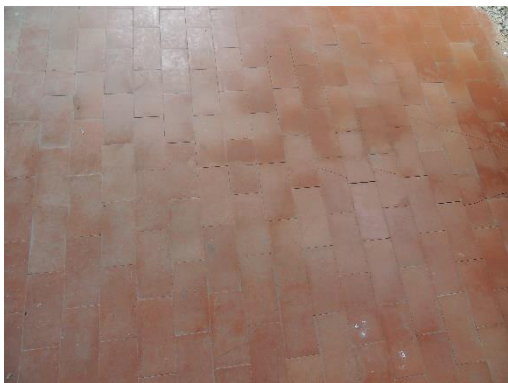


Os banheiros dos funcionários e dos pacientes eram separados e ficavam no final do corredor.

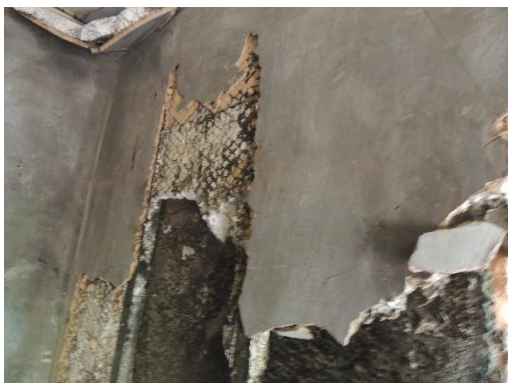


Passarelas e rampas tinham um piso antiderrapante.

Os ambientes do hospital eram recobertos por pisos diferentes. Antiderrapante nas passarelas e rampas, com tacos de madeira nas partes administrativas, parecendo tijolinhos nas varandas, corredores e quartos dos pavilhões. Tem um piso diferente em um dos cômodos.



Um quarto em especial chamou a atenção do grupo, ele era todo revestido com uma densa camada de isopor, as camadas se intercalavam, primeiro a parede de tijolinho, reboco, uma substância preta, o isopor e depois outra camada de reboco. Inclusive o teto era assim.



O quarto todo, incluindo o teto era revestido por camadas de isopor e reboco.

Enquanto não descobrimos a utilidade deste quarto escuro, descemos para explorar o porão. Onde existe uma sala que era utilizada para fazer exames de raio X, alguns buracos onde estão depositados frascos de remédios e pares de chinelos.



Chinelos, inclusive de crianças.



Frascos de remédios e seringas.



Sala de raio X.



Guarda.

As impressões que levamos daqui são de histórias de vida que foram enterradas, esquecidas nesta ilha. Muitas perguntas, muitas ruínas e a saga de uma sociedade que não sabia lidar com as enfermidades infectocontagiosas que não tinham cura conhecida. Fechamos a manhã com uma volta completa ao redor da ilha. Assim a Ilha da Pólvora é vista por todos os ângulos das cidades de Cariacica, Vitória e Serra em 2018.





MAKING OF 8

Hora do café com a família das Flores

Hibisco: “Hibisco, não tem cabimento. Por que que esse presidente tá fazendo essa covardia? O Estado vai fechar isso aqui mesmo, por quê? Porque esse sujeito, ele tá achando que o Educandário é dele, mas não é não, tá errado. É... O que que vocês pretendem, se vocês pegarem isso daqui?”

Aí, não tem aquela área atrás dessas três salas que vão ser demolidas? Aquela área ali atrás todinha, em frente ao campo, a gente vai devolver para o Estado, pro Estado aproveitar. Fazer o quê? Aumentar a escola, fazer quadra de futebol, fazer sei lá uma piscina, ou uma... um campo, sei lá, alguma coisa assim pra ver se ocupa aquela área.

Mas como é que foi aquela história mesmo do Observatório?

Hibisco – Prédio de Observação. O prédio de Observação aconteceu o seguinte: ele sabe que foi, é ele, ele é sabedor que aquele prédio, ele já tinha sido é... pelo PDM, tombado. Pelo PDM, pelo Plano Diretor Municipal de Cariacica, pela Prefeitura. Isso aí na administração do Helder Salomão. Ele, na época ainda, ele era candidato a deputado e ele falou isso pra nós.

Rosa – Aquele prédio estava... só o esqueleto dele, né?

Hibisco – Mas ele era, ele era um prédio, mãe, que ele foi tombado pelo patrimônio...

Rosa – Quer leite?

Não.

Hibisco – ... Ele não era para ter sido derrubado. Ele era pra ter protegido aquilo ali.

Rosa – O certo era não derrubar.

Hibisco – E outra coisa, ele teria que fazer uma reunião com a diretoria, é pra ver a autorização...

Rosa – Tá igual eu, ela tira o miolo (do pão), depois você comi.

Hibisco – ... teria que fazer uma solicitação pra própria prefeitura, dizendo, pedindo autorização.

Rosa – Mas ele não tava correndo, não tava dando...

Hibisco – Não. Ele alega, ele alega...

Rosa – Mas ele era um prédio baixo.

Hibisco – ... Ele alega que os drogados, as pessoas dos bairros adjacentes ali, tavam utilizando o espaço pra cometer crimes de tráfico, não de estupro, mas de tráfico.

Rosa – Então, tem que derrubar a Granja também. A Granja sim que é perigosa, que ela é mais alta.

Hibisco – Justamente. Que era mais fechada. E outra coisa, ali tem uns dois, três arvoredos de bambu fechado, que eles utilizam o espaço ali pra fazer churrasco, pra fazer de madrugada lá outras coisas que é “infalável”, né? Não tem como, precisava de falar aqui, né? A gente é sabedor, né? O próprio pessoal que trabalha lá, falam sobre isso. Ele derrubou também um prédio que é lavanderia. Ele não deveria ter feito isso, a lavanderia era só reformar ela. A gente tirou foto, tudo isso, tudo registrado.

A senhora já trabalhou na lavanderia, não foi?

Rosa – Na do hospital.

A do hospital.

Hibisco – No hospital Pedro Fontes. Aí aquilo, quinze dias antes, é, é, eu tinha tirado fotos, registrado...

Rosa – Eu como o miolo (do pão).

Hibisco – ...eu recebi a ligação.

Minha filha também gosta mais do miolo (do pão).

Hibisco – Eu recebi a ligação que estava sendo demolido com trator, a mando do presidente. Ah, eu liguei pro Educandário. Quem é que atendeu?

Tia Lina.

Hibisco – Tia Lina. Notícia no jornal, na Gazeta, na Tribuna, no... Como é que chama o da Bandeirantes lá, o novo jornal? O Metro. Rapidinho chega, né? Eu falei assim:

“Tia Lina, não significa fofoca não, significa que é uma irresponsabilidade que ele tá cometendo, um ato criminoso, que ele pode ser punido depois. Que nós vamos apresentar à justiça sobre isso aí. Entendeu? Porque aquilo ali não é dele, ele não pode tomar uma decisão própria por ele em si, entendeu?”

É uma covardia, né, ô Elaine? Aí apresentei isso pro prefeito e o prefeito falou: “Hibisco, cabe uma... Vocês deviam ter feito um boletim de ocorrência”.

“Não, só por si só, prefeito, registramos isso em fotos, tem registrado a data, fizemos a ata da nossa reunião, apresentando o acontecido, né?”

E o prefeito falou que já caberia uma ação judicial no Ministério Público. Nós denunciemos ele no Ministério Público. A promotora disse que é... seria mais uma somatória dos problemas que ele já vem trazendo, né, com a sua administração irregular. Além daquele desmatamento que ele foi condenado, né, a plantar. Recebeu processo condenatório de indenização financeira, teve que vender um imóvel e um carro pra pagar. Teve que fazer o plantio com a presença da Jandira e da Tia Lina. Fotografar e mandar pro Ministério Público, entendeu? A promotora entrou dentro da Granja...

Rosa – Ela tá falando, eu desligo (o celular).

Hibisco – ...ela tomou, ela tomou...

É sua filha?

Rosa – Ela é teimosa, é que ela tá no bazar falando que tem uma porção... Que tem uma prima que mora no interior, ela gosta de comprar e levar, né, as roupas do bazar. Hein, Hibisco? Eu ia falar uma coisa. A E. foi pra Lúna.

Hibisco – Foi, né?

Rosa – A M. E. tá muito mal, aí o pai dela mandou falar pra ela ir. Se ela tivesse me chamado ontem, eu tinha ido com ela, que ela vai voltar segunda-feira.

Hibisco – O Jacinto levava. O Jacinto tá tranquilo.

Rosa – Não. A E. foi no carrinho dela mesmo. O carro não tá bom não, mas foi assim mesmo.

Hibisco – Aí, Elaine, a promotora visitou a Granja. Ela quis entrar por completo, até lá em cima. Ela ficou horrorizada.

Rosa – Quer mais café não, Elaine?

Obrigada.

Hibisco – Ela ficou assim triste. E teve coragem de subir ainda com aquele... o teto caindo. Ela falou assim:

“Nós vamos acionar esse diretor presidente na justiça, ele vai ter que dar satisfação da proteção do patrimônio.

Rosa – Você vai ser doutora?

Vou.

Rosa – Que bom! Viu, Hibisco, aprende tratar ela de doutora.

Hibisco – Sim.

Rosa – Você já fez?

O ano que vem eu termino. No dia 18 de Dezembro, se Deus quiser.

Rosa – Aí como é que chama? Sua profissão como é que se chama?

Eu sou Geógrafa.

Rosa – Ah! Geógrafa. Eu tô tentando lembrar, não tô conseguindo.

[Olhando para um quadro na parede da cozinha] São os pais da senhora?

Rosa – São. Ali está diferente, que foi esse retrato quando meu pai era mais novo e depois o dela é mais recente.

Aí eles fizeram uma montagem?

Rosa – É não deu pra fazer igual porque...

Hibisco – O processo já está...

Rosa – Meu pai era um moreninho bonito.

Né!

Hibisco – ... Ele era meio índio. Eu já mexia com o cabelinho dele, todo arrepiadinho assim, entendeu? Eu consegui com a promotora, que eu ia... ela

ia me dar o processo, já que nós somos partes, né? A nossa Associação, quinhentas e trinta e cinco páginas, são cinco pastas assim, mãe. Ela falou:

“Hibisco, quanto que vai ficar isso? Não, não faz isso não. Eu vou digitalizar o processo pra você, eu vou te ligar e você vem buscar aqui.”

Ela me ligou na semana passada, eu fui buscar. Está digitalizado o processo contra a administração atual, né, em questão. Ela já conseguiu tirar a mandatária, que é a Federação que se achava no direito de ser dona. Conseguiu tirar o direito dela mandar aqui no Espírito Santo. E agora quem responde no caso só o presidente da instituição aqui dentro do estado. Aí tá aqui digitalizado, ó. Entendeu?

Dona Rosa, a senhora tem fotos dessa época? Desse período?

Rosa – O quê?

A senhora tem fotos?

Rosa – Tenho não.

Não?

Rosa – A única foto que eu tenho é de quando eu fiz primeira comunhão com sete anos.

Hibisco – Ô, mãe, foto que ela fala é daquele álbum da senhora que tem a gente, que tem uma foto pelo menos da Colônia aí, porque aí ela já aproveitaria e tirava com a câmera dela aqui do celular. Olha aqui, ó. Ei? Aí dia 27 de outubro, foi feita a audiência nossa lá no Ministério Público, na Enseada do Suá. Que foi proposto e fechado o acordo que o presidente atual, ele vai ter que se adequar ao Estatuto do Novo Modelo do Código Civil Brasileiro e, além disso, ele tem que fazer a prestação de contas que já foi apresentada irregularmente e ele não apresentou. Então, ele deu mais uma chance pra ele fazer isso aí e convocar uma nova eleição. E antes de convocar nova eleição, com inscrições de chapas, aceitar inscrições de associados contribuintes para ter participação na votação futura.

Rosa – Deixa eu ver se são essas aqui?

Hibisco – Entendeu?

Nossa! Lá em casa também tem desses, você põe o olhinho [monóculos de fotos].

Hibisco – Deixa eu botar assim que é melhor. Esse daqui está vazio.

Olha, segura embaixo senão ele cai. Oh, cair. Tá vendo?

Rosa – A minha filhinha que morreu, ela tá em uma foto dessas aí.

Hibisco – É minha tia Alfazema.

Essa daqui tem sete crianças, será que são todos os seus irmãos?

Hibisco – É. Essa daqui é minha tia aí com os filhos. Essa daqui eu já te passei uma cópia. Esse aqui sou eu de cabeção e uniforme vermelhinho, listrado aí.

Essa daqui você não passou não.

Hibisco – Não?

Não.

Hibisco – Mas eu vou te passar.

Essa daqui você não passou não.

Hibisco – Ô mãe, esse telefone da senhora chama mais que o presidente Lula, hein? Zero, trinta e três, mãe.

Esse de óculos é você?

Hibisco – Não, é o Lirio. Eu sou o mais novo, cabeção aí.

[Hibisco atende o telefone]

Rosa – Aqui, a Margarida era bonita quando era pequena, oh. Essa daqui é a minha filhinha que morreu.

Hibisco – (gargalhadas) Aqui eu, bem que papai me chamava de alemão. Olha só.

Rosa – É. Hibisco era loirinho.

Hibisco – Aqui, eu era loiro. O mais novinho do lado da Jasmim aí.

Rosa – Esse aqui é o meu filho mais velho, ó, segurando o short dele.

Você que está levantando o short?

Hibisco – É. Alemão. Olha a Margarida! Que coisa linda mais a Jasmim.

Rosa – Essas duas aqui é...

De bota, que chique!

Rosa – Lá na Colônia, eles tinham um prédio também que chamava prédio, todo mundo tratava prédio, né. As moças, as crianças que era filho de hanseniano mesmo, mas que tivesse situação assim melhor, pra não conviver no meio dos doentes, eles botavam nesse tal desse prédio.



Rosa – Aqui tem um grupo de crianças.

Só um minutinho.

Hibisco – Mãe, nunca vi esse daqui. Que gracinha! Pequeninho, mãe.

Como é que é essa situação?

Rosa – Essa turma aqui vivia no prédio separado. Quando internava as crianças que tava em situação melhor, que, às vezes, tinha só manchinha, eles separavam. Botavam nesse ... foi construído assim longe do hospital, ficava separado, né? Só tinha os dias de visita. Tinha hanseníase, mas só manchinha, né? Não era caso muito...

E esses aqui ficavam no prédio?

Rosa – Ficavam. Lá foram criadas muitas crianças lá. Essas daqui são as duas tias do P.

Essa foto aqui é onde?

Rosa – Lá no Educandário.

Lá no Educandário?

Rosa – É.

Hibisco – Eu sou esse aqui no chão, sentado aí, ó.

Rosa – Essa aqui também é do Educandário, olha. Só que eu não sei quem é quem. Essa aqui também é do Educandário, as moças, umas das primeiras que trabalhava lá.

Hibisco – M...

Rosa – Essa aqui foi uma que casou lá, olha. J.

É?

Rosa – Ela mora em Cariacica. Tá viva ainda, né, Hibisco?

Hibisco – Ahã. Olha a minha pose com a mãozinha cocota aí no bolso.

Todo se achando, hein?

Hibisco – É.

Rosa – Olha, o Cravo tá quase apagando.

Hibisco – O Cravo tá me segurando aqui, Elaine. O Cravo é o mais velho, tá me segurando sentadinho.

Rosa – O Cravo quase apagando da foto.

Hibisco – É, né?

É cuidado de irmão, oh.

Hibisco – É.

Rosa – Essa aqui é minha irmã com as crianças. Aqui também é ela.

É lá no Educandário também?

Rosa – É.

Hibisco – Olha como é que minha tia era linda. Aqui, ó. Você vai ver ela hoje, aquela antipática (risos de brincadeira). Eu chamo ela de antipática.

Rosa – Tá melhor de que eu. Aqui foi a festa do Ypiranga (risos de alegria).

Hibisco – Do time, né, mãe? Que a senhora fala?

Rosa – É, você tinha que ver (risos de alegria).

Lá no campo do Educandário.

Rosa – Não. Esse campo era lá, pra baixo do cemitério da Colônia.

Ah, sim. A gente foi... Lá perto daquele bar que você estava aquele dia, Hibisco?

Hibisco – Fomos, fomos.

Rosa – Essa aqui também é do Educandário. Esse também. Essa aqui é minha irmã também, quando eu tinha quatro filhos ainda.

E a sua irmã que trabalhava lá sabia que eram seus filhos, que eram sobrinhos dela e tomava conta deles?

Rosa – É.

Hibisco – Eu sou esse menorzinho aqui, ó.

Rosa – Quando não era no setor que ela trabalhava, eles mudavam de setor, aí ela ia lá só visitar, né? Ia ajudar dar mamadeira. Esse é o casamento da L., o casamento dela.

Hibisco – As moças se tornavam, ô Elaine, funcionárias.

Rosa – É igual nós lá.

Hibisco – Entendeu? Os rapazes vão crescendo...

Esse casamento aqui foi naquela capela? Ou foi dentro do...

Rosa – Essa época, a capela estava no refeitório, ainda não tinha construído. Esse aqui também é um casamento dentro da Colônia, casamento coletivo.



Hibisco – Esse aqui ó, junto com o meu pai, na visitação do Dia dos Pais, Dia das Mães lá no Hospital. Na entrada do portão.

Rosa – Olha eu aqui pequenininha.

Hibisco – Minha mãe era muito magrinha.

Rosa – Violeta... eu era magrinha. Essa daqui é lá da colônia. Eram as crianças que ficavam no prédio, mas eu não fiquei não, que eu fiquei com meus pais. Esse aqui era o time da Colônia.

Hibisco – Chamava Ypiranga, né, mãe?

Rosa – O meu time era Ypiranga.



Tinha um time só, ou tinha mais de um?

Rosa – Tinha dois.

Dois?

Rosa – O Internacional e o Ypiranga.



Os dois times dentro da Colônia?

Rosa – Dentro da colônia. Era uma... Menina, mas era uma diversão... não era diversão, porque era uma política que só vendo.

É?

Rosa – Esse aqui é o casamento da minha irmã.

**Ela casou onde?**

Rosa – Casou lá também (na Colônia). A mais nova, mas já faleceu. Aqui tinha a casa das moças, no hospital tinha a casa das moças. Esse aí é um grupo.



Ahã.

Rosa – Aqui o Hibisco não tá ainda não, só tem quatro aí.

Hibisco – Ô mãe, quem é esse aqui que está com um nenenzinho, lá na frente do Educandário?

Rosa – É o M. S.

Hibisco – É.

Rosa – Era noivo da Alfazema. Carnaval lá dentro da Colônia, ó.



Hibisco – M. S.? Mas o sobrenome dele era S. mesmo?

Rosa – É. M. S.

Hibisco – É muito engraçado foto antiga, né?

Nossa, eu amo. É lindo demais!

Rosa – Olha o A. como era bonito.

Hibisco – O A. era, era. Esse que ligou agora mesmo pra mamãe, lá de Juiz de Fora (MG). Ô mãe, não é dona J. não?

Esse barrigudinho era você?

Hibisco – Não.

Rosa – Não, ainda não tinha ele não.

Hibisco – É o Jacinto. Esse aqui?

Rosa – Dona J.

Hibisco – Dona J., mãe? Ah não!

Rosa – Aqui do tal do prédio que ficavam as crianças, que não podiam...

Esse daqui era o Padre?

Rosa – É o padre que tomava conta, que trabalhava lá.

Hibisco – Matias, né?

Rosa – Padre Matias.

É o Padre Matias? Eu já ouvi falar tanto dele.

Rosa – É o Padre Matias. Era engraçado as fotos naquele tempo, né? A minha irmã tirava cada foto bonita. Olha!

É verdade.

Rosa – Ela se preparava para tirar fotos.

Hibisco – Essa aqui é tia Alfazema, né, mãe?

Rosa – É.

Hibisco – Olha como que ela era bonitona.

Ahã.

Hibisco – Parecia até uma atriz de...

Rosa – Essa aqui também é festa do Ypiranga, do futebol. Cada um era uma letra pra formar o Ypiranga.

Hibisco – Mãe, aqui eram as três irmãs? A senhora, a tia Alfazema e a tia Violeta?

Rosa – Não, a C. Essa aí era a Creuza. Tem uma que tem nós três também, eu não sei.

Esse aqui é o time do Ypiranga?

Rosa – É. Não esse time aí é o... como se chamava o time de lá? Bela Vista?

Hibisco – É Bela Vista mesmo.

Rosa – É. Time da Colônia esse aí. Esse moço aqui é lá de Ubá.

É? E quem é esse senhor que está com o time de futebol aqui?

Rosa – Esse daí também é lá da Colônia, era o Z... Z. foi noivo, era noivo da R. Aí ele ficou...

Casamento de quem?

Rosa – É da minha irmã.

Da sua irmã?

Hibisco – Esse aqui que é o meu avô, pai da mamãe, ó. Esse índio aqui, ó.

Ah, sim. Eu vi.

Rosa – A famosa dona R., que era nossa professora de costura. Ensinou muita gente bordar e costurar. Aqui, desses eu acho que não tem nenhum vivo, olha. Morreu todo mundo que tá aí.

Rosa – A mãe da A., Hibisco.

Hibisco – A...

Essa daqui é dentro do Educandário?

Rosa – É do Educandário também. Essa daqui também é de lá. Aí minha irmã é essa que está no retratinho pequeno ali. Casou com 15 anos, 16 anos. Era bonita, só vendo. Aquele tempo, todo mundo tinha cintura fina.

Hibisco – Tio J...

Rosa – Aqui o pai do L., olha. Como ele era bonito quando era novo.

Hibisco – L. boi?

Rosa – É.

Hibisco – Não, não, não, mãe. Faz isso não.

Hibisco.

Rosa – (risos) A cara dele.

Hibisco – Porque eles passavam a máquina zero na cabeça da gente, por causa de piolho. Aí era o próprio ex-interno que raspava a cabeça da gente com aquela máquina manual, machucava todinha.

Rosa – Minha madrinha que mora lá em Itu (SP), olha.

Hibisco – É mesmo mãe! Eu fui em Itu.

Rosa – Olha aí a rainha do carnaval. Eu acho que era a rainha. Tudo era da Colônia. Mora em Campo Grande hoje.



Que legal!

Hibisco – Mil, novecentos e sessenta e um (1961). Olha como é que a Margarida era bonita, minha irmã.

Rosa – Essa aqui é a mesma que tá sentada ali, olha. Gostava dum Carnaval, eu nunca gostei, minha irmã gostava, eu nunca gostei de Carnaval não. Eu gosto de assistir, eu gosto da época do Carnaval. Essa daqui também é no Educandário, ó.

Hibisco – Sabe quem é essa aqui?

Não.

Hibisco – É a Hortência, a minha irmã que faleceu, e aqui é a Esmeralda, e Jade, que você fez a entrevista com a dona Diamante na semana retrasada.

Rosa – Ela era bonitinha, agora tá tão feia.

Hibisco – Ela era bonita, tá? Era umas loiras bonita. Esse aqui é quem, mãe, que a senhora falou?

Rosa – Z.

É lá da Colônia de Ubá.

Rosa – Esse aí também trabalhava comigo, quando eu era escriturária lá...

Hibisco – O sobrenome dele, mãe?

Rosa – J. G. não sei de que, esqueci já. Ele foi noivo da R.

Hibisco – Corte em S.

Esse é igual.

Rosa – Não sei se esse barrigudinho aqui era o Oleandro, porque esse retrato foi tirado lá, num fiquei nem sabendo quem foi que tirou.

Hibisco – Dona Diamante?

Rosa – Não, a T., tia da S.

Hibisco – É lá do Rio, né, mãe?

Rosa – Ahã.

Hibisco – Ó, a gente era tudo assim, ó. Você tá vendo o tamanho da barriga aqui?

Ahã.

Hibisco – Era só verme.

(Risos) Suspeitei desde o princípio.

Rosa – Lombriga mesmo.

Hibisco – Lombriga mesmo. Você precisava ver quando a gente tomava aquele remédio contra verme. Menina!

Rosa – L. segurando o cabelo. Olha aqui o time. Esse aqui, acho que era o Internacional (risos).

Hibisco – Podia ter tirado foto do meu pai jogando bola, com aquela camisa do Flamengo. Ele ficava todo metido a besta, num jogava nada.

Rosa – Carnaval também lá da Colônia.

Ahã.

Hibisco – Lá tinha festividade, Elaine.

É.

Hibisco –Tinha.

Rosa – Aqui é a avó do C. Esse aí é lá da Colônia. A Jandira, a Jandira com a Margarida no braço, com a minha filha, a outra mais velha.

A Jandira era bonita, né?

Rosa – Era bonita.

Hibisco – Era. Você não sabe da maior. A Jandira tem um acervo de fotos com ela do Educandário da época. Ela infelizmente, um dia eu vou conseguir ainda...

Rosa – Esse senhor morreu dançando quadrilha. Ele falava que queria morrer dançando. Ele e a filha. Aí eles estavam dançando, e ele dançando com a Tereza Fernandes, né? Aí quando ele... tinha a hora de falar “tu”, aí pega todo mundo assim e roda, né? Aí quando ela foi pro lado dele, ele estava caindo e ela falou assim: “não está na hora ainda não, seu E.” Mas ele estava caindo pra morrer, ele caiu em cima dela assim.

Hibisco – Esse aqui mãe, quem é?

Rosa – É seu E., esse. O tal pai da T., tia do I. Tia do C.

Hibisco – Esse é do Rio.

Rosa – Ele morreu dançando, né? Caiu ali...

Hibisco – Esse daqui é quem? Jacinto e quem, mãe, esse menino? É aqui na sua casa.

Rosa – Não é não, isso é outro lugar.

Hibisco – Jacinto era muito engraçado. Não é o A. não?

Rosa – Não.

Hibisco – O casamento aqui da... Querida lembrança... do casamento da tia Violeta. Olha como é que vestia bonito.

Rosa – Essa aqui também é do time Ypiranga. Aqui a Diamante, era madrinha do time, olha. Essa aqui, a Alfazema cortou o namorado dela que estava aí.

É.

Rosa – Essa daqui também é antiga, casaram lá na Colônia. Aqui quando eu tinha três ainda: era o Cravo e o Oleandro e a Margarida.

Essa daqui eu já tenho dela. Não mistura não, que eu vou pedir pra ela...

Hibisco – Tá bom. Heim? Você não pegou minha carteirinha não, né?

Não.

Hibisco – Não. Eu já vi aí. Minha filha morre de rir quando ela vê essa foto aí.

Rosa – S. O bolo é maior que ela.

Hibisco – Minha prima. Isso aqui é lá no Educandário, naquela creche.

É. No Educandário.

Rosa – Aqui é perto da escola. Essa daqui era eu com sete anos, aqui é minha irmã pequenininha. Esse aqui que tá atrás de mim é o G. Depois você olha de óculos pra você ver.



Rosa – Era o presidente da Caixa, tinha o prefeito. Tenho raiva desse retrato aí. Aqui Carnaval também. Esse aí era o conjunto que tocava.

Hibisco – Seis meses da Solange, em 1966. Gordal!

Rosa – Aqui é festa também no futebol. Esse casal aqui também casou lá dentro. Essa é a irmã do D. M. ela. Esse homem maltratou tanto, até que matou essa mulher.

Meu Deus!

Hibisco – Sabe quem é o D. M., né? Não?

Rosa – Foi deputado.

Hibisco – Interno.

Rosa – Ele esteve lá no Educandário uns tempos.

Hibisco – Foi interno do Educandário Alzira Bley.

Rosa – Saiu e se formou dentista.

Hibisco – Isto. E ele foi deputado Federal.

Rosa – Estadual.

Hibisco – Estadual, aí ele faleceu agora, tem dois anos.

Rosa – Foi prefeito de Nova... de São Gabriel da Palha.

Hibisco – ... São Gabriel da Palha. Morreu com 92 anos.

Hibisco – Uma história também... Ah, nesse relatório que você me passou aqui, você anotou ali a falecida irmã dele naquele acidente de 1949, acidente de praia.

Ahã. A O., né?

Hibisco – O. M. Irmã dele. Entendeu?

Rosa – Isso aqui acho que é lá na Colônia, isso é escola, não é?

Hibisco – É.

Rosa – Tem esse da igreja, vestido de anjo.

Hibisco – Conversei com a menina lá do Departamento do Recursos Humanos, ela pediu pra ligar pra A. P. e fazer inscrição da G. Entendeu? Aí eu vou fazer a inscrição dela agora essa semana no CIEE e vou levar a cópia da ficha dela.

Rosa – Carnaval da Colônia também.

Hibisco – Senta, mãe, enquanto a senhora tá analisando. Senta aí.

Rosa – Aí eles botaram Ypiranga, o Y que era pra T., né? Aí a T. não conseguia falar. Não, era o “A” que ela tinha que falar: “Sou o A do sexo feminino.” Aí ela não sabia falar sexo, aí trocou comigo.

Hibisco – Senta aí, mãe.

Rosa – Que coisa horrorosa! Essa aqui também é no Educandário. Essas meninas aqui.

Hibisco – Elaine, a gente... eu tenho, às vezes, conversado sobre você.

Rosa – Você viu aqui Hibisco. Essa daqui é da Colônia também, do Apostolado. Aí o Padre Matias, Hibisco. As crianças, nós estamos debulhando milho pras galinhas.



Hibisco – Quando ele chegava no Educandário, no domingo, às 6h30min da manhã... ele chegava com aquele fuscão dele e nós estava tudo batendo bola no campo. “Meninos, meninos, pra igreja.”

Rosa – A enfermeira que trabalhava com a gente, que ensinava a gente lá na Colônia.

Hibisco – Você só via os moleques fugindo pelos matos, pra não ir à igreja. Entendeu, Elaine?

Rosa – Essa daqui é na Colônia. Esse aqui que o Hibisco estava falando que o pai dele tá na pontinha.

Hibisco – Meu pai?

Rosa – Na pontinha aqui o pai dele.

Hibisco – É mesmo. É o padre Matias, né, mãe?

Aqui ele está mais novo, ó. Aqui ele já está mais de idade.

Rosa – Esse casal aqui é de Ubá, é lá da Colônia também.

Hibisco – Agora você nunca tinha visto isso aqui, ó. Quase que não dá nem pra identificar, mas é o Educandário Alzira Bley.

Rosa – Não é não. Era?

Hibisco – É, pode olhar o prédio aí, certinho aí.

Esse daqui tem que ter uma visão apurada.

Hibisco – Sua família... Meu óculos está muito bom. Sua família é de que cidade do interior?

São Roque do Canaã.

Rosa – Você é descendente de alemão ou italiano?

Italiano.

Rosa – Ah, italiano. Bonitos são os descendentes de italianos. Isso aqui Hibisco, eu não sei se é não.

Hibisco – É sim mãe. Como é que fala o nome? É os nomes da fachada do prédio certinho, mãe.

Dona Rosa, a senhora autorizaria eu escanear essas fotos, passar na máquina de escâner? Ainda hoje, no mais tardar amanhã, eu trago pra senhora de volta.

Rosa – Não precisa não.

Hibisco – Eu pego na SEDU com você, menina.

Não, eu moro aqui perto. Eu trago de volta e entrego em mãos, porque isso daqui se chama tesouro, tem que ser tratado com muito carinho. E aí pra colocar na máquina de escâner a resolução fica melhor.

Hibisco – Fica. Mamãe é uma das poucas pessoas...

Rosa – Essas pessoas já morreram todas. Esse daqui que tirou os filhos e mudou lá pra mata. Esse aqui, ele era um homem bonito. Tirou 8 filhos e levou pra lá sem conhecer, os filhos nem conhecia ele. Pra você ver o que ele passou pra conseguir se adaptar com as crianças, né? Ficar conhecendo os filhos. E depois teve mais sete lá. Muito difícil, né? Ainda criou neto também.

Hibisco – Não tem essa relação sua dos ex-internos internados no Educandário, filhos de hansenianos, pelos sobrenomes, os pais, um exemplo, os avós, um exemplo, se você conversar com mamãe, mamãe sabe praticamente de todos eles, né, mamãe? Porque conviveram com a mamãe.

Rosa – Muitos eu esqueci muitos.

Hibisco – Mas toda vez que eu falava com a senhora aquele dia, a senhora estava falando, lembra quase tudo.

Rosa – Esse aqui é o casamento do meu padrinho. Todo mundo já morreu. Não sei a mulher dele se já morreu.

Hibisco – Mãe, fala pra Elaine por que que o meu nome é Hibisco?

Rosa – Coisa feia retrato do C. A. Feio ele tá aí.

Hibisco – Mãe, fala. Por que que o meu nome é Hibisco?

Rosa – O seu?

Hibisco – É. Que ela escolheu. A senhora que escolheu.

Rosa – Não. Eu escolhi o nome dos meus filhos, porque a gente ouvia muita novela no rádio e aí baseava, achava aquele nome bonito.

Ahã.

Hibisco – Mas tinha um homem que queria que botasse o meu nome de José Ramos, porque eu tinha nascido no Domingo de Ramos.

Rosa – Ah é! Nasceu no Domingo de Ramos e tinha tudo pra se chamar José Ramos. Aí eu falei:

“Não vou botar não, porque o José Ramos vai pensar...”

Tadinho toda vez que eu ganhava neném, ele ia lá ver. Ele era solteiro ainda, ele adorava neném, né? “Aí mãe eu quero ver”. E ele ficava. Aí, como Hibisco nasceu no dia de São José, no Domingo de Ramos, falei:

“Meu Deus do céu, tem tudo pra eu botar José Ramos. Mas como é que eu vou botar o nome igual ao do outro homem no meu filho, né? Não vai ficar bem.”

Aí foi aí que eu botei Hibisco (risos).

Hibisco – Se deixasse, papai e mamãe ia ter uns 15 filhos.

Rosa – Ah tinha. Eu tive Jasmim, eu tinha 27 anos.

Nossa mãe! Era jovem!

Rosa – Aí eu comecei a tomar, aí chegou... aí a gente não tinha orientação nenhuma, né? Porque lá ninguém se preocupava. Era pra se preocupar, né? Porque os médicos criticava, né? Esse doutor P. L., de vez em quando, eu vejo ele. Ele ficava assim:

“Vocês ficam criando pra mandar lá pro Educandário”.

“Doutor, se fosse pelo meu gosto, eu não tinha nenhum.”

Mas não sabia como evitar. Não tinha como. Marido pior ainda, né? Veio lá do mato, foi criado na roça mesmo e eles não orientavam a gente em nada. Aí ele implicava, eu ficava tão nervosa. Um dia eu fui pegar remédio pra mamãe e ele veio apertando as minhas pernas, ele queria me escutar. “Eu não quero que me escuta não, deixa eu, se eu tiver que morrer não tem importância não”. De tão revoltada que a gente ficava, né? Nervosa, que sabia a situação, né? Aí, depois a irmã que trabalhava lá, uma irmã de caridade, ela era enfermeira, ela tinha contato, né, com os médicos e tudo, aí consegui começar fazer uma campanha da BENFAM, se chamava, né? Bem-estar não sei de quê, nem me lembro mais o que que era. Eles distribuía comprimido pras mulheres, né? Aí a irmã falou:

“Olha, vai vir o médico aí.”

Aí eu fui a primeira a chegar lá. Tinha 27 anos quando Jasmim nasceu. Se eu não tomar... como Hibisco nasceu em março, passou abril, maio, junho, julho eu engravidei de novo, porque... da diferença dele... do Lirio pra ele, passaram quase três anos, porque a minha irmã conseguiu com um médico lá do Educandário duas caixinhas de comprimido pra mim, mas eu tomei só aquelas duas. O marido não comprava outra pra mim, a gente não tinha liberdade de sair, não existia o que tem hoje, né? Aí essa irmã arrumou essa... fez essa campanha da BENFAM. Eu fui a primeira a chegar lá. Fui eu e a I., a mãe da M.

Hibisco – Sorte pra I. que ganhou só três filhos, né?

Rosa – Aí nós chegamos lá fomos e passamos pelo médico, né? Aí tinha uma assistente social que se comprometeu a levar o remédio, comprimido pra mim todo mês. Nem sair a gente podia, né? Quem disse que a gente frequentava outro lugar. Aí ela chamava até N., eu me lembro, nunca esqueci dela. Ela levava todo mês a cartela de comprimido pra mim. Nunca mais eu passei um

dia sem tomar. Tomei oito anos seguidos com medo de engravidar de novo. Aí depois quando ela ia sair, ela falou assim:

“Ó dona Rosa, venceu meu tempo de ficar aqui, mas eu vou te dar uma carta e a senhora vai no Porto de Santana, na BENFAM do Porto de Santana.”

Falei:

“Será que eles não vão criar caso comigo não.”

“Não, pode levar.”

Aí eu tava limpinha igual eu estou aqui, né? Às vezes, eu tinha crise que dava, tinha uns caroço vermelho que dava na gente, que eles tratava reação. Nem sei reação de quê. Aí eu fui, comecei, mas a gente ia com tanta vergonha, com tanto medo, a gente mesmo se denunciava, né, de tanto medo e vergonha que a gente tinha deles saber que a gente era de lá do hospital. Aí eu comecei panhar os comprimidos. Depois, de Porto de Santana mudou pra Jardim América, foi onde eu fiz o primeiro exame local que eles falavam, né? Primeiro exame, nunca tinha passado por um médico. Oito filhos sem passar por um médico, sem fazer um exame, não tinha pré-natal, não tinha nada.

E o neném nascia o quê, era de parteira?

Rosa – Parteira. Era com assistência da irmã que era enfermeira, né, que dava assistência, cortava o umbigo da criança e tudo, mas era parteira que atendia a gente. Tive todos com parteira. De Jardim América mudou para Campo Grande, eu continuei lá. Até que meu marido saiu de casa, aí eu dei graças a Deus, aí eu parei de tomar comprimido. Tomei oito anos seguido. Medo de engravidar.

Eu imagino.

Ele também tinha medo. Quando eu falava com ele que estava grávida... que era assim: era um mês certinho, eu levantava de manhã quando eu ia lavar o rosto, voltava aquela água meio salobra assim, já sabia, estava grávida de um mês.

Hibisco – “De novo?” Ele falava, né?

Rosa – Eu que ficava triste, ele também não ficava alegre não. Por quê? Mas não sabia também, não tinha orientação nenhuma, né? A gente foi criado igual, eu sei nem o que não. Não era fácil não.

Hibisco – Ali ó, eu tenho conversado muito... antes com os outros que morreram...

Rosa – Hoje, essas meninas fica aí tendo filhos de qualquer maneira. Meu Deus, eu fico olhando, tanto recurso que tem hoje.

É distribuído de graça nos postos de saúde.

Hibisco – DIU. Mostrou no canal 6 hoje, antes de eu vir embora.

Rosa – Tem muito recurso, gente.

Tem uma injeção que toma que fica três meses sem você nem se preocupar.

Rosa – Pois é, a filha da A., aquela que começou a ter filho com 14 anos. Já tá com 4 filhos, ela tá com 22 anos e tá com 4 filhos. Eu não critico ela não, porque... mas eu critico porque hoje tem conhecimento, né? Nós a gente não sabia de nada, não tinha conhecimento de nada, não tinha orientação nenhuma, nenhuma, porque ninguém falava. Essas coisas não eram faladas, né? Hoje tá na televisão, tá em todo lugar. Estão falando, não vê quem não quer, né?

Hibisco – A segurança do DIU hoje é de 99%.

Rosa – E a gente morria de vergonha, medo e tudo quanto é sofrimento que a gente passava, né? Não tinha orientação nenhuma. Principalmente eu, que era, nunca fui controlada, né? Nunca fui assim regulada, era assim muito desregulada. Tinha umas mulher que comprava uma tabela lá, uns livro que marcava os dias férteis, né? Mas naqueles dias férteis, era mais ou menos uma semana, ou até dez dias, tinha que estar de acordo com o marido, né? Quem tinha um marido igual eu tinha, ignorante, que ele não era...

Não entendia, né?

Rosa – Ele não entendia o que que era. Eu não sei se ele sabia, se ele conhecia camisinha, que ele nunca me falou.

Eu acho que naquela época nem se ouvia falar.

Hibisco – Camisinha foi de agora, do início da década 80.

Rosa – O homem que casou com a Z. sabia, eles usavam camisinha. Ela engravidou quando eles quiseram, né? Mas acho que nem os homens conversavam essas coisas de intimidade um com o outro.

Hibisco – Esse tipo de informação não chegava muito lá também.

Rosa – Não chegava em lugar nenhum.

Não. Isso que eu ia falar. Naquela época, falar sobre sexo, falar sobre filho era um tabu.

Hibisco – Era um tabu.

Rosa – Era um tabu, a gente escondia a barriga, usava roupa tudo folgada, porque a gente tinha vergonha. Hoje eu fico olhando mulher com barriga de fora na rua.

Hibisco – Com aquelas roupas mostrando a barriga.

Rosa – Só com aquele shortinho e a blusinha curtinha.

Hibisco – Tem mulher que anda praticamente pelada, nua.

Rosa – Meus vestidos eram de palinha, franzidinho daqui pra baixo, franzidinho. Não parecia. Sabia que estava grávida, mas não aparecia. Ninguém mostrava a barriga visível assim igual hoje bota uma roupa apertada, a barriga aparecendo. A gente não saía na rua nem por nada. Morria de medo,

vergonha a gente tinha, né? Os primeiros, né, eu tinha vergonha até de sair na rua, dos outros vê que eu estava barriguda, pensarem no que que eu tinha feito.

Ô (risos).

Rosa – Ô, meu Deus, como a gente era...

Era uma outra época. Era uma outra realidade, né?

Rosa – Mãe nunca conversava com a gente. A gente ficava menstruada pela primeira vez, o maior susto. A mãe não orientava, né? Às vezes, a gente se orientava com as colegas, uma com as outras, porque as moças não conversava esses assuntos perto de menina. Às vezes, tinha um grupo de moças conversando e tocava nesses assuntos:

“Você não está vendo que a menina está aí perto.”

Tinha que... não podia conversar esses assuntos de menstruação assim perto de menina, que ainda não era. Aí, quando a gente ficava, menstruava pela primeira vez... aí sempre a gente tinha uma colega que já sabia, né? Aí elas falavam:

“Agora Rosa é da nossa turma, pode frequentar a nossa turma.”

Você vê que ignorância, né? Hoje em dia as crianças pequenininhas sabem de tudo isso.

Sabem.

Rosa – Os meninos sabem. Todo mundo sabe.

É falado abertamente na escola, né?

Rosa – Eu acho muito certo agora, porque as pessoas fazem as coisas porque querem fazer.

Não é por falta de instrução, né?

Hibisco – Hoje não precisa nem do pai e da mãe orientar.

Rosa – Não precisa não.

Hibisco – Isso aqui, ó (celular), tá ensinando tudo.

Rosa – Mas eles não veem o que é preciso.

Hibisco – Isso aí é verdade.

Rosa – Eu estava vendo uma entrevista, uma propaganda, estava anunciando no programa, a menina, a moça falou com ela:

“Tem que tomar o comprimido, tem que tomar todo dia, você não sabia não?”

“Não.”

Por quê? Só vê bobagem no celular, vê bobagem... televisão nem assiste, né? Essa juventude, esses novinhos aí não assiste televisão. Ainda agora com celular.

Hibisco – Agora, Elaine, a mamãe, ela... a mãe dela e o pai, eles vieram no caso de Lúna lá. Tinha terra, né, mãe?

Rosa – Tinha.

Hibisco – Cafezais, e aí foram arrancados à força de lá e...

Rosa – Depois de uma ano que papai, que a gente estava aqui, um vizinho fazendeiro, um vizinho que tinha vontade de panhar o sítio do meu pai, porque o sítio do meu pai tinha nascente, né, tinha água, e a água sempre foi muito visada, os fazendeiros sempre queriam, né? Aí ele, com um ano que a gente estava aqui, eu não sei como chegou uma carta desse... ele era até meu padrinho de batismo, chegou uma carta dele avisando ao meu pai que fosse lá, porque eles estavam soltando o gado no café, na lavoura, né? Estava começando dar o cafezinho dele. Passou tanta dificuldade pra formar tudo, depois de tudo formado ele teve que largar pra lá.

Hibisco – Você já imaginou você ser retirado do que é seu?

Rosa – E não achava ninguém pra tomar conta, porque ninguém queria, que tinha saído um doente de lá.

Hibisco – E vai ver quanto que custa hoje onde era o terreno do vovô?

Rosa – Aí papai foi lá. Papai conseguiu ir lá, porque ele era limpinho, ele não tinha nada, ele veio junto com a minha mamãe. Aí eles iam levar um cadeirante pra Guaçuí...

Hibisco – É um outro também que teve hanseníase.

Rosa – E arranjou pro meu pai ir também de companhia com ele, né? Pra ajudar a transportar ele, botar dentro do carro e tirar, porque o motorista não ia pôr a mão no doente, né? Foi aí que o papai conseguiu ir lá em Lúna. Aí ele foi e chegou lá. Por sorte, ele chegou lá e a mãe dele estava mal, ele ficou lá 11 dias e a mãe dele morreu. Bom que ele foi assistir, foi no velório da mãe, né? Aí vendeu o sitiozinho pra um fazendeiro que tinha avisado ele, que era meu padrinho. Eles faziam de propósito, né? A casa, eles botaram fogo, né? Ninguém morava na casa, né?

Hibisco – Deus me livre! Tá doido!

Rosa – Nem o irmão do meu pai, o mais novo que ia casar, o tio B.

Hibisco – O tio B. que eu visitei lá.

Rosa – Que ia casar. O meu pai falou com ele:

“Vai, B., mora lá, toma conta do sítio lá, trabalha.”

Mas ele era preguiçoso, ele não gostava de trabalhar na roça. Era muito preguiçoso, tio B.

Hibisco – Puxou um dos filhos da senhora aí.

Rosa – Aí ficou pra lá. Só sabia beber cachaça. Ficou o sítio lá, aí papai vendeu. Foi bom que veio e ficou tranquilo. Comprou uma chácara lá perto da Colônia também, onde eu fui criada, onde eu fiquei. Fora do hospital, né? Mas

tudo pertencia ao hospital mesmo. Eu sei que, quantas pessoas foram buscadas à força. Chegavam lá na roça, no meio do cafezal e pegavam o homem trabalhando lá e botava dentro da ambulância e iam embora.

Hibisco – Mas a ambulância que ela fala era a polícia da vigilância sanitária.

Rosa – É. Ia o médico e o motorista, né? Eles pegavam a pessoa quase a laço, né? Não deixava nem despedir da família. O pai era só subir no morrinho assim avistava lá a casa do irmão dele, onde estava a mãe dele, lutou pra deixarem ele despedir ao menos da mãe dele ou entregar pro irmão dele tomar conta. Não deixaram, com medo dele fugir. Sendo que ele não ia fugir, porque a família dele estava vindo, né? Não era fácil não.

Hibisco – E tem um vizinho...

Rosa – Pegava... Às vezes, chegava, a denúncia era contra a mulher que era doente. Se meu pai estivesse pra roça mais longe, mamãe tinha vindo e ele não ia nem saber.

Hibisco – Nem saber.

Rosa – Quando a pessoa chegava, o homem chegava da roça a casa estava vazia. Eles tinha carregado a mulher e isso foi muitos. Tirava da roça o homem, quando de tarde... aí o pessoal que estava junto é que vinha e avisava a ela. “Olha, o seu marido foi levado pro hospital.” Praticamente, pegado a laço. Não foi fácil não. E aqui pra eles fugir, né? Tinha essas... onde é Itanhenga era tudo mata mesmo, né?

Hibisco – Era tudo fechado.

Rosa – Eles fugia...

Hibisco – Não existia a BR ainda não.

Rosa – ... Eles fugia da Colônia, enfiava dentro daquela mata, ali eles passava dois, três dias, porque eles botava a polícia, né? Tinha a estação aqui pra cima de... esse trem que sai de Flexal.

Hibisco – ... Leopoldina.

Rosa – Tinha a primeira estação onde que era a Capitania, tinha duas estaçõzinha ali pra cima, né? Aí o que que eles faziam, né? Quando fugia um doente, eles mandavam cercar na estação de Flexal, que é a mais perto e a outra de cima. E o que eles faziam? Eles entravam dentro da mata, ficavam dois, três dias dentro da mata até que a polícia procurava e não encontrava, né? Aí eles saíam de dentro da mata e iam pegar o trem e iam embora. Era tudo assim. Seu Arlindo mesmo ficou na mata muitos dias.

Hibisco – E se alguém vizinho, ou parente, ou colega percebesse alguma diferença, machucado ou alguma coisa assim, já denunciava.

Rosa – Denunciava. Mamãe foi denunciada duas vezes. Quando ela estava em Lúna ainda, foi denunciada. Aí eles chamaram ela pra fazer exame, fizeram exame nela. Depois, quando morava lá em Lajinha, onde eu nasci, eu e a Alfazema. Meu pai estava bem de vida lá, tinha tanta coisa. Aí eles tornaram a

denunciar. Mamãe tirava leite das vacas do patrão, né? Aí denunciaram, falaram com ele. Aí ele foi e falou:

“Ah, Dona M., eu sinto muito, mas a senhora não pode tirar o leite mais não, porque eles estão falando aí.”

la atrapalhar ele vender o leite, né? Aí pediu papai pra sair, falou assim:

“O senhor vai ter que sair também, porque já me avisaram, né?”

E eles tinha trato de buscar mamãe, né? A Violeta nasceu, que era a mais nova, nasceu, aí mamãe estava amamentando ela, não tinha um ano, passou um homem lá, o tio da dona C., mãe da Z., passou lá e falou assim:

“A Senhora vai pro lugar que eu estava lá naquele lugar, a senhora vai pra lá, a senhora desmama essa menina, porque lá eles não deixam dar mamar não.” Aí mamãe desmamou a Violeta e levaram oito meses ainda pra eles vir buscar nós. Mamãe nem nunca imaginou que eles iam tomar ela dela, né? Quando ela chegou no portão, veio uma irmã de caridade. Mamãe disse que era uma mulher de chapéu, rancou ela do braço da mamãe, em vez de falar assim:

“A senhora entrega a menina, que a senhora vai fazer tratamento, depois a senhora panha de novo”.

Rosa – Não.

Hibisco – Era à força.

Rosa – Sim. Mamãe segurando a Violeta e eu me segurando pela mão. Vieram e arrancaram a Violeta dos braços dela assim, como se tivessem brigando.

Hibisco – A senhora já estava com o quê? Quatro anos, né, mãe?

Rosa – Cinco anos. Aí me puxaram da mão dela, deixaram só a Alfazema, né? Foi aí que o chão sumiu debaixo dos pés dela. Ela não comia mais, só chorava. Muito triste.

Hibisco – E na observação, no prédio mamãe internada lá mais tia Alfazema e tia Violeta, um exemplo, foi constatado só na mamãe e mais tia Violeta com a doença. Já minha tia Alfazema não, por isso que ela foi pro prédio do Educandário.

Rosa – Alfazema nunca teve nem manchinha. Que coisa! Se fosse contágio, ela sendo a mais velha, ela conviveu mais tempo com a mamãe doente, né?

Hibisco – Isso.

Rosa – Mamãe contava que na época que ela tava mamando, mamãe tinha dado... que primeiro dava sensibilidade alterada, né? Você não podia encostar nenhum... tudo que encostava doía muito, né? E diz ela que ia dar mamar a Alfazema... a mãozinha da neném encostava no peito dela ou pegava na mão dela doía, porque era a sensibilidade alterada que eles tratava, né? E ela não teve, nunca teve nem uma manchinha. Isso vai muito da resistência do organismo, né?

Também.

Hibisco – O L., o L., aquele L. enfermeiro, mãe, eu fiz uma entrevista com ele, tá gravada lá, eu fiz entrevista com o G.

Rosa – Ele foi embora, nunca mais viu a família, né?

Hibisco – O L., a vida dele é muito triste. Ele tinha a esposa com três filhos, tá?

Rosa – As esposas não aceitavam eles mais. O tal do marido não aceitava a mulher mais.

Hibisco – Quando a polícia da vigilância sanitária esteve lá pra pegar ele, pegou ele a laço. A esposa soube que ele estava doente, abandonou ele, ele veio embora, aí depois dele internado, que um... não sei se é parente nosso ou um amigo...

Rosa – Z. A. . É compadre dele.

Hibisco – ... É um parente nosso. É um primo da mamãe, né?

Rosa – É compadre dele.

Hibisco – É. Irmão desse A. que ligou hoje de Juiz de Fora aí, né? A nossa família Flores. Foi lá fazer uma visita, né, mãe?

Rosa – Ahã. Encontrou ele lá.

Hibisco – Encontrou com ele lá. E falou assim:

“Seus parentes, eu sou lá de lúna, sua mulher...”

Aí ele perguntou:

“Como é que está meus filhos, não sei o quê?”

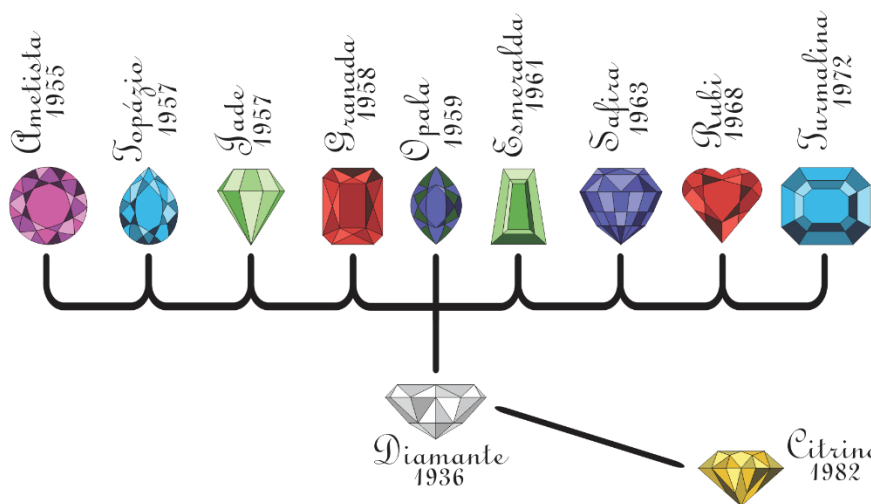
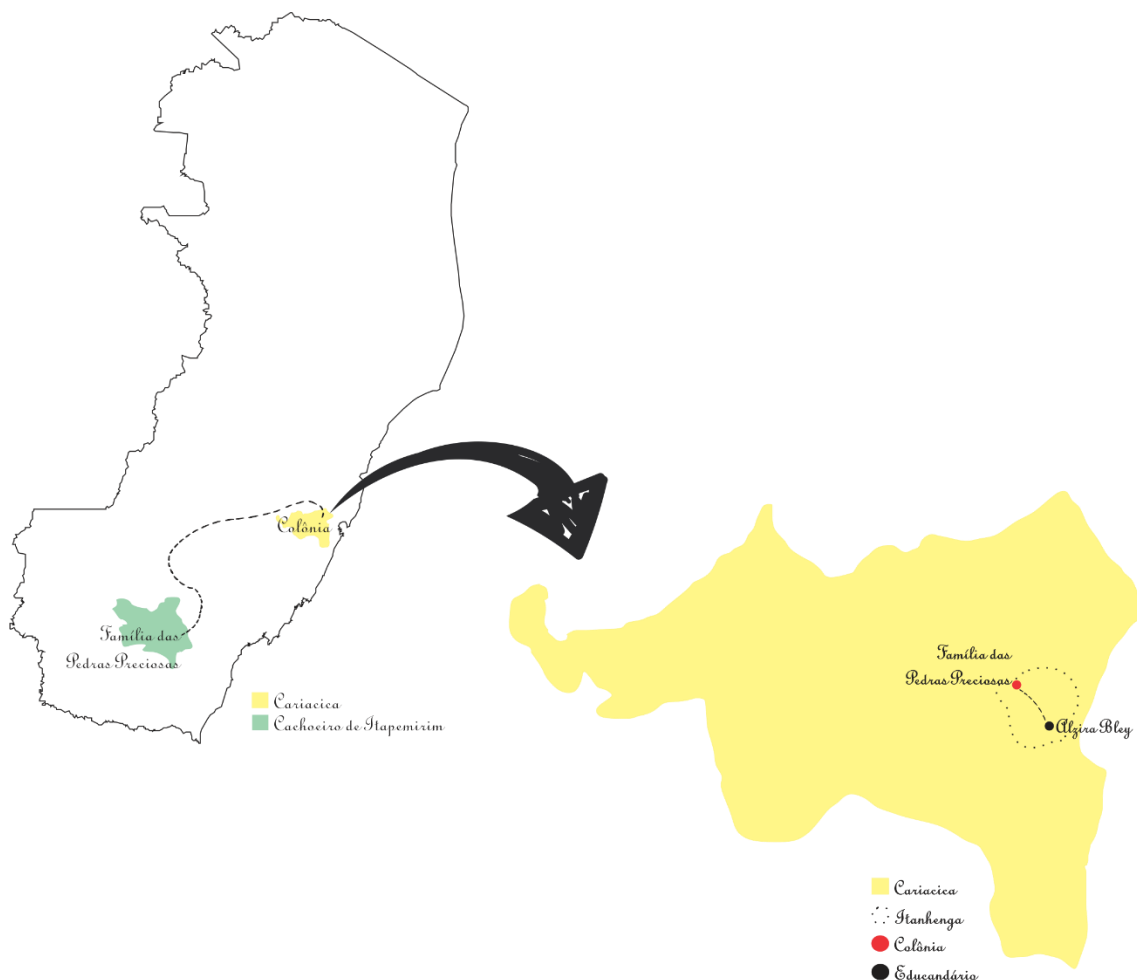
Aí ele morreu. Morreu assim, com aquela entrevista ele dando, ele falando... ele morreu muito triste, porque ele nunca soube...

Rosa – Nunca mais viu ninguém.

Hibisco – ... Nunca mais viu o filho. Queria saber da esposa, notícia. Eles nunca foram visitar ele cá.

Rosa – Ele era muito fechado. Ele gostava de ir escondido. Ele ia escondido ver os filhos.

APÊNDICE E – Família das Pedras Preciosas



Família das Pedras Preciosas

Local: Casa para casados da Ex-Colônia de Itanhenga/Hospital Pedro Fontes.
 Data: 12/11/2017.
 Duração: 28 minutos e 52 segundos
 Pesquisadora: Elaine Cristina Rossi Pavani
 Identificador: Diamante
 Sexo: Feminino
 Idade: 81 anos
 Profissão: Pensionista da Lei N.11.520/2007

A senhora tem quantos anos?

Oitenta e um.

Há quantos anos a senhora mora aqui na colônia?

Há 68 anos, 69 por aí.

Como é que a senhora veio parar aqui na colônia?

Uai, nós na roça, a polícia foi lá pegou nós lá na roça trabalhando, Cachoeiro de Itapemirim lá. Nós tinha lavoura lá, sítio. Nós trabalhando, os vizinhos lá entregaram nós. Cortaram eu da escola, não deixaram nem eu ir na escola mais. Descer aquele morro pra ir pra escola, por conta dos filhos deles e coisa e tal, entregou a gente assim, né? A gente, quando voltava da escola, ia beber água numa nascente que tinha assim correndo numa pedra, eles cortaram também. Os vizinhos lá, né? E entregaram nós. E todos que entregaram nós, já morreram tudo, da hanseníase. Morreram tudo! E eu fiquei agora sozinha, minha família morreu tudo. O último agora foi minha irmã. Agora, dia 05 de dezembro, vai fazer dois anos que ela morreu. A casa dela, ela vendeu a casa aí. Chique a casa dela! Nossa mãe! Faz dó! E todo mundo falando:

“Ah, o direito é seu, a herança é sua”.

Tem casa em Vila Velha tudo alugada. Eu não quero nada! Eu tenho a minha aqui, é do Estado, mas eu já sou dona disso aqui mesmo. Não quero nada não. Pra que ter olho grande, né?

Quem tinha hanseníase nessa época que a senhora foi trazida para cá?

Quem tinha hanseníase? Meu pai tinha. E minha mãe tinha também, mas era limpinha. Ninguém dizia não, era assim uma pessoa igual a você assim. Limpinha, limpinha. Não tinha nada. Trabalhadeira, trabalhava muito. Nós pra viver tinha que vender... sair com os animal vendendo verdura dentro de Cachoeiro e tudo, né? E lá nós almoçava, comia tudo lá. Todo mundo sabia que nós era doente, e os grandão lá ninguém tinha orgulho da gente. Porque... é uma coisa que a pessoa não pode ignorar das coisas não, né? Da doença, uma coisa qualquer, né?

Verdade.

Não é? Porque Deus sabe o que fez com a gente. Já veio ao mundo já pra isso.

A senhora também tem?

Eu? Hanseníase? Eu tinha. Olha aqui (mostra as mãos) minha mãozinha. Aí a maquininha que eu costurava tanto aqui, costurei. Ainda costuro ainda.

Ainda?

Ainda. Agora eu perdi essa perna com diabete. Com diabete. E depois essa perna aqui, o plano de saúde meu me cobrou R\$800,00 (oitocentos reais) para fazer uma radiografia, tirar uma ressonância magnética e falou que eu tava com derrame. Se eu tivesse com derrame, derrame tinha que me dar em tudo, né?

É verdade.

E não me deu. Essa perna aqui fica cansadinha. Eu ando assim um pouquinho daqui ali assim, eu fico logo... tenho que caçar lugar de sentar, senão eu caio. Mas eu não caio não, porque eu trabalho muito. Eu trabalho agora e não caio mais. Não, não caio não. Se vê minha horta ali, é flor, é remédio de tudo quanto é qualidade, eu tenho remédio ali, couve tá dessa altura assim (mostra com as mão a altura de aproximadamente uns 80 cm) os pés de couve, tudo plantado, precisa de ver. Orquídeas estão bonitas, minhas orquídeas ali.

Quando a polícia pegou a senhora e a sua família, eles trouxeram todo mundo para cá?

Trouxe eu, mamãe, passou em Cachoeiro pegou uma menina também e meu irmão correu. Eu tinha um irmão também, ele correu. Correu e a polícia não conseguiu pegar.

E seu pai?

Meu pai já estava morto. Já tinha morrido. Quebrou as duas pernas, o animal caiu com ele num valão de água assim... Quebrou as duas pernas e levado um tempo ele morreu.

A senhora e sua mãe vieram aqui para colônia?

Vimos, chegamos aqui de noite. A gente passou sede, fome na estrada. E eu falei:

“Eu tô com sede”.

O policial saiu, foi lá e panhou água e veio na pontinha do dedo com o copo assim, descartável, me dar água. Aquele pouco caso, aquele deboche. É uma vida! É uma vida! Eu... A gente passou uma decepção terrível.

E aqui dentro como foi a vida da senhora?

A minha vida aqui? Melhorou cem por cento. Aprendi tanta coisa. Estudei. Aprendi muita coisa mesmo.

A senhora se casou aqui dentro?

Casei com dezenove anos.

É?

É. E meu marido vinte e dois.

E vocês moravam nesta casa?

Não. Morava aqui não. Eu morava na casa... é casa de moça. Menina quando vinha, ia pra casa das moças. A gente ia ficava aquele monte de moça lá. É... Dali saía pra trabalhar. Nós cozinhava pra nós mesmo. Cada uma tinha uma semana de cozinha, né? Eu cozinhava... eu era uma menina que trabalhava na

enfermagem, cozinhava ainda, no dia da minha semana. Era 18 moças que tinha. Ainda cozinhava pra todo mundo e ainda lavava roupa pra fora ainda. Lavava roupa pra fora e trabalhava na enfermagem. E eu fui muito escolhida aí pra casar aí. Aí eu me casei. Mas eu me casei também pra fazer raiva na minha sogra.

É?

É. Que ela falou assim:

“Ah, essa gente italiana, nanica, eu não tenho fé nisso não!”

Ela falava, né?

Aí eu conversei com o padre, falei assim:

“Ih, Padre Mathias, o que que eu faço agora, hein?”

Aí ele falou assim:

“Minha filha, você pode casar, eu vou fazer seu casamento, o pecado é dela, não é seu não.”

Falou, né? Falei assim:

“Então, eu vou casar pra fazer vingança a ela”.

Me casei. Casei, depois a filha que ela gostava mais, que tinha, era eu. Ela foi embora pra cidade de Juiz de Fora, Ubá, que lá tem uma colônia em Ubá. Você sabe que tem, não sabe? Já fui lá muitas vezes. Colônia Santa Izabel, já fui. No Rio de Janeiro, fui numas três já também. E... aí ela ficou lá na colônia de lá. A velha ficou lá e ficou muito ruim. Meu marido era jogador.

Jogador de futebol?

É. Aí arrumaram aí o carro e foram pra lá. Eu estava esperando até um menino, que está ali na enfermaria ali em cima, Opala. Um gordo que tem ali, não sei se você viu.

Eu vou lá conhecer ele depois.

É doido! É doido ele! É doido. Não fala pau com pedra. E... aí eu tava esperando ele. Ainda ele comprou de tudo aí e deixou e pediu um amigo nosso aí ,mais a mulher, que olhasse eu quando eu ganhasse a criança que estava nos dias de ganhar e ele tinha que comparecer nesse jogo, né? Até que tinha tanta medalha dele aqui. Aí... ele veio aqui esses dias e limpou minha casa toda, pintou tudo a casa.

O Opala?

Não. Meu filho é adotivo.

Ah, filho adotivo?

Adotivo. Nove filhos eu tenho com ele, e ainda panhei ele ainda. Bonito ele. Deixa eu ver se tem uma foto dele aqui. Aqui (aponta para uma foto emoldurada na parede) a foto dele, mas ele é lindo, aqui também está bonito.

Aqui ele está novinho.

É, aí ele tá novinho.

A senhora adotou ele quando ele tinha quantos anos?

Ele? Ele nasceu num domingo e na segunda... eu panhei. O guarda foi lá na nossa casa, no Flexal. Que ele... compramos uma chácara lá, pra tirar as

crianças do Educandário, né? Mesmo assim as moças, né? Pra não se perder. Meu marido falou assim que se uma filha dele se “perdesse” lá, se ele soubesse quem, ele ia matar o cara e depois ele dava um tiro no ouvido também e morria.

Aí, meu cunhado, que é dentista, falou assim:

“Não Topázio, pode deixar que eu... eu levo essas crianças lá pra casa ali em Aribiri, porque você me ajudou muito, muito mesmo”.

Ele era dentista, né?

“Você me ajudou muito mesmo, me tirou lá da colônia de Santa Izabel, comprou terreno aí pra mim, pagando com o meu pagamento que você recebia. Então, eu vou levar suas... as meninas pra lá.”

E os meninos, depois que foram inteirando doze, quatorze anos, eles foram mandando embora pra ir trabalhar.

A senhora teve quantos filhos?

Nove.

Nove?

Nove filhos, era igual gato. Dentro da maternidade mesmo. Não era médico não. Não era médico não.

Era parteira?

Era parteira.

Foram todos parto normal?

Foi tudo parto normal. A última minha foi cesárea, porque eu fiquei pretinha. Fiquei preta assim igual essa coisa aqui (aponta para um móvel preto), preta igual aquilo dali. Aí o diretor me viu eu preta assim, disse:

“ Óh, por que você está preta assim?”

“Não sei.”

Aí quando foi dia 02 de novembro de... deixa eu ver de mil novecentos e quanto. A Turmalina tá com... já tá com 47 anos, 46. Nem lembro mais. Aí eu fui pra maternidade. Eles me levaram no dia 02 de Finados. Aí me levaram, eu fui lá pra maternidade lá e ganhei a criança lá, cesárea. Mas quase morri também. Caí de uma cama alta lá, que eu nem vi o que aconteceu comigo. Anestesia me deram aqui. Alergia me deu. É eu sou alérgica, né?

E esses nove filhos...

E minhas filhas são tudo bonita, se você ver que meninas nova, bonita.

As que eu conheço são bonitas mesmo. Eu conheci a Jade, eu conheci a Esmeralda.

Os meninos também são bonito. Topázio é o meu mais velho meu. Essa Ametista é a mais velha. Depois daí, no outro ano, nasceu Topázio, no outro ano, nasceu Jade. São três assim seguidos, assim...

Aí eles falavam assim:

“Mas você é igual gato pra criar!”

Falei assim:

“Não tem problema não.”

Criava. Eu sou uma pessoa que sou... eu vou consulta, às vezes, eles falam assim:

“Dona Diamante, a senhora é forte, dona Diamante, a senhora resisti a tanta coisa”.

Eu falei assim:

“Eu não pensava de ficar em oitenta e um ano. Não pensava não.”

Os filhos da senhora depois que eles nasciam, eram todos levados para o Educandário?

E, minha filha, era triste. Eles levavam peladinho pra lá. Embrulhava num lençol, jogava na ambulância e levava. Eu fui ver essa menina, ela já ia fazer quatro anos.

É?

Quando eu fui ver.

Os outros também?

Todos, todos, todos é. Vinha na tela pra gente... dia das Mães, em dezembro, assim. Tinha uma tela grossa lá. Eles ficavam do lado de lá e a gente do lado de cá. Meu marido fugia de noite pra ir lá ver as crianças. Fugia, machucava as costas nos arames. Rasgava a camisa. Ele e uns três pai que tinha aí. Eles ia lá. As comadre da gente era muito boa, trazia até no cômodo da escola pra nós ver, né? E tem unzinho bonitinho tadinho, ele morreu. Mas era lindo o menino, Granada. Ficou doido, deu meningite nele.

Morreu de meningite, então?

Meningite. Eu fui ver ele no Hospital Infantil. Eu não podia entrar lá não. Avisaram que pra mim era não ir lá não. Só quem ia lá era meu marido e o H., meu cunhado, esse que morreu, era dentista. E eu resolvi ir lá. Entrei lá. Entrei, vi o menino e falei:

“Nossa Senhora, meu filho está aqui!”

Fui agarrar ele, ele me agarrou. Senão chega um enfermeiro depressa, ele tinha até me matado, a criança, de me morder.

E falou assim:

“Uai, de onde a senhora entrou?”

“Uai, entrei por ali.”

Aí veio o pessoal dizendo assim:

“Não, a senhora vai embora, a senhora não pode ficar aqui não.”

Aí aplicaram uma injeção nele. Ele foi dormir depois. Morreu logo. Morreu com quatro anos. Está enterrado no cemitério de Cariacica aqui. Mas era lindo o menino. Lindo! O que os outros pedia... vinha aqui em casa, vinha na minha casa me pedir... essa menina aí. Vinha gente até do Rio de Janeiro pedir doação de criança aqui. Eu não dei não. Quem deu, tá arrependido hoje, porque os filhos não ligam pra eles. E essa menina aqui é moça até hoje. Nunca namorou. Não fala em homem bonito. Ninguém pode falar em namorado com ela não, porque ela briga. Ela briga mesmo. Mas eu não zango com ela não.

E a senhora passou a conviver com seus filhos a partir de quando?

Olha, a partir de quando foi assim, que nós compramos a chácara, padre Mathias ajudou a pagar a chácara. As irmãs gostavam de mim demais da conta, as irmãs aqui. Gente, que irmãs boas. Eu tenho os presentes que elas mandavam pra mim lá de São Paulo até hoje, eu tenho aqui guardado. Tanta coisa que elas mandavam pra mim. É nós assim... as crianças nós panhamos eles. Foi assim, porque ele falou assim:

“Não vou deixar não, eu vou comprar a chácara e vou levar.”

Aí nós fomos tirando, só as meninas. Uma pequena, de quatro anos, a minha irmã panhou. Panhou no Educandário. Nós autorizamos panhar, né? É a tal de Rubi que mora em Vila Velha. E as outras não veio... veio pra casa do W. E depois nós fomos pro Flexal, compramos tudo lá, arrumou a casa, era um casarão. Tá lá até hoje, minha casa. Eu vendi tudo depois que meu marido morreu. Vendi tudo. Vendi. Vendi lote. Eu tinha terreno à beça pra aquele Flexal a fora ali, que eu comprava. Ele viajava e os outros vinham oferecer terreno e eu comprava tudo. Eu comprava com o meu cheque mesmo, né? Meu cheque. E quando ele chegava assim:

“Véia, mas você comprou os terrenos tanto assim? Me dá, vende três pra mim. Eu fico com três.”

Disse assim:

“Não senhor, vai comprar os seus deixe os meus.”

Mas graças a Deus nós vivia muito bem. Vivia numa fartura. Sempre comendo do bom e do melhor. E uma casarona muito boa, muito bem arrumada, que ele mandou arrumar. E a casa, agora fizeram outra. Eu vendi pro A., quando ele era governador. Já ouviu falar nele? Aquele preto?

Já.

Ele que foi lá em casa comprar minha casa. Ele e o V. Foram lá comprar minha casa. Perguntou se eu tinha lugar de morar. Eu falei assim:

“Tenho.”

Mas eu não tinha lugar não. Tinha sim, em cima nos pavilhão ali, né? Aí tinha a Dr.^a Hadad aí, que ela falou assim:

“Não, ela não pode ficar aqui não. Manda ela ir caçar lá com a irmã dela lá do Pica-Pau lá, que lá ela tem muito terreno. Não quero ela aqui não. Ela não precisa ficar aqui dentro não”.

Aí ela veio pra brigar comigo. Tive uma briga feia mais ela. Tive. Briguei mesmo. Panhei uma cadeira para jogar nela e o fiscal que estava atrás segurou a cadeira. Ele falou assim:

“Escuta aqui, Dr.^a Hadad, que negócio é esse? Aí tem uma mulher aí sadia e ela aqui não é sadia. Mulher sadia. Tem dez dias que ela tá no pavilhão ali.”

“O quê?”

“Tem dez dias que ela tá no pavilhão ali.”

Aí ela engoliu tudo. Mas eu vou falar, até hoje eu não gosto daquela mulher não. Não gosto da autoridade não. Não sei se ela está viva mais. Não sei. Ela morava ali na Costa Pereira (refere-se a uma praça no centro da Capital Vitória). Eu sei até onde é a casa que ela mora.

O seu esposo faleceu quando?

Quando? Ele faleceu em 17 de fevereiro de 1989. De 89. E esse menininho meu morreu... meu marido morreu deixou ele com 4 aninhos, esse aqui. Eu que acabei de criar ele, tô criando até hoje.

O que a senhora adotou?

O que eu adotei. É o melhor filho que eu tenho, sem ser as meninas, né? As meninas são legal comigo.

Qual é o nome dele?

Citrino. Estudioso, sabido, mas é sabido o menino, viu? Ele é. Não briga com ninguém. Ele teve uma recaída, foi feia. Foi de drogas. Passei aperto com ele. Gastei mais de R\$ 650.000 nele. Gastei. Nego chegava aqui com dedo no gatilho do revólver assim pra caçando ele para matar e falando comigo. Eu falei assim:

“Eu não tenho medo disso aí não.” Falei.

“Eu tenho um maior que esse aqui guardado.” Falei.

E tinha mesmo. Tinha. Meu marido fazia coleção de armas e eu tirei um grandão pra mim. E os outros, eu dei uns pra um e outros eu vendi, né? Aí, menina, eu sei que eu fui pagando as drogas dele, fui pagando. Mas graças a Deus, meu filho tá aí vivo. Internei ele em mais de dez clínicas. Umas eu dava o salário mínimo. Todo mês tinha que dar um salário mínimo. No Rio de Janeiro, internei ele também. Ele fugiu de lá, porque ele tava com uma blusa assim que tinha Nossa Senhora, aquele desenho que eles fazem, né? Assim... e outro Sagrado Coração de Maria, igual que tá aquele lá, aquele santo lá, né? (aponta para um quadro). Eles não aceitaram ele não, ficaram debochando dele. Aí ele ligou. Duas horas da madrugada, telefone meu tocou, atendi. Falou assim:

“Mãe, é o Citrino que tá falando com a senhora. Eu tô aqui na rodoviária.”

Falei:

“Você tá fazendo o que duas horas aí na rodoviária, menino?”

“Eu tô indo embora, mãe, eu fugi de lá. Não fico lá não. Eles estão abusando muito de mim lá. E o comer lá, é só um tiquinho de arroz que bota no prato e uma salsicha só assim.”

Meu Deus, acabou... a noite acabou pra mim. Não dormi mais. Aí falou:

“Mãe, compra a minha passagem. Manda comprar a minha passagem aí, mãe. Manda comprar a minha passagem...”

Aí, tudo que eu ganho dos outros, tudo troço bom, tá vendo? (aponta para um relógio na parede)

É um relógio?

Isso tem muitos anos, viu? Tem muitos anos isso daí.

Muito bonito, seu relógio.

É. Então, aí eu mandei comprar... liguei pra uma amiga, pra ela ir na rodoviária comprar a passagem pra ele pra mim, depois eu dava o dinheiro ela. Aí foi, depois paguei, eu dei ela o dinheiro. No outro dia, eu dei a ela o dinheiro. Aí mandei outra esperar ele na rodoviária aí de Vitória. Aí esperou ele, mas ele ficou por lá. Não veio aqui não. Eu não quis que viesse aqui não, por causa do vagabundo, né? Aí ajetei as coisas aqui, chamei gente aí. E nisso o pai dele

tinha chegado. Que ele tem pai vivo. Ele tem o pai dele legítimo que é vivo. É largado da mulher. A mulher largou ele, a mãe dele. Eu panhei esse menino assim, você quer ver? Eu estava internada ali, naquela clínica velha, que está fechada aqui, aquele hospital ali. Internada ali, problema da minha perna aqui que ia cortar. Eu pedi pra Dr.^o Edson pra cortar minha perna. Eu pedi. Eu não aguentei mais, pedi. Aí, menina, eu fiquei, fiquei, fiquei ali. Falei assim:

“Aí, meu Deus”.

Aí chega Jade minha, uma que mora lá no Pica-Pau. Chegou Jade com uma mulher branquinha. A mãe dele era bonita, mãe desse menino. Ela grávida de 4 meses que estava grávida. Tomando remédio, remédio, remédio pra matar ele e nada de matar o menino lá dentro. Nada de matar. Aí falou assim:

“Dona Rosa eu vim conversar com a senhora aqui um negócio. Senhora não vai brigar comigo não. Ela falou bem assim.

Falei assim:

“Não, como é que é o seu nome?”

“Rosa”. Falou.

“Eu tô com essa criança aqui, pra ganhar essa criança. A senhora não quer apanhar ele não? Que minha mãe não me aceita em casa eu com criança dentro de casa”.

Era covarde a mãe dela mesmo, né?

Aí eu falei assim:

“Eu panhar a criança?”

Falei assim:

“Vou pensar seu caso”. Falei com ela, né?

“Vou pensar seu caso”.

“Não, não pensa no meu caso não, fala a verdade comigo”.

Aí eu falei assim:

“Eu vou panhar, vou panhar”.

A família minha quase que me bateram, minha filha, quando soube que eu dei o sim, né? Depois que eu dou o sim de uma coisa, pena do prejuízo que for. Até se eu comprar uma coisa muito cara de uma pessoa e aquilo vale a metade ou menos... acabou, eu fico assim mesmo, deixo passar, né? Aí, menina, quando a criança chegou a nascer. Falei assim:

“Olha, quando vai nascer essa criança?”

Ela foi falou, né?

“Vai nascer, vai nascer o dia... dia primeiro, eu espero do primeiro de janeiro a dois de janeiro”. Ela falou bem assim, né?

De 2008, 2018 parece. E meu marido morreu em 89. É de 2005, foi. Aí, panhei a criança, o guarda foi lá embaixo avisa que era pra mim ir na Santa Casa, sem falta, que tinha uma criança lá pra mim panhar. Falei:

“Epa lá”.

Pedi o carro o marido, ele não me deu. De raiva que ele tava de mim. De raiva que tava. A família toda ficou com raiva. Ah, chamei essa Ametista aí:

“Vamos lá, Ametista, buscar essa criança lá. Vai lá e busca o menino do senhor Cláudio da família e vai lá na Santa Casa.”

Aí fui pra lá. Botei um dinheirinho na bolsa e fui pra lá. Cheguei lá, ainda paguei o estágio dela, ainda tive que pagar um negócio da assistente social lá e fui lá ver a criança. Embrulhemo num coisa... Comprei três enxoval. Eu tinha comprado um enxoval, mas muito bacana mesmo, com tudo, com tudo. O quartinho dele tudo arrumadinho já tava, né? Olha, meu Deus do céu, duas

mulheres do ferroviário num perderam a criança. Morreu a criança deles, vieram me oferecer o enxoval. Fiquei com dó delas. Elas disseram:

“Ah, eu tô precisando, dona Dina, me arruma, compra isso de mim barato, barato.”

Era duas irmãs. Comprei. Mas tinha roupa o menino, viu? Ah, levei pra dentro de casa. O velho ficou de cara feia. Ali ele ali (aponta para uma fotografia dentro de uma moldura na parede). Aquele que está com o copo na mão ali. Ele era bonito, os olhos azul. Ele era bonito, não bebia, era uma pessoa boa que todo mundo gostava dele. Ele era delegado aqui.

É?

Era. Delegado.

Como é a relação com os filhos da senhora hoje?

Olha, a relação com os meus filhos... eles vêm aqui quando bem eles querem. A menina mesmo falou assim:

“Mãe, se a senhora morrer aqui nas minhas mãos, eu não vou avisar meus irmãos não, porque a gente tem que fazer tudo enquanto a pessoa tá viva, né?”

Eu fiquei quieta. Falei assim:

“Ah, deixa pra lá, Ametista.”

Todo mundo lá de casa morreu primeiro. Morreu A., minha irmã. Morreu Al., minha irmã. Morreu M., minha irmã. E morreu a V., minha irmã. Ficou eu só... Era cinco menina, nós era em cinco menina. Ficou eu só. Meu Deus, mas ficou eu só. Todas morreram tudo nova. Duas veio parar aqui dentro da minha casa. Uma fui buscar no Rio de Janeiro. Verme de porco na cabeça dela. Essa morreu aqui. Al. também morreu aqui fazendo hemodiálise. O médico pediu pra que eu acolhesse ela aqui em casa, pra ficar fácil pro motorista panhar ela aqui, né? Eu panhei. Eu panhava tudo aqui. Depois vem um menino também fazendo hemodiálise. Pequeninho assim, pediram pra mim ficar com ele. Ficou três anos com nós aqui, o bichinho. E tá aí ainda, ele. Já tá desse tamanho assim. Tá com 18 anos, não cresce não. Mas faz dó você ver ele. Tudo furado ele tá. Tudo furado, furado...

Naquele período que a senhora era casada, que tinha os filhos que levavam para o Educandário, a senhora ficava pensando neles?

Nossa, chorava de noite. Eu chorava. Eu não sabia se eu rezava ou se eu chorava. O marido também chorava. É triste! É coisa triste, viu? Tirar um filho da gente assim. E depois entregaram todo mundo. Chegou a época que abriu a porta lá pra todo mundo panhar. Foi nós mudar, eles deram o direito dos pais panhar os filhos. Aí o Topázio ainda falou:

“Ô véia, você vai lá pra cima pra ver o negócio dessa perna sua, mas tem uma coisa, você vê se você compra uma vaga de casa lá e manda me avisar logo que eu vou pagar a pessoa, né?”

Mas não consegui não. Aí depois eu comprei essa casa aqui. Mas não era essa casarona. Isso tem quinze cômodos essa casa minha. É uma casarona. Aqui em casa eu não posso botar mais nada dentro de casa que não cabe. A cozinha daqui pra cá é uma frisa grande, é duas geladeira grande, armário, muito armário. Eu tenho muita coisa dentro de casa. Muita mesmo. Louça então... Meu Deus, assim:

“Não me dá mais nada de louça, nada não, gente”.

Nossa Senhora, um vem e traz aquela galinhas grande e bonita de flor, assim bordada.

“Pra quê?”

Tem um professor da UFES que ele vem aqui diário. Ele vem...

Dr.º Sebastião.

Dr.º Sebastião. Acho que é Pimentel o nome dele?

Isso. Exatamente.

Ele acha que eu sou parente dele. Ele vem aqui, senta, conversa, toma café, precisa de ver, come pão, biscoito, precisa de ver que pessoa boa que ele é.

Ele é.

E eu ouvi falar que deu negócio lá na Ufes, ladrão, né?

É verdade.

Lembrei dele logo.

Mas graças a Deus não foi nada com ele não.

Não atingiu não?

Não, não. Não foi com ele não. Graças a Deus não.

Local: Casa para casados da Ex-Colônia de Itanhenga/Hospital Pedro Fontes.
Data: 12/11/2017.
Duração: 10 minutos e 02 segundos
Pesquisadora: Elaine Cristina Rossi Pavani
Identificador: Ametista
Sexo: Feminino
Idade: 62 anos
Profissão: Pensionista da Lei N.11.520/2007

Quantos anos a senhora tem?

Sessenta e dois.

Como é que a senhora foi para o Educandário?

Como assim?

A senhora foi para o Educandário, não foi?

Perfeitamente. Nasci aqui e fui pra lá. Enrolava a gente num lençol, né? Entregava à Jandira.

A senhora foi criada pela Jandira também?

Pela Jandira. A Jandira é nossa mãe mais do que ela. Por isso que eu não gosto de falar muita coisa dela pra ela não ficar sentida. A Jandira é a primeira mãe da gente. Todo mundo fala isso.

Quanto tempo a senhora ficou no Educandário?

Dezessete anos.

Dezessete?

É. E de lá o meu tio me levou pra Vila Velha.

Para Aribiri?

É, porque já estava no prazo de eu sair.

Com quantos anos a senhora saiu?

Dezessete. Não vim com a minha mãe, eu fui direto pra Vila Velha.

A senhora estudou no Educandário?

Estudei.

Até que série?

Até toda a série, toda série ali (1ª à 4ª série do ensino fundamental). E fui lá depois pra Eulália Moreira (5ª a 8ª série do ensino fundamental). Depois eu fui pra São João Batista, lá em Cariacica.

E lá a senhora fez até o ensino médio, até o ginásio.

Isto.

No Educandário a senhora tinha que trabalhar?

Tinha.

O que a senhora fazia...

A gente agradece lá. O nosso trabalho é lá... entendeu? A gente lavava calçada, lavava varanda.

Como era a alimentação lá no Educandário?

A nossa alimentação?

É.

Não era boa, nem ruim, era média. Mas a gente comia.

Você visitava seus pais aqui na colônia?

Muito pouco. Só dia de Natal, Natal. É dia de Natal. E dia das Mães, né?

E como eram essas visitas?

Era de cerca assim... nós dava bênção e eles ficavam na cerca...

Você e as outras crianças saíam do Educandário para alguma coisa?

Não. Não. Nós saía assim... pro Porto lá pra estudar. Depois a gente voltava, quando acabava o ...

Mas tinha algum passeio, alguma visita?

Muito raro assim, mas...

Por que você saiu do Educandário?

Por que eu saí?

É.

Porque já tava, já tava... idade já tava, entendeu?

Por causa da idade?

Isto.

Depois que você saiu do Educandário você foi pra onde?

Fui lá pra Vila Velha, pra casa do meu tio. Fui lá é trabalhar, é atendente de dentista.

Em algum momento você se sentiu discriminada por ser ex-interna do Educandário Alzira Bley?

Não, eu não senti não, porque nós era bobo naquela época. Nós era bobos assim...

O que você acha da atuação dos funcionários, das pessoas que trabalhavam no Educandário Alzira Bley ? O tratamento deles com vocês como era?

Os grandes que botava os pequenos pra trabalhar. Aí nós crescia e botava os pequenos pra trabalhar. Ia com esse ritmo.

Como está sua vida atualmente?

Tá boa, graças a Deus.

Desde quando você mora aqui na colônia com a sua mãe?

Eu tenho mais de 17. Acho que tem mais de 30 anos, 40, por aí a fora. Porque eu fui pra Vila Velha e depois vim pra cá.

Você ficou um tempo em Vila Velha e depois você já veio morar com a sua mãe?

É. Eu achava estanho quando eu fui direto pra Vila Velha com meu tio e com a minha tia, eles dormir junto. Porque nós lá no Educandário era tudo separado. Aí eles dois dormia junto. Aí eu perguntei:
 “Uai, porque a senhora não vem dormir com nós?”
 A gente não... a gente não tinha maldade naquela época.

A senhora chegou a casar? Constituir família?

Não. Eu sou solteirona. Eu que tô com a minha mãe agora.

Quais são as lembranças que a senhora tem do Educandário?

Assim que a gente divertia assim, você quer falar?

Assim, o que você se lembra quando eu falo “Educandário”? O que te vem à cabeça, do tempo que você ficou lá?

A nossa infância foi lá. Depois que saiu, acabou.

E foi bom enquanto você esteve lá?

Foi. Nós brincava de pique no mato, mas não tinha aquela maldade. Nós brincava de roda, pique de esconder, entendeu? Esses menino aí é... Nós tomava banho junto com os menino quando nós era pequena. Aí nós fomos crescendo, entendeu?

... Aí foi separando.

Separando.

Em relação ao que você vive com a sua mãe, que você falou que não a chama de mãe, como é isso para você?

Pra mim não é nada, porque a gente não tem aquele amor, aquele calor dela. Então, eu respeito ela, eu fico com ela. Eu não saio de casa, eu só vivo aqui com ela, entendeu?

Há quantos anos estão só vocês duas aqui?

Aqui? Ela falou com a senhora quantos anos que ela tá aqui?

Ela tem 69 anos que ela mora aqui. Ela tem 81 anos e mora aqui na colônia há 69 anos.

Eu deve ser uns 45, por aí. Depois que eu vim de Vila Velha eu vim pra cá.

A senhora conhece mais pessoas que viveram no Educandário que moram por aqui? A senhora convive com elas?

É tudo de uma palavra só eles. Se você ver, eles são tudo agitado, igual nós mesmo, assim. É mesmo assim. Quando a gente encontra:
 “Olha fulano de tal, olha não sei o quê.”
 Então... Aquela época era gostosa sim... Se fosse hoje, falar assim:

“Os ex-internos vão voltar pro Educandário.”
Eu ia.

Como era o quarto de vocês lá, como era a vida de vocês lá dentro, tinha uma rotina?

Tinha.

Como era essa rotina?

Essa rotina era assim: levantou, arrumou a cama, é varreu os quartos. Aí depois, nós começava a lavar a área todinha lá, tudinho. Quando vinha visita mesmo, aí que botava a gente pra trabalhar mais. Mas tá bom.

E a escola era boa?

Era boa. A antiga a gente ficava de castigo. Mas eu agradeço, você entendeu? Porque eu sei até hoje...

Lá dentro tinha dentista naquela época?

Tinha doutor Arildo.

Tinham fábricas que vocês aprendiam profissões, alguma coisa?

Não.

Não?

Não. A nossa diretora do Educandário, ela passava o final de semana pra casa dela. Ela ia embora pra casa dela, deixava o Educandário com nós.

Além da Jandira, mais alguém cuidava de vocês? Tinham outros funcionários?

Tinha. Tinha.

Só os meninos ou as meninas também trabalhavam na roça?

Não, só os meninos.

Só os meninos trabalhavam na...

E nós era limpeza.

E na cozinha?

Na cozinha também. Tinha despensa, a cozinha.

Mas só as meninas que trabalham na cozinha?

Sim.

Vocês aprendiam a fazer sapato, crochê, alguma coisa?

Não, na minha época não. Que eu saiba não.

Então, está joia. Muito obrigada!

Será que, de quem você fez a...

A senhora pode ficar à vontade para falar o que a senhora quiser falar.

Aí eu falo pra senhora, o negócio é o seguinte. Eu estou com a minha mãe aqui, entendeu? Mas eu não tenho aquele amor, como você tem amor a sua mãe, você entendeu? Mas eu não abandono ela por isso, ela não tem culpa e nós não temos culpa, entendeu? Não tem culpa.

Você chegou a conviver com o seu pai?

Nós apanhava deles depois que saiu de lá.

É?

É porque eles tinha um ritmo e nós tinha outro. Aí, nós falava assim:

“Você não é a minha mãe, quem é a minha mãe é Jandira, não é você não.”

E ela batia?

Batia. Meu pai também batia em nós. Mais pra gente aprender, né, também. Entendeu? Pra gente aprender as coisas também. Eu sei que a... eu sei que quando nós saiu do Educandário, nossa infância acabou. A nossa infância toda foi ali. Agora eu tô triste que a escolinha saiu dali, né?

Mas é porque a prefeitura está construindo um outro prédio para colocar.

Mas no Educandário não. No Educandário não vai ser ali mais não.

O Dr. Souza Araújo ou o CEMEI Maria Jardelina?

É. Não. É São João não, ali?

Não.

Lá dentro do Educandário?

É o CEMEI Maria Jardelina e a Escola Doutor Souza Araújo, que é do Estado.

E os da prefeitura?

É o Maria Jardelina, o CEMEI Maria Jardelina.

Não. É São João. Eu tenho o telefone dali. Eu liguei pra diretora. Ela falou assim que está mais para acabar do que a matrícula.

Vixe!

E nós precisamos porque a gente... tem neto, todo mundo aqui tem criança, gente.

Verdade.

Então, tá bom. Vamos lá na cozinha. Aí hoje nós somos em oito. Eu que fiquei com a hanseníase agora.

Você também tem?

Agora eu recebo a pensão do Lula.

Ah, sim. Mas a senhora recebe, porque a senhora também tem, ou porque a senhora foi internada no Educandário?

Não, é porque é... eu tenho hanseníase.

Então, a senhora também tem.

Porque antigamente a hanseníase, ela... ela dava sequelas. Você pode ver a mãozinha da minha mãe.

Eu vi a mãozinha dela, ela falou comigo...

Aí eu tomei os remédios adiantados. A medicina...

... Avançou.

Aí não deixou sequelas. Mas eu tenho dormência.

Ah, tá!

Local: Residência da irmã, bairro Mucuri em Cariacica-ES
Data: 12/06/2017.
Duração: 16 minutos e 17 segundos
Pesquisadora: Elaine Cristina Rossi Pavani
Identificador: Topázio
Sexo: Masculino
Idade: 60 anos.
Profissão: Aposentado

Topázio, eu estou fazendo uma pesquisa para o doutorado. No mestrado eu estudei a história do Educandário e agora no doutorado eu quero escutar a história de vida das pessoas que viveram lá, que moraram lá.

Você faz doutorado?

Isso.

Meu filho também faz doutorado.

Onde?

Faz lá na UNICAMP.

Me desculpe, como é o seu nome?

Elaine.

O meu é Topázio. Mas aí, Elaine, o meu filho ele fez mestrado lá dois anos...

Isso.

Ele fez a prova para entrar lá, né? Aí agora, ele está fazendo doutorado. Agora, esse ano, ele está com 27 anos. Ele tá, né?

Nossa, novinho.

Esse ano é o último dele, esse ano.

Já?

Já. Mas ele, ele vai terminar o mestrado dele na Europa. Ele tá... A FAPESP, Fundação de Assistência a Pesquisa do Estado de São Paulo, ela que dá bolsa para ele, né? Aí liberou pra ele, mas só que ele tem que fazer um trabalho de pesquisa pra mandar lá pra universidade na Escócia. Aí, se der tudo certo lá, ele vai ficar uns oito meses lá pra terminar o doutorado dele lá.

Que coisa maravilhosa! É o doutorado sanduíche que a gente fala, que parte é feita no Brasil, parte é feita no exterior.

E o ano passado, ele ficou um mês lá na Europa, lá, que ele foi apresentar o projeto dele de pesquisa, lá na Universidade de Coimbra, em Portugal, né? Na área de Química, o dele é Química.

É?

É Química.

Eu faço na área de Geografia.

Ah, Geografia, né?

O senhor deve ser muito orgulho do filho que tem.

A gente fica. Eu tenho um outro meu que tá aí. Eu tenho dois filhos. Eu tenho um meu que tá aí que ele faz engenharia e trabalha na Petrobras, funcionário da Petrobras, né? Ele tá aí, ele. Tudo menino bom. Mas deixa eu falar uma coisa... Aí...

Qual é o nome completo do senhor?

É Topázio. É Topázio G. Sou irmão da Esmeralda, né?

Sim. O senhor tem quantos anos?

Sessenta.

Sessenta anos?

A minha esposa estuda na Ufes, ela estuda na Ufes. Ela faz arquivologia. Ela inclusive falou que lá tem um professor, tá interessado em entrevistar alguém que... lá de cima... Minha mãe mora lá ainda, né? Ele está querendo ir lá, sobre negócio... acho de História, alguma coisa assim que ele é. É lá da Ufes. Ele estuda lá.

Como o senhor foi parar no Educandário?

Eu fui parar... O negócio é o seguinte.... Porque, naquela época, Elaine, os pais da gente podia ser doente que for, mas os filhos nasciam perfeitos, entendeu? Eu só me contaminaria, assim diz a regra, se eu mamasse na minha mãe, se eu mamasse nela. Não podia mamar. Tipo assim, eu nasci agora e fui separado na hora, entendeu? E vim direto para o Educandário Alzira Bley com zero ano. Aí eu fui... aí fiquei lá no Educandário Alzira Bley. Eu sei que eu fui... Eu só consegui começar a andar mesmo com quatro anos de idade, eu andava arrastando. Lá era um Deus nos acuda, lá. Era assim cada um pra si e Deus pra todos, né? Não era fácil não, entendeu? Lá era tão difícil que a gente comia até bosta lá para não passar fome. É uma necessidade. Era difícil. Foi muito difícil no Educandário Alzira Bley, entendeu? Tem muitas pessoas que lá morreram, porque não tinham como amamentar, não tinha leite pra dá, tem muitos, né? Eu tenho um irmão meu que morreu lá no Educandário, um irmão meu, entendeu?

Qual foi o irmão que morreu?

Foi o ... o nome dele é Granada, Granada G. Mas ele morreu, mas ele morreu, mas parece que ele tinha problema eu acho, não sei se, meningite que eles falam, né? Foi esse problema que ele teve, né? Mas aí, ô Elaine, então, eu vou te falar a verdade pra você, eu fiquei no Educandário Alzira Bley até os treze anos. Por quê? Porque o colégio estava numa situação tão ruim. Aí, que que ele fez? Ele fez um convênio. Você já ouviu falar na antiga FEBEM? Já ouviu falar, né?

Já.

Aí então, o Educandário Alzira Bley fez um convênio com a FEBEM e mandou dez alunos, inclusive... não sei se você conhece o Cravo.

Conheço.

O Cravo. Então, eu e o Cravo fomos. Aí mandaram nós lá pra Santa Cruz, que chamava Caboclo Bernardo. Lá tinha um colégio da FEBEM lá, entendeu? Aí nós fomos pra lá, pra aprender profissão. A FEBEM tinha uma condição boa e o Educandário não tinha, né? Aí nós ficamos lá, entendeu? Aí, então, os funcionários de lá, desse do Caboclo Bernardo, dava muito valor nós, essa turma de dez. Foram dez que foram pra lá, pra gente aprender estudar e aprender profissão lá e tudo, né? Então, dava muito valor nós do Educandário Alzira Bley em comparação aos outros que já estavam lá. Porque os outros que já estavam lá, eram pessoal de rua. Você entendeu? FEBEM. Já não precisa nem falar... FEBEM.

Eram os menores infratores.

Era os menores, entendeu? Aí então, os funcionários de lá, professores e tudo davam muito valor a nossa turma, achavam nós educados. Porque nós fomos criados no Educandário Alzira Bley, você não podia sair para lugar nenhum. Só ficava ali só, naquele lugarzinho ali, né? Então aí... aí depois dali que um professor, que dava aula de Inglês, um australiano, ele arrumou um emprego pra mim, entendeu? Trabalhar num restaurante. Eu não sei, você não vai lembrar, talvez você não era nascida ainda. Na época, era o melhor restaurante que tinha no Espírito Santo. Chamava-se restaurante Mários. Era italiano, Mário e Cangini. Eram dois italianos e duas italianas, dois irmãos, duas irmãs. Eram casados, tipo assim, um com o outro. Você entendeu, né? Eles eram dono de restaurante... Eles eram italianos mesmo, entendeu? E a especialidade deles era massas. Que eles são italianos, né? E lá só dava gente de alta sociedade. Inclusive, lá existia uma mesa que chamava mesa doze. Essa mesa doze aí, era pro governador, desembargador, não era qualquer um não, entendeu? E ninguém sentava nela, ninguém podia sentar nela, cliente nenhum. Aquela mesa ali, doze, é reservada. Ninguém sentava. Já estava reservada pro governador e era assim, entendeu? Aí eu fui pra ali, entendeu? Eu comecei trabalhando, limpando, passando álcool nos pratos. Depois, pra frente, que eu passei a ser garçom, entendeu? Mas só eu tinha uma vida difícil. Por quê? Eu morava em república, entendeu, né? Morava em quarto alugado. Aí, depois de um tempo, o dono me mandou embora, entendeu? Me mandou embora. Aí depois... eu sei que vou falar a verdade pra você, eu passei um mês sem comer, assim, sem almoçar e nada, entendeu? Eu comia um pãozinho com leite e ia para escola assim mesmo e tudo, entendeu? Aí depois... Naquela época, também, eu consegui fazer um curso de datilografia. Estava no auge, Elaine. Estava no auge. Eu estudava, mas eu fiz o curso de datilografia, porque não era qualquer um que fazia um curso de datilografia, entendeu? Aí nisso depois... o Marios me chamou de volta pra mim trabalhar, mas ele me fez uma condição.

“Ó, você quer trabalhar comigo?”

Ele sabia que eu estava necessitado.

“Você quer trabalhar comigo, mas numa condição, você vai trabalhar, mas eu não vou te pagar nada não, você vai trabalhar pelo prato de comida.”

Aí eu trabalhei um ano assim lá no restaurante, entendeu? Pelo prato de comida. O que me sustentava também era que, de vez em quando, eu ganhava gorjeta, né? Depois eu passei a ser garçom, né? Aí depois, eu conheci uma cliente que trabalhava na Banestes Seguradora, antigamente se chama SEGES, Seguradora do Estado do Espírito Santo. Depois mudou pra

Banestes Seguros. Aí ela... ela, entendeu? Conheci ela, fiz amizade com ela e tudo. Aí eu tinha feito o curso de datilografia, né? Aí ela assim:

“Ó Topázio, lá na Banestes Seguros tem uma vaga lá para trabalhar no escritório e tudo.”

Porque naquela época não existia concurso. Aí eu fiz... aí eu fiz a prova, eu e mais quatro pessoas. Eu passei, entendeu? Ela falou:

“Ó Topázio, você passou, mas só que tem um problema, eles promoveram um contínuo...”

Contínuo que faz serviço de rua.

“...Promoveram um contínuo para trabalhar no escritório e ficou essa vaga.”

Eu falei:

“Não, eu vou assim mesmo, eu vou assim mesmo”.

Eu não perdi tempo, entendeu? Eu fui, entendeu?

Aí depois, eu fiquei um ano lá, na Banestes Seguros. Trabalhando, fazendo serviço de rua e tudo, né? Aí depois eu fiz uma outra prova interna, entendeu? Aí eu consegui. Aí eu trabalhei 34 anos na Banestes Seguros. Me aposentei por lá.

Nossa, que bom...

Aí levei minha vida assim. Aí, por exemplo, a minha esposa, essa estuda na Ufes, ela tá até aí, ela. Eu conheci ela na igreja, entendeu, que eu sempre fui católico, né? Conheci na igreja, aí casei. Hoje já vou pra 30 anos de casados.

E tem uma família maravilhosa.

Tenho.

Um filho na Petrobras e outro terminando doutorado.

O outro terminando o doutorado já, entendeu?

O senhor estudou lá na escola do Educandário?

Do Educandário?

Alzira Bley?

Pouco. Pouquinho. Estudei pouco.

Lá até que série? Até a 4ª série?

É que eu tinha treze anos que eu saí de lá, né? Por aí, foi por aí.

Lá no Educandário, o senhor trabalhava?

Não, no Educandário eu não fazia nada, que não tinha, não tinha... Ah não, a gente trabalhava assim na roça, cuidar, capinar, às vezes, entendeu? Era assim. Mas lá não tinha como aprender profissão nenhuma, não tinha, entendeu? Foi por isso que na época, o Educandário Alzira Bley fez um convênio com a FEBEM, que eles tinham tudo, né? Tinha marcenaria, tipografia. O que você imaginar tinha, entendeu, de aprender profissão. Aí foi assim, entendeu?

Esse período que você estava lá no Educandário, de quando você nasceu até os treze anos, você foi alguma vez visitar os seus pais na Colônia?

Fui. Eu fazia visita uma vez por ano. A gente fazia. A gente ia a pé, entendeu? Aí quando a gente chegava lá, ô Elaine, a gente ... Se você perguntasse quem era meu pai e minha mãe, eu não sabia quem era na época, entendeu? A gente andava a pé do Educandário Alzira Bley até lá e tudo. Aí, tinha três camada de tela. Você não podia ter contato. Era assim, entendeu? Não podia ter contato. Eles falavam assim:

“Aí, seu pai e sua mãe é aquele de lá.”

Entendeu? Eles lá do outro lado e tudo, entendeu?

Via de longe.

Via de longe, mas eu ficava perto deles assim, como eu daqui, mas só que tem a camada de tela que, né?

Separava.

É... Era assim, entendeu? Né? Por exemplo, igual hoje, hoje eu tenho a minha mãe ainda hoje, entendeu?

Ela mora lá?

Mora lá. Minha mãe mora, entendeu? Eu tenho ela, mas por exemplo, eu sou do tipo de pessoa assim ... eu vou lá pelo menos uma vez por mês eu vou lá visitar ela, entendeu? Mas se chegar alguém aqui e falar:

“Topázio, ó...”

Chegar alguém aqui agora e falar:

“Topázio, sua mãe morreu.”

Eu não vou sentir nada, porque eu não fui criado com ela, entendeu? Eu vou lá por respeito, consideração, mas eu não tenho aquele amor.

Mas você nunca chegou a morar com ela, então?

Não. Nunca cheguei não.

Por que do Educandário você foi para a FEBEM, da FEBEM você foi trabalhar por conta própria, depois casou e teve sua família, né?

É. Isto. Isto, entendeu?

O seu pai então você nem chegou...

Não, meu pai eu conheci, meu pai.

Conheceu?

Meu pai conheci, entendeu? O meu pai, ele coitado... A maior alegria que meu pai teve na vida foi quando eu tive esse filho meu que está fazendo doutorado. Quando ele nasceu, eu... porque os outros meus irmãos, eu tenho um irmão aí e tudo. Ele... quando teve filho não gostava de ficar levando lá não, achava que podia pegar alguma coisa.

Entendi.

Eu nunca tive medo de nada, ô Elaine, eu nunca tive medo. Aí no dia que eu cheguei lá, eu levei esse filho meu novinho, o Rodrigo, esse que está fazendo doutorado. Eu levei, botei assim no colo dele, ele ficou ô, ele ficou...

Emocionado.

Isto aí. Ficou emocionado, entendeu? Você tem... Mas ele ficou, entendeu? E, mas ele ficou encantado, entendeu? Né? Assim, poxa, meu filho, ele pensou assim “Meu filho me deu meu neto pra segurar no colo e tudo”. Que lá, o pessoal se sente muito discriminado, lá em cima, lá, na época. Se sentia muito discriminado. Até hoje ainda senti. Minha mãe ela sente um pouco discriminada assim, entendeu? Saber que alguém vai lá e tudo, ela quer se arrumar e tudo. Ficar tudo direitinho. É tipo aquela pessoa, entendeu? Né? Entendeu? É assim. Mas ele ficou todo feliz, entendeu? Mas eu conheci meu pai, entendeu? Conheci assim, né, depois, né?

E lá no Educandário vocês saiam para algum lugar para passear?

Não. Não. Não tinha como. Não saia não. Não saia não.

E tinha festas, jogos, brincadeiras lá para vocês?

Ah, de vez em quando. Eu vou falar a verdade para você, o que animava um pouco a gente era um padre que ia lá, o tal do Padre Mathias, que ele era lá do Hospital de Itanhenga. Era padre, ele era alemão mesmo. E ele construiu uma capela no Educandário. Então, dia de domingo ele ia celebrar a missa lá, ele levava uma bola pro pessoal brincar. Então ele gostava... ele tinha um carinho por nós assim tudo esse padre. Muito bom, ele assim mais que alegrava a gente. Entendeu, né?

Onde vocês dormiam? Como é que era?

Lá a gente dormia cada um tinha a sua cama, mas lá. Agora lá quando a gente tomava banho, é uma toalha para todo mundo, entendeu? Você tinha que tá torcendo a toalha e aí era sabão, não tinha esse negócio não. Lá eles davam muito castigo a gente lá, entendeu? Maltratava muito a gente.

Você apanhou lá?

Nossa mãe! Apanhei muito.

É. E apanhava por quê?

Ah não sei. Porque eles achavam que eu era levado e tudo. Não só eu não, todo mundo lá. Todo mundo lá apanhava, entendeu? Era assim.

E como é que era a alimentação lá?

Mais ou menos. Não era boa não, entendeu? Mas a gente comia, entendeu? A gente comia canjiquinha com bicho e tudo, alface, entendeu? A gente não ligava pra essas coisas não. A gente queria matar é a fome, entendeu? Era assim, entendeu? A gente fazia assim. Matar a fome.

Se você tivesse que falar uma coisa boa e uma coisa ruim do Educandário, o que que seria de lembrança que você tem de lá?

Ah, assim... a lembrança que eu tenho, que me dá mais, são as pessoas que a gente conviveu, entendeu? Agora aquelas pessoas que cuidaram da gente, a gente não tem muita lembrança boa não. A única pessoa que eu tenho lembrança boa, que eu posso falar que cuidou da gente lá, que se salva, foi a Jandira. A Jandira, entendeu? Ela foi uma pessoa boa. Agora, as outras que tomava conta da gente eram ruim pra gente. Nossa, maltratava muito a gente. A gente sofria, apanhava muito. A vida foi assim mesmo, entendeu?

Graças a Deus o senhor foi um vitorioso.

Graças a Deus. Com certeza.

Parabéns pela família que o senhor construiu e onde o senhor chegou.

Obrigado. Ah não, com certeza. Isso aí, nossa, é muito gratificante, é legal, entendeu? Mas a gente gosta muito de lá até hoje, do Educandário.

Eu também gosto.

A gente gosta. Lá é muito, entendeu? Né aí... A gente tá torcendo pro Hibisco aí conseguir alguma coisa pra ver se ele conseguiu, coitado. Ele tá batalhando, entendeu?

Senhor Topázio, muito obrigada! Eu vou transcrever a entrevista e vou pedir ao Hibisco ou eu mesma vou procurar o senhor para o senhor ler e ver se está de acordo para publicação.

Ah, tudo bem. Ah, isso é legal, entendeu? Engraçado que tem um professor da Ufes lá, que ele tá doido pra conhecer lá o, não o ... não tô falando o Educandário, o hospital lá que... acho que é história que ele faz lá também e tudo. É da Ufes. Minha esposa falou assim. Ele falou pra minha esposa. A minha esposa bem assim:

“Ah meu marido já foi de lá e tudo.”

Aí ele se interessou, se empolgou:

“Então, eu quero conhecer pra levar lá...”

Entrevistar minha mãe, entendeu? Que ela mora lá em Itanhenga, lá e tudo... Inclusive nós estamos correndo atrás, não sei se o Hibisco falou pra você, negócio de indenização. Você está sabendo desse lance aí?

Sim, estou. Eu falei com ele que, assim que eu terminar as transcrições, eu passo elas para ele, no pen drive ou impressas, para ele anexar ao processo de vocês.

Com certeza.

Eu falei que a dissertação ele pode usar. Quando eu terminar a tese do doutorado, também ele pode anexar junto para servir também de embasamento para o que vocês estão solicitando, que é a história de vida de vocês.

Com certeza. Mas a indenização sabe por quê? Na época, o Lula, ele liberou a indenização para os pais da gente, mas a maioria dos pais já morreu hoje, entendeu? A minha mãe está viva ainda quando receber. Aí por que nós estamos exigindo? Porque o negócio é o seguinte: por exemplo, eu nasci em 1956, em 1944 por aí, a doença já tinha cura, que a OMS, Organização Mundial da Saúde, tinha alertado a todos os países que os filhos não poderiam, não precisavam mais se conviver com, com... os filhos não é... não precisava viver isoladamente dos pais, a partir de 1944, entendeu? E o Brasil não acatou essa decisão da OMS. Não acatou. O Japão acatou, muitos países acataram, entendeu? Agora, alguns países que não acataram como o Brasil, alguns estão indenizando as famílias, entendeu? É uma reparação, né? Então, nós estamos correndo atrás também, que o Lula falou que ele iria conceder para os filhos também porque nós, poxa, nós sofremos, né? Nós fomos tirados dos nossos pais, sabendo que a doença tinha cura. Não tinha problema nenhum, né?

Verdade. Podia conviver em sociedade.

É. Então, isso, isso aí.

Em algum momento você foi vítima de discriminação, de preconceito?

Ah fui. Eu fui. Eu fui quando eu fui, eu fui é servir o exército, por exemplo, me alistar, quando ele falou assim:

“Ah, você nasceu onde?”

“Nasci em Cariacica.”

“Em que lugar?”

“Em Itanhenga.”

Aí eles já descartaram:

“Ah, você é filho de leproso.”

Então... Aí você vai fazer o quê? Entendeu? Agora tem um colega meu que conseguiu servir o exército, porque ele mentiu, entendeu? Tá certo ele queria ir para o exército. Mas é assim mesmo, entendeu? A vida é assim mesmo.

Local: Residência da irmã, bairro Mucuri em Cariacica-ES
 Data: 12/06/2017.
 Duração: 5 minutos e 11 segundos.
 Pesquisadora: Elaine Cristina Rossi Pavani.
 Identificador: Jade.
 Sexo: Feminino.
 Idade: 59 anos.
 Profissão: Aposentada.

A senhora tem quantos anos?

Cinquenta e nove.

Cinquenta e oito anos? A senhora nasceu onde?

Aqui mesmo no Hospital Pedro Fontes.

No hospital Pedro Fontes, né? A senhora nasceu e já foi levada direto para o Educandário?

Foi. Logo que a minha mãe ganhou, colocou a gente lá no Educandário.

A senhora ficou lá quanto tempo no Educandário Alzira Bley?

Eu fiquei 22 anos. Por quê? Todo mundo saíram, aí já não estava tendo mais ninguém. Eu falei assim:

“Meu Deus, o que que eu vou fazer? Ficar aqui sozinha, sem o povo lá, né?”

Aí entrou muita gente diferente. O que é que eu tive de fazer? Ir pra casa de família. Aí vivi, vivi assim... assim na casa de um, na casa de outro. Aí eu ficava assim deprimida, porque a gente num tinha como assim... porque a gente não tinha como assim... que não é acostumada, aí até acostumar. Aí eu ficava de segunda até sexta. Aí dia de sábado, eu ia pra casa de umas colegas minha que foi criada no Educandário. Aí foi indo até acostumar. Eu fiquei assim nas casas de família.

Lá no Educandário a senhora estudou?

Eu estudei até a quarta série. Mas eu não terminei de estudar, porque eu tinha muita dor de cabeça, que a gente trabalhava. A gente trabalhava desde manhã. Eu levantava 4 horas, eu tomava conta do almoxarifado de despensa, pra... eu tinha que dar conta tudo, passar manteiga nos pães para dar às crianças antes de ir pro o colégio. Quatro horas que eu levantava para receber o padeiro, pra trazer o pão pra dar o café às crianças.

A senhora dormia onde lá?

No Educandário, no pavilhão.

No pavilhão das mulheres?

É, no pavilhão.

Como era lá? Tinham muitas camas? Muita gente?

Ih ! Tinha muita gente, tinha umas 25 camas.

E a alimentação no Educandário, como é que era?

A alimentação nossa era triguilho, canjiquinha. É não tinha esse negócio de carne, arroz, coisa não. Era assim, bucho, bofe, miolo de boi. E graças a Deus, nós não estão aí? Tudo criado. O que viesse a gente comia, mingau na merenda, mingau de triguilho.

Vocês faziam visitas? Vocês saíam do Educandário para alguma coisa?

Não. Não.

Não? Não saíam?

Não saía.

E vocês visitavam os pais de vocês?

Não. Eu fugia muito para ir... pra conhecer meu pai.

Fugia?

Eu pulava a janela. Pra nós ir lá, pra gente vê ele.

E conseguia vê-lo lá na Colônia?

A gente conseguia, mas a gente não entrava. Ficava pro lado de fora. Aí quando ele fosse na cidade... aí ele passava sempre no caminho debaixo do Educandário, aí a gente encontrava com eles.

Depois que a senhora saiu do Educandário, com 22 anos, a senhora foi pra onde?

Pra casa dos outros, casa de família.

É?

Lá em Laranjeiras. Depois aí eu fiquei assim deprimida numa casa com muita gente. Nós era igual um bicho do mato, não gostava de ficar assim numa montoeira de gente não. A gente gostava de ficar no canto da gente quietinha e fazendo as coisas, trabalhando.

A senhora se casou?

Casei agora com... na idade com 33 anos. Foi assim oh, namorei, daqui a dois ou três meses casei, e fui no cartório e casei. No dia 22 agora, de junho, vou fazer 25 anos de casada e vou vivendo a minha vida. Casei por casar. Sabe por quê? Eu sofria muito, eu sofri.

No Educandário também a senhora sofreu ou lá foi bom?

Pra mim, seja o que Deus quiser. Não vou mentir não, porque não sofri tanto não, porque a vida nossa foi assim, oh. Fui crescendo, nós fomos trabalhando, aprendemos corte e costura, o artesanato, pelo menos eu aprendi alguma coisa. Cozinhar, pelo menos costura ainda eu faço, uma costura.

Faz?

Faço. Bem ou mal, mas no caso de aperto.

A senhora hoje trabalha?

Não. Hoje eu sou aposentada.

Em algum momento na vida, a senhora se sentiu discriminada por ter ficado lá no Educandário?

Não.

As pessoas iam no Educandário visitar vocês?

Não. Não podia ir.

Não?

Não. Não podia ir.

Como eram os tratamentos das pessoas que trabalhavam no Educandário com vocês?

Nós. Era nós mesmo que trabalha. Por exemplo, era assim oh, eu tomava conta de criança. Ia pra cozinha pra fazer mamadeira de criança. E depois de lá, eu ia pra lavanderia pra dar conta de lavar roupa tudo, lá na lavanderia. E roupa tinha que dar conta, pra de tarde tá tudo enxuta pra levar lá pras crianças. Foi bom. Pra mim, tudo foi bom. E graças a Deus, hoje... até hoje eu sou trabalhadeira.

Muito obrigada pela entrevista da senhora, quando estiver prontinho eu falo com a senhora para senhora ler e ver se está tudo certinho e se pode publicar do jeitinho que está escrito, tá bom?

Muito obrigada dona Jade.

Local: Pavilhão Masculino da Ex-Colônia de Itanhenga/Hospital Pedro Fontes.
Data: 15/11/2017.
Duração: 5 minutos
Pesquisadora: Elaine Cristina Rossi Pavani
Identificador: Opala
Sexo: Masculino
Idade: 57 anos. Vai completar 58 anos no dia 24 de Novembro de 2017.
Profissão: Autônomo.

Quantos anos o senhor tem?

No dia 24 de novembro agora, vou completar 58 anos.

Com quantos anos o senhor foi lá para o Educandário?

Dezenove anos eu morei lá.

Você morou dezenove anos?

Morei lá dezenove anos.

Logo após o seu nascimento, o senhor foi levado para lá?

Fui pra lá, justamente.

Nenezinho?

Nenezinho, é.

Quem cuidou do senhor lá?

Deus.

Tinha mais alguém que olhava pelo senhor, algum funcionário do Educandário?

É.... doutor Manoel...

Doutor Manoel, mais quem?

Muita gente boa por aí.

Quanto tempo o senhor ficou lá? Dezenove anos, né?

Dezenove anos.

Como foi a sua vida lá dentro? O senhor se lembra?

Eu fui para Porto de Santana direto. Lá, eu comecei a usar muita droga, maconha mesmo. Cocaína não, cocaína é caro. Uma vez... Fumar maconha era bom demais.

Isso depois que o senhor saiu de lá, né?

Depois que eu saí de lá, justamente.

O senhor estudou, o senhor foi para escola?

Eu estava meio grogue, mas agora eu estou sabendo, mas eu fui pra escola sim.

Dentro do educandário o senhor trabalhava?

Trabalhava não.

Não. Só brincava?

Só brincava, ficava andando de um canto pro outro.

O senhor lembra como era a alimentação lá dentro do Educandário?

Lembro.

O que o senhor comia?

Café, almoço, janta. Café, bolo, pão.

O senhor gostava?

Gostei de lá do Educandário Alzira Bley. Graças a Deus.

O senhor visitava os pais que estavam aqui na colônia?

Só no domingo, né? Às vezes via papai e mamãe bem embaixo, ali (apontou para o parlatório próximo à portaria).

Você e as outras crianças saíam do Educandário para fazer algum passeio, alguma visita?

Saía, saía muito, é.

Por que você saiu do Educandário? Quando você teve que sair de lá, qual foi o motivo?

Aí eu morei em Flexal.

Depois você morou em Flexal? Você morou em Flexal com quem?

Flexal, 18 ou 19 anos ali, né? Flexal, depois na Serra. No Rio de Janeiro 6 anos e 8 meses. Em São Paulo... eu trabalhava com pintura e navio na minha vida.

Quando o senhor foi para Flexal, foi para morar na casa dos seus pais? Você morou com seu pai e sua mãe?

Eu morei com meu pai e minha mãe ali em Flexal. Aí papai faleceu, né? Meu pai...

Depois que você saiu do Educandário você trabalhou?

Trabalhei com pintura e navio na minha vida.

Pintura ...

E navio.

E navio?

É.

No navio, foi lá no Rio de Janeiro?

No navio, eu trabalhei aqui em Vitória. Em Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo direto.

Em algum momento você se sentiu discriminado por ser ex-interno do Educandário?

Não. Não sinto nada não. De coração.

É?

Outro departamento.

Como está a sua vida atualmente? Hoje como está sua vida?

Normal também. Outro departamento, com certeza.

É? Está boa?

Tá boa. Graças a Deus.

O senhor gosta de morar aqui?

Eu sempre penso assim, tem mamãe de vida só, graças a Deus. Ametista mora lá, né? Graças a Deus.

Você tem alguma lembrança, assim na sua mente, do tempo que você morou no Educandário? Você lembra de alguma coisa daquela época?

Eu lembro assim que quando eu morei no Educandário ali, vinha muito pessoal de Porto de Cariacica direto, Vitória e de uns lugar aí fora.

Turmalina: Mas tem uma pessoa que você esqueceu. Você esqueceu da Jandira?

Ah, a Jandira. A Jandira ajudou muito a gente lá.

Você gostava da Jandira?

Jandira, adorava Jandira. Sério mesmo. Altona, Jandira. Tem o quê? Uns 78 anos já ela, mais ou menos, né? Jandira é gente boa. Graças a Deus. Ajudou muito o Hospital Pedro Fontes, ela. Me ajudou muito. Aí o Cardoso aí, gente boa. Com certeza, graças a Deus.

Muito Obrigada.

Local: Residência, bairro Mucuri em Cariacica-ES
Data: 12/06/2017.
Duração: 8 minutos e 15 segundos
Pesquisadora: Elaine Cristina Rossi Pavani
Identificador: Esmeralda
Sexo: Feminino
Idade: 56 anos
Profissão: Do lar

Boa tarde!

Boa tarde!

Você tem quantos anos?

Vou completar, amanhã, cinquenta e seis.

Cinquenta e seis anos?

É.

Como começa sua história de vida no Educandário Alzira Bley?

Assim, quando eu fui pra lá?

Isso.

Bom, quando eu era pequena, a gente não lembra, né? Eu só sei quando a minha mãe era doente, negócio da hanseníase, nós fomos assim ... nasceu dela foi direto para o orfanato, porque não podia ficar com ela, né? Era arrancado e ficava lá. Então, eu nunca chamei a minha mãe, de mamãe, até hoje. E nem meu pai, de papai. Não tinha costume com eles, né? Eles não tinham amor a gente. Eu também não tinha amor a eles. Então...

Você nasceu no Hospital Colônia Pedro Fontes?

Isso! Dizem que eu nasci lá, eu não sei onde que eu nasci não. Eu sei que eu nasci. Fui direto para o orfanato, né? Nenenzinho novo.

Você chegou lá em que ano no Educandário?

Eu não me lembro, eu sei... não me lembro não.

Recém-nascida, nasceu e foi direto para lá?

É. Isso, foi desse jeito assim.

Quando você chegou no Educandário quem cuidou de você?

Ah! Quem cuidou... Tinha muitos funcionários lá, né? Jandira, né? Teodolina, tinha um montão de gente lá. Funcionários que tinha lá, né?

A senhora ficou quanto tempo lá?

Eu fiquei até os 13 para 14 anos lá.

Como foi sua vida no Educandário nesse tempo?

Olha, eu gostava, assim ... eu fui tratada muito bem lá, né? Nós éramos tudo turmas, né? Um montão de gente que morava lá. Eu gostava de lá. Eu só sai de lá, porque eu tenho uma irmã que está ali ela (na sua festa de aniversário) é

... essa irmã minha fez fofoca de mim para o meu pai. Aí, meu pai não gostava muito da gente não, pegou é ... conversou com a assistente social, fez meu tio que mora em Vila Velha... só porque ele tinha condição, ele era dentista, tirou eu de lá, e nós fomos criados lá no... Aí meu tio tirou nós do orfanato, levou nós lá para casa dele. Minha tia também. E quando acaba, falou que ia criar nós como filhas. Quando acaba, nós éramos igual empregada deles. Nós trabalhamos muito, nós... Essa aí também, a Chiquinha, também. Nós trabalhamos igual uma empregada. Trabalhamos...

Então, foi melhor o tempo que vocês ficaram no Educandário?

Isso. Igual quando nós morávamos na casa da minha tia, nós era... nós trabalhávamos pra caramba, né? Depois da minha tia, minha tia... Meu pai e minha mãe saíram do hospital e compraram uma casinha no Flexal e tirou nós e botou nós no Flexal. E nós trabalhamos igual uma condenada também no Flexal, qualquer coisinha nós levava tapa na cara, da minha mãe. Minha mãe e meu pai batia em nós. Por isso, eu nunca assim ... fui chegada com eles.

Lá no Educandário vocês estudavam?

Estudava. Aí, quando terminou a 4ª série lá, depois... naquele tempo era 4ª série que eles falam, né? Depois, mandavam nós estudar de lá do Educandário até lá em Cariacica Sede. Nós ia a pé. Nós ia a pé e voltava a pé. E era longe.

Vocês estudavam lá no São João Batista?

Isso! São João Batista. Estudava lá.

Nossa, é longe mesmo para ir a pé.

Nossa, naquele tempo era só uma pista só, né? E subir aquele morro enjoado, de primeiro. Agora acabou o morro, né?

Dos doze, treze anos que a senhora ficou lá, quais são as melhores lembranças que a senhora tem de lá?

Ah, eu adorava, porque quando chegava, lá assim dia de sábado, eles botavam música pra nós. Quando fazia festa. Assim, quando era época de Natal também, né? Quando ia gente visitar...as pessoas de fora ia visitar a gente, nós gostava de lá. Nós gostava quando tinha festa. Todo mundo gostava.

Tinha alguma coisa que vocês não gostavam lá no Educandário?

Olha, lá no Educandário, foi muito bom para nós, mas muitas coisas foram ruim pra nós, porque nós já apanhava muito lá também, tá? Qualquer coisinha, quando nós apanhava, quando era criança, nós apanhava no pé. É paulada no pé, nós apanhava de castigo lá. Nós sofremos um pouco e foi muito bom e foi muito sofrido também, no Educandário.

Em relação à alimentação lá, era boa?

Mais ou menos. Não era muito boa não. Tem dia que a gente nem comia direito, porque lá era triguilho, bofe, né? Assim... Só dia de domingo que a comida era mais gostosa era dia de domingo que eles faziam, né? Um pedacinho de galinha para cada um, arroz e feijão. Mas não foi muito bem não.

Vocês iam visitar os pais de vocês quando eles estavam na Colônia?

Não. Só visitava só quando era dia das mães e dia dos pais que nós íamos lá. Aí, os pessoal do orfanato levava a gente lá, né, para visitar. Mas era tudo fechado lá de tela. Não era de chegar e abraçar não. Era tudo enfiando a mão no dedinho na tela. Antigamente era assim.

Seus pais mandavam algum recurso, algum dinheiro para vocês?

Não, mandava não.

Não.

Não.

E lá no Educandário, onde era o local que vocês dormiam? Cada um tinha um quarto? Eram quartos coletivos?

Não, lá era um quarto enorme. Aí, cada um... dormia tudo pertinho. A cama um perto do outro lá. Lá era bom.

Vocês trabalhavam no Educandário?

Oh, quando a gente era pequena não trabalhava não. Depois que foi crescendo, cada um tinha uma responsabilidade. Nós tínhamos que dar lustre tudo de pé. Era um corredor lá. Todo dia, cada um tinha que saber... e se a gente não limpasse direito, a gente apanhava na cara, lá. No Educandário era assim.

Quem batia em vocês?

Próprio... Assim igual ... Eu tinha uma irmã minha, que tomava conta do lugar que onde a gente tinha que trabalhar. Se a gente não trabalhasse direito, a gente apanhava na cara.

Ela mesma que batia?

Irmã da gente. Nós apanhava. E dos outros também lá, apanhava. Qualquer coisinha, se respondesse apanhava na cara. Tudo. Eu já apanhei muito já.

Vocês passeavam? Saíam do Educandário para alguma coisa?

Era difícil passear muito. Lá uma vez ou outra, que passeava. Quando tinha assim...para ir passear num lugar assim...igual na Coca-Cola, visitar a Coca-Cola, esses troço assim. Mas era difícil, né? Não passeava muito também não.

Vocês recebiam visitas?

Quando tinha festa que recebia visita. Quando gente de fora que ia lá, aí era dia de visita. Aí eles preparavam a gente, né? Eles falavam assim...que tal hora era visita e todo mundo tem que tá lá presente pra receber, né?

E as brincadeiras lá, como é que eram?

Ah, eu adorava brincadeira. Quando tinha assim...era queimada, brincar de bola, né? Queimada, se esconder, né? Ah, no dia que nós brincava lá... só sei que eu levei uma pedrada na minha cabeça, assim ó, que chegou pocar. Precisou de raspar minha cabeça todinha, fiquei careca lá, levei ponto na cabeça. Tudo era brincadeira deles lá, né? Todo mundo brincando, corria.

E a questão da roupa, a roupa de vocês?

Era roupa que nós ganhava de doação. Mas nós, foi bem, assim... nós gostava da roupa. Até hoje, eu gosto de roupa de bazar, assim dos outros, assim... parece que dura mais do que a gente comprar. Eu gostava.

Se você tivesse que fazer um resumo da sua passagem pelo Educandário, como você faria?

Como assim um resumo? Assim se fala?

Contar um pouquinho do que você gostou, do que você não gostou, um resumo pequenininho.

Eu gostei de lá. Não tenho nada que reclamar, assim não, assim... Foi bom que eu conheci tanta gente, vivi no meio da turma, né? Tudo irmão nosso, mesmo lá, né? Eu gostava do orfanato.

Você tinha quantos irmãos? Você e mais quantos lá?

Nós era... acho que era em nove.

Nove filhos?

Nove. Aí morreu um.

Esse irmão morreu de quê?

Meningite, negócio da cabeça. Morreu só um.

Muito obrigada Esmeralda.

Local: Residência da irmã, bairro Mucuri em Cariacica-ES
 Data: 12/06/2017.
 Duração: 11 minutos e 30 segundos
 Pesquisadora: Elaine Cristina Rossi Pavani
 Identificador: Safira
 Sexo: Masculino
 Idade: 54 anos
 Profissão: Despachante de contabilidade

Qual é a sua idade?

Cinquenta e quatro.

Cinquenta e três anos. Com quantos anos o senhor foi para o Educandário Alzira Bley?

Recém-nascido.

Recém-nascido? Você nasceu no hospital Colônia Pedro Fontes, e após o nascimento...

... Foi para o Alzira Bley.

Quanto tempo o senhor ficou no Educandário?

Dezoito anos.

Dezoito anos. Até completar a maioridade.

Sim.

Como foi a sua vida lá dentro do Educandário Alzira Bley?

É, a vida lá nossa lá, foi uma vida conturbada, você entendeu? Sem ter o afeto, né, do pai e da mãe, você entendeu? A gente era subordinados, nós éramos subordinados aos mais velhos, entendeu? Tinha aquela hierarquia. A gente ia crescendo, tomando certa idade, e iria um olhando o outro, você entendeu? Lá a gente... era essa a nossa vida lá, junto. A gente estudava, né? Trabalhava lá, né? Mexia com parte de plantação, horta. Tinha a área de lazer de futebol. A área escolar, né, porque tinha o período de escola. Aí está a nossa rotina. Ficava preso ali, né? Dentro ali, sem ver o mundo lá fora, né?

Lá você estudou até que série?

Lá? Lá? Lá só tinha só até a quarta série, né? Quarta série. Depois a gente veio aqui no Porto de Cariacica fazer a 5ª e a 6ª série, no Colégio Eulália Moreira e a 7ª e 8ª, no São João Batista, né? A gente fazia aquele percurso, percurso mais ou menos, em torno de mais de... vou botar ali, quase 5 quilômetros a pé, ia e voltava, né, pra ir no São João Batista, né? Quando a gente estava concluindo já o primeiro grau, que seria a 7ª e 8ª série. Esse percurso que a gente fazia.

Vocês tinham quais tipos de trabalho lá no Educandário?

O trabalha que a gente tinha lá... o trabalho que a gente tinha, né? Pela parte da manhã era a escola e à tarde a gente tinha que fazer é... limpar, fazer limpeza, você entendeu? Limpar banheiro. A gente tinha que varrer, capinar,

você entendeu? Capinar, que lá é uma área grande. Essas atividades. E na hora vaga a gente ia jogar bola e depois à noite jantava e assistia televisão, né, para dar o horário determinado pra gente dormir pro outro dia começar novamente. Aquela rotina.

E a alimentação lá, como era?

A alimentação lá, tipo assim, em termos hoje, a alimentação lá... muitos criticam. Não era muito assim, não era ruim, entendeu? Era o básico, né? O arroz, o feijão, o trigoilho, a canjiquinha, você entendeu? Mas a gente não deixava de se alimentar não, entendeu?

Depois que você completou os 18 anos, você foi para onde?

Depois que eu completei 18 anos, eu tenho o meu irmão mais velho que é o Umberto, né? Morava em república, aí eu fui morar com ele em república, né? República. Saí dali, consegui um estágio na Caixa econômica, estagiei dois anos na Caixa Econômica. Depois da Caixa Econômica, entrei no Banco Bradesco. Trabalhei oito anos, fui bancário oito. Oito anos de banco e trabalhei no Hotel Porto do Sol, Hotel Porto do Sol. Depois eu trabalhei numa empresa Vitória Aduaneira de Importação e Exportação, eu era da área de recursos humanos, RH, departamento pessoal.

O senhor estudou até qual série?

Eu só fechei o Segundo Grau. Fechei o Segundo Grau.

O senhor casou quando? Com que idade?

Eu casei estava com 22 anos. Vinte e dois anos. Hoje eu tenho 3 filhos, tenho um filho hoje de 23, tenho um de 26 e tenho o de 29, que é autista, especial. Ele é autista, entendeu?

É o seu primeiro filho.

É o meu primeiro filho, né? Tem 29 anos hoje. Minha esposa, a gente convive bem. Criamos nossos filhos hoje, Graças a Deus, com a maior dificuldade, mas demos a educação de acordo com o nosso padrão de vida.

Atualmente vocês moram onde?

Atualmente, hoje eu resido no bairro Marcílio de Noronha. Moro, em torno, mais ou menos, de 28 anos lá.

Eu trabalho em Marcílio de Noronha de manhã, dou aula na Escola “Irmã Dulce Lopes Fontes”.

É. Irmã Dulce. Eu, mas só que eu moro, resido na parte de cima, que tem outra escola lá em cima.

Marcílio II?

Marcílio II, Washington Martins.

Washington Martins. Adoro aquela escola, lá é tudo de bom. E aquele canto é um sossego.

Ali é. Eu moro naquela, na rua mesmo ali.

Nesses 18 anos que você ficou no Educandário, você foi visitar seu pai lá na Colônia?

A gente ia visitar é... começando no início do ano, no dia das mães, dia dos pais e ... é dia das mães e dia dos pais. São só essas duas datas comemorativas.

E como era essa visita?

Era uma visita que ela era isolada, você entendeu? Quando a gente é... tem a, é tem um, tinha divisão, tinha a tela, né? A tela, tinha uma tela, aquelas telas de arrame, né? Os pais ficavam pro lado de dentro e nós ficava pro lado de fora. E nós quando era pequeno, criança, a nossa intenção era o quê? Visitar eles com a finalidade de quê? Comer. Porque eles levavam bala pra gente, levava bombom, você entendeu? Cocada, essas coisinhas, a gente tinha aquela finalidade, entendeu? Além de ver eles, ter aquela finalidade, aquela ansiedade de comer coisas diferentes. Coisas que lá dentro do Alzira Bley não oferecia, coisas diferentes, como eles faziam em casa e davam pra gente. Era gratificante. Hoje a gente vive essa vida. Eles não têm culpa por estar passando por essa fase e nem nós, você entendeu? A gente hoje tem que se conformar. Se a gente olhar pra trás tem muita gente pior, você entendeu? Pior, passando necessidade, você entendeu? Muitos têm do bom e do melhor, poder aquisitivo e não sabe aproveitar. Hoje o pouquinho que a gente tem, sabe administrar dentro de casa. A educação dos filhos, da família. Pra mim é gratificante. Me sinto...

Em algum momento você sentiu que foi discriminado por ter sido aluno do educandário?

Eu acho não. Pra mim seria... era um orgulho, você entendeu? Eu, mesmo sendo criado sem pai e sem mãe, mas pela maturidade, pela educação. Pela educação, não só por Alzira Bley que deu. Quem dá educação é você mesmo. Vendo, você vai visando o que é bom o que não é, você entendeu? O caminho certo, o caminho errado. Dali você traça. Hoje eu tenho o quê? Cinquenta e três anos. Tenho minha família, tenho minha casa, entendeu? Meus filhos casados. Dei, em termos, vou falar emprego não... hoje eu trabalho por conta própria, eu mexo com parte de contabilidade, entendeu, que é o meu forte. E trabalho hoje com cadastro imobiliário, eu mexo com regularização de imóveis, entendeu? De imóveis, projetos, entendeu? A escritura, tudo que você pensar na área de regularização de imóveis. Eu tenho assim, bastante experiência. Hoje é o que me dá minha fonte, meu pão de cada dia.

O que você acha dos funcionários do Educandário no período que você foi interno lá, o tratamento dispensado às crianças?

Na época, nós tínhamos uns funcionários... os funcionários que eu quero dizer os mais velhos, né, que olhava os mais novos. Na época, era muito rígido, muito rígido mesmo. E tinha a parte um pouco de violência, você entendeu? Em termos de aplicação de choque, palmadas, apanhava, você entendeu? Chicotadas, essas coisas, entendeu? Então, na época, a gente tinha, também, um pouco desse... desse preconceito, você entendeu? Em termos de... dos mais velhos querer bater nos mais novos. Nem mesmo a gente fazendo arte, mas eles tinham aquela marcação. Mas é coisa mesmo da vida mesmo, a gente tem que passar por isso, né?

Você chegou a se alistar no exército?

Cheguei a se alistar, mas num passei, né? Quando tem muita gente, eles num chama não. O pessoal de Cariacica, assim, quando a gente ia votar, ninguém chamava não. Cariacica, né? É difícil. Mais é o pessoal de Vila Velha, dos outros lugar.... Mas valeu a experiência. A gente agradece a Deus por estar com saúde aí. E vamos ver. Tá aqui minha irmã que mora aqui hoje, né? Casada, trinta e poucos anos. Tem o meu cunhado que separou dela, hoje paga uma pensão de trezentos reais. Essa menina aqui é minha sobrinha. Arrumou outra gambiarra. Sendo uma mulher boa, trinta e três anos, trinta e quatro anos de casada, que cuidou dos filhos, cuidou dele e tudo, ajudou a construir essa casa e depois arrumou outra família. E quando vai brigar na justiça, ainda vai brigar na justiça, foi comprada. O juiz chega lá, trezentos reais de pensão. O ex-marido dela ganha lá seus quatro mil, quatro mil reais e apresentou uma renda pequena, que é aposentado da polícia e deixou ela, né, de mão aberta. São coisas assim, que a gente não se conforma, você entende? Com a família...

É revoltante.

É revoltante. Você vê que Paulinha sempre tá sempre chorando.

“Ah, que é depressão, mamãe e tal.”

Cuidando de casa, coisa e tal. Então, são coisas que eu falo, a gente faz o erro aqui e paga aqui mesmo. Lá na frente, ele vai estar encostado, no asilo, vai precisar, pode ficar debilitado e eu tenho certeza que ela vai olhar ele ainda, entendeu? É o mundo que a gente vive hoje, entendeu?

Safira, muito obrigado pela sua colaboração.

Local: Residência, bairro Aribiri em Vila Velha-ES
Data: 16/12/2017.
Duração: 19 minutos e 26 segundos
Pesquisadora: Elaine Cristina Rossi Pavani
Identificador: Rubi
Sexo: Feminino
Idade: 49 anos
Profissão: Do lar

A senhora nasceu em que data?

22/03/1968.

Como a senhora foi parar no Educandário Alzira Bley?

Bom, na época eu nasci lá dentro da colônia mesmo, né? Lá embaixo, naquele negócio. Não sei se falaram pra você.

A senhora nasceu na parteira também?

Parteira, é. Aí a Jandira ficava esperando na porta já, para pegar a gente e levar pra lá, pro Educandário. Aí a mãe não podia encostar. Engraçado né? A gente grávida lá dentro e nem podia encostar, né? Aí nós fomos pra lá e fiquei lá desde três anos de idade.

Até os três anos?

Três anos.

Desde que a senhora nasceu, recém-nascida?

Desde que eu nasci. Aí quando meu tio, minha... meu tio era dentista lá. Aí com três anos, ele pegou eu pra me criar.

Ele era dentista lá na colônia?

Na colônia, era dentista. Ninguém não queria trabalhar naquela época de medo de "lepra", né? Muita lepra, né?

Eu não sabia que ele era dentista na colônia não?

Dentista, era, bom dentista. Fazia extração.

Porque os irmãos da senhora falaram que ele era dentista lá em Vila Velha.

Dentista lá também, na colônia. Pode perguntar doutor Manuel. Perguntar lá, que doutor Manuel te fala.

Ele atendia lá na colônia também?

Na colônia. Naquele hospital velho, antigo lá, que está fechado.

Que é aquela clínica de internação cirúrgica?

Isso, isso. Aí quando ele me levava, levava escondido no fusquinha no meio das pernas da minha tia, que não podia ninguém ver, porque os guardas não deixavam. Então, eu ficava na casa de um amigo dele lá, escondida na casa dela lá. Aí depois... Eles foram me pegaram não. Primeiro foram no Educandário, aí conversaram.... Minha tia não tinha nenhum filho. Aí falou com

meu pai, com minha mãe. Aí, meu pai pegou foi lá no Educandário, pegou eu, me deu pro meu tio e pra minha tia... Não, deixou uns dias na casa dele, mas depois eu não quis voltar mais não.

Qual era o nome dos seus tios?

H. da F.

Com H?

É. H. da F.

Ele era irmão da sua mãe?

Não. É ela. É V. P. da F. Ela era a caçula.

Ela era a irmã da sua mãe?

Sim, a caçula. Aí trouxe eu pra cá, esse lugar aqui. Moro aqui desde três anos de idade. Vou fazer 50 anos agora em março. Então, quando ele ia... ele ia sempre trabalhar lá, sempre ia pra lá, sempre ia pra lá. Aí nós vinha pra cá. Aí os filhos tudo era revoltado com a mãe, mas elas não tinham culpa, né? Na época que eu estava lá, que eu vim pra cá, quem cuidava de mim era minha irmã, Ametista, a mais velha. A gente ficava lá no berçário. Ela é tão sem-vergonha que ela pegava comia nosso, nosso lanche lá.

Ametista, né? Ela falou que contava e ria.

É. E botava a gente lá pra igreja, na missa lá, junto com a missa. Aí depois, ele trouxe eu pra cá, morei com ele, morei com eles até eles viver, né? Aí depois, ele me casou, né? Me casou, me deu essa casa aqui, me deu essa casa aqui. Trabalhei junto com ele no consultório dentário. Assim, com ele só. E depois ele pegou, ele pegou faleceu, faleceu de cirrose, nunca bebeu, nunca fumou. É dentista. Depois nós moramos em Vargem Alta 7 anos. Onde que ele ia, ele carregava eu. Aí depois... Tem 17 anos. Aí depois, cuidei da minha tia. Não tive estudo, só a 4ª série primária.

E essa 4ª série, a senhora estudou onde?

Ofélia Escobar. Aí, eu quando eu ia estudar não sabia nada, porque eu tive que cuidar da minha tia. Sempre ela teve esse problema, essa tal de erisipela. Ela morava lá embaixo. Erisipela, erisipela, erisipela, erisipela, erisipela e o pé dela nunca sarava. Ficou com sequela, né? Ela não tinha vacinado, aí ficou com sequela. A hanseníase até tinha acabado, mas ficou com sequela, né? Nunca sarava. Então cuidava do consultório, cuidava da casa. Cuidava da minha casa, depois quando casei. Aí depois, ela... Aí depois eu peguei vim pra cá, cuidei dela até ela falecer, agora que fez dois anos agora dia 05 de dezembro. Quem cuidou dela no hospital fui eu e nenhuma das minhas irmãs não cuidou no hospital. Ninguém. E ela pegou todas elas também, passaram tudo aqui com ela, assim...

Todas as meninas?

Ajudaram ela, ajudou ela. Ela ajudou todas elas. Aí depois, depois aí quando eu ia na casa da minha mãe, lá no Flexal... Quando eu casei com meu esposo, eu não podia ver meu pai, minha mãe. Podia não. Eu tinha um ódio. Você sabe

aqueles cavalo que dá coice? Aí o Z. C. falava bem assim, meu esposo: “Não Rubi, não é assim não, Rubi, tem que tratar eles bem.”

“Não gosto deles, Z. C., eu tenho culpa, eu tenho culpa?”

Quando meu pai morreu eu nem senti nada. Pra mim era uma pessoa estranha que faleceu, né? Mas ele era uma pessoa boa, ele era uma pessoa muito boa. Ele falava assim:

“Ô Rubi, vem embora pra cá, vou te dar um *radinho*, vou te dar um radinho.”

Falei:

“É ruim de eu vir pra cá”. Falei.

“Nunca o senhor vai ver eu aqui não.”

Aí, minha mãe que era mais pulso, né? Aí depois... Aí era sempre minha irmã que falava comigo:

“A minha mãe não gosta de vocês não. Minha mãe nunca gostou de vocês.”

Aí aquilo magoava a gente, sabe? Magoava, ficava chorando, entrava em depressão, ficava deprimida, chorava. Uma vez eu ameacei se matar, no asfalto. Aí depois, eu fui no psiquiatra, né? Eu não sei falar direito. Desculpe, eu não sei falar direito não, porque eu não tive estudo. Então fui aí, aí ele sentou comigo e começou:

“Vem cá, essa mãe que você tem, pegou pra criar você, ela é boa pra você?”

Mas ela era rígida também, sabe? Ela cuidava da gente, mas era uma pessoa rígida, sabe? Prendia, não podia sair, namorar, nada não. Eu ficava só dentro de casa. O Arci era ali, ó. Nunca fui em Arci, nunca saí em lugar nenhum, nem pra namorar. Mas é o jeito deles. Eu era levada também, impossível, naquela época, criança. Aí depois, peguei vim pra... aí depois, aí ela pegou ... aí eu falei assim:

“Ó tia”.

Aí depois, eu falei assim.... Aí nós duas era como uma comunicação com a outra. Você pensa que eu estava aqui? Eu estava na casa dela se você não estivesse aqui agora. Não sei se você não viu a casa dela lá? Aí eu ficava lá e ela vinha pra cá. Nós deitava nós duas juntas. Largava meu marido dormir sozinho, ficava com ela, cuidava dela. Então, aí peguei, minha filha, eu ficava muito deprimida. Aí ela contava história dela, que ela foi presa lá em Cachoeiro, que os guardas pegava ela, prendeu ela na colônia porque quem tinha lepra não podia ficar solto, né? Eles era preso. Minha mãe, acho, também não sei se foi.

A sua tia?

A tia minha, a Vi.

A Vi?

A Vi. As outras tias minha. Tinha uma tia minha, tia A. não tinha, tia M. não tinha hanseníase. Só quem tinha, tio A., minha mãe, minha tia que tinha. Aí eu vou... quando eu vou na casa da minha mãe pessoal fala... Ela me implicava muito comigo, mas aí eu falava assim:

“Eu quero respeito pra senhora ser respeitada.”

Aí eu falava com ela:

“Se a senhora não gosta de mim, tudo bem.”

Mas aí ela falou assim:

“Não, eu gosto mais do Citrino do que de vocês, que eu peguei ele pra criar”.

“Então tá certo.”

Citrino dá trabalho a ela, dá trabalho a ela. Não sei se já contaram lá pra você isso. Contaram. E nós nunca demos trabalho a ela. Nunca ganhamos nada dela, nunca, até hoje. Quem me ajudou aqui foi minha tia. Sempre me apoiava e ajudava que meu esposo trabalha na Garoto, trabalha à noite. E eu fico assim, durante o dia sozinha e ele dormindo, que ele tem que trabalhar à noite. Aí depois, acorda. Às vezes, nem almoça, janta, né? Aí durmo sozinha à noite também. Meu filho tá viajando agora, tô sozinha. Lá pra Maceió ele.

Ele é caminhoneiro?

Não, não, não. Ele tá, tá esperando o serviço dele entrar. Ele fez... ele tem curso técnico, ele. Tá esperando emprego, ele, mas tá difícil o emprego pra ele. Aí tem hora que eu penso assim: “Até meu filho, às vezes, nem gosta de mim, eu queria tanto que meu filho me desse carinho, que eu nunca tive carinho, amor, assim dos pais, das mães, assim”. Eu só vivia trabalhando. Aqui, minha tia me botava pra ariar com sapólio essa escada ali. Aqui nossa casa era todinha aqui. Todinha. Eu trabalha muito, mas não me arrependo não de ela ter me cuidado de mim. Eu podia ser uma pessoa que saiu do Educandário, eu podia ser uma pessoa que mexia com droga. Eu era pra tá embaixo da terra há muito tempo. Então, agradeço muito ela por ter me pegado. Agradeço mesmo. Não me arrependo não.

E ela te pegou com três anos?

Com três anos de idade.

Então você, lá de dentro do Educandário mesmo, você tem alguma lembrança de lá de dentro?

Tenho.

Tem? O que que a senhora lembra lá de dentro?

Ah, eu lembro coisa gostosa, quando chegava presente pra nós. Aqueles presentes bom. A Jandira... A Jandira é uma grande amiga também. Não sei se você já viu ela lá.

Conheço a Jandira...

Nossa! A Jandira é um amor de pessoa, ela não sai de lá não.

Não...

Ela vai morrer lá dentro...

Ela vai morrer lá...

Ela não sai. Eu conheço... Uma baixinha que tem lá, pra mim é estranha.

É a tia Lina.

Isso. Mas é uma mãe pra gente, a gente respeita ela demais. Eu respeito ela demais. Agradeço ela demais. E ela foi uma pessoa... foi uma mãe da gente também. Então, ela gosta de nós todos. A minha mãe também é boa, ela. Mas é o jeito dela, porque nós não fomos criada com ela.

Você chegou alguma vez a visitar a sua mãe lá na colônia?

Já...

Quando você estava do Educandário, que você era pequenininha?

Ah, não... Depois ...

Eles levavam para visitar lá, não levavam?

Não. Depois minha mãe foi... depois minha mãe saiu dali e foi para o Flexal I, morou lá. Depois que acabou esses problemas tudo, ela voltou pra ali, morar ali de novo. Aí a gente ia direto. Meu tio ia direto lá, porque depois, a minha tia... meu tio ia mudar pra lá. Aí eu falei assim:

“Tia não muda pra lá não, fica aqui. É melhor pra você aqui, porque lá é muito difícil, tem dificuldade... pra comprar as coisas, essas coisas”.

Aí ela falou assim:

“Rubi, você estava certíssima mesmo. Bom, eu podia ter ficado ali e não ter ido lá”.

Que as duas não se davam muito bem não. Não se davam. Ela tinha ciúme muito da minha tia. Minha tia era bonita demais. É aquela lá, ela. Aquela ali. Olha lá. Aquela ali é ela. Você não vê foto da minha mãe aqui. Eu não tenho uma foto dela. Eu tenho da minha tia, do meu tio. E lá na sala é também cheio de foto deles. Mas eu não tenho raiva da minha mãe não. Respeito. Quando eu faço minhas orações, oro por ela também, porque eu sei que ela não tá boa de saúde e ela também tem problema muito sério no pé. O pé dela era... tinha um buracão desse tamanho quando ela morava em Flexal, que ela se queimou na cinza. Buracão desse tamanho. Refrigerante que ela tomava vazava. Dava dó. Aí ela teve que amputar a perna. Amputou a perna. Ela tá com 81 anos agora, eu acho. É 81 anos. E minha tia mesma situação, tinha que amputar a perna há muito tempo. Eu que acompanhava tudo ela os médicos. Aí eu falei:

“Tia, cuida da perna, tia, para não bater”.

Vai bater a perna e subir. Mas ela não aceitava não. Depois que ela aceitou, que ela amputou a perninha dela, ela sarou, ficou bonita. Cuidei dela na cama, dava banho nela, tudinho lá. Lá mesmo. Eu ficava mais tempo com ela que com meu marido. Meu marido ficava mais sozinho porque eu cuidava dela. E eu fiquei um mês, 24 horas, no Dório Silva com ela. Sozinha. Dormia no chão, lá no edredom, porque eu não aguentava ficar na cadeira. Ficava no Jaime. Todos os hospitais conhecem eu, lá. Até as... as diretoras de lá ficavam preocupadas comigo.

“Você não tem parente não?”

Falei:

“Tenho, tenho oito irmãs”.

“Mas é você sozinha que cuida?”

Falei:

“Eu sozinha, ué?”

“Eu e Deus.” Falei.

“Não largo ela não”. Falei.

“Não largo ela não, ela é minha mãe, eu tenho o dever de cuidar dela, que ela me criou. É minha vez de criar ...”.

Eu cuidei dele também. Fui ele no HPM. Fui eu que cuidei dele também, no HPM. Cuidava dele, tudo. Então, o sentimento que a gente tem que a gente não fui criado com eles, né, não foi. Então, a gente não deve ter raiva, né? Raiva dela, né? Que ela não tem culpa. Porque por causa desse problema, né, eles afastou a gente dos pais, né? E ela não tinha um filho, não tinha nenhum

filho, pediu para eu ficar com ela, eu fiquei com ela até... até ela falecer, que foi embora. Então, mas lá no Educandário foi bom. Os três anos que eu fiquei lá foi muito bom. Quem ficou mais foi Ametista, mais velha, Esmeralda, Topázio, Opala, Safira, ficou mais assim, saiu mais com vinte e pouco anos eles. Eu saí...

A Turmalina, não. A Turmalina não foi criada lá não, Turmalina, minha irmã. A Turmalina, mais nova. Acho que você conversou com ela.

Conversei...

A Turmalina... Meu tio ajudou até a cuidar dela aqui também, que ela ficou ruim no hospital. Ela.

E depois ela veio para cá ficar com vocês.

Isso. Ficou um pouquinho com nós e depois foi embora, ela. Aí tô aqui até hoje com meu esposo. A minha família é eu, meu esposo e meu filho.

E o seu filho tem quantos anos?

Vinte e sete anos.

Vinte e sete? Já está um rapaz, já, né? .

Nossa! Rapaizão! Tá lá em Maceió ele, agora. Tá lá, ele.

E a senhora tem contato com seus irmãos?

Mora em Itapuã não vou na casa deles, é como fosse estranho.

É o Safira que mora em Itapuã?

Não, Topázio. Marcílio de Noronha, mora o Safira.

Marcílio de Noronha, o Safira...

Não vou na casa deles. Na casa da Esmeralda, não vou na casa dela. Na Jade, não vou quase. Às vezes, vou um pouquinho. Na casa da minha mãe não... quanto tempo não vou na casa da minha mãe. Às vezes, falo:

“Z. C., vou lá visitar ela”.

Falo, né?

“Vou lá visitar ela, ver um pouquinho, né?”

Eu vou mais na casa da mãe dele. Eu falei:

“Eu vou visitar, que é bom a gente ter que visitar, né?”.

Aí ele falou:

“Não, tá certo, Rubi, desse jeito, tá certo”.

Mas eu não tenho aquela assim.... saudade não, sabe? Saudade não. Agora quando minha tia estava lá, toda semana eu tinha que tá lá. Toda semana. Depois que ela faleceu, não saio mais, não pego o ônibus, não vou lá, mais nada. Então, não tenho contato com meus irmãos, não tenho assim ... ficar juntos com eles e nem eles vim na minha casa, ninguém. É separado. É assim estranho. E os pessoal fala:

“O quê? Você tem irmão, Rubi?”

“Tenho, tenho oito, cinco mulheres e três homens”. Falei.

“O outro é de criação.” Falei.

Mas o outro é bom também ele, é muito bom ele. Citrino é ótimo, é uma pessoa muito excelente ele. Só que ele tem o problema dele. Ele é inteligente pra

caramba. A minha tristeza que eu não tenho estudo, que eu podia tá ajudando meu marido.

Verdade...

Podia tá ajudando ele, né? Podia tá lá na garoto com ele, junto, trabalhando com ele. Ele tem 23 anos que ele trabalha lá.

Nossa... muito tempo de empresa.

Tem 23 anos, fora o que ele trabalhou nos outros lugar. Mas ele fala:

“Não Rubi, não precisa ficar preocupando com isso não”. Ele fala. “Precisa ficar preocupando não”.

Aí quem me dava as coisas também era minha tia, que me dava. Às vezes, faltava alguma coisa, ela me dava, ela me dava as coisas. Igual ela falou assim:

“Rubi, no décimo terceiro, vou comprar um armário pra você, que esse armário aí tá muito ruim.”

Que o cara colocou o armário, ó lá, estragou tudo, tá vendo?

É por causa da água, né?

Aí ela preocupa. Ela preocupa, vai lá e compra. Falei:

“Não, deixa”.

Esse aqui era dela quando ela faleceu. Isso aqui era dela, isso aqui era dela. Meu filho pegou vendeu as casa... a casa com as coisas dela todinha. Eu cuidava da casa dela como fosse... A casa dela é mais bonita que tem lá da colônia. É a mais bonita lá dentro, até hidromassagem tem, banheira.

Nossa, que chique!

Tem. Hidromassagem. Aí meu tio, naquela época, passou pro nome dele, pegou vendeu sem eu saber. Sem eu saber. Fiquei muito triste.

Nossa, seu filho vendeu e ficou com o dinheiro?

Sabe quanto? R\$ 50 mil, R\$ 50 mil. Recebe R\$ 1 mil por mês. Aí até o diretor lá, menina, ficou preocupado comigo. Ele fala assim:

“Rubi, você tá bem agora, Rubi?”

Fiquei doente, fiquei internada. Eu fiquei internada, fiquei internada porque cuidei dela e fiquei estressada, né? Muito estresse. Você já pensou você ficar lá nesse São Lucas igual filme de terror, o paciente no corredor? Eu fiquei, passei muita coisa, passei muita coisa com ela. Mas eu falo... eu falei com Ametista.

“Ametista, se você precisar de mim para cuidar da minha mãe, você pode me chamar que eu ajudo”.

É, que ela está de cama, né?

É. Porque agora ela tá... ela afirma muito com essa perna agora, né? Porque ela não tem a outra. Ela afirma muito com essa perna aqui agora. E ela não senti nada não. Ela é dormente. É tudo dormente. De vez em quando, se queima todinha, a mão dela todinha. Se queima tudo. E ela trabalha, e ela trabalhava. Ficava na horta. Eles não são preguiçoso não. É mais fácil a gente ser preguiçoso que eles.

Verdade. Eles trabalham muito.

Agora que ela parou porque não tá aguentando mais. Não tá aguentando. Mas eu sei que eu, eu... E ela tem raiva que eu gosto muito, demais, da minha tia. Acho que é isso.

Mas acho que é ciúme, não?

Isto. Deve ser. Deve ser ciúme porquê ... uai é mãe, mãe que cria. Igual psiquiatra falou comigo: "Mãe é aquela cria, te trata bem, te dá suas coisas, dá".

Aí depois analisei isso, pensei na cabeça: "Você sabe que tá certo mesmo, mãe é aquela que cria".

Verdade...

Hibisco também foi do Educandário.

Foi, eu também entrevistei ele e os irmãos dele. Outro dia, ele me levou para conversar com a tia dele, conversei com a mãe, né? Ele me conta a história dele lá de dentro. Ele ficou muito tempo lá também, né?

Ele ficou mais... ele ficou bastante tempo. Ele, maioria da pessoa ficou. Maioria dali. Tem uma menina lá também que tem revolta da mãe, que não gosta da mãe de jeito nenhum. Ela xinga a mãe. "Não faz isso não, xingar. Você tem que respeitar sua mãe. E xingar é falta de respeito."

Verdade...

"Isso é falta de respeito, porque nós também vamos ser mãe um dia, vão ter filho."

Aí eu falo com meu filho:

"Filho ó, eu não tive amor, não tive carinho, só tem você de único filho, só um. Só tem um. Então, você tem que cuidar de mim e de seu pai, agora é você tem cuidar de mim e do seu pai. Daqui uns dias seu pai tem que aposentar, tá cansado, com 56 anos." Falo com ele.

"Então você tem que tomar juízo assim na cabecinha."

"Mas mãe tá difícil emprego. Eu mando currículo e nada, nada, nada". Ele fala.

Ele fez curso técnico de quê?

Fez. Fez de mecânico. Ele fez lá na Desportiva ali, ele fez. Como é o nome daquele ali?

CEDTEC.

Isso. Falou que dali ia sair com emprego. Saiu nada... Saiu nada... Mas falei:

"Meu filho, sua idade tá chegando, você vai fazer 28 anos agora dia 6 de fevereiro". Falei com ele.

"Já tá chegando e você acha que vai ter pai e mãe toda vida para cuidar de você". Falei com ele.

Mas eu sinto falta dele, eu sou assim. Eu sinto falta dele, porque é meu companheiro também, ele.

Ele está a passeio, lá em Maceió?

Tá, foi com o amigo dele. Amigo dele chamou, foi. Eu falei:

“Vai, meu filho”.

Que ele estava muito dentro de casa, né?

“Vai, vai sair um pouco, mas cuidado”. Falei.

“Cuidado, hein”.

Aí ele foi pra lá.

A senhora, como está a vida da senhora hoje, está boa, tranquila?

Hã... Agora que eu tô melhorando. Mas eu entrei numa depressão, minha filha, que eu tomei remédio, que o remédio me fez inchar todinha, por causa do problema quando eu perdi a minha tia. Parei até no hospital, minha pressão subiu vinte e tanto. Quase fui junto com ela. Mas agora tô começando melhorar, mas de vez em quando eu dou uma recaída, mas eu reajo. “Não, não vou me entregar não”, falei. Não vou me entregar não, que eu sei que eu vou ver eles na outra vez, eu tenho esperança, vida eterna. Que eu sou Testemunha de Jeová. Eu e meu esposo somos Testemunha de Jeová. Eu sei que vou ver ela.

“Eu tenho esperança de ver eles de novo”. Falei.

“Isso aqui, isso aqui em breve vai tudo acabar mesmo, esse sofrimento aqui, essas violências, essas morte”. Falei.

Então, quando eu vejo os filhos brigando com pai e mãe, eu corrijo. Me dá revolta. Eu falo:

“Meu filho, não faz isso não, meu filho, dá amor seu pai e sua mãe, porque é melhor coisa que a gente tem é pai e mãe”. Eu falei.

“Melhor coisa pai, ser criado com pai e mãe”. Falei.

“E porque você fala isso, Rubi?”

“Não, porque eu tô conversando, eu tô falando”. Falei.

“Que eu não fui criada com pai e mãe”. Falei.

E você, em algum momento da sua vida, você se sentiu assim discriminada por ter sido interna do educandário, por ter sido separada dos seus pais, por ter sofrido algum tipo de preconceito?

Ó, na época, senti, porque os outros não podia saber aqui que meu pai e minha mãe era, tinha hanse... essas coisas. O pessoal naquela época tinha medo. Então, a gente ficava mais discreto, né? A gente ficava com medo, até minha tia também. Depois eu parei e pensei, falei:

“Tia, vamos parar de esconder essas coisas”.

Quando você já foi nos médicos, ela escondia dos médicos também.

Falei:

“Não, a gente não vai esconder mais não, eu vou falar que eu sou filha de hanseníase mesmo, eu sou filha de hanseníase”.

Depois aquelas propagandas que davam, é ne... como é? Aqueles artistas, né? Todo mundo bem. Eu falei:

“Vão parar com isso, porque para ajudar os médicos também”, falei.

“Como a senhora vai ajudar os médicos, se os médicos não sabem seu problema?”

Nem da Unimed. Você pensa que os médicos da Unimed sabe desse problema muito? Não entende não.

“Então, tem que falar a verdade”. Falei com ela.

E ela vivia no hospital direto, direto. Morava no hospital direto. Direto a internação dela, direto. Era direto. Se você falar qual hospital que eu não passei. Passei todos eles, todos eles com ele, na Santa Casa, Dório Silva, lá, lá no Dório Silva, lá no Jaime, lá, lá no Evangélico, lá, lá no naquele negócio do socorro, ali que quebra os braços, ali perto do...

Clínica dos acidentados.

Eu ia ali direto. Eu ia quatro horas da manhã com ela pra lá. Botava sentada, sentada na cadeira, eu ficava em pé pra ela, lá, junto com os idosos, os outros até falavam.

“Ó, minha mãe tá ali, ela é idosa, eu vou ficar aqui na fila.”

Ficava na fila tudo. Tudo. Os médicos tudo conhece... Vila Velha me conhece. Cariacica, no Adalto Botelho ali que ela ficou, depois foi transferida pra cá. Os médicos me conhecem, todos. Os prontuários estão tudo lá.

Mas aí então, ela cuidou da senhora quando a senhora era pequena e a senhora cuidou dela na velhice?

Ah, cuidei. E os médicos ficavam absurdo. “É difícil ver uma filha de criação cuidar da mãe assim”.

Aí eles chamavam o Z. C. no canto, quando viu que ela estava ruim mesmo.

“Ó, nós vamos falar, você prepara sua mulher, que eu vi como que ela é agarrada com a mãe dela, eu vi como ela é, você pode...”

“Então, não vou trazer ela mais não...”.

“Não, você tem que trazer ela, se você não trazer ela, ela pode ficar internada a mesma coisa, mas você prepara ela.”

Aí, quando eu senti, dia 5... foi dia 5 de dezembro, eu deitei aqui no chão, aqui. Fiquei deitada aqui no chão a noite toda com aquela angústia, aquela angústia, aquela angústia, aquela angústia, angústia, angústia, me deu uma aflição, aflição, uma coisa ruim, pensei que eu ia embora. Eu falei:

“Meu Deus alguma coisa, ai meu Deus do céu, que que é, que que é, que que é?”

Aí meu filho levantou assim:

“Que você tá fazendo no chão, mãe?”

“Tem alguma coisa acontecendo, tem alguma coisa, uma angústia me avisando... alguma coisa, alguma coisa que eu tô sentindo...”

Quando foi duas horas, o telefone tocou. Era ela que tinha falecido duas horas da manhã. Era ela. Eu fiquei doidinha... Aí, aí ele atendeu o telefone foi lá:

“E agora, como que eu vou falar com a minha mãe?”

Falei:

“Não precisa falar, eu sei que ela morreu, eu sei que ela morreu, eu vou lá.”

Aí o médico falou, aí o médico falou:

“Não traga, não traga ela, porque ela... por causa negócio de bactéria, né? Hospital, UTI, essas coisas e ela vai começar agarrar ela. Vai começar tudo. E quando estiver no caixão, não abra o caixão, porque ela vai pegar agarrar ela”.

Quando eu cheguei lá, que eu vi ela lá, quase derrubei o caixão no chão. Aí minha pressão subiu. Aí tive que levar para o Pronto Socorro São Luís aqui. Aí eu vim toda abobada de lá.

Vai fazer um ano agora, então, dia 5?

Dois anos. Dois anos já fez dia 5 de dezembro.

Dois anos já...

Tá ali agora na folhinha nova, ali. Vai fazer três anos. Anoto lá três anos. Três anos. E ela fazia dia 28 ano agora, 77... 78 anos. Eu conto tudo direitinho. Eu tenho um caderno que eu conto o passado do meu tio todinho. Quando ele morreu, desde o 1º ano, 1 ano, 2 anos, 2 meses, 2, 3 e 4 meses e tá tudo no caderno anotado.

Seu tio foi bom para você?

Nossa, maravilhoso! Foi um pai maravilhoso. Gostava do Djalma como fosse filho dele mesmo, neto mesmo. Eles chamam de vô e vó. E eu... Ele me chama Rubi e Z. C., porque foi costumado junto. É Rubi e Z. C., me chama.

“Uai, Rubi, você deixa chamar você de Rubi e Z. C.?”

Uai, porque foi criada junto. Aí Rubi, Z. C., né? Aí eu não vou bater no menino por causa disso?

“Não”. Falei.

Ele me respeitando tá bom.

Lógico...

Né? É isso. Mas assim... minhas irmãs são tudo desligada uma da outra. Se ficar doente ninguém não sente, ninguém não preocupa, é assim. É tudo afastada.

E isso se deve ao fato de vocês terem sido criados...

Afastado...

... Tudo separado, né?

Tudo separado.

Aí não criou os laços familiares?

Não. E minhas irmãs não gostam de mim porque eu sou mais assim... Ametista... Ametista, minha mãe não gostam muito de mim porque eu sou Testemunha de Jeová e eles são católicos. Quando eu vi lá, eles debochavam de mim, mas eu falava assim:

“Eu respeito sua religião, você respeita minha religião.”

Isso mesmo.

Porque a pessoa tem que respeitar. Porque eu acho assim, se você tem sua religião, ele tem sua religião, outras religião, eu tenho a minha, você respeita. Ninguém tem nada a ver com isso, né?

Isso.

Eu vou, saio do meu canto todo dia de manhã. Trabalho pra Jeová. Vou de casa em casa.

Isso mesmo.

Eu faço isso, não tenho vergonha não, de falar.

Com toda certeza.

Não tenho. E graças a Deus. Porque meus pais que me ensinaram.

E os seus pais, desde aquela época que eles pegaram você, lá com três aninhos, eles já eram Testemunha de Jeová?

Não. Eles eram da Assembleia de Deus. Naquela época, misericórdia... Assembleia de Deus deixava a pessoa doido. Uma antiga que tinha aqui. Ali embaixo. Povo que gritava. Eu falei assim:

“Eu vou ficar é doida aqui, neurótica nesse troço aqui.”

Aí ele me dava beliscão, né? Aí tinha... subindo, subindo pro céu. Falei:

“Claro, cadê a escada pra mim subir pro céu?”

Aí depois que ele falou com uma irmã:

“Se você provar na Bíblia um negócio, eu saio de lá e viro Testemunha de Jeová”.

Aí ele virou Testemunha de Jeová. Aí ele ficou mais calmo. Quando ele estava lá, uma vez ele me deu uma surra, uma surra, uma surra, que eu mijei, que eu pedi:

“Jesus... em nome de Jesus, me ajuda.”

Era ira que ele tinha assim porque... Uma vez eu pedi... No colégio assim, a gente pedia anel emprestado, depois uma emprestava a outra, a outra. E eu tinha medo de falar com ele, eu falei que achei aqui na padaria. Ele não gostava de mentira. Me deu uma coça, uma coça, nunca mais... mas foi bom. Porque a mentira é como roubar um anel. Aí ele me deu uma coça que eu nunca mais na minha vida... Nunca mais fiz isso.

Rubi, então é isso. Eu queria ouvir um pouco da sua história, dessa separação, né?

Eu tenho pouca assim... a mentalidade de... 3 anos atrasado. O doutor falou. Doutor J., de Vitória. Porque eu não sou pessoa maldosa. Gosto de ajudar muitas pessoas, sou uma pessoa assim, gosto de ajudar. Tanto os idosos, como as pessoas que estão precisando, eu ajudo. Vivo bem com meus vizinhos aqui, graças a Deus. Se precisar de ajuda, estou pronta para ajudar. Mas ele falou... Eles falavam sempre com o meu tio, minha tia:

“Cuidado, que Rubi não tem maldade em nada”.

“Tem que ter... ensinar a ela ter cuidado, né?” Ele falava sempre isso.

Mas aí eu tomei o remédio, melhorei. Mas aí eu fiquei mais atenta.

Que bom...

É. Mas é. A minha mãe tá lá, mas eu vou ver se eu vou lá. Vou lá ver ela. E... Ainda eu vou lá, mas eu volto rápido, não me sinto bem lá não. Não me sinto muito bem não. Não me sinto bem não. Me sentia bem na casa minha tia, não vou por causa da casa da minha tia que eu vejo lá. Aquela varanda lá, nós ficávamos deitadas, nós duas lá conversando. Quase não ia na casa dela não. Ficava lá na casa da minha tia. Quando eu ia lá, quase não ia não... Os outros... Limpava a casa dela, cuidava dela muito direitinho... Mas é assim mesmo, a gente vai levando a nossa vida, né?

A sua irmã mais nova a...

Turmalina.

A Turmalina. Não, a outra que cuida da Dona Diamante.

Ametista, mais velha.

A Ametista é a mais velha?

A mais velha. Ela e o Topázio. É a mais velha. Ela tem sessenta e poucos anos. Ametista.

Ela que ficou com a incumbência de morar junto com ela, que ela nunca casou, né?

Humm, se você falar homem com ela, ela vira um bicho com você. Não quer namorar não. Fosse eu... vê a situação minha irmã todas são largadas. Só eu sou casada, vai fazer 30 anos agora dia 19.

Que bom, né?

Tenho 30 anos. Essa minha irmã Turmalina, ela foi largada do primeiro marido. Aí casou... casou não, juntou com esse. Esse dela faleceu. Fez dois anos também que faleceu dia 13 agora de dezembro, ele. Aí é... mas se dá muito bem os dois.

Final de semana passada eu fui lá, na casa da Turmalina.

A Turmalina vai direto na casa dela. Turmalina vai, porque Turmalina... Ametista não tira onda com a cara dela não, porque Ametista implica muito. Ela não gosta que ninguém vai lá não. Ela não gosta não. Mas a Turmalina não tira onda com ela não. Mas eu não gosto de confusão não. Eu gosto assim, sou mais calma. Todo mundo fala:

“A Rubi é mais diferente das pessoas. Rubi gosta de conversar calmo, não gosta de briga, não gosta não...”

Eu gosto de ser civilizada. Não gosto de gritar. Não gosto que ninguém vem gritando comigo também, senão fico agitada, assim um pouco. Então eu gosto de conversar. Igual o diretor lá falou:

“A sua irmã, aquela outra, eu gosto dela demais que ela é muito educada”.

Que bom...

Por quê? Porque os pais e a mãe ensinam, né?

Verdade, a senhora teve uma boa criação.

Isto.

Está joia, então eu vou lá. Muito obrigada, viu...

Mas, toma um refrigerante. Quer um refrigerante guaraná?

Não, não. Obrigada. Estamos satisfeitos.

Nossa você saiu da sua casa pra vim... Você mora em Cariacica?

Aham, moro em Campo Grande. Perto do Terminal de Campo Grande.

Ali né?

Isso.

Agora daqui você vai direto e dobra à direita e vai embora pela Lindemberg.

A gente custou foi para achar...

Agora quando você vir, você já sabe, agora, né?

Sim, sei sim.

Ah, esqueci de pedir. A senhora assina o termo autorizando a pesquisa? Porque para a gente colocar o que a senhora falou, na pesquisa, eu tenho que ter autorização.

Ah é, se não assinalar, não adiantou nada você fazer sua entrevista.

É verdade. São duas vias, uma fica com a senhora e a outra fica comigo. Hoje é dia quinze, dezesseis?

Dezesseis hoje. Dezesseis do doze.

Dezesseis de dezembro. Aí a senhora assina aqui e eu assino aqui.

Onde eu assino, você falou?

Nessa linha aqui.

Ah, tá. Agora acho que eles vão mudar meu nome, né?

É?

Vai botar Rubi... Rubi P. F. G. É da casa dela ali.

Assina mais uma, que uma fica comigo e outra fica com a senhora.

Eu aqui, né?

Isso. Uma via fica comigo e a outra cópia fica com a senhora.

Desculpa, que eu assino só com o documento. Tá?

Não, está ótimo. Perfeito.

Mas se saísse mesmo, né, era até bom. Ajudava a gente.

Verdade.

Mas graças a Deus., Deus não deixa faltar nem arroz, nem feijão aqui em casa. Importante é isso.

Local: Residência da mãe na Ex-Colônia de Itanhenga.
Data: 15/11//2017.
Duração: 5 minutos e 51 segundos.
Pesquisadora: Elaine Cristina Rossi Pavani.
Identificador: Turmalina.
Sexo: Feminino.
Idade: 45
Profissão: Desempregada.

Quantos anos você tem?

Quarenta e cinco.

Com quantos anos você foi para o Educandário Alzira Bley?

Desde quando nascemos, né? Eles tiravam das mães e mandavam pra lá. Eu saí de lá com três anos e meio.

Três anos e meio de idade?

Sim.

Quando saiu de lá, você foi pra onde?

Pra casa do meu tio.

Do seu tio?

Sim.

Seu tio morava onde?

Vila Velha.

Vila Velha?

Aribiri.

Foi ele que terminou de criar você?

Não. Dos 3 anos até os 6 anos e meio foi ele, depois, os meus pais pegaram a gente.

E hoje você tem quantos anos?

Eu tô com quarenta e cinco.

Quarenta e cinco?

Sim.

Como foi poder voltar a viver com seus pais?

Difícil. Difícil, porque a gente não tinha convivência com eles. Difícil. Eu mesmo nunca aceitei. Sei que é minha mãe, porque se fala, né? Mas eu não conhecia.

Você ficou então, no Educandário, três anos e meio. Você tem alguma lembranças da sua vida lá dentro?

É boa. Lá era bom, ótimo. Tratamento muito bem. Tratava a gente muito bem, entendeu?

Quem cuidou de você lá?

Quem cuidou de mim lá foi a Jandira, praticamente, né? Tenho mais consideração que a minha mãe, entendeu? Foi ela.

Você se lembra como era a alimentação lá dentro do Educandário?

Era boa a alimentação, não era ruim não. Era muita criança, então, né? Mas era boa. Não era ruim não.

No período que você ficou lá dentro do Educandário, eles trouxeram você para visitar seus pais aqui na Colônia?

Não. A gente via eles assim, porque eles iam lá no portão, mas a gente nem queria ver, porque a gente não tinha contato, né?

Depois que você saiu do Educandário, que você foi morar em outro lugar, em algum momento você já se sentiu discriminada por ser ex-interna do Educandário?

Já. Já. Escola então...Quando eles descobriam que a gente era filho de... Eles falavam leproso antigamente, né? A gente via assim a distância, distanciava da gente um pouquinho.

O que você acha do tratamento que você recebeu lá dentro do Educandário?

Bom, bom. Ótimo.

Como está sua vida atualmente?

Não está cem por cento, mas tá noventa e nove. Que a gente vai superando, né? A gente acostuma.

Quais são as lembranças que você tem, na sua memória, sobre o Educandário?

Lembrança como assim?

O que você lembra daquele período que você viveu lá?

Brincar, brincar, a gente brincava muito, entendeu? Eles passeavam com a gente por ali. Mais era brincadeira, que era criança, né?

Você chegou a estudar dentro do Educandário, ou só depois?

Só depois.

Você morou quanto tempo com seus tios?

Meu tio me tirou de lá com três anos e meio e eu saí de lá com sete anos, quase. Uns três anos.

Depois disso você foi morar com sua mãe e seu pai onde?

Em Flexal.

Em Flexal?

Sim.

Como foi sua vida lá?

Ah, não tenho como explicar não, porque... foi estranho, né? Você sai de um ambiente, vem pra outro que era meu tio, depois vem pra outro. Bem complicado. Difícil.

Você estudou até que série?

Eu estudei até... Quando eu morei com meus pais, eu estudei até o 5º ano. Porque o meu pai falava que menina mulher não precisava estudar muito não. Sabendo ler e escrever já era o bastante. Aí eu voltei depois que eu casei. Não terminei, né? Estudei até o primeiro ano, depois saí. Com meus pais mesmo, eu estudei até o 5º ano.

Atualmente você mora onde?

Porto de Santana.

Mora você e sua filha?

Eu e minha filha.

Você atualmente está desempregada.

Sim. Sou viúva, né? No caso, não sou viúva do pai dos meus filhos. Porque eu casei. Casei assim, juntei de novo. Morei quinze anos com um rapaz, aí o mês que vem faz dois que ele faleceu. Eu tenho dois filhos, a menina com 21 e o menino com 23. Só que o menino mora com o pai e a menina fica comigo.

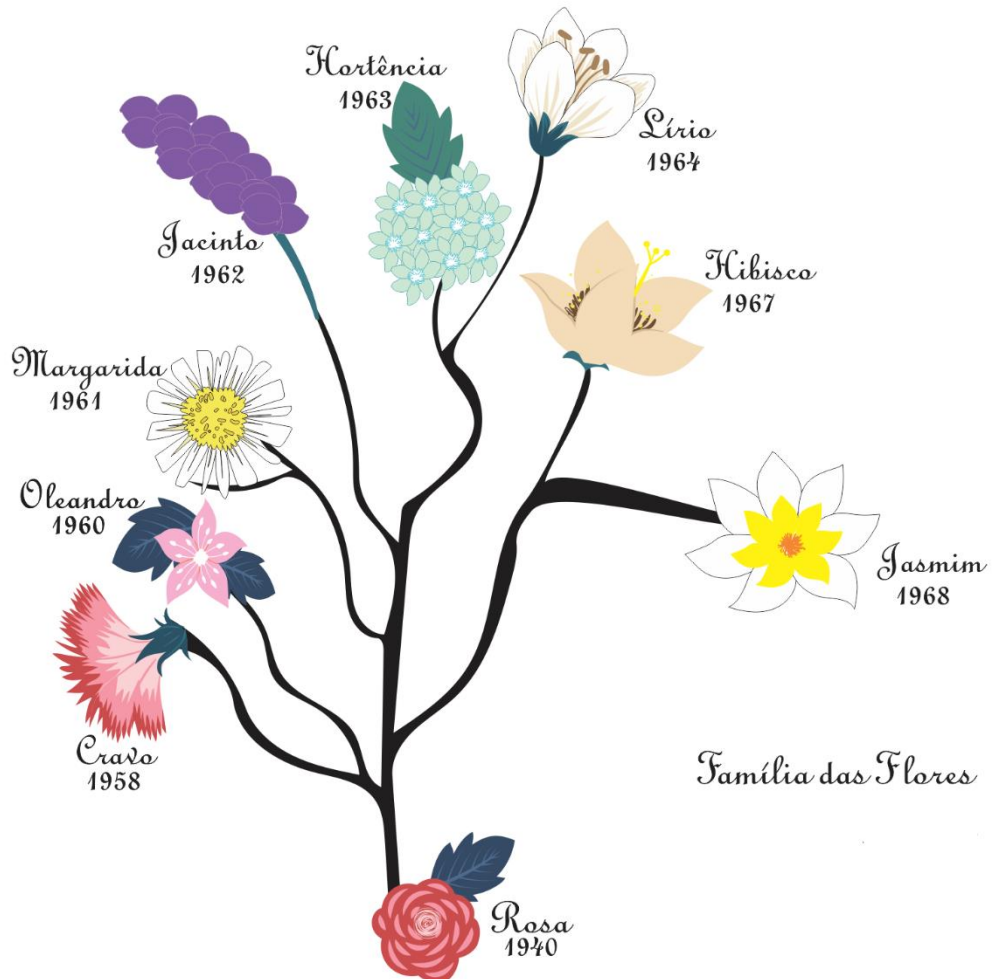
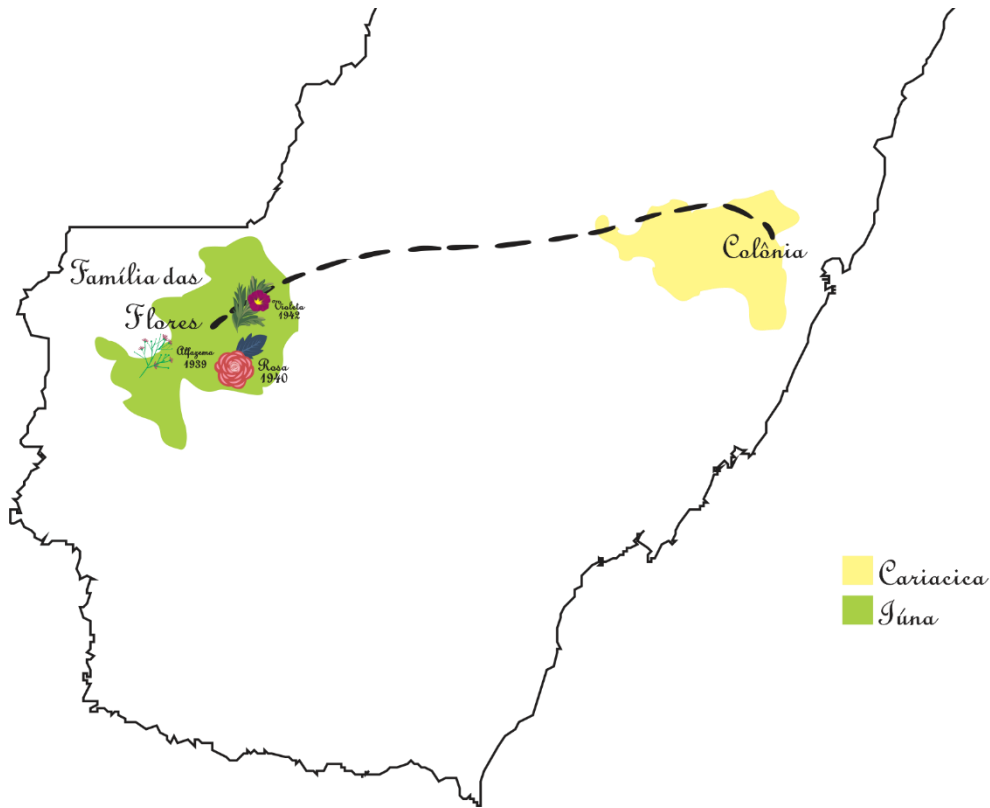
Você sabe que as pessoas que viveram na Colônia tem direito a uma indenização por terem sido mantidas aqui de uma forma compulsória. Você acha que os filhos também têm esse direito?

Ah, eu creio que sim. Eu creio que sim.

Porque eles também foram isolados lá...

Foram isolados, porque os pais ganhavam, e tem pais que nem via os filhos. De lá do hospital mesmo já ia pro Educandário. Porque antigamente não podia ter contato, né? Hoje tem cura, né? Hoje tem medicamento, pode controlar. Tem cura. Mas antigamente não tinha, entendeu? Então, eu lembro quando mais meu pai ia lá ver nós, tinha um portão de grade, aí nós ficava do lado de lá, ele do lado de cá. Não podia nem dar a mão, nem nada não. Era uma telinha bem pequenininha. O que foi dona Diamante? Ai nós... fazer o quê? A gente acostuma, né?

APÊNDICE F - Família das Flores



Local: Jucutuquara, Vitória/ES.
Data: 09 de Dezembro de 2017.
Duração: 24 minutos 27 segundos.
Pesquisadora: Elaine Cristina Rossi Pavani
Identificador: Alfazema
Sexo: Feminino
Idade: 78 anos
Profissão: aposentada

Qual é o nome da senhora?

Alfazema

Quantos anos a senhora tem?

Setenta e oito.

Qual é a data de nascimento da senhora?

Eu tenho duas datas. Tem que ser do documento, né? Do documento é 06/08/1939.

E a outra?

13/10/1939. Eu só sigo a... eu sigo a 13 de outubro que eu gosto. Mas qualquer esse negócios assim tem que ser do documento, né?

A senhora pode contar um pouco da sua vida? Pode começar de onde a senhora nasceu...

E, minha filha, fui pra lá com sete anos.

A senhora é natural de onde? Nasceu onde?

Lajinha. Lajinha do céu.

Em Minas?

Em Minas é. E depois nós fomos pra Santa Clara, né, que era Lúna. Antigamente era Santa Clara, onde nasceu minhas duas irmãs. Eu nasci lá em Lajinha.

A senhora nasceu em Minas mesmo. Então, a senhora é mineira?

Acho que sim, nem sei. Fiquei mais aqui do que lá.

A senhora e as suas duas irmãs, seu pai e sua mãe moravam em uma propriedade rural em Lúna?

Isso é. De lá pra cá... pra lá eu não sei nada, quem sabe disso é a minha irmã, que ela que convive mais com eles, né? Eu fui lá pro colégio, pro Educandário lá. Acabei de me criar lá.

A senhora chegou no Educandário com quantos anos?

Sete anos.

Quem cuidava da senhora lá no Educandário?

Ah, gente era turma, né? Tinha sempre um para tomar conta da gente. Depois a gente tomava conta de outra turma, aquele negócio assim.

Tinham muitas crianças?

Tinha bastante. Eu mesma, quando já estava assim maiorzinha e tudo, trabalhei muito no berçário, cuidava dos nenenzinhos. Trabalhava na lavanderia, em tudo quanto é lugar... todo mês a gente tinha a lista de trabalho, né? A gente trocava de trabalho todo mês. Era bom à beça naquele tempo. Quando chegava o fim do mês, a gente ficava ansioso para ver onde é que eu vou trabalhar esse mês.

A senhora trabalhou, então, na lavanderia...

Trabalhei em tudo quanto é lugar. Tava sem diretora lá um mês, né? Fiquei um mês como diretora.

É?

Foi nessa época que eu sai de lá, porque a presidência se aborreceu lá, porque eu recebi um garoto que tinha ido embora. A mãe levou, depois trouxe de volta e ela não queria que eu recebesse. Mas eu não podia deixar o menino na rua. Aí eu me aborreci com ela e saí, fui embora. Fui lá pra Valadares (MG), morar com minha outra irmã solteira. Solteira não, ela era casada, eu que estava solteira. Me casei depois. Mas eu morei muito tempo lá.

Quantos anos a senhora morou no Educandário?

Eu saí de lá em 1967. Eu entrei em 1945 mais ou menos. Nem sei quantos anos, não foram muitos anos não. Parece que era muito, mas não...

São vinte e dois anos. Vinte e dois anos é muito tempo.

Sei lá, pra mim parece que foi até pouco. Mas eu saí porque eu tava noiva e tudo, não quis ficar lá mais, né? Fui morar com a minha irmã e lá eu me casei. Vim pra cá pronto, fiquei por aqui mesmo.

E a sua vida dentro do Educandário como é que foi?

Eu não tenho do que reclamar não. Tinha vida boa e tudo, sei lá... não reclamo de nada não.

A senhora tinha contato com os sobrinhos da senhora que eram mandados para lá?

Tinha sim. Logo que eles foram pra lá, quando eu podia eu cuidava deles. Quando eu não podia, tinha as meninas que cuidavam. Eu não gostava. Ficava triste quando a gente não podia ir lá ver e tal. Depois foi crescendo e tal. Só o Hibísco e a Jasmim foi que eu não peguei. O Hibísco não. É Hibísco mesmo. Eu não peguei. Eu já tinha saído de lá. Os outros todos eu ajudei cuidar. Cuidava deles igual mãe mesmo.

A sua irmã me falou que teve uma que faleceu?

Foi a Hortência. Nossa, eu era apaixonada por aquela minha sobrinha.

Ela faleceu de quê? Ela tinha alguma doença?

Ela deu... deu diarreia, foi desidratação.

Desidratação?

Porque na época era muito difícil essas coisas, né? E a gente não entendia nada, né, era nova. Levei para o hospital infantil. Acho que eles não puderam. Quando a gente foi visitar ela já tinha falecido. Ela tava toda suja de vomitado aqui assim (apontando para pescoço e ombro). Deve ter sofrido, ter morrido sufocada de noite.

Ela tinha quantos anos?

Dois aninhos.

Dois aninhos quando ela faleceu?

Dois aninhos, andava e tudo. É muita coisa sei lá... Me lembro assim, mas... tinha as colegas e tudo. Mas umas foram casando. Outras foram saindo, foram embora. Do meu tempo mesmo, tem muita gente que às vezes eu queria ver e não consigo ver. Quando tem reunião, essas coisas assim, a gente sempre vai pra se juntar. É tão bom, né?

Eu participei de uma em Novembro de 2015.

Na casa da Esmeralda, né?

Não, antes da Esmeralda. Foi uma que teve na Associação de Moradores de em Itacibá. Foi muito bom.

Eu fui lá também.

Hibisco falou que vai fazer outra agora em janeiro, dia 14 de janeiro.

Você se reunir é tão bom. É uma dó que não aparece todo mundo, tanta gente que não vai. Poder se encontrar é tão bom.

A senhora sofreu algum tipo de preconceito por ter sido interna do Educandário?

Não. Só teve um namorado que eu tive, um tal de H., porque era assim... naquele tempo, eu não ligava muito pra essas coisas também não. Aí uma vez ele perguntou pra Jandira se não tinha perigo dos nossos filhos nascerem doentes. Eu fiquei com raiva daquilo e aí dei motivo pra ele terminar. Aí ele foi embora, sumiu. Também foi só. Graças a Deus. Nunca tive nada dessas coisas não.

A senhora estudou lá dentro do Educandário?

Estudei. Fiz o primário todo, né? Aí eu fiz prova pra escola normal (para ser professora), mas eu não passei. Não tinha uma pessoa interessada em estudar. Eu estudei muito. Mas não deu.

A senhora fez até a 4ª série no Souza Araújo?

Foi.

Depois de 5ª a 8ª?

Não, eu só fiz mesmo o 5º ano que foi com um professor que morava mais perto do Colégio de Itanhenga, né? Ali pra cima, o professor. Eu ia lá fazer a admissão, que eles falavam, né? Aí eu fiz prova e tal, mas não deu. Foi só até aí mesmo. Depois eu fui fazer curso de bordado. Nós fizemos curso no SESI, eu e mais umas três. Fizemos cursos de culinária, fizemos negócio de bordados, essas coisas assim e economia doméstica que eles falavam. Que mais que eu me lembro assim... Depois teve a dona I. C. que custeou o bordado pra mim, curso de bordado. Aprendi bordar com ela... com a professora que ela que custeava pra mim, né? Ela até faleceu também, a dona I. C. Eu bordava lá, ela viu os meus bordados aí...

Viu que a senhora tinha talento...

E colocou eu pra fazer o curso. Mandava me levar de carro e tudo. Era tão legal, dona I. C. Aí eu aprendi a costurar um pouco também com uma menina lá que costurava. Saí de lá, graças a Deus, saí um pouco instruída. Não saí tão burrinha, né? Graças a Deus não tenho do que reclamar não.

Como a senhora considera a alimentação que era servida lá dentro para as crianças?

A alimentação fazia o que tinha, né? O que podia ser feito, né? No meu tempo, por exemplo, fome nós nunca passamos não. Naquele tempo não. Se foi depois que eu saí, eu não sei. A alimentação era normal. Tinha arroz, carne, essas coisas assim.

Como era organizado? Tinha algum regimento para organizar o funcionamento do Educandário?

Como assim?

Tipo assim: todo mundo tem que se levantar às sete horas, tem que arrumar as camas, tem que fazer isso...

Tinha. Em cada setor, né, tinha um tomando conta, né? Tinha o setor dos rapazes, tinha das moças, tinha das crianças. Lá na creche também já era outra coisa diferente. Tinha os horários tudo direitinho. Hora de dormir...

Com que idade os meninos começavam a trabalhar na roça?

Na rua?

Na roça.

Lá na roça?

É. Porque eles contavam também, não é?

Bom! No meu tempo... sei lá tinha poucos. Tinha uns cuidando do gado, tinha uns bois lá, que ele cuidavam. Tinha porcos. Ah, eu não lembro muito bem não, mas com 15, 16 anos eles estavam cuidando. Tinha o padeiro, né, que fazia o pão lá mesmo. Um rapazinho de lá mesmo. Não lembro a idade, mas um rapaz de 18 anos. No meu tempo tinha o sapateiro, tinha... depois ele morreu, tadinho, atropelado. Sei que cada um tinha uma coisa, né? Sua obrigação, né? E eles faziam direitinho.

A senhora visitava os seus pais lá Colônia?

Visitava. Tinha que ir lá de vez em quando. É dia de Natal. A gente ia no dia das mães, né? Com o tempo a gente fugia também e ia lá.

Como eram essas visitas? As visitas do Natal e do dia das mães, como é que eram?

Tinha um portão. Uma cerca, um portão, né? Então, a gente ficava do lado de lá e eles do lado de cá. Tanta coisa, muita ignorância naquela época. Nossa mãe!

Você e as outras crianças saíam do Educandário para fazer algum passeio, alguma visita?

Sáíamos sim. Uma vez eles foram lá em Nova Almeida, numa praia, então, dessa vez, eu nem fui, porque tava perto do meu aniversário. Meu aniversário é no dia 13, né? Que eu achava que era. Aí eles foram à praia no dia 11, no domingo. E eu queria ir no convento. Mas eu pedi a diretora e ela falou:

“Então tá, então você não vai não”.

Aí foi que aconteceu aquele acidente que morreram 8 pessoas. Morreram afogados, não sei se a Rosa falou. Pois é.

A professora e mais alguns alunos.

Nossa, a mamãe ficou doida, ela pensou que eu estava também. Tiveram que me levar lá pra ela ver. Enquanto não me levaram, ela não sossegou.

Você conhecia as pessoas que se afogaram?

Demais, nossa mãe! A professora, Olga Martinelli. Ela tinha deixado a chave comigo, a chave do quarto dela. Me mostrou as coisas que ela tinha, os documentos dela. Parecia que ela estava adivinhando, os documentos das sobrinhas dela que ela tomava conta, né, que a mãe, irmã dela, era doente, entendeu? Então, ela deixou tudo comigo. Deixou tudo comigo, a chave, as coisas. Naquele dia que ela faleceu eu fiquei doida. Nossa mãe!

E das crianças que morreram você tinha contato com alguma?

Todas elas a gente tinha. Contato com todas elas. Isa, Isa ela ... Isa costurava. É a Isa costurava. Tinha a Mimi também. A gente era muito chegada a todos eles.

Um dos que faleceram também era o irmão da Jandira, né?

Foi. Foi o irmão da Jandira.

Ela me contou que foi o último a ser achado, que estava todo picadinho de peixe.

Foi é. Muito triste esse dia. Deus me livre!

A senhora saiu do Educandário porque já estava noiva, né? Pretendia se casar...

Eu pensei: “Eu vou ficar aqui, a presidente vai ficar implicando comigo, não vai dar certo.”

O rapaz era dali de Vitória, né? Tinha que ir lá né? Receber ele lá com elas. Eu me aborreci e liguei pra minha irmã. Liguei não, conversei lá com a minha irmã,

conversei com os meus pais, fui pra Valadares, fiquei lá com a minha irmã até me casar. Fiquei uns oito meses, nove meses só lá com ela. Depois me casei e vim pra cá, morar aqui no Bonfim. Eu fiquei lá uns tempo também. Com o tempo, meu marido também... a gente estava noivo ainda, me trouxe eu fiquei morando com a irmã dele lá em Santa Cruz, na praia, né? Ai ficávamos bordando eu e ela,. Era tão bom! Todo domingo ele ia lá no final de semana. Ele trabalhava, né? Era empregado. Depois nos casamos lá em Valadares. Tirei a foto e joguei fora.

A senhora casou e teve quantos filhos?

Só tem esse daí. A menina faleceu, né? Nasceu morta. Não tive sorte. Ele faleceu, graças a Deus deixou essa casinha aqui pra nós. Os irmãos que deram né, porque era dos herdeiros né, e todos eles, como se diz, abriram mão e me deram a casinha. Eu gosto muito deles, de todos eles, não tenho receio de nenhum. Me deram de tudo.

A sua irmã me emprestou umas fotos bonitas aqui para scanear e colocar no trabalho. A senhora quer ver como a senhora era bonita?

Essa foto aqui é do Padre Matias. Ele que tirava muitas fotos da gente e mandava para o Educandário.

E o Padre Matias era gente boa?

Ele era bom. Essa foto aqui é da turma. Meus sobrinhos, eu já gostava de tirar retrato com eles. Essa sou eu com a Hortência no colo.

Hortência é a que faleceu?

É. Olha a Jandira. Jandira com H. no colo. O H. você deve conhecer, né?

Sim. A Jandira era bonita, né? Muitos anos de dedicação lá dentro do Educandário...

Algumas pessoas que eu entrevistei falaram que alguns dos jovens que tomavam conta batiam nos outros. É verdade isso?

No meu tempo eu nunca vi não.

Essa daqui é você?

Sou horrorosa. Nossa senhora!

Horrorosa nada, bonita.

Essa irmã de vocês já é falecida?

É falecida.

Rosa falou que ela se casou com 16 anos?

É. Aqui eu outra vez no meio dos sobrinhos.

Essa foto ficou bem bacana.

Eu sentada. É eu com a S., eu acho que era a S. e o C., lá de Valadares, filho dessa que morreu.

Essa daqui é você?

É.

Você gostava de cuidar dos pequenos lá dentro?

Nossa, demais! Nossa mãe!

Essa daqui é no refeitório do Educandário?

Essa aqui acho que foi na creche. Nem sei onde é que eu tirei esse retrato.

Era o Padre Matias que batia?

Padre Matias que tirava, é. Essa daqui eu não sei quem era não. Ai, ai.

As lembranças que você tem de lá, são mais lembranças boas ou mais lembranças tristes?

São boas, não tenho do que reclamar não.

Você conviveu muito tempo com a Jandira?

Convivi. Mas eu fui pra lá primeiro que ela, né? Ela foi depois, mas a gente sempre se deu bem, não tenho que reclamar de ninguém não.

Algumas pessoas falam assim que lá dentro era como se todo mundo fosse uma família só.

É sim. Briga, daqui a pouco conversa, daqui a pouco... aí fica de mal uns dias, depois volta. Tinha uma, uma tal de L. que ela sumiu a moça, nunca mais tive notícia dela. A gente era muito amiga, nossa mãe! De vez em quando a gente ficava de mal uma com a outra. Ela gostava de ficar de mal. E mas era uma tristeza. Custava pra fazer as pazes. Quando a gente fazia as pazes era bom à beça. Muita coisa boa...

E como está a vida da senhora atualmente?

Hoje tá normal. Eu fico em casa. Quando estou folgada eu faço crochê. Às vezes eu saio, viajo também, passeio com as minhas excursões. Tem um pessoal ali em Bom Jesus do Norte, de vez em quando eu vou pra lá. Fico lá uma semana, volto. No Rio também eu fico na casa da minha cunhada. Fiquei com ela lá no hospital uma semana. Ia pra lá todo dia ficar com ela, porque ela estava operada, né? Tô até na expectativa dela fazer outra cirurgia. Ela vai me chamar. Tomara que acabe logo isso aqui. Lá em Bom Jesus, de vez em quando, tenho que ir lá, porque é a mãe da minha concunhada, né, que faleceu também. E ela só tinha ela de filha. Tem três filho homem. Mas, nossa mãe! De vez em quando, ela pergunta:

“Quando é que você volta, quando é que você vem?”

Sempre me ligando. Graças a Deus eu não tenho do que reclamar não.

A senhora estudou até que série?

Eu só fiz o ginásio... o primeiro ano, a primeira série... como é que é?

Até a 5ª série.

Só. Eu não estudei mais do que isso não.

E a senhora chegou a trabalhar aqui fora?

Trabalhei no asilo.

No asilo?

Quase quinze anos. Aposentei ali.

Tomando conta dos idosos?

Eu fazia de tudo lá. Levava eles pra cortar os cabelos, levava eles pro médico, levava eles pra receber. Tudo isso eu fazia.

A senhora gostava de trabalhar no asilo?

Gostava. Foi muito bom trabalhar lá. Minha irmã que arrumou pra eu trabalhar lá. Ela trabalhou ali antes de morrer.

E ela morreu de quê?

Câncer no pâncreas.

Faz muito tempo isso?

Eu não me lembro se isso tem 10 anos... Foi depois do meu marido? Foi. Meu marido tem 14 anos. Deve ter uns 10, 11 anos, por aí. Não me lembro quando foi.

Quais são as lembranças que a senhora mais tem na memória sobre o Educandário?

Ah, não sei... quando tinha festas, essas reuniões assim, eram boas as festas que tinham lá. No Natal sempre tinha festa boa. Naquela época, eles sempre iam lá fazer o Natal com a gente. Era muito bom. Muita coisa boa que a gente passou também.

Muito obrigada pela sua colaboração, por ter dividido um pouquinho da história desse tempo comigo, tá? Muito Obrigada.

Local: Porto de Santana, Cariacica/ES.
Data: 09 de Dezembro de 2017.
Duração: 24 minutos
Pesquisadora: Elaine Cristina Rossi Pavani
Identificador: Rosa
Sexo: Feminino
Idade: 77 anos
Profissão: aposentada

O nome da senhora é qual mesmo?

Rosa da S. Flores.

A senhora nasceu quando?

Sete de julho de 1940.

E a senhora morava onde, quando a senhora nasceu?

Lajinha do Chalé.

Onde?

Lajinha, Minas.

Lajinha fica em Minas?

É.

A senhora poderia me contar um pouquinho da história da sua vida?

De quando eu fiquei internada?

Pode contar ela toda (risos).

Eu nasci lá em Lajinha. Mas meus pais... a gente mudou pro Espírito Santo, né? Só atravessar a divisa, em Lúna. Depois, em 45, nós viemos pra cá. O médico foi buscar, a ambulância foi também. Me buscaram à força, né?

Como foi isso?

Que o povo denunciava que tinha uma pessoa doente. Denunciava e o policial vinha lá, examinava, marcava o prazo e ia buscar. A ambulância trazia de qualquer maneira, né? Tanto que eles queriam trazer a minha mãe e deixar o meu pai, porque quem era mais doente era ela, né? Mas ela não quis. Firmou o pé mesmo que não vinha sem ele, né? Esperou um pouco e ele veio. Nós viemos todos juntos.

Veio quem de lá?

Veio meu pai, minha mãe e minhas duas irmãs.

Quem é que tinha a doença?

Quem tinha a doença era a minha mãe.

Só a sua mãe?

Não. Depois meu pai. Mais tarde, muitos anos depois, apareceu a doença, porque a doença fica guardada muitos anos, né? Nós viemos pra aqui. Chegou aqui na entrada da portaria já... A minha irmã mais nova tinha um ano e nove

meses, eu tinha cinco e minha irmã, a outra mais velha, tinha sete. Na portaria, eles tiraram do braço da minha mãe minha irmã mais nova. Tirava sem falar nada. Não davam explicação nenhuma. Ninguém nunca tinha vivido aquela situação. Achava incrível, né? Me puxaram eu também da mão dela. Aí ela entrou só com a filha mais velha. Aí, no outro dia, fizeram exame, ela não tinha nada também. Nós fomos pro Educandário. Eu fiquei em observação dois anos. Depois de dois anos que levou a gente, né? Aí me internaram, me botaram junto com meus pais, em 47. É muito sofrimento. Não tem dinheiro que pague o que a gente passou. Minha mãe chorou dois anos. Não recuperava, porque ela não se alimentava direito. A vida dela era chorar. Falta de estudo, né? Nunca tinha visto falar que alguém separava o filho, né? Muito triste. Daí depois de dois anos, me botaram... me internaram e eu fui ficar com a minha mãe e meu pai. Depois internaram a mais nova e a mais velha ficou no Educandário muito tempo, nunca teve uma manchinha. Mas quem demonstrou a doença mesmo foi só eu.

E a senhora ficou lá no Hospital Pedro Fontes quanto tempo?

Eu fiquei lá até... de 47... aí foi em 57 eu casei e eu fui pra roça, lá pra Afonso Claudio. Depois eu voltei. Eu fiquei assim, nessas idas e vindas, né? Saía, ficava um tempo fora, voltava.

Mas por que assim, saía e voltava?

Porque meu marido andava muito. Ele não tinha nada não, mas internaram ele, porque ele teve uma febre. Essa febre, malária, né, parece. Aí acharam que era hanseníase, botaram ele lá dentro, mas nunca teve nada não. Eu tive em Minas, no hospital de lá. Depois voltei pra cá.

O marido da senhora, qual era o nome dele?

G.

G.

Aí depois que a gente... voltamos pro hospital. Comecei a ter filhos. Aí era cada ano... Não tinha orientação nenhuma, né? Não tinha instrução nenhuma. Era só viver mesmo a lei da natureza, né? Um filho cada ano. A gente sofria, ficava triste, porque acabava de nascer o filho da gente, tiravam. Não deixava nem encostar na gente, né? Porque eles achavam que o contato com a pele é que transmitia a doença. Aí tirava. Na hora que acabava de nascer, eles tiravam da gente. Muito mal a gente via só um pouquinho e eles levavam lá pro Educandário.

E a senhora teve quantos filhos?

Oito.

Oito filhos?

Pra você ver o quanto eu sofri, né? Se eu tivesse experiência, talvez não tinha posto tanto filho no mundo pra sofrer. Eles não reclamam não, mas eu fico triste, né? Quando começo a pensar no que eles passaram, no que eu passei... Muito triste a criança criar sem apoio, né?

Sim.

Aí, quando eu tinha 14 anos, comecei a trabalhar lá. Estudei até a 5ª série. Depois com 14 anos eu comecei a trabalhar. Eu dizia que era enfermagem, mas só aplicava injeção, né? Depois eu passei pra escriturária, trabalhei lá até casar. Depois, quando eu voltei de novo, trabalhei na... como chefe da lavanderia, depois trabalhei na costura. Naquele tempo, costurava roupa pros doentes. Era tudo feito lá mesmo. Eles davam os tecidos e a gente costurava lá.

Como é que era a vida da senhora lá dentro da Colônia? Vocês tinham uma casa?

É. Tinha uma casa. Eu morei muito em pavilhão, só tinha um quarto. O quarto era grande, e ali servia de cozinha, sala e tudo. Coisa horrível mas... Muitos tinham as casas. Eu nunca tive uma casa direito não, porque meu marido não tinha juízo, né? Não parava com nada.

Em qual hospital de Minas vocês foram?

Ubá.

Ubá?

Lá é Colônia Padre Damião.

Por que vocês foram para lá?

Porque ele gostava de aventura e gostava de viajar, né? Tentar a vida em outro lugar. É tudo a mesma coisa. Lá ele trabalhou como delegado. Eu trabalhei como na enfermagem também. Mas ele não gostava de ficar parado, aí a gente voltou pra cá. Depois nos separamos, eu mudei pra cá.

A senhora se separou dele em que ano?

Ele saiu de casa. Foi ele que separou, em 76.

Qual é o nome que a senhora deu aos filhos?

Nome? Cravo, Oleandro, Margarida, Jacinto... eu tenho que pensar (risos), Hortência, essa faleceu. Depois Lírio, Hibisco e Jasmim.

A Hortência faleceu de quê?

Dizem que foi a desidratação. Na época, o pessoal que fornecia leite pra lá diz que era cheio... misturava muita água. As crianças que foram criadas, naquela época, sofreram muito naquele ano, né? Mas eu acredito que ela já nasceu com problema. Com certeza, né? Não resistiu.

Era a senhora que escolhia o nome das crianças?

Era. Eu mesmo.

E como a senhora conhecia eles, já que depois do nascimento eram levados para lá? Como é que ficava esse contato?

No início, eles só levavam as crianças pros pais ver depois de sete anos. Mas eu não cheguei a... na minha época já... eu às vezes, eu ia escondido lá. Ia à noite, ou fugia pra ir lá visitar meus filhos. Eles cresceram me conhecendo.

Depois eles foram abrandando mais um pouco e a gente podia ir lá, né? Eu fui muito escondido, à noite. Outra hora, de dia mesmo.

E quando vocês chegavam lá no Educandário, assim meio fugido, eles deixavam ver as crianças numa boa?

Depois eles deixavam, mas no início não. A gente não podia aparecer não. Tinha que ir escondido mesmo. Mas eram... eram poucos que iam, que tinham coragem de ir lá. Eu sempre fui. Depois eu comecei a ir de dia mesmo. Aí entrou outro diretor que exigia que a gente fosse mesmo, né? Mas aí já estava quase no final. Decidido por grande.

Os filhos iam visitar lá na Colônia?

la. Duas vezes por ano.

É.

Depois modificou a lei, eles levavam até os neném, né? Levava duas vezes por ano, Dia das mães e dia de Natal.

Como é que era essa visita?

Essa visita? No início era... tinha uma tela, né, que cercava. As crianças ficavam do outro lado da tela. Nós de um lado e as crianças de outro. Aí depois, no final, a gente já podia levar biscoito, bala pras crianças, tinha mais contato, né? Depois que a gente sofreu tanto, acabaram convencendo que não pegava a doença, não era tão contagiosa assim, né? Depois que a gente começasse o tratamento não tinha mais contágio, né? Aí começaram a liberar as crianças. Depois, aí começaram a mandar sair. Com 14 anos tinha que sair. Se tivesse pai e mãe pra tirar, tudo bem, e se não tivesse, botava pra fora, né? Porque muitos foi mandado assim. Na hora de sair, tem que sair. Muita injustiça. Lá nunca teve um tratamento psicológico pras crianças. Era necessário, né? As crianças já cresciam sem tratamento. Nada disso. Nem religioso direito não tinha. Era um ensino assim... mais ou menos. Um dia dá graças a Deus por meus filhos. Eu agradeço muito a Deus, porque meus filhos... todos eles têm assim uma inteligência. Eles são inteligentes, entendeu? Conseguiram estudar, mesmo a gente não tendo recursos, mas com esforço deles mesmos, né? Eu só tenho que agradecer muito a Deus. Quantos aí de fora que têm talvez um recurso e parte pra um caminho errado, né?

Verdade. E como a senhora acompanhou a vida deles lá dentro do Educandário? Como a senhora acha que era a vida lá dentro?

Pra eles... eles só conheciam aquilo mesmo, né? E a gente foi criado lá dentro do hospital também, não conhecia outra coisa, outro mundo diferente, né? Eu, às vezes, ainda saía, mas muito sofrimento, né? Pra eles aquilo tava muito bom, porque não conhecia outra coisa, né? Tinha época que, às vezes, eles passavam aperto com alimentação. Quando a minha irmã trabalhava lá mesmo na despensa, passou muita necessidade, né? Tinha que tá inventando a comida pras crianças, pra suprir a falta, né? Foi muito sofrido.

Ela trabalhava no Educandário, a sua irmã?

Ela foi criada lá e depois trabalhava. Eles aproveitavam. É igual no hospital, né? Aproveitava o trabalho dos internos, pagava. Era gratificação que chamava até. Folha de gratificação. Comecei trabalhando lá, ganhando oitenta, oitenta cruzeiros, que era naquele tempo, né? Depois passei pra noventa e cinco. Aquilo era uma coisa de outro mundo (risos). Mas não foi fácil não. Naquele tempo, a gente sentia, mas nem tanto, porque a gente não conhecia outras coisas, né? Agora as pessoas que foram pra lá adultas sabiam, né, como que era a vida.

Os pais da senhora faleceram lá dentro?

Minha mãe sim, meu pai faleceu aqui comigo. Minha mãe faleceu lá. Ela faleceu em 75.

A senhora casou em 57, né? A senhora casou com quantos anos?

Faltavam 15 dias pra mim fazer 17 anos. Posso contar 16 ainda, né?

Aham.

Enquanto não completar o dia certo num pode contar, né? O médico é que falou comigo:

“Se a senhora morrer na véspera do seu aniversário, tem que contar aquela idade. Não pode adiantar.”

É verdade. E o tratamento pra doença, como é que era naquela época?

Olha, no início até a época de 50, até os anos 50, era muito difícil o tratamento. Era só experiência que eles faziam, né? Minha nossa Senhora! Depois que surgiu a sulfa, a sulfona e a diazona... Minha mãe mesmo entrou na lista de experiência. Eles escolheram 10 pessoas, já bem doentes, pra fazer a experiência. Mamãe entrou nessa lista e ficou curada. Nessa experiência, ela sarou, nunca mais teve nada. Aí foi só melhorando, né? As pessoas que fizeram tratamento direitinho, algumas recuperaram, e outras, algumas que já estavam mutilados, não tinha como recuperar, né? Mas quem não tinha mutilação nenhuma, deu pra recuperar. Depois surgiu esse outro tratamento de multidrogas que eles...

A Poliquimioterapia.

É. Eu tomei muito disso aí. Quem fez o tratamento direitinho não teve mais problema não. A única sequela que fica da hanseníase é a dormência, anestesia da pele, né? Que isso não tem como recuperar mesmo. Que diz que são os nervos que são afetados, né? Os nervinhos da pele, né? Eu tenho dormência nas pernas, tenho nos braços, em algum lugar. Isso não tem recuperação.

Essa dormência é que a senhora não sente dor na região?

É. Queima e a gente não sente. Outro dia eu queimei aqui. De vez em quando, a gente queima. Esquece, encosta em algum lugar, né? Na panela. É um sofrimento que não tem indenização que cobre não. Ajuda muito, né? Mas os que sofreram mais, morreram sem indenização, né?

E as mortes lá dentro?

Os que sofreram mais foram os primeiros, né? Aqueles que abriram o hospital. Esses sim sofreram.

Lá eles chegaram a fazer aquele tratamento com óleo de Chalmorga?

Nossa, fizeram muito. Tinha um tal de Antiledrina, uns outros remédios, que eu era criança e não me lembro bem o nome... ouvi falar depois. Era experiência mesmo que eles faziam com os doentes.

As pessoas que morriam lá dentro eram enterradas onde?

Lá mesmo, no cemitério.

Tinha um cemitério?

Tinha. Tem ainda. Hoje abriu pra prefeitura, mas antes era só mesmo pra quem morria no hospital.

E os filhos da senhora? A senhora recebeu eles de volta quando?

Depois de 77. Em 1977 que eu mudei pra aqui, que eles começaram a sair de lá.

Todos vieram morar com a senhora?

Vieram todos. Assim vinham dois, saía. Às vezes, ficava uns tempo comigo, outra hora sempre saía, ficava fora e voltava de novo. Até que conseguiram cada um tomar o seu destino. Mas foi muito complicado.

Hoje a senhora tem contato com todos eles?

Tenho.

São sete agora, né?

É. Tem uma filha que mora comigo, a mais nova.

A mais nova tem quantos anos?

Tem 39.

Qual é o nome dela?

Jasmim.

A senhora acha que esse afastamento que teve com os filhos foi uma forma de romper os laços?

É, né? Porque o que vale muito é a intimidade também, né? E se você tem uma criança, ela pode não ser sua filha, mas se você tem contato com ela direto, tem intimidade, tem... amor a gente sempre tem mesmo, é claro, falta intimidade. Tanto que, quando eles vinham morar com a gente, era muito difícil a adaptação, porque os meus me conhecia, mas tinha criança lá que não conhecia direito os pais, né? É muito complicado. Eu me lembro de um casal que tinha acho que 8 filhos lá. Mudou aí pro norte, pro meio da mata, comprou um sítio lá, levou os filhos... ninguém se conhecia, né? Não conheciam os pais, porque foi na época que não podia, que eles nem levavam lá pros pais ver, né? Foi ver, os filhos já estavam grandes. Foi muito difícil. Eu não, meus filhos

sempre me conheceram, sempre. Cresceram me vendo. Mesmo assim é difícil a adaptação.

Mais alguma coisa que a senhora acha importante falar daquela época do Educandário?

Não. Educandário não. Fiquei dois anos só, em observação. Eu nem cheguei ficar no Educandário mesmo, fiquei em observação.

Em observação, a senhora ficou onde?

Tinha um prédio perto do Educandário. Inclusive, um moço lá derrubou até o prédio, né?

É verdade.

Ele era só de observação. As crianças vinham... os pais internavam e as crianças que não tinham nada, ficavam naquele prédio ali, em observação. Fazia exame, comprovava que não tinha nada, subia pro Educandário. Eu fiquei dois anos em observação. Até que foi constatado que eu tinha hanseníase mesmo, aí eu fui internada. Lá casava também as moças. De vez em quando, casava uma lá.

No Educandário?

É.

Alguma filha da senhora se casou lá no Educandário?

Não. Minha filha, a outra mais velha, saiu de lá com 17 anos. E a outra com 14, a mais nova. Às vezes, passava as férias aqui comigo. Passeava, às vezes, no final de semana. Quando chegava a vir morar, já tinha mais contato comigo, né?

Então, a senhora saiu primeiro lá da Colônia. A senhora saiu em 76?

Em 77.

Em 77, a senhora saiu da Colônia e veio morar aqui nesta casa mesmo?

Aqui mesmo.

E depois disso eles vinham com alguma frequência visitar e depois foram ficando.

É. Foram saindo. Logo que eu mudei, eles começaram a me entregar os filhos.

A senhora conhece a Jandira?

Conheço.

Tinha contato com ela?

Tinha.

Era ela que cuidava dos filhos da senhora?

Não, nos tempos... primeiro era outra, né? Minha irmã cuidou de crianças lá. Depois a D. D. C. e várias que passaram por ali. Jandira, quando chegou, eu já estava lá em observação. Ela chegou com os irmãos, passaram uns tempos no prédio de observação e depois subiram pro Educandário. Inclusive, a mãe dela,

que estava amamentando o filho mais novo, foi pra lá também. Ficou até louca, perdeu a memória de tanto sofrer, né? Mãe da Jandira.

A senhora conheceu a mãe da Jandira?

Conheci.

Local: Bairro Campo Grande, Cariacica/ES.
Data: 07 de Setembro de 2018.
Duração: 33 minutos 19 segundos
Pesquisadora: Elaine Cristina Rossi Pavani
Identificador: Cravo
Sexo: Masculino
Idade: 60 anos
Profissão: motorista

Eu presto serviço terceirizado na Defensoria Pública, né?

Ahã.

Eu sou motorista da DPG. DPG é Defensora Pública Geral do Estado, Dr. S. M. Não sei se você já ouviu falar nela?

Já.

Então.

Você poderia começar me falando o seu nome completo?

Cravo Flores.

Cravo Flores. E quantos anos você tem Cravo?

Sessenta.

Sessenta? Qual é a sua data de nascimento?

07/07/1958.

Eu gostaria que você me contasse a história da sua vida. Como ela começou? Quando você nasceu? Onde?

Olha, eu é, em virtude da... do acometimento de hanseníase, por parte dos meus pais, é... todos os filhos, nascidos dentro do hospital, eram imediatamente retirados do meio deles e levados pro Educandário Alzira Bley. Eu nasci no Hospital Dr. Pedro Fontes, né? Itanhenga. Então, eu... Na verdade, com duas horas de vida eu já estava interno no Educandário Alzira Bley. Lá eu fiquei durante 18 anos.

Você saiu por causa da maioridade?

Maioridade. Existia uma norma lá, uma lei que determinava que 18 anos não poderia mais ficar interno no Educandário, né?

E quando você saiu de lá?

Eu... na verdade, bem na verdade mesmo, eu passei por uma situação meio complicada, porque eu tive uma saída e retorno pro Educandário. Quando eu saí, na gestão da L. C., que era presidente da Sociedade Eunice Weaver, eu fui tentar morar com a minha mãe. Eu só consegui ficar morando com a minha mãe três meses. Aí eu trabalhava, já estava empregado. Trabalhava na

Companhia Ferro & Aço, em Vitória, que quebrou inclusive, não existe mais essa empresa, né? E... na minha mãe, eu consegui ficar três meses. De lá, eu tentei retornar pro Educandário, por causa de questões de me ambientar, me adequar... não consegui, entendeu? E depois, eu fui morar em Campo Grande. Vim morar em Campo Grande, no bairro São Geraldo. Fiquei morando nesse bairro até a idade de 22 anos. Morando numa quitinete lá. Nesse interim, eu já estava mudando de empresa, já estava... eu trabalhei na CST, Companhia Siderúrgica Tubarão, eu conheci a minha atual esposa. Aí comecei a namorar com ela. Quando eu tomei a decisão de me casar, nós tomamos a decisão de buscar o casamento, eu fui morar na casa dela, lá em Porto de Cariacica. Eu fiz um quartinho no fundo do quintal e morei lá até os 23 anos. Foi a idade que eu casei, entendeu? E nessa idas e vindas profissionalmente, eu continuei mantendo um relacionamento com a minha mãe, mas só que, muito assim bem distante mesmo. Dificuldade natural, até entendo isso, porque não posso em nenhum momento culpá-la, porque ela criou um ambiente assim igual ou pior do que no Educandário, em termos de disciplina, normas... Falei:

“Eu não vou me ambientar nisso daqui não. Já chega!”

Dezoito anos, entendeu? Então, eu fui me casei. Parece, depois numa reflexão que eu fiz, que o casamento foi uma maneira de eu me tornar independente. Mostrar pra... porque eu poderia ser capaz de morar sozinho, que eu era muito criticado por isso. E assim, por experiência mesmo, inclusive muita conversa com os meus irmãos... eles também passaram por essa experiência, né?

Na minha vida profissional, eu trabalhei na CST. Da CST, eu fui trabalhar na Aracruz Celulose, também como prestador de serviços, né? Na expansão. Eu sou assim, uma pessoa... Eu me considero, pela facilidade dos ambientes criada em todos os ambientes profissional como social, facilidade de comunicação, né? Eu comecei... Continuei meus estudos, né? Eu fiz o curso técnico de... na época era na Escola Técnica de Comércio Capixaba. Ali em frente o Palácio, que hoje parece que é alguma coisa do SESI, já foi uma faculdade de Pedagogia. Depois eu fiz um curso de Técnico de Administração no Colégio Brasileiro, que a gente chamava Segundo Grau naquela época, né? E depois eu fui fazer... anos depois eu fui tentar fazer uma faculdade de Administração de Empresa. Mas aí, no sexto período, eu tive que trancar, porque como eu sempre fui muito ativo na igreja, eu recebi o chamado pra ser diácono permanente da Igreja Católica. Mas tinha que estudar. Aí eu fiz opção. Ou eu continuava Administração ou eu partia pro curso de Teologia. Resolvi partir pro curso de Teologia, até por causa da minha atividade na igreja, né? Então, eu fiz o curso. Conclui a faculdade de Teologia. Hoje eu sou ordenado pela Arquidiocese de Vitória Diácono permanente. Permanente porque eu não posso ser padre, em virtude de ser casado, e a igreja, ela não aceita padre casado, né? Deve ser por prescrição mesmo, tradição mais da igreja, né?

Mais tradição.

Mais tradição. Depois magistério, né? Se tornou mais legal. Então, eu ... eu tenho uma faculdade trancada de Administração de Empresa no sexto período e concluí o curso de Teologia e mais um ano de Psicologia, entendeu? Mais introdução à Psicologia, porque como a gente trabalha com seres humanos na igreja, né? Então, eles pediram que eu fizesse pelo menos um ano de Psicologia.

Como foi a sua vida lá dentro do Educandário?

Na época que... na época em que fiquei interno lá do zero até os 18 anos teve várias fases. E das fases que mais assim que eu posso testemunhar mesmo de vivência, porque eu tinha consciência, foi na fase da adolescência, entre dos 12 até os 18 anos. Era totalmente filantropia, não existia convênio com nenhum organismo, nem municipal, nem governamental, nem do governo do Estado. Era totalmente dependente mesmo de doações. Passei por um período assim de muita dificuldade, necessidades mesmo, no geral. Só pra você ter uma ideia, na minha época de adolescência, era em torno de 1500 alunos mais ou menos. Todos aqueles prédios que você conheceu, eram todos eles preenchidos. Não existia nenhum prédio que não era preenchido com crianças, e aquele prédio, inclusive, isolado, que tem lá...

... A Granja.

A Granja era onde a gente era alocado lá depois dos 15 anos. Completava 15 anos, tinha que ir pra lá, até pra não ter muito contato com os pequenos e as meninas também, né? Porque era a fase da puberdade, né? Então, esse prédio, era exatamente pra isolar esses adolescentes, entre aspas, né, problemáticos, né? Minha vida... nessa época assim... eu não tenho muita experiência de, vamos dizer assim, sofrimento físico, mais era fome, por causa da própria dificuldade de manter o Educandário, entendeu? Passei muita dificuldade mesmo. Passamos, nós, os adolescentes da minha época, entendeu? Mas sempre teve aquela busca de... a gente via por parte da direção. Porque eu passei por várias administrações, L. C., Dona C., C. V. S., eram pessoas realmente comprometidas com o Educandário, entendeu? Nunca passei por sofrimento físico, nunca passei por isso. Já presenciei muitas atitudes covardes mesmo dos que a gente chamava de guardião, de diretores, presenciei muito isso. Mas como eu era... por que talvez, eu até pensei assim: "Por que talvez eu não passei por isso?" Porque minha tia era diretora da escola Educandário. Ela foi diretora por um período lá, tia Alfazema. Então, eu era o protegido dela. Por incrível que pareça, não eram os outros irmãos não, eu era o protegido, entendeu? Mas eu nunca fui assim de comportamento também muito...

Até porque, Cravo, você é o primogênito, né?

Sou o primogênito, entendeu? Então, sempre a minha tia... eu era o queridinho lá da turma, entendeu?

Você chegou a trabalhar lá dentro do Educandário?

Cheguei a trabalhar com 16 anos, por causa exatamente descobriram que eu tinha essa facilidade de iniciativa, de socializar, me colocaram pra fazer trabalhos administrativos, a princípio na secretaria interna do Educandário como datilografia, que eu fiz curso lá dentro, lá também. Depois me colocaram para trabalhar na sede, que é o centro onde funcionava a Sociedade Eunice Weaver, no Centro de Saúde, pra fazer serviço que a gente chamava na época de mensageiro. Hoje... depois passou a ser office-boy e hoje nem existe mais isso, né? Hoje chama de motoboy, né?

É motoboy. É só pra transportar documento.

Mecanizou. Então, eu trabalhei até os... até a minha saída do Educandário no escritório da Sociedade, no Centro de Saúde de Vitória.

Você se lembra, assim como era a alimentação lá dentro do Educandário?

A alimentação na minha época era exatamente por causa da dificuldade de carne... carne a gente só comia final de semana ou época de festas. Apesar de que lá tinha criação de porco, criação de galinha, boi não, porque o boi era só pra buscar lenha e uma horta muito grande que a gente trabalhava nela, né? E... Eu me lembro assim de uma situação que existia um frigorífico chamado Fricasa, ali em Itacibá, que eles doavam osso depois que eles desossavam a carne. E nós íamos, em mais ou menos 10 alunos do Educandário, até Itacibá, a pé, porque não tinha também carro, né, pra buscar doações de ossos. Esses ossos eram raspados e fazia sopa, né, que servia pra gente lá. Então, assim, a alimentação não era uma alimentação é... que vamos botar sério pra você. O que a gente comia muito lá? Eu adorava fazer isso: tutu, feijão com farinha, entendeu? Que era uma comida que pra mim me sustentava muito. Pra muitos também, inclusive, pra você ter uma ideia a gente fazia, preparava aquela bola de tutu e levava, escondia debaixo do travesseiro pra dormir, ficar comendo de noite e também pra dar pro nosso guardião, pro nosso guardião não fazer covardia com os internos, né? Porque o guardião nosso lá, era escolhido assim: da turma do dormitório X, eles colocavam... olhavam assim: "Quem é o mais alto e o mais forte?" Entendeu? Então, eles pegavam o mais alto e o mais forte. Pra quê? Pra se tiver que disciplinar ia ser na porrada mesmo, né? Porque não tinha como... Então, a alimentação não era uma alimentação saudável não, a gente comia. A única coisa que eu me lembro também é... recebíamos doação da Diaconia, que era um organismo internacional que acho que hoje não existe mais, que doava leite em pó, entendeu? Doava leite em pó e ração pra porco, que era uma ração que eu adorava, que ela tinha um gosto de chocolate. Eu gostava de comer essa ração. Eu não, né? Era uma briga nós pra cuidar, ir pro chiqueiro só pra comer a ração dos porcos lá, que era muito gostoso. Inclusive, tem até uma menina que a gente chama de banana podre. Mas, na verdade, banana podre era todo mundo, porque a gente enfiava a mão na lavagem pra comer banana podre. Era uma briga pra levar a lavagem para o

chiqueiro, porque a gente já ia brigando no caminho, no caminho pro chiqueiro já ia brigando pra ficar futucando pra comer a banana, as cascas de banana. Então, passava dificuldade, mas assim não era uma refeição normal. Sopa de osso, né, que a gente comia e carne mesmo só na época de festa, tipo Natal, dia da Criança. Quando era época de festa, aí eles matavam um porco, uma coisa assim, frango, entendeu?

Você visitava seus pais na Colônia?

Então, são duas situações, né, que é diferente dos meus irmãos. Quando eu era pequeno, eu me lembro que... isso porque minha mãe me falou e minha tia me falou, eles me levavam lá no Educandário, lá na Colônia, duas vezes por ano. Era dia dos pais... não, dia dos pais e dia das mães e ela me mostrava. Eles me mostravam assim lá... aquele lá é seu pai, aquela lá é sua mãe. Isso eles falaram pra mim, mas eu não lembro disso. Que existia o chamado parlatório, que era uma divisão de vidro, em que você só via eles lá. Depois quando eu fui crescendo, eles acabaram com o parlatório e criaram aquela tela. Nessa tela, aí eu já estava mais consciente, eles levavam a gente nessas duas vezes e eles chegavam assim... Aí minha mãe chegava, minha mãe, meu pai, meus avós, os pais da minha mãe, e a gente botava o dedinho e eles falavam assim:

“Tem que tomar bênção com ela.”

E me ensinaram isso. O contato que a gente tinha era ver só na tela, entendeu, até uma certa idade. E depois, abriram a Colônia, aí a gente podia entrar lá dentro, sempre acompanhado de maiores, entendeu? Mas eu fugia, isso aí fora a parte. Eu gostava de fugir lá pra casa da minha mãe pra comer. Pra comer, não era visitar minha mãe, porque a gente passava muita dificuldade, entendeu? Então, a visita era essa assim duas vezes por ano que eu me lembro.

Você e as outras crianças saíam do Educandário para fazer algum tipo de passeio? Alguma coisa assim?

Fazia, quando tinha, é... por exemplo, praia uma vez, uma vez por ano mais ou menos e quando vinha circo. Eu me lembro perfeitamente do Circo Thyene, que todo ano quando ele vinha, ele doava ingressos para os internos do Educandário. E a gente ia uma turma, só aquela turma que era bem comportada também, que era escolhida a dedo pra ir lá. Esse tipo de diversão só era isso.

Algum momento você se sentiu discriminado por ter sido ex-interno do Educandário?

Na minha vida profissional sim. Eu me lembro perfeitamente que eu cheguei a trabalhar na TV Espírito Santo, no Governo do Élcio Alvares e não existia computador, era tudo datilografia. E o... eu era operador de videoteipes, que eles chamavam naquela época, e o E. H., inclusive, era o câmara. Eu trabalhei com ele, diretamente com ele. Ele era o câmara, eu era o operador de videoteipes que andava com aquele gravador desse tamanho assim pendurado aqui. E só ia junto com ele, aonde ele ia eu tinha que ir junto. Porque o que ele gravava, eu copiava. Hoje não, as câmeras têm... Eu me lembro, perfeitamente, que uma vez, ele foi fazer uma matéria no Pedro Fontes e sem querer todo mundo me conhece, me viu lá:

“Ó, o filho do G. H., o filha de Rosa e tal.”

Ele falou assim:

“Você é daqui?”

“Não, daqui não, eu sou criado no Educandário Alzira Bley.”

Aproveitaram e fizeram até um material lá, uma entrevista comigo lá. Só que aconteceu o seguinte: lá no trabalho, na TV, quando a secretária descobriu que eu tinha usado a máquina de datilografia dela, ela entrou, até achei assim foi muito traumático, eu tinha 17, 18 anos na época, estava quase saindo do Educandário já. É... Ela chegou e disse assim, falou assim:

“Você nunca mais coloca a mão nessa máquina, pelo amor de Deus, não quero pegar lepra não”.

Ela ficou lavando a mão com álcool, mandou higienizar a máquina, né? Aí eu fiquei assim... me senti assim, foi muito traumático pra mim, sabe? Porque eu não tinha ainda experimentado essas coisas. Só que depois eu passei a perceber como as pessoas discriminam, quando eu descobri. Então, eu passei a me calar. Perguntava de onde que eu era. “ Eu moro em Santana.” Morava em Santana nada, nunca morei com a minha mãe, entendeu? Poucas pessoas sabiam que eu era... comecei a mentir sobre a minha origem, entendeu? E quando perguntava:

“Ah, por que você não mora com seu pai e sua mãe?”

“Porque eu fiz a opção de morar sozinho mesmo, entendeu?”

Mas eu nunca tinha falado isso não. Porque aquilo me traumatizou muito, entendeu? Isso aí. Esse fato só, que me deixou muito traumatizado na época.

Depois disso você teve alguma outra ou não?

Não, porque eu não falei mais.

O que você acha da atuação dos funcionários do Educandário no período em que você foi interno lá?

No período que eu fui interno, não existia essa estrutura é ... de botar assim, vamos colocar assim, estrutura profissional, vamos botar assim de empresa, não existia. O que existia lá, era o seguinte: a direção eram cargo voluntário. O guardião, eles usavam internos. Existia um que era o seu H. Seu H., o Calango, o seu Édio Guedes, que era como se fossem os... chamava de diretor, mas na verdade não eram diretores contratados não. Não existia esse vínculo empregatício. A secretaria funcionava com interno também. A enfermaria funcionava também com interno, pessoas que foram pra lá, já formados, trabalho voluntário. Serviço médico era todo voluntário também, que você conheceu o Dr. Arildo Gimenes, por exemplo, que atendia na parte odontológica, entendeu? A parte médica também era, não era... não existia vínculo, não existia assim profissionais contratados, eu não sei como é que era a remuneração. Como é que eu fiquei sabendo disso? Porque eu trabalhava na... quando eu trabalhei junto com ele lá eu via que... até, inclusive, as secretárias da Sociedade Eunice Weaver eram trabalhos voluntários também. Então, eu não me lembro assim funcionários. A cozinha eram internos, que era a dona S. Então, sempre em cada lugar... Creche, a diretora da creche era também interna do Educandário. Então, na minha época, era assim, entendeu?

Depois eu não sei, depois criou esse vínculo negócio de contratar, mas aí não era minha época mais.

E como está a sua vida atualmente?

Hoje, graças a Deus, eu tive uma recaída profissional, porque eu trabalhei muito na área de gestão de empresa. Eu trabalho nas empresas de terceirização mais ou menos uns 20 anos e depois que eu saí da CST e fui pra Aracruz, fiquei dois anos na Aracruz. Aí eles me chamaram pra trabalhar na Bahia Sul, eu não quis ir porque era lá na Bahia, entendeu? Eu falei: “Não vou pra lá nada, quero ficar por aqui mesmo.” Dali eu entrei em empresas terceirizadas, na área de prestação de serviços de vigilância, trabalhei muitos anos em empresa de vigilância. Comecei como vigilante e cheguei até várias empresas assumi o que hoje chamam de coordenação operacional, na época, era gerência operacional, entendeu? E... só que, tem quando você trabalha em terceirização, você logo imagina, perde o contrato, muda a empresa, automaticamente você perde o vínculo, né? Então hoje, profissionalmente, eu trabalho, presto serviço numa empresa terceirizada na Defensoria Pública, né? E como motorista da DPG que gente chama lá, entendeu? Minha área profissional hoje é... Qual a sua profissão? Motorista, entendeu? Eu tô muito bem graças a Deus. Tô próximo pra aposentar, já dei entrada no processo, não por idade, vai ser mais por contribuição, entendeu? Tive uma ótima experiência na gestão pública, trabalhei na SEDU, trabalhei na Secretaria de Educação, trabalhei na Prefeitura de Vila Velha como auditor de contratos, por causa da experiência, né? De contratos, no primeiro mandato do M. F. Trabalhei na Barra de São Francisco como gestor de serviço terceirizado numa empresa que prestava serviço lá. Trabalhei em Jaguaré, dois anos em Jaguaré. Então assim, profissionalmente, eu tive assim uma mudança radical na questão que as pessoas hoje olham pra mim falam assim... me veem de uniforme, que o meu uniforme de motorista não é igual de ônibus, né? E o cara fala assim:

“Aí doutor?”

Eu falo:

“Não é motor.”

As pessoas que me conhecem pensam que eu ainda estou na gestão. Até na SEDU, quando eu estava indo lá, buscando um processo, até pra nós mesmo tomarmos ciência, e as pessoas que me conhecem falavam assim:

“Você está gerenciando onde hoje?”

“Não, hoje eu tô de motorista, tô gerenciando um carro.”

Mas, graças a Deus, bem satisfeito, entendeu? Sou casado hoje, né? Você vai fazer essa pergunta ainda...

Há quantos anos você é casado?

Eu tenho trinta e... 1982, trinta e seis anos de casado. Tenho um filho de 31 anos, casado, quatro meses de casado e tenho um outro de 27. Todos os dois, eu, graças a Deus, pude dar formação superior pra eles. Um é engenheiro civil e o outro é biólogo, entendeu? Então, familiarmente eu vou te falar, muito bem satisfeito.

Que bom... E na igreja o senhor atua onde?

Hoje eu sou Diácono permanente da Paróquia Nossa... Santo Antônio de Pádua, em Soteco, Vila Velha.

E o senhor mora em Vila Velha?

Moro em Coqueiral de Itaparica.

Ah, sim. Quais são as lembranças assim, se o senhor tivesse que selecionar um grupo de lembranças que o senhor traz na sua mente sobre o Educandário, o que você mais lembra de lá?

Eu talvez, eu penso, eu penso que é uma das grandes as virtudes que eu aprendi no Educandário é a convivência, é solidariedade, é harmonia, né? É o sentido de irmandade mesmo, que a gente tem todos esses meninos aí como se fossem nossos irmãos, né? Pra mim ainda é a minha família, até depois adquirir a família através do matrimônio, né? E... isso é virtude. Agora a péssima lembrança é que eu não aprendi como lidar com o mundo exterior, fora do ambiente interno. E isso me causou muitos problemas, entendeu? Inclusive até a perda de emprego, né? Por eu ser essa sinceridade demais, é... transparência demais, entendeu? E... e isso me atrapalhou muito. Pra mim isso foi uma das coisas assim... eu tento equilibrar isso aí hoje, mas não que eu quero ser, pagar o mal com o mal, de maneira nenhuma, mas buscar mais discernir, entendeu? Realmente, quem é realmente a pessoa que se aproxima da gente.

Entendi.

Entendeu? Então, essa convivência de solidariedade entre nós aqui é uma coisa que eu acho espetacular, porque com todas as dificuldades, as brigas, as divergências que a gente tem, a gente sempre tá junto e não é o que a gente vê hoje.

Verdade.

Eu classifico como mundo exterior. Fora do ambiente interno, né? E o engraçado que eu tive... como que eu cheguei a isso? Eu tive uma experiência durante os 18 anos no colégio interno. Eu fiquei... na verdade são 20 de interno, porque 2 anos eu fiquei na FEBEM. Na época, existia um colégio chamado Escola do Caboclo Bernardo, lá em Santa Cruz, e que eles selecionavam os piores envolvidos com marginalidade e levavam pra esse colégio lá em Santa Cruz. Lá eles davam formação, era uma Escola Viva hoje, né? Você ficava o dia inteiro estudando e aprendendo, estudando e aprendendo. Lá eu comecei... Eu percebi realmente que era tudo muito diferente do ambiente do Educandário pra mim, porque eu achava que era igual e não era. É, entre aspas... é marginais, pessoas assim que mal intencionadas, pessoas assim muito ruim, sabe? Pessoas ruim mesmo. Não sei se por causa do ambiente que vivia lá fora, entendeu? As pessoas até pensavam também que eu tinha ido pra lá porque eu pratiquei algum tipo de crime. Aí eles entenderam que não, que nós éramos do Educandário Alzira

Bley. Tanto que nós, eles chamavam o pessoal do Alzira Bley, nós éramos em 12. Falavam assim:

“Oh, a turma do Alzira Bley.”

E tudo quietinha. Mas eu me misturei com eles, também por causa dessa facilidade de me socializar, né? Eu fui o único que misturei com eles, não que virei coisa errada não, entendeu? Mas eu comecei a ver o que que eles faziam de errado e falava assim:

“Não é pra mim não, de maneira nenhuma.”

Eles até me chamavam. É... eles faziam, praticavam pequenos furtos em Santa Cruz. Atravessava a balsa, né? Aliás, de um barquinho que a gente tinha lá, e eles me usavam. Como eu era o menor da turma, eles falavam assim:

“Você vai ficar tirando água do barco pro barco não afundar.”

Porque tinha buraco no barco. Aí eu ficava. Tudo bem. Aí chegava lá do outro lado, aí eles falavam assim:

“Vão lá no bar do Zozo, vão ali não sei onde pra você ajudar a gente.”

“Eu não vou não, porque eu não me meto nesse negócio de vocês não.”

Meu negócio era a farra de passear pra lá e pra cá. Isso de noite, dez horas da noite, onze horas da noite. A gente pulava a janela do colégio lá sem o inspetor ver. Então essa... a virtude nossa, que isso é característica de todos eles. Você já deve ter observado, porque você já convive com esse povo, você já reparou isso, eles não tem maldade, e às vezes, eu também não tinha essa maldade.

O Jacinto me falou que o maior pecado deles é ser inocente.

Isso aí, a palavra correta seria isso.

A inocência, né?

Isso aí.

Não perceber a maldade que está nos outros.

Nos outros. As pessoas se aproximavam da gente, né? Eu mesmo fui um. Eu me lembro na SEDU mesmo, eu tenho um trabalho que eu guardo ele assim, pra mim ele é um troféu que eu tenho. Na época, a A. M. queria implementar uma melhor maneira, é... otimizar o sistema de gestão operacional dos serviços terceirizados. Eu já vinha desenvolvendo um trabalho, que eu já tinha apresentado pro L., aí eu apresentei pra ela. Ela adorou aquele trabalho, que é o que a SEDU usa hoje. Só que quando eu desenvolvi esse trabalho, eu visitei escolas, fui no interior, peguei umas escolas e fiz um trabalho assim legal, de você monitorar o serviço terceirizado tanto da vigilância como da limpeza, né? E eu me lembro que, depois do projeto pronto, aí entrou o H.. E quando entrou o H., esse projeto já estava prestes a ser implementado. Aí ele foi colocou... trouxe o pessoal do W., né? O W. chegou, viu esse projeto, eu não sei por cargas d'água, só que o azar deles é que eu fui exatamente na... já não estava mais na SEDU.

Sim.

Mas o projeto ficou lá. E eu fui trabalhar numa empresa terceirizada chamada Taza que prestava serviço pra SEDU, de limpeza. Um dia eu fui chamado pra ir

como representante da empresa, porque iria ser implementado um novo sistema de gerenciamento dos serviços terceirizados.

Aí você foi lá e viu o seu processo.

Aí eu fui, cheguei e vi meu processo. Quem estava fazendo a passagem não era o W., era uma empresa contratada de São Paulo, a peso de ouro.

A Falcone.

É. Aí eu falei:

“Gente, esse projeto é o meu projeto.”

Eu fiz questão, eu tenho ele guardado até hoje, levei ele pro W. e falei:

“W., olha esse projeto aqui W.”

Ele olhou, olhou e falou assim:

“Mas foi você que desenvolveu”.

“Pois é, né, W., a empresa ganhando dinheiro em cima de mim aí.”

E ganhou dinheiro, não foi barato não, a contratação dela.

Não foi não.

Entendeu? Então, eu vi como é que tem maldade nas pessoas. Puxa vida! Eu falei assim:

“Caramba, por que não conversou comigo?”

Eu teria o maior prazer, entendeu, de passar pra a atual gestão no caso, né? Mas eles esperaram eu sair pra pegar o processo. Inclusive, tem uma menina, que hoje ela é até da igreja, não sei se você já ouviu falar da L. Ela assessorava o W. Inclusive, eu estava achando que era ela que ia ser a gerente, tanto que eu passei todo serviço pra ela. E hoje eu encontro a L. casada, com dois filhos. Ela casou com um vigilante, inclusive, que ela conheceu na escola. E falo:

“É, L., lembra daquela época?”

“Eu lembro.”

Aí eu logo toquei no assunto.

“Você lembra daquele projeto que eu desenvolvi, que eu passei pra você?”

“É, meu filho, eu também lembro perfeitamente que eu fiquei e você saiu.”

Falei:

“Pois é, que coisa que fizeram, que covardia, né?”

Então, quer dizer, mas é vivendo, né? A gente vai aprendendo, né?

A verdade é essa, mas eu não levo pro lado vingativo de maneira nenhuma, não tenho mágoa, só assim guardo essas coisas assim e vejo assim como o ser humano é assim difícil, eu chamo de limitado, né? Nós somos limitados, né? Porque chega uma época e você tem que decidir ou pro bem ou pro mal, né? Então, eu sempre falo que o trabalho do gestor hoje ele é... tem duas vertentes, né? Ou você olha o lado humano, ou você só olha o lado profissional, mas tem que estar os dois juntos.

Verdade.

Entendeu? Porque muitas vezes você perde grandes profissionais, porque você não tem a paciência de ouvir, muitas vezes você permanece com péssimos profissionais porque você ouve demais ele.

Tem que ter um meio termo.

Meio termo. Chamo de equilíbrio.

Cravo, esse daqui é o termo de consentimento livre e esclarecido, que eu explico qual é o tipo de pesquisa que eu estou fazendo. Tem os meus dados e tem a autorização para eu estar utilizando a sua fala no trabalho da tese.

Pode ficar tranquila. Assino aqui no participante?

Isso, muito obrigado.

Local: Hospital Colônia Pedro Fontes, Cariacica/ES.
Data: 12/11/2017.
Duração: 8 minutos 37 segundos.
Pesquisadora: Elaine Cristina Rossi Pavani.
Identificador: Oleandro.
Sexo: Masculino.
Idade: 58 anos (1960).
Profissão: Vigilante.

Qual é o nome do senhor?

É Oleandro Flores.

Quantos anos o senhor tem?

Cinquenta e oito.

O senhor mora onde?

Moro em Santana.

Como o senhor foi para o Educandário?

Logo quando eu nasci.

O senhor nasceu aqui na Colônia?

Nasci aqui.

Em que ano?

Sessenta.

O senhor tem quais lembranças do período que o senhor viveu no Educandário?

Lembranças? Eu na verdade não posso falar nada assim contra o Educandário, onde eu fui criado, porque foi minha vida todinha que eu passei lá. Eu... minha lembrança é boa. Boas lembranças. Na época que eu morei, que eu fiquei lá, boas lembranças. Assim falar negativo não. Só positivo.

Quanto tempo o senhor ficou no Educandário?

Dezoito anos.

O senhor estudou lá dentro?

Estudei o primário, depois o ginásio eu fui pra outro lugar.

Então, o senhor foi para lá, estudou até a 4ª série na colônia. Depois o senhor foi estudar onde?

Não, no Educandário.

No Educandário.

Depois fui lá pro Porto de Cariacica. Fazia o ginásio.

Lá na escola São João batista?

Não, primeiro no Porto de Cariacica, Eulália Moreira. Depois que eu fui pra Cariacica Sede, que é o Ginásio São João Batista.

O senhor terminou o Ensino Médio? Qual é o grau de escolaridade do senhor?

É a 8ª série. Eu terminei.

E o Ensino Médio, o senhor fez? O Ginásio?

Não. Eu comecei, mas depois eu não fui em frente não. No primeiro ano eu parei.

O senhor tinha que trabalhar lá dentro do Educandário?

Na verdade é normal pra mim. Não era assim obrigado, mas tinha que fazer alguma coisa.

O que o senhor fazia lá dentro?

Lá eu era guardião de turmas.

De turmas?

Turmas. Da turma de 8 anos a 16 anos. Era a turma que tinha... cada dormitório era uma certa idade, certa idade. Aí eu era guardião. Aí eu cuidava do pátio.

Além de ser guardião, o senhor fazia algum outro tipo de trabalho lá dentro?

Não. Era só isso.

Como era a alimentação?

Pra mim eu achava que era normal, né? Hoje é diferente, né?

Você visitava os seus pais na Colônia?

Na época que eu estava lá, na minha época era pior. Era... a gente só via no dia dos pais e dia das mães. A gente vinha até o portão. A gente não entrava aqui dentro do hospital não. Eles atendiam a gente lá no alambrado, uma cerca de alambrado. A gente não entrava aqui dentro não. Até uma certa idade, depois passou a liberar e a gente vinha na casa dela sim. Aí eu vim frequentemente. Até todos os domingos eu vinha.

Você e as outras crianças saíam do Educandário para passear, fazer alguma visita?

Saía. Saía com ônibus alugado tipo excursão. A gente ia pra praia, a gente ia no Teatro Carlos Gomes, a gente ia no Convento da Margarida. Na minha época, sempre teve isso. Passeio chamam, né? Passeava muito. Visitava o Convento, Teatro Carlos Gomes. Praia, às vezes, a gente ia também.

Porque o senhor saiu do Educandário?

Porque venceu meu tempo, 18 anos.

Depois que o senhor saiu do Educandário, o senhor foi morar onde?

Aí eu sai pra vida (voz embargada). Aí eu nunca mais eu... é só vida mesmo, entendeu? Comecei a beber e tô até hoje.

Mas o primeiro lugar que o senhor morou foi onde?

Justamente em Santana.

Em Santana? Na casa de algum parente?

É porque eu cheguei ir pra casa da minha mãe, mas aí eu fiquei um ano só lá. Não deu certo, né? Tipo assim não deu certo, porque é diferente a vida dela com a minha.

Por que o senhor acha que não deu certo viver junto com a sua mãe?

Porque sei lá, ela não tem... nunca teve assim aquele carinho que eu precisava, né? Após a minha vida no Educandário, eu precisava de carinho, porque eu era sozinho na verdade, né? Saí eu pensando que era diferente com mãe, morar com mãe. Eu vi que não era nada disso. Aí eu saí pra vida.

Em algum momento você se sentiu discriminado por ser...

Sempre senti.

Sempre?

Sempre. Quando estava no Educandário e após sair do Educandário. Sentia muita discriminação da parte da família também. Eu até conversei sobre isso hoje. Eu estava montando um móvel pra minha mãe lá, aí ela citou. Falei: "É mãe, eu sempre fui discriminado quando eu era mais novo, sempre era discriminado e hoje eu estou tendo um valorzinho". Aí eu até brinquei com ela.

O que o senhor acha da atuação dos funcionários do Educandário durante o período em que você foi interno?

Família. A Jandira. Você conheceu a Jandira? Eu tinha mais vínculo com eles do que com a minha família. Assim, eu gostava mais de ficar entre eles do que com a minha família. É a vida da gente, né?

E como está a sua vida atualmente?

Vou falar a verdade, eu tô satisfeito. Eu tô alegre porque eu me viro, trabalho.

O senhor trabalha em quê?

Eu sou vigilante. Trabalho no IEMA. Vigilante. Eu acho que eu sou feliz.

O senhor mora em casa própria?

Não, alugada. Mas tenho uma condição de vida tranquila, graças a Deus.

Quais as lembranças que o senhor trás na sua memória sobre o Educandário?

Boas. E eu não vou falar nunca que são negativas. Na minha situação, na minha idade, na época que eu morei lá, era diferente da época desses meninos mais novos. Eu não tenho nada que reclamar não. Pra mim é minha casa.

Muito obrigada!

O que eu falei é sincero, tá? Tudo que eu falei é até emoção. Eu tô emocionado. É coisa gostosa de lembrar, né?

É, verdade.

A gente sente mesmo.

Local: Mucuri, Cariacica/ES.
Data: 01 de maio de 2018.
Duração: 32 minutos 50 segundos.
Pesquisadora: Elaine Cristina Rossi Pavani.
Identificador: Margarida.
Sexo: Feminino.
Idade: 56 anos (04/07/1961).
Profissão: Operadora de caixa.

Qual o seu nome todo?

Olha meu nome todo... eu tô com o nome de casada... meu nome de casada eu uso, né? Mas acho que é melhor colocar o nome de solteira. Nome de Educandário. Margarida.

Qual é sua data de nascimento?

04/07/1961.

Onde você nasceu?

Eu nasci no Hospital Pedro Fontes.

E a partir daí como foi a sua vida?

Como foi minha vida? É aquilo né? Minha teve o parto, né? Eu saí. Não tem... sem direito a amamentar, devido na época, né? Sem amamentar, faz os procedimentos normais de limpeza, lá, lá, lá... corta o cordão umbilical, enrola no paninho... Eu não sei se minha mãe teve o direito até de botar a mão em mim. Pelo menos a minha tia colocou. Minha tia se apaixonou por mim, porque me viu cabelinho pretinho e olhinhos verdes. Apaixonou na hora. Tá, enrolou no pano, Alzira Bley. Minha mãe não teve nem aquele... colostro (cruzou os braços como se tivesse com uma criança no colo e fez gestos de carinho, voz embargada) pode ser dado, né? E dali, fui pro Alzira Bley, recém-nascida. Deve ter acontecido a mesma coisa comigo como eu vi acontecer com os outros, eu já maiorzinha. Traz pro berçário, bercinho, né? Aquele berço, monte de berço, né? Quarto comunitário, monte de neném. E dali... a minha tia trabalhava lá no orfanato, aí acho que eu tive esse privilégio de ser cuidada por ela, né? E o que mais? Aí eu fui crescendo, né? Crescendo... quando nós chegou a idade de uns 6, 7 anos já, uma responsabilidade pra mim, fazer alguma coisa que era tudo na escala. Agora você vai trabalhar no berçário, daí um tempo você vai trabalhar no segundo berçário. Do berçário você passa pra criança média de 5, 6 anos. Assim, de 6 anos, eu já comecei a ter responsabilidade. Chegou uma certa idade, eu fui pra cozinha. Aconteceu de eu ficar na cozinha um tempo. Arroz, feijão, cozinhei ovo, que era uma coisa bem mais fácil. Já não sei o que que aprendi, tinha gente com mais habilidade. E o que eu sofri lá? Foi uma alegria viver naquele lugar. Foi sim. Eu tive muitos momentos felizes, por quê? Você vive em grupo, né? Com irmãos também. E ali é a sua vida, você não teve outra vida. Ali é sua vida. Foi muito feliz, "em partes", né? E chegou assim... A hora que eu mais sofria, foi quando chegava gente pra adotar crianças. Como eu era uma criança assim de característica diferente, cabelinho preto, olho claro, eu sempre era a escolhida pra ser adotada. Eu sempre fui muito arredia, revoltada. O que que eu fazia? Quando chegava sábado era dia de visita. Eu, ó, corria e me escondia debaixo da cama. Por quê? Eu tinha

certeza absoluta que as pessoas que foram lá pra visitar as crianças e escolher quem vai adotar, a primeira era eu. A primeira escolhida era eu, por ter uma característica bem diferente das outras. Entendeu?

Você chegou a ser levada para alguma casa por adoção?

Não, porque a rebelde aqui fugia. Fugia... e era um não assim, um não apavorante e sempre com aquela coisa assim de que, quando a minha tia casar eu vou morar com ela. Ficou anos e anos. Tanto que minha tia demorou casar. Até quando ela casou eu fui morar com ela. Eu não me lembro exatamente a data. Só sei que teve uma época que eu fui morar com a minha tia. Morei um tempo...

Você já era mocinha?

Já era... eu tava na adolescência, né? Passando da adolescência pra mocinha. Fui morar com minha tia e... dali fui muito feliz. Aprendi muita coisa. Tanto que eu senti. Quando eu voltei pro Alzira Bley, eu senti a diferença delas lá comigo. Porque eu vivi fora, aprendi muita coisa. Eu sei que eu fui muito feliz. A minha tristeza toda, era quando chegava gente pra escolher, me escolher pra adoção. Era tipo assim: colocava as meninas mais bonitinhas. Aí era sempre assim. O que mais me revoltava era o seguinte... era quando alguém chegava e falava assim (apontando com o dedo indicador):

“Eu quero aquela ali, aquela indiazinha do olho clarinho, cabelo pretinho.” Quando falava isso pra mim, eu me sentia sabe o quê? Um objeto. Um bebezinho, uma bonequinha. Parece assim... se alguém chegasse pra mim e falasse bem assim:

“Ah, eu quero te adotar, eu vou te dar muito amor, eu vou te dar estudo.”

Mas, não! Eles chegavam e falavam:

“Eu quero aquela ali.”

Então, eu sentia assim... tão querendo uma coisa bonita pra poder mostrar pra sociedade que a coisa... que a boneca que eu escolhi, a pessoa que eu escolhi pra adotar era aquela ali. Não chegava assim a conquistar a gente não, era dessa forma. E tive também assim...

Você estudou lá dentro?

Eu estudei. Eu fiz até a 4ª série. Eu era uma aluna muito rebelde, mas também eu acho que eu era inteligente. Eu acho que eu era inteligente, porque eu passava de ano. Mas só que é o seguinte, quando você tinha da 1ª série à 4ª série, do jardim de infância à 4ª série, você passou, mas chega uma certa idade que você não consegue ir pro ginásio de antigamente, que seria em Cariacica. Aí, só que se não conseguisse, você tinha que repetir a 4ª série até você chegar uma certa idade pra poder ir pro ginásio, né? Aí tive que repetir. Então, era o seguinte... comigo era assim, tudo, tudo era eu. Tinha outras também que eram também. Festa no SESI, vamos representar... Uma criança vai representar o Educandário Alzira Bley. Era eu. Ninguém me perguntava:

“Você quer ir?”

Ninguém percebia que eu sou tímida. Que eu não queria ir, porque eu ia tá no meio de muita gente.

“Você vai! Você vai! Eu vou botar esse vestidinho, você vai ter que usar ele.”

“Toma uma banho e se arruma.”

“Mas eu não quero ir, eu não quero ir.”

“Vai sim (fez um gesto de beliscão no braço)!”

Pra não falar.

“Vai sim!”

“Ah, mas eu não quero, não quero.”

“Vai sim!”

Então, toda festa assim, era tudo eu primeiro. Não sei por quê? A mais bonitinha, e também eu tinha uma assim... Elas falavam assim comigo:

“Ah, vai chegar visita. Vai lá você, porque você é mais...”

Aí tá. Aí teve uma época na minha vida, que eu não me lembro a idade, acho que foi com onze anos, apareceu uma família lá, querendo me adotar. E nesse meio tempo, todo sábado... Aí a família não apareceu mais, veio só um rapaz, mais novo. Eu me lembro da fisionomia dele direitinho. Todo sábado esse rapaz ia de carro pra me visitar, tentar me conquistar né, pra adoção. Eu não sei o que que eu tenho, acho que um sexto sentido, desde criança, que eu já via malícia. Eu ficava pensando assim:

“Gente, eu tenho 11 anos, esse rapaz não me conhece, nunca vi, porque ele quer me levar pra casa dele? Sendo que meu sonho é ser levada pra casa pela minha mãe e pelo meu pai.”

Não tinha noção de nada, disse que não podia acontecer isso e eu não aceitava. Todo sábado ele levava chocolate pra mim, biscoito, aqueles pacotes (fez o gesto bem grande com as mãos) de biscoito. Ele chegava, eu era obrigada a me vestir, porque o rapaz ia chegar. Não consigo lembrar o nome dele. E o rapaz ia chegar. Rapaz novo, que o rapaz ia chegar. Me colocava dentro do carro, esse rapaz. Ia lá pra tal da granja. Você já ouviu falar onde é a granja? Dali ele me levava ali, ficava conversando, botava a mão em mim, eu toda arredia. Sempre fui muito... passou. Quando ele me dava chocolate, eu passava pra colega. Porque assim, eu passei um tempo com pavor de chocolate. Porque toda vez que eu pegava no chocolate eu lembrava que tinha uma pessoa estranha querendo me levar pra casa dela. Meu pensamento era esse. E assim, fora isso, eu fui feliz ali.

Como era a alimentação lá dentro do Educandário?

Olha, a alimentação? Hoje eu falo até que era saudável, né? Era saudável. Claro que tinha época que faltava. Mas a gente assim... Ali era canjiquinha, feijão, uma carninha. Tinha época em que tava em abundância, tinha época que o negócio zerava mesmo. Tanto que chegou uma fase de que a gente comia pão mofado. Eram... Eles davam 3 pães, daqueles 3 pães você conseguia tirar um. Mas aquilo pra gente era uma festa. Hoje a gente para pra pensar:

“Meu Deus, o que que eu passei?”

Tirava o mofo do pão, de 3 a gente fazia 1 e comia.

Você visitava seus pais na Colônia?

Olha, visitava naquela condição de... naquela condição de... pela grade, né? Pelo cercado. Era uma cerca com aqueles aramezinho. E era só aquilo de dedinho. E a gente não tinha aquela coisa de... ah, hoje vou visitar minha mãe, vou visitar meu pai, porque uma criação que a gente teve, né? Não foi uma criação próxima, afinidade não tinha. Quando a gente falava que hoje é dia das mães... então, vamos lá visitar a mamãe. Não tinha aquela coisa, ai visitar minha mãe. Não. Era só pra ver aquele monte de gente e aquelas coisas que a

mãe levava: bala, biscoito. Aquelas coisas de criança mesmo. Eu mesma era apaixonada na minha vizinha. Porque a minha vizinha, ela botava o dedinho em mim. Assim eu botava o dedinho. Assim, pra minha avó, eu era uma princesinha. Então, não me esqueço disso. Minha mãe já era mais retraída. A minha avó, eu não me esqueço, ela botava a mão em mim. Ela me chamava de princesinha, de bonequinha. Então, eu sentia uma paixão pela minha avó, apesar de não ter contato, nem afinidade. Era uma paixão de... dela mesma, assim por ela me “carinhar”. Ela fazia assim com o dedinho (demonstrou com o toque do dedo indicador da mão direita sobre a mão esquerda). Era só o dedinho no meu dedinho. Ela conseguia pegar meu cabelo. Ela ficava o tempo todo:

“Que bonitinha!”

E aquilo era bom pra mim. Minha avó era linda, de olho azul, cabelinho igual uma painazinha. Sempre sorrindo. Era apaixonada por mim.

Você e as outras crianças do Educandário iam fazer passeios fora do Educandário?

Olha, eu vou falar a verdade pra você, eu não fiz muito passeios. Eu sempre tive assim.. pra mim era um sofrimento. Fazia aquela lista de passeios. Nem sempre o meu nome tava no passeio. Nem sempre. Quando eu conseguia ver a lista, meu nome não tava. Aí eu falava:

“Poxa, eu não vou por quê?”

Eu... Era sempre assim, eles me pegavam pra ir pra casa de doutores passar fim de semana. Ninguém perguntava:

“Você quer ir?”

“Vai se arrumar que você vai pra casa de fulano de tal.”

“Ah, mas eu não quero ir.”

“Vai se arrumar!”

Tudo bem, tem que obedecer. Então, como... E eu passei uma época de férias lá em Valadares, na casa de uma tia minha. Então, eu acho que eles levaram em conta esse negócio. Ah, passeia demais. Também tinha outra coisa. Em qualquer lugar, em qualquer sociedade, sempre tem aquelas pessoas mais privilegiadas. Ali tinha também. Ali tinha pessoas que era mais... entre eu e fulana, ah, fulana. Eu era considerada um pouquinho mais rebelde. Porque parecia assim... eu não tinha entendimento, mas eu sentia que aquilo não era certo pra minha vida. Tinha que ter alguma coisa diferente. Eu não me conformava de eu não ter uma família. De, de... Por eu visitar famílias no fim de semana, eu via pai, irmãos, filhos, todo mundo unido numa mesa. Era muito raro, mas eu sempre observei muito. Aí eu ficava pensando assim:

“Poxa, queria tanto ter uma vida assim.”

Mas infelizmente. Aí depois passava também, porque lá também tinha muitas alegrias, né? Você estar no meio de muita gente, muita criança e parecia que era só criança. Era um mundo assim, gostoso, mas tinha umas...

Porque você saiu do Educandário?

Olha, foi o seguinte, minha mãe me conta que ouviu o ... O estudo ficou bem avançado sobre a hanseníase, né? Então, eles descobriram que através dos remédios tinha cura. Então, eles foram fazendo exames nos pais. Vou te dar um exemplo. Minha mãe recebeu alta do hospital. Tristeza. Minha mãe recebeu alta do hospital, por isso ela foi obrigada a sair do hospital. O que que meu tio

fez, graças a Deus, construiu uma casinha de... Tinha mais barro do que cimento. Minha mãe era obrigada a tirar os filhos de lá. O que aconteceu? Eu saí de lá. Quando me falaram:

“Você vai embora do Educandário.”

Eu juro pra você, quando me falaram, a lágrima desceu. Me deu dor de barriga, vômito, eu não consegui. Isso num dia. Eu juro pra você, eu emagreci num dia. Tudo emocional. Eu não queria sair, eu não queria, porque pra mim eu ia morar com pessoas estranhas. Não é um erro meu, é da vida. Eu não tinha afinidade nenhuma com a minha mãe, eu tinha medo. Como eu não queria ser adotada, eu também não queria sair do Educandário pra morar com a minha mãe porque é a minha mãe. Minha mãe, porque me pariu, mas eu não tinha afinidade nenhuma. Eu tinha medo de morar com eles. Eu pensava assim:

“Como eu vou ser tratada? Como que vai ser a minha vida?”

Eu tinha medo de tudo. E eu fui levando a vida.

Quando eu fui morar com a minha mãe... Quando eu saí do Educandário, eu não tive apoio psicológico nenhum, nem psicológico e nem material. Tanto que eu saí de lá com a roupa do corpo e uma sacolinha com duas mudinhas de roupa. Eu... Tinha colega que saía com caixas e mais caixas, lençol, roupa, sabonete, pasta. Quer dizer, receberam apoio, material pelo menos. Emocional não tinha como. Pra mim tinha que ter um psicólogo ou algum grupo de psicólogo pra preparar você:

“Olha, você vive aqui, agora você vai morar com seus pais. Com a sua mãe, né?”

Na época, meus pais eram separados. A gente não teve aquele apoio psicológico. Então, o que que fizeram... quando minhas colegas saíram, elas receberam tudo, tudo. Toalha de banho, sabonete, mais não sei o que, sabonete, roupa, pasta. Eu saí de lá... eu saí de lá revoltada. Primeiro que eu não queria sair de lá naquela condição de ter que morar com a minha mãe e com o meu avô, sem ter afinidade nenhuma. Pra mim eram estranhos. E saí de lá sem apoio psicológico nenhum. Só chegaram pra mim e falaram assim:

“Amanhã você vai embora morar com sua mãe. Arruma suas coisas.”

Gente, você quer pior coisa que isso? Minha cabeça pirou. Deu febre, vomitei, diarreia. Tudo que eu comia, ia pra fora. Isso num dia só. No outro dia, eu acordei com febre, mas eu tive que ir embora com a minha mãe. Eu não sei se é ruindade da parte deles ou falta de preparação também. Porque ali dentro tinha que ter psicólogo pra preparar a gente pra mudar de vida, né? Tinha que ter psicólogo.

Eu assim, ó ... eu assim... naquela época, eu acho que até hoje eu tenho um entendimento. Naquela época, eu entendia as coisas, mas eu não sabia me expressar. Eu achava assim:

“Gente, não é possível, eu vivi aqui tantos anos e de repente, de um dia pro outro, eu vou sair pra morar com pessoas”.

Nunca aceitei ser adotada. Nunca aceitei. E a minha esperança é que quando a minha tia casasse eu ia morar com ela. Então, eu tinha essa desculpa, né?

Que era verdade, né? Então, eu sempre fui mais... eu pensava muito. Não pode ser assim.

Em algum momento, você se sentiu discriminada depois que você saiu do Educandário?

Com certeza. Muita discriminação. Muita. Eu saí de lá com 17, 16 para 17 anos. Com 18 anos, tirei meus documentos, comecei a trabalhar numa loja no Mercado da Vila Rubim. Loja de calçados, vendedora. Gente, é um mundo pra mim que eu nunca tinha visto. Me pegaram e tum... Me jogaram e eu ficava assim... e sorte minha ou azar. Sorte porque você passa por certas coisas, você aprende, né? O dono da loja é o italiano. Os calçados ficavam pendurados. Ele gritava assim para mim:

“Chama os clientes. Chama pra comprar. Vai ficar parada aí não! Que não sei mais o quê.”

Eu não sabia nem pegar, nem falar assim... aliás, eu não conhecia o produto. Pra você vender alguma coisa, você tem que conhecer o produto. Nem isso. Sofri muito. Levava a marmitinha: arroz, feijão, ovo ou linguicinha. Abria a marmita, azeda. Sofri muito. Eu chorava, chorava... Mas meu tio sempre me deu muita força. Falei:

“Tio, não consigo comer comida.”

Aí, dentro da Vila Rubim, eu fiz conta numa banca de frutas. Eu não comia comida. Eu dava minha marmita pros outros, quando não azedava e comia frutas, banana... Fiquei esse tempo todo, seis meses eu trabalhei lá. Dali eu fui trabalhar numa loja DIT. Conceituada na época. Eu tinha 19 anos. Novinha, bonita, corpo bonitinho, ingênua, boba, eu fui trabalhar na DIT. Sofri assédio sexual do dono. Assédio sexual, mas de... de fazer eu chorar a todo momento. Assédio sexual mesmo. Fui sequestrada por ele, me jogou dentro do carro. Uma amiga que me tirou de dentro do carro.

Continuei trabalhando na mesma loja. Tive que fazer desfile, né? Aí era o seguinte, quando a loja abria... a loja abria 8 horas. Às 8 horas, eu já tinha que estar no escritório, porque antigamente era representantes de marcas, tipo Demilus, marca de blusa. Os representantes iam até as lojas pra vender. Aí:

“Ah, chama a Margarida.”

Era eu, N. e uma outra, né?

“Chama a Margarida.”

“Ai, meu Deus, eu não quero ir não.”

Chorava que eu não queria ir. A N. falava:

“Vai que senão você vai perder o emprego.”

Fui eu lá pra cima. Só que eles queriam que eu vestisse lingerie, então eu falei:

“Aí também não.”

Tá. Aí vesti as roupas:

“Quero essa peça.”

Nem era a roupa, o corpo que ajudava, magrinha. Aí tá:

“Eu quero essa, quero essa, quero essa.”

E nesse meio tempo, eu ia perdendo... e nisso, nesse meio tempo, eu ia perdendo venda. Até então, eu via aquele homem. Assim um homem bonito, vistoso, perfume... Qualquer mulher caía. E sentado na mesa enorme. Ele lá na ponta e a gente aqui assim e a irmã dele aqui, dona R. Ele só olhava pra mim. Eu falava:

“Ai, N., eu tô com medo. Esse homem não tira o olho de mim.”

Tá bom! As meninas descia e acaba os ensaio das roupas eu descia e mandava eu subir.

“Ah, Margarida, é pra você ir lá em cima no escritório.”

Chegava lá:

“Senta aqui. Aqui, o dono da, o dono não, representante da Demilus quer te convidar pra ser essas moças de prospecto que fala, não, né? No folder. Aí eu era... assim não tinha experiência, mas o meu medo me ajudou muito.

Eu falei:

“Não, não quero não.”

“Não, você vai só botar o biquíni, o sutiã, calcinha. Bate a foto e não vai aparecer nada.”

“Não quero não. Não quero não.”

O meu não quero não era meio pavoroso. Não quero não. Passou essa fase. E assédio, assédio, todo dia, todo dia, gente. Não tinha um dia que aquele homem num... Eu só vivia chorando. Aí eu fui e pedi transferência. Conversei com o subgerente e pedi transferência pra Tigrão, que é a mesma empresa. Pedi transferência pro Tigrão. Lá trabalhava a namorada do meu irmão que hoje é a esposa dele, graças a Deus, há 30 e poucos anos. Lá trabalhava ela. Eu contei tudo pra ela.

“Ai eu não aguento mais.”

Colocaram eu na recepção, pra fazer embrulho. No caixa e fazer embrulho e atender telefone. Telefone tocava, era ele. Tocava de novo, era ele. Eu chorava. Eu falei pro gerente:

“Eu não aguento mais, eu não vou atender esse telefone. Aí não quero mais atender telefone.”

Tá bom passou. Passou essa fase, veio o irmão, o filho dele também. Assédio, assédio, assédio... me esperava na porta da loja. Aquilo eu saía. Assim, foi um sofrimento pra mim. Graças a Deus, consegui ser dispensada do Tigrão. Fiz de tudo. Aí das lojas Tigrão, passei pra Casas Santa Teresinha.

Ah, na DIT... Espera aí, voltando. Na DIT, teve concurso Miss Comerciária. Me colocaram. Enquanto eu estava desfilando, experimentando as roupas... Me colocaram para experimentar as roupas, eu não queria, eu não queria, eu não queria. Quando eles me colocaram num vestido, coisa mais linda, eu me encantei. Nossa que vestido bonito! Vaidade, né? Escutei duas das moças falando bem assim, uma das vezes:

“Nossa, né?”

Eu desfilando.

“Ah, tá ótimo, tá ótimo, tá ótimo. Só prender o cabelo, maquiagem.”

“Tão bonita, mas filha de leproso. Você sabia que ela é filha de leproso?”

Aí a outra falou:

“O que é isso?”

E eu só escutando. Aquilo a lágrima pesava assim (passou as mãos nas pálpebras).

“Você não sabe o que é leproso não? Leproso é aquelas pessoas que têm uma doença que perde dedo, que fica cheia de ferida no corpo e pega.”

“Nossa! E ela trabalha aqui com a gente?”

Aquilo eu escutei assim... Minha defesa, não foi assim por ignorância, coisa assim, foi uma defesa. Olhei pra ela e falei assim:

“Sabe onde tá a lepra? Na sua língua.”

Falei só isso.

O que você acha dos funcionários que trabalhavam lá no Educandário?

Dos funcionários? Gente, eu vou falar a verdade pra você, na minha época, de verdade, pelo menos eu fui tratada com muito carinho. Muito carinho. Tinha a cozinheira da creche, né? Das crianças, a cozinheira dos adultos e tinha a mulher que era cozinheira, mas acho que ela fazia limpeza em algum lugar também, que eu não era muito chegada, mas eu era amiga das filhas dela, que moravam lá, depois da granja. Eu não tenho que reclamar delas não. Sempre me trataram com muito carinho. E daquelas que me pegava, é por eu ser muito dengosa também, paparicada por algumas pessoas, me botavam no balcão. Eu era ruim de comer, elas me davam fruta. Eu sempre gostei muito de fruta. Elas me davam fruta. Muito bem tratada. Tinha uma, a dona S., que até o marido dela faleceu esses dias, lá de Porto Novo (Cariacica), que era cozinheira, ela me pegava no cantinho. Eu falava:

“Dona S., eu não almocei.”

“Vem aqui, minha filha, senta aqui no cantinho.”

Aí ela fazia uma comidinha pra mim. Nem comia a comida, era só denguinho mesmo. E fui muito bem tratada pelas funcionárias.

E se você fosse falar assim uma lembrança que você tem lá de dentro do Educandário, qual a melhor ou a pior lembrança que você tem lá de dentro?

A melhor lembrança é a convivência com os irmãos e todo mundo...

Você convivia com seus irmãos lá dentro?

Convivia e aproveitava disso, porque se alguém me batesse eu tinha cinco irmãos pra me defender. Eu era invocadinha. Mas eu sofri, eu sofri muito lá também, tá? Eu por ser sempre a escolhida pra tudo e, de vez em quando, eles me descartavam. Chegava roupa dos Estados Unidos, doação, eu nunca ganhava. Teve uma pessoa, não vou falar nome. Essa pessoa, todo mundo fala nê, nê, nê. Não! Sofri na mão dessa pessoa. Talvez foi inconsciente meu sofrimento. Que ela, não sei... mas eu pelo menos sofri. Não sei se era a intenção dela me fazer sofrer. Fazia eu tirar... Eu estava com uma roupa bonitinha:

“Pode tirar e dar pra fulana de tal!”

Era sempre assim. Não vou falar o nome não, porque a pessoa ela criou a gente. Tem o outro lado também. E tem aquela fase também de 5 pra 6, 7 anos, 9, tinha as meninas que era interna, aquelas batiam na gente. Sofri, sofri, sofri. De bater na sola do pé, de cabelo, tapa na cara. Eram as próprias internas, que eram mais velhas, que tinham responsabilidade de tomar conta de cada turma. Sofri também com visitas. Sentava ali, bonitinha...

“Gostei daquela ali.”

Eu não me esqueço detalhes.

“Olha aquela...”

Tinha uma loira do olho azul, que é a P. V. Eu morena do olho claro. Aí tinha uma lá... tinha os pessoal que ia fazer visita, elas olhavam assim:

“Nossa, tão bonita! Que pena, filha de leproso!”

Sempre ouvi isso desde pequenininha.

“Nossa! Muito bonita! Olha aquela loirinha ali? Tudo filho de leproso.”

Aí eu ouvia assim:

“Será que há a possibilidade deles no futuro a doença aparecer?”

Tudo eu marcava assim. Eu sempre fui muito... ativa assim nas coisas que eu ouvia. E lá eu era considerada rebelde, porque eu muito revoltada, não aceitava certas coisas, injustiça não. Inclusive, eu era... Tinha uma mulher lá, diretora, era L. C., falo até o nome. Aquela mulher não gostava de mim. Eles me batiam, quando ela ficava sabendo que alguém me bateu, que eu ia me defender... Ela colocou até meu apelido de mão leve, coisa que eu nunca esqueço. Porque eu sempre fui assim, bateu eu me defendia, mesmo eu não tendo força, mas eu me defendia. Não me esqueço desse detalhe, que isso marca muito. Tanto que quando passou anos e anos, essa mulher apareceu no casamento de uma das internas, a tal da E. Quando ela tava sentada assim... aí ela falou assim:

“Ei, Margarida, tudo bem com você?”

Eu falei:

“Tudo bem, graças a Deus.”

Aí ela falou:

“Vem cá falar comigo.”

Aí eu falei assim:

“Você me dá um tempo, porque tá aqui ainda, oh (apontando para garganta).”

Falei bem assim com ela. Mas não foi porque eu quis, saiu. Falei:

“Tá aqui ainda (apontando para a garganta novamente).”

Ela ficou meio assim, pessoa já idosa. Ela lembrou. Aí voltei e falei assim:

“Ó, vou falar com a senhora, vou falar com todo mundo, porque eu sou muito educada. Educação eu tive.”

Fui lá cumprimentei ela.

“E como é que está a sua vida?”

Eu falei:

“Bem, obrigada!”

E saí também. Não porque eu quis, mas é porque veio. Veio. Não é mole não. Teve uma época que eles queriam que eu fosse pra casa de um doutor lá na Ilha do Boi. Eu estava com diarreia. Estava...

Local: Bairro República, Vitória/ES.
Data: 05/09/2018.
Duração: 35 minutos.
Pesquisadora: Elaine Cristina Rossi Pavani.
Identificador: Lírio.
Sexo: Masculino.
Idade: 54 anos.
Profissão: vendedor de salgados.

Qual é o seu nome completo?

Meu nome completo é Lírio Flores. É curtinho mesmo. Hoje eu tô com 53 anos, indo para 54.

Você nasceu em que ano?

Eu nasci em 1964.

Sua data de aniversário é?

Vinte e oito do doze... Vinte e oito de dezembro de 1964. Aí vivi no Alzira Bley e não tenho muito na memória a data correta, mas, provavelmente, em 81, 82, 83. Um desses três anos, eu não tenho muita certeza não. Eu vivi praticamente 21, 22 anos lá dentro, né?

Você foi para lá logo após o nascimento?

Eu nem mamei na mamãe. Na verdade, eu... pela história que me é contada e todo mundo foi assim, meus irmãos... nasceu e colégio interno. Eu não tive contato com a minha mãe... A partir do momento que houve o parto, eu já fui levado para o colégio interno. Dali meu contato com ela era muito pequeno. Muito pequeno, sempre foi muito pequeno. Depois de muitos anos é que eu fui ter mais contato com ela, mas... foi quase nenhum.

Do que você se lembra da sua vida de lá de dentro do Educandário?

Olha, diferente da fase dos meus irmãos, apesar da diferença de idade do meu irmão mais velho, que foi o oitavo irmão, né, até o primeiro, na verdade, né, dos oito, até a mim que fui o sexto... o sexto, né?

Jacinto: “É.”

Até o sexto, quer dizer...

Ele é o sétimo (risos).

Ele é o quinto.

Jacinto: “Eles falam que eu o sétimo, mas eu sou o do meio.”

Ele é o quinto, que na verdade a diferença de idade é muito pequena. O Cravo hoje ele tem 60.

Jacinto: “Ele é mais novo do que eu.”

O Cravo hoje tem 60?

Jacinto: “Sessenta.”

E eu tenho 53, quer dizer nesse meio tem 5 irmãos, né? Então, foi praticamente um atrás do outro. E eu estou falando sobre isso por quê? Porque para os meus irmãos antes de mim, as memórias deles, quanto à criação lá no Alzira Bley... eles têm histórias diferentes das minhas, apesar da diferença de idade ser muito pequena. Mas era grande quando se comparava às fases de meninos. As de dois anos ficava num local, de três anos e meio já era um outro local, não tinha aquela... Então, a fase que eles se lembram não é a fase que eu me lembro, que eu me lembro. Eu me lembro de fase bem melhor no Alzira Bley. Passamos sim momentos difíceis, mas das fases que eu me lembro... que eu tenho a memória bem mais fraca do que a deles, principalmente, a do Jacinto, que ele lembra de tudo, eu não lembro. Ele me pergunta:

“Você lembra disso?”

“Não, eu não me lembro.”

“Você lembra de fulano de tal?”

“Não me lembro.”

Mas o que eu me lembro, eu não tenho coisas ruins não. Basta dizer que eu fui embora de lá, passou o meu tempo e todo final de semana eu ia pra lá.

Você saiu de lá com quantos anos?

Eu saí... acho que foi com 17, 18 anos, mais ou menos.

É?

É. Mas eu saí e sexta-feira de noite eu já estava lá. E só voltava no domingo à noite. Quando não, na segunda-feira de manhã que eu ia embora. Quer dizer, então foi assim. Uma criação que eu falo pros meus filhos hoje que apesar de ter morado num colégio interno, se eu tivesse que ter escolhido viver com os meus pais e viver no colégio interno, eu teria escolhido viver no colégio interno. Eu teria escolhido. E porque eu não tenho o que reclamar, apesar de ter tido os momentos difíceis. Igual toda família tem e não seria um colégio interno que não teria. A minha memória, enquanto à criação lá, foi uma memória boa. Eu tenho coisas muito boas gravadas na cabeça, na minha memória, quanto a minha criação e o meio em que eu vivia, o que nós fazíamos lá dentro... pra mim era muito bom.

Quem cuidou de você lá dentro?

Olha, nós não tínhamos assim uma pessoa definida não, eram sempre os mais velhos. Né, Jacinto? Os mais velhos cuidavam dos mais novos. Não os mais

velhos dos irmãos. As meninas cuidavam. A maioria eram as meninas que cuidavam. Então, eu me lembro um pouco da minha tia, que é irmã da minha mãe, que ela era também de lá. Não foi da minha época, mas eu a tinha como mãe, apesar de que não era aquele contato muito grande, mas eu a tinha como mãe, porque eu falava:

“Essa aqui é minha tia que é a minha mãe.”

Mas assim, a pessoa que me marcou desde pequenininho até a data de eu ir embora, é a Jandira. A Jandira. Essa aí me marcou em todos os sentidos, porque ela era a mãezona não minha só, era mãe de... eu acho que... eu não vou responder pelos outros, mas imagino eu, pela maneira como eles falam dela, que eles tenham o mesmo sentimento que eu.

E você sabia quem eram seus irmãos lá dentro? Você os reconhecia como irmãos?

Sempre. Havia essa diferenciação sim. Eu olhava para o Jacinto e eu sabia que ele era o meu irmão. Apesar de que os outros ex-internos, 90% (noventa por cento) deles, eu os tinha como irmãos. Tinha mesmo, como eu tenho até hoje. Mas eu sabia diferenciar quem era meu irmão de sangue. Eu sabia. Até porque nós éramos muito parecidos também um com o outro. Uns com os outros. Mas é separado cada um na sua fase, mas eu sabia quem era meu irmão desde menino.

Jacinto: “O que marcou foi quando a gente começou a visitar os pais naquele sistema de colônia, né, Lírio?”

É.

Jacinto: “Três vezes ao ano, então, juntava desde pequeno. Juntava-se todas as famílias, é um detalhe assim importante, é... lá naquele sistema de isolamento, nós chegávamos apenas nas grades dos portões, conforme falei na... então, cada família tinha os seus pais, seus avós ali, aqueles que estão enterrados lá no leprosário, na colônia, né? É o seguinte... Então, chegava a nossa família, que é a família das Flores, né? Nós chegávamos juntos, os sete irmãos a oito, porque morreu uma menina, nasceu antes...”

Então, era por isso que a gente tinha um entendimento do que era uma família. Mas até isso que o Jacinto está contando, apesar de eu me lembrar de muitas visitas, mas eu não me lembro dessas visitas como se fosse assim dia da minha alegria. Não era. Talvez fosse para os meus irmãos o dia deles verem os pais, deu ver minha avó, mas não era assim um dia com que eu contava, ou ficava esperando, entendeu? Nós íamos, porque já que nós não saíamos pra nada mesmo, eu ia pra lá. Mas não era uma coisa que eu tinha que... não era diferente de uma partida de futebol que eu jogava com os meninos. Eu sentia mais prazer de estar com os meninos jogando bola do que de ir pra lá. Eu sempre fui assim, mas eu me lembro de algumas visitas, mas não me lembro de todas também não, até porque essa fase foi uma fase que eu peguei rápida. O Jacinto pegou mais essa fase de visitação no alambrado, porque depois eu não entendi porque eles pararam com isso. Nós não íamos mais lá.

Jacinto: “Liberaram.”

É. Eles liberaram. Então, eu me lembro mais da época da liberação, mas eu não também... mesmo assim, não gostava muito de ir lá. Nunca foi do meu...,

Você estudou lá dentro do Educandário?

Estudei. Estudei do pequenininho, do jardim até a 4ª série. Quinta, sexta, sétima e oitava série já era fora dali.

E você estudou fora dali?

Estudei, mas onde...perto dali e onde todos os meninos da minha fase também estudaram. Nós saíamos dali e íamos pro Eulália Moreira. Eulália Moreira que é no Porto de Cariacica. Dali eu só estudei seis meses no ginásio que foi no São João Batista. Não estudei lá nem um ano, porque daí já era a fase que já estava saindo mesmo. Então, eu nem estudei, terminei muito ali não.

Jacinto: “Você foi pro Rio.”

Mas depois você continuou os estudos em algum outro momento ou não?

Eu cheguei a estudar quando eu fui pro Rio. Cheguei a estudar numa escola em Copacabana, mas eu fiquei oito meses só... estudando. E eu era muito ligado ao futebol. Então, o futebol me tomava mais tempo do que qualquer coisa. Me arrependo sim, de ter... podia ter dado... mas o tempo não volta. Então, não gosto muito de falar daquilo que não tem como mais recuperar, entendeu? Então, eu poderia ter aproveitado mais? Poderia, mas não é uma coisa que eu gosto muito de falar, porque passou, não adianta só ficar em depressão, não vai adiantar em nada. Eu prefiro viver a alegria, entendeu? Então assim, eu estudei, depois eu cheguei... Quando eu voltei pra Vitória, me faltava ainda é... um semestre para terminar o segundo grau, aí eu fui e completei o segundo grau. Por que como é que é um semestre? Porque tinha o...

...EJA.

O EJA. CEEJA na época, né? E eu fui e fiz. Com dois meses, já tinha terminado já.

Então você possui o segundo grau completo?

Completo, mas eu não tentei nenhuma faculdade. Não, nunca. Não por falta de oportunidades, porque eu tive várias oportunidades. Mas quando eu tive a oportunidade, eu era muito voltado a esporte, principalmente, futebol. Eu cheguei a jogar futebol semiprofissionalmente, porque o salário era irrisório, né? Mas foi o que acho que afastou, como acontece com qualquer jogador de futebol que afasta do estudo. Mas assim, eu sempre entendi, Elaine, que o meu afastamento do estudo e algumas dificuldades minha que eu sempre tive na minha vida na área profissional, eu entendo que foi uma das poucas que eu entendo como sequelas de ter sido criado em colégio interno. Eu acho que

isso... essa deficiência que eu tenho de ter um compromisso de ter estudado, isso pra mim... pra muitos pode não ter acontecido, mas em mim aconteceu como se fosse uma sequela, como se tivesse me travado. Porque todos falam. Aqui mesmo em casa eles falam:

“Ah, você é muito inteligente.”

Mas eu não tive aquele ímpeto de falar assim:

“Não, vou encarar isso.”

Porque eu não acreditava muito que isso fosse a solução.

Entendi. E quando você saiu do Educandário você foi pra onde?

O Jacinto morava sozinho. Era o irmão que eu tinha... que eu estava tendo mais ligação e ele morava sozinho. Aí eu fui morar com o Jacinto, né? Morei um tempo com o Jacinto, depois eu fui pro Rio. Quando eu voltei, eu morei... com o Jacinto também.

Jacinto: “Morou numa favela brava.”

Que favela?

Jacinto: “Caratoira.”

Não. Caratoira não é favela não. Favela é Alagoano. Não, Caratoira agora é um bairro ligado a Santo Antônio, é um bairro até bom. Mas é um bairro que nós moramos juntos também um tempo ali. Mas assim, nós não tínhamos muito esse compromisso não, de morar com um irmão. Eu... funcionou isso comigo e com o Jacinto, mas nós não tínhamos muito esse compromisso não. A gente morava numa república, nem bem república não, duas ou três pessoas no máximo, sabe? Mas a gente não tinha muito esse compromisso não.

E quando você foi para o Rio, você foi fazer o quê no Rio?

Na verdade, não sei se você já ouviu falar, nesse período todo que você tem feito sua pesquisa, né? É no Doutor Djalma Nunes. Ele foi um diretor administrativo. Ele foi diretor de todos os colégios internos do país, colégio interno assim... de todos os educandários, né? Ele era diretor de todos os educandários do país. Então, ele levantava a diretoria e destituía essa diretoria na hora que ele queria. Ele tinha poder pra isso.

Jacinto: “Era na sociedade Eunice Weaver, né?”

É. Ele só era abaixo, na sociedade Eunice Weaver... ele só era abaixo da presidente. Aí ele... e ele passou a ter um contato maior com o Alzira Bley, por ser o mais próximo, tirando os do Rio de Janeiro, mas os colégios mais próximos que tinha do Rio, de onde ele morava. E ele apegou muito a minha família, principalmente, aos meus irmãos. Mas assim, se apegou desde o mais velho, depois o Jacinto, a todos os meus irmãos. Mas comigo assim foi um relacionamento de pai e filho mais profundo.

Jacinto: “Adotou, né?”

É. E foi uma adoção. Eu tentei até... Mamãe nem fala muito sobre... nem fala sobre isso, né? Que eu não converso sobre isso com ela, né? Mas eu tentei ser adotado por ele oficialmente. Aí ela dizia que ia ver, ia ver... me deu umas enrolada e não viu. É... se tivesse, com certeza, feito isso, não estou falando isso como uma acusação pra ela, né, a minha vida hoje seria diferente, porque eu teria direito ao que o meu pai tinha. Meu pai... sempre meu pai quando eu falo...

...Se refere a ele.

A ele, não seu G. H. que é o meu pai biológico, que é G. H. Mas não é... quando eu me refiro a pai, né, Jacinto? Eu sempre falei como Djalma, doutor Djalma. Nem falo doutor Djalma, Djalma. Por quê? Porque ele sim eu tive relacionamento de filho com pai, de pai mesmo.

Jacinto: “ Você morou quantos anos lá?”

Ah, Jacinto, eu nem me lembro, esses dias eu tentei lembrar, mas...

Jacinto: “Uns quatro, cinco anos”.

Eu tentei lembrar esses dias...

Jacinto: “Foi em 81 que você foi pra lá, eu lembro”.

É. Eu cheguei a jogar...

Jacinto: “Eu levei ele em 81 pra lá”.

Foi ele também que me levou. Na época, apesar de eu ser grandão, sempre maior que o Jacinto, mas eu não conhecia nada. O Jacinto sempre teve essa agilidade em tudo. Eu fui pra lá morar com ele, né? Com o meu pai que eu sempre chamei. Tanto que os meus filhos o chamavam de avô. A Emily não, que a Emily... Eu tenho fotos deles com a Emily no colo dele, mas ele já morreu três meses depois que a Emily nasceu. Mas o Jonas? Era o avô dele, a paixão dele era ele. Então, nós íamos pro Rio, levava a família, os meninos pra lá, a esposa.

Lá dentro do Educandário você tinha que fazer algum trabalho?

Uai, eu já... lá nós tínhamos época que nós cuidávamos de horta. Nós criávamos horta, na verdade. E era assim... não era uma coisa assim com um pedaço de madeira na mão pra gente criar não. Eles nos davam um pedaço de terra, nos davam sementes e falavam:

“Vocês podem plantar”.

A gente fazia... Na minha época eu tô falando, né? Eu tô falando pela minha época. A gente fazia isso com prazer. Então, a gente tinha hortas, é... varrição, a gente cuidava da varrição. A época da escravidão foi mais na época dos meus irmãos mais anteriores.

Jacinto: “Dos anos oitenta pra cá, mudou muito o regime”.

É, mudou muito o regime e você fala assim mais de 77,80 pra cá.

Jacinto: “Setenta e seis”.

Isso. Porque daí pra trás eu não tenho a memória muito boa. Por quê? Porque a minha fase era mais fechadinha. Eles eram mais espertos do que nós. Os mais velhos eram os mais espertos. Mas assim... nós tínhamos o trabalho, que assim... o nosso maior trabalho era jogar futebol. Nós íamos pra escola, jogava futebol, almoçava, jogava futebol...

Jacinto: “Todos os dias”.

De noite jantava, jogava futebol. Nosso trabalho maior era esse. Mas nós varriamos tudo, nós tirávamos folhas, capinava, né? Minha época de capina era bem curta. Mas eu tinha a minha horta. A minha horta era a mais bonita de todas, porque eu só plantava mostarda por causa da... (mostra as copas das plantas com os braços abertos para cima) crescia aquela folha grandona. Os outros tudo, só com aquele alfacinho. Mas não sabia eu que eles podiam comer a alface e eu não podia comer a mostarda, porque eu odiava. Eu ia pela beleza.

Como era a alimentação lá dentro do Educandário?

É... Esse também é um outro porém. Nas fases dos meus irmãos anteriores a mim, do Jacinto pra trás, eles passaram momentos difíceis de refeição, mas não foi a minha fase. Na minha fase nós tivemos... já começamos a ter alimentação da CST. Né, Jacinto? Da Vale.

Jacinto: “Vocês...”

Por isso que eu estou falando da minha fase. Então, nós comíamos comida boa, porque eu trabalhei na Vale e eu...

Jacinto: “Ele não chegou a ver as lagartinhas no fubá”.

Não. Não cheguei a ver essa fase não. Até porque eu sempre fui muito enjoado, eu morreria de fome. Mas nós... a nossa alimentação, da minha fase, do meu pessoal pra frente, era boa. Do pessoal pra trás, eu tinha conhecimento. Nós tínhamos conhecimento do que eles comiam, de que muitas vezes eles tinham que comer... recorrer à casca de banana pra poder

comer, comiam frutas verdes. Eu tive reconhecimento disso, mas não foi a minha fase, entendeu? Como eu estou falando da minha fase, então.

Lógico. É sua vida, é sua história. E você e as outras crianças, na sua fase, saíam do Educandário para fazer algum tipo de visita, passeio?

Só nas férias, ainda a contragosto. Ia pra casa de primo, que era também... A nossa família só é grande nos irmãos. Em primos... que a mamãe tinha só duas irmãs, né? E uma delas nem tinha filhos, na época. E... mas assim, eu não saía. Ah, sim, de vez em quando, nós saíamos de ônibus, mas era muito raro. O nosso contato com o convívio externo era muito raro. Mas se você perguntar assim: “Mas isso não é ruim?” Olha, eu gostava. Eu não falo por mim só não, eu falo pelo Kenedy, pelo Tiãozinho, pelo Chiquinho. Os meninos da minha época, nós tínhamos mais prazer de estar no colégio interno, entendeu? Quando falava em sair, a gente saía, mas não era aquela... a gente queria voltar logo e pegar a nossa bolinha de meia ou qualquer outra coisa e jogar bola...

Jacinto: “Totalmente o contrário de mim.”

...Jogar futebol.

Nós não tínhamos interesse em sair não.

Jacinto: “O meu negócio era rua”.

Em algum momento da sua vida você se sentiu discriminado por ter sido aluno do Educandário?

Boa tarde!

Essa é minha sogra. É avó dos meus filhos. Você perguntou...

Se em algum momento você sentiu...

...A discriminação.

A discriminação por ter sido ou do Educandário ou por ter pais com hanseníase?

Não. Primeiro que eu nunca fui muito aberto. Assim... eu nunca escondi de ninguém de ter sido criado em colégio interno. Isso não. Eu nunca escondi, porque eu gostava da forma como eu fui criado. Eu não nego, eu gostei. Tanto que eu falo até hoje pros meus filhos:

“Vocês hoje têm... não dá para comparar, vocês têm pais.”

Porque meus irmãos, só pra antes de falar de discriminação... Os meus irmãos têm um defeito muito grande, sabem ser pais, se isso é defeito. Nós sabemos. Do irmão mais novo até o irmão mais velho sabe ser pai. Nós somos pai, mãe, o que for necessário, a gente sabe ser. Se você perguntar assim:

“Isso tem alguma ligação com o fato de você ter sido criado em colégio interno?” Não. Porque nós temos conhecimento de muitos lá de dentro que não souberam ser pais. Acho que é próprio nosso. Né, Jacinto? A gente sabe ser pai. Mas...

Jacinto: “Os nossos filhos tratam a gente como se fosse mãe também.”

É. Eles sempre recorrem à gente.

Jacinto: “Minha filha tem 28 anos e fica mandando beijinhos e coração.” Mas, então assim... eu nunca fui discriminado, mas eu... porque eu nunca escondi de ter sido criado em colégio interno. Agora não é por esconder e medo de discriminação, eu nunca fui de falar que meus pais, no caso a minha avó, né, tinha hanseníase. Eu nunca fui de falar isso. Se fosse necessário eu falaria, mas...

Não perguntou, falar para quê.

Nunca perguntou. Então, eu também não falei nada. Então, eu não posso falar em discriminação. Eu não posso.

O que você achava da atuação dos funcionários que trabalhavam lá dentro do Educandário?

O contato com os funcionários assim da minha parte, não era muito grande não, mas eu não tenho do que reclamar não. Eu me lembro de algumas delas como a dona Z., a D.

Jacinto: “A., A. não. Aquela menina...”

A parte de diretoria, diretoria da própria é... do Alzira Bley. Eu não tenho muito que reclamar não. Muito por quê? Nós tivemos sim um diretor chamado seu H., eu não me lembro muito o nome todo. Ele era..

Jacinto: “H. M. P”.

Mas eu me lembro que ele era muito, muito,... não era preparado pra lidar com meninos que foram, que estavam sendo criados em colégio interno. Pra ele, dava a impressão que ele estava chegando numa casa. Quando na verdade, por mais que nós amássemos estar ali, nós estávamos num colégio interno. Eu não estava na casa da minha mãe e do meu pai. Então, eu posso falar pra você eu não sentia falta, nunca senti falta da casa de pai e mãe. Nunca senti. Mas eu tinha consciência de que eu não estava na casa de pai e mãe. Ele não era uma pessoa... mas assim, funcionário mesmo, eu não falo muito de diretor, eu falo funcionário aquele que fazia a comida... limpeza, muitas vezes, era feita por nós mesmos, eu não tenho o que reclamar não. Não tinha. Eu nunca vi uma coisa que hoje se fala tanto é de abuso. Não tinha muito. Não tinha muito não, não tinha naquela época.

Jacinto: “A época dele foi melhor”.

É. A minha época foi uma época tranquila, sabe? Eu não tava no paraíso, eu sempre tive consciência, mas não tinha isso. A gente brincava com as meninas.

Jacinto: “Tem muita diferença. Sabe por que, Lírio? A sua época era uma quantidade muito menor de pessoas e mais fácil de administrar e na minha época quinhentos e cinquenta, por isso muito abuso, muito erro”.

Eu cheguei a tomar conta... mesmo sendo novinho, eu era grande. Sempre fui, eu era alto.

Para a idade.

Não. Pra idade e pra média, né? De meninos do colégio interno eram mais baixos, né? Então, eu por ser mais alto e até ser um pouco mais sério, por ser mais sério. Talvez um pouco mais responsável, não sei. Eu sempre ficava responsável por alguma coisa. Então, a Jandira me colocava assim à frente dos dormitórios, na minha época já. Na época do Jacinto, nem podia entrar no dormitório dele, senão era capaz dele sair escorraçado dali, porque só eles mandavam lá. Mas não é, eu não me lembro muito disso. Na minha época, eu fiquei tomando conta de dormitórios e eu como responsável eu nunca via ninguém abusar de alguém do que tanto falam hoje, entendeu? De assédio, de abuso sexual. Não, eu não via. Eu não via esse tipo de coisa. Não tinha, não existia. Eu não sei se era próprio da mentalidade de quem vivia nesse colégio, mas era um negócio completamente diferente. Eu via que eu sabia a diferença, porque nós chegamos a receber uns dois ou três que vieram do FESBEM que hoje é IESBEM. A diferença da mentalidade deles pra nossa, que éramos lá de dentro, era como se nós tivéssemos realmente recebendo marginal. Os pensamentos deles, as brincadeiras deles, a violência que, de vez enquanto, eles queriam impor. Não conseguiam, porque a gente tinha muita união um com o outro. Não era fácil.

E a partir do momento que você saiu do Educandário Alzira Bley como foi a sua vida aqui fora?

É. Heim?

Jacinto: “Adaptação”.

É. Assim eu tive menos dificuldade que o Jacinto, que o Cravo, que o Oleandro, até o Hibisco, porque eles tiveram que correr atrás muito cedo da vida. E eu, como eu fui pro Rio... é eu fiquei vivendo em Copacabana.

Jacinto: “Você já tinha uma ajuda lá, né?”

É. Então, eu já tinha uma ajuda lá dentro mesmo. Por exemplo, eu estava no colégio interno e eu era o único da minha turma de 40, 50 meninos que tinha dinheiro pra comprar picolé. Aí eu acabava comprando picolé pra quase todo mundo. É claro que eu não comprava pra todo mundo, eu escolhia os...

...Os amigos.

Principalmente, as meninas, né (risadas)? Mas assim brincando... eu escolhia, eu tinha os amigos mais chegados que eu pagava. Então, lá de dentro eu já tinha esse amparo. Quando eu saí de lá, esse amparo fortaleceu mais ainda, entendeu? E eu passei... Por exemplo, eu não consegui o que o Jacinto, o Cravo e o Oleandro sofreram aqui fora, lá fora, aqui fora, eu já ia falar lá fora, é aqui fora... Aqui fora, de correr atrás de tudo. Tudo que precisavam, sempre teve que correr atrás. Jacinto começou a trabalhar muito cedo. Ajudou num bar de uns tios meus, trabalhou. Acabou até pegando vício deles. Vício, digo assim, de beber e de fumar, porque ele... ele teve que enfrentar a vida sozinho. Mas de mim... o meu caso foi diferente, porque eu já saí dali, eu já tinha um amparo. Alimentação ele pagava. Mandava do Rio pra mim dinheiro, como se fosse chamado de mesada, né? Aí depois, eu fui pro Rio. Fiquei vivendo lá, vamos dizer assim, uma vida melhor. Eu não senti, eu não consegui, eu não senti essa transição. Eu sentia falta do colégio interno.

Quando você voltou para Vitória, você voltou para onde?

Eu voltei e fui morar com o Jacinto. Não foi, Jacinto? Não. Primeiro eu morei em Caratoira, sozinho.

Jacinto: “Em Caratoira. Primeiro lugar que você morou”.

Eu arrumei uma namorada lá. Eu arrumei uma namorada lá e comecei a morar em Caratoira. Não na casa dela. Na casa de um rapaz que eu conheci. E morei um tempo, depois voltei a morar com o Jacinto. Aí nós moramos juntos até ele casar. Não foi, Jacinto?

Jacinto: “Casei em 87”.

Quando ele casou, três anos depois eu casei também. Então, eu vim... aí eu demorei muito a me empregar, porque aquilo que eu falei, eu digo assim, é... uma vez alguém me acusou. Não era me acusou, falou comigo assim:

“Vocês são preguiçosos”.

Eu falei assim:

“Não, eu nunca aceitei esse termo. A gente não é preguiçoso. A gente sempre encara tudo, né? A gente encara, a gente trabalha. Mas aí é que entra aquilo que eu sempre tive desconfiança de ser uma sequela. Eu não consigo é... Não sou psicólogo, nem tenho formação, né, nessa área. Mas eu entendo que se um... alguém que estuda o lado social, viesse estudar essa parte, ele ia conseguir dar um nome a isso. Porque eu acho que de uma certa forma é... nós nunca conseguimos, exceto alguns, pouquíssimos, pouquíssimo mesmo,

não conseguimos firmar muito tempo num emprego. E não foi por vagabundagem, porque nós sempre encaramos tudo. E não foi por insubordinação, porque nós sempre fomos subordinados. A gente sabia quem era o nosso chefe, sempre soubemos quem era o nosso líder, sempre tivemos respeito. Basta dizer que a vida que a gente leva hoje. Nós temos respeito pelas hierarquias nas nossas igrejas, de tudo quanto é lado. Então, eu acho que esse bloqueio é, de uma certa forma, a única sequela que eu tive de verdade. Mas a minha vida depois que eu saí de lá, ela não foi pancada dura como foi pra maioria não. Mas muitos tiveram.

E como está atualmente?

Bom, atualmente, casado, né? Desde 1990, há 28 anos. Com um filho de 25 e uma filha de 21. É... trabalhei nesse período todo, desde quando eu saí pra cá, em vários lugares. A maioria deles assim, vamos dizer, de dez empregos que eu tive, em oito deles sempre foi cargo de supervisão ou coordenação. Eu sempre consegui, apesar de não ter tido estudos, eu sempre consegui um emprego com uma parte melhor. Nunca de salário, mas pelo menos de função de liderança de turma. Mas isso não foi o bastante para me dar uma independência financeira, longe disso. Longe disso, porque é... na verdade, o que Deus fez pra mim foi que eu me converti depois para uma igreja evangélica e casei dentro da igreja. Quer dizer, hoje eu moro na casa que é delas, que é da minha sogra e da filha dela. Quer dizer então, que não moramos de aluguel, né? Então, isso amenizou também qualquer outra coisa. Mas assim, de parte de emprego, por causa da dificuldade que eu te falei, apesar de ter tido alguns empregos bons, hoje eu trabalho como autônomo, entendeu? Trabalho na área de vendas de salgados, mas tenho meus projetos, né? Então, tô só dependendo de algumas coisas acontecerem pra eu é... tenho certeza que vai acontecer, que está tudo muito bem andado para eu ter minha fabricazinha de salgados. Que esse é o meu... que eu gosto de trabalhar com isso e gostei. Entrei e gostei. Não sabia que eu ia gostar disso. Não imaginei que isso fosse nunca o meu caminho. Mas eu gostei, e acho que está muito próximo de começar a fazer isso. A minha esposa, ela é professora e vai se aposentar até em outubro agora. Eu falei com ela antes de novembro ela tem que estar aposentada. Nós não queremos correr riscos, ela é efetiva na Serra. O meu filho já está trabalhando na Chocolates Garoto, tem menos de dois meses, mas está muito feliz. Ele está no oitavo ou nono período de Engenharia de Produção. A minha filha também já trabalha numa escola e numa creche, e... tem 21 anos e está se formando em pedagogia. Quer dizer é a vida que eu estou tendo hoje. Se você perguntar assim:

“O que eu preciso fazer?”

É a parte financeira. É eu poder deslançar esse projeto que eu estou aguardando e eu tenho certeza que ele vai acontecer. Ele acontecendo, eu vou ter condições de deslançar. Mas eu não tenho muito que reclamar não. Se eu for reclamar, eu vou estar sendo injusto com Deus, né? Então, é isso.

Se você tivesse que escolher uma de suas lembranças lá de dentro do Educandário, qual lembrança você contaria?

As nossas sextas-feiras à noite e os nossos sábados à noite. Porque era um momento que nós ligávamos o som, né? Que nós tínhamos a sonata, aquele aparelho de som, né? Antigamente chamava-se sonata e eram momentos pra mim inesquecíveis. Quando chegava sexta-feira à noite e sábado à noite que ligava aquele som, parecia que a gente estava... não dizer no céu, porque o céu não é assim.

Jacinto: “Eu que comandava o som”.

É. Mas nós dançávamos ali até se acabar e era muito gostoso, porque havia uma ingenuidade, sabe, tão grande. Hoje a gente vê... assim entre aspas, a maldade na humanidade, na sociedade. Seja ela do mais novo ao mais velho, sabe? A gente pensava que era coisa do adulto, sem ser o mais velho. Mas não, do mais novo ao mais velho hoje não tem tanta ingenuidade. Hoje tem maldade demais. E naquela época, na minha memória fica isso, sabe? A ingenuidade nossa. Nós dançávamos sem se preocupar se ele vai debochar, porque ele não debochava, porque ele também dançava feio. Então a gente tinha aquele...

Jacinto: “Eu, né? Eu nem dançava quase, não sabia dançar. Era todo duro”.

Mas assim é... uma fase muito gostosa. Passou, mas não passou em branco.

Jacinto: “Fora o futebol também, os torneios que ele fazia lá”.

É. O futebol é uma fase muito boa também. Eu me lembro, depois de já crescido, que a gente jogando futebol... Tinha os nossos torneios. E uma coisa que a gente nunca se escondeu e nós tínhamos orgulho muito grande, Elaine, é falar do Alzira Bley. É o Alzira Bley. Nossa camisa do time era o Bleyzão. Era o Alzira Bley. O amor que nós tínhamos por ele. Até hoje, apesar de... quando me perguntam, quando eu converso com alguém:

“E lá funciona?”

Eu falei:

“Funciona assim, assim, assado...”

“Ah, mas não é igual a sua fase.”

“Mas não vai ser igual a minha fase nunca. Passou o tempo. Agora está na minha memória e isso ninguém pode apagar.”

É verdade.

E é uma fase muito gostosa, o Alzira Bley. Não tem... Mas tudo não foram flores não, tá? Só pra encerrar pra você, nem tudo foram flores não. As histórias que meus irmãos contaram, da parte deles, existiram sim. Aconteceram sim. Talvez eu tenha tido sorte. Eu, não só eu, mas os meninos da minha época. Tivemos mais sorte, talvez não, tivemos mais sorte do que eles que foi uma fase já mais na frente, onde foi tudo melhorando, mais branda. Não foi a melhor, mas foi mais branda. Mas a nossa história é uma história...

pelos menos pra mim e pros meus irmãos... eu acho que pra eles também é bonita.

Muito obrigada, Lírio, por dividir uma parte da sua história de vida com a gente.

Local: Bairro Mucuri, Cariacica/ES.
Data: 12 de Junho de 2017.
Duração: 26 minutos
Pesquisadora: Elaine Cristina Rossi Pavani
Identificador: Hibisco
Sexo: Masculino
Idade: 50 anos (19/03/1967)
Profissão: corretor de imóveis

Hibisco, você tem quantos anos?

Cinquenta anos.

Qual é a sua data de nascimento?

19/03/1967.

Hibisco, como é que você foi para o Educandário?

Minha família da minha mãe é de Iúna, Espírito Santo, interior.

Iúna?

Iúna, né? Espírito Santo. E a minha família por parte do meu pai é de Caratinga, Minas Gerais. Meus pais foram levados, junto com meus avós, para o Hospital Colônia Dr. Pedro Fontes. Aí lá eles se casaram e tiveram oito filhos. Minha avó morreu lá dentro com a doença. Todos eles tinham a doença da hanseníase. Eu sou ... Dos homens eu sou o caçula, mas tem a minha irmã que é a última, né? E dos oito irmãos, morreu uma menina com dois anos dentro do Educandário. Como morriam muitas crianças dentro do Alzira Bley por falta de amamentação né? Desidratação...

Qual o nome da que morreu?

É Hortência.

Hortência...

Com dois anos de idade.

Hortência M. P. ?

Hortência M. P. Dos oito irmãos, é eu... Todos eles que nasciam dentro do hospital Pedro Fontes, era obrigado a ser encaminhado ao mesmo dia do nascimento. Muitas vezes, os pais nem viam o rosto do filho. Isso trouxe um problema muito sério de identidade maternal, paternal, né? Identidade familiar. Houve a desintegração familiar que até hoje nós sofremos, nesse dia de hoje. É... meus irmãos viveram lá desde o seu nascimento. Eu vivi até os meus 16 anos. Só que nesse intervalo de 16 anos, com 9 anos de idade, eu fui praticamente expulso do Educandário Alzira Bley. Como a maioria dos outros ex-internos também que chegaram a ter essa transferência, muitos iam pro outros orfanatos no Brasil, né? Rio de Janeiro, São Paulo ou Minas. E outros eram enviados para os seus pais que moravam no complexo do hospital Pedro Fontes. Então, com 9 anos de idade até meus 11 anos, eu fui morar com meu pai dentro do hospital Pedro Fontes e fui resgatado pelo engenheiro de todos os Educandários no Brasil, Dr. Dijalma Nunes. Quando ele soube, né? Que ele

andava por todo Brasil. Quando ele soube que eu estava dentro do leprosário, convivendo com os hansenianos junto com meu pai. Ele, com medo que eu pegasse a doença, ele solicitou que eu viesse, que me trouxessem de volta para o Educandário. No período que eu morei dois anos com meu pai no leprosário, eu convivi com mais de 300 pacientes dentro do complexo, internos, externos ali da Vila Cajueiro e de outros bairros. Pica Pau que foi, né? O Pica-Pau que foi...

O Pica-Pau foi o bairro que desmembrou, né?

É. O Pica-Pau feito um bairro é... com o desmembramento para os pais na... quando abriu-se a Colônia na década de 70, né? Meados de 70, 75, o então diretor, Dr. Hércules da Silveira, que hoje é deputado Estadual, solicitou à Secretaria de Saúde pra abrir esse complexo pra ver se alguns pais ainda que queriam tirar seus filhos de dentro do Educandário pra morarem. Mas não foi o caso do meu pai. Eu morei dentro desse complexo hospitalar, dentro da Colônia mesmo, dois anos. E pra mim foi bom, porque eu tive pelo menos o... dois anos de carinho, de amor intenso com meu pai, coisa que meus outros irmãos não tiveram. Mas convivi com a doença que era contagiosa e não sabia do alto grau que era contágio, a doença. Mas nesse intervalo que eu saí do orfanato foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida, porque ali eu pude dar um pouquinho de amor ao meu pai, conviver com meu pai. Meu pai já tinha uma outra família, minha mãe já tinha saído do hospital Pedro Fontes, ido morar fora do Hospital, num bairro vizinho, né? E voltei pro Educandário. Nesse período que eu voltei pro Educandário, eu já estava com 11 anos pra 12 anos, voltei pra lá contra a minha vontade, o que pra mim foi uma sofrência, porque devido ao regime que eu já tinha passado antes, que é um regime cruel, não é nem militar, é cruel. É... falta de alimentos, falta de carinho, castigos constantes, trabalhos escravos, viu? Então, a gente não tinha nem amor aos próprios irmãos. Tinha o reconhecimento de que aquele ali era o seu irmão, mas a gente não tinha amor aos irmãos. Todos pra nós eram do mesmo jeito, irmãos. E as nossas visitas também, quando a gente morava no Educandário, eram muito poucas aos nossos pais. Na minha época, já era no final da década de 70, era através de... de alambrado. A gente não tinha contato com os nossos pais, no caso avós. Era só através do dedinho. Dava a benção e apontava e falava que era nosso pai e mãe e tal, não tinha aquele contato, né, inicial. Então, não tinha aquele amor. E nesse período a gente ia na época no dia das crianças, dia dos pais ou dia das mães. Não, dia dos pais e dia das mães, era só duas vezes por ano. Dentro do próprio Educandário, a gente tinha vários eventos como Natal, a festa Junina, Carnaval internamente. São as festividades comuns que acontecem no Brasil. Dia dos pais, dia das mães. Pra nós era uma alegria, porque a gente recebia visitas externas. Gente que não tinha nada a ver com a hanseníase e com a nossa história, mas ao mesmo tempo eles tinham preconceito com a nossa situação e nos olhavam indiferentes. Assim que eu saí do Educandário, mas eu saí como adotivo. Minha mãe foi lá assinar o termo da minha saída, como se ela tivesse me retirado do orfanato, mas ela não me retirou do orfanato, eu fui adotado. E a minha maior tristeza é que eu fui adotado por uma pessoa que não era pra mim ter sido adotado. Eu tive a oportunidade de ser adotado quando eu ainda era menor, por uma família italiana, ir pra Europa. Minha mãe e papai não deixaram. Aí aconteceu o inverso pra mim. A minha maior tristeza é que

quando eu fui adotado a minha mãe não tinha condições de criar a gente, porque ela já tinha dois filhos dentro da casa dela, mais meu avô. Então, as condições financeiras não ajudou muito na minha... Que eles expulsaram a gente devido a maioria, entendeu? E estava também chegando ao fim dos internamentos compulsórios de filhos de hansenianos. O Educandário estava passando por um processo de integração social atualizado pelo Estado Federal e Estadual, com um novo projeto de internação que era... era estudar, fazer seus cursos e depois ir pra suas casas. Já estava já chegando aos últimos períodos de internação. Nesse período que eu vim morar, saí do Educandário, eu fui adotado por um diretor das relações públicas da Polícia Militar e infelizmente ele era homossexual. Eu não sabia, não sei se minha mãe sabia, mas eu tive uma grata surpresa que ele me pedia pra dar abraço nele antes de dormir, chamar ele de pai e dar beijo no rosto dele. Eu... Do jeito que eu sempre fui meio carrancudo, eu não aceitava essa imposição, eu falava pra ele que eu tinha meu pai. Eu respeitava ele como se ele fosse um segundo pai, mas não pai diretamente. Dava obediência a ele. Estudava já o ginásial. Saía pra vários eventos em quartéis da Polícia Militar e vivi com ele dois meses só. Quando eu pulei a janela da casa dele de madrugada e fui parar na casa da minha mãe, fiquei esperando dar o dia amanhecer. Nesse período, eu dormi na escada e minha mãe abriu a porta e me viu lá e entristeceu comigo pela minha atitude de ter fugido da casa dele. Aí eu falei pra mamãe que se ela não me absolvesse dentro da casa dela que eu iria pra rua. Eu não tinha pra onde ir. Eu não tinha emprego. Eu era um jovem ainda. Aí minha mãe foi obrigada, através da minha tia pressionando ela, que é irmã dela, acabou eu morando com a minha mãe. Mas hoje eu entendo que eu tenho muito carinho, nós irmãos temos muito carinho pela nossa mãe, né? Ela está com 76 anos, mas nós tivemos uma dificuldade muito grande de conviver com ela. A convivência com pessoas que tinham a doença da hanseníase foi tirada a sua vida social, também. Então, não seria muito... ela tinha o estigma também da hanseníase e da convivência familiar que não teve o laço familiar, não teve amor pelos filhos. Apesar que, segundo ela e meu pai, não se falavam muito sobre isso, e ela tentou tirar a gente depois que as colônias abriram, mas não se concretizou. Então, o amor pela nossa mãe é um amor, digamos assim, relativamente entre aspas. A gente sabia que ela era mãe. Mamãe visitava a gente quando podia, muitas vezes, né, parou a gente saindo do Educandário. Mas o amor mesmo característico a gente não tinha. A gente foi, gradativamente, com esses dois, três anos que convivi com ela. Não foi fácil, porque devido a minha educação que eu tive na base de pancada, na base de fome, na base de castigos constantes, na falta do laço familiar. A gente não se entendia, como ela não se entendeu com nenhum outro filho e todos eles teve um período que nós fomos obrigados a sair da casa dela e se virar sozinho. Ainda bem que Deus permitiu que graças a Deus, meus irmãos lutaram também e procuraram viver a vida deles, eu fiz a mesma coisa. Eu só pensava na minha vida uma coisa: em ser bom para as pessoas. Porque eu poderia receber pelo menos entre as vantagens que pudesse me ajudasse a viver o que eu sou hoje, né? Nesse período que eu vivi com a minha mãe, eu estudava no ginásio, me formei. Me formei já morando sozinho, já trabalhando... estagiando numa grande companhia siderúrgica, né? CST, companhia de seguros e logo em seguida eu me tornei bancário. Trabalhando no Banco Nacional de Minas Gerais, durante três anos. Depois eu trabalhei cinco anos no Banco econômico, aí eu já estava

morando sozinho, morando de aluguel. Todos nós, ex-internos, na totalidade 100%, 99% ninguém conseguiu conviver com os pais nem um ano, nem dois anos, devido a falta do carinho, o afeto, a falta da compreensão. E o problema também que todos os hansenianos, no complexo de situação, de... que agrega valores, o laço familiar que eles não puderam ter. Hoje a gente tem o entendimento de não recriminar eles por isso, né? Agradecer um pouco que a gente teve a oportunidade, que mesmo o pouco que tive com minha mãe, ela pode me dar um pouco de educação aqui fora, pra ser alguém aqui na vida, que é lutar, perseverar e ser educado e ser gentil. Nesse período, eu me formei bancário, trabalhei em outras empresas. Hoje eu sou consultor imobiliário. Tenho uma filha num relacionamento de namoro, 22 anos. Ela já tem família, tem filhos, eu sou avô. Mora na própria casa dela. E hoje eu sinto muito até de falar aqui que eu estou separado da minha atual esposa, que eu tenho 20 anos com ela. Tinha, né? Me separei agora recentemente. A gente tem uma filha de 13 anos, maravilhosa. Tenho minha casa própria, entendeu? Tô vendendo. São duas casas, tô vendendo com as duas casas pra dar a parte dela e eu ficar com a minha. Aí é que eu sinto muito a tristeza, porque todos nós ex-internos, que hoje analisado até o nível da idade, que eu sou um dos mais novos dos mais novos, que eu estou com 49 anos, 80% dos ex-internos não conseguiram fazer uma família, criar uma família e conviver com ela até o seu tempo de 50, 40 anos, 30 anos de casamento. Sempre acaba em separação, devido à incompreensão e devido também à falta de sabedoria e falta de conhecimento da nossa história, entendeu? Que é o caso de todas elas. Meus irmãos... eu tenho uma solteira, tem eu e o Oleandro e o Jacinto, Margarida, quatro. Tudo separado. Todos eles vivendo sozinhos e continuando criando os filhos. Eu hoje sou presidente da Associação. Em 2010, a gente criou essa associação, que mesmo a gente fora do Educandário, a gente se encontrava na casa de irmãos nossos, lá do orfanato. É incrível. Criou-se a necessidade de criar uma associação pra gente continuar... fortalecer o grupo, aumentar e poder produzir algum meio, mecanismo de ajudar um ex-interno. Seja com emprego, seja com um problema da saúde, problema da educação, entendeu? E graças a Deus durante esses seis anos que a gente começou a planejar a configuração da associação... a associação hoje ela tem 3 anos de fundação, quatro anos vai fazer agora. E hoje eu sou presidente. Tem uma diretoria, tudo ex-interno. E pela primeira vez, em 76 anos do Educandário Alzira Bley, hoje ele está entregue a uma pessoa há quase 18 anos administrando lá dentro e não tem a nossa história, não respeita a nossa história e usa hoje o Educandário como particular. Eu, como presidente da instituição, formalizamos uma chapa pra eleição dia 02 de abril e nós não fomos respeitados e estamos entrando com uma ação junto ao Ministério Público pra tentar legalizar essa eleição e a gente poder administrar e preservar a nossa história e fazer outros projetos em prol das comunidades de Cariacica, carentes, que é na parte de crianças e adolescentes.

Você sofreu algum tipo de discriminação na sua vida por ter sido interno do Educandário?

Desde que eu nasci eu já estou... fui discriminado. Dentro do leprosário, nos primeiros dias de vida, quando eu morei lá e dentro do próprio Educandário e fora do Educandário quando eu estudava. Principalmente, quando eu saí do Educandário. Morando no Educandário eu fui fazer o ginásio que ficava fora do

Educandário, fora do orfanato, né? Num bairro chamado Cariacica Sede. A gente... todos nós irmãos quando dava a hora... a gente se reunia sempre em conjunto, separado da comunidade em geral. Nós não tínhamos o privilégio de ser aceito, né? A gente não tinha esse privilégio de ser aceito pela comunidade como normais. Quando se falava que era interno do Educandário, dizia logo que esse era filho de leproso. E dentro das empresas que eu trabalhei, todas elas eu fui obrigado a negar a minha verdadeira identidade, a minha verdadeira história. Mas por azar, no primeiro emprego que eu tive dentro do Banco Nacional, durante 3 anos, tinha um vigilante que era ex-interno do Educandário e aí ele falou que eu era ex-interno do orfanato para o meu gerente. Eu fui perseguido durante três anos por esse cara me chamando de filho de leproso. Isso aí doeu muito. E hoje a gente se conhece, se vê, né? Ele pediu perdão, entendeu? Respeitou hoje a nossa identidade, a nossa história. Mas a gente até hoje sobre esse preconceito. A gente não pode ficar comentando. Dentro do meu bairro, na totalidade de 100%, bota 88% ninguém sabe da onde que eu vim, mesmo sendo há muitos anos morador do bairro, participativo na associação, tendo a associação dos ex-internos.

E quanto às pessoas que trabalhavam no Educandário, como era o tratamento delas com vocês?

Olha, na minha época final... inicialmente não era bom não, entendeu? Eles não eram... tinham a nossa história, né? Eles eram contratados ali e tal, mas era xingação, né? Entendeu? Se eles pedissem um favor a gente, a gente não fizesse, eles xingavam. Inclusive, como nós somos é ... trabalhados com, sob a vigília, sob a tutela dos guardiões que se chamavam, que era ex-interno mesmo, o Estado não tinha funcionário pra cuidar da gente. Eram os próprios ex-internos que cuidavam. Cresciam, né? Pegavam uma certa idade e já tinham a responsabilidade. Que eu tive essa responsabilidade. Com 13 anos, eu tomei conta de 32 jovens de 7 a 11 anos de idade. Eu era obrigado, como guardião, a saber onde ficava, dava a tarefa deles do almoço, do escolar, dos deveres de casa, as tarefas de dentro do complexo de limpeza, né? De serviços, né?

Qual tipo de castigos vocês recebiam?

Ah, diversos. Primeiro, é apanhar, né? Tal da régua. Segundo, era puxar a orelha, dar tapa na cabeça, no nariz, entendeu? Castigos terríveis. E outro também, é ficar confinado dentro de um cubico.

Onde ficava esse cubico?

Cubico ficava exatamente ao lado da secretaria. Quem vai pra secretaria, administração do Educandário.

É o famoso quarto escuro?

É o famoso quarto escuro, sem ventilação, sem nada. Porque a gente dava fome, a gente ia pra dentro do hospital escondido no meio do mato pra roubar aipim, mamão, essas coisas, pra gente cozinhar de noite e matar a fome, porque a dificuldade de alimentação era muito grande.

Durante esse tempo que você ficou interno lá, alguma criança fugiu ou morreu dentro do Educandário?

Morreu, foi o que mais morreu por falta da... o exemplo da minha irmã. Em 59 teve aquele acidente na praia que morreu uns nove a onze aí. E ainda, teve muitos que morreram por desidratação, que até hoje vários ex-internos, em cada família de ex-interno nosso, tem um ou dois filhos que morreram com um ano, dois anos, por falta exatamente de alimentação, de cuidados, ok?

Se você tivesse que resumir a sua passagem pelo Educandário, em poucas palavras, o que você diria?

Pelo que a gente... pelo conhecimento da vida aqui fora, eu preferia ficar dentro do próprio orfanato, mesmo sofrendo o que eu sofri, porque aqui fora a gente sofre muito mais. Porque não tem justiça, não tem justiça, não tem educação, não tem segurança, não tem a distribuição de renda igualitária, entendeu? E a política também do nosso país, ela não funciona. É só olhar através da ganância, da má distribuição de renda. Mas num todo, pela minha história e vendo a história de outras pessoas que moraram fora, eu preferi ainda continuar dentro do próprio orfanato tendo a vida que eu tive. Não foi boa, mas pelo menos não foi pior do que é aqui fora. Hoje a família, é claro que não é só a totalidade, mas tá muito difícil você formar jovens de bons valores.

Local: Bairro Itacibá, Cariacica/ES.
Data: 23 de abril de 2018.
Duração: 15 minutos e 57 segundos.
Pesquisadora: Elaine Cristina Rossi Pavani.
Identificador: Jasmim.
Sexo: Feminino.
Idade: 50 anos (20/03/1968).
Profissão: cuida da mãe.

Qual é a sua data de nascimento?

20/03/1968.

Pode falar mais alto que eu estou sem aparelho.

Está joia, pode deixar que eu falo bem altinho.

Pode até gritar se quiser.

Não, precisa não. A senhora nasceu onde?

Na Colônia mesmo, lá no hospital. Eu inaugurei aquele hospital.

É? Nasceu na colônia?

Nasci lá.

E depois o que aconteceu?

Depois de lá eu fui pro educandário.

Foi direto para o Educandário, né?

É. Eu fiquei na incubadora primeiro, depois até completar os nove meses.

Você ficou na incubadora?

Assim oito meses. Lá tinha que ficar na incubadora até completar os nove, que eu tive problema.

Qual o problema?

Depois levaram pro Educandário.

O problema é que você nasceu um pouquinho antes do tempo, né?

É.

Você ficou um mês na incubadora. Depois eles te levaram para o Educandário.

Educandário.

E lá você ficou quanto tempo?

Fiquei até os 13 anos.

Então, Jasmim, você nasceu na colônia, só que você nasceu de oito meses, então você ficou um mês na incubadora até completar os nove e depois você foi para o Educandário. Você ficou lá até os treze anos, né?

Sim.

Como foi a sua vida lá dentro do Educandário?

Minha vida foi boa, foi mais ou menos, né?

O que você lembra lá de dentro?

Sofri muito, né? Trabalhando. Eu era pequena ainda...

Você trabalhava em quê?

... Ficava olhando criança lá, né? Ficava vigiando as crianças, eu tava nova ainda, ficava olhando aquelas crianças lá, né? Ficava acordada à noite.

Você trabalhava no berçário?

No berçário. Trabalhei no berçário, trabalhei na limpeza, fazia tudo lá.

Você estudou?

Estudei, mas quase não... acho que eu nunca gostava de estudar não...

Estudou até que série?

... Tinha dificuldade pra estudar. Sempre tive dificuldade.

Você lembra até que série você estudou?

Até a 6ª.

Até a 6ª série?

Mãe: "Mas a 6ª você já fez fora de lá, né?"

Acho que lá dentro só ia até a 4ª, né?

Ali no Educandário, estudei até a 4ª série.

Depois você foi estudar onde?

Mãe: "Eulália Moreira."

Depois que eu saí do Educandário eu estudei no Eulália Moreira. Dali eu fui pro ginásio.

Você fez o ginásio lá no...

... São João Batista.

Mãe: "Só a 6ª série, depois ela parou."

Como era a alimentação lá dentro do Educandário?

Mãe: "Às vezes boa, às vezes ruim".

Era péssima.

Você chegou a passar fome lá dentro?

A gente tinha muita dificuldade, né? Nós tinha muita dificuldade. A gente comia essas comida... umas comida ruim, né?

Vocês trabalhavam na agricultura, tinha plantação?

Mãe: "Trabalhava não."

Tinha plantação, tinha. Lá tinha plantação.

Você visitou sua mãe e seu pai lá na colônia, quando você estava no Educandário?

Hã?

Você visitava seu pais lá na colônia, quando você estava no Educandário?

Visitava. A gente visitava.

Mãe: “Duas vezes por ano”.

A gente não chegava muito perto deles não, porque lá é... a gente não... a gente tinha dificuldade, né? Porque não podia, porque lá tinha grade, né, mãe? Grade, não podia chegar perto dos pais. Porque... por causa dessa hanseníase, né? Não podia chegar perto dos pais.

Mãe: “Você já viu essa foto?”



Fonte: Arquivo da Família das Flores.

Não, essa daí eu não tenho.

Mãe: “É a última que nós tiramos juntos”.

Depois eu posso bater uma foto dela.

A gente sempre teve dificuldade pra chegar até os pais. Minha mãe sempre... depois que acabou o preconceito, mamãe sempre ia lá visitar a gente no Educandário.

Mãe: “Sempre fui”.

Ela sempre ia lá visitar a gente. A gente ficava mais alegre. Mas a gente sempre teve dificuldade pra ir lá visitar os pais, porque era tudo cercado lá, não podia nem ter contato com os pais. Aí a gente ficava um pouco, meio triste, né?

A gente nunca teve contato com os pais assim, aquele carinho dos pais. Era só ficar no Educandário cuidando daquelas crianças e trabalhando.

Vocês eram irmãos. Vocês sabiam que vocês eram irmãos? Vocês tinham convivência de irmãos lá dentro, você e os outros?

A gente tinha convivência com os irmãos. A gente tava sempre junto, os irmãos. Eu considerava todo mundo lá como irmão. Mesmo que eu tinha meus irmãos de sangue, mas a gente ficava tudo junto. Essa aí que era a minha alegria, que a gente estava tudo junto lá, brincava, a gente... Primeiro trabalhava olhando criança, depois que tinha... tinha a hora da gente ficar todo mundo junto. Aí era a nossa alegria. Aí que eu ficava mais feliz, quando juntava todo mundo.

Vocês saiam para passear?

Ah, passeio teve muito. Nós passeamos muito.

Onde vocês passeavam?

A gente já foi na Vale. A gente foi tudo quanto é lugar. A gente ia na praia e também nós passeamos muito.

Por que você saiu do Educandário?

Forçada. Porque a presidente... essa presidente aí...

Quem era essa presidente que fez isso na época?

...obrigou a família pegar.

Mãe: “Quem era a presidente nessa época? Eu não me lembro”.

Mas você tinha quantos anos?

Mãe: “Já tinha 13.”

E foi para onde?

Mãe: “Veio pra aqui.”

A senhora já estava aqui?

Mãe: “Já.”

Eu vim pra cá, pra casa. Mãe já estava aqui.

E para cá vieram quantos? Todos eles?

Mãe: “Todos.”

Foi tirando de um em um, eu fui a última a sair.

Por causa da idade, né?

E ela já tinha o vovô aqui, o pai dela. Dentro de casa.

A senhora ficou tomando conta do seu pai, então?

Mãe: “Fiquei. Depois eles foram saindo, foram espalhando, né? Mas no início vieram todos pra cá.”

Como era a convivência com eles aqui dentro de casa? Era tranquila?

Mãe: “Era um pouco difícil, né, porque a gente não tinha intimidade, né? Faltava, que a gente... porque eles foram criados fora... até a gente acostumar um com o outro, foi muito difícil. Eles estranhavam e a gente sem experiência nenhuma.”

Eu também saí com um problema de audição.

Por quê?

Fizeram cirurgia, mas esse lado aqui (esquerdo). Eu fui fazer cirurgia da garganta. Garganta, né, mãe? Mas é... eu não tinha juízo... eu não tinha juízo, porque a gente criado no Educandário, tudo misturado lá, não tem juízo. Eu fui comer de noite (risos)...

Mãe: “Comeu biscoito”.

... Aí marcaram pra mim fazer cirurgia no outro dia, da garganta.

Mãe: “Quase que ela morreu”.

Que eu tinha, tive problema na garganta. Quase morri no hospital. Eu comi muito. Porque Jandira botou eu pra vigiar a despensa, eu ficava no quarto das moças.

Tinha que fazer jejum para fazer a cirurgia.

Eu ficava no quarto das moças. Aí Jandira botou eu para vigiar a despensa, fazer o quê? Aí pronto, eu peguei biscoito e fui mandando. Eu e uma outra colega. Tinha juízo não. Criada no Educandário, no meio de um monte de menino. Comi biscoito. Depois no outro dia, me levaram pra fazer a cirurgia. Eu quase morri no hospital. Só não morri porque eu botei tudo pra fora (risos). Aí eu tive problema de ouvido também lá.

Em algum momento você se sentiu discriminada por ter ficado lá no Educandário?

Não.

O que você acha da atuação dos funcionários do Educandário no tempo em que você ficou lá? Como os funcionários tratavam as crianças?

Os funcionários?

É.

Ah, eu fui muito maltratada por aqueles funcionários. Os funcionários da minha época, né? Ah, aqueles funcionários lá eram muito ruim. A tal da R. P., Deus me livre!

Mãe: “Não fala o nome não.”

M.

Mãe: “Não fala o nome”.

Eles batiam?

Esqueci. Botei, falei o nome sem querer.

Pode deixar que eu não ponho o nome não, coloco um nome fictício.

Já devem ter morrido já, mãe. Velha já. Nossa mãe! Os funcionários era muito ruim.

Depois que você saiu, veio morar aqui com a sua mãe. Como foi a sua vida depois disso?

Ah, minha vida aqui foi diferente depois que eu vim pra cá.

Mãe: “Custou se adaptar, né?”

Totalmente diferente. Eu recebi muito carinho. Meu avô aí em casa, recebi muito carinho nele. Minha mãe também, recebo até hoje. A vida aqui é completamente diferente de lá.

E como está a sua vida hoje? Você estuda, trabalha, ajuda a sua mãe? O que você faz hoje?

Eu trabalhei. Trabalhei, arrumei emprego, graças a Deus. Mas eu larguei o emprego, porque agora eu tô cuidando dela. Agora eu estou dedicada só a ela. Porque agora ela tá precisando de mim.

Quais são as lembranças mais fortes que você traz do Educandário? O que você mais lembra de lá?

O que eu mais gostei lá?

É.

Mãe: “O que você mais lembra, o que você ainda lembra de lá. Das crianças que você cuidava.”

Eu lembro das crianças que eu cuidava. Adorava cuidar daquelas crianças no berçário. Toda vez que chegava visita lá, eu tava com um menino nos braços. Adorava cuidar de criança. É a lembrança que eu mais lembro, das crianças no meu colo. Adorava! Sempre gostei de criança. O carinho que eu tinha com aquelas crianças, pra mim era, nossa (muita emoção). Era uma felicidade ficar com aquelas crianças. E os irmãos também, né? Todos criado junto. A gente brincava. Era um carinho que a gente tinha um com o outro. Nossa, era muito bom. A Jandira também ela... foi muito carinhosa comigo também. Muito boa ela era.

Todo mundo fala muito bem da Jandira.

Jandira tinha um carinho com a gente lá. Eu gostava muito dela. A gente tem um carinho com ela até hoje, né? Que ela sempre foi boa pra gente. Ela tem um carinho, tinha um carinho de mãe. Sempre foi boa. É minha madrinha também.

É?

Minha madrinha de batismo.

Que bom...

Muito obrigada por me contar a sua história.

Mãe: “Olha esta foto aqui, é da minha primeira comunhão, tinha 7 anos, como eu era magrinha.”



Fonte: Arquivo da Família das Flores.

E a nossa conversa continuou durante um saboroso café da tarde.

Local: Bairro Mata da Praia, Vitória/ES.
Data: 27/07/2018.
Duração: 57min 15”
Pesquisadora: Elaine Cristina Rossi Pavani.
Identificador: Jacinto
Sexo: Masculino.
Idade: 56 anos
Profissão: Desempregado

Qual é o seu nome completo?

Jacinto Flores S.J.

Em que ano você nasceu?

20 de Agosto de 1962.

E como foi a sua vida?

Bom! Primeiro eu vou contar a história do meu nascimento, né? A minha mãe estava na cidade de Ubá, morava com meu pai lá. Naquela região também era uma colônia de hansenianos.

Então, eles já tinham hanseníase e moravam em Ubá, Minas?

Eles se conheceram dentro de colônia. Meu pai era viúvo, uma família em que ele perdeu a mulher e dois filhos, e a minha mãe era novinha, 16 anos, já tinha hanseníase desde os 6 anos de idade, 7 anos de idade. Aí se conheceram e meu pai casou com ela dentro da Colônia de Itanhenga, do hospital Pedro Fontes.

Mas eles se casaram em Ubá ou em Itanhenga?

Não. Casaram em Itanhenga. Aí depois, eles foram morar, trabalhar... que meu pai trabalhava muito nessa área de... área rural e de vez em quando, ele tinha chance de ir pra outras colônias. Aí ele foi pro Rio. Ficou lá naquela colônia do Rio, mas ele ficou mais tempo em Ubá, foi quando eles se casaram. E na época em que eu nasci... eu sou o quarto filho, né? Na verdade, o quarto filho, mas três antes de mim e três depois. Eu me chamo de sétimo, o do meio, o cheio de ideias que mamãe fala. Aí minha mãe estava em Ubá quando estava grávida e já estava nos dias de me dar à luz. Faltava quinze dias, é a minha história que ela me contou. Ela foi pra Itanhenga, meu pai resolveu mudar pra Cariacica, eu nasci em Itanhenga e aos dois dias me desmamaram e levaram pra lá. Porque era assim: nascia e não ficava mamando na mãe o tempo que era necessário, o tal do colostro e tal. É por causa da regra do Ministério da Saúde. Os filhos dos pais portadores de hanseníase, ao nascer, ele tinha que ser levado para o preventório, imediatamente. Então, esse foi o histórico do meu nascimento. Quando no Alzira Bley, Educandário Alzira Bley, permaneci até os meus quinze anos. Eu sempre fui assim muito dedicado aos estudos,

nunca fiquei reprovado em série nenhuma. Quando saí da Escola Souza Araújo, eu fui direto para o Eulália Moreira, passei naquelas provas de seleções, né? Pra 5ª e 6ª série. Fazia aquele percurso todo dia a pé, ida e volta. Na época, não tinha transporte pra nós e depois fui pro ginásio. Eu fiz a mesma coisa, 7ª e 8ª série era toda aquela distância a pé. Ia e voltava a pé. Fui o único aluno que estudou na parte da manhã. Eu saía 5 horas da manhã do Alzira Bley, às vezes sem alimento, mas eu encontrava o padeiro a caminho e sempre pegava um pão com ele. Era a minha história de alimentação pra ir pro ginásio. Mas eu tinha que enfrentar. E a minha história de vida desde a infância... eu sempre fui uma... criança muito esperta, muito interessada nas coisas, sabe? Eu sempre, sempre busquei saber o porquê daquilo tudo, aquele tipo de vida, porque eu era isolado, porque eu não conhecia os pais. A gente conhecia os pais, mas não sabia o que era pai e mãe, nosso contato era três vezes ao ano, né? Na época da infância mesmo, nós tivemos um tratamento como se nós estivéssemos numa grande família, eram quinhentas e poucas crianças e eram as próprias internas e os internos que cuidavam dos menores. Cada um, cada dormitório daquele tinha uma faixa etária. Eu fiquei até os seis anos dentro da creche, né? A minha tia, irmã da minha mãe, era também interna, ela foi uma das que cuidou de mim. Quem mais cuidou de mim foi ela, eu não falei que foi a Jandira Scalzer, foi a Alfazema. Ela não teve a hanseníase. Ela é a mais velha das irmãs da minha mãe. Teve a minha mãe e teve mais uma até que morreu, a Violeta.

A Violeta morreu?

Morreu. Ela morava do lado da minha mãe. Então, dos 6 anos eu saí para um dormitório que era da faixa dos 7 até os 10. Aí ia passando de dormitório pra dormitório, conforme a faixa etária. Até quando eu cheguei aos meus 15 anos, eu já estava com o ginásio completo, tinha terminado.

Você chegou a morar na Granja?

Não. A granja era para acima de 16, 17 anos. E quando chegou a minha faixa etária, eu saí do Alzira Bley. Foi uma diretora pra lá chamada Madalena, foi a mulher que eu mais gostei, porque ela foi a mais esclarecida, que mais dialogava. E ela falou com a minha mãe:

“Olha, Rosa, esse menino aqui, ele tem uma visão muito diferente das coisas, ele é muito esperto, deve deixar ele sair pra ele enfrentar a vida lá fora, pra ele descobrir já desde novo como é que se vive, como é que se sustenta, que se autossustenta, como é que mantém a vida.”

E graças a Deus, através do conselho dela, eu saí. Minha mãe foi pedir permissão à diretoria, a diretoria não quis porque eu tinha um bom comportamento, graças ao bom Deus, índole e um bom comportamento. Não era de briga, não era de confusão, não era de fazer nada de errado, meu negócio era só estudar, entendeu? Muito religioso desde pequeno. Agora eu sou até evangélico, né? Ajudava muito o padre nas missas quando era garoto,

juntava a turminha toda e tal. Geralmente eu comandava a média de 20 meninos dentro da igreja. Não era aquele que o padre fala que tem... o coroinha. Mas a gente não tinha esse preparo. Mas eu gostava desse trabalho, sabe? Então, eu percebi que eu gostava de lidar com pessoas. E foi a minha saída aos 15. Fui trabalhar como cobrador de ônibus lá fora, passei muito aperto, muita fome, não foi fácil. Tentei voltar. Eu saí em fevereiro de 1978, chegou em abril eu tentei voltar, porque eu não estava aguentando a barra aqui fora. Mas eu voltei pra cá. Depois que eu fiz o meu pedido pra retorno eu pensei direitinho e falei assim:

“Sabe de uma coisa? Se eu consegui sair, eu vou conseguir vencer.”

Resultado, graças ao bom Deus, eu fui só avançando. E aos 17 pra 18 anos, houve uma oportunidade de... né, tipo de um estágio de menor, de menor. E a assistente social que cuidava também da FEBEM, que é a antiga FEBEM, que FESBEM também que agora é ... não sei o nome hoje. Que tem lá Cariacica. Não é aquela coisa de prisão de delinquente não, menor delinquente não. Eram pessoas que eram filhos de mulheres, pais de rua. A maioria de rua e pobres mesmo. Aí internavam essas crianças lá. Nós fizemos uns cursos lá e tudo. Não cheguei a fazer cursos igual aos outros irmãos não, o tal do CEPROMEM, mas eu fui pra Tamoyo poupança, que era tipo um banco que só tinha caderneta de poupança. Não sei se você se lembra dessa caderneta de poupança Tamoyo. E entrei lá com 17 anos. Com três meses, eles gostaram muito do meu trabalho e me fizeram uma promessa:

“Se você vencer o exército, se você não for aprovado para o exército, você vai ser efetivado como funcionário”.

Então, aos 17 pra os 18 anos, eu consegui me desvencilhar da chamada militar do exército e fui aprovado como funcionário e com seis meses de trabalho eu estava chefiando o departamento. Mas eu não contei a minha história pra ninguém lá dentro.

Por quê?

Porque a gente tinha, sentia uma... Parecia um passado que ficava se escondendo das pessoas, não por medo, por nada não. Era uma tristeza, e também, ao mesmo tempo, eu ficava feliz, porque pra mim, aquilo foi uma vida. Eu tive infância, eu tive adolescência, teve uma fase boa lá dentro, uma fase que eu descobri a vida. Lá dentro também, eu vi perder a minha avó e vi perder pessoas assim que morreram do meu lado. Tanta gente, né? Quinhentas e poucas crianças. Aí você via crianças morrer perto e aquilo abatia. Mas o que mais me marcou lá mesmo no Alzira Bley, foram essas três datas que a gente ia visitar os pais e os avós, até quem tinha bisavós e tios lá dentro. Como a maioria da minha família só era mesmo mãe, avó e avô lá dentro, então, só visitava os três e o meu pai. Só que essa visita, é como eu creio que todos devem ter falado a mesma coisa, a gente não tinha acesso a eles. Era um negócio que... e aquilo marcou muito pra mim. Na minha imagem, a imagem que eu tinha na minha cabeça, é que os meus pais parecia que eles tinham

feito alguma coisa muito ruim pra tá do lado de lá. E a gente chegava lá para cumprimentá-los e era com um dedinho que a gente passava por entre as telas, né, do alambrado. Era sempre aquele lugarzinho. Até toda vez que eu vou lá... fui lá domingo agora com a minha mãe visitar o Guido, né? Noventa e seis anos, cego... ele é compadre dela, padrinho da minha irmã, a Penha. Então, eu assim... fiquei com aquilo na cabeça. “Meu Deus, o que que é isso?” A gente não tinha entendimento do que era a lepra. Eu falo a lepra, porque era o que nós vivíamos, era a lepra, não era H-A-N-S-E-N-Í-A-S-E. Hanseníase hoje tá um nome muito bonito pro sofrimento.

E tratada no posto de saúde, né?

No posto de saúde. Então, a gente foi muito assim isolado, até por uma ignorância, falta, sabe? De entendimento até mesmo da classe da medicina na época, porque foi uma ignorância nos privar de viver em família. Depois que eu descobri, igual eu te falei, em 1986, que a minha avó tinha um sítio, fazenda, que hoje daria uma herança pra minha mãe, pra ter uma vida melhor, ela perdeu por causa da forma ignorante como ela foi pega, junto com meu avô que também pegou a lepra. A minha avó pegou a lepra foi de um italiano, Francisco de Abi, o primeiro marido dela. Ela pegou, relação entre eles, né? Marido e mulher, relação marital, né? Minha avó não tinha lepra. Depois dela, pegou o meu tio Pedro também, que era irmão dela. Morreu também. Só foi presa ela, presa no bom sentido, porque ela... manetaram ela, amarraram ela. E meu avô também. E botavam aquelas camisas de força e botavam numa ambulância. Rodaram de Iúna, onde ela foi pega, passaram por Guaçuí, depois passar em Cachoeiro, pra depois chegar em Cariacica, Itanhenga. E era aquela ambulância... não sei se você se lembra. Uma ambulância antiga com porta atrás, uma porta só. E uma ignorância, porque ia jogando as pessoas lá dentro, enchia de doentes. Essas histórias, eu fiquei sabendo só em 86. Aquilo foi pra mim... meu Deus do céu... minha avó passou por tudo isso. Quando eu fui ver o sítio, o sítio tem cachoeiras, o sítio tem tudo, o sítio dá café do tipo exportação, dá pra ficar... comprar dois carros, pelo menos dois carros de 300 mil reais por ano só com a renda do café, fora as outras coisas. E esse sítio, parece coincidência, hoje pertence aos parentes da minha esposa, entendeu? Então, ficou tudo junto em família. Então, essa coisa... isso me afetou muito, porque a minha avó não teve mais acesso a nada fora, e quem era jogado lá dentro não tinha mais acesso fora. Ou fugia pra fazer seus negócios escondidos ou arrumava alguém da família, de confiança, para tentar ver se administrava. Mas, praticamente, 98% dos que foram internos em colônias de todo o Brasil, 98% perderam todos os seus bens. Aí se vem com essa indenização que deram agora, achando que é muita coisa. Igual, por exemplo, para os filhos, os filhos também têm direito pelos danos morais, pela execração total das famílias, da sociedade em si. Nós ficamos basicamente isolados de tudo. Alzira Bley não era cadeia pra nós. Alzira Bley não era um sistema de prisão ou de privação de nada, era tudo aberto, não é como hoje. Hoje é

murado, cercado, gradeado, porque não tem ninguém também. Mas na nossa época, a gente podia sair à vontade, mas nós não íamos. Por quê? A gente não sabia como é que era o negócio de atravessar, pegar um ônibus e ir pra cidade. Eu aprendi isso com 14 anos. Foi na marra. Desculpa, com 12 anos eu comecei a sair um pouquinho pra poder ver se eu podia realmente dar uma mudada de vida, né? Mas lá dentro, eu criava galinhas, criava... eu criava uns bois pra poder dar renda, né? Foi a primeira caderneta de poupança minha, foi, por coincidência, na mesma empresa que eu trabalhei depois, na Tamoyo. Eu fiz a minha poupança, ninguém me ensinou isso, tudo é de estudo, tudo é de cabeça mesmo. E enveredei pelo caminho da economia. Cheguei a fazer faculdade e passei em Ciências Econômica, na UFES, em 1993. Só não fui porque, na época, não tinha condições nem de me manter. Aí fiz particular depois. Também não dei sequência, era pra ter terminado agora em 99. Mas assim, a minha vida em si, até eu chegar em 86 mais ou menos, foi uma batalha muito de sobrevivência mesmo e, graças ao bom Deus, eu tive um bom relacionamento e enveredei para área de banco. Como botei o Hibisco também, na época também, que é meu irmão. O único irmão que tinha a mesma cabeça assim pra essa área. Coloquei ele na área de banco e ele não ficou também porque... Sabe aquelas coisas que a gente tem, nós ex-internos? Mamãe sempre fala:

“Vocês confiam muito nas pessoas”.

“Mamãe, a gente não tem culpa”.

É a forma como foram criados, né?

Nós fomos criados dessa forma e a gente não tinha um norte. A gente não tinha um direcionador pra nós. A gente não tinha também aquela base chamada assim presença paterna ou materna, especialmente pai. A mãe, a gente tolera um pouquinho, mas sem pai, acho que não tem lar que tenha uma estrutura, porque a figura humana ela traz segurança, né? Você se espelha nela pra algumas coisas ou não, depende da forma como você faz.

Eu sempre admirei muito os meus pais apesar dessa vida. Depois eles separaram. Em 1976, ele se separaram com a morte da minha avó. Ele só não saía de casa por causa da minha avó. Ele tinha muito amor a minha avó, como se fosse mãe dele. E a minha avó sofreu muito, morreu ali dentro. Sofreu muito, muito. Minha mãe também... era muito magra. Meu avô, depois que saiu de lá, a situação muito delicada, foram morar ali naquele morro, numa casa que era do vovô. Aí vovô morreu e deixou pra mamãe, entendeu? Não é um bem, entendeu? Mas pelo menos saíram de lá, saíram daquela escravidão. Então, o que eu estou te falando sobre família... a gente cresceu confiando naqueles que estavam próximos a nós. Mas eles eram iguais a nós, eles só tinham um pouco mais de idade. A cabeça deles era igual de uma criança. Tratava a gente igual criança, como se fosse nada também.

Igual a eles. De forma igual.

Da forma como eles foram educados e criados, eles também transferiram isso pra nós. No bom sentido... eles não tinham nada que transferir. Foram crescendo na base do esbarro. Alzira Bley foi uma experiência amarga, mas ao mesmo tempo foi boa, porque eu tenho hoje uma visão da vida de poder até ajudar as pessoas em cima do meu passado. Aí eu fico imaginando... Porque eu tinha um colega na escola, isso eu nunca me esqueci, com o nome Gilson. Esse menino chegava com a cabeça cheia de piolho e um cabelo deste tamanho, ele era um... de uma família bem... eu não sou racista, mas a família assim de cor negra. Mas eu ficava olhando ele e ele me olhando com aqueles olhos esbugalhados. Eu bem vestido, gordinho, bem alimentado, meu material era importado, eu ganhava... A gente ganhava ajuda da Alemanha e dos Estados Unidos. Eu tinha um padrinho na Alemanha, uma família que me apadrinhavam, no bom sentido. Eles mandavam um recurso. Não é pra ajudar a mim, eles usavam o meu nome, mas era mandado pra Sociedade Eunice Weaver, que ficava na sede que tinha aqui no Centro de Saúde de Vitória, no Parque Moscoso. Mas a gente tinha assim uma ajuda, pelo menos material. Isso até eu achava nobre da parte deles. Eles não conheciam a gente, só de fotos. Mandavam material pra nós: cadernos, lápis, tudo que você pudesse imaginar. Era americano, era alemão. Os brinquedos? Nossa! A Lego? Eu fui conhecer Lego naquela época. Já tinha na Europa. Aqui chegou muitos anos depois. Eu estava aqui fora já. Então, esse menino que eu conheci na escola, no segundo grau, ele ficava me olhando, me olhando... Depois ele chegou pra mim e falou assim: "Onde você mora?"

Eu falei assim:

"Eu moro dentro do Educandário Alzira Bley."

Eu não chamava de orfanato. Não era orfanato, nós não éramos órfãos. Nós éramos arrastados à força, né? Chamo de... "Colocados pra sermos esquecidos", mas não fomos, graças a Deus. Aí falou assim... eu falei:

"Por que Gilson?"

Ele falou assim:

"Eu vejo você, você vem, você vai, com roupa bonita, você tem um casaco bonito."

Eu tinha até um capote de lã. Na época de chuva, eu vinha com aquela capa de chuva bonita. Tudo de lã por dentro. Era uma roupa estrangeira. No Brasil não tinha essa roupa. Eu falei assim:

"E você, Gilson?"

"Eu moro num barraquinho, eu passo muita fome."

Eu notava que ele tinha um cheiro de óleo. Ele passava no cabelo para o cabelo ficar assentadinho.

Ele falou assim:

"Como é que eu faço pra morar lá?"

Eu falei assim:

“Que eu entenda, você tinha que ser filho de pais portadores de hanseníase, a não ser que você queira ir para o outro lado, pra FEBEM, pra FUNABEM. Ele: “Lá não, porque lá tem delinquentes, meninos de rua, eu não sou menino de rua. Pra não passar fome eu quero ficar com os meus pais.”

Falei:

“ Gilson, só posso falar uma coisa, o que eu tiver de sobra eu vou trazer.”

Eu fazia isso, levava, ajudava ele. Ficamos amigos. Depois sumiu, nunca mais vi. Tem mais de 50 anos que eu não vejo. Cinquenta não, tem mais de quarenta, na verdade, porque eu tenho 55, né?

Então, Elaine, a minha história de vida é essa aí. Depois casei, tenho dois filhos hoje, graças a Deus. Trabalhei muitos anos na área de banco. Eu era gerente na área de produtos, de benefícios, né, chamados seguros, previdência privada e vários produtos na área de riscos pessoais. O que envolve tudo que dava garantia, operações, contratos. Então, eu virei um professor também disso aí, até um palestrante. E o que eu pude fazer, realizar na minha vida, graças a Deus, eu realizei. Eu tive um problema depois da separação. Eu tenho dois filhos, um casal. A minha esposa mora aqui na Mata da Praia. Antes de separar, eu comprei um apartamento pra ela aqui com três quartos, porque ela queria dar um quarto pra cada filho. Tirou as crianças. Foi uma forma muito brusca, a forma como ela saiu também. Eu não entendi, até hoje eu não entendi porque ela saiu. Depois eu fui... Até hoje não, desculpa, até pouco tempo. Depois eu fui descobrir que ela tinha três doenças que ela tem. Possui a bipolaridade, a doença do TOC, que ela fica... transtorno obsessivo compulsivo e a doença da depressão, que é uma depressão esquisita que a pessoa fica totalmente... mas eu não sabia que ela tinha isso. Eu nunca lidei com gente doente desse nível. E nós ficamos casados, dentro de casa mesmo, por 16 anos durou. Moro aqui. A casa é minha, graças a Deus. Moro em Morada de Camburi. Eu não te levei lá, porque eu estou sozinho e eu sou muito cauteloso, ainda mais com vizinho. Eu sempre fui assim desde garoto. Eu aprendi a ser assim. É uma educação que eu tenho. Se você está sozinho, não leve ninguém, a não ser a sua esposa e sua filha pra dentro de casa, ou sua mãe, sua avó ou família. Mesmo assim, muita cautela, porque vizinhos falam mal de você. Porque sabem que eu vivo só. A minha filha vivia comigo, mas como a mãe piorou, eu a liberei pra ajudar e a minha filha vai e fica da mesma forma. Bipolaridade, aquelas mesmas doenças. Tô até cuidando dela agora. Então, com essa separação, é... Primeiro, em 96, eu saí do banco e montei uma consultoria de seguros. Foi o que me fez alçar voo. Ganhei praticamente o Brasil. Eu viajava de avião praticamente todo dia. Então, minha vida era como se fosse um grande executivo. Quando veio a separação... Que eu fiquei quatro anos só com essa empresa. O meu sócio, acho que achou eu bobo demais, igual minha mãe fala: “ Você acredita demais nas pessoas”.

Aí eu levei uma pernada. Foi muito forte, foram valores altos. Quando eu chamo de valor alto, pode contar, foi mais de um milhão. Foi um prejuízo, amargo, estagnou a minha vida. Depois eu comecei a analisar, aí eu falei:

“Meu Deus, mamãe sempre me falou vocês são muito...”
Ela me falou uma palavra...

...Inocentes.

Inocentes. Falei:

“Mamãe, isso não é virtude, isso é um problema. A gente não consegue desvencilhar isso.”

Quando aconteceu essa coisa, a minha esposa já estava entrando em parafuso. Eu não sabia, mas ela já estava piorando, não remediava. Ela saiu de casa, sem mais e sem menos e foi embora. Pediu pra tirar as coisas dela e foi. Eu perguntei:

“O que está acontecendo? ”

Ela falou assim:

“Eu não tô com cabeça pra continuar casada não. ”

“Então, eu não posso te impedir. Se eu for te impedir, eu vou estar agindo com dureza, aí você não vai ter cabeça depois pra voltar.”

Aí voltou. Voltou, tratei ela muito bem, a recebi. Ficou só alguns meses. Mas ela voltou com outra intenção, porque aconselharam ela dizendo que ela tinha abandonado o lar. Então, ela perdia direitos. Ela voltou e nesse vai e volta, agora ela foi de vez. Peguei e comprei dois apartamentos aqui na Morada de Camburi mesmo. Como estavam pequenos, aí eu, a pedido do meu filho caçula, também que é muito inteligente, que eu falei que ele é meu filho, ele me puxou, tem a mesma... eu estava com ele aqui ontem. E eles não tem Pereira, só para lembrar. Eles não têm e não vão ter mesmo. E, entendeu? Ela foi e ficou aqui no apartamento e não voltou mais. E o meu filho tem 26 anos, vai fazer 27 agora. Graças a Deus, se formou em Engenharia Elétrica, né, pelo IFES. Uma coisa que eu pedi muito a Deus... Quando a minha renda caiu, eu falei:

“Deus, me ajuda aí, porque eu tenho que manter a mesma linha de raciocínio dos meus filhos, pra eles não terem dificuldades na faculdade e nem na vida como eu tive.”

Então, eu fiz o bom e o melhor pra eles, tirando de mim, totalmente. Como dizem assim escasseando a minha vida. O que era pra mim, tirei pra eles. Todo dinheiro que eu recebi da venda da empresa, da sociedade, eu investi nos imóveis, mas também investi nos estudos deles, na melhor roupa, no melhor plano de saúde e eu fiquei no zero. Então, aí você pergunta: Quantos anos têm que você está nessa batalha toda? Dezoito. Dezoito anos. Agora que eu comecei a clarear a cabeça, porque eu não me preparei pra separação. Eu não acreditei que aquela separação ia acontecer. Eu não tive outra mulher, não procurei ninguém. Por isso que eu moro sozinho. É coisa de propósito mesmo com Deus.

Você trabalha ou é aposentado?

Não, eu perdi a minha aposentadoria por bobagem. Agora que eu vou ter que acertar com advogado, que eu era já pra tá aposentado. Eu tinha uma previdência privada pela Sul América. Com essa perda da empresa, eu perdi a previdência privada. Eu me aposentaria com 53 anos, teria uma renda boa. Ficava o resto da vida tranquilo. E com a complementar do INSS, também me ajudaria muito e eu não precisava trabalhar nunca mais pra nada, fazer bico nem nada. Mas eu não tive cabeça pra resolver e fiquei naquela... eu chamo de área perdida, deserto, né? Você sozinho, né? Falei:

“Meu Deus, o que que eu vou fazer?”

E não tinha ninguém, como não teve mesmo. Não teve nenhum amigo. E eu ajudei muita gente, mas muita. Sustentei muita gente até com o meu bolso. Dava roupa do meu corpo. Eu sempre usei roupa de marca, não por causa de vaidade, é por necessidade. Eu estava no meio social, é socialites, eu vivia com gente grande. Minha clientela? Minha clientela era a classe de professores de escolas particulares, faculdade particular, medicina, os advogados. Então, você vai lidar com essas pessoas, você vai andar como? Com roupinha dali do brechó? Não. Tive que gastar, investir em mim, na minha imagem. E porque eu também sou palestrante, eu tinha que lidar com essas pessoas todas num ambiente, infelizmente, exigível, né? Então, eu fazia isso. E o que aconteceu? Nesses 18 anos, eu só perdi, perdi, perdi, perdi. E comecei a pensar, repensar e falei:

“Será que isso é fruto do meu passado no Alzira Bley?”

E é mesmo, entendeu? E é. Aí eu cheguei à conclusão que é. Aí eu conversando com a esposa essa semana... Que eu cheguei a adoecer. Até ia trazer pra você os exames. Eu cheguei com a minha pressão agora... desde junho, antes de começar a copa, o pique de pressão foi a 20 por 14. Você imagina o que eu recebi de livramento de Deus. Poderia estar hoje, mais inválido, né? Fisicamente, eu não tô inválido, financeiramente sim. Tô começando a resolver agora a minha vida, graças ao bom Deus. As coisas estão clareando, começando a melhorar. É como o meu amigo lá do Rio fala:

“Agora que você acordou. Você estava parecendo na inércia...”

Hibernação.

Na hibernação. Um urso. Parece que se alimentou tanto que ficou hibernado. Então, assim a minha história de vida para aqui. Meu filho se formou, passou no concurso da Petrobrás, na plataforma. Tá formado. Tanto ele como a esposa. Ele se casou. Casou vai fazer três anos. Está muito bem. Ontem ele teve aqui comigo. Um rapaz bonito. Não conhece bem a história de Alzira Bley. E eu já os levei e conto a história, mas eles não gostam de ouvir esse passado meu, porque eles acham que isso que afetou a separação. Porque eu não tive força de captar o que que a esposa queria pra poder continuar um casamento que ela tava problemática e eu não. Eu sempre fui muito tranquilo, muito.

Sempre fui muito tranquilo. Apesar de toda turbulência da vida, eu aprendi a lidar com todas as situações. Minha filha agora vai se formar em Engenharia Ambiental, apesar de toda dificuldade que ela está tendo. E hoje eu estou assim, graças ao bom Deus, caminhando. Eu tava até conversando agora, ontem à noite, com outro parceiro do Rio. Vou voltar. Não é estaca zero, vou começar de uma forma melhor e vou poder ajudar até alguns, porque eu não falo para os meus irmãos que eu vou ajudá-los. Você vai passar essa gravação para o Hibisco não?

Não. De jeito nenhum.

Eu vou ajudá-los como eu sempre ajudei. Sempre ajudei todos. A mamãe falou:

“Meu filho, você é o filho que é diferente de todos, você tem uma cabeça, você tem uma visão, você consegue liberar perdão rápido”.

A gente apanha muito em lidar com eles. Eu tenho um irmão, Oleandro, que eu tenho pena dele. Ele é descabeçado, ele não consegue. Você conheceu ele?

Sim.

Doidinho e tal. Menino bom, trabalhador. Mas você... você tem que ajudar ele, ter paciência com ele. E a Jasmim tem aquele problema de cabeça também, foi a má formação que ela teve, entendeu? Eu lido com ela como se ela fosse uma criança. Ela tem cinquenta anos, como se fosse uma criança. Beijo, abraço ela com todo carinho. E a mamãe? Dou toda assistência possível. Foi o que a diretora Madalena falou em 75 pra ela, 76:

“Esse filho aqui vai te causar muitas surpresas agradáveis”.

E ela, um dia, falou comigo:

“Você se lembra o que a Madalena falou com você?”

“Falou comigo não, mamãe. Falou com a senhora e depois ela repetiu pra mim o que ela falou pra senhora.”

Algumas pessoas falam que lá dentro a alimentação era ruim ou que tinha castigo. Isso acontecia?

Olha, ô... tinha momentos lá no Alzira Bley... A gente tinha que recorrer às hortas e às plantações. Nós tínhamos os recursos externos que só os maiores um pouquinho, acima de 10 anos, tinha acesso, porque sempre andava com os maiores. Os maiores por conta de jogar bola, futebol, então você fazia amizade. Então, Elaine, teve momentos lá no Alzira Bley que era, pelo amor de Deus... era fome mesmo, fome e sem explicação. Mas foram nos anos... os anos que mais apertaram o Brasil, uma época de crise como a crise de hoje, de 2013 pra cá. Acho que o Brasil também passou por esse processo. Como a gente não entendia nada de Brasil, nosso negócio era... Queria saber porque

que a diretora, uma diretora que tinha lá chamada Ormi, ela morava em Porto Novo, porque que ela teve essa ingerência. O que ela fez? Falou:

“Os meninos estão tendo problemas sérios, eles estão comendo frutas nos pomares e estão tendo problemas de ressecamento.”

De vez em quando, tinha que levar alguns por causa de problemas de hemorroidas, porque comiam goiaba verde, manga verde, mas era fome. E outra coisa, você comer esse monte de negócio também era verme demais. Verme, que quando tinha aqueles... aquelas campanhas de dar o remédio, que eu não lembro bem o nome do remédio, mas era uma bolha assim, um negócio que parecia uma cápsula transparente, e parecia uma gasolina lá dentro. Você tomava aquele negócio e com meia hora era tanto verme que você botava pela boca, pelo nariz e até pelo ouvido saía lombriga, de tanto verme que nós tínhamos. Era má alimentação, nós também não éramos muito bem educados assim pra higiene. Então, a gente comia com a mão suja mesmo. Mexia no barro, daqui a pouco tava comendo uma fruta, comendo outra coisa e tal. E nessa época, dessa diretora, foi a época que mais o Alzira Bley penou de passar fome. Essa diretora deve até saiu depois. Foi a melhor diretora que nós tivemos assim em matéria de amor, amor mesmo. De tratar com amor. Mas ela não teve essa cabeça de ver o lado da alimentação das crianças. Eu não sei também, mas parece que faltava um pouco de agressividade por parte da presidente do Alzira Bley, porque essa aí era diretora. A presidente da época, se não me falha a memória, foi antes da Laura Chiabai. A Laura Chiabai foi muito depois. Quando entrou a Laura Chiabai, apesar de todas as dificuldades, nessa época era Leonor Feu Rosa, mãe daquele ex-prefeito da Serra. Nessa época é que houve a escassez e a fome era um negócio... Eu lembro dessa fome. Mas lembro com muita tristeza, que a gente dormia com fome, a barriga roncava. A gente não consegue compreender e não conseguia, porque nem as pessoas abaixo da diretoria podiam fazer alguma coisa, porque se fosse recorrer à despensa, os sacos de trigo, de fubá estavam todos bichados, tudo vencido. Porque a maioria das doações que vinham pra nós, já eram coisas vencidas. Aliás, sempre foi. Desculpa a expressão, eu nunca gostei dessa Sociedade Rotary Clube, me desculpe. Eles enganavam muito, porque eles levavam muitos mantimentos vencidos de supermercados. Nós íamos buscar, na hora da fome... Eu lembro, eu era garoto. Entrava naquela Kombi. A Kombi era disputadíssima, porque a gente ia pro mercado às seis da manhã pra pegar restos de legumes e verduras e frutas que não serviriam mais para a venda, para a comercialização, por causa da qualidade. Botava aquelas coisas tudo em... embalagem até de papelão. Banana podre. Por isso que tem alguns meninos lá que têm o nome de banana podre, porque eles comiam banana podre. Não era banana madura que fica pretinha não, ela já estava podre, a banana já estava bichada. Mas fazer o quê? Você ia comer o quê pra se sustentar? Você imagina aquela quantidade de meninos e meninas comendo coisas vencidas e ruins e a quantidade de gente doente também. E ninguém sabia a causa da doença, mas tinha muita criança doente de doença, doentes

lá. E ficava aquela enfermaria cheia de crianças. Eu também fui um deles, passei esse processo lá dentro. Essa fome foi uma coisa tão inexplicável que chegamos ao ponto de não entender porque que a diretora mandou arrancar todo o pomar. Nunca vi um negócio desses. Nós tínhamos frutas lá que... eram frutas assim que nós cultivávamos e todo ano davam muitos frutos. Todo tipo de fruta da região tropical: caju, manga, goiaba. Tinha até morango, até café. Um cafezal que tinha lá também, banana de tudo quanto é tipo, jambo. Nós tínhamos criação. Não sei porque que com a criação não matavam a fome das crianças. Eu acho que alguém usava para vender, só pode. Tinha muitos porcos, daqueles porcos que é quase do tamanho da gente. Eles chamavam de cachaço, porque eram grandão e tinham os baés, os gordinhos. Quando se matava um porco lá, era um Deus nos acuda. Para nós não ia a melhor parte. Sempre alguém levava a melhor e levava pra fora, porque o pessoal que cuidava de nós lá era tudo de fora. Então, o Alzira Bley foi fonte de sustentação pra muitas famílias fora e eles estavam esquecendo das crianças, porque nós éramos dependentes. Igual se cria uma cadela, vou fazer essa comparação mesmo. Uma cadela cria 12 filhotes, se ela não ficar ali dando leite e dando alimentos aos cachorros eles não vão sobreviver. É assim, eu diria também, da mesma forma da diretoria do Alzira Bley, que nessa época dos anos 1970 até chegando mais ou menos em 75,76, foi o ano em que eu praticamente comecei o ginásio. Era tamanha a fome que eu ia pro ginásio, eu tava tão magrinho... eu comia seis pães doce daquele pão primor, que o padeiro me entregava, que eu imaginava que eu chegar no almoço só tinha um ovo pra comer. Arroz, feijão e um ovo. Meu prato já ficava pronto. Nas nossas mesas podiam pousar moscas, o que for, que ninguém estava nem ligando, era muita fome. Eu vejo assim essas reportagens da África, aqueles países da África sobre a fome, eu falo assim:

“Eu passei, tudo isso aí eu passei.”

Nós chegamos a ver as costelas aparecendo de alguns. Fome, fome. Nosso leite era um negócio horrível. Que negócio era aquele? Vencido, ele tinha um gosto meio salgado, um gosto horrível, era um leite que... Então, tudo isso marcou muito também a mim, e eu falei:

“É por isso que eu vou tomar uma decisão quando eu tiver um pouquinho maior.”

Aí quando eu estava com 13 anos... quando minha avó morreu, eu tava é 12 pra 13 anos, 13 pra 14 anos, eu falei com meu pai:

“Pai, agora vovó morreu...”

Ele tinha comprado uma casa em Porto de Santana. A gente não tinha nem noção do que que era um bairro perigoso, o negócio era sair, eu queria sair. Eu falei:

“Pai, porque que a gente não sai com todo mundo e vamos morar lá? Porque aqui o negócio tá feio. O meu chinelo, ele tinha uma cor tanto no piso, que é a parte de baixo do chinelo, como a correia para o outro. Eu tinha um chinelo colorido, se a correia era vermelha aqui o chinelo era azul lá, a outra correia

era verde aqui e o fundo era azul. Aí um dia, minha mãe e meu pai estiveram lá e eu lembro dessa cena direitinho, lá naquela varanda do colégio Souza Araújo, naquela varanda, era só a varanda, não tinha muro. Aí mamãe falou assim:

“Ô Geraldo, seu filho tá precisando de um chinelo.”

E era um maior que o outro também, que era de outra pessoa. A gente aproveitava, ficava algum jogado e a gente aproveitava. A gente não tinha, ganhava essas coisas assim. Aí mamãe... aí meu pai falou assim:

“Vou comprar.”

Comprou? Levou a vida inteira e não comprou. Na fome também me fazia o desespero de descer aquele morro da creche. Sabe onde é o morro da creche ali? Sabe naquela estradinha? Eu ouvia o carro do meu pai vindo lá de cima da Colônia, porque o carro dele era um barulho, era um zé manguete, barulho de moto “pro, pro, pro, pro, pro...” e aquilo ficou na minha mente. Eu podia estar onde estivesse, eu ouvia aquele barulho, eu saía correndo, correndo, não queria saber quem estava na frente, eu saía correndo, descia aquele morro só pra ir lá falar com meu pai. E quando chegava perto da estrada, assim na divisa com a estrada que era uma cerquinha, era um... só uma alambradozinho de curral, né? Aí eu parava e fazia assim pra papai:

“Para pai.”

E ele passava direto. Todas as vezes passava direto. Eu nunca entendi isso, nunca entendi isso. E um dia eu descii com fome e não consegui achar o padeiro de manhã, fui pro ginásio, não fui... O Eulália Moreira que era ali embaixo, né? Ginásio era considerado o de cima, que é o São João Batista. Eu falei:

“Pai, o senhor não tem um trocado aí não? Tô precisando comprar uma mariola, um doce, qualquer coisa, um picolé. Eu tô com fome.”

Aí me deu 20 centavos. Eu me lembro direitinho, 20 centavos daquela época, daquele dinheiro que era cruzeiro, né? Aí aquilo me doeu muito, porque a gente estava passando fome no Alzira Bley e eu não podia falar isso pra eles, porque eles iam entrar em pânico lá. Eu acho que nenhum pai ficou sabendo. Mas pela forma como os ex-internos fugiam de madrugada pra ir lá na casa dos pais... saía um grupo. O Cravo, que é o mais velho, ele encabeçava um grupo de quase 10, chegava na mamãe:

“Mamãe, pelo amor de Deus, faz uma janta, faz qualquer coisa aí, nós estamos tudo com fome.”

E era assim. A mamãe te contou essa história?

Não.

Não, porque ela fica com vergonha. Os meninos chegavam com tanta fome que iam de noite procurando ovos, procurando galinhas no meio do... Porque dentro da Colônia era uma chácara. Até estive lá e falei com mamãe: “Estou com saudade dessa chácara aqui, né? Aqui o vovô plantava amendoim, fazia

rapadura, o melhor de tudo, banana prata, banana maça, banana da terra, tudo tinha aqui e a gente lá no educandário passando fome”.

Eu sempre falei pra ela:

“Mamãe, nós passamos fome lá”.

Eu fugia. Eu fugia e meu pai vinha me trazer porque tava de noite. Eu sempre tive muita coragem de sair. Eu nunca tive medo de nada. Eu cheguei a vender alface, nessa época. Eu vendia alface, vendia ovos que produzia das galinhas. Então, era uma fome, um negócio sem explicação. A gente arrancava, tirava, colhia mandioca, mas era aquelas raízes grossas assim, aquilo dava pra sustentar a gente a noite toda. Comia. Assava na brasa, botava uma fogueira, botava embaixo primeiro, embaixo da terra e fazia uma fogueira em cima. Aí assava aquelas mandiocas, com meia hora estava assado já. Pegava aquelas mandiocas grandes e levava uma garrafa de água pra tomar, porque embuchava, né? Mandioca você abria ela na hora, era igual a um pão assadinho, gostoso. Matava a nossa fome, mas no outro dia a mesma história. E nós pegávamos, mas na verdade era chamado de roubo, né? Porque a gente colhia fora de hora e fora da orientação da diretoria. A gente não podia fazer isso, porque quem colhia na horta eram pessoas separadas. Só eles podiam colher, mas a gente sabia onde estava a fonte. Só que os pomares tinham acabado, só ficou isso, a horta e o chiqueiro. Então, a fome existiu.

E o castigo existiu?

O castigo existiu. O castigo era terrível. Eu, às vezes por causa dessa fome, eu fugia e era proibido fugir e ir pra Colônia. Aí eu passei a entender que eu podia fugir. Eu fugia pra Colônia. Quando voltava, nos colocavam dentro de um quarto minúsculo, que cabia no máximo uma pessoa e meia, uma criança e meia, debaixo de uma escada, com uma portinha, fechado, sem respiração, sem nada. Você tinha que cumprir aquele castigo. Fora isso, tinha uma professora também que eu não vou falar o nome pra não expor, ela usava os caroços de milho grandes pra gente ajoelhar em cima. Poxa! A gente já tinha o sofrimento de não ter os pais perto e era tratado igual cachorro. Às vezes, cachorro é até melhor. Cachorro era até melhor, porque cachorro da casa deles era tratado igual cachorro de madame. As professoras, a maioria da época lá, tinham condições. Não é igual hoje que os professores tá ralando. Naquela época, aqueles professores lá eram professoras de classe pelo menos média, entendeu? E as diretoras moram aqui na Mata da Praia. Conheço uma aqui, conheço outras, todas de nível... tem uma das diretoras que quis me adotar quando eu tinha sete anos. Ela me levou, eles eram donos de um clube desse negócio de avião de Vila Velha, que até esqueci o nome, existe até hoje esse clube. Chegou a me levar lá, mas porque eu passei mal, me deu uma dor de barriga, eu nunca tinha visto um avião, entrei dentro, fiquei nervoso. E a gente dava dor de barriga fácil, a gente tinha uma facilidade, por causa da alimentação, por causa do remédio, qualquer um tinha disenteria, só mudar um pouquinho o ambiente e a forma de tratar, se você ficasse nervoso e tal.

Então, a gente teve processo de muitos mal tratos. Fora os maiores que batiam na gente, batiam feio mesmo. Roubavam a gente, a gente ganhava algumas coisas a mais da família e eles roubavam. Eles já sabiam. “Ó, os pais daquele lá veio hoje.” Ali tinha alguns maus elementos que a gente gravou. Hoje uns já até morreram, com muita dó. Eu tenho pena deles, porque alguns morreram mesmo na bandidagem. Tinham um comportamento ruim lá. E a nossa família, chamado os Pereira lá, era considerada os melhores de comportamento lá. Os melhores. Eram bem vistos. Toda vez que a mamãe chegava, iam e elogiavam, os seus filhos coisa e tal. Mas eu não me sentia como um órfão não. Nunca me senti como um órfão, eu só achava que tinha alguma coisa que tinha que ser explicada. Isso eu queria explicação. Foi quando em 86, depois de muitos anos, eu já estava com 24 anos, eu ia fazer 25 logo, eu me casei. Um ano depois eu me casei. Já me casei com uma estrutura boa, graças a Deus. Tudo que eu tenho está tudo quitado, não devo nada a bancos, nada disso. É tudo no meu nome. Então, eu tive esse comportamento, porque o pouquinho de contato que eu tive com a minha mãe, que eu morei dois meses com ela só. Mas foram dois meses que foram muito complicados, sabe por quê? Eu sempre falei pra ela:

“Mamãe, a senhora não é culpada de ter gerado os filhos e nem nós somos culpados de termos sido gerados.”

Mas eu acho que tinha que ter um controle de natalidade, porque eu vi famílias lá de ter 14, 15 filhos e os pais nunca tiveram nenhum contato com eles. Os pais morreram e os filhos cresceram. A maioria dos que eu conheço, a maioria desses filhos... eu vou te falar de quem são esses depois da gravação. Dói você ver o comportamento deles hoje. Tudo maluco, entendeu? Aí você fala:

“Nasceu doido?”

Não, a vida, as circunstâncias da vida, a falta de um... eu sempre falei, da falta da figura paterna e materna também. Porque a materna tem um lado bom, conselheira, tal. O paterno é aquela segurança de homem. Eu sempre, graças a Deus, transmiti isso para os meus filhos. “Vocês sempre tiveram um pai. Vocês sempre vão ter um pai.” Eu aprendi no Alzira Bley que, homem também tem que dar dedeira pra neném, trocar fraldinha dele. Lá a gente ajudava a fazer isso, porque era muita criança. Chegava a ser mais de 100 crianças entre bebês recém-nascidos. E chegava toda semana. A minha tia foi funcionária lá e interna, foi uma das primeiras. Falei:

“Tia, como é que era?”

Às vezes, chegava tanta criança, tanto bebê e não tinha ninguém pra orientar. Pelo amor de Deus! Eu até brinquei com ela esses dias. Tá certo que naquela época não tinha TV, não tinha Fantástico, não tinha controle de natalidade, não tinha anticoncepcional. Mas, pelo amor de Deus, dá uma injeção, alguma coisa. Ela falou assim:

“Já era injeção demais. Era morfina, era sulfa... as doenças com o nome sulfa, um remédio com nome de sulfa, esse negócio todo pra tirar a dor da lepra.”

Mas eu falei assim:

“Mas e a dor do coração, da alma, vocês não tinham...”

Não tinham nada. Um serviço social falho. Nunca tivemos uma assistente social, nunca. Quando chegou assistente social lá no Alzira Bley, que é a dona Lurdes, foi a que me ajudou a colocar na Tamoyos poupança. Ela falou assim:

“Você é o cara”.

Desde pequeno ela falava:

“Você é o cara. Você é o cara”.

Eu não sei onde ela está hoje, eu queria tanto dar um abraço nela. Ela deve estar hoje com seus 90 anos.

O sobrenome dela é Roncett?

Não sei o sobrenome dela. É Lurdes o nome dela. Antiga. Lurdes. Não sei se ela está viva. Eu queria ir onde ela tá, porque foi ela que me encaminhou. Ela falou assim:

“Eu vou investir em você. Porque você é um cara corajoso”.

E foi daí pra frente... ela foi da época da diretora chamada Nazaré, que foi uma péssima diretora também... mas ela parece muito com você, a aparência dela, o seu rosto e até a altura. Mas não é porque ela foi diretora péssima, a gestão dela não teve apoio da diretoria aqui da sede. Chamada de sede, né? Não teve apoio, porque não adianta você ser diretor de um estabelecimento, ou de uma ONG, mas se você não tiver apoio maciço para sustentar as suas ideias, seu objetivo ali... Porque o Alzira Bley pra mim foi uma escola pra muita gente, mas muita gente se perdeu também. Eu conheço pessoas, que você olha pra eles na rua, dá pena. Parece um monte de zumbi andando. Eles andam olhando pro chão. Eu sempre falei que quem olha muito pro chão é porco. A criação de porco, parece que o porco nasceu pra ficar olhando para o chão procurando lavagem. Eu falei:

“Meu Deus, será que nós Alzira Bley vamos viver essa vida lá fora, igual porco, olhando para o chão, procurando coisas?”

Parece que nossa luta era para comer. A gente não vivia, não comia pra viver, vivia pra comer. Porque senão, pelo amor de Deus, se você não comece, como é que... Às vezes, você tinha dificuldade até de aprendizado nas matérias mais difíceis... Aí eu falava com a Jandira na época. Jandira sempre foi uma boa companheira, uma boa mãe pra mim. Apesar de nunca ter sido casada e de não ter tido filhos, ela tem um coração bom. Às vezes, ela tinha que agir com certa dureza. Mas por quê? É por causa das circunstâncias. Ela também não era... ela não tinha apoio de ninguém.

Ela entrou lá com 12 anos também como interna.

Igual minha tia. Igual minha tia também foi, a tia Alfazema. Então assim, o que eu tenho pra te dizer é que houve tudo isso. Houve também estupros. Isso aí eu não vou esquecer de falar. Houve muita pedofilia, porque na época nós não sabia o nome. Os maiores faziam maldade com os meninos e com as meninas também. Houve muita coisa que a gente viu, muita coisa errada. Na verdade, aquilo ali era um inferno. À noite, então, nem se fala. Por isso que eles separavam aquela categoria. De 15 anos pra cima botavam lá na granja, por causa desses problemas. A granja era mais distante e era mais vigiada também, entendeu? Quem saía da granja não podia passar por aquela porta. Eles fechavam, trancavam as portas com cadeados, como se fosse cadeia mesmo. Por quê? Nessa época, havia muita coisa errada. Jandira, coitada, sofreu muito com isso, entendeu? Então, o que eu digo pra você, tudo o que você pode imaginar... Aí as pessoas falam:

“ Mas por que é que estão agora brigando pela causa, criando jurisprudência em cima de uma indenização, de uma reparação já”.

Não repara não, não repara nunca, não tem valor que repara isso. Não tem valor no mundo. O melhor ouro, o melhor diamante, nada vai reparar danos a pessoas. Danos morais, execrados, entendeu? Excluídos da sociedade. A gente não tinha acesso a ninguém, se não fosse na escola. Quando iam pessoas lá, estudantes igual a você da UFES, as pessoas ficavam maravilhadas. A gente sentava com eles, como eu estou com você aqui já depois de uns 55 anos, que eu vou partir pra 56 agora em agosto... Eu conversava com eles assim como se fosse um adulto. Sentava no meio daquele monte de gente que estava na sua fase, não vou dizer agora não, mas entrando na fase da formatura. Chegando já a última fase da faculdade, o último período. Iam todos pra lá para fazer pesquisa com a gente. Até levavam alguns profissionais e a gente ficava de cobaia na parte de dentista e essas coisas todas. Isso aí, a gente teve um tratamento muito bom. Agora a humilhação maior medicinal... Eu vou falar, na área médica, que a gente passava, era com o doutor... doutor chamado Sebastião, que também não era culpado, coitado, era mandado pra lá pra fazer o exame da lepra na gente. Humilhação. Nós fomos até uma certa idade... tínhamos que ficar nu e ele ficava apalpando a gente pelo corpo todo procurando lepra. Tanto menino como menina. Procurando a tal da lepra, as manchas. Aquilo a gente achava humilhante demais. Humilhante. Está certo que foram detectados doenças em alguns crianças, inclusive, tem alguns lá que são nossos colegas, ex-internos. A família Alves, que você deve também... a família do Darly, Derly, Bilza, aquela família toda ali, Paulo. Também é muito grande. Então, Elaine, em tudo que você me perguntou, eu respondi com veracidade para testemunhar. Porque eu sou testemunha de toda essa crueldade, essa atrocidade que houve com as crianças.

É Jacinto, e sobre isso não existe registro em lugar nenhum. Por isso que a gente precisa da história de quem vivenciou para escrever e passar para o papel parte de uma história que ninguém conta.

Elaine, é difícil. Quando você falou da alimentação, eu lembrei do biscoito duro, que meu Deus, ninguém... pra quebrar aquele biscoito, tinha que colocar ele dentro de um café ruim. O café era tão ralo, mas tão ralo, que eu nunca senti gosto de café naquilo. Aí molhava lá dentro, para poder molhar o biscoito, né? Que ele era duro. Ele é até chamado biscoito Rosa. É aquele redondo. Não sei que fábrica era aquela... eu acho que estava vencido. Só podia estar vencido, a gente não sabia esse negócio de vencido.

Então assim, as histórias terminaram com isso. Depois mataram meu pai, eu já estava fora, estava casado, já estava com sete anos de casado. Estive com ele muito antes, até o aconselhei. Mataram ele lá dentro da Colônia.

O Hibisco me mostrou onde mataram ele.

Agora eu te pergunto, Elaine, fizeram esse processo de indenização para os pais portadores de hanseníase? Tá! E os que morreram? Que não receberam nada. Ficaram a vida inteira presos e sofrendo lá dentro. Morreram presos, tolhidos dos seus sonhos, dos seus objetivos. O meu pai era um lavrador, era

um homem de negócios. Eu acho que aprendi muitas coisas de negócios com ele. Mas não na parte que... ele era muito de trocar as coisas, né? Igual índio. Mas assim, um homem de negócios. Eu não consigo ficar sem fazer negócio. Então, eu gosto de novidades e tal. Então assim, todas às vezes, que eu passo perto de uma colônia no Brasil, não vou dizer, não é... eu tenho sede de querer entrar, mas eu tenho o receio de chorar, de ver as histórias, porque eles vão contar as mesmas histórias que a mamãe não me contou e que eu presenciei. Eu ia na família Farias, que você deve ter entrevistado os Farias.

Sim.

O pai deles, que era o Honório Farias... aquele homem chegava pra buscar o leite... Eu buscava leite, uns dois ou três anos da minha vida que eu estudava à tarde, então, eu buscava o leite de manhã cedo, cinco, seis horas da manhã.

Eu entrevistei o Luiz Carlos.

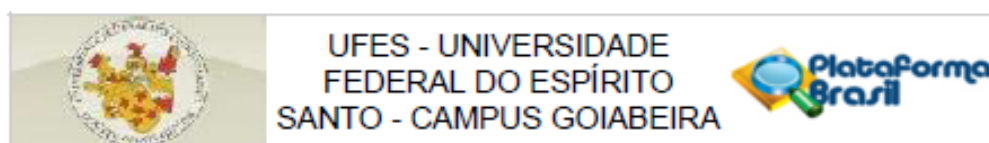
Luiz Carlos, tadinho, variado da cabeça, doidinho, doidinho. A maioria deles, da família deles é assim, a maioria. Porque a mãe deles era assim e aquilo ali passou de geração. E eu tinha... chegava lá pra buscar o leite com um daqueles que ficou leproso da família Alves que eu te falei, que é uma família muito grande também, deve ter de uns nove a dez irmãos. Tem dois lá dentro internados, que são considerados também portadores de hanseníase, receberam até indenização e tudo. Ele buscava leite comigo. Eu tinha que buscar pras crianças. Era aquele negócio de leite, eu esqueci o nome daquela vasilha de 20 litros com aquela alça, de fazenda mesmo.

Leiteira.

Leiteira. Todos os dias quatro e meia da manhã levantava eu e ele para buscar leite. Todos os dias. E todos os dias ele buscava leite. Enquanto o vaqueiro estava tirando o leite, eu ia lá pra aquela tal de Caixa que é um... eles chamam lá de Caixa, não sei porque que é Caixa até hoje. É a venda, a mercearia que tem lá. Tem aquele salão que é o salão de festas, tal. E o Honório Farias morava do lado, como morava do lado da avó do meu tio, que morreu também, esposo da Violeta. Todo dia o Honório me chamava pra comer banana na casa dele. Eu gostava daquela cena. Ele sabia que nós passávamos fome lá. Eu comia todo dia uma média de 4 até 8 bananas e buscava o leite. Ele me abraçava. Aí eu olhava pra situação dele sem dedo nenhum, quase sem nariz, a orelha bem gasta já. A lepra, ela corrói tudo, né? E sem os pés também, cotó. O que eu admirava nele é que ele ia cultivar, fazer as plantações com o toco. Ele botava uns acessórios aqui que ele inventou, ele fez de couro pra segurar a enxada. Meu Deus, ele trabalhava muito, capinava aquele quintal todo. Meu Deus do céu, ficava olhando aquilo tudo e a mulher dele doidinha lá, doidinha. Falava coisa com coisa. Eu não tinha medo de nada, nem de lepra, nem nojo, nunca tive nojo, nunca tive medo de pegar também. Às vezes, eu até queria pegar pra ir lá pra dentro, porque a alimentação lá dentro era melhor. Você vê? Olha o pensamento. Olha a mentalidade que eu cheguei. "Quem sabe pega até e eu vou lá pra dentro logo, e eu fico lá perto dos meus pais, perto dos meus avós." Cheguei a pensar, mas nunca falei isso com mamãe. Então essa é a minha história.

Então, Jacinto, eu só tenho a te agradecer pela sua contribuição com a pesquisa. Dizer assim, que é muito bom ouvir os fatos, as verdades da sua boca e que a gente vai transcrever tudo isso e usá-lo no trabalho. Esse daqui é o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O senhor leia e se concordar assina as duas cópias, uma fica comigo e a outra fica com você.

ANEXO A - Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AS HISTÓRIAS DE VIDA DOS FILHOS SEPARADOS PELA "LEPRA" NO ESPÍRITO SANTO

Pesquisador: ELAINE CRISTINA ROSSI PAVANI

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 68758517.4.0000.5542

Instituição Proponente: Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.182.188

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Será aplicado um questionário composto por questões abertas e fechadas, com os dados pessoais, grau de escolaridade, renda e questões referentes aos períodos em que estiveram internados (as) e após a sua saída do Educandário Alzira Bley.

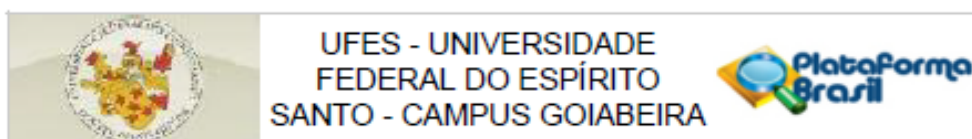
Sendo a população interna do referido período (1937-1979) de 1.073 indivíduos, pretende-se coletar dados de 10% da população (107 ex-internos) por meio de questionário.

E num segundo momento será aplicado a metodologia de história oral, em que 5 ex-internos contarão suas histórias de vida que serão gravadas e transcritas a fim de (re)contar como transcorreu esse período da história, bem como o processo de (re) integração dos ex-internos na sociedade.

Todas as informações serão gravadas em DVD e ficarão arquivadas com a pesquisadora e sua orientadora professora doutora do Departamento de Geografia por um período de 5 anos, depois serão devidamente descartados.

Metodologia de Análise de Dados:

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras CEP: 29.075-910
UF: ES Município: VITÓRIA
Telefone: (27)3145-9820 E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.182.188

O levantamento realizado por meio do questionário, serão transformados em tabelas, gráficos e mapas e analisados sob a luz da geografia social, cultural, histórica e regional. As entrevistas serão a narrativa que envolve a temática dos filhos separados pela "lepra" no Espírito Santo e a sua (re) introdução na sociedade após o fim da internação compulsória.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO:

- Averiguar as condições de vida oferecidas às crianças no Educandário Alzira Bley, bem como o processo de (re)introdução dessa população na sociedade após o término da internação compulsória.

-Objetivo Secundário:

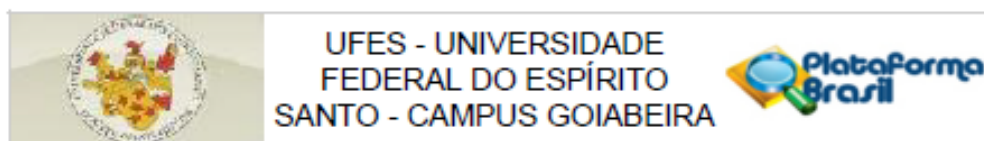
- caracterizar a população que foi (re) introduzida na sociedade após o fim da internação compulsória;
- identificar os principais destinos dos egressos;
- contar as histórias de vida de um grupo de ex-internos para retratar os momentos da internação e da (re)introdução na sociedade;
- auxiliar a Associação dos ex-internos deste educandário a respaldar o pedido de indenização ao governo pelo crime de alienação parental, cometido ao privar os filhos da convivência com seus pais e outros familiares;
- resgatar aspectos históricos, por meio da história oral, vividos por aqueles que sofreram medidas de exclusão decorrentes de políticas públicas e guardam em suas memórias o estigma social da segregação, mesmo não sendo portadores da "lepra".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O resgate das informações juntos aos narradores poderá gerar algum desconforto ao relatar suas histórias de vida, os narradores podem reviver sentimentos indesejados. Quando necessário a entrevista (relato de história oral)será suspensa e reprogramada de acordo com a vontade do narrador. Será respeitada a sua individualidade ao relatar os fatos. Caso seja necessário será oferecido um acompanhamento psicológico com profissional habilitado na área. Para os egressos que responderão ao questionário impresso reservamos aos mesmos o direito de deixar questão sem respostas (em branco), uma vez que a decisão por responder ou não ao questionário é opcional.

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
 Bairro: Goiabeiras CEP: 29.075-910
 UF: ES Município: VITORIA
 Telefone: (27)3145-9820 E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.182.188

Segundo a pesquisadora no TCLE: a gravação do DVD (Historia Oral) somente o áudio das entrevistas serão utilizadas para transcrição, e o áudio não será divulgado. Os arquivos ficarão guardados no Departamento de Geografia Aurélia Hermínia Castiglioni por um período de 5 anos, depois serão devidamente descartados. Os participantes da pesquisa não serão identificados, sendo resguardada a privacidade dos mesmos durante todas as fases da pesquisa. Também no TCLE está exposto que a pesquisa não representa qualquer forma de gasto, caso o participante tenha gastos decorrentes da pesquisa, ele será ressarcido pelo pesquisador, igualmente, será garantida a indenização em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Benefícios:

Resgatar as trajetórias de vida dos egressos do Eduandário Alzira Bley internados compulsoriamente quando a Lepra e leprosos significavam isolamento e estigma social. Além disso, colaborar com os egressos para o reconhecimento de sua condição histórica, como possibilidade de reparação.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é de relevância social pois trata de sujeitos que durante décadas foram ocultados na sociedade e estigmatizados pela hanseníase. O estudo também trará para a academia e os profissionais da área dados sobre as consequências desse tipo de internação e seus desdobramentos nos sujeitos vítimas desse processo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora realizou os ajustes devidos segundo o parecer consubstanciado nº2.139.368 no que diz respeito aos aspectos dos procedimentos que assegurem a confidencialidade, privacidade e a proteção da imagem/informações dos participantes da pesquisa de acordo com a Resolução 466/12

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

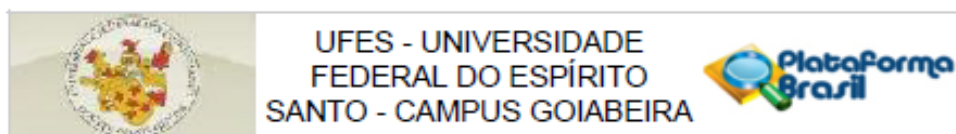
Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado por esse comitê, estando autorizado a ser iniciado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_880967.pdf	27/08/2017 10:37:05		Aceito

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
 Bairro: Goiabeiras CEP: 29.075-910
 UF: ES Município: VITÓRIA
 Telefone: (27)3145-9820 E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.182.188

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	27/06/2017 10:36:25	ELAINE CRISTINA ROSSI PAVANI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	27/06/2017 10:36:00	ELAINE CRISTINA ROSSI PAVANI	Aceito
Outros	Pareceristas.docx	08/06/2017 15:24:17	ELAINE CRISTINA ROSSI PAVANI	Aceito
Outros	Questionario_egressos.pdf	08/06/2017 15:18:06	ELAINE CRISTINA ROSSI PAVANI	Aceito
Outros	Entrevistas.pdf	15/05/2017 20:36:59	ELAINE CRISTINA ROSSI PAVANI	Aceito
Outros	Autorizacao.pdf	06/04/2017 18:21:37	ELAINE CRISTINA ROSSI PAVANI	Aceito
Folha de Rosto	ELAINE.pdf	18/03/2017 20:26:42	ELAINE CRISTINA ROSSI PAVANI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITORIA, 21 de Julho de 2017

Assinado por:
KALLINE PEREIRA AROEIRA
(Coordenador)

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras CEP: 29.075-910
UF: ES Município: VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com

ANEXO B - Decreto Nº 968, de 7 de maio de 1962

DECRETO Nº 968, de 7 de maio de 1962 – *Baixa Normas Técnicas Especiais para o Combate à Lepra no País e dá outras providências.*

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 18, Inciso III do Ato Adicional,
Resolve baixar as seguintes Normas Técnicas Especiais relativas ao Combate à Lepra no País, de acordo com os artigos 24 e seus parágrafos e 131 do Decreto nº 49.974-A, de 21 de janeiro de 1961 e obedecendo o dispositivo do artigo 8º do mesmo,

Decreta:

Art. 1º A profilaxia da lepra será realizada:

I - Mediante a execução das seguintes tarefas, de responsabilidade dos serviços especializados:

- 1 - Estudos e pesquisas;
- 2 - Preparo de pessoal técnico;
- 3 - Inquéritos epidemiológicos;
- 4 - Procura sistemática de doentes;
- 5 - Tratamento;
- 6 - Educação sanitária;
- 7 - Assistência social;
- 8 - Limitação dos movimentos das fontes de contágio;
- 9 - Vigilância sanitária.

II - Através de medidas gerais preventivas de caráter sanitário ou extra-sanitário executadas pela administração pública, visando a elevação do nível de saúde das populações.

Parágrafo único. No combate à endemia a leprotica será, sempre que possível, evitada a aplicação de medidas que impliquem na quebra da unidade familiar, no desajustamento ocupacional e na criação de outros problemas sociais.

Art. 2º O Governo, incentivará, auxiliará e manterá o funcionamento de centros de estudos e pesquisas sobre a lepra, objetivando preferencialmente armas específicas contra a referida doença.

Art. 3º Caberá ao Governo a realização de cursos e estágios leproológicos para médicos, enfermeiros, laboratoristas e outras auxiliares, com o fim de prepará-los e aperfeiçoá-los técnica e administrativamente.

§ 1º De acordo com o presente artigo, os que forem diplomados por esses cursos terão preferência no preenchimento de cargos e funções relacionados com o problema.

§ 2º O preparo do pessoal técnico o administrativo será feito sem colaboração com a Escola Nacional de Saúde Pública e as a ela equiparadas ou a as reconhecidas.

§ 3º Os serviços de lepra estimularão a inclusão do ensino da leprologia nas disciplinas em que a matéria deva ser estudada.

Art. 4º A procura sistemática dos doentes de lepra será realizada, principalmente, mediante:

- a) Vigilância sanitária dos contatos e suspeitos;
- b) Verificação de denúncias e notificações;
- c) Exames em coletividades;

d) Investigação de focos.

§ 1º Os contatos de lepra serão obrigatoriamente submetidos a exames leproológicos, periódicos, com intervalos máximos de um ano.

§ 2º Os exames dos comunicantes se estenderão por um prazo não inferior a 6 anos, contados a partir da data do último contato com a fonte de infecção.

§ 3º A juízo da autoridade sanitária, poderão ser dispensados dos exames os contatos de doentes com bacteriscopia reiteradamente negativa, bem como os lepromino-positivos (++ e +++).

§ 4º A prática de notificações será incentivada por meios adequados, junto à classe médica, sendo conservado em sigilo o nome do notificante.

§ 5º Todos os casos de denúncias ou notificações serão obrigatoriamente examinados e investigados.

§ 6º Os exames em coletividades serão realizados em grupos populacionais do interesse epidemiológico.

§ 7º A autoridade sanitária procurará, com o fim de descobrir casos novos de lepra, interessar todas as organizações oficiais, autárquicas para-estatais e particulares que possam vir a ter conhecimento de doença do mal de Hansen.

§ 8º O hábito dos exames periódicos de saúde deverá ser estimulado pelos Serviços de Lepra.

§ 9º Os serviços de lepra deverão realizar completa investigação epidemiológica de todos os casos de lepra a qual consistirá essencialmente na colheita de todos os dados e informações possíveis de valor epidemiológico referentes ao doente, aos seus comunicantes e à fonte de contágio, no registro delas em fichas adequadas, e na verificação e providências posteriores.

Art. 5º É obrigatório o tratamento específico dos doentes de lepra, tendo também em vista a aplicação das seguintes medidas:

a) prevenção das deformidades pelos métodos não cirúrgicos.

b) correção cirúrgica das deformidades permanentes.

§ 1º O tratamento será feito em domicílio, em dispensário ou em sanatório para doentes de lepra e gratuitamente quando realizado por entidades oficiais.

§ 2º Para efeito de controle de tratamento os doentes de lepra serão obrigados a se submeter a exames pelo menos, de três (3) em três (3) meses.

§ 3º Será incentivado o tratamento em clínicas universitárias e em instituições oficiais e particulares, com o fornecimento de medicamentos específicos, com orientação técnica e fiscalização do Serviço de Lepra, mediante o que fôr ajustado.

§ 4º O Serviço Nacional de Lepra expedirá instruções sobre a metodologia dos ensaios terapêuticos com relação à lepra.

Art. 6º A educação sanitária será exercida junto aos doentes, suas famílias, comunicantes e, principalmente por intermédio dos líderes declarasse, à população em geral.

Art. 7º O Estado prestará a devida assistência social aos doentes de lepra e aos seus dependentes.

§ 1º Aos doentes internados ou não, quando necessário, será promovida a sua recuperação ocupacional, sua readaptação e sua reintegração social.

§ 2º Os doentes de lepra serão divididos em quatro categorias do ponto de vista de seus estigmas:

a) os incapacitados seriamente para tomar parte ativa na vida.

b) os que sofrendo deformidades, possam produzir trabalhos de valor econômico sob condições especiais.

c) os que são forçados a abandonar sua antiga ocupação e necessitam habilitar-se

para novo emprego.

d) os que apenas precisam de auxílio para encontrar trabalhos, não constituindo estorvo os estigmas da doença.

§ 3º A assistência social aos doentes isolados em leprocômios terá por fim criar, nesses estabelecimentos, condições de vida digna e confortável e que se aproxime, tanto quanto possível do convívio na sociedade.

§ 4º O Estado somente prestará assistência judiciária e extra-judiciária, gratuita, aos doentes de lepra internados em leprocômios e aos seus dependentes, de modo a lhes resguardar os interesses patrimoniais e familiares perante as autoridades e particulares.

Art. 8º Será assegurado aos enfermos de lepra, portadores de formas clínicas contagiantes, o direito de movimentação, que poderá, entretanto, sofrer limitações nas eventualidades:

a) de não possuir o enfermo as condições econômicas que garantam sua subsistência na forma requerida pelo seu estado de saúde.

b) de não possuir o enfermo domicílio que satisfaça os requisitos mínimos de proteção aos demais conviventes.

c) de o enfermo, embora satisfazendo os itens anteriores não acatar as determinações relativas ao seu tratamento regular e as recomendações que visem a eliminar os riscos da disseminação.

§ 1º Os estabelecimentos mantidos por particulares serão registrados nos serviços de lepra e ficarão subordinados à sua fiscalização.

§ 2º Em circunstâncias especiais, a juízo da autoridade sanitária competente, os casos de lepra, passíveis de se tornarem rapidamente não bacilíferos, poderão ser internados em hospitais gerais ou em casas de saúde, desde que alojados em acomodações adequadas e observadas as instruções baixadas pelo Serviço Nacional de Lepra.

§ 3º A manutenção dos doentes em leprocômios oficiais será gratuita; nesses estabelecimentos poderá haver alojamentos especiais para doentes contribuintes, que ficarão, entretanto, sujeitos à disciplina e ao regime neles em vigor.

§ 4º A limitação dos movimentos a que se refere o presente artigo será praticada mediante internação em leprocômios oficiais ou particulares.

§ 5º Os doentes de lepra contagiantes e os passíveis de se tornarem infectantes não poderão desempenhar qualquer emprego ou profissão que os ponham em contato direto com o público, nem residir em habitações coletivas.

§ 6º A proibição constante do parágrafo anterior só será aplicada após o estudo detalhado de cada caso e somente em situações que possam concorrer para a disseminação da moléstia.

Art. 10 As crianças nascidas em leprocômios serão imediatamente afastadas da genitora e colocadas de preferência em meio familiar em pupileiras comuns e na sua falta em estabelecimentos especializados.

Parágrafo Único. As crianças nascidas em focos da lepra serão afastadas de acordo com a situação de cada caso e a critério da autoridade sanitária competente.

Art. 11. A prática dos testes lepromínicos e de recursos que possam provocar a resistência nos indivíduos face à infecção leprosa e ao desenvolvimento da doença será estabelecida em instruções expedidas pelo Serviço Nacional de Lepra.

Art. 12. A vigilância sanitária sobre os doentes de lepra não internados será efetuada principalmente mediante:

a) visitas periódicas nos seus domicílios por médicos, enfermeiros, visitantes, guardas sanitários e outros servidores, com o fim de verificar se são cumpridas as determinações da autoridade sanitária com relação ao tratamento e à condições em que

vivem os doentes e dos que com eles residem;

b) reexames clínicos e laboratoriais;

c) verificação de suas ocupações para que não sejam exercidas as que forem vedadas.

Art. 13. O Governo poderá atribuir a entidades particulares, quando integradas na luta contra a lepra, a responsabilidade da prestação total ou parcial de assistência social aos doentes e seus dependentes, quando as referidas entidades submetidas à orientação e fiscalização da autoridade sanitária.

Art. 14. As Leis sociais com respeito à lepra deverão ser revistas e adaptadas aos novos conceitos da leprologia, pelo menos, de cinco em cinco anos.

Parágrafo único. Não deverão constituir motivo para aposentadoria ou reforma os casos de lepra tuberculóide tórpida e os indeterminados lepromino-positivo (++ e ++ +), mediante parecer da autoridade sanitária especializada.

Art. 15. Aos doentes internados em leprocômios deverão ser proporcionados meios para aprendizagem profissional necessária à sua readaptação, bem como aos não hospitalizados que dela careçam.

§ 1º A readaptação deve ser processada desde o internamento do doente, seguindo-se durante o tratamento e terminando com o estabelecimento do indivíduo em uma atividade estável e apropriada a seu estado. Do mesmo modo quanto ao doente não internado, desde o início do seu tratamento.

§ 2º Todo processo de readaptação do doente deve ficar, no curso de sua execução, sob o controle médico com o fim de evitar ou desaconselhar atividade física ou intelectual incompatível com seu estado de saúde.

§ 3º O doente internado, desde que lavrado o laudo de "Transferência para Dispensário", não poderá permanecer no leprocômio, devendo o serviço de assistência social prestar toda a cooperação para sua reintegração na comunidade.

Art. 16. É atribuição das Unidades Federativas e execução de luta contra a endemia leprótica.

§ 1º As medidas de combate à lepra poderão ser realizadas através de unidades não especializadas de saúde pública, orientadas e fiscalizadas, para garantir a homogeneidade, continuidade e eficiência dos trabalhos, por serviços especializados.

§ 2º Às Unidades Federativas será facultado entregar ao Serviço Nacional de Lepra, mediante acordo bilateral, a execução, parcial ou total, das tarefas de profilaxia de lepra.

Art. 17. Para execução de atividade visando o combate à lepra, o Serviço Nacional de Lepra expedirá instruções para a suspensão, parcial ou total, temporária ou definitiva, das medidas sanitárias a que estão sujeitos os pacientes de lepra.

Art. 18. O Serviço Nacional de Lepra elaborará as instruções necessárias à perfeita aplicação destas Normas.

Art. 19. Ficam revogados os artigos 133 e 183 do Decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923.

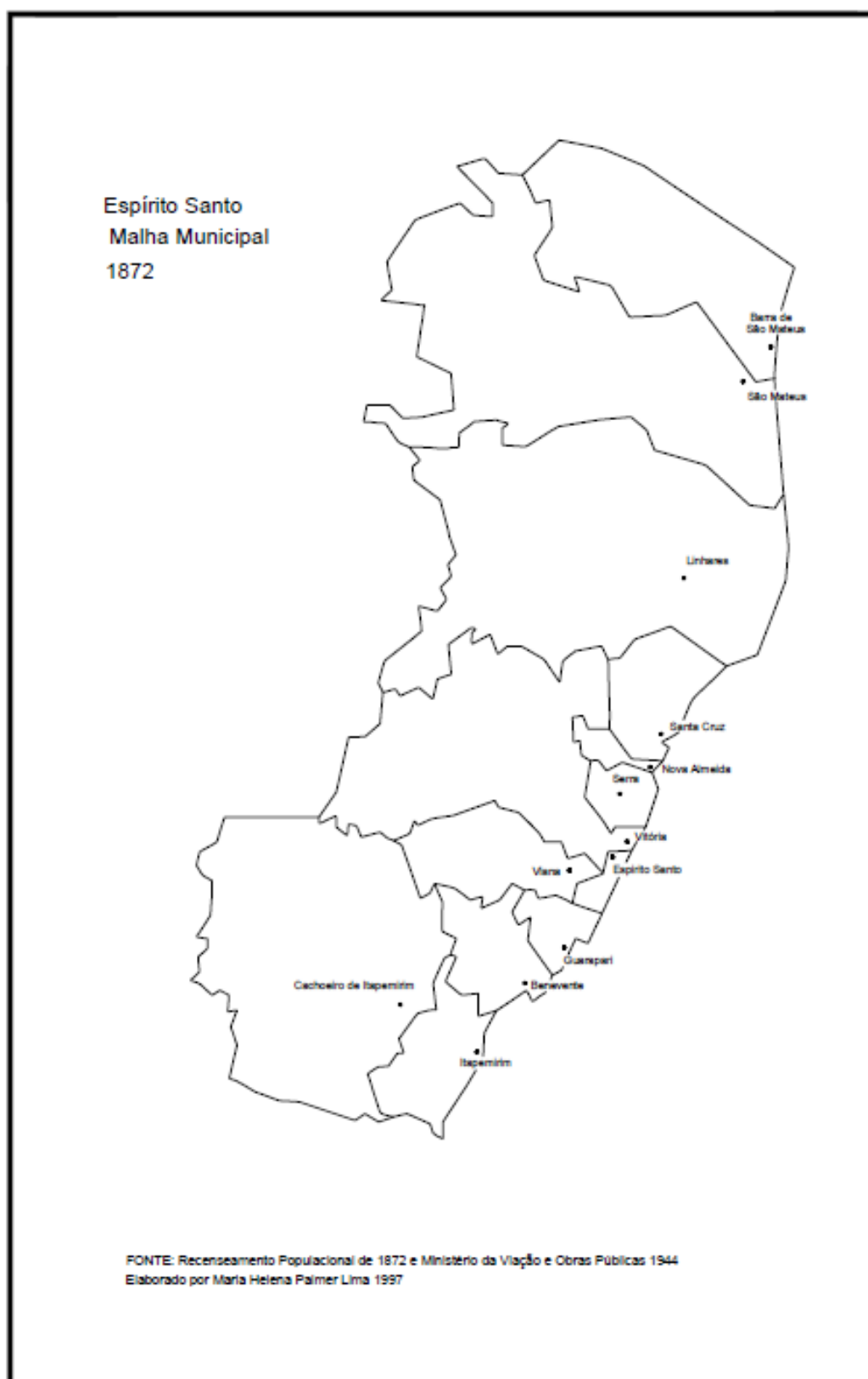
Art. 20 Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, DF, em 7 de maio de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

Tancredo Neves

Souto Maior

ANEXO C – Mapas



Espírito Santo
Malha Municipal
1900



Fonte:
Elaborado por Maria Helena Palmer Lima 1997

Espírito Santo
Malha Municipal
1920

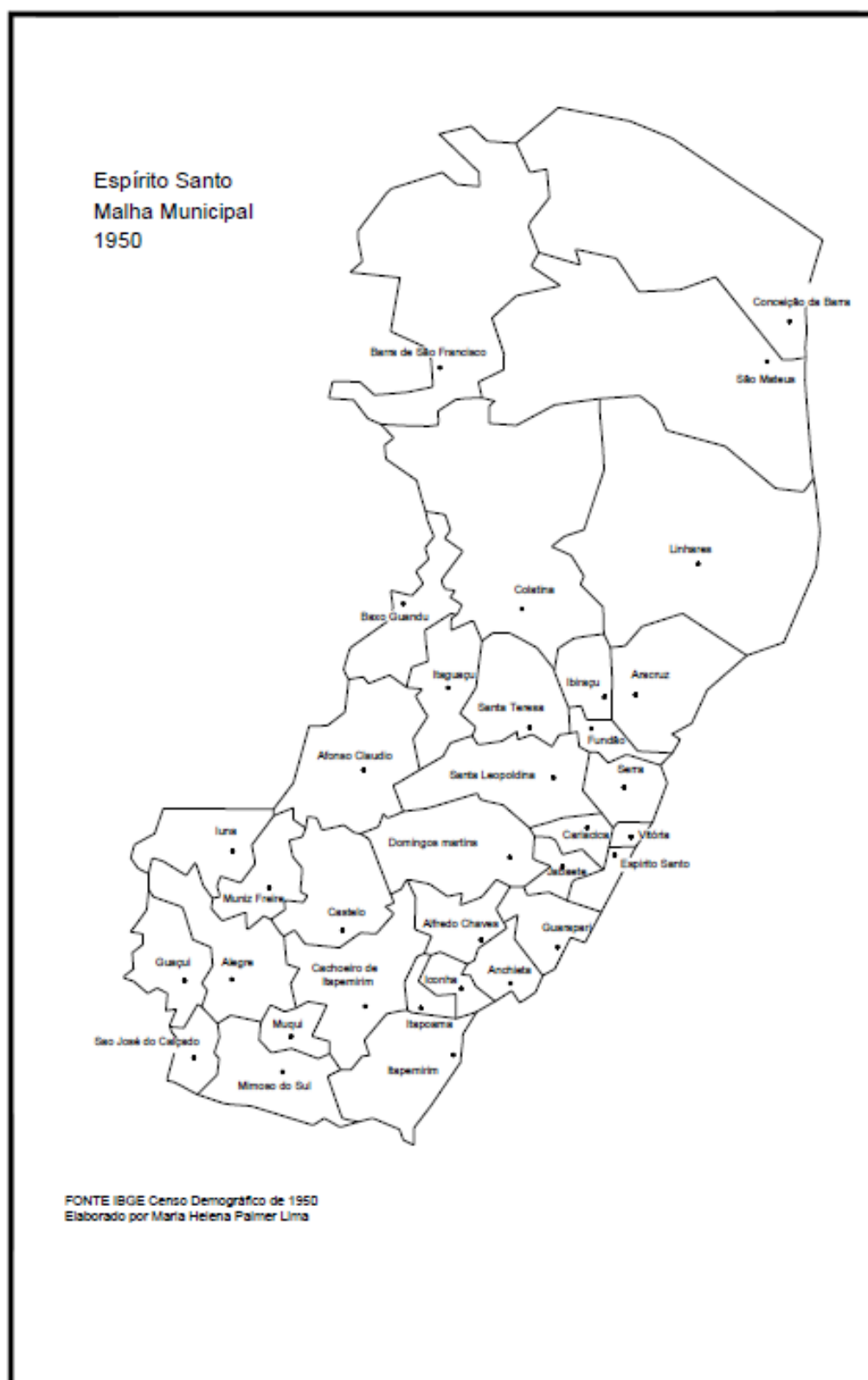


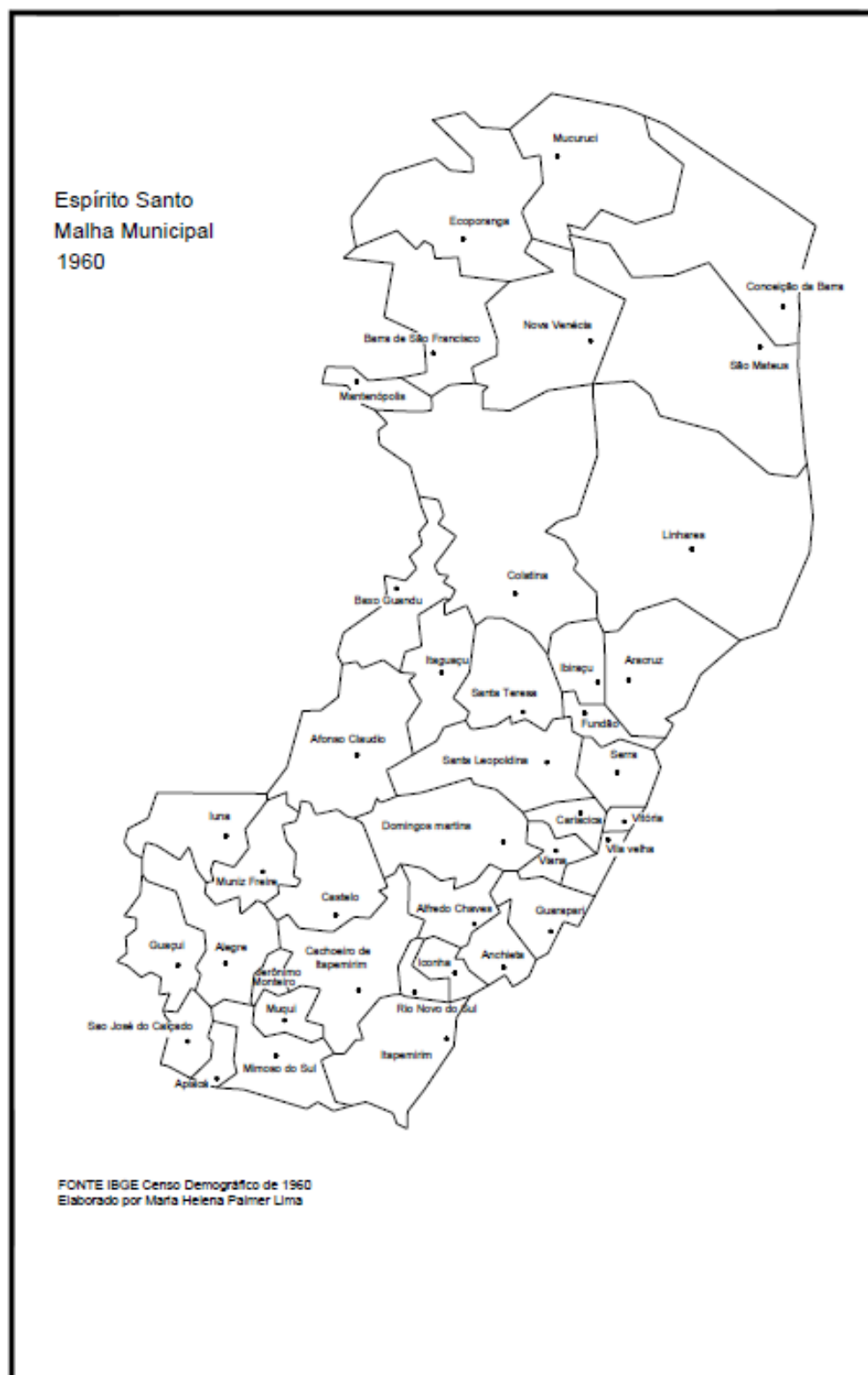
FONTE: IBGE Recenseamento da Populacional de 1920
Elaborado por Maria Helena Palmer Lima 1997

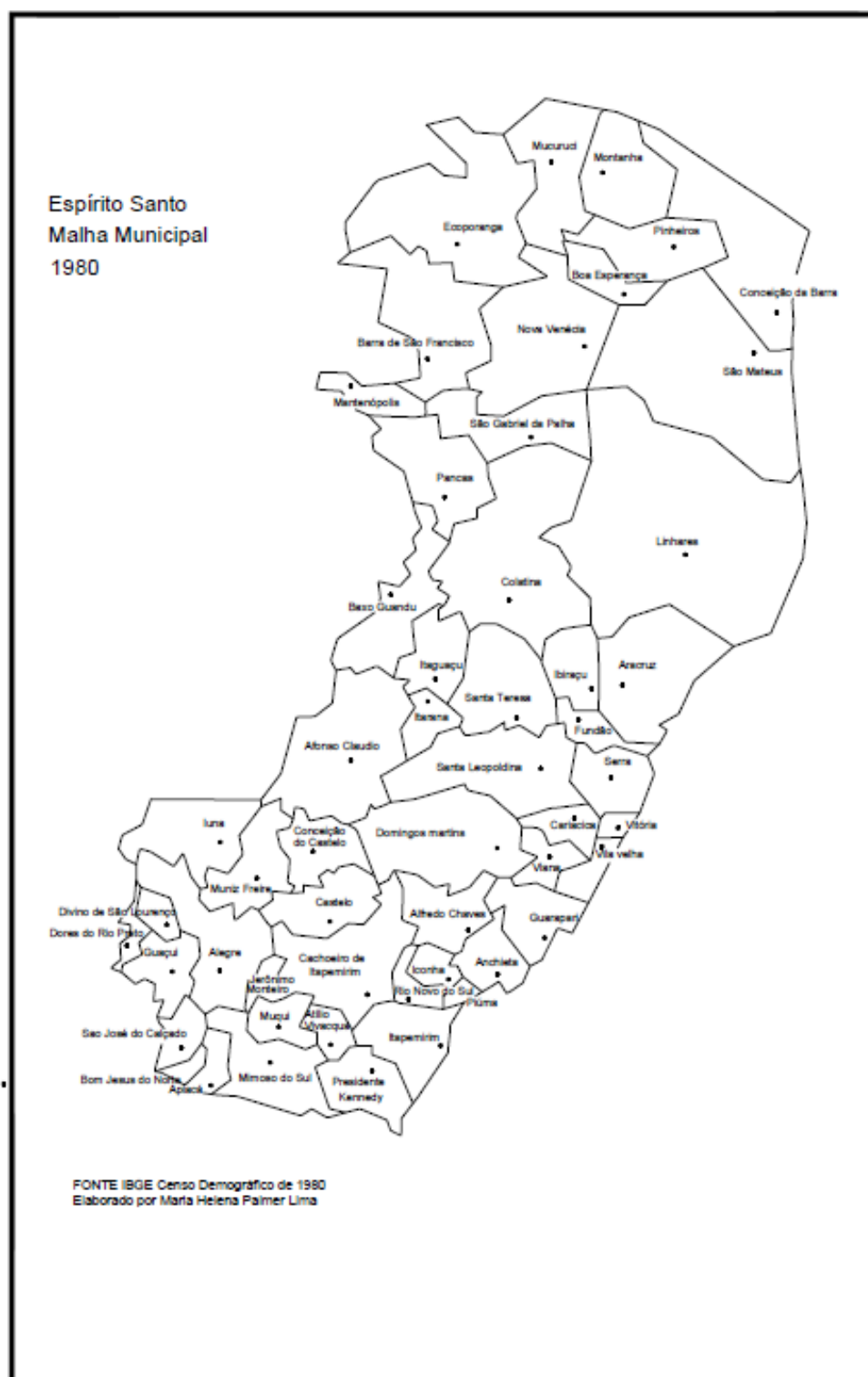
Espírito Santo
Malha Municipal
1940



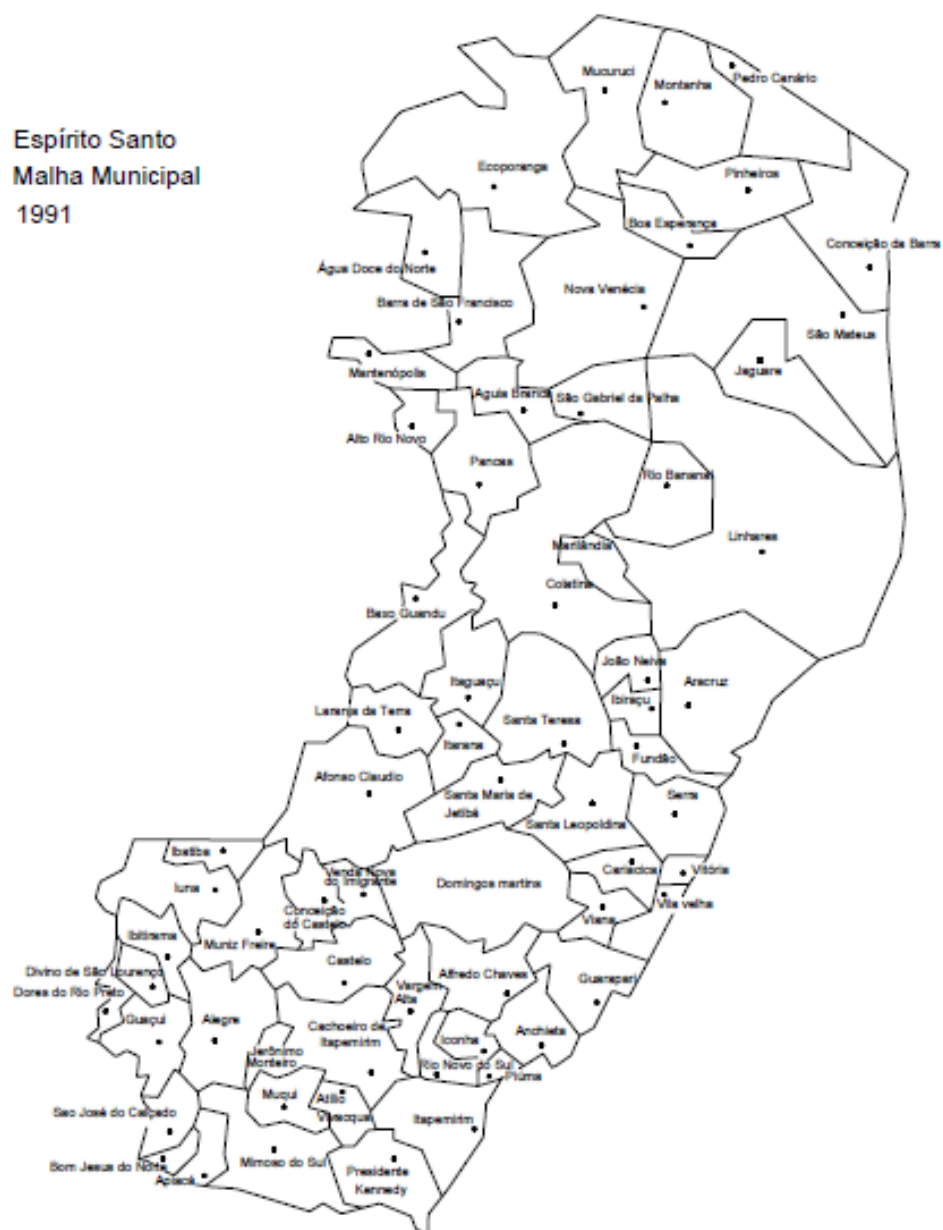
Fonte: IBGE Censo Demográfico 1940
Elaborado por Maria Helena Falmer Lima 1997





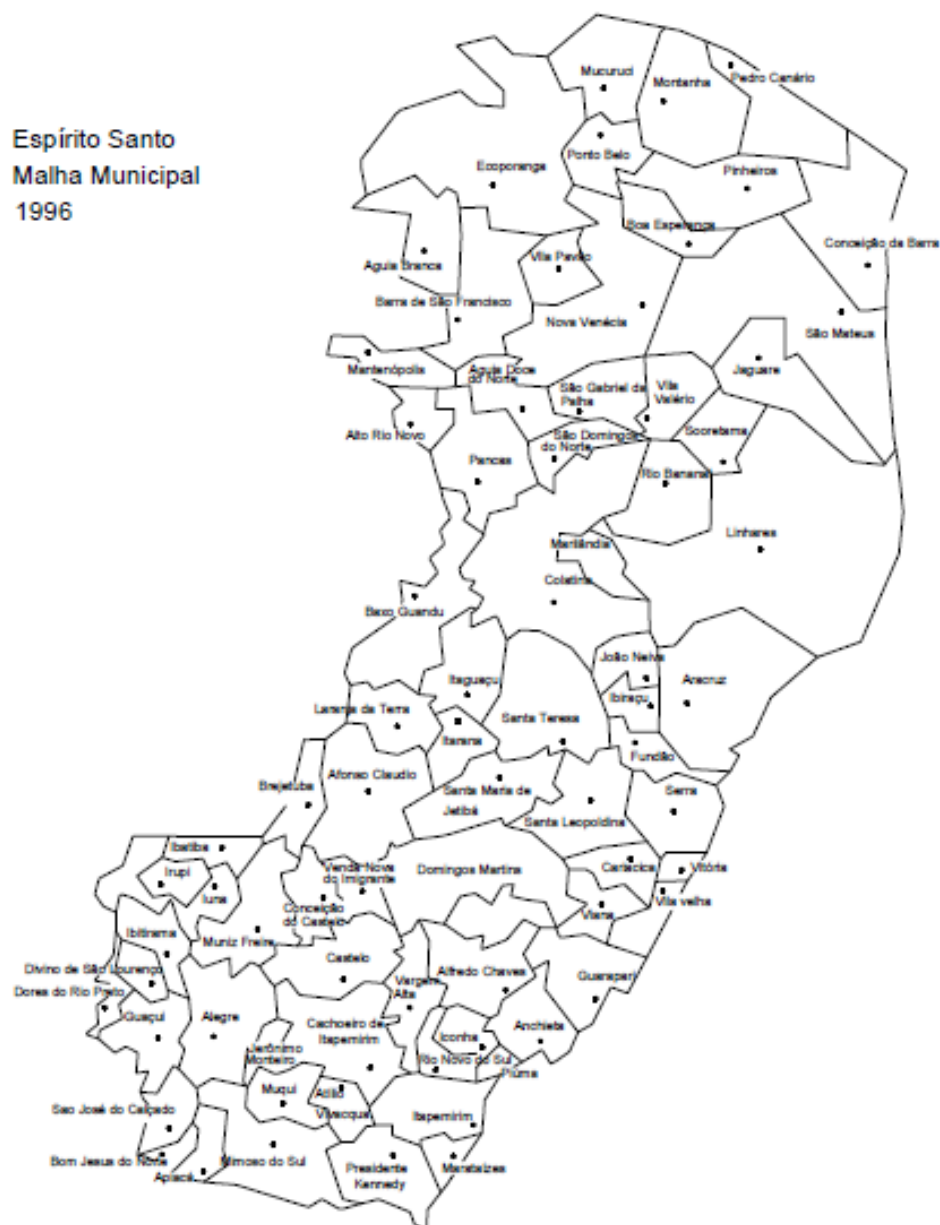


Espírito Santo
Malha Municipal
1991



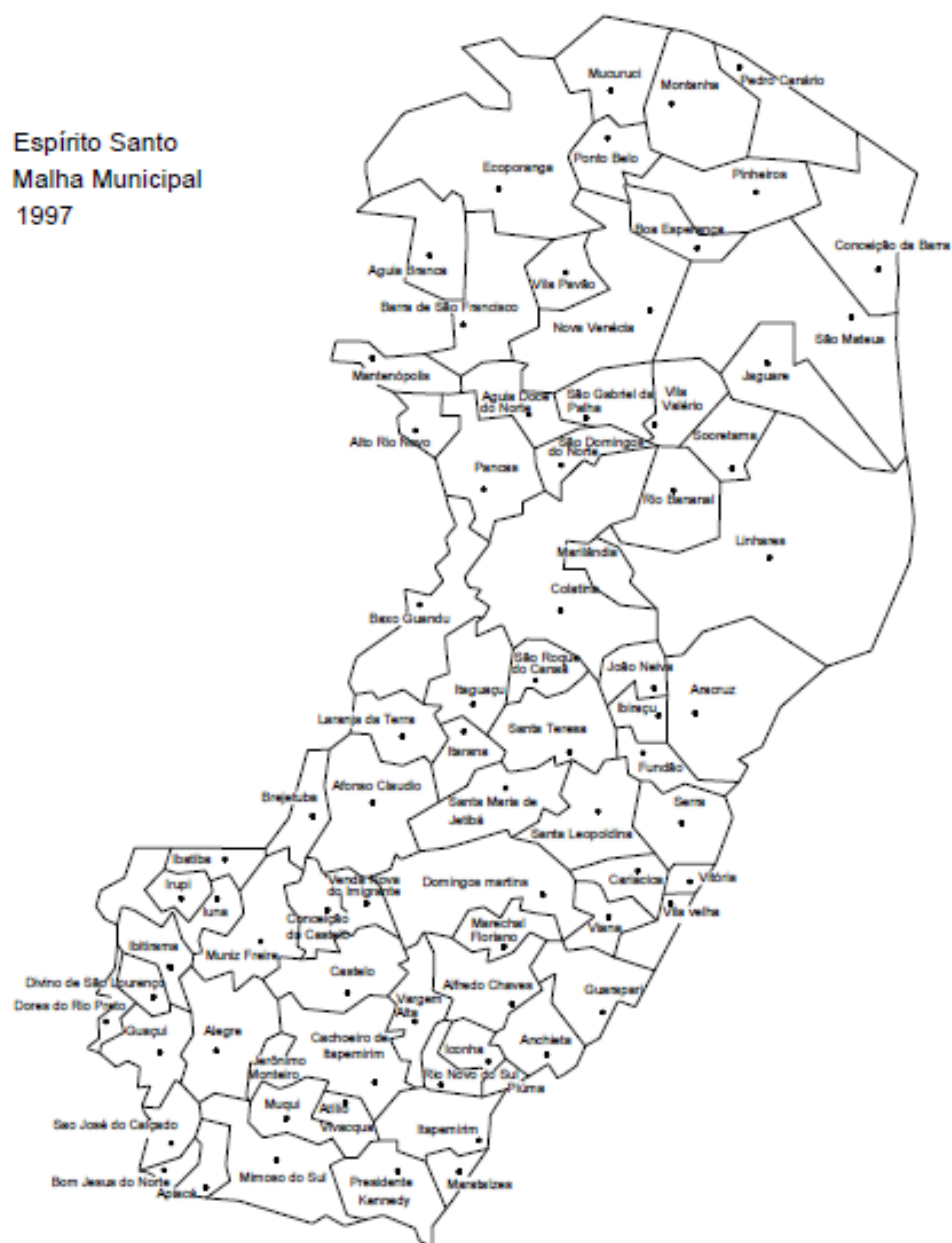
FONTE IBGE Censo Demográfico de 1970
Elaborado por Maria Helena Palmer Lima

Espírito Santo
Malha Municipal
1996



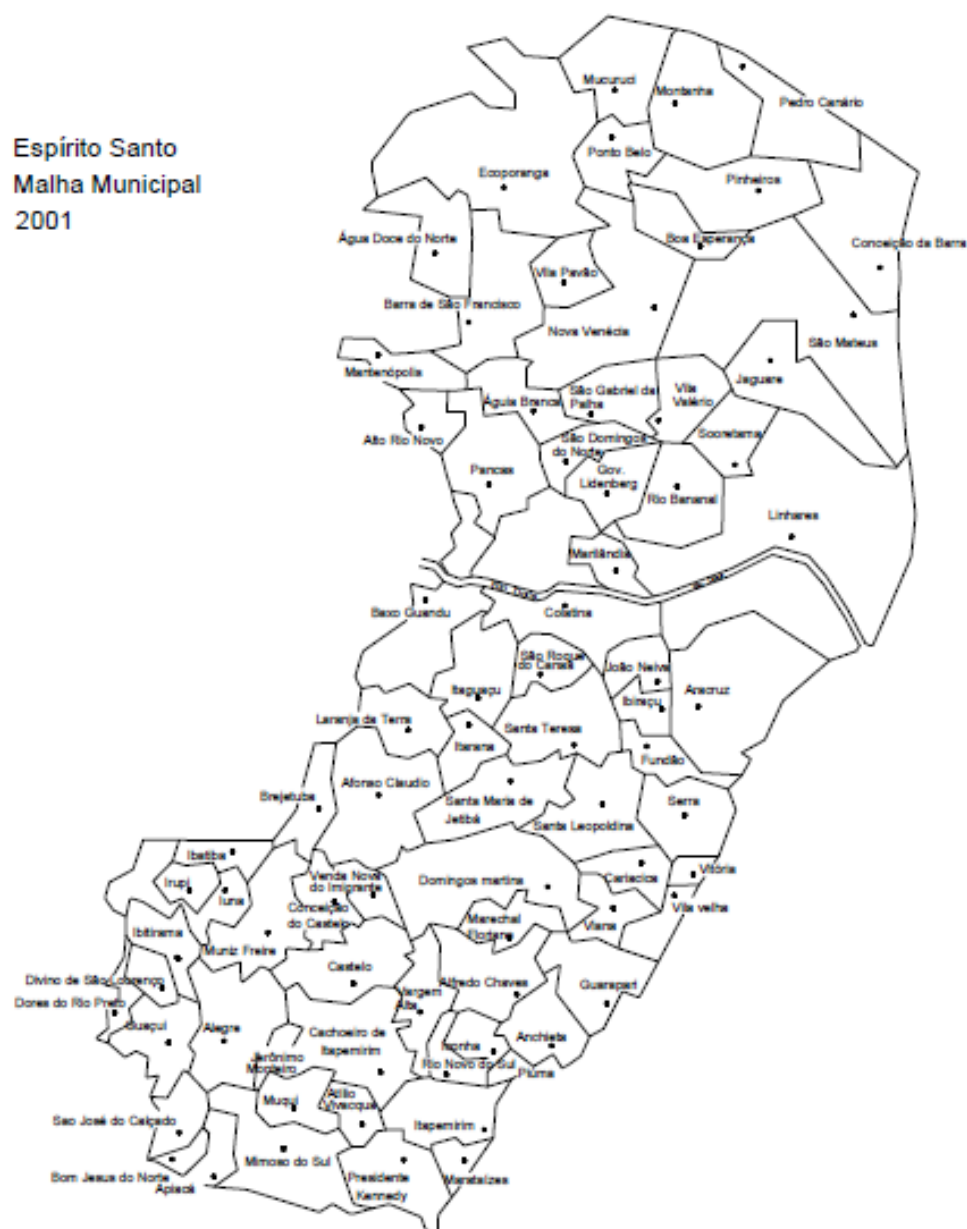
FORNE IBGE Contagem da População
Elaborado por Maria Helena Palmer Lima

Espírito Santo
Malha Municipal
1997



FONTE IBGE Contagem da População
Elaborado por Maria Helena Palmer Lima

Espírito Santo
Malha Municipal
2001



FONTE IBGE Censo demográfico 2000
Elaborado por Base Operacional / ES

ANEXO D – História do Iases

IASES – Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo

1967 – Em 17 de julho, no governo de Cristiano Dias Lopes Filho, foi criada a Fundação Espírito-Santense do Bem-Estar do Menor (Fesbem). O objetivo era executar a Política Estadual de Integração Social do Menor alinhado à Política Nacional do Bem Estar do Menor, da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM). Nesta época, a Fundação era responsável pelo Instituto Francisco Schwab (IPFS), pelo Centro de Recepção e Triagem (CRP) e pela República Lar, todos em Cariacica. Além deles, também era de responsabilidade da Fesbem o Centro de Profissionalização do Menor (CEPROMEN); o Centro de Formação Profissional Caboclo Bernardo (CFPCB), em Santa Cruz, município de Aracruz; e o Programa de Recreação e Aprendizagem de Menores (PRAM) em Vitória e em Cariacica. A primeira gestão teve Aliete Ferreira Dias Lopes como presidente e Ary Lopes Ferreira como presidente substituto.

1980 - Após uma reestruturação, em 27 de outubro, o órgão passou a ser chamado de Instituto Espírito-Santense do Bem Estar do Menor (IESBEM), denominação alterada em 15 de julho de 1999, por meio da Lei Complementar nº162/99, artigo 5º, para Instituto da Criança e do Adolescente do Espírito Santo (ICAES).

2002 - De 26 de dezembro de 2002 a 24 de junho de 2003, o ICAES passou por uma intervenção judicial. Neste período, o órgão foi administrado pela interventora Maria Helena Spinelli Pereira Escovedo.

2005 - Visando atender à normativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/90), o órgão foi reestruturado a partir da Lei Complementar nº 314/2005 passou a ser denominado Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases). A competência específica do órgão era fazer a gestão e execução da política pública de atendimento ao adolescente em conflito com a lei através dos programas de atendimento em meio fechado e meio aberto.

2008 - Diante de sua missão, por meio da aprovação da Lei Complementar Nº 469/2008, o Iases inicia sua reestruturação e amplia o quadro de profissionais com técnicos de nível superior, como advogados, assistentes sociais, psicólogos e pedagogos.

2009 – O Instituto teve seu quadro gerencial reordenado por meio da lei complementar nº 487, ampliando as estruturas de apoio técnico e operacional em nível gerencial e de coordenação. Diante do papel estratégico do Iases, o governador da época, Paulo Hartung, sancionou a lei complementar nº 503, instituindo o plano de carreira para os servidores do Iases e criou mais 441 novos cargos, preenchidos através do primeiro concurso público do Instituto. Neste mesmo ano foi inaugurado o Centro Socioeducativo de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei (CSE), localizado em Tucum, Cariacica, e teve início a construção de mais seis unidades de atendimento em meio fechado: em Linhares e em Cachoeiro de Itapemirim, norte e sul do Estado, respectivamente, iniciaram as obras de uma Unidade de Internação Provisória

e uma Unidade de Internação; Cariacica Sede recebeu a Unidade de Internação Provisória II (Unip II) e Vila Velha recebeu a Unidade de Internação Metropolitana (Unimetro).

2016 – O cenário do Iases conta com a melhor estrutura da sua história, com 13 unidades para atendimento ao adolescente em conflito com a lei espalhadas de norte a sul do Espírito Santo.

Fonte: Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo. Disponível em: <<https://iases.es.gov.br/quem-somos>> Acesso em 28 Dez.2018.

ANEXO E – Lei Nº. 10.477



DIÁRIO OFICIAL

DIÁRIO OFICIAL
DOS PODERES
DO ESTADO

www.dio.es.gov.br

Vitória (ES), Quarta-feira, 23 de Dezembro de 2015

Edição Nº24153

PODER EXECUTIVO

Governadoria do Estado

Leis

LEI Nº 10.477

Dispõe sobre a regularização fundiária específica para os imóveis localizados na área conhecida como "Fazenda Itanhenga".

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a alienar, nos termos desta Lei, aos atuais ocupantes, os imóveis públicos estaduais objeto das matrículas nºs 12.606 e 26.525, do Cartório do 1º Registro Geral de Imóveis de Cariacica/ES, correspondentes à região conhecida como "Fazenda Itanhenga", para fins de regularização fundiária.

Parágrafo único. A alienação de que cuida o caput deste artigo somente será efetuada em favor daqueles ocupantes que requererem a aquisição da área ocupada até o dia 31.4.2016.

Art. 2º O ocupante dos imóveis abrangidos pelo art. 1º poderá requerer a aquisição da área, cuja venda dar-se-á por meio da expedição de título de domínio, de caráter oneroso, sendo cobrado pela alienação o valor da terra nua, obtido por meio de avaliação.

Parágrafo único. A avaliação de que cuida o caput deste artigo será feita pelo Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER.

Art. 3º A regularização fundiária de que trata esta Lei depende do cumprimento cumulativo dos seguintes requisitos:

I - comprovação da posse mansa e pacífica sobre o imóvel pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, permitindo-se contabilizar cumulativamente para efeito deste prazo, o tempo de ocupação dos possesores anteriores;

II - demonstração de que o início da ocupação é anterior ao dia 31.12.2009;

III - pagamento do valor da avaliação fixado pela SEGER;

IV - manifestação favorável do Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos; e

V - parecer favorável da Procuradoria Geral do Estado - PGE.
Parágrafo único. Não descaracteriza a posse mansa e pacífica a propositura pretérita de ação por parte do Estado do Espírito Santo com finalidade de eventual retomada.

Art. 4º É vedada a regularização de ocupações de áreas abrangidas por esta Lei que estejam concorrendo ou tenham concorrido para comprometer a integridade das áreas de uso comum do povo, de segurança pública ou segurança nacional, de preservação ambiental ou necessárias à preservação dos ecossistemas naturais, das reservas indígenas, das áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, das vias de comunicação e das áreas reservadas para construção de hidrelétricas ou congêneres, ressalvados os casos especiais autorizados na forma da lei.

Parágrafo único. Caso apenas parte das áreas ocupadas irregularmente se insira em algumas das hipóteses previstas no caput, é facultado à SEGER proceder, com base na análise da conveniência e oportunidade, à alienação do remanescente da área, observadas as limitações quanto ao parcelamento do solo.

Art. 5º O requerimento para alienação das áreas de que cuida esta Lei deverá conter os seguintes elementos, além de outros eventualmente fixados em regulamento:

I - cópia do contrato social ou do estatuto e dos documentos pessoais de seus representantes, em se tratando de pessoa jurídica, e cópia autenticada dos documentos pessoais do requerente, em se tratando de pessoa física;

II - documentos que comprovem a posse mansa e pacífica sobre o imóvel pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, permitindo-se contabilizar cumulativamente para efeito deste prazo, o tempo de ocupação dos possesores anteriores;

III - documentos que comprovem que o início da ocupação é anterior ao dia 31.12.2009;

IV - apresentar a anuência dos vizinhos em relação à medição da área do imóvel pretendido, que deverá ser feita por meio de profissional habilitado, exigindo-se a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART; e

V - apresentar a anuência do Poder Público Municipal em relação à medição, quando necessário, a critério da SEGER.

Parágrafo único. O requerimento de que cuida o caput somente poderá ser formalizado até o dia 31.4.2016.

Art. 6º Caberá à SEGER manifestar-se acerca da conveniência e oportunidade em ser promovida a regularização fundiária, procedendo ainda a verificação do cumprimento dos requisitos fixados na presente Lei.

§ 1º A manifestação favorável da SEGER à promoção da regularização fundiária é condição para a alienação da área objeto do requerimento do particular.

§ 2º O requerimento de alienação deverá ser submetido à análise prévia da PGE.

Art. 7º Caso o ocupante dos imóveis albergados por esta Lei não manifeste interesse em adquirir o imóvel nos prazos e forma estabelecidos, será iniciado o regular procedimento licitatório da área ocupada irregularmente ou será conferida pelo Estado destinação social à área.

Art. 8º O pagamento integral do preço, se à vista, ou do sinal mínimo, em se tratando de venda e compra parceladas, deverá ser realizado pelo adquirente no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da identificação do interessado quanto ao acolhimento do pedido de alienação.

Art. 9º Caso haja venda à vista, concluída a avaliação, assumirá o adquirente a obrigação pelo pagamento imediato do imóvel, taxas, emolumentos e despesas referentes à venda, e, feitos os pagamentos, será outorgada a Escritura Pública pela PGE.

Parágrafo único. Garante-se ao adquirente do imóvel, em caso de pagamento à vista, o direito de obter redução no valor de compra, em percentual de 10% (dez por cento).

Art. 10. A venda poderá ser feita mediante pagamento parcelado, com sinal correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do preço fixado, e o restante, em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas, corrigidas monetariamente por índice de atualização oficial.

Parágrafo único. O valor da parcela mensal não poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor do salário mínimo vigente no momento da publicação desta Lei.

Art. 11. As vendas a prazo serão formalizadas mediante contrato de compra e venda ou promessa de compra e venda, em que estarão previstas, dentre outras, as seguintes condições:

I - garantia, mediante hipoteca do domínio pleno ou útil do próprio imóvel, em primeiro grau e sem concorrência, quando for o caso;

II - obrigação de serem pagos, pelo adquirente, taxas, emolumentos e despesas referentes à venda.

Art. 12. Na hipótese de atraso no pagamento, as parcelas ficarão sujeitas a juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano.

Parágrafo único. Vencidas 3 (três) prestações consecutivas e não pagas no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação por AR - Aviso de Recebimento - ou, se infrutífera, da publicação única de edital de chamamento no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, dar-se-á o vencimento antecipado da dívida e a imediata execução do contrato.

Art. 13. Para efeito do contido no parágrafo único do art. 12, presumem-se válidas as comunicações e intimações dirigidas ao endereço do adquirente.

Parágrafo único. A outorga da Escritura Pública no caso de venda a prazo somente será efetuada após o pagamento integral das prestações.

Art. 14. Enquanto não liquidadas suas obrigações e pelo prazo de 10 (dez) anos contados da data da venda, o adquirente não poderá doar, vender ou abandoná-lo por mais de 60 (sessenta) dias, sob pena de sua reversão ao domínio do Estado, independentemente da devolução dos valores pagos pela aquisição e de qualquer

indenização por benfeitorias e acessões realizadas.

Parágrafo único. A cláusula de inalienabilidade deverá constar da Escritura Pública de transferência de domínio.

Art. 15. Na hipótese de rescisão contratual, a PGE promoverá o cancelamento dos eventuais registros respectivos junto ao cartório competente.

Art. 16. Será obrigatório o registro da Escritura outorgada em favor do adquirente, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados de sua respectiva assinatura, como forma de aperfeiçoar a transmissão da propriedade, sob pena de caducidade.

Art. 17. Compete à SEGER a promoção e a consecução do escopo desta Lei, ficando para tanto autorizada a regulamentar procedimento eventualmente não previsto.

Art. 18. O disposto nesta Lei não revoga outras leis específicas que cuidem da regularização fundiária, nem é aplicado se existirem outras leis que assegurem tratamento mais benéfico relativo à regularização fundiária ao ocupante do imóvel.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, 22 de dezembro de 2015.

**PAULO CESAR HARTUNG
GOMES
Governador do Estado
Protocolo 205024**

LEI Nº 10.478

Autoriza o Poder Executivo a ceder ou deixar de exercer o direito de subscrição de ações decorrentes de aumentos do capital social da Companhia Espírito Santense de Saneamento - Cesan e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para a ampliação de sua capacidade de aportar recursos em ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água e de Sistemas de Esgotamento Sanitário, fica o Poder Executivo autorizado a aumentar o capital social da Companhia Espírito Santense de Saneamento - Cesan, através da emissão de novas ações ordinárias.

§ 1º Sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Estado poderá ceder ou deixar de exercer o direito de preferência na subscrição de ações decorrentes de aumentos do capital a que se refere o caput.

§ 2º Nos aumentos de capital a que se refere o caput, o Estado deverá manter, direta ou indiretamente, a sua condição de acionista controlador da Cesan.

Art. 2º As ações decorrentes de aumento de capital não subscritas, direta ou indiretamente, pelo Estado na forma autorizada nesta Lei, serão objeto de subscrição por uma sociedade de propósito específico a ser constituída pelo Caixa Fundo de Investimento em Participações Saneamento, administrado pela Caixa Econômica Federal, e por um co-investidor, a ser selecionado mediante leilão em bolsa, observada a legislação incidente.

§ 1º O preço de emissão das ações nos aumentos de capital referidos no caput será apurado na forma da legislação em vigor.

§ 2º O Estado, na condição de acionista controlador da Cesan, fica autorizado a celebrar acordo de acionistas com a sociedade de propósito específico referida no caput, para os fins do art. 118 da Lei Federal nº 6.404, de 1976, e da Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite necessário para cobertura das obrigações assumidas pela Fazenda do Estado, nos termos do § 2º do art. 2º desta Lei.

§ 1º Os valores dos créditos adicionais a que se refere este artigo serão cobertos na forma prevista no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º Os orçamentos do Estado consignarão, anualmente, dotação específica para atendimento das despesas a que se refere o caput, que será suplementada, na forma da lei, quando necessário.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará, no que couber, esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, 22 de dezembro de 2015.

**PAULO CESAR HARTUNG
GOMES
Governador do Estado
Protocolo 205025**

LEI COMPLEMENTAR Nº 820

Institui a Residência Ambiental no Estado do Espírito Santo e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Faço saber que a Assembleia

Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Residência Ambiental no Estado do Espírito Santo, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG, e das respectivas autarquias vinculadas.

Art. 2º A Residência Ambiental é um programa de aperfeiçoamento profissional, realizada pela SEAMA, SEAG, e autarquias vinculadas, com instituições de Ensino de Graduação ou de Pós-Graduação (Especialização, Mestrado, Doutorado ou Pós-Doutorado), atuantes no Estado do Espírito Santo.

Art. 3º A Residência Ambiental é destinada aos profissionais da área ambiental e correlatas, que estejam cursando Especialização, Mestrado, Doutorado ou Pós-Doutorado, ou egressos de cursos de Graduação ou de quaisquer dos cursos de Pós-Graduação, há no máximo 36 (trinta e seis) meses, e que estejam interessados em aplicar o conhecimento adquirido, bem como desenvolver seus estudos e pesquisas que resultem em sugestões e respostas às ações das políticas públicas estaduais, dos órgãos referenciados no art. 2º.

Art. 4º Fica criada no âmbito da SEAMA e da SEAG a Comissão Interinstitucional de Residência Ambiental com as finalidades de:

I - definir os programas de aperfeiçoamento profissional em conformidade com as áreas de atuação dos órgãos ambientais e correlatos;

II - identificar as instituições de ensino com potencialidade para formalização de parcerias;

III - definir as áreas de atuação dos residentes ambientais nas rotinas de trabalhos nas instituições;

IV - selecionar os tutores ambientais;

V - selecionar em conjunto com as instituições de ensino os aptos às vagas ofertadas;

VI - supervisionar os trabalhos dos tutores.

Parágrafo único. Essa Comissão será composta por servidores efetivos dos órgãos listados, podendo ter como membros convidados integrantes das instituições de ensino parceiras, na forma do art. 2º.

Art. 5º Fica instituída a Bolsa Residente Ambiental, a ser concedida mensalmente ao Residente Ambiental em regime especial de capacitação de 20 (vinte) horas semanais, dedicadas

às atividades definidas no âmbito do Programa de Aperfeiçoamento, com duração de até 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, nos valores constantes do Anexo Único desta Lei Complementar.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, ficam criadas as seguintes categorias de Bolsa Residente Ambiental:

I - Bolsa Residente Ambiental Estudantil: destinada a estudantes matriculados em cursos de Pós-Graduação (Especialização, Mestrado, Doutorado ou Pós-Doutorado);

II - Bolsa Residente Ambiental Profissional: destinada a profissionais egressos de cursos de Graduação ou de Pós-Graduação, há no máximo 36 (trinta e seis) meses;

III - Bolsa Tutoria Ambiental: destinada a servidores que atuem como tutores, nos termos do art. 7º desta Lei Complementar.

§ 2º A concessão das Bolsas referidas nos Incisos I e II do § 1º deste artigo ficam limitadas, cumulativamente, ao número de 30 (trinta) por exercício financeiro.

§ 3º A concessão da Bolsa referida no inciso III do § 1º deste artigo fica limitado a 4 (quatro) Residentes Ambientais por tutor.

§ 4º A concessão da Bolsa Residente Ambiental não gera qualquer vínculo entre os beneficiados e a administração pública estadual.

§ 5º Para pleitear a concessão da Bolsa Residente Ambiental, o Interessado deverá:

I - ser selecionado em processo seletivo de títulos;

II - ser graduado em formação na área ambiental ou afim;

III - estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, com atuação no Estado do Espírito Santo, quando tratar-se de Bolsa Residente Ambiental Estudantil;

IV - ser egresso de curso de Graduação ou de Pós-Graduação há no máximo 36 (trinta e seis) meses, quando tratar-se de Bolsa Residente Ambiental Profissional.

§ 6º Cessará a Bolsa Residente Ambiental:

I - na categoria Bolsa Residente Ambiental Estudantil:

a) quando houver cessado o vínculo estudantil, de qualquer forma;

b) quando houver concluído o curso de formação;

c) quando o Residente Ambiental não atender às expectativas do Programa;

ANEXO F – Estatuto da Federação das Sociedades Eunice Weaver

ESTATUTOS
DA
FEDERAÇÃO DAS SOCIEDADES
EUNICE WEAVER



Capítulo I

- Denominação – Sede – Foro -

Art. 1º - A FEDERAÇÃO DAS SOCIEDADES EUNICE WEAVER, é uma sociedade civil, assistencial, sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública pelo Decreto Federal n.º 1.473 de 08 de março de 1937, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro, regendo-se por este estatuto e legislação pertinente.

Único - A Federação das Sociedades Eunice Weaver sucedeu, por mudança de denominação, à Federação das Sociedades de Defesa Contra a Lepra, a qual identicamente substituiu a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázarus e defesa Contra a Lepra, fundada em São Paulo, capital aos 27-02-32 posteriormente transferida para a cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - A FEDERAÇÃO é constituída pelas Sociedades Eunice Weaver, anteriormente denominadas Sociedades Contra a Lepra, existentes em todos os Estados, as quais têm objetivos sociais idênticos aos da FEDERAÇÃO, exercitando-os em absoluta conformidade e observância das normas fixadas neste Estatuto.

CAPÍTULO II

- Objetivos -

Art. 3º - São objetivos e finalidades da Federação :

- a) Acolher em regime de semi-internato e também internato, quando for necessário, nos estabelecimentos de sua rede assistencial, filhos de pessoas portadoras de doenças contagiosas, menores carentes, com prioridade aos filhos sadios de hansenianos proporcionando-lhes assistência, educação, preparo profissional, permanecendo nos Educandários até a idade de 17 anos.

[Handwritten signature]
2

- b) Dar assistência em Centros Ambulatoriais da Federação aos doentes de Hanseníase e suas famílias, bem como desenvolver ações que visem reintegrar os mesmos à sociedade.
- c) Nos Educandários e Institutos profissionalizantes subordinados à Federação somente poderão ser admitidos menores carentes, filhos de hansenianos ou não, mediante Convênio com entidades ou órgãos públicos ou privados, que lhes proporcionam assistência.
- d) Promover diretamente ou através de suas filiadas a assistência e amparo a pessoas pobres e necessitadas, em especial ao doente de hanseníase, internado em Sanatório ou em tratamento nos ambulatórios públicos ou particulares.
- e) Diligenciar junto aos poderes públicos, empresas e particulares a obtenção de recursos indispensáveis à manutenção dos seus serviços de assistência.
- f) Orientar, assistir e fiscalizar econômica e financeiramente as filiadas, e como órgão de cúpula intervir com autoridade e firmeza sempre que necessário para restabelecer a regularidade e normalização dos serviços e ou administração das mesmas.
- g) Promover a fundação de Sociedades e Centros de Triagem e Acompanhamento, visando melhorar as condições do hanseniano.

CAPÍTULO III

- Da Organização -

Art. 4º - A Federação será administrada pelos seguintes órgãos :

- a) Assembléia Geral;
- b) Conselho Deliberativo;
- c) Diretoria;
- d) Conselho Fiscal e
- e) Comissões Consultivas.

Parágrafo 1º - Os titulares destes cargos terão mandatos de quatro anos, sem qualquer remuneração, não concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, a seus diretores, sócios, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes;

Parágrafo 2º - A Entidade não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto;

Parágrafo 3º - A Entidade aplica integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

- Da Assembléia Geral -



Art. 5 ° - A Assembléia Geral será formada pelos componentes do Conselho Deliberativo, da Diretoria, do Conselho Fiscal e das Comissões Consultivas. A Presidente de cada Sociedade filiada, ou representante devidamente credenciado, será convocada para também formar a Assembléia sempre que houver um assunto de alta relevância.

Art. 6 ° - A Assembléia Geral pode ser : Ordinária e Extraordinária.

A Assembléia Geral Ordinária, será realizada anualmente em Abril e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigam.

Art. 7 ° - A convocação para a Assembléia Geral Ordinária será feita com antecedência mínima de sete dias, por Edital, indicando local, dia, hora e os assuntos a serem tratados na reunião.

As convocações para as Assembléias Gerais Extraordinárias, serão feitas com antecedência de três dias, por meio de cartas, telegramas, indicando, local, dia, hora e a finalidade da reunião.

As convocações para Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, serão feitas pela Presidente da Federação ou em sua falta pelo presidente do Conselho Deliberativo.

As Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão abertas e presididas pelo Presidente do Conselho Deliberativo que comporá a mesa com a Presidente da Diretoria, o Secretário do Conselho, escolhendo ainda no plenário outros membros.

Art. 8 ° - A Assembléia Geral Ordinária destina-se a :

- a) Deliberar sobre os planos de trabalho, apresentados pela Diretoria, para orientação própria e das Sociedades filiadas;
- b) Assuntos Gerais de interesse da Federação e das Sociedades filiadas como um todo;
- c) Reforma dos Estatutos ;
- d) Apreciar relatório e contas da Diretoria e parecer do Conselho Fiscal da Federação, e igualmente das suas filiadas;
- e) Preencher as vagas que ocorram no Conselho Deliberativo, eleger a Diretoria, o Conselho Fiscal, o Conselho Técnico e Comissões Consultivas.

Art. 9 ° - As Assembléias Gerais serão instaladas com a presença mínima de 2/3 dos seus componentes na primeira chamada, ou com qualquer número na segunda chamada a ser realizada trinta minutos após a primeira.

Art. 10 ° - As decisões serão tomadas por maioria de votos ou por aclamação. Ocorrendo empate, proceder-se-á, em seguida, nova votação e persistindo o impasse caberá ao Presidente do Conselho Deliberativo dar o voto decisório.

[Handwritten signature]
4

Art. 11º - No caso de dissolução ou extinção da Federação, caberá a Assembleia Geral, resolver o destino do seu patrimônio, revertendo o eventual remanescente a uma entidade congênera, que seja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.



- Do Conselho Deliberativo -

Art. 12º - O Conselho Deliberativo será composto por quinze membros eleitos em Assembleia Geral Ordinária com mandato de quatro anos, podendo ser reeleitos.

Art. 13º - Da competência do Conselho Deliberativo :

- a) Deliberar sobre todos os assuntos de interesse da Federação e de suas filiadas.
- b) Sugerir e recomendar à Diretoria a execução de medidas que interessem à Federação e suas filiadas.
- c) Examinar os relatórios da Diretoria e pareceres do Conselho Fiscal, encaminhando-os às Assembleias Gerais Ordinárias.
- d) Apreçar os orçamentos anuais e planos de execução de trabalhos elaborados pela Diretoria e pelas filiadas.
- e) Determinar e cooperar nas diretrizes da política econômica e financeira das filiadas.
- f) Intervir na filiada para restabelecer a regularidade e normatização dos serviços e/ou administração das mesmas.
- g) Eleger Diretores ou componentes do Conselho Fiscal para preenchimento de vagas que ocorram após mais de um ano de mandato.
- h) As vagas que ocorram no Conselho Deliberativo serão preenchidas mediante Assembleia Geral especialmente convocada, salvo se as vagas verificadas não excederem a duas e houver sido cumprido mais de um ano de mandato, caso em que o Conselho se conservará com a composição existente (ou os cargos vagos serão preenchidos por escolha do Presidente do Conselho).
- i) O Conselho Deliberativo reunir-se-á anualmente e sempre que houver necessidade extraordinariamente por convocação da Presidente da Federação, ou do Presidente do mesmo Conselho.
- j) O Presidente do Conselho, designará entre os demais membros eleitos os que exercerão os cargos de Vice-Presidente e Secretário, no referido Conselho, com exercício correspondente aos mandatos para os quais foram eleitos.

Parágrafo Único - É vedado aos membros do Conselho Deliberativo de integrarem a Diretoria ou Conselho Fiscal.

- Da Diretoria -

Art. 14º - A Diretoria, que poderá ser exercida por pessoas de ambos os sexos, terá o mandato de quatro anos, podendo ser reeleita e será composta de :

- a) Presidente
- b) 1ª Vice-Presidente
- c) 2ª Vice-Presidente
- d) 3ª Vice-Presidente
- e) 1ª Secretária
- f) 2ª Secretária
- g) 1ª Tesoureira
- h) 2ª Tesoureira

h) 2ª Tesoureira

Art. 15º - A Diretoria reunir-se-á, pelo menos uma vez por mês, e sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo Único - Qualquer membro da Diretoria que faltar, sem justificativa, com três reuniões consecutivas perderá o mandato e será inelegível na Assembleia Geral subsequente.

Art. 16º - As vagas que ocorram após o primeiro ano de mandato serão preenchidas por indicação do Presidente do Conselho Deliberativo, e nos demais casos por Assembleia Geral, especialmente convocada.

Art. 17º - Compete à Presidente :

- a) Convocar as Assembleias Gerais.
- b) Convocar e presidir as reuniões de Diretoria.
- c) Administrar a Federação, admitir e dispensar funcionários, fixando-lhes salários e atribuições.
- d) Propor seja conferida categoria de Sócios Beneméritos e Benfeitores às instituições ou pessoas gradas.
- e) Representar a Federação em Juízo ou fora dele, podendo delegar poderes para este fim.
- f) Movimentar contas bancárias, emitindo juntamente com a Tesoureira cheques e ordens de pagamento.
- g) Autorizar os pagamentos das despesas constantes de plano e orçamento anteriormente aprovados pelo Conselho Deliberativo, ou as de caráter de emergência, que deverão ser comunicadas aos demais membros daquele Conselho
- h) Elaborar Relatório das Atividades, apresentar prestação de contas e Balanço de cada exercício para apreciação do Conselho Fiscal e posteriormente ao Conselho Deliberativo em Assembleia Geral

Art. 18º - São atribuições das Vice-Presidentes :

- a) Substituir a Presidente em seus impedimentos ocasionais.
- b) Auxiliar a Presidente.

Art. 19º : Compete às Secretárias :


- a) Elaborar a correspondência social
- b) Organizar e dirigir a secretaria
- c) Manter em ordem e atualizadas as correspondências e arquivos
- d) Redigir e lavrar as atas das Assembleias Gerais e das reuniões de diretoria
- e) Auxiliar a Diretoria na administração social.

Art. 20º : São atribuições das Tesoureiras :

- a) Assinar e endossar com a Presidente, cheques e ordens de pagamento



[Handwritten signature]
6

- 
- b) Acompanhar e fiscalizar a contabilidade, comunicando à Diretoria qualquer anormalidade verificada
 - c) Receber doações e dar recibo de quitação, juntamente com a Presidente.
 - d) Apresentar mensalmente à Diretoria, balancete do movimento financeiro da Federação e anualmente para apreciação e parecer do Conselho Fiscal.
 - e) Manter sob sua guarda a responsabilidade do Patrimônio financeiro da Federação.

III – Do Conselho Fiscal –

Art. 21 ° - O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, com mandato de quatro anos, podendo ser reeleitos.

Art. 22 ° - Compete ao Conselho Fiscal :

Examinar e dar parecer sobre as contas, balancetes e balanço geral da Federação, bem como o Relatório da Diretoria, podendo requisitar livros contábeis e pedir o comparecimento dos membros da Diretoria, para prestar esclarecimentos que se fizerem necessários.

Art. 23 ° - O parecer do Conselho Fiscal será conclusivo, com apreciação bem definida da matéria a ser examinada e também da situação financeira da Federação, que será registrado em livro próprio.

IV – Do Conselho Técnico

Art. 24 ° - O Conselho Técnico será composto por pessoas de várias áreas técnicas, que possam orientar a Federação no seu programa de trabalho.

Art. 25 ° - É composto por três membros, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de quatro anos, podendo ser reeleitos.

Art. 26 ° - Compete ao Conselho Técnico :

- a) Traçar orientação técnica da Federação
- b) Colaborar com a Diretoria na parte técnica da administração.

V – Das Comissões Consultivas

Art. 27 ° - As Comissões Consultivas, fazem parte da Diretoria, cujos membros são eleitos em Assembléia Geral, por quatro anos, podendo ser reeleitos.

Compõe-se de :

- a) Comissão de Propaganda e Publicidade
- b) Comissão Social de Promoção





Art. 28 ° - Compete as Comissões Consultivas :

- a) A Comissão de Propaganda e Publicidade, ficará encarregada da divulgação das atividades da Federação, e será composta por 3 membros.
- b) A Comissão Social de Promoção, ficará encarregada de organizar e efetuar festivais, reuniões sociais, com a finalidade de angariar rendas para a Federação e será composta por três membros.

Capítulo IV

- Dos Sócios -

Art. 29 ° - A Federação manterá um quadro de sócios sem direito a voto que será constituído de :

- a) Associações e entidades que se dediquem às atividades de combate à hanseníase ;
- b) Instituições de qualquer natureza que desejarem colaborar com a Federação e suas filiadas ;
- c) Sócios individuais.

Art. 30 ° - Os sócios serão das seguintes categorias :

- a) Contribuintes, que contribuem mensalmente com qualquer importância, auxiliando a manutenção da Federação;
- b) Beneméritos, os que tiverem prestado serviços relevantes à Federação.

Art. 31 ° - Os títulos dos Sócios Beneméritos serão concedidos pela Diretoria, após a aprovação do Conselho Deliberativo em Assembléia Geral.

Capítulo V

- Das Filiadas -

Art. 32 ° - As Filiadas serão regidas por Estatutos semelhantes, moldados nos Estatutos da Federação, sendo iguais para todas as sociedades existentes em todos os Estados da Nação, tendo os mesmos objetivos sociais, o mesmo nome e a mesma Utilidade Pública Federal.

Art. 33 ° - As filiadas são administradas por uma Diretoria de conformidade com o Art. 14 deste Estatuto.

Parágrafo 1 ° - As atribuições da Diretoria das Filiadas seguirão orientação semelhante às da Diretoria da Federação.



Parágrafo 2 ° - É obrigação das filiadas :

- a) Enviar relatórios, balancetes mensais, balanço anual, atas e outros documentos necessários e solicitados, para que a Federação possa acompanhar e avaliar suas atividades.
- b) Todas as filiadas deverão fazer suas eleições no mesmo mês (Abril) em que se faz a da Federação.

Parágrafo 3 ° - Auxiliar sempre e em qualquer circunstância, quer financeiramente, quer orientando com a finalidade de melhorar as condições de saúde do hanseniano e sua família, reintegrando-os na sociedade.

Art. 34 ° - A Administração das Sociedades filiadas, só poderá ser exercida pela sua Diretoria e Conselhos, sendo vedada a administração por qualquer outro Órgão.

Art. 35 ° - Os casos omissos nos Estatutos das filiadas serão complementados pela Federação, a quem estão subordinadas, de acordo com as disposições do Código Civil.

Art. 36 ° - Qualquer membro da Diretoria, de qualquer Sociedade filiada, é identificado como responsável por atos de má administração, responderá por seus atos, nas obrigações da Sociedade.

Art. 37 ° - Em caso de dissolução de qualquer Sociedade, deverá a Federação ser consultada previamente, e estando de acordo fará a homologação, sendo destinado o eventual patrimônio remanescente a uma entidade congênere, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Parágrafo 1 ° - A dissolução de qualquer Sociedade filiada, só se efetuará, no caso da Federação não ter condições de assumir a Sociedade em dificuldades. Constitui norma, a Federação assumir qualquer Sociedade, resolver seus problemas, eleger nova Diretoria e assim dar continuidade aos seus trabalhos assistenciais.

Art. 38 ° - As Sociedades filiadas não respondem pelas obrigações da Federação.

at.

de

Capítulo VI

- Do Patrimônio -

Art. 39 ° - As Sociedades filiadas não poderão alienar seus bens imóveis ou de qualquer forma onerar, sem o expreso consentimento da Federação que será sempre interveniente em qualquer operação, sob pena de nulidade do ato.

Parágrafo Único - Responderá judicialmente a Diretoria da Sociedade filiada que alienar qualquer patrimônio imóvel da Sociedade em desacordo com as normas aqui estabelecidas.

Art. 40 ° - Compete à Federação autorizar com aprovação do Conselho Deliberativo, as alienações dos bens próprios das Sociedades filiadas proposta pela respectiva Diretoria. Intervindo sempre que necessário para a validade da transação por intermédio da Presidente ou por pessoa designada pela Federação.

Art. 41 ° - Quando da alienação de bens imóveis das filiadas, 50% do seu valor serão aplicados nas operações do respectivo Educandário; os restantes 50% serão bloqueados em Caderneta de Poupança ou noutras aplicações equivalentes, para constituir um fundo destinado à manutenção de nossos ambulatórios (Centros Sociais), onde é dada assistência às famílias de hansenianos procurando a reintegração do doente na Sociedade.

Parágrafo Único - Este fundo servirá também para auxiliar as Sociedades filiadas, em dificuldades financeiras, ou nas reformas dos prédios em extrema necessidade.

Capítulo VII

- Disposições Gerais -

Art. 42 ° - A Federação poderá intervir em qualquer uma das filiadas nos seguintes casos :

- a) Por falta de condições financeiras devidamente comprovada em decorrência de dívidas ou compromissos sem possibilidade de solvência, por seus próprios meios.
- b) Por constatação de fatos ou suspeição de atos que desabonem o nome da Federação.
- c) Sempre que qualquer acontecimento de maior importância venha a perturbar o perfeito funcionamento da Sociedade, inclusive divergências graves entre os membros da Diretoria e Conselhos.
- d) Por desacato ou desrespeito à autoridade do Presidente da Federação, assim como aos Estatutos.
- e) Indisciplina e ou insubordinação quanto às diretrizes da Federação.

- f) Por total incapacidade de manter os seus objetivos sociais e estatutários.
- g) Em caso de dissolução de qualquer uma das Sociedades filiadas.



- Disposições Transitórias -

Art. 43 ° - A Federação e suas filiadas são absolutamente neutras a qualquer regime político ou religioso, aceitando a colaboração de todas as entidades políticas ou religiosas que obedeçam às leis do País, não admitindo também discriminação de raça, de cor e sexo.

Art. 44 ° - Os casos omissos nestes Estatutos serão complementados pela Assembléia Geral, de acordo com as disposições das leis vigentes do Código Civil.

Art. 45 ° - As Sociedades filiadas são subordinadas à Federação, desde suas fundações, devendo adaptar seus Estatutos às Normas do presente.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1998.

Marietta C. de A. Coutinho
 MARIETTA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE COUTINHO
 PRESIDENTE

Dr. Porfirio José Serra de Castro
 Dr. PORFIRIO JOSÉ SERRA DE CASTRO
 PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO

Juracy de Carvalho Ribeiro
 JURACY DE CARVALHO RIBEIRO
 1ª. SECRETÁRIA

Atamir Quadros Mendes
 PROF. ATAMIR QUADROS MENDES
 Advogado

4727

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Comarca de Capital - RJ
Av. Pres. Wilson, nº 164 - Sobradojo 103
CERTIFICADO que este documento foi protocolado sob o nº 52814 arquivado na matrícula nº 9822 do livro nº 45 e arquivado neste ofício nesta data, Rio de Janeiro/RJ, 15/04/97

[Handwritten signature]

O OFICIAL

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CORREGEDORIA GERAL JURÍDICAS
DA JUSTIÇA RJ
R. COELHO NETO, 100 - BARRA DO MAR
Nº 00002400
RIO DE JANEIRO

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DA CAPITAL - RJ
ENCOLUMENTOS PAGOS
R\$ 1,74

ANEXO G - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada **AS HISTÓRIAS DE VIDA DOS FILHOS SEPARADOS PELA "LEPRA" NO ESPÍRITO SANTO**, sob a responsabilidade de ELAINE CRISTINA ROSSI PAVANI.

A pesquisa se faz necessária, pois, segundo o relatório preliminar da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (25/09/2012), sobre os filhos segregados de pais portadores de "lepra" submetidos à política de isolamento compulsório, estima que mais de 33.689 crianças foram isoladas ao longo de 59 anos, período que durou o isolamento dos filhos. No Espírito Santo são mais de mil crianças. Esta pesquisa tem o objetivo de averiguar as condições de vida oferecidas às crianças no Educandário Alzira Bley, bem como auxiliar a Associação dos ex-internos deste educandário a respaldar o pedido de indenização ao governo pelo crime de alienação parental, cometido ao privar os filhos da convivência com seus pais e outros familiares.

Aceitando a participar da pesquisa o(a) senhor (a) preencherá um questionário composto por questões abertas e fechadas, com os dados pessoais, grau de escolaridade, renda e questões referentes aos períodos em que esteve internado (a) e após a sua saída da instituição. O segundo momento é a aplicação da metodologia de história oral, onde alguns ex-internos contarão suas histórias de vida que serão gravadas e transcritas a fim de (re) contar como transcorreu esse período da história, bem como o processo de (re) integração dos ex-internos na sociedade. Todas as informações serão gravadas em DVD e ficarão arquivadas com a pesquisadora e sua orientadora professora doutora do Departamento de Geografia Aurélia Hermínia Castiglioni por um período de 5 anos, depois serão devidamente descartados. Logo, tais procedimentos exigirão uma disponibilidade de seu tempo. Esse tema poderá gerar algum desconforto ao relatar suas histórias de vida. Os narradores podem reviver sentimentos indesejados. Mas, nos comprometemos a suspender a entrevista a qualquer momento que desejar. Lembramos que a investigação respeitará o sujeito e seus argumentos e opiniões.

A pesquisa será realizada no biênio 2017-2018, no município de Cariacica, onde se localiza o Educandário Alzira Bley, bem como a Associação dos Ex-Internos do Educandário Alzira Bley. Os benefícios que esta pesquisa visa são: apresentar uma parte da história do Espírito Santo pouco conhecida e divulgada; dar visibilidade para a instituição que continua a existir e sobrevive de doações como uma ONG; auxiliar no processo de reconhecimento do ex-internos do período de internação compulsória na busca por uma indenização governamental.

Também garantimos que a pesquisa não representa qualquer forma de gasto, caso o participante tenha gastos decorrentes da pesquisa, ele será ressarcido pelo pesquisador, igualmente, será garantida a indenização em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Assim, o(a) Senhor(a) terá liberdade para pedir esclarecimentos sobre qualquer questão, bem como para desistir de participar da pesquisa a qualquer momento de sua execução, sem que haja penalidades ou prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, o(a) Sr.(a) não mais será contatado(a) pelos pesquisadores.

Sua participação nesta pesquisa será importante para apresentar a sociedade capixaba uma parte desconhecida de sua história.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, o (a) Sr.(a) pode contatar o(a) pesquisador(a) ELAINE CRISTINA ROSSI PAVANI nos telefones (27) 99932-0285 OU (27) 3336-0694, endereço Rua Rondônia, nº 151, Campina Grande, Cariacica-ES. Em caso de denúncias e/ou intercorrências na pesquisa o (a) senhor (a) também pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP/CCHN/UFES) através do telefone (27) 3145-9820, e-mail cep.goiabeiras@gmail.com ou pelo correio: Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, Sala 7 do Prédio Administrativo do CCHN, Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, CEP 29.075-910, Vitória - ES, Brasil. O CEP/CCHN/UFES tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais. Seu horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada por mim e pelo (a) pesquisador(a) principal ou seu representante, rubricada em todas as páginas

Cariacica, ____ de _____ de 2017.

Participante da pesquisa/Responsável legal

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa "intitulada AS HISTÓRIAS DE VIDA DOS FILHOS SEPARADOS PELA "LEPRA" NO ESPÍRITO SANTO", eu, ELAINE CRISTINA ROSSI PAVANI, declaro ter cumprido as exigências do (s) item(s) IV.3 e IV.4 (se pertinente), da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

ELAINE CRISTINA ROSSI PAVANI